

VENCEDOR DO PRÊMIO DO LIVRO NACIONAL JUDAICO EM HISTÓRIA
E DO PRÊMIO DO INSTITUTO AZRIELI DE MELHOR LIVRO
EM ESTUDOS SOBRE ISRAEL EM INGLÊS OU FRANCÊS

ANITA SHAPIRA

ISRAEL

UMA HISTÓRIA



PAZ & TERRA

ANITA SHAPIRA

ISRAEL

U M A H I S T Ó R I A

Tradução

Debora Fleck e Samuel Feldberg

1ª edição



PAZ & TERRA

Rio de Janeiro | São Paulo

2018

Copyright © Brandeis University 2012
Copyright da tradução © Paz e Terra 2018

Título original: *Israel: A History*

Publicado originalmente nos Estados Unidos por Brandeis University Press, em dezembro de 2012, na Schusterman Series in Israel Studies, com o apoio de Charles e Lynn Schusterman Family Foundation.

Publicado originalmente na Grã-Bretanha, em 2014, por Weidenfeld & Nicolson, Londres.

Direitos de edição da obra em língua portuguesa no Brasil adquiridos pela EDITORA PAZ E TERRA. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de bancos de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copyright.

EDITORA PAZ E TERRA LTDA.
Rua do Paraíso, 139, 10º andar, conjunto 101 – Paraíso
São Paulo, SP – 04103-000
<http://www.record.com.br>.

Seja um leitor preferencial Record.
Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:
mdireto@record.com.br ou (21) 2585-2002.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S54i Shapira, Anita
Israel [recurso eletrônico]: uma história / Anita Shapira; tradução Debora Fleck,
Samuel Feldberg. – 1. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2018.
recurso digital

Tradução de: Israel: a history
Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-7753-390-9 (recurso eletrônico)

1. Israel – História. 2. Judeus – História. 3. Livros eletrônicos. I. Fleck, Debora. II. Feldberg, Samuel. III. Título.

18-50000

CDD: 956.94

CDU: 94(569.4)

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

Produzido no Brasil
2018

Aos meus netos, NADAV, NOAM, ITAI, TAL & MAYA, para que possam vir a conhecer sua terra natal.

AGRADECIMENTOS

A ideia deste livro se deve ao professor Jehuda Reinharz. Em uma de suas visitas a Israel, ele me propôs que eu assumisse a tarefa de escrever um livro abrangente sobre a história do Estado, desde os primórdios do movimento sionista até os dias de hoje. A maior parte dos livros sobre a história de Israel se concentra no conflito árabe-judaico. Ele tinha em mente um projeto mais ambicioso: sem evitar o exame do conflito, a história deveria abranger temas como as políticas internas judaicas, a questão da imigração e da construção da nação, a economia e o cenário social, bem como seus alicerces culturais e ideológicos. Aceitei o desafio, com a sensação de que era o momento propício para tamanha empreitada. O professor Ilan Troen acompanhou de perto o processo de escrita deste livro e compartilhou comigo sua experiência como professor de Estudos sobre Israel na Universidade de Brandeis. Sylvia Fuks Fried orquestrou os muitos estágios de todo o projeto.

Como era de se esperar, um livro dessa envergadura não pode se basear apenas na minha erudição e nas minhas pesquisas em fontes primárias. É evidente que lancei mão de meus vastos conhecimentos sobre a história do sionismo e sobre a história de Israel, adquiridos ao longo de quarenta anos de pesquisa e estudo. No entanto, em alguns capítulos, sobretudo nos que tratam do passado mais recente, usei fontes secundárias e contei com a ajuda de estudiosos especializados em determinados assuntos e áreas de concentração. Os seguintes pesquisadores leram, com generosidade, alguns capítulos em separado e, com suas sugestões, me ajudaram a compor o texto: Mordechai Bar-On (capítulos 7 e 12); Jacob Metzger (capítulos 9 e 18); Yaron

Tsur (capítulo 10); Motti Golani (capítulo 12); Aryeh Naor (capítulo 17); Itamar Rabinovich (capítulos 18 e 19); Nissim Leon (capítulo 18) e Sara Ossietzky-Lazar (capítulo 19).

A dra. Nurit Cohen-Levinovsky foi minha assistente neste projeto. Seu papel foi de extrema ajuda: Levinovsky buscou fontes, checkou inúmeros fatos e detalhes, além de me livrar de possíveis problemas. Supervisionou, ainda, a produção dos mapas criados pelo cartógrafo Reuven Soffer.

Anthony Berris, um discreto *kibbutz*nik de Beit Haemek, traduziu para o inglês o meu texto, escrito originalmente em hebraico, e o fez de forma brilhante. Stephanie Golden deu polimento à escrita, atribuindo-lhe a forma final. Sou muito grata aos dois.

Miriam Hoffman e Anina Selve, da Universidade de Brandeis, cuidaram primorosamente das questões administrativas; o dr. John R. Hose, diretor da Brandeis University Press, deu todo o apoio a este livro desde o começo; Phyllis Deutsch, editor-chefe, e toda a equipe da University Press of New England contribuíram com sua experiência editorial e no campo do design. Agradeço a todos eles.

NOTA DA AUTORA

As notas deste livro são destinadas a citações diretas; as fontes que utilizei para minha pesquisa estão listadas nas referências bibliográficas e os leitores podem usá-las para obter mais detalhes ou chegar a análises mais elaboradas. Há, também, ao fim do livro, uma lista com sugestões para uma leitura complementar, composta por livros disponíveis em edições em inglês. Outra lista, com mais sugestões de títulos em hebraico, está disponível no site do Schusterman Center for Israel Studies: <www.brandeis.edu/israelcenter/shapira.html>.

LISTA DE MAPAS

1. Assentamentos sionistas do período da Primeira e da Segunda *Aliá* (1882–1918)
2. O plano de partilha da Comissão Peel (1937)
3. O plano de partilha do UNSCOP (1947)
4. O Aqueduto Nacional (1964)
5. O Plano Allon (julho de 1967)
6. O acordo preliminar egípcio-israelense (1974)
7. Acordos pós-Camp David (1978)
8. Assentamentos nos territórios ocupados (1977–1988)
9. Acordos de Oslo (1993)

SUMÁRIO

PREFÁCIO DOS TRADUTORES

DEBORA FLECK E SAMUEL FELDBERG

PARTE I – 1881–1918

SIONISMO: IDEOLOGIA E PRÁXIS

1. O surgimento do movimento sionista
2. Judeus, turcos e árabes: Os primeiros encontros na Palestina

PARTE II – 1918–1948

UM ESTADO EM FORMAÇÃO

3. A Palestina sob o domínio britânico
4. Imigração e assentamento durante o período do mandato
5. O Yishuv como Estado nascente
6. O Yishuv: Sociedade, cultura e *ethos*

PARTE III – 1948–1967

A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

7. A Guerra de Independência, 1947–1949
8. A criação da democracia israelense

9. A construção do Estado: Economia, desenvolvimento e Estado grande
10. A grande *Aliá*: Imigração em massa
11. Cultura e normas em uma sociedade em transformação
12. Política, paz e guerra

PARTE IV – 1967–1977

UMA DÉCADA DE GUERRAS

13. Seis dias que transformaram o Oriente Médio
14. A era da euforia: 1967–1973
15. A Guerra do Yom Kippur: 1973
16. A sociedade israelense após a Guerra do Yom Kippur

PARTE V – 1977–2000

PAZ, GUERRA E INDECISÃO

17. Begin no poder
18. Os anos do impasse: Identidade israelense em transformação – 1984–1990
19. A década da esperança: 1990–2000

BIBLIOGRAFIA

SUGESTÃO DE LEITURAS COMPLEMENTARES

ÍNDICE REMISSIVO

PREFÁCIO DOS TRADUTORES

Há muito o mercado editorial brasileiro carece de uma obra em profundidade que analise as origens e a história do Estado de Israel. O livro de Anita Shapira vem preencher essa lacuna e oferecer ao público uma análise que, embora não se aprofunde em cada uma das diversas abordagens possíveis, permite uma visão abrangente do período que vai de 1881 até o ano 2000. O livro é organizado a partir de temas bem definidos, como a cultura, a sociedade e a economia, o que torna a leitura fácil e fluida.

O título do original em hebraico, *Um povo como todos os outros*, talvez tivesse a pretensão de “normalizar” a história do povo judeu. Mas o resultado vem a ressaltar a sua unicidade.

Outros autores contaram em detalhe essa história, e Shapira optou por partir do primeiro manifesto sionista e as primeiras levas imigratórias para a então Palestina do Império Otomano, início da trajetória que culminaria com a criação do Estado. Apesar de uma abordagem breve daquele período anterior a 1948, esta revela-se fundamental para entender o contexto do projeto nacional proclamado pelos sionistas do fim do século XIX.

O livro propõe uma análise socioeconômica abrangente e, mesmo para os leitores conhecedores do tema, definitivamente conta a história, em sua totalidade e com riqueza de detalhes, até o ano 2000. Aborda questões polêmicas, como a destruição dos vilarejos árabes conquistados durante a guerra de 1948–1949 – dando ampla divulgação aos estudos realizados pelos chamados “novos historiadores”, entre os quais Benny Morris –, e apresenta o resultado do conflito à luz do desenho das fronteiras de outros Estados

eticamente homogêneos no período pós-Segunda Guerra Mundial. A autora analisa ainda temas espinhosos como a relação do *establishment* com as comunidades imigrantes oriundas dos países árabes, as disputas entre as diversas facções políticas da esquerda anterior à “derrocada” de 1977 e as políticas econômicas vigentes durante as primeiras décadas de existência do Estado.

Como não poderia deixar de ser, parte importante do texto é dedicada aos períodos de conflito entre Israel e os vários países árabes, seja nas guerras formais que envolveram seus vizinhos, seja nos confrontos com os grupos paramilitares baseados além das fronteiras. Shapira ressalta o conceito da “inevitabilidade” das guerras a que o país esteve sujeito até a chamada Primeira Guerra do Líbano e analisa o impacto desses eventos sobre o desenvolvimento da sociedade israelense, especialmente a Guerra dos Seis Dias e a de Outubro de 1973.

Anita Shapira consegue descrever o processo de construção da nação e da sociedade israelense no território designado pela Liga das Nações apontando seus sucessos e seus fracassos, seus desafios e, em alguns casos, sua soberba. Esperamos que este livro possa se tornar a referência que muitas vezes falta para um debate sério e embasado em fontes seguras de informação.

Aqui ainda cabe uma nota específica sobre o processo de tradução. Adotou-se como original a edição em inglês, traduzida do hebraico por Anthony Berris. Sempre que isso acontece, alguns desafios se impõem. Neste caso, foi preciso recorrer ao original em hebraico em diversos momentos, para conseguir chegar a uma melhor solução em português. Portanto, mesmo que a base para a tradução tenha sido o texto em inglês – extremamente bem traduzido, para nossa sorte –, não foram poucos os momentos em que o original em hebraico precisou ser consultado, garantindo assim fidelidade ao texto produzido pela autora.

*Debora Fleck
Samuel Feldberg*

PARTE I – 1881–1918

SIONISMO: IDEOLOGIA E PRÁTICA

O SURGIMENTO DO MOVIMENTO SIONISTA

“Na Basileia, fundei o Estado judeu”, anotou Theodor Herzl em seu diário, após o primeiro Congresso Sionista, em 1897. “Se o dissesse hoje em voz alta, seria ridicularizado. Mas talvez em cinco anos, e certamente em cinquenta, todos se darão conta disso.”¹ De fato, cinquenta anos se passaram entre aquele primeiro congresso e a declaração de independência do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948. Tudo começou como um minúsculo movimento – seus mais ardentes defensores nunca acreditaram que viveriam para ver concretizado seu objetivo de soberania judaica na Palestina – e transformou-se em um verdadeiro movimento nacional, que deu forma a uma sociedade e a uma nação, terminando por construir um Estado.

O movimento sionista nasceu em meio a uma turbulenta controvérsia, válida ainda nos dias de hoje, apesar de concentrar-se em variados aspectos. O que era o sionismo? Um movimento de renascença, com o objetivo de reformar os judeus, a sociedade e a cultura judaica? Ou um movimento de colonização que objetivava estabelecer uma entidade territorial judaica que garantisse aos judeus o que outros povos já haviam obtido: um lar nacional onde pudessem encontrar refúgio? Um movimento espiritual ou político? Poderia o sionismo resolver a questão da identidade judaica em uma era de crescente secularização e aculturamento, na qual a religião já não era capaz de salvar os judeus da atomização? Poderia aliviar a ansiedade existencial judaica, em crescimento desde as últimas décadas do século XIX, com o surgimento do antissemitismo racial que pela primeira vez na história

recusava a opção da conversão como fuga do destino judaico? Essas questões, que motivaram as primeiras disputas internas desde o surgimento do sionismo e eram levantadas pelos próprios participantes do movimento, tiveram implicações decisivas em seu caráter, desenvolvimento, seus pontos fortes e suas debilidades.

Ao mesmo tempo, outra controvérsia assolava o movimento sionista. Promovida por seus adversários, revelava as fragilidades do movimento, cada equívoco prático ou ideológico. Em 1881, o dr. Yehuda Leib Pinsker publicou um panfleto denominado *Autoemancipação*. Escrevendo na esteira da onda de *pogroms* que envolveu a população judaica da área de assentamento do Império Czarista (conhecida como Suffot Baneguev – tormentas no sul da Rússia), Pinsker analisou o antissemitismo em profundidade, e por fim passou a clamar pela criação de uma pátria judaica: um lugar onde os judeus não mais fossem uma minoria entre os gentios, não vivessem como hóspedes mas sim como governantes. A posse de um território, no qual os judeus fossem donos de seu próprio destino, mudaria radicalmente as relações deturpadas que persistiram por gerações entre os judeus e os povos entre os quais viviam.

O modesto panfleto, publicado em alemão e mais tarde traduzido para o hebraico e para outros idiomas, provocou um debate público. Os opositores da ideia de Pinsker tinham uma série de objeções: a proposta era viável? Se fosse, quanto tempo seria necessário para estabelecer essa entidade judaica autônoma ou independente? “Podemos presumir que levará vários séculos”, afirmou Adolph Landau, editor do jornal russo-judaico *Voskhod*. Enquanto isso, o mundo progredia e faria mais sentido dedicar esforços para o estabelecimento, na Europa, de uma sociedade liberal e esclarecida que aceitasse os judeus como iguais, em vez de desperdiçar esforços em algum canto remoto do Oriente Médio ou qualquer outro lugar, sem garantia de segurança ou da paz e da tranquilidade que buscavam. Em contraste com a noção de isolamento dos judeus em relação à sociedade europeia, Landau

propunha o ideal da modernidade e do iluminismo, um quadro otimista de um mundo em constante progresso. A salvação judaica viria como parte desse movimento progressista geral, e reveses temporários na marcha do progresso não deveriam ofuscar a grande e decisiva mudança que vinha ocorrendo.²

Ainda que o debate fosse multifacetado, a questão fundamental que fora levantada não mudou desde o surgimento da ideia sionista: a salvação judaica viria através de um realinhamento universal – do triunfo do liberalismo e da democracia, ou da vitória da Revolução Comunista que redimiria o mundo – ou seria necessária uma iniciativa judaica própria? Um dos elementos do debate era a questão da viabilidade do empreendimento sionista, uma vez que o governo otomano se opunha à imigração judaica e a seu assentamento na Palestina, que não era uma área desabitada; na época, viviam na região cerca de 500.000 árabes. O que os sionistas fariam com eles? Permitiriam que ficassem ou os expulsariam? Seriam declarados estrangeiros em sua própria terra? E se os sionistas não os discriminassem dos novos imigrantes, quem garantiria que os judeus não se tornariam minoria em sua própria terra, mais uma vez na situação da qual procuravam escapar?

Enquanto os judeus liberais questionavam a viabilidade, os revolucionários levantavam questões morais: assumamos – diziam – que, contrariando as probabilidades, os judeus consigam se estabelecer naquela terra pobre, economicamente atrasada, sem recursos naturais e sem capacidade para absorver milhões de imigrantes. Seria moralmente justificável transformar os árabes de donos da terra em uma minoria?³

O discurso antissionista não abarcava somente o que era possível e desejável; incluía também o aspecto religioso. Pinsker – e mais tarde Herzl – mencionou a Palestina mas não a sugeriu como único local possível para o Estado judeu. Entretanto, a partir do momento em que tomou forma, a ideia conectou-se à mente das multidões judaicas com um só país: a Terra de Israel com a qual sonharam e pela qual rezaram, mesmo que não tenham tentado voltar e nela estabelecer-se. A ideia do retorno à pátria era intrínseca

à ideologia sionista, mas seus críticos alegavam que a conexão com a Terra de Israel era baseada em um mito religioso, e que judeus seculares não deveriam adotar noções de santidade da terra, “de renovação dos dias de outrora” e outras ideias oriundas da crença judaica. Para os ultraortodoxos, a ideia do retorno dos judeus à sua pátria desafiava o destino ao qual estavam condenados e opunha-se aos três juramentos que o povo fizera ao Todo-Poderoso: não atacar a muralha, não tentar adiantar o final e não se rebelar contra os povos do mundo, enquanto o Todo-Poderoso invocava os povos do mundo a não destruírem o povo judeu.⁴ A tentativa de trazer a redenção através da intervenção humana era vista pelos ultraortodoxos como uma rebelião contra decretos divinos, uma vez que os judeus tomariam o destino em suas próprias mãos sem aguardar a vinda do Messias. Conseqüentemente, os ultraortodoxos se opunham veementemente ao que consideravam uma perigosa heresia.

A oposição ao sionismo, portanto, unificava vários grupos distintos: aqueles a favor da assimilação, os ultraortodoxos, os revolucionários e os capitalistas, os sonhadores e os pragmáticos. Havia aqueles que se opunham à ideia porque acreditavam que uma solução melhor para “o problema judaico” poderia ser encontrada em um marco universal. Outros estavam preocupados com sua situação como cidadãos detentores de direitos nos países onde viviam. Outros, ainda, consideravam o sionismo revolucionário ou conservador demais.

O ILUMINISMO JUDAICO

Apesar de habitualmente mencionarem Jerusalém em suas três preces diárias, e também a esperança de retornar a essa terra, os judeus não se inclinavam a tomar nenhuma iniciativa capaz de mudar sua situação existencial, que já durava alguns séculos. A maioria do povo judeu vivia na Europa e aceitava a realidade de surtos ocasionais de violência, humilhação

e discriminação. Logo, o que teria mudado no século XIX, fazendo surgir a ideia de sionismo?

A modernização passou a permear o ambiente judaico na segunda metade do século XVIII, quando as monarquias absolutistas minaram a antiga ordem social europeia, caracterizada por uma sociedade corporativa na qual as corporações eram autônomas e podiam manter sua vida e cultura tradicionais. Por centenas de anos, os judeus constituíram uma corporação dentro da sociedade europeia, uma espécie de autogoverno secundário, e beneficiaram-se de autonomia na comunidade, na qual aqueles que não respeitassem as leis religiosas e as regras de conduta social seriam condenados ao ostracismo. Dessa forma, os judeus preservaram uma identidade judaica claramente definida, de acordo com a lei da Halachá e com as normas sociais tradicionais. Os Estados absolutistas, entretanto, introduziram um sistema de governo direto que invalidava os elementos corporativos, intermediários entre o monarca e seus súditos. A autoridade da comunidade foi anulada, e a estrutura que havia preservado a identidade judaica tradicional – fosse de forma voluntária, fosse por coerção – entrou em colapso. Assim, abriram-se novas opções para os judeus.

O processo iniciou-se na Europa Ocidental e avançou lentamente para o leste, onde uma revolução demográfica ocorreu no início do século XIX: a população judaica aumentou a um ritmo muito maior que o restante da população. Em 1800, havia entre 1 e 1,2 milhão de judeus no Império Russo, e no final do século o número chegou a algo em torno de cinco milhões. Esse enorme incremento natural criou um problema grave onde antes havia um, que era somente marginal: os judeus não falavam o idioma local nem enviavam seus filhos às escolas nacionais. Viviam principalmente na Polônia, no oeste da Ucrânia e na Lituânia, sustentavam-se através do artesanato, do comércio ou como mascates, e viviam em crescente pobreza. Muitos buscavam o sustento na cidade grande, mas, devido à modernização e ao início da industrialização – da qual não podiam participar –, também se viam condenados à pobreza e à desesperança. Eram considerados, portanto, elementos parasitários da população.

Em 1781 (na Boêmia) e 1782 (no restante da Áustria), o imperador austríaco Josef II emitiu uma série de “decretos de tolerância” que abriram possibilidades antes inimagináveis para o avanço educacional e econômico dos judeus do Império Habsburgo. Assim surgiram os primeiros indícios do iluminismo judaico. Entre outras ações, buscava-se trazer progresso e o que se chamou de “produtividade” às massas judaicas, modernizando-as e transformando-as em cidadãos úteis, parte da economia e da cultura. Aprender o idioma local e receber educação secular eram as pedras fundamentais desse movimento.

Na década de 1860, as políticas do czar Alexandre II levaram essa tendência ao Império Russo, e a secularização criou uma categoria de judeus que se afastaram, uns mais, outros menos, das tradições judaicas: alguns as mantinham em casa, mas comportavam-se como gentios fora do ambiente doméstico. (“Seja um homem lá fora, e um judeu em tua tenda”, escreveu Yehuda Leib Gordon, poeta do período iluminista.⁵) Outros nem se consideravam judeus, com exceção da mínima observância das festas judaicas, e muitos se converteram ao cristianismo.

Até o início do século XIX, os judeus se consideravam um povo, ainda que diaspórico, sem território nem soberania. Na consciência judaica, a máxima “os judeus são responsáveis uns pelos outros” representava muito mais do que apenas uma identidade religiosa. Eles sustentavam a dupla identidade religiosa e étnica, especialmente porque ao longo de vários séculos a conversão para o judaísmo fora proibida em países islâmicos e cristãos. Em tempos de crise, a solidariedade existente em comunidades judaicas reforçava a sensação de proximidade e de compartilhamento de um destino comum. Alguns exemplos são o resgate de prisioneiros ou libelos de sangue (como o de Damasco, em 1840), ou a tentativa de expulsão dos judeus por parte da imperatriz Maria Teresa, em Praga, em dezembro de 1744, à qual se opuseram judeus de vários países.⁶ Enquanto a identidade tradicional não foi minada, não surgiu a questão da separação entre religião e nacionalidade. Mas, assim que começaram a soprar os ventos da secularização, a conexão religiosa se enfraqueceu e surgiram questões

referentes ao caráter da identidade judaica: o que são os judeus? Eles possuem somente uma religião em comum, ou também uma nacionalidade judaica própria?

A Revolução Francesa concedeu aos judeus direitos iguais, sob a condição de que abandonassem sua identidade coletiva. Conforme declarou Clermont-Tonnerre na Assembleia Nacional francesa: aos judeus individualmente – tudo; como nação – nada. Foi o preço que os judeus tiveram de pagar pela igualdade. As Guerras Napoleônicas romperam as barreiras do conservadorismo europeu e levaram à expansão da consciência nacionalista e ao surgimento de aspirações nacionais em todo o continente. Os Impérios multinacionais, como o Habsburgo e o russo, viram-se sob ataque dos movimentos nacionais. Na Polônia, na Tchecoslováquia, na Rússia, na Alemanha e na Itália, iniciaram-se como movimentos de renascimento cultural, a partir do desejo de retomada das raízes culturais, do idioma nacional, da literatura, música e arte. Cada cultura nacional conectava-se com alguma versão do cristianismo: os nacionalismos russo, ucraniano e sérvio eram ligados a correntes do cristianismo ortodoxo, enquanto a vertente polonesa estava vinculada ao catolicismo.

O surgimento do nacionalismo representou um duplo desafio para os judeus: deveriam tornar-se nacionalistas nos países onde viviam, ou continuar leais aos grandes Impérios? E, enquanto os povos da Europa assumiam identidades nacionais, dos judeus era exigido que abandonassem sua identidade coletiva para obter direitos iguais. As fronteiras do coletivo judaico, até então claramente demarcadas, tornaram-se nebulosas: os judeus precisavam agora, individualmente, encarar seu destino e definir uma identidade pessoal. Em geral, podiam fazê-lo de acordo com sua vontade. Os judeus dos países ocidentais aceitaram entusiasticamente a igualdade de direitos, que viam como a chave para se integrar a uma sociedade não judaica. Muitos não tinham a intenção de abandonar a identidade judaica, mas sim a de defini-la de outra forma. Assim, criou-se um paradoxo, pois, em uma era de crescente secularização, a autodefinição dos judeus passou a

apoiar-se fortemente na religião: alemães de credo judaico, franceses de credo judaico e assim por diante.

Essa autodefinição criou, pela primeira vez, uma distinção entre religião e nacionalismo judaico. Os judeus acreditavam que a emancipação – que lhes abria o futuro para o progresso, incluindo acesso à educação formal, novas profissões e mobilidade geográfica, social e econômica – os levaria à redenção do exílio, conforme descrito por Yechezkel Kaufmann, autor de uma análise sobre as correntes políticas judaicas.⁷ A propensão à assimilação era equivalente a um movimento com atributos messiânicos que via, nos países onde os judeus viviam, a integração como o rumo certo, na direção da redenção, e representava a tendência dominante na primeira metade do século XIX.

Durante aquele século, a emancipação consolidou-se na Europa Central e na Ocidental, mas não foi adiante nas fronteiras do Império Czarista. Como consequência da divisão da Polônia no final do século XVIII, esse império passou a dominar uma numerosa população judaica, e durante o século XIX seus dirigentes tentaram tanto converter os judeus (através de éditos e pressões diversas) quanto reformá-los, tornando-os mais úteis ao Estado. Tentativas de fazer os judeus mais produtivos incluíam tanto a educação genérica quanto o ensino do idioma nacional, e durante o reinado de Alexandre II foi-lhes dada a oportunidade de frequentar escolas de ensino médio. Alexandre também comportou-se de forma mais favorável em relação aos judeus que viviam fora da área de assentamento judaico (as áreas polonesas anexadas pela Rússia, nas quais eles tinham permissão para viver). Porém, depois de seu assassinato, em 1881, o pêndulo retornou à política de éditos e restrições, e a emancipação judaica chegou à Rússia somente em 1917, com a Revolução de Fevereiro.

Assim, era natural que parte dos judeus da Europa Oriental reagisse com desconfiança e hostilidade contra seus correligionários favoráveis ao iluminismo, a quem viam como agentes governamentais que tentavam convertê-los. Mas, uma vez iniciada, a educação judaica secular já não podia ser detida. Demorou até que pudesse penetrar as massas da Europa Oriental,

onde a maioria dos judeus ainda respeitava as tradições judaicas, mas lentamente deu-se uma abertura às influências externas e formou-se na Rússia czarista uma elite econômica judaica que adotou um estilo de vida moderno.

Conforme mencionado anteriormente, as primeiras manifestações de nacionalismo na Europa basearam-se em um renascimento cultural, em um retorno às fontes de cultura nacional nos idiomas pátrios e na criação de um novo *corpus* cultural romântico que desse expressão aos anseios do povo. O nacionalismo europeu via um elo inquebrantável entre a herança cultural de um povo e seu direito à autoexpressão política, pois a herança cultural demonstrava que um povo merecia ser aceito na família das nações. O romantismo gerou um impressionante florescimento da cultura, especialmente nas literaturas nacionais. Após as Guerras Napoleônicas, a elite russa adotou o idioma de seu próprio povo como expressão de cultura, e assim surgiu a literatura russa. As obras de Goethe e Schiller na Alemanha, Mickiewicz na Polônia, e muitos outros, representavam comunidades conectadas por idiomas e literaturas que expressavam e até geravam demandas nacionais. O nacionalismo, por sua própria natureza, era um movimento secular que exaltava a liberdade humana e as aspirações de autodeterminação. Ao mesmo tempo, todas essas obras nacionais também se apropriavam de símbolos religiosos.

As correntes espirituais e políticas permeavam, igualmente, as comunidades judaicas. Havia judeus que se voltavam para a cultura geral das regiões onde viviam, adotando-a, enquanto outros introduziam princípios do romantismo na arena judaica. Assim, a aspiração por absorver as fontes clássicas da literatura nacional em seu próprio idioma manifestou-se através da criação de uma cultura hebraica secular. Abraham Mapu, judeu lituano, publicou o romance histórico *Ahavat Zion* (Amor de Sião) em 1853. O livro, cujo enredo se desenvolve em Jerusalém no período do primeiro templo, apresenta a cidade como terrena e não celestial. Embora Mapu estivesse afastado de ideias nacionalistas contemporâneas, a utilização do idioma sagrado para uma publicação laica foi uma expressão da influência do

romantismo europeu sobre os judeus, que se mostraram, então, abertos a elementos da cultura secular.

O iluminismo judaico, da forma como se manifestava na literatura, na poesia, na filosofia, na gramática e na autobiografia, assentou as fundações para o florescimento das ideias do nacionalismo judaico. A Bíblia, cuja beleza tinha sido envolvida pelo manto dos comentários tradicionais durante gerações, era agora trazida à vida através do estudo da gramática, para que qualquer leitor instruído pudesse entender seu texto. Essa acessibilidade levou a Bíblia para o conhecimento do público judaico esclarecido, assumindo um *status* equivalente ao elevado *status* que detinha junto aos protestantes. Já não era somente a Sagrada Escritura, mas um livro que descrevia o passado heroico e maravilhoso do povo judeu. Além disso, exaltava os princípios altivos e universais de paz e fraternidade para toda a humanidade.

Assim, na Europa Central e Ocidental, a tendência modernizadora dominante sinalizava o abandono da identidade judaica coletiva; mas, na Europa Oriental, onde milhões de judeus viviam em aldeias, cidades pequenas e médias, constituindo um terço ou mais da população, a tendência moveu-se em outra direção. Com uma enorme concentração geográfica e cultural da população judaica, a secularização na Europa Oriental foi resultante, pelo menos em seu estágio inicial, do florescimento da cultura hebraica, e não da aspiração por tornar-se parte da sociedade mais ampla. O regime czarista e as massas russas não viam com bons olhos a ideia de que os judeus poderiam se integrar à sociedade russa e que, ainda que durante o governo de Alexandre II, teriam permissão para estudar nas escolas de ensino médio e nas instituições de ensino superior. Somente uma pequena parcela da população judaica conseguiu abandonar a área de assentamento, integrar-se à economia capitalista em desenvolvimento na Rússia e tornar-se parte de sua burguesia emergente. A repressão, por um lado, e a conscientização secular, por outro, geraram uma sensação de privação e injustiça que reforçou ideias nacionalistas recém-despertadas.

A modernização da vida judaica minou uma visão de mundo tradicional e a percepção do espaço, expandindo seu leque de possibilidades. O surgimento moderno de jornais, em todos os idiomas judaicos, transformava os acontecimentos de uma comunidade judaica específica em informação que agitava e instigava outras comunidades. Assim, por exemplo, as Suffot Baneguev, a onda de *pogroms* que se abateu sobre o sul da Rússia em 1881, tornaram-se um episódio seminal discutido por todo o mundo judaico; o problema dos refugiados judeus que escapavam dos *pogroms* tornou-se um tema central da agenda judaica em toda a Europa. É impossível compreender o impacto causado pelo choque do *pogrom* de Kishinev, em 1903, sem os relatos dos jornais judaicos ao redor do mundo (apesar da censura czarista). Os debates sobre a questão judaica, ou seja, sobre o futuro do povo judeu, tornaram-se um tema central tanto nos periódicos judaicos russos quanto naqueles publicados em hebraico.

O surgimento da locomotiva e dos navios a vapor tornou as viagens de longo percurso mais confortáveis, seguras e relativamente baratas. O local de nascimento deixou, repentinamente, de definir a identidade: qualquer um poderia decidir migrar de uma pequena aldeia ou vilarejo para uma cidade de porte médio ou mesmo uma metrópole como Varsóvia (onde vivia a maior comunidade judaica da Europa), ou tentar cruzar a fronteira rumo à Galícia, governada pelo imperador Franz Josef (considerado moderado pelos judeus). Os mais ousados e abastados dirigiam-se à Alemanha, que apresentava um leque de possibilidades: ficar no Império Alemão, emigrar para a Inglaterra ou embarcar para os Estados Unidos, a Argentina ou a África do Sul. Outros, ainda, viajaram de trem ou navio pelo Dnieper até Odessa, e de lá para a Palestina; ou alcançaram Trieste, o porto de partida para a Palestina no Império Habsburgo. No final do século XIX, havia a possibilidade de migração da província para o centro de um país, de um país para outro, ou mesmo para outro continente.

As inúmeras possibilidades que se abriram aos judeus, incluindo a escolha por estilo de vida, idioma, conduta, cultura e identidade, enfraqueceram as conexões com seus locais de nascimento, cultura local,

costumes e religião. Muitos judeus passaram a adotar a identidade nacional dos países onde viviam e, vendo as conexões com esses países como uma aliança sagrada, engajaram-se em guerras de libertação nacional. Conseqüentemente, as várias comunidades judaicas se afastaram umas das outras, separadas por diferentes culturas, estilos de vida e normas de comportamento. Surgiram diferenças entre os judeus da Europa Central e Ocidental e seus irmãos da Europa Oriental, e entre aqueles que se expressavam em alemão, russo ou inglês. O ídiche ainda era o idioma que ligava os judeus das comunidades ashquenazitas, mas, após a integração, muitos membros da segunda geração viam-no como idioma humilhante e inferior, que pessoas cultas não deveriam utilizar.

No mesmo período surgiram organizações judaicas globais, que defendiam como causas a proteção dos judeus e seu avanço rumo à modernização. A Aliança Israelita Universal,⁸ por exemplo, buscava disseminar a cultura francesa junto aos judeus do Oriente Médio e do norte da África, ao mesmo tempo que trabalhava para proteger os judeus e torná-los modernos e produtivos. Em 1870, a Aliança fundou a escola agrícola Mikve Israel para ensinar as crianças judias da Palestina a cultivar o solo. A organização alemã Hilfsverein der Deutschen Juden⁹ tinha um objetivo similar: estabelecer na Palestina um sistema educacional no idioma alemão. A Associação de Colonização Judaica¹⁰ buscava assentar judeus na Argentina e em outros lugares, enquanto o American Jewish Joint Distribution Committee (conhecido como Joint)¹¹ também tentava fornecer ajuda a judeus em áreas conturbadas e encorajava o aumento da produtividade.

Em paralelo a essas tendências centrífugas de modernização e emancipação, havia uma tendência oposta: a imprensa judaica criou uma comunidade internacional exposta às mesmas informações, entusiasmada pelos mesmos eventos e identificada com as massas judaicas, ainda que os judeus vivessem em comunidades de idiomas e culturas distintos.

REVÉS E TRAIÇÃO

Nas últimas décadas do século XIX, reverteram-se as tendências positivas que induziram à crença no poder da educação para levar progresso e prosperidade à sociedade humana, erradicando o preconceito, a discriminação e a injustiça. Em 1881, o czar Alexandre II foi assassinado por revolucionários (entre os quais homens e mulheres membros da população judaica) que tentavam derrubar seu governo autocrático. Esse evento inaugurou um novo período: não somente os judeus agiram em conjunto com revolucionários não judeus, mas também mulheres judias, liberadas havia pouco de sua cultura tradicional, cooperaram com homens judeus e gentios. Era esse o resultado das reformas educacionais de Alexandre II: estudantes judeus e não judeus encontravam uma linguagem comum em suas grandiosas esperanças de reformas universais e a construção de uma nova sociedade na qual a religião não mais seria um critério de inclusão.

O assassinato do czar provocou uma onda de choque por todo o Império Russo e gerou uma onda de *pogroms* na Ucrânia. A Igreja e o governo não realizaram nenhum esforço para conter a multidão, e os judeus suspeitavam de que ambos colaboravam com os desordeiros. Apesar de os danos serem primordialmente materiais, o choque foi enorme: não haviam ocorrido distúrbios maciços contra judeus na Europa Oriental no século anterior, levando à presunção de que o fortalecimento do Estado absolutista garantia a segurança e a ordem pública. Agora, subitamente parecia que, se na maior parte da Europa e das Américas os judeus haviam se tornado cidadãos com direitos iguais, as massas russas ainda podiam usar de violência enquanto o governo se mantinha passivo ou participava ativamente dos distúrbios.

Os *pogroms* minaram não só a sensação de segurança dos judeus mas também sua crença no progresso: nem os revolucionários russos engajaram-se em sua defesa. Os revoltosos consideraram que a indiferença das massas russas pela propaganda revolucionária e sua própria opressão seriam os principais obstáculos no caminho para a Revolução. Viam o levante contra

os judeus como expressão da fúria das multidões, anunciando a mudança de conscientização que levaria a população a rebelar-se e derrubar o regime. Foram os elementos esclarecidos e letrados da população judaica que mais sentiram essa reação; eles haviam acreditado na solidariedade dos revolucionários russos e agora percebiam que não se encontravam em solo firme, mas em areia movediça.

Essa traição repetiu-se várias vezes no período anterior à Primeira Guerra Mundial, durante o *pogrom* de Kishinev de 1903 e os de outubro de 1905, que eclodiram após o fracasso da primeira Revolução Russa; e cada onda de *pogroms* era pior que a anterior, em sua brutalidade, o número de vítimas e a amplitude dos danos. Em cada um dos casos, repetiu-se a fraqueza ou indiferença dos governos locais e seu fracasso em engajar a opinião pública esclarecida da Rússia. Também após as Suffot Baneguev ocorreu o chamado “*Pogrom Frio*” (Leis de Maio de 1882, como o governo chamou), que limitava a residência judaica à área de assentamento, reduzia o acesso dos judeus à educação superior e suas chances de cultivarem a terra e tornarem-se mais produtivos. O governo justificava tais decretos alegando que os *pogroms* eram uma resposta à exploração das massas pelos judeus.

As possibilidades de obtenção de direitos iguais para os judeus russos desapareciam do horizonte, com um duplo efeito. Primeiramente, a perda de segurança existencial tinha um impacto não somente sobre as comunidades que haviam sofrido com os *pogroms*, mas também nas relações entre os judeus e as autoridades em geral. Desesperançosos em relação à possibilidade de melhorar sua condição de vida, enormes contingentes de judeus tentaram abandonar a Rússia e, nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, milhões deles recusaram-se a aceitar seu destino e deixaram a Europa Oriental, na tentativa de reconstruir suas vidas. A grande maioria emigrou para os Estados Unidos, a terra das oportunidades ilimitadas, enquanto outros se dirigiram para a Europa Ocidental, a Alemanha, a Inglaterra, a África e a América do Sul. Algumas dezenas de milhares chegaram à Palestina.

O segundo efeito foi a radicalização das massas judaicas, provocada por três fatores: uma sensação de privação e discriminação por parte das autoridades; um novo senso de autoconsciência obtido através de uma maior exposição ao mundo; e a crescente secularização da sociedade judaica, compatível com o *zeitgeist* contemporâneo. Os revolucionários russos do último terço do século XIX eram jovens idealistas e instruídos, que optaram por sacrificar a vida na luta para liberar as massas e criar uma sociedade justa. Esses homens e mulheres jovens, que se dirigiram ao povo, tentando chamar a atenção de centenas de milhares de camponeses oprimidos para sua situação de miséria e injustiça, encontraram não somente indiferença, mas também hostilidade por parte daqueles que tentavam redimir – e que, em vez disso, os entregavam às autoridades. Seu destino final foram longos anos na prisão, expulsão para a Sibéria, loucura e morte.

O martírio adquiriu proporções míticas para gerações de revolucionários judeus e não judeus. O exemplo dado pela juventude russa foi levado a sério pelos jovens judeus, que aprenderam a lição e, sujeitos à discriminação e às desvantagens sofridas, também buscavam um resultado sublime: reformar o mundo à imagem do reino dos céus. Alguns aderiram aos movimentos revolucionários russos sem demonstrar interesse pelo destino dos judeus; entre eles estavam Leon Trotsky (Bronstein) e Yuli Martov (Zederbaum), que deixaram suas marcas na história russa. Outros tentaram organizar um movimento de trabalhadores judeus e em 1897 fundaram o Bund, partido judaico-marxista que lutou para proteger os trabalhadores judeus da exploração pelos patrões, em sua maioria também judeus. Claramente construído sobre fundações populares, o Bund engajou com sucesso as classes mais baixas. Outro segmento da juventude judaica também afetado pela mitologia dos mártires revolucionários russos desistiu de obter justiça para os judeus nos países onde eles viviam e optou por reformar a sociedade judaica em um país que fosse o seu. Parte deles fundou o movimento Am Olam (Povo Eterno), que se estabeleceu nos Estados Unidos, e a associação Bilu – acrônimo para Beit Yaakov Lechu Venelcha (Casa de Jacó, levante-se e

vamos) –, que tinha por objetivo criar um assentamento na Palestina. Esses grupos foram seguidos por várias outras organizações sionistas-socialistas.

UM NOVO NACIONALISMO JUDAICO

Ao mesmo tempo que se fragilizava a segurança dos judeus na Europa Oriental, surgia o moderno antissemitismo na Europa Ocidental. O ódio aos judeus não era novidade, mas dessa vez estava marcado pelo racismo e pelo determinismo: seu objeto não era a religião, e sim a raça judaica. A religião pode ser trocada, a raça, não; e, em uma era de crescente secularização, o ódio religioso poderia parecer algo pertencente ao passado, enquanto o racial era moderno e atual – expressava-se na linguagem do darwinismo científico.

O velho ódio ao judeu havia sido dirigido ao judeu diferente, estranho, enquanto o antissemitismo visava ao judeu que se parecia com qualquer um, falava o idioma local, tinha aparência e comportamento típicos da classe média, participava da cultura nacional e até mesmo ajudava a criá-la. Os antissemitas acusavam os judeus de serem a causa de todos os males da sociedade capitalista, de incitarem a Revolução e minarem a ordem existente. Descreviam os judeus como parasitas, incapazes de estabelecer uma cultura e sociedade próprias; aproveitando-se de outros povos, copiavam ou pervertiam as culturas alheias. Como os judeus eram incapazes de integrar-se de fato a uma cultura, suas criações culturais eram artificiais: nem autênticas, nem originais.

Judeus praticantes costumavam considerar o ódio ancestral ao povo judeu como parte da ordem mundial aceita, o que não se modificaria até a chegada do Messias, uma pena que teriam de aceitar e aguentar. O novo antissemitismo prejudicava os judeus que acreditavam fazer parte do povo em meio ao qual viviam, com direitos e obrigações iguais; aqueles que acreditavam que já não havia uma “comunidade” judaica. Agora viam-se

todos agrupados sob a infame denominação de “judeu”. Conforme escreveu Yechezkel Kaufmann, a redenção da alienação que os judeus esperavam e almejavam através de sua integração na sociedade revelou-se uma miragem. A igualdade constitucional não trouxe integração social e muito menos o reconhecimento por parte de alemães e franceses de que os judeus eram um componente orgânico de suas nações. Em suas memórias, Gershom Scholem descreve as várias reações judaicas ao surgimento do antissemitismo: alguns optaram por ignorá-lo, como seu pai, que para todos os efeitos se considerava alemão, mesmo quando obrigado a abandonar os clubes que frequentava, devido à crescente oposição à filiação judaica. Um dos irmãos de Scholem manteve o patriotismo alemão até a morte, alegando que Hitler não decidiria se ele era ou não alemão. Outro irmão, comunista, pereceu no campo de concentração de Buchenwald, enquanto Gerhard, que se tornaria Gershom, abraçou o sionismo.¹²

Assim como outros movimentos nacionalistas, o nacionalismo judaico estava baseado em uma nova autoestima, nascida da exposição à modernidade, e uma nova sensibilidade social, resultante da educação secular. O fato de terem sido rejeitados por parte do nacionalismo dominante feriu profundamente esses judeus modernos e seculares. Ernest Gellner vincula a formação de movimentos nacionalistas ao crescimento do número de pessoas instruídas, à maior mobilidade de indivíduos, mercadorias e crenças, à propaganda que acompanha a industrialização e à frustração resultante de expectativas não concretizadas de integração de um grupo na sociedade. A criação de uma *intelligentsia* em um grupo étnico rejeitado seria o primeiro passo para o crescimento dessa iniciativa, que poderia então disseminar sua mensagem através de meios de comunicação aprimorados. Um processo similar pode ser identificado junto aos judeus: o que em séculos anteriores havia sido visto como uma identificação instintiva com o “judaísmo”, sem qualquer percepção de nacionalismo ou desejo de dar voz política aos sentimentos dos judeus, agora se transformava em consciência nacional. Em contraste com as tendências dominantes na sociedade judaica do século XIX, o movimento nacionalista demandava,

primordialmente, o reconhecimento da existência de uma nação judaica com um passado, um presente e até um futuro comum. A nação era vista como detentora de valor intrínseco e como parte importante da cultura mundial. No livro *Roma e Jerusalém*, Moses Hess (judeu alemão socialista, contemporâneo de Marx) comparou a família das nações a uma orquestra que não poderia tocar harmonicamente enquanto um de seus instrumentos – a nação judaica – estivesse ausente.¹³ Outros, como Herzl, viam a existência da nacionalidade judaica como predeterminada, um destino inexorável. Ambos exigiam o reconhecimento da singularidade dos judeus, não somente como indivíduos, mas como coletivo. A famosa chamada de Herzl, “somos um povo – um só povo!”, foi uma revelação que levava uma mensagem de libertação aos judeus da Europa Central e Ocidental. Mas, para os judeus da Europa Oriental, era uma declaração evidente sobre sua situação política.

Uma das características dos movimentos nacionais europeus (sendo o sionismo um dos mais tardios) era o apelo por legitimidade; e a legitimidade normalmente baseava-se numa genealogia que atestava a antiguidade da nação, seu direito histórico ao território e à soberania, a beleza de sua cultura nacional e sua contribuição para a cultura mundial. A genealogia do povo judeu baseava-se na Bíblia, o que apresentava um paradoxo, porque até o século XIX esta era considerada secundária em relação às leis orais judaicas. As crianças estudavam o Pentateuco em escolas religiosas, mas somente como introdução para escritos mais importantes, como o Talmud e os *poskim* (árbitros religiosos). Foram os protestantes que descobriram a Bíblia e exaltaram sua importância na educação das gerações mais jovens. Mesmo a ideia do retorno dos judeus ao seu lar ancestral como primeiro passo para a redenção do mundo parece ter-se originado junto a um grupo específico de protestantes ingleses evangélicos, que floresceu na Inglaterra na década de 1840: foram eles que passaram adiante essa noção para os círculos judaicos.

Pode parecer que a ideia do retorno à Terra de Israel fazia parte das crenças espirituais do povo judeu desde tempos imemoriais. Afinal, os

judeus rezavam todos os dias pelo retorno a Sião, a cada feriado do Pessach (Páscoa judaica) recitavam “no ano que vem em Jerusalém”, e em todo nono dia do mês de Av lamentavam a destruição do templo. No século XVII, o mundo judaico fora arrebatado pelo aparecimento de Shabbetai Zvi, um falso Messias que prometeu o fim do exílio e o retorno do povo judeu à Terra de Israel. A aspiração a Sião era, certamente, um componente intrínseco da psique e dos sentimentos judaicos.

Porém, havia uma diferença fundamental entre o sionismo e esse desejo. Durante séculos, os judeus haviam se concentrado em uma redenção milagrosa, que ocorreria como parte de um evento cataclísmico, capaz de alterar a ordem mundial existente. Até que esse momento (envolto nas brumas do futuro) chegasse, deveriam viver suas vidas na Diáspora, sem tentar influenciar os eventos. As ideias que começaram a circular entre judeus seculares e religiosos no século XIX eram completamente diferentes: em vez de aguardar passivamente a chegada do Messias, o povo judeu tomaria o destino em suas próprias mãos e transformaria sua situação por intermédio de ações concretas. Esse conceito encontrou forte objeção por parte dos círculos religiosos conservadores, que o viam como uma oposição à vontade divina. A esquerda, por outro lado, alegava que esse conceito pautava-se na religião, algo de que os judeus cultos e esclarecidos deveriam distanciar-se.

Os grupos dos Hovevei Zion (Amantes de Sião) – que surgiram no Império Russo na esteira das Suffot Baneguev e da perda de esperança de que o progresso salvaria os judeus – eram poucos e inexperientes em relação à organização e criação de assentamentos, mas introduziram uma inovação significativa: deixaram de referir-se à Terra de Israel como mítica e passaram a compreendê-la como um país real que poderia ser colonizado. O que Herzl faria quinze anos depois seria adicionar um componente político a um movimento iniciado antes de seu tempo. Essa aspiração por realizar uma mudança fundamental na psique judaica e em sua atitude frente ao mundo, assim como na atitude do mundo frente aos judeus, foi o que deixou uma marca revolucionária no movimento sionista. Era revolucionário conclamar

o ativismo judeu, as ações reais no presente – o que Gershom Scholem chamou de “o retorno dos judeus à história”. E, assim como foi feito por outros movimentos nacionais, o sionismo também empregou mitos e símbolos ancestrais, a maioria deles tomados da tradição e da religião.

HERZL E AS ORIGENS DO SIONISMO

A história judaica reserva um lugar especial para Theodor Herzl, o pai do movimento sionista. Por mais que tentemos explicar certos fenômenos históricos, alguns retêm um elemento inexplicável, misterioso, místico. O aparecimento de Herzl no mundo judaico e sua vigorosa atividade por menos de uma década constituem um desses fenômenos: uma passageira tormenta de raios, que iluminou e sacudiu a realidade, estabelecendo as bases para futuras mudanças. Herzl era um judeu húngaro cuja família havia se emancipado e se aculturado junto à cultura alemã; possuía poucos conhecimentos sobre judaísmo e noções superficiais sobre o povo judeu. Como jornalista especializado em folhetins do importante jornal vienense *Neue Freie Presse*, escrevia no fim do século XIX e era apreciado principalmente por seus leitores judeus, irônicos e sofisticados. Herzl também tentou a sorte como dramaturgo, mas com pouco sucesso. Nada em sua história pessoal indicava a fortaleza moral, a energia ilimitada, a acuidade política e a dedicação infinita que demonstrou nos incríveis anos finais de sua vida. Do dia para a noite, o medíocre intelectual burguês transformou-se em um homem movido por sua vocação.

O curto panfleto *Der Judenstaat* (O Estado dos Judeus), que Herzl publicou em 1896, pertence ao grupo formado pelo tratado *What is the Third Estate?*, escrito por Abbé Sieyès e que contribuiu para a eclosão da Revolução Francesa, e pelo artigo “Common Sense”, de Thomas Paine, que gerou amplo apoio para a Revolução Americana. O panfleto *Autoemancipação*, de Yehuda Leib Pinsker, publicado em 1882, antecedeu o

de Herzl, mas, ainda que a análise de Pinsker sobre o antissemitismo fosse mais profunda, a grandeza de Herzl consistiu em posicionar o fenômeno em seu contexto moderno e dele tirar conclusões concretas. Herzl compreendeu o caráter multifacetado do antissemitismo moderno, que conectava elementos antagônicos: os judeus eram odiados como capitalistas e como revolucionários, pobres e ricos, instruídos e ignorantes, e como um povo que se apropriava da cultura local mas mantinha sua singularidade.

Acima de tudo, Herzl reconheceu que o antissemitismo derivava de um novo fenômeno de distribuição de poder na Europa: a política das massas. Segundo ele, conforme o avanço do nacionalismo e da democratização gerava um aumento do poder das massas, o risco aos judeus também crescia. Vivendo em Viena e Paris, Herzl testemunhou o crescente poder das massas: na Áustria, Karl Lueger, um antissemita demagogo foi reeleito prefeito de Viena, apesar da rejeição do imperador Franz Josef. Os alemães sentiam-se ameaçados pelo crescente nacionalismo dos poloneses e dos tchecos e ressentiam-se da evidente prosperidade cultural e econômica dos judeus na cidade imperial. As políticas de ódio eram, portanto, de seu interesse. Em Paris, Herzl observou a maciça indignação que se seguiu ao julgamento de Dreyfus, mas não foi o julgamento que despertou sua sensibilidade para o problema judaico (o antissemitismo), conforme reza a crença popular. Sua consciência nacionalista já havia sido despertada pelo crescente poder das massas e pelo que representava sua atitude em relação aos judeus, mesmo em um país onde os judeus tinham sido emancipados havia quase um século. O ressentimento das massas contra os judeus reforçou sua crença de que eles não poderiam se assimilar, não porque não quisessem, mas porque não lhes seria permitido. A longo prazo, o progresso poderia mudar a situação, mas o que dava urgência ao plano de Herzl era uma questão específica: quanto tempo havia, ainda, para se solucionar o problema dos judeus?

De forma intuitiva, ele percebeu o perigo existencial à espreita: independentemente de a emancipação ter fracassado ou ter superado as expectativas, o fato é que fora concebida com base em princípios abstratos

de igualdade constitucional. A emancipação não tinha conquistado os corações e as mentes dos povos que se recusavam a aceitar os judeus como parte de seu tecido cívico. A partir daí, Herzl chegou a uma simples conclusão: não havia sentido em lutar contra o antissemitismo, demonstrar que estava equivocado, porque se tratava de uma crença arraigada, impossível de ser superada pelo pensamento racional. A única opção seria contorná-lo. Os judeus constituíam uma nação que precisava de um Estado próprio. O diagnóstico inequívoco de Herzl, tanto da natureza da doença quanto de sua cura, era libertador: encerrava as meias-verdades, a falsa aparência de que tudo estava bem e de que a emancipação havia solucionado o problema. O orgulho ferido do judeu instruído e assimilado, que se viu rejeitado pela nação e pela cultura às quais acreditava pertencer, levou Herzl a declarar orgulhosamente: somos um povo – um só povo!

A essa conclusão, Herzl acrescentou um conceito original: a questão judaica era um problema global que só seria solucionado com o auxílio das grandes potências. Discutir a situação dos judeus em termos de uma “questão” era algo degradante e paternalista. As pessoas se referiam à “questão da escravidão” e à “questão feminina”, com a implicação de que esses grupos tinham *status* inferior e careciam de emancipação. Ao contrário, ao definir o problema dos judeus como um tema internacional, Herzl o removeu da insignificância da política étnica e social nos diversos países e o inseriu na agenda internacional. Ele via a dialética entre o antissemitismo evidente e o dissimulado como uma força que levaria os países europeus a ajudarem na criação de um Estado judeu. Buscando livrar-se da intelectualidade judaica rebelde, de uma classe média judaica bem-sucedida, da abundância de intelectuais judeus no Ocidente e dos judeus pobres do Oriente, as potências europeias ofereceriam sua ajuda para implementar um êxodo moderno.

A compreensão de Herzl sobre o fenômeno do antissemitismo era extremamente astuta; em seu diário, ele comparou o povo judeu a uma pedra em movimento, cuja queda no abismo não podia ser impedida. “Nos expulsarão? Nos matarão?”, considerou em um discurso que planejava fazer

aos Rothschilds.¹⁴ Apesar desses pesadelos, Herzl confiava no humanismo e no progresso da Europa e acreditava que os europeus iriam querer livrar-se dos judeus, mas de forma humana, ajudando-os a criar seu próprio Estado. Ele jamais poderia imaginar que o êxodo seria, um dia, substituído pelos fornos crematórios de Auschwitz.

Firmemente enraizado no mundo moderno, Herzl amava e admirava a cultura europeia, a ópera, o teatro e a música; também enxergava o potencial das novas tecnologias que encurtavam distâncias, tornando viável o que fora considerado impraticável cinquenta anos antes. Era possível agora transportar milhões de pessoas de um continente a outro em pouco tempo e apoiar movimentos coloniais em grande escala, sem sofrimento ou angústia. A descrição de Herzl de como o mundo moderno havia tornado possíveis tais empreendimentos cativou inúmeros judeus. Na realidade, entretanto, o Estado judeu não foi construído de acordo com a perspectiva de Herzl, mas envolveu enormes dificuldades. Os sionistas podem ser gratos por ele não ter imaginado tais dificuldades, pois talvez tivesse desistido da iniciativa logo no começo.

Herzl delineou o processo de transferência de milhões de judeus da Europa para a Palestina – judeus que, segundo ele, não podiam ou não queriam se assimilar. Explicou que tal processo deveria ser apoiado por um documento internacional vinculante que daria aos judeus, em seu novo país, direitos de acordo com o modelo adotado anteriormente pelo Império Britânico, para fins de colonização branca ou obtenção de concessões comerciais, entre outras. Uma delegação de judeus deveria ser criada, para negociar com as grandes potências os termos de uma carta de concessão. Se Herzl tivesse se limitado a publicar o *Der Judenstaat*, que foi imediatamente aclamado e traduzido para o hebraico, o russo, o ídiche e vários outros idiomas, nunca teria conseguido seu lugar inalienável no panteão judaico. Sua grandeza não se restringiu apenas a identificar seu objetivo; ele também produziu os meios de atingi-lo, convocando o primeiro Congresso Sionista na Basileia, em 1897.

Até aquele momento, Herzl tentara engajar as associações judaicas filantrópicas, ativas internacionalmente. Esses grupos buscavam melhorar a produtividade dos judeus, ensinar um ofício a crianças carentes e assentar judeus na Argentina. Foram criados e eram rigidamente controlados por judeus respeitáveis e abastados, de objetivos louváveis mas sem pretensões nacionalistas. Nos primeiros estágios do desenvolvimento de seu conceito, Herzl esperava obter apoio dos grandes filantropos judeus, como o barão Moritz Hirsch, que financiava a colonização judaica na Argentina, ou o barão Edmond de Rothschild. Mas os encontros foram infrutíferos. Quando concordavam em recebê-lo, viam-no não como profeta do nacionalismo, mas simplesmente como jornalista famoso; e seu programa não passava de fruto da imaginação fervorosa, sem base na realidade. O charme de Herzl, tão útil com estadistas e políticos, não lhe serviu de nada junto a esses filantropos. Foi após o fracasso com os milionários que Herzl decidiu escrever *Der Judenstaat*, um passo previsível para quem o jornalismo era o pão de cada dia.

As reverberações causadas por esse modesto panfleto levaram Herzl a buscar a fundação da mencionada “Associação dos Judeus”, que representaria os judeus nas negociações pela carta. A novidade em sua ideia do congresso era que, pela primeira vez na história judaica, delegações internacionais representando os parceiros da ideia sionista iriam reunir-se com ampla base popular. Embora fosse esperado que os participantes se restringissem a membros da classe média judaica instruída, para quem a viagem era acessível, o conceito era o de um congresso que representaria todo o povo judeu, comunicando-se com os de fora a partir das ideias do sionismo. Delegados de todo o mundo participaram do congresso de 1897, e durante seus três dias foi criado o molde do movimento sionista. O congresso se reuniria como um parlamento a cada um ou dois anos, e instituições permanentes foram criadas. O presidente e o comitê executivo constituíram um corpo executivo que se manteria ativo entre os congressos. Foram formadas associações locais cujos membros pagavam taxas – usando o shekel sionista – e enviavam delegados ao congresso de acordo com o

número de membros pagantes. Naqueles poucos dias, Herzl criou as fundações organizacionais e políticas do que viria a se chamar “o nascente Estado judeu”. Assim, foi com um sentido muito específico que declarou: “Na Basileia, fundei o Estado judeu.”

O ato mágico de criar do nada um corpo representativo do povo judeu, para negociar como seu representante legal junto aos chefes de Estado que o ajudariam a obter a carta, foi um gesto revolucionário que anunciou ao mundo a formação de um novo movimento nacional. Como responsável pelas relações com a imprensa, Herzl rapidamente convidou representantes da imprensa internacional para cobrir o evento. Assegurou-se de que o salão estaria imponente, com os delegados vestindo fraque e luvas brancas. A mistura de modernidade e símbolos da antiguidade era notável nas imagens gráficas utilizadas. Os cartões dos delegados, por exemplo, traziam de um lado uma ilustração do Muro das Lamentações (a ruína do Monte do Templo), e, do outro, a figura de um fazendeiro judeu trabalhando no campo. A bandeira sionista, baseada no *talit* [xale judaico de oração], com uma Estrela de Davi no centro, foi idealizada por Herzl. O poema “Hatikva” (A esperança), escrito por Naftali Herz Imber, foi adotado como hino do movimento, apesar de o idioma do congresso ser o alemão, no qual a maioria dos delegados era fluente.

Richard Lichtheim, líder sionista alemão, definiu o sionismo como “o presente europeu para o povo judeu”,¹⁵ e sua frase sublinhou o caráter inovador e nacionalista do movimento, que se tornou um fator de mediação entre o povo judeu e a modernidade. A frase também refletia a adoção, pelo sionismo, da forma de organização política e ação diplomática originária da Europa. Herzl levou para o movimento sionista a experiência política que obteve no Palais Bourbon durante sua estada em Paris, assim como os conceitos e as práticas predominantes ao redor do mundo: congressos, cartas, negociações de alto nível, ações de larga escala e assim por diante. Essas esferas de atividade eram desconhecidas do povo judeu, e é por essa razão que uma proporção tão grande da jovem liderança do movimento sionista vinha do ocidente; eram os egressos da emancipação.

Em contraste, as massas que o sionismo pretendia salvar viviam na Europa oriental e pouco conheciam da cultura ocidental. Muitos mantinham-se imersos em um estilo de vida religioso e observavam a Halachá (lei judaica) e as tradições do judaísmo. A modernização acelerada do Império Czarista na segunda metade do século XIX e início do século XX afetou uma ampla parcela dessa população: as ferrovias tornaram dispensável o trabalho do mascate judeu; ocupações tradicionais como a do carroceiro tornaram-se desnecessárias e inúmeros ofícios perderam sua função econômica no esteio da industrialização. A perda dessas fontes de sustento, combinada com o grande aumento da população judaica na Rússia czarista entre 1800 e 1900, provocou um amplo empobrecimento. A solução mais adotada nos casos de dificuldade econômica, ausência de segurança física e falta de esperança era a emigração além-mar. Na virada do século, emigrar para os Estados Unidos parecia ser a solução para milhões de judeus aflitos, mas, apesar de muitos se dirigirem ao Novo Mundo, às vésperas da Primeira Guerra Mundial o número de judeus no Império Russo era maior do que em 1882.

Assim, o chamado de Herzl, que havia encontrado poucos adeptos na Europa Ocidental, obteve amplo apoio popular no Oriente. A conjunção de uma liderança ocidental pós-emancipada, que havia retornado à sua identidade judaica, com uma ampla base de apoiadores que ainda utilizavam o ídiche como idioma (alguns ainda leais às tradições, outros esclarecidos de uma ou outra maneira), parece provar a veracidade do aforisma de sábios judeus, “O prisioneiro não liberta a si mesmo da prisão”, ou o exemplo de Moisés, que demonstrou que somente um homem livre pode trazer a liberdade a seus irmãos escravizados. Herzl dirigiu-se ao povo judeu, mas não o conhecia, enquanto o povo judeu o via quase como uma figura bíblica, o rei dos judeus.

O movimento Hovevei Zion, baseado em Odessa, começou a criar colônias na Palestina após as Suffot Baneguev. Depois da publicação do ensaio “This is not the Way” [Este não é o caminho], em 1889, Ahad Haam (Asher Ginsberg) foi considerado a figura moral e intelectual mais

importante do movimento. Seu poder residia na análise persuasiva e no estilo lúcido de seu hebraico. Ele não hesitou em publicar, em 1891, o artigo “Truth from Eretz Israel” [A verdade da terra de Israel], no qual expunha os fracassos do jovem empreendimento de colonização da Palestina. Numa época em que eram poucas as perspectivas ponderadas sobre questões práticas e políticas da colonização, e em que a imprensa pró-sionista publicava descrições românticas da vida na Palestina, caracterizando-a como um país atraente, o candor de Ahad Haam era considerado um ato político de primeira grandeza. Mas, apesar de ser um crítico excepcional, sua capacidade de atuar ou liderar era limitada. Até a entrada de Herzl em cena, o movimento Hovevei Zion não conseguiu atrair suporte maciço; apenas marcava passo. O súbito protagonismo de Herzl, as preparações para o congresso e sua efetiva realização (divulgada pela imprensa judaica e não judaica) inflamaram a imaginação das massas judaicas e criaram, pela primeira vez, uma comunidade de simpatizantes com a ideia do sionismo.

Ahad Haam não era um entusiasta do sionismo. A imigração em massa para a Palestina e o estabelecimento de um Estado judeu contrariavam sua definição da questão judaica e de sua solução. Enquanto para Herzl o problema judaico – o antissemitismo – era a questão a ser tratada pelo movimento, para Ahad Haam o problema estava no próprio judaísmo: o enfraquecimento da conexão dos judeus com sua cultura, devido à emancipação e à secularização. Ele não via a Palestina como a solução para milhões de judeus; acreditava que deveriam emigrar para os Estados Unidos. O que o movimento sionista poderia e deveria fazer era estabelecer um “centro espiritual” na Palestina, caracterizado por uma cultura hebraica secular, pelo renascimento da língua hebraica, pela integridade e pela moralidade. Lá, a visão do povo eleito se materializaria. Fonte de orgulho e exemplo notável para o povo judeu, esse “centro espiritual” manifestaria o que Ahad Haam definia como “espírito do judaísmo”, funcionando como força contrária à inclinação dos judeus (principalmente os ocidentais) de abandonar sua identidade nacional em favor da assimilação. Esse centro seria gradualmente desenvolvido e selecionaria meticulosamente aqueles

dignos de juntar-se a ele, evitando atalhos, aventuras políticas e expectativas exageradas.

Ahad Haam representava o sionismo espiritual, cuja perspectiva era diametralmente oposta à de Herzl. Herzl sentia uma enorme urgência: ele se deu conta de que, para sustentar o entusiasmo das massas e o apoio ao sionismo, tinha que proporcionar realizações tangíveis; além disso, sabia, intuitivamente, que o movimento tinha um prazo limitado para atuar. Para ele, o problema judaico não era um conjunto de conceitos abstratos como para Ahad Haam. A questão demandava uma solução rápida porque afetava a vida de pessoas reais, e Herzl enxergava o êxodo como uma imigração em massa de pessoas simples e pobres, que construiriam o país. Ele não previa a imigração seletiva de uns poucos instruídos e respeitáveis, mas sim um movimento de milhões, de qualquer um que quisesse imigrar. O pouco tempo alocado para implementar o programa e seu enorme escopo pareciam inverossímeis para Ahad Haam, que criticava tanto seu conteúdo (porque acreditava ser uma resposta à pergunta errada) quanto o grandioso plano de Herzl de conseguir uma carta e também a Palestina por meio da diplomacia, em uma façanha ousada. “A salvação de Israel virá através dos profetas, não dos diplomatas”, repreendeu Ahad Haam na conclusão de seu artigo “O primeiro Congresso Sionista”, no qual deu uma resposta ao congresso e tentou diminuir as expectativas em relação ao novo sionismo político e ao novo ator na arena sionista.¹⁶

O PLANO DE UGANDA E O TERRITORIALISMO

Nos anos que se seguiram ao congresso, Ahad Haam teve várias oportunidades para dizer “eu avisei”, e não perdeu nenhuma delas. As tentativas de Herzl de negociar com o governo otomano, com o kaiser alemão e com o ministro do interior russo fracassaram. Os turcos não tinham interesse em introduzir outro elemento, não muçulmano, no Oriente

Médio, o que justificaria intervenções europeias adicionais no Império Otomano. Os sionistas russos queriam boicotar as autoridades após o *pogrom* de Kishinev, em 1903, que chocou o mundo judaico ao interromper mais de vinte anos de paz e tranquilidade. Mas Herzl se encontrou com o ministro do interior Vyacheslav von Plehve – antissemita suspeito de envolvimento com o *pogrom* –, na esperança de que ele estivesse disposto a pressionar o governo turco a permitir a transferência dos judeus russos para a Palestina. A visita não deu em nada, mas, na estação de trem de Vilnius [Vilna], Herzl encontrou, pela primeira vez, uma multidão de judeus que foram recebê-lo e demonstrar simpatia pelo “rei dos judeus” e pela ideia do Estado judeu. A onda de amor vinda da multidão o comoveu: era uma experiência judaica diferente das reservas a que estava acostumado na Europa ocidental e das raivosas críticas expressas por Ahad Haam e seus seguidores. A violência praticada pela polícia que tentava dispersar a multidão e a coragem do povo perante tal brutalidade talvez tenham influenciado seu comprometimento com a ideia de redimi-los, acontecesse o que acontecesse.

Alguns meses antes dessa visita a Vilnius, o secretário colonial inglês Joseph Chamberlain havia oferecido a Herzl uma carta de concessão para parte da África Oriental, uma área que os sionistas chamaram de Uganda, mas que na verdade se localiza no território atual do Quênia. Considerando as dificuldades que havia observado, Herzl não poderia rejeitar sumariamente a proposta. Era uma enorme conquista o fato de uma potência mundial como a Grã-Bretanha oferecer um território em seu império para um movimento incipiente, com menos de dez anos de vida, que não possuía nem base, nem poder. Era o reconhecimento internacional do sionismo como movimento nacional, mas a oferta não foi recebida dessa forma no campo sionista. Apesar de Herzl ter considerado, em *Der Judenstaat*, tanto a Argentina quanto a Palestina como lugares possíveis para o assentamento judaico, seu encontro com os representantes judeus da Europa Oriental deixou claro que somente a Palestina obteria apoio judaico; Herzl, portanto, concentrou seus esforços diplomáticos nessa opção. Ainda

assim, levou a proposta inglesa para o sexto Congresso Sionista e pediu aos delegados que enviassem uma equipe de avaliação a Uganda, para examinar sua capacidade de absorção no caso de uma eventual imigração judaica em massa.

Esse foi um dos momentos cruciais na história do movimento sionista, quando a ideologia e o mito confrontaram-se com a realidade e a prática. Momentos similares se repetiriam em 1937 (com a primeira proposta de partilha da Palestina entre um Estado árabe e um judeu) e em 1948 (com a decisão de declarar a independência de Israel), e certamente ocorrerão no futuro. Apesar de ser motivada por um senso de urgência em face da grave situação dos judeus russos, a proposta de Herzl foi rejeitada pelos delegados da Europa Oriental. Max Nordau, renomado escritor de língua alemã e importante figura dentre as engajadas por Herzl no campo sionista, tentou em vão dourar a pílula ao descrever a África meramente como “um refúgio de transição” no caminho para a Palestina. Os delegados sionistas russos, em nome dos quais Herzl queria aceitar a proposta, consideraram a recusa à ratificação uma traição a Sião e ameaçaram cindir a jovem Organização Sionista. Somente quando Herzl pronunciou o dramático juramento “Se eu te esquecer, ó, Jerusalém, que minha mão direita perca sua destreza”, os delegados concordaram em voltar para o salão do congresso. No final, após uma ameaça de renúncia por parte de Herzl, decidiu-se pelo envio de uma equipe de avaliação para a África Oriental. A equipe fez uma inspeção e voltou com a conclusão de que o local era impróprio para um assentamento maciço; e assim caiu por terra o Plano de Uganda.

Esse episódio é mais importante por seu significado simbólico-cultural do que político. No fim das contas, o que fez pender a balança foi o poder do mito da Terra de Israel, profundamente arraigado entre os judeus que aderiram à causa sionista. As emoções à flor da pele demonstram que, para esse grupo, a Palestina não era apenas um território, passível de ser substituído por qualquer outro. A ideia do retorno dos judeus à sua terra dotava o movimento sionista de um magnetismo que ia além de interesses políticos ou econômicos e de benefícios temporários.

No período após o abandono do Plano de Uganda, foi criada a Organização Territorial Judaica, que, liderada pelo escritor judeu de origem britânica Israel Zangwill, buscava um país para os judeus. De todas as correntes nacionalistas que havia entre os judeus, os territorialistas se tornaram os mais próximos do sionismo político. Estes aderiram a dois princípios básicos do sionismo: território e autogoverno. Assim como Herzl, eram movidos pela penúria judaica e acreditavam em uma imigração em massa. Durante o período de depressão vivido pelo movimento sionista em seguida à morte de Herzl (um ano após o congresso de Uganda), o movimento territorial obteve apoio maciço, também em resposta à onda de *pogroms* na Rússia, mais violenta que as anteriores, na esteira da Revolução de 1905. No entanto, falharam todas as tentativas de encontrar um território disponível e apropriado. Na época, a fragilidade do sionismo derivava, entre outras coisas, da indisponibilidade da Palestina. Mas os territorialistas tampouco avançaram.

NOTAS

1. Theodor Herzl, *The Diaries of Theodor Herzl*, Marvin Lowenthal (trad.), Nova York: Gosset & Dunlap, 1962, p. 224.
2. Alter Druyanov (org.). *Ketavim letoldot Hibbat Zion* (Escritos sobre a história de Hibbat Zion), vol. 3, Odessa e Tel Aviv: Comitê para o Assentamento da Terra de Israel, 1932, pp. 451–457.
3. Veja, por exemplo, Yitzhak Epstein, “Sheela Neelama” (Uma Questão Oculta), *Hashiloah*, 17, 1907; Hillel Zeitlin, *Hazman*, vol. 3, Julho-setembro 1905.
4. Talmud babilônico, Tractate Ketuboth, III.
5. Do poema “Hakitza ami” (Desperta meu povo), Kitvei Yehuda Leib Gordon (Coletânea de escritos de Yehuda Leib Gordon), volume de poesia, Tel Aviv: Dvir: 1959, p. 17.
6. Shlomo Avineri, “Statecraft without a State: A Jewish Contribution to Political History?” *Kontexte der Schrift* I (2005), pp. 403–419; *Minha leMenahem: kovetz maamarim likhvod harav Menahem Hacohen* (Livro do jubileu em homenagem ao rabino Menahem HaCohen), Hanna Amit, Aviad HaCohen e Hayim Beer (org.). Tel Aviv: Hakibbutz Hameuhad, 2007, pp. 269–283.
7. Yechezkel Kaufman, *Golah venekhar* (Exílio e Estranhamento), Tel Aviv: Dvir, 1962.
8. Alliance Israélite Universelle, fundada em Paris em 1860.
9. Hilfsverein der deutschen Juden, fundada em Berlim em 1901. Seu principal objetivo era ajudar na educação judaica na Europa oriental. Mais tarde atuou também na Palestina e na Síria.
10. The Jewish Colonization Association, fundada em Londres em 1891 pelo barão Moritz Hirsch. Seu principal objetivo era “apoiar e promover a emigração para outras partes do mundo, de judeus de todas as regiões da Europa ou da Ásia, e principalmente de países nos quais pudessem estar sujeitos, naquela época, a taxas especiais e restrições políticas ou de outra natureza”.
11. The American Jewish Joint Distribution Committee foi fundado em 1914 após o início da Primeira Guerra Mundial, para ajudar judeus necessitados, onde quer que estivessem.
12. Gershom Scholem, *From Berlin to Jerusalem*, Nova York: Schocken Books, 1980, pp. 42–43.
13. Moses Hess, *Rome and Jerusalem*, Nova York: Philosophical Library, 1958.
14. Herzl, *The Diaries*, I, 13.6.1895, Nova York: Newman, 1960, p. 100.
15. Richard Lichtheim, *Toldot hatzionut begermania* (História do Sionismo na Alemanha), Jerusalém: The Zionist Library, 1951, p. 13.
16. Ahad Haam, “Hakongress hatzioni harishon” (O Primeiro Congresso Sionista), *Writings*, G. Berlin, 1930, p. 55.

JUDEUS, TURCOS E ÁRABES: OS PRIMEIROS ENCONTROS NA PALESTINA

Enquanto Herzl se empenhava em obter uma carta de concessão, e sem que soubesse, o início de um moderno assentamento judaico já se fazia presente na Palestina.

A PALESTINA NO SÉCULO XIX

No início do século XIX, quando o Império Otomano já estava em declínio, a Palestina era uma província otomana remota e atrasada. Guerras mortíferas e confrontos entre beduínos e *fellahin* [camponeses] ocorriam todos os dias, e as estradas, controladas por ladrões e bandidos, eram perigosas. O país era pouco habitado, com uma população de cerca de 250.000 habitantes, incluindo aproximadamente 6.500 judeus, concentrados nas quatro cidades sagradas: Jerusalém, Safed, Tiberíades e Hebron.

A campanha de Napoleão no Egito e na Palestina fracassara, depois de uma epidemia ter dizimado seu Exército durante o cerco a Acre, em 1799. Contudo, a campanha despertou o interesse das potências europeias pela Palestina e pela divisão do Império Otomano, cuja fraqueza havia sido exposta. Em 1831, Muhammad Ali Pasha, governante do Egito, conquistou a Palestina e governou-a até 1840. Ele deu início a um processo de estabilização da governabilidade e de reforço da segurança dos habitantes,

que continuou mesmo após o território ser devolvido ao Império Otomano, por conta da pressão das potências europeias. Tentando demonstrar a modernidade de seu governo em comparação ao dos otomanos, Muhammad Ali permitiu que os europeus enviassem representantes à Terra Santa.

Consequentemente, quando a Palestina foi devolvida ao controle otomano, as autoridades não podiam mais impedir a entrada de não muçulmanos, e um sistema de capitulações garantiu que os cidadãos estrangeiros pudessem ser protegidos por seus consulados. Os não muçulmanos receberam os mesmos direitos que os muçulmanos e lhes foi permitido adquirir terras, desde que fossem administradas de acordo com a lei otomana. França, Inglaterra, Áustria, Rússia e Alemanha abriram consulados na Palestina, e um bispado protestante alemão estabeleceu-se em Jerusalém, logo seguido por outros. Não se podia construir nada na cidade desde o final do século XVI, mas nesse momento as Igrejas católica, protestante e grega ortodoxa engajaram-se na construção acelerada de igrejas, orfanatos, hospitais e escolas. Com a melhoria nas condições de segurança no mar e em terra, e os reduzidos custos de transporte depois do advento do navio a vapor, milhares de cristãos lançaram-se em peregrinações à Terra Santa. As Igrejas construíram hospedarias para os peregrinos, sendo a mais imponente delas o hospital e igreja Augusta Victoria, um edifício magnífico que dominava a linha do horizonte de Jerusalém. Em meados do século, os templários – uma seita protestante alemã – começaram a migrar para a Palestina e, entre 1868 e a Primeira Guerra Mundial, criaram sete colônias com aproximadamente 2.200 habitantes. Estes foram os pioneiros na modernização da Palestina, tornando-se um brilhante exemplo de planejamento, ordem e organização. Provaram que, apesar das dificuldades impostas pelo governo otomano, o assentamento europeu na região era possível.

No final da década de 1840, era comum que navios fizessem a rota da Palestina, partindo de Marselha, Odessa e Trieste. Em homenagem à abertura do Canal de Suez em 1869, foi construída uma primeira estrada,

entre Jaffa e Jerusalém, e iniciou-se o tráfego de carroças e carruagens. Até então, o transporte era feito no lombo de animais de carga. Foram criados também serviços de correios e telégrafos, ligando a Palestina ao resto do mundo.

A instituição de uma ordem cívica pelos otomanos (em comparação com o que havia antes), o fim tanto das guerras entre líderes locais quanto das incursões beduínas contra as aldeias e a melhoria nos serviços de educação e saúde contribuíram para o aumento da área cultivada e também da população. No final da década de 1870, o número de habitantes na Palestina chegou a 380.000, sendo 27.000 judeus. A maior expansão se deu em Jerusalém, onde a população judaica aumentou de 2.250, em 1800 (de um total de 9.000), para 17.000 (de um total de 31.500) – constituindo, portanto, uma maioria na cidade, antes mesmo do início da imigração sionista. O maior crescimento foi entre os judeus ashquenazim. Na virada do século, quase não se viam traços deste grupo em Jerusalém, mas em 1880 já eram mais numerosos que os sefaradim. A maioria dos ashquenazim concentrava-se em *kollelim*, instituições de caridade que distribuía ajuda financeira, arrecadada em seus diversos países de origem, para sustentar “Sociedades de Estudiosos” compostas de estudantes de *yeshivá* que tinham mulher e filhos mas não trabalhavam para se sustentar. Essa distribuição de fundos de caridade era conhecida por *haluká* [divisão], e, como poucos ashquenazim tinham rendimentos, sua maioria vivia em abjeta pobreza. Os sefaradim, por outro lado, em geral não seguiam o mesmo modelo, mas se sustentavam por meio do comércio e da prática de ofícios. Como eram fluentes no idioma do país e estavam familiarizados com seu modo de vida, podiam participar do comércio e das finanças locais e até internacionais.

Um dos novos polos de atração para o assentamento judaico foi Jaffa, que no final do século XVII era uma insignificante cidade portuária. Com o incremento do turismo e do tráfego de peregrinos cristãos em direção a Jerusalém, a cidade cresceu e tornou-se o principal porto de entrada para o centro do país. Em 1892, foi inaugurada a estrada de ferro entre Jaffa e Jerusalém, intensificando a importância do porto. Nos arredores da cidade,

os árabes plantaram os primeiros pomares de cítricos da Palestina, e a exportação de laranjas com a marca Jaffa transformou a cidade no principal porto de exportação do país. Em 1880, sua população atingiu a marca dos 10.000 habitantes, incluindo aproximadamente 1.000 judeus. No norte do país, a cidade de Haifa começou a se desenvolver e em poucos anos ultrapassou Acre como o principal porto da região.

EMIGRANTES E IMIGRANTES – UMA VISÃO GERAL

Em suas memórias, Joseph Eliyahu Chelouche, nascido em Jaffa em 1870, de família paterna oriunda de Oran, na Argélia, e materna de Bagdá, descreve o encontro entre os primeiros membros daquela que seria conhecida como a Primeira *Aliá* (lit., Ascensão [à Terra Santa]) e a elite dos sefaradim de Jaffa. A família Chelouche era extremamente devota, e a rotina diária dos homens incluía não somente rezas nos horários determinados, mas também várias horas de estudos da Torá. Um espaçoso quarto de sua residência foi designado para utilização como sinagoga. Membros do comitê Yesod Hamaala, que chegaram à Palestina para comprar terras para a primeira *moshavá* (colônia; pl., *moshavot*) estabelecida pelos Hovevei Zion (e que se chamaria Rishon Lezion), foram calorosamente recebidos na casa da família Chelouche, ainda que com certo assombro: os visitantes vestiam-se como europeus (alguns usavam óculos) e, apesar de falarem hebraico – língua em que os sefaradim eram fluentes –, havia dúvidas a respeito de seu judaísmo. Assim como o resto da família, o jovem Joseph se perguntava: se eram *mesmo* judeus, por que não seguiam o costume de usar vestimentas rituais? Mas, apesar das dúvidas, as famílias sefaradim mais importantes de Jaffa – Chelouche, Amzaleg e Moyal – estabeleceram relações com os primeiros imigrantes, que buscavam apoio para a compra de terras na Palestina. Para os recém-chegados, que não falavam o idioma local e não conheciam os costumes, a assistência fornecida por essas famílias abriu uma porta para a

realidade da Palestina otomana, com sua multiplicidade de funcionários governamentais e obstáculos ao assentamento judaico, fornecendo-lhes estratégias para superar as dificuldades.

A fundação do primeiro assentamento com a finalidade nacionalista específica de estabelecer uma base política judaica ocorreu em 1882, marcando o início de um novo período na história da Palestina e do povo judeu. Vladimir Dubnow chegou à Palestina na primeira leva de imigrantes, como membro da associação Bilu. Ele definiu os objetivos de seu grupo em uma carta endereçada a seu irmão, o historiador Simon Dubnow. No documento, Vladimir Dubnow defendia a obtenção de direitos nacionais para os judeus nos países da Diáspora: “O objetivo final é, no devido tempo, tomar o controle da Palestina e devolver aos judeus a independência política da qual estiveram privados durante dois mil anos.” Como sabia perfeitamente o que o irmão pensaria a respeito, acrescentou: “Não ria, isso não é uma alucinação.” A meta, explicou, requeria a criação de bases judaicas sólidas em termos econômicos; em resumo, era preciso “garantir que toda a terra e toda a produção estivessem nas mãos dos judeus”. Ele acreditava que, para haver uma presença judaica na Palestina, era preciso aprender a usar armas de fogo, porque “na Turquia livre e selvagem tudo era possível”. E ainda acrescentou: “Então... e aqui se trata de suposição... o grande dia chegará, o dia profetizado por Isaías em sua visão apaixonada na canção da consolação. Os judeus se erguerão, se necessário de armas na mão; e com voz alta proclamar-se-ão os donos e senhores de seu lar ancestral.”¹ É pouco provável que a maioria dos imigrantes da primeira leva compartilhasse sonhos tão audazes.

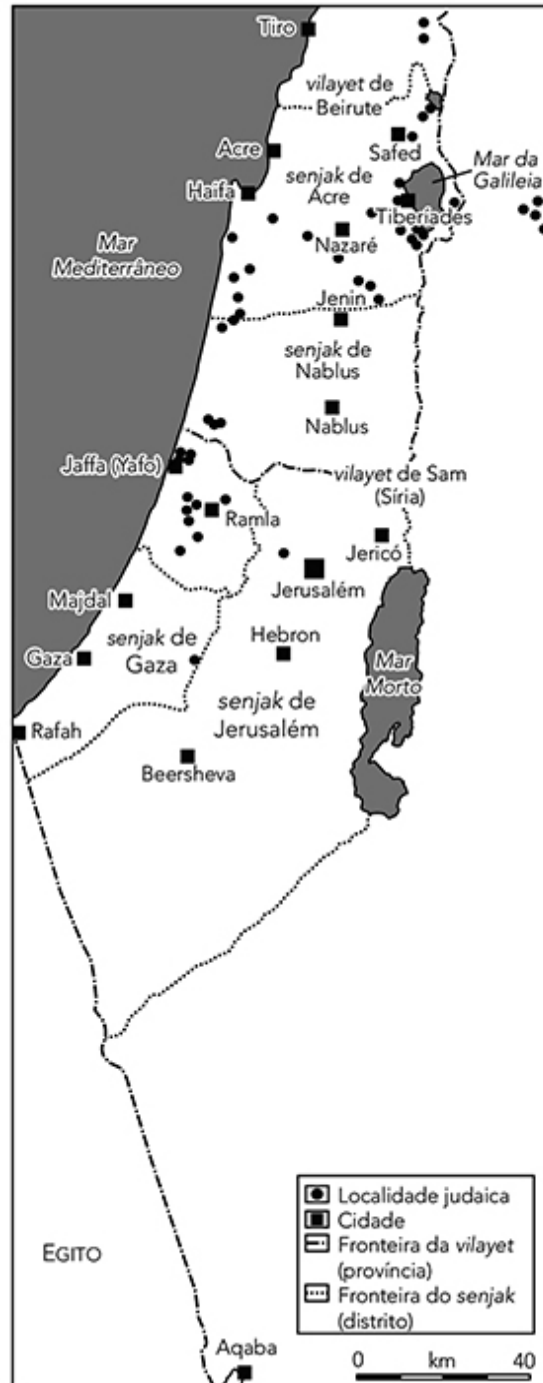
Depois de encontrar os residentes judeus já estabelecidos, os novos imigrantes rapidamente se definiram como “o novo Yishuv” (comunidade judaica), em contraposição a seus predecessores, “o velho Yishuv”. Esses rótulos supostamente indicavam diferentes objetivos, estilos de vida, e “novos” e “antigos” tipos de homem. Tanto a imprensa palestina quanto a da Diáspora retratavam o velho Yishuv como ultraortodoxo fanático. Amontoados nas quatro cidades sagradas – especialmente em Jerusalém –,

seus membros viviam dos fundos da *haluká*, rejeitavam qualquer tentativa de aumento da produtividade ou abertura para o mundo exterior e se opunham claramente à ideia sionista. O novo Yishuv era descrito como educado e instruído, agregador de indivíduos que estabeleciam assentamentos agrícolas, almejavam por uma vida produtiva e possuíam consciência política sionista. Mas, assim como qualquer rótulo, essas definições turvavam as inúmeras variações existentes em ambos os lados.

Apesar do fanatismo religioso, depois de um lento processo de mudança, o velho Yishuv passou a incluir pessoas que buscavam a modernização do emprego e das habitações. Motivados pela superlotação de Jerusalém, os primeiros moradores do lado de fora das muralhas da cidade velha eram membros do velho Yishuv. Da mesma forma, ao norte e a oeste da cidade, bairros judaicos foram construídos com fundos do *kollel*, anunciando uma disposição para a mudança. Foram judeus da cidade velha que fizeram as primeiras tentativas de assentamento agrícola na Palestina, em Melabes (mais tarde, Petach Tikva), em 1878. Apesar de serem movidos pelo desejo de observar os mandamentos ligados à Terra Santa, a disposição desses colonos em engajar-se na vida agrícola era, de algum modo, revolucionária.

Por outro lado, nem todos os membros da Primeira *Aliá* faziam jus ao conceito do “novo Yishuv”, considerando que o nome implicava um comprometimento com a ideia sionista. Muitos dos novos imigrantes se pareciam com seus predecessores, do velho Yishuv: apressaram-se rumo a Jerusalém, esperando receber fundos da *haluká*. Muitos outros faziam parte da grande onda de emigração que deixou a Europa Oriental, principalmente em direção aos Estados Unidos. Esses imigrantes, que aparentemente constituíam a maior parte da Primeira *Aliá* (1881–1904) e da Segunda *Aliá* (1904–1914), buscavam na Palestina o que os imigrantes buscavam em qualquer outro lugar: uma vida melhor, com mais segurança e livre do terror dos *pogroms* e da discriminação por parte das autoridades russas, além de esperanças renovadas para seus filhos. Eram moradores de centros urbanos que queriam continuar vivendo em cidades e não desejavam mudar-se para o campo. Tinham ido para a Palestina quase por acaso, talvez por terem

ouvido que o Lorde Laurence Oliphant estava assentando judeus por lá ou que a Aliança Israelita Universal² apoiava o assentamento, ou porque a passagem de navio para o Oriente Médio era mais barata que para os Estados Unidos ou, ainda, porque a viagem para a Palestina era mais curta e seria mais fácil voltar para casa.



Mapa 1 – Assentamentos sionistas do período da Primeira e da Segunda *Aliá* (1882–1918)

A Primeira *Aliá* incluiu também pequenos grupos do Hovevei Zion que haviam se organizado em seus países de origem, Rússia e Romênia, comprando terras na Palestina para o assentamento rural judaico. Movidos

por motivos nacionalistas, incluíam dois grupos da *intelligentsia*. O primeiro, a associação Bilu, compunha-se de jovens, alguns dos quais tinham cursado a educação superior na Rússia. Sem esperanças de se integrarem à população russa após os *pogroms*, decidiram “juntar-se ao povo judeu” e estabelecer na Palestina uma entidade judaica independente, com sonhos de soberania (similares àqueles de Vladimir Dubnow, ainda que ele logo depois retornasse à Rússia). Esses jovens eram livres-pensadores inspirados por um ideal e um plano ousado de organizar um movimento de massas. Mas a inexperiência, a falta de recursos e a realidade da Palestina distanciavam as intenções grandiosas da habilidade para implementá-las. Assim que abandonaram suas ideias exageradas e caíram na vida real, concentraram-se na criação de uma colônia que servisse de modelo para quem viesse depois. Os Biluim eram um grupo pequeno e seletivo, motivado por ideias Narodnik* que absorveram do movimento revolucionário russo e que buscavam aplicar ao sionismo. Mas não deixaram qualquer herança de assentamento real. A maioria se dispersou ainda antes de chegar à Palestina, e, após inúmeras dificuldades, algumas dezenas de membros se estabeleceram em Gadera, onde foram obrigados a adotar um estilo de vida baseado nos costumes religiosos. Tudo o que sobrou de seus sonhos juvenis foi a lenda de Bilu, um brilhante exemplo para os grupos de jovens idealistas que vieram nas décadas seguintes, tendo os membros do Bilu como o primeiro elo de sua genealogia colonial. O segundo grupo compunha-se de jovens de classe média, proprietários instruídos, que possuíam ideias liberais – foram membros desse grupo que surpreenderam o jovem Joseph Chelouche – e eram motivados por ideais nacionalistas.

Os demais membros do Hovevei Zion eram judeus de meia-idade que imigraram com suas famílias, movidos por questões pessoais e nacionalistas. Eram pequenos comerciantes ou funcionários religiosos que nada sabiam sobre o cultivo da terra e queriam viver livremente na Palestina, “sob sua própria vinha e figueira”. Alguns começaram a cogitar a imigração para a Palestina antes mesmo dos *pogroms* de 1881, mas foi o despertar do sionismo, logo após os tumultos, que os fez colocar em prática a ideia.

Naquele momento, a imigração era uma opção, não uma necessidade, e muitos dos recém-chegados optaram por abandonar o país logo em seguida, especialmente nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, quando seus lares na Rússia, na Galícia e na Romênia ainda estavam de pé e a imigração para a América e outros destinos ainda era possível. Para muitos, a Palestina nada mais era do que uma estação de passagem na rota por países que ainda não haviam fechado suas fronteiras e, portanto, não exigiam passaporte. A estimativa aceita é de que a Primeira *Aliá* foi composta de 60.000 homens e mulheres, dos quais pelo menos a metade abandonou o país; alguns até elevam essa estimativa para 70%. Em 1904, às vésperas da Segunda *Aliá*, a comunidade judaica na Palestina somava cerca de 50.000 membros (incluído o crescimento vegetativo), dos quais 10.000 a 15.000 compunham o novo Yishuv e viviam nas *moshavot* e em Jaffa, enquanto alguns poucos moravam em Jerusalém e em outras cidades. Na década seguinte, aproximadamente 40.000 imigrantes chegaram à Palestina, e por volta de 60% destes – talvez até mais – acabaram abandonando o país.

A grande maioria dos imigrantes da Segunda *Aliá* não tinha características diferentes em relação aos da primeira. E, assim como na primeira, essa nova leva incluía uma elite que não passava de três mil membros: homens e mulheres jovens, solteiros/as, que chegaram à Palestina por conta própria, motivados pelo idealismo nacionalista. Mesmo nesse grupo houve um brutal processo de seleção: de acordo com David Ben-Gurion, que deixou a Polônia em 1906, aos vinte anos de idade, e mais tarde se tornaria o primeiro chefe de Estado de Israel, 90% destes também abandonaram o país.³ Mas foram os membros desse pequeno grupo que deram forma ao *ethos* nacional, à historiografia e à liderança. Quando mencionamos a Segunda *Aliá*, é a esse seletivo grupo que nos referimos.

A realidade da imigração e do assentamento mostra que não havia relação direta entre as motivações iniciais dos imigrantes e sua conduta concreta: muitos dos que chegaram sem expectativas nem ideologia tornaram-se patriotas leais, enquanto alguns idealistas, que chegaram prontos a realizar sacrifícios, esmoreceram ao enfrentar a dura realidade, e

partiram. Antes da Primeira Guerra Mundial, a imigração para a Palestina não era um princípio sionista vinculante, e não havia estigma ligado ao abandono do país; as partidas, por tempo limitado ou não, faziam parte da vida na Palestina. Tanto líderes sionistas quanto luminares da cultura hebraica fizeram visitas, mas não ficaram. “Nossos melhores camaradas e os sionistas em geral vivem na Diáspora e têm anseios, o que é suficiente para eles”, reclamou Yitzhak Ben-Zvi, acrescentando: “Eles vêm do exterior somente para ver o lado ancestral e o lado moderno de nossas vidas, e depois retornam.”⁴

O ASSENTAMENTO AGRÍCOLA (1882-1904)

Apesar de o Yishuv urbano ter absorvido a maioria dos imigrantes, especialmente em Jaffa, a imagem do assentamento sionista na Palestina era essencialmente agrícola. Vários fatores contribuíram para essa atração em relação à agricultura: a ideia romântica do cultivo do solo, as habilidades limitadas dos imigrantes e o desejo de estabelecer as bases da posse judaica sobre a terra.

Embora fosse de se esperar que, no século XIX, o surgimento do capitalismo na Europa Ocidental, e mesmo na Oriental, tivesse criado um viés econômico voltado para o empreendedorismo, o comércio e as finanças, o despontar do marxismo reafirmou o *status* do trabalhador. Os marxistas alegavam que somente o proletariado criava bens duráveis a partir de seu trabalho; todas as outras classes viviam como sanguessugas da mais-valia produzida pelos trabalhadores. Esse conceito era uma continuação do pensamento dos fisiocratas do século XVIII, que atribuíam valor somente à ocupação primária dos trabalhadores, marginalizando os fatores intermediários da economia. Ambas as escolas de pensamento conferiam aos judeus um *status* inferior, por considerá-los improdutivos e exploradores do trabalho alheio. O antissemitismo moderno adotava essa imagem do

judeu parasita, que, do período iluminista em diante, penetrou também no discurso público judaico. Todas as sociedades filantrópicas judaicas modernas viam o cultivo do solo como forma de salvar os judeus de sua suposta posição marginal na economia e de lhes dar uma função produtiva na sociedade. Por essa razão, tais grupos promoviam iniciativas de assentamento agrícola ao redor do mundo.

Outro fator era a concepção romântica da cidade – berço da industrialização e da alienação por ela gerada – como raiz de todos os males. O ideal seria, como em *Émile*, de Rousseau, voltar ao paraíso perdido da inocência: a comunidade rural, com uma vida próxima à natureza e em contato físico com seus elementos. Na Rússia, os *narodniks* louvavam o camponês simples que expressava a essência fundamental e verdadeira da nação, em oposição à nobreza e à nova burguesia que começara a surgir nas cidades. Viam o camponês russo e sua comunidade rural como arautos da possibilidade de se alcançar o regime socialista na Rússia, sem antes ter de trilhar a brutal e privativa Via Dolorosa do capitalismo.

Essa atitude migrou da esfera intelectual russa para a judaica. Os círculos sionistas acreditavam que o homem que cultivava o solo tinha uma profunda conexão com sua terra – um poderoso antídoto contra o *wanderlust*, outro defeito do qual os judeus eram acusados. Vivendo de sua honesta labuta, o camponês desenvolvia independência, um estilo de vida simples e o amor à natureza. Obviamente, essa imagem idealizada estava longe da realidade. Como mencionou ironicamente Berl Katznelson, era improvável que os jovens que expressavam grande admiração pelo camponês russo pudessem tolerar o fedor do piche em suas botas. A mesma visão romântica estava associada ao trabalhador rural judeu, e a figura desse trabalhador em atividade no campo tornou-se um ícone central da propaganda sionista. Mesmo um sujeito ponderado e educado no Ocidente como Arthur Ruppin via o trabalho no campo como “a fonte a partir da qual revitalizamos nossa vida física e espiritual”.⁵

Nessa época, as cidades da Palestina tinham uma capacidade limitada para absorver novos residentes, e a maioria dos imigrantes que tentaram se

estabelecer nesses locais tiveram que abandonar o país. Não havia indústria propriamente dita, e é pouco provável que o país estivesse em um nível que permitisse o desenvolvimento industrial. Tratava-se de um país agrícola e, assim, a solução mais óbvia e simples para qualquer um que quisesse imigrar era assentar-se no campo e obter seu sustento a partir da agricultura. A grande maioria dos imigrantes tinha poucos recursos e nenhuma experiência agrícola. Aqueles com algum capital fizeram os cálculos de quanto custaria adquirir uma parcela de terra, comprar equipamentos agrícolas, construir uma casa, arar, plantar e aguardar um ano pela colheita. Então, uma vez que os representantes das associações haviam comprado a terra na qual se instalariam junto a outros membros, somente o mar Mediterrâneo parecia separá-los de uma vida de paz e tranquilidade. Aqueles que não possuíam capital algum presumiam que as organizações filantrópicas encontrariam uma maneira de assentá-los na terra. Também sabiam que as associações de colonização, responsáveis por comprar terras, reservariam algum espaço para as famílias desprovidas de bens. Assim, a distância, parecia que os meios de sustento através da agricultura estavam disponíveis e poderiam ser providenciados antecipadamente.

Para além da necessidade econômica e da ideologia romântica, havia também a visão política: os “sionistas práticos” acreditavam que o controle concreto sobre o território, através da compra e do assentamento da terra, seria a melhor maneira de criar o direito judaico de tomar posse da Palestina. Apesar de não estar vazio, o país era esparsamente habitado e, assim como os templários haviam deitado raízes no solo, os judeus também o fariam; e todas as realizações derivariam desses atos de assentamento. Essa forma de pensar não movia os colonos individualmente – em especial os pobres e ignorantes –, mas estava na mente de outros grupos: os membros do comitê dos Hovevei Zion na Rússia, conhecido como Comitê de Odessa; o barão Edmond de Rothschild, que começou a apoiar os colonos já em 1882; a Associação de Colonização Judaica, que criou uma nova cadeia de assentamentos na primeira década do século XX; e o *Palestine Office*,

estabelecido em 1908 e liderado por Arthur Ruppin, que coordenava a atividade sionista na Palestina.

Herzl denunciou todas as tentativas de colonizar a Palestina antes da obtenção de uma carta de concessão, denominando-as de “infiltrações” – isto é, um comportamento irresponsável para um movimento cuja missão era estabelecer um refúgio seguro para o povo judeu, garantido pela lei internacional. Ele também temia que a aquisição de terras antes da obtenção da carta provocaria especulação e aumento de preços. Mas o instinto popular demandava o estabelecimento das bases do assentamento judaico na Palestina, com ou sem a carta, na esperança de que, por fim, os eventos concretos determinassem a ordem política. Essa percepção continuou a marcar o empreendimento sionista e tornou-se um mito seminal.

As autoridades otomanas estavam perfeitamente cientes das aspirações sionistas e de seus esforços para expandir a base judaica na Palestina. Já havia um movimento separatista cristão no Líbano, e era inaceitável para os otomanos a ideia da importação de outro movimento semelhante; sua inserção levaria ao aumento da intervenção por parte de potências estrangeiras, adicionando mais um elemento de pressão àqueles que já eram exercidos sobre o império. Além disso, os imigrantes não eram, em sua grande maioria, súditos otomanos, mas chegavam sob a proteção dos consulados estrangeiros. Essas duas razões eram suficientes para provocar a rejeição dos esforços sionistas.

Além delas, havia a oposição árabe a qualquer fortalecimento do *status* de não muçulmanos no império e à cessão de direitos iguais a essas pessoas, na esteira do Congresso de Berlim de 1878, que havia enfraquecido politicamente o império. O sultão Abdul Hamid II tentou unificar seu reinado apelando para sentimentos religiosos: declarou-se Califa dos Fiéis e construiu, inclusive, a ferrovia do Hejaz para beneficiar os peregrinos que iam a Meca. Os árabes compunham um elemento central do império e sua opinião era importante para as autoridades. As lideranças árabes locais, tanto muçulmanas quanto cristãs, viam com receio e hostilidade a onda de imigração judaica. Cientes de que os judeus haviam depositado suas

esperanças nacionalistas na Palestina, não estavam dispostas a aceitar a invasão de seu país por esses estrangeiros. Os líderes não haviam aprovado o assentamento templário e agora opunham-se fortemente à colonização judaica.

Como consequência, o governo otomano era hostil à imigração judaica e à compra de terras. Já em 1881 os turcos proibiram a entrada de judeus na Palestina, e, a caminho de lá, em Istambul, os primeiros Biluim foram recebidos com a notícia de que poderiam estabelecer-se em qualquer parte do império, com exceção da Palestina. Herzl tentou em vão mudar essa política, prometendo benefícios financeiros ao sultão, mas suas ponderações a respeito de uma carta sob proteção internacional somente intensificaram as suspeitas otomanas. A pressão por parte das potências europeias, insistindo no direito de seus cidadãos de estabelecer-se na Palestina, levou a uma pequena flexibilização das regras: os peregrinos judeus obtiveram permissão para fazer visitas ao lugar, no início por um mês, mais tarde por três. Cada governante local aplicava a lei de acordo com sua interpretação: em Jaffa, a proibição total era estritamente observada, enquanto nos portos de Haifa e Beirute os judeus podiam desembarcar. Severas restrições foram impostas à compra de terras e à construção, mas as portarias eram alteradas com frequência devido à pressão consular, dando espaço a dúvidas em relação à intenção das autoridades. Essa ambiguidade deu aos governantes locais certa flexibilidade, e o suborno era uma prática comum. Os judeus aproveitavam-se das brechas nos regulamentos, da incapacidade das autoridades de impor suas políticas e da enorme fraqueza, política e ética, dos executores dessas práticas. Mesmo assim, a política otomana dura e hostil foi um dos principais fatores relacionados às enormes dificuldades enfrentadas pelos colonos.

Nos primeiros anos de assentamento, sete *moshavot* foram fundadas em três áreas principais: a sudeste de Jaffa; no Monte Carmel; e ao sul da cadeia do Carmel, na região conhecida como Samária (mas não a Samária habitada pelos árabes, ao leste – ver Mapa 1). Rishon Lezion, Yesod Hamaala, Gedera, Ekron e Petach Tikva foram fundadas por imigrantes vindos da área

habitada pelos judeus na Rússia, enquanto Rosh Pina e Zichron Yaakov pelos Hovevei Zion oriundos da Romênia. Com exceção de Ekron, fundada pelo barão de Rothschild, e Gedera, onde se estabeleceram os Biluim com apoio do Comitê de Odessa dos Hovevei Zion, todas as *moshavot* foram criadas por iniciativa e capital privados.

Os imigrantes se organizavam em grupos, em geral de acordo com suas cidades de origem, para comprar terras (quase sempre de *effendis*,** proprietários árabes, ou de corretores). A terra normalmente estava abandonada, ainda que parte houvesse sido parcialmente cultivada por arrendatários rurais. O solo era arenoso em Rishon Lezion, Ness Ziona, Rehovot, Gedera e Petach Tikva, rochoso em Zichron Yaakov e Rosh Pina, localizado próximo a áreas pantanosas em Yesod Hamaala e Hadera, ou carecia de nascentes de água ou boa quantidade de chuva. Os árabes preferiam as áreas montanhosas livres de malária, com nascentes e chuva abundante, onde plantavam principalmente árvores frutíferas. A terra na zona costeira era considerada pobre, até os colonos judeus descobrirem que os lençóis freáticos não eram profundos. Começaram, então, a bombear água, com equipamento moderno e adaptando as plantações ao solo arenoso.

Entretanto, todos os cálculos detalhados feitos pelos colonos antes de imigrar revelaram-se extremamente otimistas: conforme foi visto, pouco antes do início da primeira onda de imigração, o governo otomano proibiu os judeus de entrarem na Palestina, principalmente com o objetivo de adquirir terras e criar assentamentos. A perspicácia de alguns judeus sefaradim, também cidadãos otomanos, possibilitou que registrassem a terra como se tivesse sido comprada em seu nome, mas até a finalização do processo de cadastramento no Registro de Imóveis nada podia ser construído. Consequentemente, todo o planejamento foi por água abaixo, sendo ainda necessário pagar propinas, aumentando os gastos não previstos.

Na maioria dos casos, a compra de terras produzia conflitos: ora com os vizinhos das aldeias árabes, descontentes com a delimitação da fronteira das áreas compradas pelos judeus; ora com os vendedores desonestos nas suas

transações com os compradores; ou, ainda, com os arrendatários, que os compradores queriam remover de suas terras. Se as discussões não eram a respeito de fronteiras ou posse, eram a respeito dos direitos de pastagem dos beduínos em campos não arados, ou dos direitos de passagem e do uso de fontes próximas ou do poço local. A solução desses confrontos exigia pagamentos substanciais e, se as partes fossem à justiça, os casos se estenderiam por anos a fio. Enquanto isso, os compradores não podiam assentar-se nem construir na propriedade, e, junto de suas famílias, viviam temporariamente na cidade mais próxima, consumindo parte de seus recursos. Finalmente, ainda que os colonos não viessem das regiões desenvolvidas da Europa, desejavam desfrutar de um certo nível de serviços públicos e exigiam uma sinagoga, uma escola e instalações de atendimento médico. Essas demandas requeriam investimentos adicionais, que tampouco haviam sido levados em conta.

As associações dos Hovevei Zion deveriam manter os colonos durante o primeiro ano até a colheita da primeira safra, mas nunca conseguiram levantar os fundos necessários. Como transferiam aos poucos o dinheiro que recebiam, não recolheram o suficiente para consolidar o assentamento, mas tão somente para pagar as despesas do dia a dia. No final do ano, a primeira *moshavá*, Rishon Lezion, viu-se em crise quando tudo indicava que a safra não seria suficiente para cobrir os custos e garantir que as famílias pudessem subsistir dali em diante, conforme planejado. Além dos problemas externos, aqueles europeus acostumados à vida urbana tiveram dificuldade em adaptar-se às aldeias do Oriente Médio; não tinham experiência no trabalho agrícola árduo e exaustivo, não estavam acostumados ao clima quente da região, mosquitos e outros insetos tornavam sua vida miserável, e a malária, endêmica em algumas *moshavot*, deixava os colonos exaustos.

Foi o barão Edmond de Rothschild que veio em seu auxílio: quando, no final desse período, em 1900, censurou os representantes do Yishuv dizendo que o havia criado sozinho, o barão não exagerava. Ele não era um sionista declarado e achava que as iniciativas judaicas na Palestina deveriam ser discretas, abrindo mão de declarações políticas de grande impacto, para não

levantar suspeitas governamentais nem provocar a hostilidade árabe. Após a morte de Rothschild, em 1934, a imprensa palestina publicou uma entrevista na qual ele havia comentado, em relação ao Estado judeu na Palestina, que os judeus deveriam comportar-se de acordo com a regra estabelecida por Leon Gambetta após a cessão da Alsácia e da Lorena aos alemães, depois da derrota de Sedan em 1870: “Nunca fale sobre isso, pense sempre sobre isso.” Era certamente um conselho sábio, mas não levava em conta as dificuldades enfrentadas por um movimento nacional que tinha de manter o entusiasmo de seus apoiadores e seguidores leais, pedindo-lhes que se mantivessem fiéis e escondessem seus sentimentos, ainda que suas esperanças no futuro não pudessem ser reforçadas no presente.

Em poucos anos, quatro *moshavot* passaram a ser financiadas por Rothschild (Rishon Lezion, Rosh Pina, Zichron Yaakov e Ekron), que de alguma forma também apoiava quase todas as outras. Seu apoio era condicionado à transferência das propriedades para seu nome, ao manejo da *moshavá* por seus representantes e à manutenção do segredo sobre seu envolvimento. Essa última condição nunca era respeitada, e Rothschild passou a fazer parte do folclore local, sob a alcunha de “o conhecido benfeitor”.

O barão investiu enormes somas para garantir a posse legal da terra e obter licenças de construção. Suas tratativas com as autoridades, através de seus funcionários e do cônsul francês, ajudaram a garantir a manutenção das *moshavot* e sua proteção contra ataques ou arbitrariedades do governo. Para aumentar as áreas de posse dos agricultores, na esperança de uma consolidação econômica, Rothschild adquiriu grandes extensões de terra contíguas às *moshavot*. Também distribuiu terras aos residentes das *moshavot* que não podiam comprá-las, para expandi-las e tornar os serviços públicos e a segurança mais eficientes. O barão exigia que os trabalhadores empregados nas *moshavot* sob sua proteção fossem judeus, com o intuito de aumentar a população judaica. Além disso, investiu enormes somas no desenvolvimento da infraestrutura de abastecimento de água, através da

perfuração de poços artesianos relativamente profundos e do uso de bombas modernas.

A clássica imagem do lavrador da terra é a do agricultor arando e plantando em sua gleba, e, de fato, as primeiras *moshavot* baseavam-se em plantações individuais, que não requeriam nem irrigação nem grandes investimentos; mas, para sustentar um agricultor e sua família plantando grãos, eram necessários 75 acres por colono, e a maioria deles detinha parcelas de terra muito menores. Os colonos não esperavam uma vida de fartura, mas sim digna, como fruto de seu trabalho. Apesar dos investimentos em infraestrutura, na construção de edifícios públicos e no suporte a colonos necessitados, Rothschild percebeu que o cultivo de cereais não era suficiente para garantir uma subsistência digna. A partir de 1885, aconselhado por especialistas agrícolas trazidos da França, o barão começou a transformar as *moshavot* que controlava em uma economia baseada em plantações de monocultura. Foram plantados milhares de acres de vinhas, e as *moshavot* não controladas por ele seguiram-lhe o exemplo, assim como aquelas estabelecidas nos anos 1890, sendo Rehovot e Hadera as mais conhecidas. Rothschild construiu vinícolas modernas em Rishon Lezion e Zichron Yaakov, onde se processavam as uvas produzidas pelas *moshavot*.

A economia baseada em monoculturas de larga escala era desconhecida na Palestina e, até onde se sabe, o barão reproduziu os esforços dos habitantes franceses do sul da França e da Argélia para introduzir uma economia vitícola. Mas a transição de plantações individuais para a monocultura industrial não foi fácil: as uvas introduzidas pelos especialistas franceses não eram apropriadas ao clima local, e, mais de uma vez, os agricultores tiveram que extirpar as vinhas e plantar novas variedades. Os vinhedos de Zichron Yaakov foram atacados por uma praga – a filoxera – e tiveram de ser destruídos.

Inicialmente, as *moshavot* foram administradas por comitês eleitos, permitindo o surgimento de uma administração democrática, apesar das dissensões internas típicas de um grupo de pessoas sem liderança definida, vivendo em condições extremamente duras. Quando o barão assumiu o

controle das *moshavot*, dissolveu as instituições de autogoverno e substituiu-as por seus próprios administradores, sob o que chamou de “regime de custódia”. Tal ato revelou uma considerável arrogância por parte desse judeu ocidental moderno em relação aos judeus da Europa Oriental, assim como demonstrou a falta de confiança do magnata em seus protegidos. O que Rothschild queria era assentar a terra com agricultores simples, sem muita instrução e despretensiosos, como eram na Europa. Assim, por exemplo, os assentados na *moshavá* que estabeleceu em Ekron eram analfabetos e necessitavam de uma pessoa instruída que pudesse escrever cartas para suas famílias na Lituânia. O barão não se impressionava com a elite instruída de Rishon Lezion, ou de Rehovot, uma década mais tarde, e não se dispunha a apoiar Gedera, a *moshavá* dos cultos Biluim. Em sua opinião, o assentamento judaico da Palestina deveria se basear em um perfil específico: o do agricultor modesto, feliz com seu destino, que não olhasse para além do horizonte, sendo o mundo definido por sua propriedade. Porém, os métodos avançados e a agricultura moderna introduzidos por Rothschild demandavam um tipo distinto de agricultor, ciente das mudanças necessárias, que entendesse a tecnologia e fosse aberto às inovações.

O resultado dessa contradição foi a introdução de um sistema completo, composto por especialistas, instrutores e funcionários que administravam cada detalhe da vida das *moshavot*. Esses funcionários, alguns dedicados aos assentamentos judaicos na Palestina, e outros sem qualquer interesse no assunto, tratavam os habitantes com uma arrogância intolerável, provocando inúmeras revoltas. O barão apoiava seus funcionários incondicionalmente e chegou a remover alguns dos colonos de visão mais independente, extinguindo a chama de uma liderança local. Seu regime de custódia gerou decadência moral, sob a forma de uma classe de bajuladores obsequiosos que buscavam favores por parte das autoridades. Assim, a iniciativa e o espírito empreendedor do agricultor independente foram substituídos pela dependência e pela degradação. Todas as uvas das *moshavot* eram processadas pelas vinícolas de Rothschild, a preços fixos, subsidiados muito acima do preço real.

No final da década de 1890, houve um grande excedente de vinho para o qual não existia demanda, e os funcionários do barão não conseguiam vendê-lo. Mas, dentro das *moshavot*, o subsídio criava uma ilusão de fartura. Havia ostentação de luxo em roupas, moradias e educação: os filhos das *moshavot* eram enviados para estudar na França por recomendação dos funcionários, e Zichron Yaakov era chamada de “pequena Paris”. A cultura francesa, aquela da classe dominante, era o modelo para as novas gerações, e a expressão “por conta do barão” refletia a atmosfera de extravagância e hedonismo.

Em 1887, o comitê dos Hovevei Zion de Odessa, que entendia a importância do apoio do barão para o sucesso do projeto de assentamento, repreendeu veementemente um grupo que se rebelou contra os funcionários de Rishon Lezion. Yechiel Michal Pines, o patrono dos Biluim, chamou os agricultores rebeldes de “niilistas”, e Ahad Haam os censurou. Eliezer Ben-Yehuda, o fervoroso combatente pela língua hebraica e contra os ultraortodoxos em Jerusalém, proclamou: “a Judeia não será construída por pessoas acostumadas com a liberdade, que não podem suportar o jugo dos senhores, que pensam durante todo o dia em serem homens livres”; e advertiu: “nas *moshavot*, os cultos e instruídos são a ruína, a ruína, a ruína.”⁶

Entretanto, após uma década, muitas das mesmas vozes levantaram-se para criticar a administração e seus objetivos. Ahad Haam e seus seguidores condenavam o sistema de custódia, acusando-o de arruinar as *moshavot*. O investimento do barão de Rothschild havia sido enorme: um milhão e seiscentas mil libras esterlinas durante os dezoito anos de seu envolvimento com as *moshavot* (segundo as estimativas do pesquisador Ran Aharonson), totalizando mais de vinte vezes o investimento dos Hovevei Zion no mesmo período. Ainda assim, as colônias não conseguiram obter independência econômica e, aparentemente, o barão concluiu que havia chegado o momento de mudar o sistema; no final de 1899, assinou um acordo com a Associação de Colonização Judaica (JCA, em inglês) e transferiu as *moshavot* para seu controle. A associação, fundada pelo barão Hirsch, fomentava o assentamento agrícola judaico na Argentina e tornou-se ativa

também na Palestina a partir da segunda metade da década de 1890. Com a assinatura do acordo, Rothschild transferiu 15 milhões de francos para a associação, que daria continuidade à iniciativa de assentamento.

A abordagem da JCA era menos paternalista e mais racional e capitalista. A associação encerrou o subsídio aos vinhedos, diminuiu o apoio na forma de pagamentos diretos aos agricultores e reduziu significativamente o número de funcionários e servidores públicos. Os colonos foram instruídos a lidar com seus próprios problemas e reestruturar sua economia agrícola. Os trabalhadores judeus, cujos salários relativamente elevados correspondiam ao período de bonança, foram dispensados e substituídos por trabalhadores árabes que recebiam salários mais baixos. A JCA não tinha escrúpulos quanto a estimular os trabalhadores desempregados a abandonar o país, inclusive fornecendo-lhes passagens, e fez o mesmo em relação aos membros da segunda geração das *moshavot* que não possuíam terras. Antigos vinhedos foram extirpados, estimulou-se a mudança para uma combinação de cultivos individuais e monoculturas e foram feitas as primeiras experiências com a plantação de cítricos. Após uma crise que durou vários anos (durante a qual os colonos manifestaram, entre outras coisas, apoio entusiástico ao Plano de Uganda), as *moshavot* mais antigas começaram a se estabilizar e a se consolidar. Na primeira década do século XX, as *moshavot* fundadas antes de 1900 atingiram a independência econômica.

A JCA voltou-se, então, para o modelo de assentamento baseado em cultivos individuais e colonos pobres, simples e incultos. Seu mais importante empreendimento colonizador localizava-se em uma nova área de assentamento judaico, a Baixa Galileia, onde a associação fundou cinco *moshavot* destinadas a agricultores experientes, de comprovada habilidade. Como as chuvas na região eram escassas, o plano baseava-se em culturas que necessitavam de pouca água. Para garantir que os colonos pudessem sustentar-se com seu trabalho, foram distribuídas glebas relativamente grandes, de aproximadamente 75 acres. O solo era pedregoso, e os campos tinham de ser limpos antes que a terra pudesse ser trabalhada. A JCA

forneceu aos colonos gado e equipamentos suficientes para que pudessem sustentar-se desde o início e, de acordo com o contrato firmado entre as duas partes, os colonos seriam considerados arrendatários até que pagassem o investimento feito pela JCA. As cinco *moshavot* foram estabelecidas a curta distância uma da outra – o primeiro exemplo de planejamento de um assentamento judaico em bloco. A localização remota em relação ao centro do país, o isolamento dos colonos, a necessidade de contentar-se com pouco e a economia de subsistência tinham um apelo mágico para os jovens da Segunda *Aliá*, que viam a Galileia como um reino encantado e os agricultores como verdadeiros lavradores do solo, em contraste com seus mimados pares das *moshavot* de plantações de monocultura.

Contudo, a vida dos colonos era extremamente dura em virtude da pouca chuva, da falta crônica de água e da baixa produtividade. Tanto os desastres naturais quanto os humanos – ataques por parte de beduínos vindos da Transjordânia ou de vizinhos árabes beligerantes – forçaram os colonos a preparar-se para lutar por suas vidas e suas propriedades. Eles desenvolveram uma feroz atitude individualista, fazendo lembrar o Velho Oeste norte-americano.

Em 1904, havia trinta assentamentos agrícolas judaicos na Palestina, totalizando entre 5.000 e 5.500 habitantes. Durante muitos anos, foram esses assentamentos que determinaram as fronteiras do Yishuv judaico, de Metula, ao norte, até Beer Tuvia, no sul (ver Mapa 1), e em grande medida os blocos formados nesse período inicial definiram o desenvolvimento futuro do Yishuv. Esforços posteriores foram feitos para estender esses blocos e interconectá-los – um plano mestre que já estava presente, de forma embrionária, nos planos de distribuição dos primeiros assentamentos.

A SEGUNDA ALIÁ E O NASCIMENTO DO *ETHOS* DE PIONEIRISMO

Após a crise de Uganda, o movimento sionista afundou numa profunda depressão que piorou depois da súbita morte de Herzl, em 1904. O movimento se concentrava nos temas diários, pois tinha ficado claro que, enquanto o cenário internacional não mudasse, não haveria possibilidade de realizar o sonho do falecido líder de obter uma carta de concessão para a Palestina. As *moshavot* mais antigas começaram a emergir da crise que envolvia sua transição para o controle da JCA, mas a mentalidade de crise persistia e inúmeros membros da segunda geração abandonaram as colônias. Foi em meio a essa atmosfera sombria que uma nova leva de imigrantes começou a chegar à Palestina – um grupo que entraria na história como a Segunda *Aliá*.

Assim como as anteriores, essa onda de imigrantes – que contava entre 35.000 e 40.000 pessoas – pode ser vista como a espuma no topo de uma grande onda de emigrantes judeus que deixaram a Europa Oriental na época, tendo como destino principalmente a América (entre 1904 e 1914, em torno de 1,2 milhão de judeus chegaram aos Estados Unidos). Na descrição do escritor Yosef Haim Brenner, “uma família que quisesse se livrar de um problema mandava o problema para a Palestina. Somente revoluções como aquela de 1905–1906, que perturbou e desestabilizou nossas vidas na área russa de assentamento, e de uma só vez enviou dezenas de milhares dos nossos através dos oceanos, enviariam também algumas migalhas para a Terra de Israel”.⁷ A maioria desses imigrantes voltaria para seus locais de origem, ainda que um pequeno número tenha ficado e se estabelecido nas cidades, principalmente em Jaffa. Uma minoria, entretanto, escolheu outro caminho e deixou sua marca em toda a Segunda *Aliá*.

Os trinta anos entre a Primeira e a Segunda *Aliá* modificaram radicalmente a área de assentamento judaico na Rússia, de onde saiu a maioria dos imigrantes. A rápida modernização e industrialização da Rússia levaram as pessoas a se mudarem das pequenas cidades para os centros distritais e para as grandes cidades da região. Um dos resultados desse processo de urbanização foi a grande radicalização das gerações mais jovens. A crescente atividade de revolucionários russos, especialmente os sociais,

engajados em ataques terroristas contra funcionários do governo, atraía jovens judeus, que pensavam: “Aqui estão jovens russos revoltando-se contra a tirania governamental, e, se eles podem, nós também podemos.” Como foi visto, o Bund, partido marxista judaico que almejava promover os interesses dos trabalhadores judeus, foi fundado em 1897, mesmo ano do primeiro Congresso Sionista. O Bund despertava o orgulho dos trabalhadores judeus, incutindo-lhes a consciência nacional e de classe, bem como a esperança de que, quando ocorresse a Revolução democrática, toda discriminação de cunho religioso ou nacionalista seria eliminada.

Na esteira do *pogrom* de Kishinev de 1903, grupos judaicos de autodefesa começaram a se organizar, com o apoio do Bund e dos sionistas. O processo de radicalização acelerou-se após a onda de *pogroms* que se abateu sobre a área de assentamento na Rússia em sequência à primeira Revolução Russa, de 1905. A radicalização da juventude judaica manifestou-se através de uma grande variedade de ideologias e linhas de pensamento: havia aqueles – “autonomistas” e bundistas – que acreditavam na Revolução democrática, o que permitiria aos judeus viver na Rússia como uma minoria à qual seria permitido manter sua cultura exclusiva, expressa no idioma e na literatura ídiche. Outros, após o fracasso do Plano de Uganda para a obtenção da Palestina, foram atraídos pelo “territorialismo”, que buscava um território para os judeus fora da Palestina.

Havia também, obviamente, os sionistas. Mas o sionismo dos Hovevei Zion ou de Herzl parecia burguês: não havia atingido seus objetivos e era incompatível com o espírito daqueles tempos turbulentos. Começaram a surgir grupos sionistas radicais, como o Tzeirei Zion (Jovens Sionistas) e o Poalei Zion (Trabalhadores Sionistas). No início, eram grupos amorfos, que conseguiam expressar melhor a que se opunham do que definir objetivos concretos. Eram contra o regime de custódia das *moshavot* (sobre o qual tinham aprendido ao ler o famoso ensaio “O Yishuv e seus curadores”, de Ahad Haam), contra os ambiciosos planos do sionismo político sem base na realidade e contra o caráter pequeno-burguês da atividade sionista. Queriam um sionismo diferente, que fizesse sentido não somente para a coletividade

judaica, mas também para o indivíduo judeu. Deveria incorporar uma revolução psicológica na imagem do judeu: uma revolução de valores, normas e comportamento. Os Jovens Sionistas enfatizavam fatores culturais e nacionais e ambicionavam uma vida de moralidade e autenticidade na terra de seus ancestrais, enquanto os Trabalhadores Sionistas eram influenciados por ideias socialistas na sociedade russa.

Ber Borochof criou uma síntese entre o marxismo, então considerado a ideologia dominante, e o sionismo. Ele explicou que os judeus, em seus respectivos países, estavam impossibilitados de tornar-se parte do proletariado, a classe do futuro, porque não lhes era permitido trabalhar na indústria. Em vez disso, estavam sendo pauperizados, transformados em proletários esfarrapados, em um *lumpenproletariat*. Consequentemente, o destino dos judeus era serem esmagados na grande batalha iminente entre o capitalismo e o socialismo. Para salvarem-se, necessitavam de seu próprio país, onde poderiam travar, de forma apropriada, uma luta de classes; e esse país era a Palestina. Na visão de Borochof, esse desenvolvimento ocorreria por meio de processos objetivos e espontâneos, independentes da vontade humana. Ele afirmou que os sionistas socialistas não deveriam emigrar para a Palestina por razões emocionais, mas seriam levados para lá por esses processos “objetivos”. Portanto, não havia sentido em fazer propaganda da imigração ou colaborar com a burguesia sionista. O papel dos Poalei Zion era desenvolver o capitalismo na Palestina semifeudal; somente após atingir esse estágio vital em seu desenvolvimento histórico é que uma Revolução socialista poderia ocorrer ali. Da perspectiva atual, a visão de mundo dos Poalei Zion pode parecer nada mais que uma tosca tentativa de criar uma teoria para uma ilusão da realidade. Mas o “borochofismo” forneceu a dezenas de milhares de jovens judeus a síntese que lhes permitiu conectar a Revolução universal – que para eles representava o avanço do espírito humano – com suas aspirações nacionalistas.

Em 1906, Joseph Vitkin, um professor tuberculoso de hebraico, profundamente desapontado com suas experiências de ensino nas *moshavot*, publicou um “Apelo à juventude de Israel cujos corações estão com seu povo

e com Sião”, no qual conclamava os jovens idealistas a imigrarem para a Palestina. “Desperta, ó, juventude de Israel, e venha em auxílio de seu povo! Nosso povo está lutando, sua terra em breve deixará de estar, para sempre, ao seu alcance. Aprese sua ajuda!” Vitkin tentou preparar seus leitores para as dificuldades que os esperavam: “Preparem-se para lutar contra a natureza, doenças, fome, pessoas – amigos e adversários –, estranhos e irmãos, sionistas e inimigos de Sião.. Preparem-se para o ódio e a brutalidade daqueles que, ao seu redor, o considerarão um competidor perigoso.” E finalmente: “Muitos de vocês fracassarão, talvez lutando contra a doença e a angústia, a fome e a labuta, mas aqueles remanescentes e os que vierem em sua esteira completarão as fileiras; e a guerra, essa guerra de paz, continuará até a vitória.” Ele concluiu dizendo: “Heróis de Israel, corram e avancem. Renovem os dias dos Biluim com ainda mais energia, pois, senão, nós, certamente, e rapidamente, estaremos perdidos.”⁸

A maioria desses jovens – homens e mulheres – haviam chegado sozinhos à Palestina e continuaram solteiros por muitos anos. Chegaram jovens a uma terra remota e desconhecida, sem parentes ou amigos e sem o apoio de qualquer movimento, sociedade ou associação que pudesse recebê-los. A grande maioria chegou sem dinheiro ou qualquer meio de sustento, somente com a ambição de serem trabalhadores na Terra de Israel. Os anos da Segunda *Aliá* também coincidiram com os anos da crise de adolescência dos recém-chegados. Eram nômades: trabalhavam por um tempo nos pomares de cítricos de Petach Tikva, depois o vento os levava para Hadera, de lá para a Galileia e assim por diante. Por um lado, essa falta de permanência expressava sua vontade de conhecer o país; por outro, demonstrava certa insatisfação, falta de maturidade e disposição para comprometer-se com um lugar, um povo e um modo de vida. Movidos pelo espírito dos revolucionários russos, esses jovens queriam uma vida significativa e não eram dissuadidos pelo sofrimento e pelas dificuldades que tomavam para si mesmos. “Temíamos o bem-estar e almejávamos o sacrifício”, escreveu Rachel Bluwstein, que se tornou conhecida como

Rachel, a poeta. “Nós ansiávamos pelo sacrifício...”, comentou Zalman Shazar, descrevendo a emoção como “a alegria do sacrifício”.⁹

Da Rússia, os pioneiros da Segunda *Aliá* trouxeram o partido político como um marco organizacional aceito. Um “partido” envolvia uma liderança eleita, uma plataforma que incluía os principais pontos da ideologia do grupo e um jornal capaz de travar suas principais batalhas e apresentar sua ideologia ao público. O primeiro desses partidos foi fundado na Palestina em 1905, o Hapoel Hatzair (O Jovem Trabalhador). Não defendia uma plataforma predeterminada, o que equivalia a uma declaração de que seus membros não estavam engajados em teoria política, mas sim na realidade da Palestina. Inscreveram em seu brasão “a conquista do trabalho”, que significava o enraizamento do trabalhador judeu no trabalho agrícola em terras judaicas. Em termos culturais, o grupo encarava o desenvolvimento de um centro de cultura hebraica na Palestina e a transformação do hebraico no idioma cotidiano como uma missão nacional de primeira grandeza. Para esses jovens, o romantismo ligado à atividade agrícola conectava-se com a ideia de que o trabalho manual redimiria os judeus de uma doença de gerações. Seria uma fonte de força mental e criaria novos atributos que trariam uma revolução psicológica.

Em 1906, foi criado na Palestina o partido Poalei Zion, e seu manifesto, a Plataforma de Ramla, foi formulado no espírito de Borochof por David Ben-Gurion, então um jovem de 20 anos que chegara poucos meses antes ao país. O Poalei Zion visava a tornar-se parte do proletariado e, portanto, buscou trabalhadores braçais nas *moshavot*, mas não parece ter imbuído esse trabalho da mesma importância espiritual atribuída pelo Hapoel Hatzair; via-o como uma necessidade existencial. Na verdade, os interesses cotidianos de ambas as correntes encontraram-se no trabalho agrícola.

Conforme foi visto, uma vez que as colônias ficaram sob o controle da JCA, poucos trabalhadores judeus foram mantidos. Os jovens que agora chegavam eram de uma categoria completamente diferente de seus predecessores que haviam se caracterizado pela humildade e pobreza de espírito. Agora traziam um forte senso de missão a ser cumprida e a

convicção de que seu papel era o de garantir uma base judaica na Palestina e o caráter nacionalista das *moshavot*. Eram livres-pensadores, homens e mulheres que trabalhavam e se divertiam juntos e se viam como a vanguarda que mostrava o caminho àqueles que viriam em seguida. Os jovens davam enorme valor a seu *status* de trabalhadores, e a ideia de supervisionar o trabalho de outros – ou seja, explorar seu trabalho – representava um anátema. Da mesma forma, rejeitavam os ideais dos trabalhadores que os antecederam, de tornar-se agricultores proprietários de terras. Queriam continuar como trabalhadores simples e encaravam seu trabalho como a realização de uma missão nacional. Tomando como lição o destino dos pioneiros da Primeira *Aliá*, que perderam seus ideais quando se viram sob o amparo do barão, e abominando os ultraortodoxos que viviam da caridade da *haluká*, eles recusavam qualquer tipo de apoio. Sua independência só seria preservada caso se recusassem a se associar a possessões materiais e resguardassem zelosamente sua liberdade e independência.

O encontro entre jovens radicais fortemente ideologizados e a realidade das colônias foi traumático: segundo David Ben-Gurion, “os pioneiros da Primeira *Aliá* se tornaram especuladores e lojistas comercializando as esperanças de seu povo e vendendo por centavos as aspirações de seus jovens. Introduziram o ídolo do exílio no templo do renascimento, e a criação da pátria foi manchada pela idolatria”.¹⁰ A idolatria é um dos três maiores pecados judaicos, sobre o qual se diz: “Que os judeus prefiram a morte a cometer aquele pecado” (sendo os outros o incesto e o derramamento de sangue). Ao usar a metáfora, Ben-Gurion identificava com o trabalho árabe nos campos das colônias o profano e profanador “ídolo no templo”. Assim, elevou o tema do trabalho árabe, de questão prática acerca da obtenção de trabalho por parte dos judeus nas colônias, ao nível mítico da quebra de um tabu.

O confronto entre esses trabalhadores e os agricultores da Primeira *Aliá* foi um choque de civilizações: entre uma sociedade conservadora e uma radical; entre uma sociedade religiosa e uma orgulhosa de seu secularismo; e entre uma sociedade devotada à estabilidade e à continuidade e uma que

rejeitava os valores burgueses e o sucesso material. Os agricultores desprezavam os jovens como *schmendricks* (pessoas indignas e ignorantes), enquanto eles caracterizavam os agricultores como traidores da nação, cuja sede de dinheiro levava-os a abandonar a ideia sionista de criar uma entidade judaica produtiva na Palestina. Na guerra entre gerações que eclodiu, os agricultores se lembraram das dificuldades pelas quais passaram e argumentaram que era importante manter a estabilidade econômica alcançada pelas colônias ao longo dos trinta anos anteriores, como parte do assentamento da Palestina. Também registraram que não havia trabalhadores suficientes para sustentar o trabalho exclusivamente judaico e que, talvez, para viver em paz com os vizinhos árabes, teriam de incluí-los. Mas esses pontos passaram despercebidos. A batalha pela opinião pública sionista, que acompanhava a controvérsia de perto através da imprensa na Palestina e no exterior, foi facilmente vencida pelos trabalhadores da Segunda *Aliá*, que passaram a assumir a aura de redentores da nação, enquanto os agricultores ficaram com a pecha de egoístas classistas.

O debate sobre o trabalho judaico nas *moshavot* tornou-se um debate sobre a substância do sionismo. Em 1912, após sua terceira visita à Palestina, Ahad Haam publicou o ensaio “*All in All*”. Enquanto em seus ensaios anteriores havia criticado duramente a situação nas colônias, Haam agora apresentava suas conquistas, crescimento econômico e independência. Descreveu o agricultor bem-sucedido que encontrou nas colônias quase como uma figura ideal, como o Boaz bíblico, o proprietário orgulhoso e conhecedor, que supervisionava seus trabalhadores e ganhava a vida com a agricultura, mas que, ele mesmo, não trabalhava. Então Ahad Haam fez a pergunta crucial: “Os elementos vitais de qualquer país estão nas massas rurais... e na Palestina, no momento, essas massas não são nossas, sendo difícil imaginar como serão criadas no futuro.” Ele concluiu dizendo que, por natureza, o judeu não estava talhado para o trabalho com o solo. “O judeu é por demasiado inteligente, culto, e não é capaz de reduzir sua vida e suas ambições a um pequeno pedaço de terra e contentar-se com sua sorte, ganhando seu modesto sustento com o suor de seu rosto.”¹¹

Assim, todas as esperanças que Herzl depositou em uma Palestina como “porto seguro” não teriam fundamento caso os judeus continuassem a ser uma pequena minoria entre uma grande maioria árabe. Para Ahad Haam, essa situação era a corroboração da ideia de um “centro espiritual” que ele havia proposto desde o início, mas que, para os que acreditavam no sionismo mais amplo, representava uma sentença de morte. O fracasso na conquista do trabalho nas *moshavot* não era somente um fracasso pessoal desses jovens, mas também um fracasso nacional, o enfraquecimento das perspectivas sionistas.

Uma estrutura social em que os donos de terras são uma minoria europeia e os trabalhadores são nativos fazia lembrar as sociedades coloniais em que a minoria europeia governava a maioria local e explorava seu trabalho. Desde o início, esse padrão não se aplicava à sociedade judaica na Palestina. O novo Yishuv judaico não foi criado para que a pátria-mãe pudesse enviar seus filhos e suas filhas para assentar-se no país por ela governado, explorando os recursos da colônia. Pelo contrário, a Palestina representava um caso único, no qual colonos europeus chegaram a um país subdesenvolvido, sem atrativos, para investir capital e trabalho por razões nacionalistas e ideológicas. Os colonos não conquistaram a terra; eles a compraram. Ainda assim, a estrutura socioeconômica que se desenvolveu nas *moshavot* era similar à das colônias europeias, e os imigrantes da Segunda *Aliá* a rejeitavam totalmente. Desde a Revolução Francesa, os revolucionários, especialmente na Rússia czarista, haviam aceitado o lema “A terra para seus trabalhadores”. Os membros da Segunda *Aliá* acreditavam que a manutenção do *statu quo* nas *moshavot* representava tanto a exploração do trabalho alheio quanto o perigo de que um dia os trabalhadores árabes se levantassem contra seus amos judeus e tomassem a terra. A ideologia socialista tornava esses jovens sensíveis ao perigo potencial inerente à estrutura socioeconômica e às falhas morais das *moshavot*.

A luta pela conquista do trabalho nas *moshavot* fracassou. Em alguns casos, os agricultores não queriam trabalhadores judeus insolentes que

desafiavam seus empregadores; em outros, simplesmente não havia trabalhadores judeus suficientes. Mas, pior de tudo, mesmo quando os trabalhadores judeus eram permanentemente empregados e mantinham-se firmes no trabalho duro e monótono, não podiam manter uma vida de pessoas cultas, que ocasionalmente liam um jornal ou um livro, e certamente não tinham condições de criar uma família. Esse problema tornava-se mais sério conforme avançava a década da Segunda *Aliá* e os jovens envelheciam.

Essa última dificuldade levou à ideia de que o trabalhador idealista e relativamente instruído, com sede de cultura, talvez fosse inapropriado para a conquista do trabalho. Talvez o trabalho pudesse ser conquistado por aqueles conhecidos como “trabalhadores naturais” – pessoas que aceitavam naturalmente o trabalho físico, que não precisavam “conquistá-lo”, no sentido de ter que obter uma vitória sobre si mesmos para executar tal trabalho. E descobriu-se que esses trabalhadores naturais estavam disponíveis.

Durante a Primeira *Aliá*, milhares de imigrantes do Iêmen haviam chegado, por iniciativa própria, à Palestina. No final da década de 1840, os ingleses tinham tomado Aden, abrindo uma janela para que os judeus iemenitas obtivessem informações, através da imprensa judaica que chegava à cidade, sobre o que ocorria em outras comunidades judaicas. Na década de 1880, numa época em que os governantes otomanos do Iêmen aplicavam rigorosamente os éditos antijudaicos naquele país muçulmano, aumentaram os rumores de que judeus ricos estavam prestes a comprar a Palestina para lá assentar os judeus. Somando-se as duras condições no Iêmen, o amor pela Terra de Israel e a esperança de uma melhoria em suas condições, os judeus iemenitas se viram motivados a empreender a viagem para a Palestina. Como cidadãos otomanos, podiam entrar no país, e a abertura do Canal de Suez tornou a viagem mais curta.

Chegando à Palestina em várias ondas, os iemenitas se estabeleceram em Jerusalém e Jaffa e passaram a ganhar seu sustento como artesãos, ourives, trabalhadores na construção civil e pedreiros, profissões nas quais

competiam com os árabes. Tinham uma reputação de trabalhadores diligentes, que se contentavam com pouco. Assim, quando os trabalhadores da Segunda *Aliá* se desesperaram pelo fracasso da “conquista do trabalho”, nasceu a ideia de buscar os judeus iemenitas, que se integrariam às *moshavot* como “trabalhadores naturais”. Shmuel Yavneeli viajou da Palestina para o Iêmen, disfarçado de emissário rabínico em missão para obter doações junto às comunidades na Diáspora, com o intuito de convencer os judeus daquele país a imigrar para a Palestina. A viagem tornou-se parte da mitologia da Segunda *Aliá*. A partir de 1909, ondas de imigrantes iemenitas chegaram novamente à Palestina, e aproximadamente 1.200 deles foram trabalhar nas *moshavot*. Mas suas dificuldades eram enormes: fisicamente fracos, não tinham experiência no trabalho agrícola e, certamente, não conseguiam competir com os árabes. A mortalidade decorrente de doenças era altíssima, e em 1914 os iemenitas constituíam cinco por cento da população judaica da Palestina; mas o fato é que não se tratava de “trabalhadores naturais”.

Em seu sentido mais abstrato, a expressão “conquista do trabalho” referia-se aos esforços dos trabalhadores da Segunda *Aliá* para adaptar-se ao trabalho físico, e esse esforço fez parte de sua experiência formativa. Conforme descreveu Yosef Haim Brenner: “Quem pode imaginar a dor do pobre intelectual judeu que vem para cá com a esperança de viver uma vida diferente, saudável, de trabalho braçal, com o cheiro do campo, e após alguns dias se dá conta de que é um sonho vazio... de que não há esperança aqui para o povo judeu e que – o que é o principal – ele mesmo não está qualificado para qualquer tipo de trabalho...”¹² A literatura e os livros de memórias do período são ricos em descrições sobre as dificuldades experimentadas pelo intelectual judeu que precisava realizar um trabalho braçal sob o sol escaldante, competindo com o trabalhador árabe, de vasta experiência. O trabalho era considerado detentor de valor moral e rico em qualidades terapêuticas, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. Consequentemente, os trabalhadores eram considerados a elite da nação, sacrificando-se pelo interesse nacional e carregando sobre os ombros a concretização do ideal sionista em toda a sua pureza. Acreditava-se também

que o trabalho físico dava ao indivíduo qualidades espirituais e uma conexão mística com o país; e através deste o judeu como indivíduo se redimia da herança do exílio. Assim os trabalhadores compensavam-se por seu sofrimento, enquanto trabalhavam diariamente nas *moshavot*.

Em contraste com os socialistas na Europa, que distinguiam sua visão de mundo de seu modo efetivo de vida, os revolucionários russos insistiam em viver de acordo com seus ideais. No contexto da Palestina, essa ideia agora significava que não era suficiente acreditar no benefício do trabalho nos campos, acima de qualquer outra forma de trabalho; era necessário pôr em prática aquela crença. Não era suficiente acreditar que se deveria viver sem explorar o próximo; era necessário fazê-lo. Entretanto, somente uma pequena elite adotava tal conduta, e a maioria dos trabalhadores, frustrados com o trabalho agrícola, mudou-se para as cidades e engajou-se em outras ocupações. Assim, poucos dos escritores e líderes que pregavam essa doutrina adotaram-na em sua própria vida. Apesar disso, utilizariam sua experiência como trabalhadores agrícolas como um meio de se associarem à elite da nação. Ben-Gurion, por exemplo, trabalhou somente um ano na fazenda em Sejera, mas referia-se a esse período como uma experiência de formação. O *ethos* de pioneirismo que inspirou gerações de jovens judeus, que o viam como uma combinação entre o sacrifício dos revolucionários sociais e dos nacionalistas, baseava-se nesse princípio de “concretização” do ideal na vida cotidiana.

Por volta de 1909, iniciou-se uma segunda onda da Segunda *Aliá*, e com a nova corrente surgiram algumas ideias criativas que deram fim à estagnação provocada pelo fracasso na “conquista do trabalho”. Tanto o educador e filósofo Joseph Vitkin quanto Berl Katznelson, que se tornaria um importante líder do movimento trabalhista, estiveram entre os primeiros que ofereceram ideias para formas alternativas de assentamento. O experiente trabalhador rural árabe estava disposto a trabalhar por um baixo salário porque já possuía terras e uma família em sua aldeia; o trabalho em uma fazenda judaica era uma espécie de “bico”. Como não conseguia competir com ele, o trabalhador judeu tinha que criar uma fazenda própria,

mas a experiência demonstrou que trabalhadores que se tornavam agricultores não conseguiam dar conta do trabalho e acabavam contratando mão de obra árabe. De qualquer forma, os trabalhadores da Segunda *Aliá* não possuíam capital suficiente para estabelecer-se de forma independente, mas rejeitavam a ajuda financeira porque esta levava à subjugação e à decadência.

Como superar esses dois obstáculos? Nesse caso, uma solução prática precedeu a ideológica: o Escritório Palestino, ativo na Palestina desde 1908, era encabeçado por Arthur Ruppin, um judeu prussiano aberto aos experimentos sociais. A partir de 1909, o escritório estabeleceu fazendas nas terras do Fundo Nacional Judaico (JNF, em inglês) que eram administradas por agrônomos e empregavam, sobretudo, trabalhadores judeus – era a primeira vez que a Organização Sionista engajava-se em trabalho prático na Palestina. Em todas essas fazendas, eram tensas as relações entre os trabalhadores e a administração, como na Kinneret, onde a articulação dos trabalhadores em uma greve indicava a necessidade de uma nova forma de organização. Do outro lado do rio Jordão, uma gleba de terra do JNF chamada de Umm Juni foi arrendada para um grupo composto de seis homens e uma mulher, para trabalhá-la por um ano, por conta própria; o primeiro ano gerou lucro, marcando o início de Degania, “a mãe das *kvutzot*”.

Essa experiência, feita quase por acaso, tornou-se a base de um novo modelo de assentamento: terras nacionais, arrendadas aos trabalhadores. Não era algo tido como filantropia, mas sim um empreendimento nacional. Os trabalhadores não tinham capatazes, o que reduzia os custos e eliminava os atritos. Mais tarde, Berl Katznelson acrescentou dois outros elementos a essa estrutura. O primeiro era a responsabilidade mútua do grupo pelo trabalho, permitindo que trabalhadores novos, fracos ou doentes integrassem o grupo. Era também uma forma de integrar as mulheres no trabalho agrícola. O segundo elemento era que o grupo fazia parte de uma federação ou movimento no qual o coletivo fiscalizava tanto os membros individuais quanto cada grupo. O JNF estava comprometido com o trabalho

judaico em suas terras e cada um desses elementos constituía uma barreira contra a tentação de empregar trabalhadores árabes. O trabalho próprio tinha como função evitar a contratação de mão de obra barata, enquanto a responsabilidade mútua garantia a autoridade do grupo sobre tentações individuais. A autoridade da federação sobre o grupo fornecia uma camada adicional de prevenção contra possíveis desvios.

Assim se deu o início do conceito de socialismo construtivo. Às vésperas da Terceira *Aliá*, em 1920, Brenner resumiu a visão de mundo dos membros da Segunda *Aliá* que haviam ficado no país: “Agora esse pequeno grupo remanescente é da opinião de que a salvação do povo judeu e da Terra de Israel virá não através de profetas ou pessoas das altas esferas políticas, não através dos proprietários de pomares de cítricos nem através do proletariado espiritual, mas sim de grupos de novos trabalhadores que chegarão com enorme vigor e decisão, na intenção de assentar-se, seja em *kvutzot*, seja em *moshavim* (fazendas cooperadas) de trabalhadores, da maneira nacional-coletiva apropriada.”¹³ E assim ele formulou um programa para os anos seguintes.

O assentamento de trabalhadores desafiava o regime semicolonial das *moshavot*, fornecendo uma alternativa que, segundo os trabalhadores, não só era mais ética como também mais alinhada ao interesse nacional. A ideia era eliminar o efeito socioeconômico do confronto árabe-judaico e limitar o conflito à esfera político-nacional.

O conceito de trabalhadores independentes assentando-se em terras nacionais era uma tentativa de adaptar o sistema de assentamento ao potencial dos assentados. O “trabalhador natural” era a menor das minorias entre os judeus. A grande maioria dos imigrantes empobrecidos que chegava ao litoral da Palestina não tinha a intenção de viver numa aldeia ou de engajar-se em trabalho braçal. Queriam estabelecer-se na cidade e continuar trabalhando no comércio ou como artesãos, ocupações judaicas tradicionais. Eram os idealistas que escolhiam a agricultura, mas recusavam-se a competir com os árabes, a submeter-se à humilhação de trabalhar sob um capataz e a aceitar a condescendência dos agricultores. Os assentamentos de

trabalhadores eram independentes e logo ficaram conhecidos como “assentamentos de trabalho”, reduzindo a importância das *moshavot* – onde se dizia que os judeus na realidade não “trabalhavam” – e promovendo os pontos fortes dos idealistas enquanto minimizavam suas fraquezas. Esses assentados, relativamente cultos e instruídos, queriam investir toda a sua força e seu talento no trabalho e estavam abertos às inovações tecnológicas, dispostos a aprender sobre as experiências agrícolas na Palestina e em outras partes do mundo. Plenos de iniciativa, buscavam a constante modernização, e seu caráter inquisitivo e independente tornava-os inúteis como subordinados, mas esplêndidos como trabalhadores independentes que administravam suas próprias fazendas. Dessa forma, puderam convergir os interesses sionistas e os interesses individuais de trabalhadores radicais e desprovidos de recursos.

A transição para assentamentos de trabalhadores implicava o abandono da “conquista do trabalho” nas *moshavot*, e, para os dois partidos que representavam os trabalhadores, essa mudança conceitual era difícil. Para os líderes do Hapoel Hatzair, abandonar as *moshavot* era como fugir do campo de batalha no meio da luta pela “conquista do trabalho”, enquanto para os Poalei Zion a ideia de que trabalhadores administrassem uma fazenda contradizia a ideologia de Borochof a respeito da criação de um proletariado. Mas isso é o que ocorre em uma terra de imigrantes, onde as ideologias que não passam nos testes da realidade local são minadas e as elites baseadas nas velhas ideologias são postas de lado, fazendo ascender as novas elites que expressam a nova realidade. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a ideia do assentamento de trabalhadores em terras nacionais, apoiados pela Organização Sionista, era aceita por amplos segmentos dos trabalhadores da Segunda *Aliá* que continuavam na Palestina. A partir desse momento, o trabalhador poderia reivindicar a denominação de pioneiro: uma pessoa que encarnava o ideal nacional no dia a dia, sacrificando-se em prol do sionismo. Durante esse período, os trabalhadores representavam uma pequena minoria no Yishuv, carentes de poder econômico e político, mas apresentavam, de forma embrionária, uma demanda pela hegemonia. A

autoconsciência desse grupo e o talento de seus líderes e escritores para formular uma agenda pública e inculcá-la nas mentes de um amplo círculo fora do seu próprio meio transformaram sua demanda de pretensão de alguns poucos em ideal nacional, o que pouca gente se atreveu a contestar.

A decisão de criar assentamentos de trabalhadores que constituíssem um espaço territorial protegido contra a penetração do trabalho árabe determinaria o caráter do Yishuv judaico na Palestina, como uma entidade que existia ao lado da população árabe, e não em seu seio. A decisão não era evidente; judeus haviam se estabelecido em localidades árabes que tinham se tornado cidades mistas, árabe-judaicas, como nas quatro cidades sagradas e também em Haifa e Jaffa. Quando imigraram para a Palestina, em 1906, o antigo membro do Bilu Yaakov Shertok e seus familiares optaram por arrendar uma grande fazenda na aldeia de Ein Sinia, nas colinas de Efraim, localidade afastada de qualquer assentamento judaico. Lá viveram por dois anos e então se mudaram para o novo bairro de Ahuzat Bait, que foi construído próximo a Jaffa e se transformaria na cidade de Tel Aviv. Essa opção não era considerada incomum; havia judeus que tentavam adquirir terras em localidades árabes, e até os distúrbios de 1929 um certo número deles vivia em Gaza e Hebron – mas não na Samária, o coração árabe na Palestina. Da mesma forma, as *moshavot* judaicas eram foco de atração para os árabes locais, que repovoaram aldeias árabes abandonadas no século XIX. Assim, a opção de criar na Palestina uma economia comum e uma sociedade mista, árabe-judaica, não era tida como impossível. A ideia de estabelecer uma economia separada – que geraria (vista em retrospecto) uma sociedade à parte da sociedade árabe – como base para uma entidade nacional era inerente à ideia de um espaço de trabalho judeu protegido e protecionista. Obviamente, naquele momento ninguém pensou nisso.

OS JUDEUS E SEUS VIZINHOS

A Palestina sob o domínio otomano não constituía uma unidade política distinta. A Galileia e a Samária eram, respectivamente, os dois *senjaks* (distritos) separados de Acre e Nablus, sob a jurisdição do *vilayet* (província) de Beirute. O *senjak* de Jerusalém – que incluía a área central da Palestina, as colinas de Hebron, a planície costeira central e o norte do Negev – era importante em função da sensibilidade internacional quanto aos locais sagrados e estava, portanto, sob a jurisdição direta de Istambul. Apesar dessa fragmentação, já havia na Palestina os primeiros indícios de um movimento nacional árabe, liderado por árabes cristãos, cultos e instruídos. Os árabes muçulmanos eram, em geral, leais ao Império Otomano e quase não tinham consciência política. Após a Revolução dos Jovens Turcos em 1908, que elevou as aspirações por um regime esclarecido que permitiria a expressão de sentimentos nacionais no império, houve algumas demonstrações de nacionalismo árabe na Palestina, como o surgimento do jornal *Al-Karmil*, em Haifa, que promovia sentimentos antijudaicos; mas é difícil identificar qualquer consciência nacional árabe palestina durante esse período. Os árabes estavam, entretanto, cientes da tentativa dos judeus de colonizar a Palestina e preocupados com o que viam como uma incursão estrangeira. Em 1891, dignitários árabes de Jerusalém enviaram ao sultão uma petição, solicitando que fosse interrompida a onda de imigração judaica à Palestina. Em resposta, a Sublime Porta (governo otomano) promulgou uma lei proibindo a entrada de judeus no país.

O debate sobre o que então se denominava “o problema árabe” ocorria basicamente entre os judeus e não era uma reação às demonstrações de nacionalismo árabe, tratando principalmente do comportamento dos judeus em relação aos árabes. No ensaio “A verdade vinda de Eretz Yisrael”, Ahad Haam censurou os agricultores judeus por maltratar seus trabalhadores árabes (1891). Yitzhak Epstein, no artigo “Uma pergunta escondida”, advertiu a respeito da desapropriação dos camponeses árabes arrendatários que se seguiu ao assentamento judaico, mesmo nos casos em que os grupos removidos receberam generosas compensações (1907). Rabbi Benjamin (Yehoshua Redler-Feldman) propôs amparar e promover o desenvolvimento

da população árabe junto com a judaica, como um meio de aproximar os dois povos (1911).¹⁴ Assim como seu guia e mentor Borochoy, Ben-Gurion e Ben Zvi – que mais tarde seria o segundo presidente de Israel – pensavam que os *fellahin* árabes descendiam de judeus ancestrais e tinham se convertido primeiro ao cristianismo e depois ao Islã; a partir daquele momento, com a colonização judaica, se assimilariam entre os judeus. Essas ideias levaram a um acalorado debate na imprensa sionista, mas é pouco provável que as discussões tenham tido qualquer implicação prática: o Yishuv judaico ainda era muito jovem e disperso para constituir uma ameaça real para os árabes, não tendo, por outro lado, nada a oferecer-lhes. Considerando os escassos recursos do movimento sionista, ideias como as de Rabbi Benjamin eram completamente impraticáveis.

Entretanto, uma certa ansiedade existencial permeava a vida no Yishuv, e os judeus acompanhavam atentamente o que acontecia entre os árabes. Nesse período, os choques entre judeus e árabes eram, em geral, disputas entre vizinhos sobre temas como terras, água e pastos. No dia a dia, os judeus tinham que tomar medidas para proteger sua vida e suas propriedades, e as *moshavot* empregavam guardas árabes, que muitas vezes colaboravam com os ladrões. Ainda assim, o princípio de autodefesa era parte inseparável da ideologia da Segunda *Aliá*. Os primeiros membros do Poalei Zion que imigraram para a Palestina tinham pertencido a um grupo de autodefesa em Hommel, na Ucrânia, e levaram consigo essa tradição, como parte de seu programa de mudança da imagem do judeu, conforme manifestado na vontade de defender as vidas e a honra judaicas. Em 1907, em Sejera, membros do Poalei Zion criaram a sociedade secreta Bar-Giora.

Em 1908, a organização Hashomer (guarda) sucedeu a Bar-Giora, adotando como lema um verso do poema de Yaakov Cahan: “Em fogo e sangue a Judeia caiu; em sangue e fogo a Judeia se erguerá.” O Hashomer era controverso: os agricultores judeus acreditavam que seus membros tendiam a provocar os árabes, tornando, de forma desnecessária, as relações mais conflituosas. Os membros dos partidos trabalhistas também tinham reservas em relação à organização: a adoção de símbolos, roupas e instrumentos

árabes – a *abaya*,^{***} o *keffiyeh*, bandoleiras, armas e cavalos – parecia um desvio em relação à cultura judaica. A escolha pela atividade de sentinela era vista como uma rejeição do árduo trabalho agrícola em favor do uso romantizado da força. Em lugar da figura do lavrador da terra, o Hashomer promovia a imagem do combatente, que parecia contradizer a filosofia dos trabalhadores. Suas ações nesse período eram muito menos importantes que o fato de ter tentado criar uma força de defesa judaica na Palestina. Assim como os Biluim haviam sido a raiz da árvore genealógica dos pioneiros, o Hashomer foi o ancestral das forças de defesa judaicas.

A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA NACIONAL

Nos trinta anos entre a Primeira *Aliá* e a Primeira Guerra Mundial, surgiram na Palestina não apenas a semente do assentamento judaico moderno, mas também o embrião de uma cultura nacional. Essa cultura caracterizava-se por uma identidade judaica secular, pela mudança para o hebraico como língua falada e pela demanda por independência em relação às culturas da Diáspora.

Os dois grandes mentores culturais do período foram Ahad Haam e Micah Josef Berdyczewski. A sociedade Bnei Moshe (Filhos de Moisés), fundada por Ahad Haam, era influente entre os membros da *intelligentsia* liberal nas *moshavot*, enquanto Berdyczewski influenciava principalmente a Segunda *Aliá*. O contraste entre os dois criou polos de identidade judaica moderna, cujas diferenças baseavam-se em percepções do passado judaico, em seus símbolos e significado e também em qual seria a imagem desejável do “novo judeu”. A versão de Ahad Haam da história judaica tinha um caráter moralizador: tratava-se de um povo que, por sua própria natureza, desprezava a força física e santificava a força moral e espiritual. Segundo ele, a experiência judaica estava imbuída dessa característica, que havia moldado sua história. Berdyczewski, por sua vez, enxergava essa ostensiva

característica moral como consequência da fragilidade nacional judaica, datada da destruição do Templo. Para ele, isso decorria da perda da vitalidade e da naturalidade inerentes a um povo que vive em sua própria terra – o que, nesse caso, deteria sua agressividade intrínseca, sua espontaneidade, sua proximidade com a natureza e suas aspirações de poder.

Enquanto Ahad Haam enfatizava o princípio “Não pela força, não pelo poder, mas pelo meu espírito, disse o senhor dos exércitos” (que ele trocou por “o espírito”, eliminando o restante do verso), Berdyczewski pensava que essa ênfase suprimia o instinto natural de uma nação de não vacilar quanto ao uso da força. Ahad Haam santificava a figura de Rabbi Yochanan Ben-Zakkai que, de acordo com a lenda, fugiu da Jerusalém sitiada às vésperas da destruição e implorou aos romanos para ir para Yavneh, onde estabeleceria um centro judaico separado de Jerusalém (e que continuou a existir após a perda da soberania nacional). Berdyczewski, por seu lado, exaltava os zelotes que optaram por morrer nas rampas de Jerusalém, sem render-se. Yavneh e Betar (o centro da Revolta de Bar-Kokhba) tornaram-se símbolos de duas versões antagônicas da identidade judaica moderna. A primeira enxergava a espiritualidade como a essência do judaísmo, enquanto a outra enfatizava a natureza existencial dos judeus. Ahad Haam louvava uma identidade judaica que não se obrigava a observar os mandamentos rituais, mas se identificava com o judaísmo histórico. Seu conceito baseava-se na suposição de que havia uma natureza judaica autêntica, completa e monolítica. Berdyczewski contestava essa percepção, em nome de outras qualidades judaicas que haviam sido reprimidas por gerações, devido a esse conceito hegemônico. Ele invocava imagens de poder e heroísmo dos períodos do primeiro e do segundo templos, de Josué, Sansão e Saul até os hasmoneus e os combatentes de Massada, que vinham sendo negligenciadas e omitidas pela corrente tradicional da narrativa histórica judaica.

O conceito moralista de Ahad Haam convinha à *intelligentsia* dos Hovevei Zion (a primeira geração de colonos), mas era incompatível com o espírito rebelde da geração da Segunda *Aliá*, que desafiava a debilidade dos judeus. O conceito dialético de Berdyczewski, que exaltava a vitalidade

espontânea ao mesmo tempo que demandava uma abertura frente às culturas do mundo mais amplo, atraía-os muito mais do que a imagem de Ahad Haam das “águas de Shiloah fluindo lentamente”, numa defesa do isolamento judaico perante influências estrangeiras, por medo da assimilação. Ahad Haam era muito estimado como crítico íntegro, mas Berdyczewski e a escola vitalista de pensamento tinham mais influência; o poema “Habiryonim” (Os fora da lei), de Cahan, de onde se extraiu o lema do Hashomer, exaltava os zelotes, banidos e censurados pela tradição judaica. Essas duas versões da identidade secular judaica contribuíram para a cultura do Yishuv e estavam, às vezes, entrelaçadas.

Uma das principais mudanças ocorridas na Palestina foi a secularização. O processo pouco afetou as comunidades ultraortodoxas de Jerusalém, que mantinham seu estilo de vida próprio, mas ficou claramente evidente nas *moshavot* da Primeira Aliá. A primeira geração observava estritamente os mandamentos, e a vida girava em torno da sinagoga; o primeiro edifício público construído foi a *mikve* [casa de banho ritual]. Mas a segunda e terceira gerações rapidamente tornaram-se seculares, levando a um choque cultural na década de 1890. As *moshavot* não estavam imunes às influências do mundo exterior e algo na atmosfera da Palestina e em seu estilo rural de vida estimulava os jovens a virarem as costas para a religião. Embora fosse tradicional, a educação nas *moshavot* incluía elementos nacionais e seculares, e os professores, em sua maioria não religiosos, também exerciam certa influência.

As divergências entre judeus religiosos e seculares relacionavam-se sobretudo à conduta em público, como no caso de apresentações teatrais e espetáculos de dança frequentados por homens e mulheres, mas foi a nova geração que acabou saindo vitoriosa desses conflitos. Essa geração também adotou atividades de lazer de seus vizinhos árabes, como corridas de cavalos, celebrações no estilo árabe (fantasias) e vestimentas beduínas (similares às adotadas pelo Hashomer). Desenvolveu-se uma cultura “nativa”, caracterizada pelo emprego do idioma hebraico, pelo comportamento agressivo que enfatizava aspectos físicos e por uma

autodefinição diametralmente oposta àquela dos judeus da Diáspora. Os residentes das *moshavot* que nasciam na Palestina já exibiam claramente essa identidade secular. Além disso, por serem nativos, acreditavam em seu direito de liderança e utilizavam-no para estabelecer a diferença entre sua identidade e a dos imigrantes da Segunda *Aliá*.

A secularização era ainda mais nítida entre os membros da Segunda *Aliá*. Eles eram oriundos de lares tradicionais, mas, a distância, a companhia dos colegas, a experiência de convivência entre homens e mulheres jovens e a ausência de supervisão adulta levaram a um rápido abandono das práticas religiosas. S. Y. Agnon descreveu esse processo com ironia: “Rabinovitch não tem nada a ver com seu Criador, e não tem nada contra seu Criador. Desde o dia em que Rabinovitch abandonou sua cidade natal, é pouco provável que tenha se lembrado Dele. São muitos os assuntos com os quais uma pessoa tem de lidar e ele não tem tempo para se lembrar de tudo.”¹⁵ Mesmo assim, a maioria dos livres-pensadores mantinha uma conexão com as festividades judaicas e os ritos de passagem – casamento, circuncisão, *bar-mitzvá* e morte. O anseio residual pelo marco tradicional da vida, perdido com a mudança para a Palestina, foi bem descrito por A. D. Gordon: “Quem nunca viu o espírito dos jovens nos feriados religiosos não seria capaz de entender nem de acreditar. Vê-se algo muito estranho: nossos dias regulares são muito mais encantadores que aqueles de nossos irmãos na Diáspora, mas o *shabat* e as festividades são muito mais bonitos na Diáspora. Tentamos criar novas festividades, mas criar feriados nacionais de acordo com uma lógica e invenção não seria o mesmo que ‘fazer poesia sob encomenda’?”¹⁶

As palavras de Gordon revelam a dificuldade de criar uma nova tradição sem a mágica do passado de gerações e gerações de rituais. Em geral, os pesquisadores descrevem a formação da cultura nacional como a construção de algo planejado previamente. Mas, de fato, houve uma variedade de projetos complementares. Não se pode falar de ações calculadas, mas sim da cópia de padrões com os quais os sionistas tinham familiaridade, a partir dos movimentos nacionais europeus, e de sua adaptação às necessidades e ao caráter específico dos judeus. A criação de uma cultura nacional já havia

começado na Diáspora durante o iluminismo judaico, com a literatura que expôs o leitor judeu a um mundo de emoção e imaginação. Uma ampla iniciativa de tradução a partir do russo, do alemão, do inglês e de outros idiomas criou um *corpus* de literatura internacional em hebraico, que, nas últimas décadas do século XIX, atenuou a sede por uma cultura mais ampla entre os membros da geração instruída na área de assentamento judaico na Rússia. Além do melhor da literatura mundial, os títulos incluíam, entre outras coisas, romances históricos, peças, textos de canções populares e literatura infantil. Floresceram também as revistas em hebraico, fornecendo material de leitura popular para jovens e idosos. Essa era a matéria-prima a partir da qual os leitores jovens criavam sua visão de mundo. Entre as páginas da Guemará, os estudantes da Torá escondiam livros e revistas que lhes provocavam o desejo pelo orgulho nacional, pelo heroísmo e pela disposição para o autossacrifício. Esses livros, poemas e canções formaram a narrativa sionista, e a experiência compartilhada criou comunidades imaginárias que utilizavam os mesmos textos e as mesmas imagens, cantavam as mesmas canções e sensibilizavam-se com as mesmas cerimônias.

Uma das façanhas mais grandiosas do movimento sionista foi transformar o hebraico – antes uma língua exclusiva das rezas e dos textos sagrados – em idioma da cultura hebraica e, mais do que isso, na língua falada nas ruas e nos lares. Um idioma comum era considerado a pedra fundamental para a construção do nacionalismo, prova da existência da nação. A natureza extraordinária desse feito é óbvia quando comparada a tentativas de outras nações – os irlandeses, por exemplo – que só tiveram sucesso limitado na revitalização de seu idioma ancestral. O sucesso do movimento sionista foi especialmente surpreendente por ter ocorrido em meio à migração, ao assentamento e à formação de uma identidade nacional.

A necessidade de comunicação entre as comunidades judaicas do Ocidente e do Oriente fez do hebraico a opção natural: conforme foi visto, os primeiros imigrantes da Primeira *Aliá* falavam hebraico com a família

Chelouche, em Jaffa, o que se tornou um dos argumentos mais persuasivos a favor do hebraico e contra o ídiche como idioma nacional, apesar de milhões de judeus falarem ídiche. Durante o período da Segunda *Aliá*, quando se travou esse debate, não estava claro se o hebraico conseguiria superar, além do ídiche, as línguas estrangeiras que tinham invadido a arena cultural judaica.

Os professores de hebraico na Palestina adotaram o sotaque sefaradi porque assumiram que era mais próximo do hebraico antigo, mas essa escolha provavelmente expressava também uma tendência latente de diferenciar o hebraico ashquenazi tradicional do novo hebraico da Palestina. Não era fácil para os imigrantes da Europa oriental dominar o sotaque sefaradi. Antes de imigrar, Y. H. Brenner, um dos mais importantes escritores de língua hebraica, tinha receios quanto a isso. Berl Katznelson ficou mudo por dez dias após sua chegada à Palestina, até dominar o idioma. O hebraico da Palestina era mais facilmente absorvido pelos homens, que haviam se familiarizado com textos religiosos durante a infância, enquanto as mulheres tinham de aprendê-lo do zero. No mesmo período, o hebraico também se tornou o idioma da literatura e da cultura.

Os heróis do triunfo do hebraico foram os professores; os postos de trabalho disponíveis eram poucos e esparsos, e as melhores mentes da Palestina competiam por empregos como professores nas cidades e nas *moshavot*. Quanto ao desenvolvimento da educação nacional e de práticas culturais na Palestina, os professores eram a elite, o grupo de vanguarda. A *intelligentsia* lutava para sustentar-se, ao mesmo tempo que seus membros formulavam o hebraico como vernáculo e idioma de ensino, reviviam a terminologia necessária para seu trabalho, escreviam livros didáticos e disseminavam poemas e canções entre seus estudantes. Os professores também criaram um calendário sionista e as cerimônias a ele relacionadas: o 15 de Shvat, festival de plantio das árvores; o 20 de *Tamuz*, Dia de Herzl; e o Festival de Chanuká, que se transformou de celebração do milagre do azeite em festa que comemorava o heroísmo dos macabeus. Enfatizou-se a relevância agrícola dos três festivais de peregrinação (Pessach, Pentecostes e

Tabernáculos), mais do que sua importância religiosa. Foram os professores que deram início a excursões para locais históricos, como a Tumba dos Macabeus e Betar, conferindo prioridade a lugares associados ao heroísmo e à glória do passado, e assim inculcaram conhecimento e amor pelo país. Para esses profissionais não eram destinos desejáveis os memoriais religiosos, como a Tumba dos Patriarcas e da matriarca Rachel. A fundação da Associação dos Professores, em 1903, primeira organização nacional do tipo, refletia a intensa autoconsciência dos professores e a crença de que haviam assumido a responsabilidade por um empreendimento de importância histórica.

Nessa jovem sociedade, a Bíblia era o texto de referência, conforme escreveu Yitzhak Tabenkin, um dos líderes do movimento trabalhista: “A Bíblia era uma espécie de certidão de nascimento que ajudava a derrubar as barreiras entre o homem e o país e alimentava o ‘senso de pátria’.. Isso se manifestava através do contato firme e próximo com o Livro e, ao mesmo tempo, ocorria algo tão incomum entre os trabalhadores – a presença de uma Bíblia em quase todas as suas acomodações.”¹⁷ O texto bíblico simbolizava a conexão com o passado nacional e era um guia para a fauna e a flora do país, para os locais de assentamento do passado que haviam sido cobertos pela poeira de gerações e eram então revelados – locais como o Monte Guilboa, as vaus do rio Jordão e o Vale de Ayalon. A Bíblia preservava a memória histórica – o que Ahad Haam chamou de “memória do livro”¹⁸ – e também concretizava a Terra de Israel, criando uma conexão direta entre o passado e o presente. Fonte de orgulho nacional, era uma prova da criatividade judaica no solo do lar ancestral.

Mas a Bíblia era também um texto repleto de aspirações universais por justiça entre os povos e as nações, por igualdade social e paz mundial. Nela podiam ser encontradas evidências tanto para as doutrinas de Ahad Haam quanto para as de Berdyczewski. No final da primeira década do século XX, houve um violento debate sobre a forma como a Bíblia deveria ser ensinada no Ginásio Hebreu de Jaffa (que logo se tornaria o Ginásio Herzliya na nova cidade de Tel Aviv), refletindo as diferentes opiniões em relação ao seu

significado no contexto nacionalista. O professor Ben-Zion Mossinsohn ensinava a Bíblia no espírito da crítica de Julius Wellhausen, que via o texto como literatura escrita por seres humanos, passível de ser criticada e corrigida. Zalman Epstein, um sionista religioso moderado, e até mesmo Ahad Haam encaravam essa perspectiva como uma afronta aos mais fundamentais patrimônios históricos da nação. A geração mais jovem, por outro lado, abraçava avidamente um engajamento secular com a Bíblia, na tentativa de entendê-la sob um ponto de vista moderno e literal, por meio da filologia e da arqueologia, sem as camadas da interpretação associativa tradicional que a haviam envolvido por gerações.

Por intermédio da Bíblia, Mossinsohn tentou inculcar em seus alunos o amor pela Terra de Israel e o desprezo pela vida na Diáspora. Ao fazê-lo, criou uma divisão psicológica entre o “aqui” e o “lá”, apropriando a Bíblia para o “aqui”. Essa abordagem controversa era rejeitada por inúmeros professores, mas agradava o instinto “nativo” que os alunos haviam desenvolvido.

Em 1910, já existiam vários jornais importantes na Palestina. O *Hatzvi* (A gazela) ou *Hahashkafa* (A perspectiva) – o periódico mudava frequentemente de nome para escapar da censura turca –, de Eliezer Ben-Yehuda, expressava a visão francófila da família Ben-Yehuda. Outros eram o *HaHerut* (A liberdade), jornal sefaradi de Jerusalém; o *Hapoel Hatzair*, o órgão de imprensa do partido; e o *HaAhdut* (A união), jornal do Poalei Zion, que, após uma breve tentativa de publicar um jornal em ídiche, adotou o princípio de que o hebraico era o idioma dominante na Palestina.

Havia dezenas de instituições educacionais filiadas ao sistema escolar nacional, do jardim de infância até o ensino médio, seminários de professores, a escola de artes Bezalel, um conservatório de música, e assim por diante. Ainda que a maioria dos alunos estudasse nas tradicionais *heders* [escolas religiosas] ou nos programas das instituições filantrópicas, como a Aliança Francesa e a alemã Ezra, o clima cultural do país foi moldado pelo sistema de educação nacional. A *intelligentsia* burguesa em Jaffa (Tel Aviv, após 1909) ou em Jerusalém tinha elementos em comum com os

trabalhadores da Segunda *Aliá*; em conjunto, esses grupos conduziram a campanha para instilar a cultura hebraica no mundo judaico da Palestina, e sua aliança formou aquela cultura.

Naquele momento, a proporção de escritores e outros protagonistas da cultura era bastante alta para o número de judeus que viviam no país. Alguns membros dessa *intelligentsia* estavam lá havia pouco tempo, enquanto outros já viviam por muitos anos no país. Para mencionar somente alguns, os nomes incluíam: S. Ben-Zion, Y. H. Brenner, A. D. Gordon, David Shimonovich, S. Y. Agnon, Aharon Hareuveni, A. Z. Rabinovich e Moshe Smilansky. Eles buscavam disseminar a cultura hebraica erudita – principalmente sob a forma de literatura –, mas enfrentavam duas dificuldades: em primeiro lugar, a maioria do Yishuv não tinha conhecimentos suficientes de hebraico para desfrutar desse tipo de literatura; em segundo lugar, preferia a cultura popular – e em ídiche. Peças teatrais apresentadas em ídiche sempre atraíam um grande número de espectadores de Jaffa –, pessoas comuns que sentiam falta do entretenimento em sua língua materna; entretenimento que faltava às palestras em língua hebraica proferidas nos clubes dos partidos políticos ou no ginásio Herzliya, o centro para a zelosa transmissão do hebraico. As pessoas também se sentiam atraídas pelo circo, pelas apresentações de ginástica ou pelo cinema, que surgia naquele momento. O que, para a *intelligentsia*, tratava-se de demonstrações aviltantes de cultura barata, indignas do empreendimento de renascimento nacional, era muito mais popular que as imponentes produções em hebraico, repletas de mensagens nacionalistas. A competição entre o ídiche e o hebraico levou a confrontos entre os zelotes hebreus e os falantes de ídiche. Em casa, os imigrantes continuavam conversando em sua língua materna; as pessoas comuns falavam ídiche, enquanto os mais cultos falavam russo ou alemão e os graduados na Aliança, francês. O hebraico era o idioma utilizado pelos jovens que recebiam educação na Palestina.

Apesar dos conflitos, formou-se uma comunidade de cultura hebraica, que em alguns anos demonstrou seu poder contra a pressão cultural externa. O primeiro incidente que provou a existência da república cultural hebraica

entrou para a história como o Caso Brenner. Brenner, que desfrutava de uma proeminente posição moral na comunidade dos escritores e entre os trabalhadores da Segunda *Aliá*, publicou um artigo no *Hapoel Hatzair* intitulado “Al Hizayon Hashmad” (Sobre o fenômeno da conversão), no qual afirmava que não valia a pena discutir sobre a conversão para o cristianismo, porque os convertidos estavam, de qualquer forma, perdidos para o povo judeu; havia questões muito mais importantes a serem enfrentadas. O escritor apimentou seus comentários com críticas provocadoras sobre o alto *status* dos rabinos e da Bíblia no currículo nacional, acrescentando, inclusive, que não rejeitava totalmente Jesus de Nazaré como figura histórica. O artigo causou enorme consternação na Diáspora, e Ahad Haam solicitou ao Comitê de Odessa que deixasse de financiar o *Hapoel Hatzair*. Quando o comitê informou o jornal de sua decisão de condicionar o envio de recursos a uma mudança no conselho editorial, houve um protesto generalizado por parte dos escritores e intelectuais da Palestina. Era inconcebível que os detentores de recursos em Odessa controlassem a opinião pública da Palestina. Burgueses e socialistas, pessoas cultas das *moshavot* e da *intelligentsia* urbana uniram-se nessa revolta, refletindo a existência inequívoca de uma comunidade instruída na Palestina, que insistia em sua independência e rejeitava a ideia de que pessoas abastadas em Odessa pudessem impingir sua opinião sobre eles.

O segundo evento que demonstrou o poder dessa *intelligentsia* ficou conhecido como a Guerra dos Idiomas. Em 1913, o conselho administrativo da sociedade alemã Ezra decidiu que algumas aulas do Technion – que seria construído em Haifa – e de seu colégio (que se tornaria o colégio Reali) seriam ministradas em alemão. Um protesto público foi organizado contra o Ezra, exigindo que o idioma de instrução fosse o hebraico, e esse protesto começou por baixo, entre estudantes e professores que organizaram uma greve. A Associação dos Professores e a Organização Sionista apoiaram a ação, de forma hesitante, enquanto tentavam, sem sucesso, promover um acordo. A contenda rapidamente se tornou uma questão nacional. Os professores e alunos em greve boicotaram o Ezra e criaram escolas

alternativas, que a Organização Sionista foi obrigada a manter. Até então, a entidade havia evitado o envolvimento com a educação, alvo de controvérsia entre seus membros religiosos e seculares. O envolvimento dos partidos trabalhistas, de todos os jornais e dos professores e alunos deixou a Sociedade Ezra em uma posição difícil.

Enquanto a disputa entre o ídiche e o hebraico era uma disputa entre dois idiomas nacionais, o protesto contra o Ezra era contra o colonialismo linguístico alemão. A luta contra um idioma estrangeiro uniu todo o novo Yishuv, porque a disputa era, principalmente, contra uma autoridade estrangeira querendo ditar uma política cultural na Palestina. Após chegar a um acordo com os sionistas sobre o Technion, em 1914, o Ezra se recuperou em parte, mas perdeu o ímpeto na área da educação, e, quando os ingleses ocuparam a Palestina, fecharam todas as instituições do Ezra no país.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, viviam no Yishuv aproximadamente 85.000 pessoas, em torno de doze por cento da população total do país (700.000), representando um aumento em relação aos cinco por cento da população total de 450.000 em 1880. Mais da metade dos judeus vivia em Jerusalém, e entre 10.000 e 15.000 moravam em Jaffa (incluindo Tel Aviv, que havia sido construída como um subúrbio ajardinado), cuja população total chegava a 45.000. Nesse período, a população dos assentamentos agrícolas somava entre 12.000 e 12.500 habitantes, e, após trinta anos de colonização sionista, havia quarenta e cinco colônias agrícolas na Palestina. Mas, para além da existência de *moshavot*, fazendas, propriedades e *moshavim* de trabalhadores, todos tendo deixado sua marca na paisagem do país, os assentamentos representavam a afirmação de que os judeus eram capazes de construir e assentar-se no país. Apesar das dificuldades e fragilidades, o Yishuv era dinâmico e produtivo. Tinha um impressionante sistema educacional e uma vitalidade em termos intelectuais que sobrepujava as necessidades da população local, expressando a visão dos eruditos de que ali surgia uma nova entidade judaica. Uma opinião pública engajada e dinâmica tinha se desenvolvido e participava ativamente das disputas internas do Yishuv.

A vitalidade espiritual era apoiada pela inovação social. O conceito de assentamento de trabalho e as experiências com assentamentos privados e cooperativos transformaram a Palestina da Segunda *Aliá* em uma espécie de experimento socioeconômico. Tudo era realizado em escala diminuta, embrionária: fazendas para treinar mulheres trabalhadoras na criação de animais e jardinagem, a cooperativa de Merhavia, grupos de plantadores de legumes, estufas de plantas, grupos de trabalhadores para contratos de trabalho, a cooperativa de Sejera e a *kvutzá* de Umm Juni, que mais tarde se tornaria Degania. Era uma atmosfera de experimentação humana e agrícola, em que se aprendia sobre a natureza e sobre a natureza humana. As pessoas que compunham esses núcleos e que conseguiram sobreviver ao período da guerra estavam destinadas a se tornar a semente da sociedade do Yishuv durante o Mandato Britânico.

NOTAS

* Movimento russo de consciência social. [N.T.]

** Título de nobreza. [N.T.]

*** Túnica ou vestido longo, de mangas compridas, quase sempre preto, usado por mulheres muçulmanas em alguns países. [N.E.]

1. Vladimir Dubnow para Simon Dubnow em São Petersburgo, Jaffa, 20.10.1882, em Druyanow, Alter (org.). *Ketavim letoldot Hibbat Tzion* (Escritos sobre a história de Hibbat zion), reeditado por Shulamit Laskov, vol. I, Tel Aviv, 1982, pp. 522–523.

2. Alliance Israélite Universelle, fundada em Paris em 1860.

3. Bracha Habas (org.). *Sefer haaliya hashniya* (Livro da Segunda Aliá), Tel Aviv: Am Oved, 1947, pp. 17–18.

4. Itzhak Ben-Zvi para Kalman Marmur, Jerusalém, 20.8.1909, YIVO RG 205/104.

5. Arthur Ruppin, “Palestra no 19º Congresso, 1935,” *Shloshim shnot binyan* (Trinta anos de construção), Jerusalém: Schocken, 1936, p. 276. Após Margalit Shilo, “Peiluta shel hahistadrut hatzionit be Eretz Yisrael betekufat haaliya hashniya” (Atividades da Organização Sionista na Palestina durante o período da Segunda Aliá), *Haaliya hashniya: mehkarim*, Israel Bartal (org.). Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 1997, p. 93.

6. Eliezer Ben-Yehuda, “Divrei yemei hashavua” (A Semana), coluna jornalística, *Hatzvi*, 1887, I4, em Israel Kolatt, “Poalei haaliyah harishon,” *Sefer haaliya harishona* (Livro da Primeira Aliá), Mordechai Eliav (org.), vol. I, Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 1981, p. 345.

7. Yosef Haim Brenner, “Aliyot viyeridot” (Imigrações e Emigrações), em *Sefer haaliya hashniya* (Livro da Segunda Aliá), Bracha Habas (org.). Tel Aviv: Am Oved, 1947, p. 21.

8. Apelação de Joseph Vitkin, março de 1906: um fac-símile do original que está no arquivo trabalhista, anexado ao Livro da Segunda Aliá.

9. Zalman Shazar, *Tzion vatzedek* (Sião e Justiça), vol. 2, Tel Aviv: Tarbut vehinukh, 1971, p. 461.

10. Memórias de Ben-Gurion, *Beyehuda uvagalil* (Na Judeia e na Galileia), citado por Zvi Even-Shoshan em *Toldot tnuat hapoalim beEretz Yisrael* (A História do Movimento dos Trabalhadores na Terra de Israel), Tel Aviv: Am Oved, 1963, pp. 73–74.

11. Ahad Haam, “Sakh hakol” (Afinal), em *Al parashat derakhim* (No cruzamento), 4, Berlim, 1930, p. 167.

12. Yosef Haim Brenner, “Bein mayim lemayim” (Entre a Água e a Água), em *Ketavim* (Coletânea de Trabalhos), vol. 2, Tel Aviv: Hakibbutz Hameuhad, 1978, p. 1188.

13. Brenner, “Aliyot viyeridot.”

14. Rabbi Benjamin, “Bereshit” (No Início), *Beinatayyim* (Entrementes), Jerusalém, 1903, pp. 95–104.
15. S.Y. Agnon, *Temol shilshom* (Ano Passado), Jerusalém e Tel Aviv: Schocken, 1947, p. 450.
16. A.D. Gordon, “Heshboneinu in atzmenu” (Autoavaliação), em *Haaretz vехаavodá* (País e Trabalho), Comitê Central do Hapoel Hatzair, 1912.
17. Yitzhak Tabenkin, “Hamekorot” (As Fontes), no Livro da Segunda *Aliá*, p. 27.
18. Essa expressão origina-se em Êxodo 17:14.

PARTE II – 1918–1948

UM ESTADO EM FORMAÇÃO

A PALESTINA SOB O DOMÍNIO BRITÂNICO

Em 11 de dezembro de 1917, na véspera da Festa de Chanuká, o general sir Edmund Allenby entrou em Jerusalém, inaugurando um novo período na história da Palestina, do sionismo e do povo judeu. Como convinha a um modesto peregrino, Allenby desmontou de seu cavalo à frente das muralhas da Cidade Velha e entrou na cidade a pé – cidade que não via um conquistador cristão desde Godfrey de Bouillon, em 1099. Assim encerraram-se quatro séculos de domínio otomano.

Os anos de guerra tinham deixado o país em ruínas, e sua comunidade judaica mal havia sobrevivido. Dos 85.000 judeus que lá viviam em 1914, somente 56.000 sobraram para receber o novo conquistador. A população árabe também sofreu imensamente: cerca de 100.000 árabes fugiram, foram mortos ou morreram por doença ou inanição.

Quando a guerra eclodiu, os otomanos aproveitaram a oportunidade para revogar o sistema de capitulações. Do dia para a noite, os residentes estrangeiros viram-se à mercê das arbitrariedades da burocracia otomana. As pessoas perderam a confiança na moeda turca, o que levou ao armazenamento de comida e víveres e a uma corrida aos bancos. As autoridades declararam moratória na retirada de fundos. A situação se deteriorou mais ainda em outubro de 1914, momento em que a Turquia entrou na guerra como aliada da Alemanha. Dezenas de milhares de judeus russos que viviam na Palestina tornaram-se cidadãos inimigos; requisitou-se que abandonassem o local ou adotassem a cidadania turca, o que implicava

o alistamento militar compulsório ou o pagamento de uma elevada soma a título de isenção. Assim, muitos optaram por deixar o país.

O governo passou a ter, então, a chance de reprimir vigorosamente o movimento sionista. O comandante em chefe otomano na Síria e na Palestina, Jamal Pasha, proibiu qualquer expressão de autonomia judaica. Foi vetado o uso das cédulas da Companhia Anglo-Palestina, que substituíam aquelas que haviam desaparecido do mercado, e todas as placas de trânsito de Tel Aviv com dizeres em hebraico foram retiradas. As *moshavot* e Tel Aviv estavam sob constante ameaça de buscas por armas, e os vigilantes judeus foram proibidos de atuar. A defesa do Yishuv ficou nas mãos da Alemanha, aliada da Turquia, e dos Estados Unidos, que até 1917 mantiveram-se neutros na guerra. Não fosse pelos alemães e americanos, Jamal Pasha teria conseguido destruir o Yishuv.

A guerra no Mediterrâneo criou um isolamento entre o Yishuv e a Europa, o que afetou fortemente sua economia; os produtores de cítricos não podiam exportar suas frutas, nem os vinicultores, seus vinhos. As instituições judaicas de caridade, que davam suporte ao velho Yishuv, não podiam transferir fundos aos necessitados. O Yishuv estava ameaçado pela fome e só foi resgatado graças aos esforços de Henry Morgenthau, embaixador norte-americano em Istambul, que interveio junto às autoridades. Dessa forma, navios de guerra americanos puderam levar dinheiro e suprimentos vitais até o local. A ajuda fornecida pelos judeus norte-americanos chegou a um milhão de dólares e salvou a comunidade da aniquilação. Não menos importante que a ajuda econômica foi a mensagem transmitida, tanto aos turcos quanto aos árabes, pelos navios da potência neutra: os judeus têm aliados poderosos e não devem ser maltratados.

Três eventos dramáticos ficaram gravados na memória coletiva do Yishuv: a brutal deportação dos cidadãos estrangeiros, que aconteceu em 17 de janeiro de 1914; a expulsão dos habitantes de Tel Aviv e Jaffa, em abril de 1917; e o Caso Nili (acrônimo hebraico para “O Eterno de Israel não Mentirá”), em setembro–outubro de 1917. A deportação dos cidadãos estrangeiros foi realizada sem aviso prévio. Um anúncio repentino informou

que todos os estrangeiros deveriam embarcar imediatamente em um navio italiano ancorado em Jaffa, cujo destino era a cidade de Alexandria. Produziu-se um enorme tumulto. A polícia tratou com brutalidade os deportados, crianças foram separadas de suas famílias, e objetos de carga e bagagens foram embarcados sem os seus proprietários. Algumas cenas terríveis levaram o cônsul alemão a registrar uma veemente queixa junto a seu colega em Istambul. Jamal Pasha foi admoestado, o funcionário responsável pela deportação foi transferido de posto e as deportações em massa ficaram suspensas, mas acabaram substituídas por outras, seletivas. Com a clara intenção de eliminar qualquer vestígio da liderança do Yishuv, os turcos ordenaram a expulsão de líderes partidários, chefes de comitês locais, professores, intelectuais conhecidos e todos os líderes das instituições sionistas. Às vésperas da conquista da Palestina pelos ingleses, a elite da liderança, formada durante a Segunda *Aliá*, estava ausente do país.

O segundo evento foi a expulsão dos moradores de Jaffa. Após a fracassada tentativa de Allenby de tomar Gaza em março de 1917, os turcos exigiram que os habitantes da região sul do país deixassem suas casas rumo ao exílio. Os residentes de Gaza foram obrigados a se deslocar para o norte, sob duras condições e sem o apoio das autoridades. Temendo o avanço de Allenby em direção ao norte, na véspera do Pessach os habitantes de Jaffa também foram obrigados a partir. Aproximadamente 10.000 judeus viviam na cidade, incluindo cerca de 2.000 residentes de Tel Aviv, na época um bairro novo e elegante, mais ao norte. Os únicos meios de transporte disponíveis para quem deixava a cidade eram carroças das *moshavot* e da Galileia que saíam de Tel Aviv carregadas de roupas de cama e utensílios de cozinha, sobre os quais iam sentadas as famílias que tinham conseguido se organizar antes da partida. Mas elas eram minoria; a maioria partiu a pé, e Tel Aviv tornou-se uma cidade fantasma, onde somente alguns jovens puderam permanecer para proteger as casas contra saqueadores.

Os exilados chegaram primeiro a Petach Tikva e depois dispersaram-se entre as *moshavot* da Samária e da Galileia. Enquanto isso, uma epidemia de tifo alastrou-se entre as tropas turcas, infectando, em seguida, a população

civil. Os exilados, que muitas vezes encontravam abrigo somente em barracos ou nos bosques ao lado das *moshavot*, eram especialmente vulneráveis às doenças e, sem condições sanitárias apropriadas ou acesso a medicamentos, foram dizimados pela epidemia.

O terceiro evento foi o Caso Nili. O grupo mais notável entre os jovens das *moshavot* era o dos “guidonim”, organizados nas *moshavot* da Samária por Alexander Aaronsohn, de Zichron Yaakov. Seu irmão Aaron era um agrônomo que se tornou mundialmente conhecido depois de identificar o trigo selvagem, “a mãe de todos os trigos”. Aaron dirigia uma estação de agricultura experimental em Atlit e impressionou Jamal Pasha, que o colocou no comando de uma ação para erradicar uma praga de gafanhotos em 1915. Aaron Aaronsohn estava, portanto, familiarizado com Jamal Pasha e seus métodos tirânicos. Chocado com o genocídio dos armênios após sua expulsão da Ásia Menor, ele viu nos ingleses a salvação para o Yishuv. Com o intuito de ajudá-los a conquistar a Palestina – e com a esperança de obter seu apoio para o sionismo –, organizou uma rede de espionagem, Nili, cujos membros eram sua família, os guidonim e outros jovens das *moshavot*. Aaronsohn viajou ao Egito, onde entrou em contato com as autoridades britânicas, passando então a provê-las de informações sobre a moral das tropas turcas, seus movimentos, suas fortificações e seus planos. No outono de 1917, a rede foi descoberta pelos turcos, dois de seus líderes foram presos e executados, e a irmã de Aaronsohn, Sarah, foi torturada com tamanha selvageria que acabou cometendo suicídio. Impôs-se um toque de recolher sobre as *moshavot*, como punição coletiva, e além disso pessoas inocentes foram presas ou espancadas, e algumas até levadas para Damasco, detidas.

As atividades da rede geraram controvérsias no Yishuv, cuja liderança demandava lealdade total aos turcos, insistindo para que não lhes fossem dadas razões para destruir a comunidade. O destino dos armênios havia acendido um alerta vermelho, e a ideia de um pequeno grupo tomando decisões autônomas que poderiam colocar em risco toda a população representava um anátema para a liderança, que via esse grupo como uma pequena minoria que queria se impor sobre a maioria. Outra objeção

demonstra a inocência daqueles tempos: a espionagem era considerada deselegante – mentirosa e traiçoeira.

Apesar disso, foram os membros do Nili que levaram a história das expulsões de Jaffa e Tel Aviv ao conhecimento do mundo; e em 1917, com o auxílio dos ingleses, introduziram na Palestina moedas de ouro quando estavam bloqueadas todas as outras vias para levar dinheiro ao país. Apesar de criticá-los duramente, a liderança não recusou os fundos, vitais para a continuidade do funcionamento do Yishuv e para evitar que a população morresse de fome. A importância do Caso Nili reside nas ramificações de suas relações com os vários grupos que disputavam o controle do Yishuv e na questão da aceitação da autoridade da maioria.

Os judeus receberam os conquistadores britânicos como libertadores ou, na terminologia da época, “redentores”. As meninas nascidas naquele ano receberam o nome de Geula (Redenção), e os meninos, de Yigal (da mesma raiz hebraica), para marcar o início de uma nova era de grandes expectativas. O entusiasmo em relação aos ingleses derivava, principalmente, da constatação de que, enquanto os turcos estivessem no poder, não haveria esperança para o sionismo. Em segundo lugar, a Inglaterra era um país europeu com um governo respeitável, uma mudança bem-vinda após o domínio tirânico e corrupto dos otomanos. Além disso, as notícias da Declaração Balfour haviam se disseminado pelo país, o que elevou as esperanças na criação de um lar nacional judaico na Palestina.

A DECLARAÇÃO BALFOUR

Max Nordau, o parceiro mais importante de Herzl na aventura sionista, comentou, às vésperas da entrada da Turquia na guerra, no outono de 1914, que o movimento sionista não contabilizava conquistas efetivas e tampouco assumira algum compromisso; sua única esperança era a queda do Império Otomano. Durante os anos de guerra, a Organização Sionista havia mantido

um escritório em Copenhagen, cidade neutra, e tinha evitado, com todo o cuidado, tomar partido no conflito. A razão para essa conduta estava no caráter universal da organização, e qualquer identificação com um dos lados poderia prejudicar os sionistas do lado oposto. A respeito de suas lealdades pessoais, os judeus eram ambivalentes; consideravam a Inglaterra e a França os países de atitudes mais liberais em relação ao judaísmo, e, naturalmente, queriam alinhar-se com esses países. Mas a Rússia czarista, odiada pelos judeus por causa de sua perseguição e de suas políticas discriminatórias, era aliada da Inglaterra e da França. Assim, o apoio dos judeus às potências da Entente era somente parcial. Por outro lado, uma vitória das potências centrais, lideradas pela Alemanha e incluindo a Turquia otomana, significava a continuidade do domínio turco sobre a Palestina, sem chances de sucesso para o sionismo.

Porém, desde o começo da guerra, alguns indivíduos atuaram por iniciativa própria e desafiaram o domínio da Organização Sionista, para tentar associar o movimento sionista à Inglaterra. Entre eles, os mais conhecidos eram Vladimir (Zeev) Jabotinsky, jornalista russo, sionista, escritor e político, e Chaim Weizmann, químico e pesquisador da Universidade de Manchester e líder da Facção Democrática, grupo de oposição a Herzl. Jabotinsky tentou criar um movimento no qual judeus russos que haviam imigrado para a Inglaterra se alistariam no Exército britânico. Ele esperava que essas unidades especiais, conhecidas como Legião Judaica, aumentassem o interesse dos ingleses pelo sionismo e, quem sabe, encorajassem certo comprometimento com o movimento. Weizmann trabalhou pela criação de um *lobby* pró-sionista entre os líderes ingleses.

Quando ficou claro que o Império Otomano estava com os dias contados, o interesse britânico pela Palestina só fez crescer. Após a fracassada tentativa turca de atacar postos britânicos ao longo do Canal de Suez, em 1915, os ingleses perceberam que a península do Sinai – que eles antes acreditavam ser uma barreira natural capaz de evitar que os exércitos chegassem ao canal – era transponível. A Palestina se tornou, então, um ativo estratégico, não apenas como trampolim para Suez, mas também como

parte da rota terrestre para a Índia passando por Egito, Transjordânia, Iraque e Golfo Pérsico. A Índia era, de fato, a joia da coroa do Império Britânico, aquela onde o sol nunca se põe. Mais adiante, na década de 1930, foram descobertos os campos de petróleo no Oriente Médio, o que aumentou sua importância, mas, quando se decidiu sobre o destino da região após a Primeira Guerra Mundial, as principais considerações giraram em torno de suas rotas imperiais.

A partir da primavera de 1915, a Palestina passou a ser tema de debates no gabinete britânico e também entre a Inglaterra e a França. Num acordo secreto assinado em maio de 1916 entre sir Mark Sykes e François Georges-Picot, que já vinha sendo negociado desde o outono de 1915, chegou-se a um consenso sobre a divisão do Império Otomano. O Iraque e a rota terrestre ao sul da Palestina e da Transjordânia ficariam sob a esfera de influência britânica, enquanto os franceses controlariam a Síria e o Líbano. A parte ocidental da Palestina, ao sul do mar da Galileia e ao norte de Gaza, ficaria sob domínio internacional.

Ao mesmo tempo, o alto-comissário no Egito, sir Arthur Henry McMahon, agindo em nome de seu governo, prometeu ao xerife de Meca, Hussein bin Ali, que, em troca de uma revolta árabe contra os otomanos, com os exércitos do xerife tomando a Síria, a Inglaterra apoiaria a independência árabe do Golfo Pérsico até o Mediterrâneo, estendendo-se, inclusive, até os Montes Tauro, com exceção da parte ocidental da Síria e do Líbano. O documento não mencionava especificamente a Palestina, mas McMahon alegou que tinha ficado claro ao xerife que esse território não estava incluído nas áreas árabes. Não se sabe se a ambiguidade na carta de McMahon foi intencional ou não. De todo modo, o fato é que serviu de fonte para a crença árabe de que a Palestina tinha sido prometida às diferentes partes do conflito em algumas ocasiões. As contradições entre a carta de McMahon e o acordo Sykes-Picot são difíceis de resolver. Segundo o pesquisador Isaiah Friedman, a intenção da carta de McMahon não era dar aos árabes a independência completa, mas sim libertá-los do jugo otomano, além de fornecer proteção europeia. Seja como for, ficou evidente

para as Grandes Potências que a Palestina teria um destino diferente das outras regiões e que seria governada internacionalmente.

A história da Declaração Balfour combina idealismo e imperialismo, intriga internacional e avaliações equivocadas sobre poder e fragilidade. Nos dois primeiros anos da guerra, Weizmann conduziu uma campanha pró-sionista nos corredores de poder britânicos, mas fez poucos progressos até dezembro de 1916, quando David Lloyd George se tornou primeiro-ministro. Lloyd George, um protestante criado de acordo com os ensinamentos bíblicos, era extremamente sensível à conexão entre os judeus e a Terra Santa. Ele foi influenciado pelo ideal romântico – bastante difundido na Inglaterra do século XIX e turbinado pelo movimento sionista – de ver o retorno dos judeus à sua antiga pátria. Também acreditava que os sionistas e a Inglaterra tinham interesses comuns, o que enxergava como oportunidade para livrar seu país do compromisso estabelecido com os franceses de que a Palestina seria uma região controlada internacionalmente. George queria mantê-la sob domínio britânico.

O ministro do Exterior de Lloyd George era Arthur Balfour, sujeito refinado e criativo, que ao mesmo tempo admirava e temia a inteligência judaica. A associação entre Lloyd George e Balfour no gabinete britânico naquele momento crítico de 1917 fez nascer a declaração que leva o nome do ministro. Embora no fim das contas tenha prevalecido o interesse britânico de controlar a rota terrestre para a Índia e impedir que a França tivesse um ponto de apoio na Palestina, a argumentação lógica por trás da declaração mudou diversas vezes ao longo das negociações que culminaram com sua publicação. Cada novo argumento, no entanto, baseava-se numa superestimação quanto ao poder judaico no mundo; nesse caso, a imagem essencialmente antisemita do judeu onipotente acabou servindo aos propósitos sionistas. Nos Estados Unidos, que até 1917 continuavam neutros, a maioria dos judeus, assim como as minorias de origem irlandesa e alemã, apoiavam as Potências Centrais. Esses grupos quase não exerciam influência na política norte-americana e, de fato, antes mesmo da publicação

da Declaração Balfour, os Estados Unidos tinham entrado na guerra ao lado da Tríplice Entente.

Na Rússia, uma Revolução liberal teve início na primavera de 1917, e o movimento sionista testemunhou uma onda de crescimento. Os ingleses acreditavam que os sionistas eram o elemento decisivo entre os judeus, que, a seus olhos, controlavam os revolucionários russos. A esperança da Inglaterra era que o apoio judaico pudesse moderar esses revolucionários, que defendiam a saída da Rússia da guerra. Os ingleses também temiam uma declaração alemã pró-sionista, capaz de se antecipar à Declaração Balfour, o que levaria os judeus a apoiarem as Potências Centrais. Porém, os alemães estavam de mãos atadas por conta de seus aliados turcos. As discussões prolongadas sobre a declaração e as considerações minuciosas quanto a cada palavra de seu texto demonstram que a intenção não era que o documento servisse como instrumento de uma guerra de propaganda, cujos efeitos se encerrariam assim que seu uso não fosse mais necessário, mas sim como declaração política de suma importância.

Transmitida em 2 de novembro de 1917 pelo ministro do Exterior britânico para o barão Lionel Walter Rothschild, a declaração enunciava:

O governo de Sua Majestade é a favor do estabelecimento, na Palestina, de um lar nacional para os judeus e empregará o maior esforço possível para facilitar o cumprimento desse objetivo, ficando claro que nada pode ser feito para prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas já existentes na região, nem os direitos ou *status* político desfrutados pelos judeus em quaisquer outros países.

A declaração deu aos judeus a oportunidade de estabelecer um “lar nacional” na Palestina. Caberia aos ingleses ajudar nessa empreitada, mas somente os judeus poderiam implementá-lo. Embora a declaração não promettesse um Estado judaico, em discussões particulares os políticos britânicos explicaram que a intenção básica era criar um Estado assim que os judeus constituíssem a maioria da população do país. Não havia menção às fronteiras desse lar nacional, mas com o passar do tempo as palavras “na

Palestina” carregariam a implicação de que não fora toda a Palestina que tinha sido prometida aos judeus como lar nacional. As duas restrições – a respeito das comunidades não judaicas na Palestina e dos judeus sem interesse pelo sionismo – foram acrescentadas nos estágios finais da elaboração do documento e não se referem a direitos nacionais, mas sim a direitos civis e religiosos. Chama a atenção o fato de os árabes serem mencionados apenas como “comunidades não judaicas”, em vez de serem nomeados.

Assim como o acordo Sykes-Picot, a Declaração Balfour pertence à era em que uma meia dúzia de políticos se reuniam em salas enfeitadas de fumaça de cigarro para decidir os destinos de povos e Estados e resolver como fazer a divisão de Impérios em declínio, sem que houvesse participação da mídia ou das massas. Da perspectiva do sionismo, tratava-se de uma oportunidade única. Nos últimos estertores do Imperialismo de abrangência global, esses poucos estadistas não apenas tiveram a ousadia de agir de acordo com o senso comum político, mas foram também guiados por uma visão espiritual. Para Balfour, Lloyd George, Mark Sykes e outros, a ideia de ver os judeus retornarem à sua terra parecia uma empreitada altiva, digna de apoio, ainda que contrariasse as declarações das Potências sobre o direito dos povos à autodeterminação, o que havia sido definido como um dos objetivos da guerra. A oposição dos árabes que habitavam a Palestina lhes parecia de importância secundária quando comparada à necessidade de compensar os judeus por milhares de anos de perseguição e degradação. Com seu estilo sem rodeios, Balfour definiu a situação com as seguintes palavras:

As Quatro Grandes Potências estão comprometidas com o sionismo. E o sionismo, seja certo ou errado, bom ou ruim, está enraizado em tradições seculares, em necessidades do presente e em esperanças futuras, de relevância muito maior do que os desejos e preconceitos dos 700.000 árabes que hoje habitam essa terra tão antiga. Na minha opinião, este é o certo.¹

Embora fossem sinceras as motivações desses políticos britânicos para apoiar o lar nacional judaico, ao mesmo tempo o sionismo fornecia um pretexto conveniente para que tomassem o controle sobre a Palestina. Os ingleses puderam justificar seu desejo de governar a Palestina como decorrente das necessidades do movimento nacionalista judaico, e não com base em suas ambições imperialistas. Exatamente no mesmo momento, incentivavam o movimento nacionalista árabe, por meio de T. E. Lawrence, que incitou a Revolta do Deserto, muito mais um mito comovente do que uma campanha com algum valor militar. Mark Sykes acreditava que não havia contradição entre o nacionalismo judaico e o nacionalismo árabe e batalhou pela cooperação entre os dois. Enquanto Faisal, filho do xerife Hussein e futuro soberano do grande reino árabe, liderava o movimento nacionalista árabe, sua hostilidade em relação ao movimento sionista não era marcante. Mas a partir do momento, em 1920, em que Faisal foi expulso da Síria pelos franceses, que não estavam dispostos a renunciar à sua parte do acordo Sykes-Picot, o crescente sentimento nacionalista entre os habitantes árabes da Palestina passou a ter como foco sua oposição ao sionismo.

A conquista britânica da Palestina, em 1918, não aconteceu sob a bandeira da Declaração Balfour. A declaração não chegou a ser publicada oficialmente na Palestina, embora seu conteúdo fosse de conhecimento tanto de árabes quanto de judeus. Do ponto de vista judaico, era a carta de concessão que Herzl almejava com tanto fervor, enquanto os árabes a enxergavam como responsável por enfraquecer sua superioridade secular na Palestina. Era genuína a preocupação árabe com o surgimento de outro grupo com aspirações nacionalistas sobre o território, ainda que alguns extraíssem disso certo capital político. O triângulo formado na Palestina por ingleses, árabes e judeus teve início em dezembro de 1917, quando Allenby desmontou de seu cavalo, fora de Jerusalém. Nos trinta anos seguintes, essa relação trilateral constituiria o cerne do dilema da Palestina.

A história dos trinta anos de governo britânico na Palestina é a história do lento afastamento da Inglaterra em relação a seus compromissos pró-

sionistas, do esforço das lideranças sionistas em exercer pressão junto aos ingleses para cumprir esses compromissos e da pressão árabe na direção oposta, com cada parte acusando a Inglaterra de traição, de não cumprir suas promessas e de injustiça. No fim, os ingleses saíram da Palestina apressadamente, deixando o país em meio a uma guerra civil – ou uma guerra entre comunidades nacionais – que rapidamente evoluiu para uma guerra entre países. Deixaram também uma comunidade judaica capaz de resistir aos horrores dessa guerra e estabelecer o Estado de Israel.

A historiadora Elizabeth Monroe descreve a Declaração Balfour como “um dos maiores erros de nossa história [britânica] imperial”, algo que afetou demais a Inglaterra. Essa afirmação supõe que tudo o que aconteceu no Oriente Médio foi consequência da Declaração Balfour e concede à história um elemento moralista: os ingleses não cumpriram suas promessas com os árabes e, portanto, foram condenados a perder seu prestígio na região. Os sionistas também moralizaram a história: os ingleses deixaram de cumprir seus compromissos com os judeus, no intuito de apaziguar os árabes, que não se mantiveram fiéis aos ingleses. Assim, ao perder também o apoio judaico, os ingleses perderam o controle sobre o Oriente Médio. Ambas as narrativas ignoram a ascensão do nacionalismo e o desmantelamento dos grandes impérios, algo que aconteceu a despeito do aparecimento do sionismo e do fato de os ingleses permanecerem leais ou não aos judeus. Ainda que o movimento sionista não tivesse surgido, a Inglaterra dificilmente teria conseguido manter seu prestígio no Oriente Médio.

O governo britânico na Palestina pode ser dividido, grosseiramente, em décadas: 1918–1929; 1929–1939; e 1939–1948. Essa divisão abrange alguns eventos importantes que afetaram as relações entre os elementos que compunham o triângulo da região e ressalta o fator político como aquele que moldou a realidade local. A primeira década, iniciada após um período de instabilidade e agitação, caracterizou-se por certa tranquilidade, pela formatação do governo mandatário e pela fragilidade tanto do movimento nacionalista árabe quanto do movimento sionista. Essa estabilidade teve fim

com as rebeliões de 1929; as violentas irrupções árabes levaram os ingleses a tomarem uma série de decisões com o objetivo de refrear o desenvolvimento do lar nacional judaico. Os sionistas conseguiram anular essas decisões em 1931, e pôde-se observar um período de crescimento econômico e populacional até 1936. Esse foi o ano da Revolta Árabe, uma rebelião popular contra os judeus e os ingleses que prosseguiu de forma intermitente até 1939, quando foi brutalmente sufocada pelo governo mandatário. Em maio de 1939, o secretário colonial anunciou uma nova política destinada a conter o desenvolvimento do lar nacional judaico. Essa data marca o fim da aliança entre o movimento sionista e a Inglaterra. A terceira década teve início com a Segunda Guerra Mundial e se encerrou com o fim do Mandato Britânico da Palestina, em sequência à resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 29 de novembro de 1947.

1918–1929

Quaisquer mudanças no *status* da Palestina estavam associadas às delicadas relações entre os elementos que compunham o triângulo da região. A decisão de pôr fim ao governo militar – que fora estendido por causa da rejeição turca ao Tratado de Sèvres – e decretar um governo civil, antes mesmo de o Mandato Britânico ser oficialmente ratificado, foi tomada por conta da eclosão de distúrbios no Pessach de 1920 (4 de abril), especialmente em Jerusalém. Os árabes atacaram judeus, ferindo, matando e destruindo suas propriedades. As autoridades militares, que não eram grandes partidárias da Declaração Balfour e inclinavam-se mais para o lado árabe, esforçaram-se por manter o *statu quo*, como se esperaria de um governo militar temporário. Isso significava suprimir as aspirações dos judeus, que, em sequência à Declaração Balfour, queriam implementar certas mudanças a respeito de imigração, aquisição de terras e possibilidade de tornar o hebraico a língua oficial do país. Portanto, havia uma

contradição evidente entre a Declaração Balfour e a política efetivamente imposta sobre a Palestina.

Na Conferência de San Remo, em 18 de abril de 1920, logo após os tumultos, as potências que saíram vitoriosas da guerra decidiram conceder à Inglaterra o Mandato da Palestina, dando-lhe a responsabilidade de implementar a Declaração Balfour. Portanto, o documento deixou de ser uma declaração britânica unilateral e se transformou em política da Tríplice Entente, com *status* legal internacional. Devido às inclinações pró-árabes do governo militar, também ficou decidido em San Remo que o poder seria transferido para um governo civil. Herbert Samuel, ardoroso sionista inglês e antigo ministro – um sujeito de grande talento e experiência administrativa, além de homem de ação – foi nomeado primeiro alto-comissário da Palestina. Essa foi uma decisão nitidamente pró-sionista tomada pelo governo britânico, ainda sob o comando de Lloyd George.

O capítulo seguinte dessa novela teve início cerca de um ano depois: ao chegar à Palestina, Herbert Samuel foi recebido com grande entusiasmo pelos judeus, mas, pelos árabes, com desconfiança indisfarçada. Aparentemente, o país estava calmo e tudo indicava que a reconstrução poderia começar; porém, em maio de 1921, a violência voltou a eclodir, começando em Jaffa e se espalhando para as *moshavot*. As autoridades encontraram dificuldade para reprimir as rebeliões, que se estenderam por alguns dias, resultando na morte de dezenas de judeus. A resposta britânica a esse episódio inaugurou o que acabou se transformando em padrão recorrente. O alto-comissário fez um discurso para apaziguar os árabes, em que anunciou uma interrupção temporária na imigração à Palestina. Com o intuito de acalmá-los ainda mais, nomeou Haj Amin al-Husseini para o cargo de mufti de Jerusalém. Al-Husseini, nacionalista radical descendente de uma importante família de Jerusalém, fora julgado por envolvimento nas revoltas do Pessach de 1920.

Nesse meio-tempo, vinha sendo formulado pela Liga das Nações o instrumento que estabelecia o Mandato Britânico da Palestina. O sistema de mandato era consequência do sentimento anti-imperialista que surgira no

cenário internacional, na esteira da Primeira Grande Guerra e da Revolução Bolchevique. Em vez de anexar regiões, a França e a Inglaterra assumiram a responsabilidade de administrar certos países por um período limitado de tempo, enquanto os preparavam para a independência. A França recebeu o mandato da Síria, e a Inglaterra ficou com o mandato do Iraque e da Palestina, que incluía a Transjordânia. A proposta para o Mandato Britânico da Palestina era pró-sionista: incluía a Declaração Balfour e reconhecia a conexão histórica entre o povo judeu e a Palestina. O artigo 2 se referia a “pôr o país sob condições políticas, administrativas e econômicas tais que assegurem o estabelecimento do lar nacional judaico”. O artigo 4 dizia respeito a “uma agência judaica adequada, que participaria do desenvolvimento do país [...] em consulta com o Governo de Sua Majestade britânica”. No artigo 6, mencionava-se a “densa colonização da terra por judeus, inclusive terras do Estado”. Os árabes não foram mencionados nominalmente no instrumento, direcionado sobretudo para o desenvolvimento de um lar nacional judaico.

Em junho de 1922, na tentativa de pacificar os árabes após os distúrbios, o departamento responsável pelas colônias, sob o comando de Winston Churchill, publicou um Livro Branco que anunciava uma nova política britânica disfarçada como interpretação do instrumento do Mandato. O Livro Branco garantia aos árabes “que ele [o Mandato] não continha ou sugeria qualquer coisa que pudesse alarmar a população árabe da Palestina”. A Organização Sionista só poderia tratar de assuntos referentes à vida dos judeus, mas o Livro Branco estabeleceu, de fato, que os judeus estavam na Palestina “por direito, e não por tolerância”. Por outro lado, a intenção não era que a Palestina se transformasse em lar nacional, e sim que um lar nacional fosse estabelecido na Palestina. O Livro Branco também definiu que “a imigração não pode ser tão grande em volume a ponto de exceder a capacidade econômica do país, à época, de absorver novos imigrantes. É fundamental assegurar que os imigrantes não sejam um fardo para o povo da Palestina como um todo”. O documento também levantou a ideia de um conselho legislativo que daria expressão aos desejos dos habitantes, e, ainda

que não se tratasse de uma entidade eleita democraticamente, a simples menção a ela já expressava o direito da maioria árabe à representação política. Após uma conduta que favorecia o estabelecimento de um lar nacional judaico, o pêndulo começou a oscilar na direção de conceder direitos e representatividade à população árabe.

Os responsáveis pelo Livro Branco, Samuel e Churchill, eram fiéis defensores do sionismo. A nova estratégia foi projetada para aplacar o receio dos árabes e criar a cooperação – ou, pelo menos, a calma – necessária para favorecer a imigração, o desenvolvimento econômico e o progresso da colonização sionista. Contudo, nem todos os sionistas aceitaram essa abordagem; assim, desse momento em diante, passaram a existir dois pontos de vista divergentes a respeito da política britânica. O primeiro considerava o Livro Branco de 1922 uma alarmante capitulação à agressão árabe, que recompensava o agressor, e uma demonstração de fraqueza capaz de inspirar agressões futuras. Na opinião desse grupo, se Samuel tivesse adotado uma política linha-dura e deixado claro que a Inglaterra estava determinada a implementar a política do lar nacional, os árabes teriam se curvado ao inevitável.

O outro grupo argumentava que era impossível reprimir por meio da força um movimento nacionalista emergente e que não se podia esperar da Inglaterra, exaurida pela guerra, a adoção de uma política envolvendo gastos substanciais na segurança, bem como uma forte repressão à resistência popular. A opinião pública britânica, contrária aos objetivos imperialistas, teria virado as costas ao sionismo e à ideia de um lar nacional judaico. Para ganhar o tempo necessário à construção de uma massa crítica judaica na Palestina antes de a Inglaterra decidir que o Mandato tinha encerrado seu ciclo, os judeus precisavam acalmar as águas turbulentas.

Em 1921, ficou claro que tinha chegado ao fim o momento oportuno no cenário internacional que levara às grandes conquistas da Declaração Balfour e do instrumento do Mandato; a maré começava a virar em favor dos árabes. O Comitê Executivo árabe enviou a Londres uma delegação, que recebeu apoio da mídia britânica e da classe política, e a opinião pública

passou a demonstrar sensibilidade quanto à posição dos árabes, apresentados como vítimas da Declaração Balfour. Portanto, a política conciliatória e justa de Samuel para com os árabes – o que amplos segmentos do Yishuv consideraram como nada mais, nada menos que traição – era, na verdade, a única atitude possível, levando-se em conta o contexto. Em seus cinco anos como alto-comissário, Samuel estabilizou a situação, pôs em prática os mecanismos do governo mandatário e conseguiu proporcionar crescimento econômico e paz relativa. O fato de que os judeus precisavam de calma para construir o país, enquanto os árabes se beneficiavam dos distúrbios – dinâmica que Weizmann tinha entendido antes de qualquer outro político sionista –, passou, a partir de então, a influenciar a política sionista. A oposição à Executiva Sionista (entidade responsável por executar a política sionista em geral) continuou defendendo que a Inglaterra governasse com mão de ferro, demanda que os ingleses não estavam inclinados a acatar.

A década que se seguiu aos confrontos de 1921 testemunhou a continuidade de certa paz. Nesse período, o movimento nacionalista árabe-palestino passou por algumas divisões e certos desentendimentos e perdeu a oportunidade de ganhar influência quando rejeitou as propostas de Samuel de estabelecer um conselho legislativo. Nenhuma proposta conseguia satisfazê-los, uma vez que a participação numa organização desse tipo, criada sob o Mandato, representaria o reconhecimento tanto dos direitos dos judeus na Palestina quanto da legitimidade do lar nacional judaico. Era compreensível que os árabes se recusassem a cooperar com o governo mandatário no que dizia respeito à política de Estado (eles cooperavam, sim, em áreas como saúde, administração e educação), mas, ao rejeitar a ideia do conselho legislativo, abdicaram de uma importante plataforma pública, deixando os judeus em posição vantajosa. Quanto aos sionistas, sua retórica – especialmente a retórica interna – continuava beligerante, funcionando como válvula de segurança para alívio das tensões, mas, no dia a dia e no nível político, os judeus cooperavam com a política apaziguadora de Samuel e de seu sucessor, o general Herbert Plumer.

1929–1939

A segunda década do Mandato Britânico se iniciou com uma tormenta que durou dois anos. Tudo começou com uma controvérsia envolvendo a reivindicação judaica quanto ao Muro das Lamentações. Pesquisadores acreditam que o mufti tentou melhorar seu prestígio no mundo árabe ao difundir a preocupação com a ideia de que os judeus pretendiam assumir o controle sobre o Monte do Templo; na tradição muçulmana, a área no entorno do Muro das Lamentações é o lugar a partir de onde o profeta Maomé teria ascendido aos céus em seu lendário corcel. Desde o século XIX, os judeus tentavam comprar terras em volta do Muro, o que os árabes interpretavam como o desejo de assumir o controle sobre todo o local sagrado. Lugares que são sagrados para várias religiões costumam ser barris de pólvora, e um só fósforo é capaz de desencadear uma explosão. Nesse caso, o fósforo teve dois componentes. O primeiro foi a conduta provocativa por parte dos policiais ingleses, que removeram o tabique usado para separar homens e mulheres durante as rezas de Yom Kippur, em setembro de 1928. Essa atitude também aumentou o receio árabe de que os judeus pretendiam controlar o local, receio acentuado ainda mais pela retórica inflamada de pregadores e da mídia. Os árabes jogaram lixo na alameda do Muro das Lamentações e direcionaram jumentos para que esses animais transitassem pelo caminho – isso incomodou os judeus, bem como as convocações muçulmanas às orações, que eram feitas em alto volume. O segundo componente foi a reação judaica: jovens exaltados fizeram manifestações nacionalistas em frente ao Muro, proclamando os direitos dos judeus.

Em 23 de agosto de 1929, a violência árabe eclodiu em Jerusalém, Hebron, Safed e ao longo de todo o país, estendendo-se por uma semana. O episódio incluiu atos especialmente violentos contra duas comunidades desamparadas, ultraortodoxas e não sionistas, em Hebron e Safed. No final do mandato de Plumer como alto-comissário, as forças de segurança na

Palestina tinham sido reduzidas a trezentos policiais ingleses, incapazes de controlar esse nível de violência. Reforços militares do Egito e de Malta chegaram somente depois que os distúrbios já haviam se espalhado pelo país. No total, 133 judeus foram mortos, assentamentos foram destruídos e houve saques a propriedades.

Os judeus, cujos alertas anteriores aos distúrbios tinham sido ignorados pelas autoridades, acusavam o governo mandatário de perder o controle e de não se preocupar com a segurança dos habitantes. Como resposta, a administração alegava que, embora os árabes tivessem iniciado as revoltas, a verdadeira culpa recaía sobre a política do lar nacional judaico. Por conta dessa política, os árabes tinham receio de que acabariam sendo desapropriados. Sir John Chancellor, substituto de Plumer como alto-comissário, não demonstrava simpatia pela causa sionista. Típico oficial de colônia, acreditava que seu papel era proteger a população local. Para ele, parecia injusto e inadequado o fato de o Mandato ter por meta transformar o *statu quo* da Palestina em benefício de um novo elemento, os judeus. O alto-comissário estava determinado a anular o *status* preferencial assegurado ao povo judeu pelo instrumento do Mandato e a concentrar as políticas britânicas para tratar dos interesses dos árabes e dos judeus locais.

Chancellor não nutria qualquer consideração pelo povo judeu como um todo – cerne da política do Mandato –, mas, como o instrumento tinha validade internacional confirmada pela Liga das Nações, seus termos não podiam ser alterados. Portanto, o novo alto-comissário se concentrou nos detalhes da implementação, especialmente nas questões de assentamento e imigração. Como a aquisição de mais terras por parte de judeus levaria à desapropriação de árabes, decidiu que a venda de terras precisava ser impedida e que a imigração judaica deveria sofrer restrições, observando-se estritamente a condição quanto à capacidade econômica.

A Comissão Shaw, designada pelo governo britânico para examinar as causas dos distúrbios, adotou essa mesma linha, eximindo a administração de qualquer culpa. A comissão exigiu a investigação das questões de imigração e de terra, bem como algum progresso na criação de um conselho

legislativo. Para corrigir o desequilíbrio entre árabes e judeus, o governo britânico declarou, a partir de então, que a Declaração Balfour e o instrumento do Mandato incluíam um duplo compromisso: com o povo judeu e com os habitantes árabes da Palestina. Sir John Hope-Simpson foi enviado à região para estudar as questões da terra, da imigração e da política de desenvolvimento; suas conclusões estavam de acordo com a nova linha adotada. Ele aconselhou que se restringisse a compra de terra por parte dos judeus e que se reforçasse o princípio da capacidade econômica – contudo, não com base na capacidade da economia judaica criada com capital judaico, e sim com base na capacidade do país como um todo. Isso significava que o desemprego árabe justificaria a interrupção da imigração judaica.

Em outubro de 1930, o secretário colonial lord Passfield publicou um Livro Branco baseado no princípio do “duplo compromisso”, em que negava a distinção entre “o povo judeu” e “comunidades não judaicas” na Palestina. Ele aceitou a definição de Hope-Simpson quanto à capacidade econômica e suas recomendações de restringir a compra de terras por parte de judeus. Os árabes alegavam que um dos motivos dos distúrbios foi a criação da Agência Judaica. Planejada para permitir que judeus não sionistas participassem da construção do país, a agência aumentava os receios árabes de desapropriação. Portanto, Passfield fez questão de dizer que a organização não tinha *status* político; de acordo com o instrumento do Mandato, seu papel estava restrito à participação no desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo, o secretário colonial anunciou a formação de um conselho legislativo representativo que daria voz, é claro, à maioria árabe.

O Livro Branco de Passfield desencadeou uma tempestade política no cenário internacional. Em protesto, Weizmann renunciou ao cargo de presidente da Organização Sionista. Estadistas e juristas ingleses proeminentes alegavam que o Livro Branco violava o instrumento do Mandato e clamavam por sua anulação. No mundo judaico, houve inúmeros protestos. Temendo receber duras críticas da Comissão Permanente de Mandatos da Liga das Nações, que supervisionava a implementação do

Mandato, o governo britânico deu início a negociações com a liderança sionista e, na sequência, publicou uma carta do primeiro-ministro Ramsay MacDonald. A carta MacDonald, que recebeu o mesmo *status* de um Livro Branco, afirmou que o compromisso no Mandato não estava restrito apenas à população judaica da Palestina, mas a todo o povo judeu, e que permanecia firme a obrigação de incentivar o assentamento judaico e a imigração judaica à Palestina; presumia-se que isso poderia ser alcançado sem prejudicar os direitos ou a situação dos habitantes não judeus. Para os judeus, a carta serviu como forma de conter a erosão das promessas que os ingleses lhes haviam feito, bem como para oferecer a possibilidade de imigração e assentamento contínuos – uma conquista decisiva naquela década. Para os árabes, no entanto, a carta MacDonald, por ter vindo como veio, depois de um Livro Branco, foi chamada de “Carta Negra”.

Portanto, a segunda década começou por demonstrar a fragilidade do compromisso britânico com o povo judeu, transformando o tempo em elemento crítico para a concretização da visão sionista. No geral, os anos 1920 tinham sido de estabilidade internacional, com a Inglaterra ainda na posição de principal potência imperialista. Porém, a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, desencadeou uma profunda crise econômica global que provocou ondas de choque político por toda a Europa. Regimes protofascistas assumiram o poder na Europa Oriental e Central, enquanto a Alemanha testemunhou a ascensão meteórica do Partido Nazista e, em 1933, o convite a Adolf Hitler para servir de chanceler. Se na década de 1920 a empreitada sionista parecia concentrada no desenvolvimento lento de uma sociedade e uma cultura no espírito de Ahad Haam, nos anos 1930 sua missão passou a ser o resgate dos judeus perseguidos na Polônia, na Romênia e na Alemanha. Na esteira da crise econômica, todos os países passaram a aplicar leis de imigração mais restritivas, e a Palestina se transformou em principal refúgio para os migrantes judeus. O desenvolvimento progressivo não atendia mais às necessidades do povo judeu.

Em 1931, o tacanho John Chancellor – também contaminado pelo antissemitismo – foi substituído no cargo de alto-comissário por sir Arthur Wauchope, um homem de mente aberta, solidário aos judeus e muito justo em relação aos árabes. A partir de 1932, cresceu a imigração à Palestina, e, em poucos anos, o Yishuv, que em 1929 somava 170.000 pessoas, atingiu 400.000. A imigração em massa transformou o perfil do país. Nesse período, os judeus ultrapassaram o ponto de não retorno: formou-se uma massa crítica judaica na Palestina, forte o bastante para evitar que os árabes estabelecessem um Estado árabe exclusivo – ou assim pensavam os sionistas.

Os árabes estavam plenamente cientes da mudança que acontecia diante de seus olhos. Um país que havia tido feições árabes de repente ganhava um novo aspecto, europeu. Assim como os judeus, os árabes vinham crescendo economicamente, mas isso era uma recompensa insuficiente em face da sensação de que estavam perdendo, de forma gradativa, o controle do país que poucos anos antes tinha estado fundamentalmente sob seu domínio. Pela primeira vez, surgiram forças políticas radicais na comunidade árabe. Essas forças eram exteriores ao sistema tradicional de clãs, em que o poder se dividia entre os que apoiavam o clã al-Husseini, fanaticamente contrários ao lar nacional judaico e ao mesmo tempo enfáticos quanto ao elemento do Islã, e os relativamente moderados Nashashibi que estavam dispostos a cooperar – até certa medida – com o governo mandatário.

O partido Istiklal, fundado no início da década de 1930, foi uma força política construída não com base nas antigas famílias privilegiadas, mas sob uma plataforma moderna que defendia a independência da Palestina e alistava em suas fileiras a juventude árabe urbana e instruída. Os árabes chegaram à conclusão de que o cerne de seus problemas não eram os judeus, com quem achavam que poderiam lidar por conta própria, mas os ingleses. Em 1933, violentos protestos árabes exigindo autonomia tiveram como alvo as autoridades, e não os judeus. Wauchope não hesitou em usar a força para reprimi-los, mas ao mesmo tempo iniciou um movimento destinado a estabelecer um conselho legislativo na Palestina.

Por trás da ideia desse conselho legislativo, estava o reconhecimento do direito da maioria árabe de ter representação majoritária no governo. Quando a ideia foi sugerida pela primeira vez, no Livro Branco de Herbert Samuel, em 1922, os judeus não tiveram forças para se opor. Porém, com o passar do tempo, foram obrigados a lidar com a seguinte questão: que tipo de estrutura governamental proporião à Palestina? Até determinado momento, a convicção geral entre a maioria dos sionistas na Palestina era de que o Mandato Britânico tinha criado as condições para que se atingisse uma maioria judaica por meio da imigração e do assentamento. Quando a maioria fosse alcançada, seria fundado um Estado judeu. Essa linha de raciocínio ignorava o nacionalismo árabe crescente e o aparecimento dos árabes como outro grupo que reivindicava seus direitos sobre o país.

A convicção geral passou a ser contestada em ambos os extremos do espectro político sionista: de um lado, pelo movimento revisionista, liderado por Vladimir Jabotinsky, e, de outro, pelo Brit Shalom (Aliança da Paz). Jabotinsky acreditava que era inevitável um choque entre os nacionalismos judaico e árabe, e que o sionismo não poderia ser concretizado sem uma política britânica ativa que estabelecesse um “regime de colonização” na Palestina, concedendo terras do Estado para os judeus, permitindo a imigração em massa e o assentamento em larga escala e detendo com o uso da força qualquer resistência árabe. Já o Brit Shalom defendia que se chegasse a um acordo, a qualquer custo, com o movimento nacionalista árabe. Sua palavra de ordem era “binacionalismo”, que neutralizava a questão de maioria *versus* minoria e dava a entender que na Palestina havia dois povos com direitos iguais sobre o país; cada qual teria uma vida cultural autônoma (ideia conhecida como “sionismo cultural”, no contexto judaico). De acordo com esse plano, os ingleses permaneceriam na Palestina por um período maior e serviriam de mediadores entre os dois povos. O Brit Shalom tinha aceitado o slogan “não a maioria, mas muito numerosos” desde a década de 1920, mas não conseguiu satisfazer os árabes, e o movimento, então, passou a considerar a ideia de restringir a imigração judaica, ainda que fosse como forma de chegar a um acordo com os árabes.

Esse posicionamento baseava-se em princípios morais e na convicção de que o tempo não estava a favor dos sionistas, o que tornava um acordo imediato com os árabes algo preferível a qualquer protelação.

A ideia de Jabotinsky de um “regime de colonização” não era uma opção, dado que os ingleses já haviam demonstrado que não estavam dispostos a se arriscar por conta dos judeus, e as ideias do Brit Shalom eram inaceitáveis tanto para os judeus quanto para os árabes. Na esteira dos distúrbios, contudo, o conceito evolutivo predominante foi posto em questão. Na disputa entre o nacionalismo árabe emergente e a concretização do sionismo, estava claro que o sionismo vinha perdendo. O nacionalismo árabe se desenvolvia muito mais rápido do que a taxa de imigração judaica à Palestina. No entanto, os judeus entendiam que esses fatos os obrigaram a considerar as opções de governo muito antes do momento em que essas opções se apresentariam de forma madura.

No início da década de 1930, houve inúmeras discussões sobre qual sistema de governo deveria ser adotado na Palestina. Os sionistas começaram a debater essas questões entre si, em resposta ao fato de o governo mandatário ter posto o conselho legislativo na pauta. As tentativas de diálogo com os árabes foram infrutíferas, porque eles não reconheciam, de forma alguma, qualquer direito judaico sobre o país. Estavam dispostos a permitir que ficassem na Palestina os judeus que tinham chegado antes da Declaração Balfour, mas não os reconheceriam como grupo que compartilhava uma conexão histórica com o país.

Por outro lado, os sionistas estavam dispostos, pela primeira vez, a reconhecer os direitos nacionalistas árabes. Embora os judeus ainda fossem minoria, essa decisão não foi fácil. Desde o primeiro momento desse moderno retorno a Sião, os novos imigrantes se sentiam donos de Eretz Yisrael. Sua percepção de que o desenvolvimento do Yishuv ocorria de forma muito lenta permitiu que, psicologicamente, abrissem mão do direito exclusivo sobre o território. Contudo, tampouco poderiam aceitar que os árabes detivessem direitos exclusivos, entre os quais certamente não estava o direito de impedir que os judeus colonizassem e desenvolvessem o país.

A estratégia evolutiva se pautava em adiar qualquer decisão sobre o destino da Palestina até que o lar nacional fosse fortalecido, e, no meio-tempo, esperava-se que os ingleses continuassem fiéis a suas promessas, de acordo com o instrumento do Mandato. No verão de 1932, Chaim Arlosoroff, diretor do Departamento Político da Agência Judaica, analisou a situação e concluiu que essa abordagem fatalista era inadequada ao movimento sionista. Talvez fosse válida se o tempo não estivesse desfavorável. Porém, Arlosoroff estimava que o sistema do mandato terminaria em poucos anos. Segundo suas previsões, uma guerra mundial eclodiria num futuro próximo, acompanhada ou de uma aliança entre os árabes e os ingleses ou de uma revolta árabe, e todo o sistema do Mandato cairia por terra.

As outras possibilidades eram: dividir a soberania da Palestina entre judeus e árabes – ou seja, versões diferentes da ideia binacional – ou fazer a partilha do território. Arlosoroff não concordava com nenhuma dessas alternativas, nem mesmo com a partilha ou a cantonização, algo que os círculos sionistas e britânicos já vinham considerando. Embora tenha observado que a partilha incorporava os dois elementos básicos do sionismo – território e autonomia –, Arlosoroff não apoiava essa ideia porque o país era pequeno demais e os judeus não constituiriam uma maioria mesmo nas áreas atribuídas a eles.

Arlosoroff escreveu a Weizmann para expressar sua frustração quanto às possibilidades limitadas do movimento sionista sob a administração britânica, mas nesse momento a questão do conselho legislativo não era mais tão urgente, considerando-se que diminuía a pressão dos ingleses sobre esse tema. Um ano depois, em 1933, teve início a imigração maciça, e a taxa de crescimento do lar nacional aumentou drasticamente. A pressão da adversidade judaica transformou a realidade da Palestina e durante poucos e fatídicos anos removeu da agenda as várias ideias para resolver a questão de duas nações que alegavam direitos nacionalistas sobre o mesmo território.

Para o Oriente Médio, em geral, e a Palestina em particular, 1935 foi um ano extremamente conturbado: 62.000 judeus imigraram para o país, o

maior número registrado num único ano durante o período do Mandato. A Itália invadiu e conquistou a Abissínia, introduzindo um elemento de tensão no Oriente Médio, que se manifestou na forma de pânico financeiro e no fim da prosperidade econômica na Palestina. Nesse mesmo ano, um grupo terrorista muçulmano atacou judeus no norte do país. Num confronto entre esse grupo e os ingleses, o líder do grupo, Azaddin al-Qassam, foi morto e se transformou no símbolo da resistência palestina. Por fim, ainda em 1935, Arthur Wauchope formulou sua proposta para um conselho legislativo; após ser debatida no parlamento britânico, a formulação acabou rejeitada. Mais uma vez, os árabes da Palestina sentiram-se frustrados por não receber um pingão sequer de autonomia. Durante a década de 1930, os outros países da região passaram por processos de descolonização. No Iraque, o Mandato foi substituído pela autonomia, e, no Egito, os termos do protetorado britânico foram alterados em favor do país. O Mandato francês da Síria também migrou para um sistema de governo mais liberal, após greves prolongadas no país. De todos os países incluídos nos Mandatos de Classe A, somente a Palestina permaneceu sob um regime que não concedia representação à maioria de sua população.

Em abril de 1936, teve início a Revolta Árabe. Assim como nas anteriores, tudo começou com uma onda de violência fortuita contra os judeus, mas em poucos dias a Alta Comissão Árabe assumiu o comando e fez exigências políticas: o fim da imigração e da venda de terras, além de governança representativa para pôr o poder nas mãos da maioria árabe. A comissão respaldou essas exigências com uma greve geral nacional, confirmando que o movimento nacionalista palestino tinha amadurecido e era capaz de mobilizar as massas. A greve durou cerca de seis meses e causou danos severos à economia árabe. Os trabalhadores árabes não saíram para trabalhar, encerrou-se a venda de produtos para o mercado judeu e diminuíram as exportações de frutas cítricas árabes. No entanto, se os grevistas imaginavam que um boicote econômico forçaria o Yishuv à submissão, ficou claro que estavam equivocados, pois o Yishuv demonstrou que, quando necessário, poderia ser autossustentável. O porto de Jaffa foi

trocado pelo píer de Tel Aviv, para exportar frutas cítricas e receber os imigrantes que continuavam chegando.

Bandos árabes disseminaram o terror por todo o país, mas o alto-comissário evitou o uso de força militar para reprimir esses episódios. Enquanto isso, tentava-se persuadir os árabes a acabar com a greve, de modo que a Comissão Real pudesse ir à Palestina examinar as razões subjacentes aos distúrbios. Em vez disso, os árabes queriam o fim da imigração e garantias de independência, demandas rejeitadas pelos ingleses. Em outubro de 1936, os países árabes deram à Alta Comissão Árabe uma saída para a situação complicada em que havia se metido com a greve e com o terrorismo. Esses países apelaram aos palestinos que encerrassem a greve e ao mesmo tempo demonstraram confiar nas boas intenções da Inglaterra; também deram garantias de que continuariam apoiando os árabes palestinos. Com essa intervenção, um problema que era local ganhou dimensão regional.

A Comissão Real, mais conhecida como Comissão Peel graças ao nome de seu presidente, foi um organismo de alto nível que recebeu ampla autoridade para examinar a questão da Palestina e propor uma solução de longo prazo. A comissão chegou à Palestina em novembro de 1936 e ouviu o depoimento tanto de oficiais do governo quanto de representantes judeus e árabes. Seu relatório foi o documento mais abrangente, completo e inteligente escrito na Palestina durante o Mandato Britânico e apresentou uma conclusão radical: o Mandato era inviável, porque os compromissos assumidos com os judeus e com os árabes mostravam-se contraditórios. A esperança que guiava a administração do Mandato, expressa por Wauchope em suas políticas, era de que, com o tempo, seria criada uma sociedade local, comum a judeus e árabes, que viveriam juntos em um só país. Wauchope calculava que os judeus somariam quarenta por cento da população, mas, por conta de suas vantagens econômicas e culturais, esse número representaria uma posição de equilíbrio em relação aos árabes. A Comissão Peel descobriu que essa ideia não se pautava na realidade, pois os dois grupos, além de não terem absolutamente nada em comum, estavam

também enredados num conflito acirrado envolvendo o direito à propriedade do território. A comissão concluiu que a solução para satisfazer aos desejos de ambas as partes – pelo menos parcialmente – era dividir o país e estabelecer dois Estados independentes, um judeu e um árabe. A proposta era um plano de partilha que dava aos judeus a planície costeira de Qastina até Rosh Hanikrá, a Galileia e os Vales do Jizreel e do Jordão. Jerusalém, Belém e seus arredores, além de um corredor para Jaffa, permaneceriam sob a jurisdição do Mandato, enquanto o Estado árabe ficaria com o território restante. A comissão também propôs intercâmbios populacionais entre os dois países, nos moldes do que fora implementado entre a Turquia e a Grécia durante a década de 1920 (ver Mapa 2). Por fim, a comissão presumiu que o Estado árabe se tornaria parte de uma federação com a Transjordânia.

A proposta de partilha desencadeou discussões exaltadas entre os judeus. Os defensores enxergavam-na como a semente para um Estado judeu independente, enquanto os opositores acreditavam que dessa forma estariam abrindo mão da visão da Terra de Israel histórica, principalmente porque a Transjordânia já havia sido dividida para estabelecer o reinado do rei Abdullah. O mito da antiga Terra de Israel, de Hebron e Jerusalém e Beth-El, opunha-se, então, ao Estado dividido. Outro grupo de opositores fundamentava suas objeções não em mito ou história, mas no argumento racional de que um Estado judeu partilhado não conseguiria caminhar com as próprias pernas nem absorver as massas judaicas ou servir de refúgio a esses grupos.

O fato é que a proposta apresentava os primeiros vislumbres de uma possível soberania judaica. No vigésimo Congresso Sionista na Basileia, em 1937, houve um momento crítico que lembrou aquele ocorrido no debate de 1904, sobre Uganda, quando o realismo político entrou em choque com a tradição de gerações e o poder do mito. No fim, após algumas disputas que ameaçaram dividir o movimento sionista, uma ampla maioria uniu-se em torno de uma resolução que permitia à Executiva Sionista iniciar

negociações com base no plano de partilha. Contudo, qualquer proposta deveria ser remetida de novo ao congresso, para ratificação.

Os árabes, ao contrário, se uniram depressa em total oposição ao plano de partilha e para exigir a independência da Palestina, com o apoio dos países árabes. No outono de 1937, recomeçou o terrorismo árabe na Palestina. As autoridades impuseram a lei marcial e o Exército tomou medidas severas contra os rebeldes, mas teve dificuldade de conter a rebelião, que prosseguiu até o verão de 1939. Diante da oposição árabe, o governo britânico começou aos poucos a se distanciar de seu próprio plano de partilha.

A política britânica passou a ser guiada pela necessidade de garantir a paz e a tranquilidade no Oriente Médio. Apaziguar os árabes fazia parte dos preparativos da Inglaterra para o iminente conflito na Europa. No outono de 1937, ventos desfavoráveis aos sionistas começaram a soprar nos corredores britânicos de poder. Uma manobra antissionista, da parte da Inglaterra, estava nitidamente próxima, quando seriam renegados os compromissos assumidos no instrumento do Mandato e na Declaração Balfour. Durante o período de tensão que acompanhou o Pacto de Munique, responsável por adiar em um ano a ameaça de uma guerra mundial, os sionistas acreditaram que estavam prestes a se tornar as próximas vítimas da política britânica de apaziguamento.

No fim de 1938 e início de 1939, os ingleses continuaram se esforçando ostensivamente para chegar a uma solução aceitável para judeus e árabes. No entanto, não havia chances de sucesso, como ficou evidente na conferência realizada no Palácio St. James. Quando os árabes se recusaram a sentar na mesma mesa que os judeus, os ingleses cederam e arranjaram mesas separadas. Tinham convidado representantes dos países árabes para participar da conferência, dando a entender que estariam dispostos a fazer concessões. A agenda incluía três demandas da parte árabe: independência, fim à imigração e à venda de terras para judeus. Depois de alguma deliberação, o governo britânico decidiu aceitar o posicionamento árabe quanto à maioria dos itens em pauta e publicou um documento conhecido

como Livro Branco de 1939, no qual se estabeleceu que a imigração ficaria restrita a 75.000 pessoas em um período de cinco anos e que qualquer número para além desse ficaria condicionado ao consentimento árabe. A Palestina se tornaria um Estado independente – ou seja, um Estado de maioria árabe – após um período de transição de dez anos. A venda de terras em grande parte do país seria limitada.



Mapa 2 – O plano de partilha da Comissão Peel (1937)

Dessas três restrições, a que foi executada com maior minúcia dizia respeito à imigração. No momento mais trágico da história judaica, os portões da Palestina fecharam-se aos imigrantes. As propostas da Agência

Judaica de levar crianças judias da Alemanha para a Palestina ou para a Inglaterra foram recusadas egoisticamente pelas autoridades mandatárias. Os refugiados que chegaram à Palestina depois do início da guerra não puderam ficar; foram enviados para as Ilhas Maurício, no Oceano Índico. Um dos motivos que fizeram com que os judeus da Palestina odiassem a Inglaterra e se mostrassem hostis quanto ao governo mandatário foi essa atitude em relação aos refugiados durante a Segunda Guerra Mundial. Os judeus da Palestina responsabilizaram diretamente o governo por fechar o país aos refugiados. Assim que chegaram as notícias sobre o Holocausto, eles passaram a encarar a Inglaterra como cúmplice passiva de assassinato.

1939–1948

A eclosão da guerra em setembro de 1939 alterou as prioridades do Yishuv. A batalha contra o Livro Branco, parte da agenda nos meses anteriores, foi substituída pelo medo da guerra. Ben-Gurion criou um lema: “Temos que lutar na guerra contra Hitler como se não houvesse Livro Branco, e temos que lutar contra o Livro Branco como se não houvesse guerra.”² A frase expressava o dilema sionista. Por um lado, o grande inimigo do povo judeu era Hitler, e se fazia necessário lutar contra ele para salvar da barbárie e da violência todo o espectro de valores humanos. Por outro lado, a Inglaterra, que liderava a luta contra Hitler, passou a ser inimiga. Como o Yishuv poderia lutar do lado da Inglaterra contra um inimigo em comum sem com isso abandonar a luta contra o Livro Branco?

Por fim, a luta contra o Livro Branco acabou engavetada até segunda ordem, e o Yishuv se voluntariou para o esforço de guerra colocando à disposição da Inglaterra sua capacidade produtiva, seus recursos humanos e potencial militar; 27.000 jovens judeus se alistaram no Exército britânico. Os árabes, por sua vez, inclinaram-se para o lado oposto. Em 1941, uma rebelião liderada por Rashid Ali al-Gaylani, no Iraque, pôs em risco o

domínio britânico na região. O mufti de Jerusalém viajou para Berlim e participou ativamente na formulação de propaganda nazista para o Oriente Médio, demonstrando identificação ideológica e política com o nazismo.

No momento em que a situação da Inglaterra no Oriente Médio ficou complicada, a cooperação entre judeus e ingleses floresceu. O Palmach, por exemplo, foi criado como força destinada a ajudar os ingleses com coleta de informações e sabotagem. Do verão de 1941 até 1942, quando o Afrika Korps de Rommel estava a ponto de romper as linhas britânicas no Egito, o pânico tomou conta dos oficiais ingleses na Palestina e cogitou-se uma retirada para o Iraque, o que deixaria o Yishuv sob ameaça de destruição. A identificação do Yishuv com a vitória dos ingleses em El-Alamein, em outubro de 1942, foi total, pois os sionistas não tinham outros aliados. Ainda assim, nada disso impediu que os ingleses mantivessem assiduamente as restrições quanto à imigração e que as buscas violentas por armas de posse da Haganá continuassem de forma ininterrupta.

A liderança sionista, comandada por Weizmann, ainda não desistira da aliança com a Inglaterra. Weizmann presumiu que a política antissionista do Livro Branco de 1939 era decorrente da necessidade dos ingleses de obter apoio árabe e manter a paz no Oriente Médio. Ele acreditava que, quando a guerra terminasse, haveria espaço para uma reavaliação da política britânica. Dizia-se que o primeiro-ministro Winston Churchill era favorável ao sionismo. Mais para o fim da guerra, Churchill estabeleceu um comitê ministerial para reformular a política relacionada à questão da Palestina, e sua lista de membros representou um bom prenúncio para os sionistas. Enquanto Weizmann esperava que as águas congeladas da política britânica degelassem após a guerra, Ben-Gurion, presidente da Executiva da Agência Judaica, virou seu foco para outra Grande Potência: os Estados Unidos. Sua reorientação política pautava-se em três fatores: o apoio dos judeus americanos; a presidência de Franklin Roosevelt, que parecia cordial em relação aos judeus; e o poderio americano, comparado ao poder declinante da Inglaterra, devido aos gastos com a guerra. Outro fator era a grande

desconfiança que Ben-Gurion nutria em relação aos ingleses, o que contrastava com a confiança de Weizmann.

Em maio de 1942, na Conferência de Biltmore, em Nova York, os sionistas declararam que sua meta era estabelecer “uma nação judaica” na Palestina – “nação” seria sinônimo de Estado independente. Para não incitar os opositores judeus sobre algo que ainda estava por vir, os sionistas evitaram mencionar a partilha, bem como a questão dos árabes palestinos. O Programa de Biltmore simbolizou a determinação sionista de estabelecer um Estado judeu na Palestina, ainda que isso implicasse um conflito sangrento com os árabes. Numa época em que o destino de povos e países era decidido por forças armadas, os judeus aos poucos se conformavam com a ideia de que sua luta por independência também envolveria derramamento de sangue.

O fim da guerra não trouxe a mudança tão esperada pela liderança sionista na política britânica. O comitê ministerial estabelecido por Churchill havia recomendado a partilha, cuja implementação foi adiada para depois do fim da guerra. Porém, em 1945, o Partido Trabalhista, liderado por Clement Attlee e Ernest Bevin, obteve uma vitória esmagadora nas eleições gerais da Inglaterra, e o Partido Conservador de Churchill saiu derrotado. Embora o manifesto do Partido Trabalhista de 1944 contivesse uma afirmação pró-sionista que incluía a ideia de transferência (intercâmbio populacional) levantada antes pela Comissão Peel, a partir do momento em que chegou ao poder o partido teve novas questões a considerar. Ernest Bevin foi nomeado ministro de Relações Exteriores de um governo trabalhista forte, que tomou algumas decisões de peso, como conceder independência à Índia, por exemplo. Mas o país estava quebrado devido à guerra mundial, e o governo tinha de administrar a transição para uma economia de paz, ao mesmo tempo que cuidava dos soldados que estavam de retorno, numa era de racionamento de comida e combustível. A Guerra Fria já emergia, trazendo ainda mais problemas para o governo. Nesse contexto, a amizade dos países árabes era mais importante do que nunca; os vastos recursos petrolíferos nos desertos do Oriente Médio faziam deles

aliados interessantes. E como a questão palestina era central nas relações com o mundo árabe, o governo trabalhista não tinha intenção de alterar a política do Livro Branco.

Por outro lado, os judeus haviam passado pelo maior trauma de sua história, o Holocausto. O mundo – e até mesmo o povo judeu – ainda não tinha digerido completamente o episódio. Os judeus só ficaram sabendo das atrocidades gradualmente, e, quando souberam, tiveram dificuldade para lidar com os fatos. Junto à tristeza e ao trauma, veio a raiva: o mundo iluminado, esclarecido, não fora capaz de mover um dedo para salvar os judeus do extermínio. Embora à época ainda não se soubesse de todos os pormenores, os judeus intuitivamente sentiam que, como disse o poeta Nathan Alterman: “Em meio ao choro de nossas crianças à sombra da forca, / Não conseguimos ouvir a fúria do mundo.”³

A radicalização de muitos judeus americanos – em geral moderados e cautelosos no sentido de expressar posições extremas – revelou-se numa luta obstinada para abrir os portões da Palestina aos refugiados judeus.

O fim da guerra tampouco trouxe o fim das dificuldades para os judeus da Europa Oriental. O antissemitismo fomentado pelos nazistas e por seus colaboradores europeus continuava vivo. Os judeus que tentaram voltar a suas cidades e a seus lares foram recebidos com hostilidade e violência. No verão de 1946, houve um *pogrom* em Kielce, na Polônia, e cerca de quarenta judeus que tinham retornado à sua cidade natal após a libertação dos alemães foram brutalmente assassinados. Testemunhou-se uma vasta “migração de povos”, conforme milhões de trabalhadores forçados, prisioneiros de guerra e refugiados começaram a voltar para suas casas. Os refugiados que não conseguiram retornar a seus países permaneceram em solo alemão. Eram, em sua maioria, colaboradores dos nazistas, guardas dos campos de concentração e assim por diante, que não tinham para onde ir. Dezenas de milhares de judeus também continuaram em solo alemão, sobreviventes das abomináveis marchas da morte que aconteceram nos campos de concentração ao fim da guerra.

Todos os refugiados foram mantidos nos mesmos campos, sob as mesmas condições. Em vão, os judeus pediram para ser separados daqueles que ainda na véspera os tinham perseguido e continuavam lhes agredindo. As autoridades britânicas de ocupação alegavam que separar judeus de não judeus significava dar continuidade às políticas racistas de Hitler. Foi somente após a intervenção de capelães judeus do Exército americano que os judeus americanos fizeram um clamor, e então o presidente Harry Truman enviou um representante, Earl G. Harrison, para examinar a situação nos campos alemães controlados pelo Exército americano de ocupação. O Relatório Harrison fez uma crítica mordaz à conduta do Exército de ocupação em relação aos judeus. Também descreveu a esperança da maioria das pessoas desalojadas (DPs) de imigrar para a Palestina, e o presidente solicitou que seu aliado britânico permitisse que 100.000 judeus o fizessem.

Bevin ficou num beco sem saída. Não estava disposto a alterar a política do Livro Branco, mas não poderia aceitar relações tensas com os Estados Unidos, único país capaz de reconstruir a Europa, sem mencionar sua importância na luta contra o urso soviético. Assim, o ministro britânico propôs uma comissão anglo-americana para estudar a situação e prometeu que, se a comissão chegasse a uma decisão unânime, a honraria. A recomendação efetiva da comissão foi conceder 100.000 certificados de imigração para judeus que estavam nos campos alemães de pessoas desalojadas. Contudo, Bevin estava relutante em cumprir sua promessa, e, enquanto isso, o fluxo de refugiados da Europa Oriental para os campos de pessoas desalojadas, na Zona Americana, continuava constante, pois a ocupação soviética vinha causando ondas de choque econômico e social que afetavam os sobreviventes judeus.

O Hamossad Lealiya Bet, braço de imigração ilegal da Haganá, organizava navios de imigrantes ilegais que tentavam chegar clandestinamente ao litoral da Palestina. Conforme cada vez mais navios tentavam o feito, aumentaram os esforços britânicos para detê-los. Em agosto de 1946, os ingleses começaram a deter os navios em alto-mar e a

mandar seus passageiros refugiados para campos de detenção no Chipre, que estava sob domínio britânico. Essas travessias – e também as deportações forçadas de imigrantes ilegais do litoral da Palestina – foram noticiadas na mídia internacional e puseram na agenda mundial o problema dos judeus desalojados. A opinião pública judaica na Palestina estava em polvorosa, e os sentimentos de revolta e impotência despertados pelo Holocausto passaram a se direcionar contra os ingleses.

Os poemas políticos de Nathan Alterman ressaltavam o caráter indefeso do refugiado judeu: “Mamãe, já posso chorar?’, perguntou a garotinha ao sair do esconderijo.”

Essa mesma sensação de desamparo se transforma em protesto contra o fechamento da Palestina aos refugiados: “Quando você escapar dos arames farpados, será perseguido pelo Exército e pela Marinha.”

A garotinha caminha pela Europa:

Em suas costas impiedosas
O pacote entregue pelo Joint aos órfãos. E em sua mãozinha
uma casca de pão que a Unrra deu para o dia seguinte

E ela chegará ao litoral:

Jovens rapazes, resolutos feito um punho cerrado
Carregarão você em segurança até a costa
Seus braços enroscados ao pescoço deles
Diante de setenta parlamentos e do mar.
Entusiasmo e felicidade em seus olhos
E a Lei derrotará a lei.⁴

Todo o Yishuv, incluindo moderados e radicais, se juntou na luta pela questão dos refugiados, e a história da imigração ilegal se tornou um dos

mitos seminais de Israel como país de refúgio.

Na Palestina, os judeus organizaram ataques de guerrilha e terror contra os ingleses, que ainda não haviam encontrado uma fórmula para emitir 100.000 certificados de imigração sem prejudicar as relações com o mundo árabe e ao mesmo tempo satisfazer o presidente americano. O governo britânico provavelmente pensava que, se o destino dos refugiados judeus era um assunto tão caro para Truman, o presidente poderia ajustar as leis de imigração americanas e permitir que eles se instalassem lá. Mas Truman sabia que essa atitude seria extremamente impopular em seu país, e os ingleses evitaram constrangê-lo com uma solicitação direta.

A Executiva Sionista também se encontrava em posição desconfortável. Se Bevin emitisse os 100.000 certificados, a questão da Palestina sairia da agenda internacional sem que os judeus tivessem conquistado um Estado. Porém, como Bevin se manteve firme, a luta pelos 100.000 imigrantes se tornou a luta pelo Estado judeu, pois estava claro que apenas quando tivessem um Estado próprio é que os judeus encontrariam refúgio. Richard Crossman, membro do parlamento britânico e do Comitê Anglo-Americano de Investigação, mais adiante comentou que Bevin merecia uma estátua em sua honra em Israel, porque tinha sido graças à sua obstinação que os judeus conseguiram um Estado.

No fim, Bevin perdeu as esperanças de encontrar uma solução para o problema da Palestina, e o gabinete britânico decidiu devolver seu Mandato às Nações Unidas (que haviam substituído a Liga das Nações). Essa mudança foi anunciada em fevereiro de 1947, e a ONU criou um Comitê Especial sobre a Palestina (UNSCOP) para reexaminar a questão. O comitê visitou a Palestina no verão de 1947 e testemunhou alguns eventos dramáticos, incluindo a chegada do navio de imigrantes ilegais *Exodus* – cujos passageiros receberam a ordem, vinda dos ingleses, de voltar para a Alemanha, numa demonstração de total insensibilidade – e ataques terroristas da parte de grupos judaicos clandestinos. O UNSCOP recomendou a partilha da Palestina em dois Estados, um árabe e um judeu

(ver Mapa 3), mas os árabes rejeitaram categoricamente essa recomendação e exigiram o estabelecimento de um Estado majoritário.

As recomendações do UNSCOP foram apresentadas na Assembleia Geral da ONU em Lake Success, Nova York, onde uma maioria de dois terços se fazia necessária para a ratificação. Os árabes esperavam que o bloco do leste, liderado pela URSS, rejeitasse a resolução, mas não levaram em conta as aspirações soviéticas de enfraquecer o *status* da Inglaterra no Oriente Médio. De forma surpreendente – e apenas momentânea –, os soviéticos alteraram sua postura hostil em relação ao sionismo e apoiaram a criação do Estado de Israel. A votação histórica na Assembleia da ONU em 29 de novembro de 1947 decidiu pelo término do Mandato Britânico da Palestina e pela criação de dois Estados, um judeu e um árabe.

A resolução da ONU foi aprovada numa sexta-feira à noite. Todos os judeus da Palestina estavam grudados a seus aparelhos de rádio, e, assim que o resultado foi anunciado, lotaram as ruas. Zipporah Borowsky (hoje Porath), uma estudante americana que havia chegado à Palestina dois meses antes, descreveu o acontecimento numa carta a seus pais: “Caminhei um tanto atordoada em meio à multidão de rostos felizes, ao som ensurdecador de ‘David, rei de Israel, está vivo e assim permanecerá’, passando pelos tanques e jipes britânicos, apinhados de crianças animadas agitando bandeiras... Fui tentando sair do meio daquele tumulto de gente que chorava, que se beijava, aos berros exultantes de ‘Mazal Tov’ [...] para tentar compartilhar com vocês esta noite, que jamais deve ser esquecida.”⁵ Havia um sentimento de euforia, uma mistura de regozijo público e individual. Mas, na comunidade árabe, o clima era de choque e luto. No dia seguinte, registraram-se as primeiras fatalidades na estrada de Jerusalém para Tel Aviv.

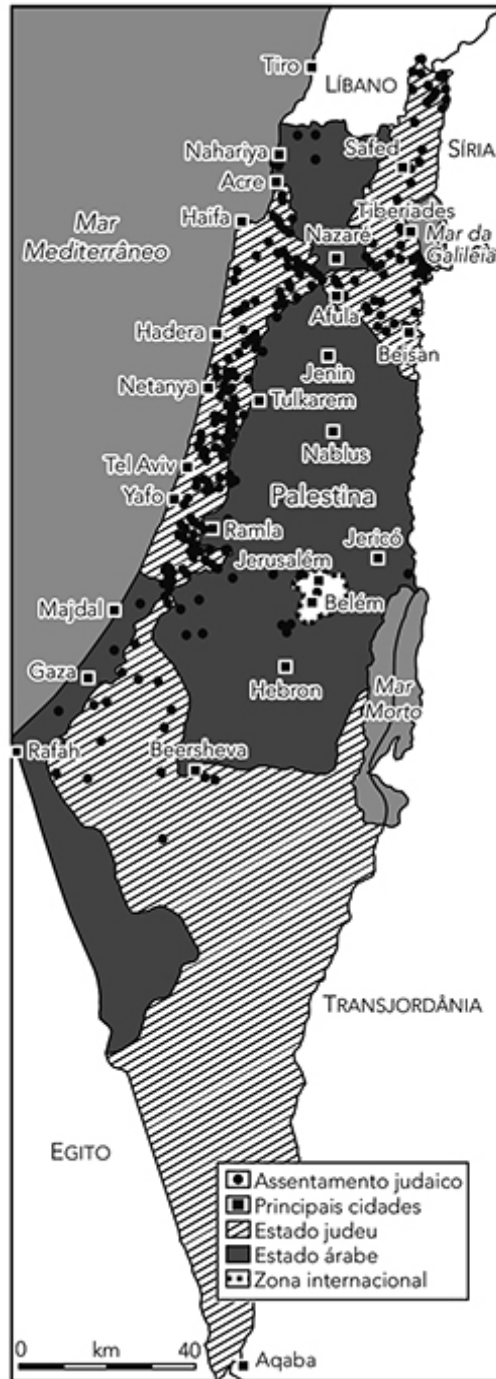
Durante a dominação otomana, a Palestina fazia parte de uma entidade política única, que se estendia do norte da África ao Irã. Dividia-se em vários distritos administrativos e era conhecida como “Síria meridional”, sem designação política própria. Os termos “Palestina” e “Eretz Yisrael” só adquiriram significado geopolítico durante o período mandatário, quando o governo definiu as fronteiras norte, sul e leste do país. A definição da fronteira norte levou em conta as necessidades de desenvolvimento da Palestina, mantendo parte das nascentes do rio Jordão dentro do país. Discussões posteriores sobre a Palestina fizeram referência às fronteiras mandatárias da década de 1920, que receberam *status* de fronteiras internacionais.

Embora Herbert Samuel tenha se comprometido com planos de desenvolvimento e iniciativas governamentais ambiciosas, logo ficou claro que o governo em Londres não estava disposto a investir no desenvolvimento da região. Não caberia ao contribuinte britânico arcar com os custos de manutenção do país; esperava-se que a Palestina gerasse receita suficiente para cobrir as despesas do governo britânico por lá e que até mesmo reembolsasse parte da dívida otomana. A ideia de que o governo mandatário deveria equilibrar seu orçamento, ditada por Londres, era típica da administração colonial britânica ao redor do mundo.

O interesse primordial britânico na Palestina era de cunho estratégico, e os ingleses só estavam dispostos a fazer no país investimentos que estivessem ligados a esse interesse, conforme ocorreu durante as duas guerras mundiais. O governo mandatário investiu vastas somas de seu orçamento operacional para desenvolver a infraestrutura de transporte. Além de construir as redes rodoviária e ferroviária, no começo da década de 1930 deu início à construção de um porto de águas profundas em Haifa, parte de uma estrutura incluindo um oleoduto que, a partir do Iraque, garantiria o abastecimento de petróleo para a Esquadra Britânica do Mediterrâneo. Para isso, foram construídas em Haifa refinarias de petróleo de propriedade da Inglaterra. O governo incentivou a construção de centrais de geração de energia elétrica nos rios Jordão e Yarkon. Embora tenha

ajudado a modernizar a Palestina e a desenvolver a agricultura e a indústria locais, todo esse investimento foi também um elemento vital às atividades de um exército moderno.

Examinando-se o orçamento operacional do governo mandatário, nota-se que as rubricas administração e segurança eram responsáveis por mais de 50% do total, enquanto ao bem-estar – saúde e educação – se destinavam apenas 12%. Essa proporção não decorria de problemas de segurança na Palestina, mas da tradição de administração colonial; as respectivas alocações eram mais ou menos iguais nos orçamentos coetâneos para Índia, Chipre e Transjordânia. Num evidente contraste, a maior parte do orçamento (interno) da Inglaterra, nessa mesma época, destinava-se ao bem-estar. Trata-se da diferença entre a metrópole e suas colônias.



Mapa 3 – O plano de partilha do UNSCOP (1947)

Contudo, se comparado à administração anterior da Palestina, o governo mandatário merece reconhecimento por alguns feitos importantes e abrangentes. O desenvolvimento de serviços de saúde, medicina preventiva,

fornecimento de água potável, o combate à malária, a drenagem dos pântanos e outros avanços na infraestrutura melhoraram a qualidade e a expectativa de vida de todos os habitantes.

O governo mandatário atuou de acordo com os princípios do governo colonial britânico. A maioria dos altos funcionários mandatários já havia tido experiências anteriores em colônias da Coroa britânica, o que eles acabavam aplicando, para o bem e para o mal, na Palestina. A política social da colônia servia para promover o progresso econômico e introduzir a modernização sem, no entanto, prejudicar o tecido cultural e a tradição social locais. A população árabe da Palestina, por exemplo, era sobretudo rural, e as iniciativas britânicas para promover, aprimorar e modernizar a agricultura árabe ajudaram a aumentar a qualidade de vida nas cidades e a gerar crescimento demográfico, principalmente graças à redução da mortalidade infantil. Ao mesmo tempo, após um investimento inicial impressionante na construção de escolas, restrições orçamentárias estancaram o desenvolvimento educacional árabe. Até o fim do período do Mandato, o sistema árabe de educação proporcionava somente quatro anos de escolarização para a maioria dos meninos e apenas para um baixo percentual de meninas. Na década de 1930, a urbanização ganhou impulso devido ao crescimento populacional, à venda de terras para os judeus e à oferta de empregos públicos. Porém, as aldeias árabes mantinham sua estrutura e suas tradições. Embora coubesse aos britânicos a assistência aos habitantes, o governo mandatário não se considerava responsável por ajudá-los a progredir.

O Yishuv se beneficiou do governo mandatário de forma direta e indireta. Desfrutou de garantias à vida e à propriedade, o que o governo assegurava não apenas no centro do país, mas também em locais mais remotos, como o Vale do Jordão, por exemplo, que no passado tinha sofrido por conta das invasões beduínas. Os judeus podiam se assentar com segurança em todo o país. A moderna rede de transportes desenvolvida pelos ingleses levava a produção agrícola das fazendas judaicas até as cidades. As melhoras no saneamento e uma iniciativa governamental de

florestamento também beneficiaram o Yishuv. As alocações do governo mandatário para serviços de bem-estar, educação e saúde foram pequenas e destinaram-se, sobretudo, à comunidade árabe majoritária. Contudo, o Yishuv complementava esses investimentos oferecendo seus próprios serviços de bem-estar, nos quais o governo não interferia. Os judeus também tinham seu próprio sistema de educação, muito superior em termos de qualidade do que aquele financiado pelo governo mandatário. Até o fim do período mandatário, entre 90 e 97 por cento das crianças do Yishuv tinham completado nove anos de escolaridade. No início desse período, judeus e árabes compartilhavam do mesmo serviço de saúde, mas, com o tempo, e conforme as tensões se acirraram, os serviços também foram separados nessa área. Os judeus contavam com serviços de saúde de alto nível, devido principalmente aos imigrantes alemães – mais um fator de autossustentabilidade que se desenvolveu durante o período do Mandato.

A Comissão Peel definiu a Palestina como um país dual, com duas economias, duas culturas e duas nações vivendo lado a lado, ainda que separadas. Sob esse ponto de vista, a partilha do país em dois Estados era o resultado do desenvolvimento inevitável desses dois povos, algo em que o governo britânico desempenhou um papel secundário. A maior parte dos especialistas de hoje aceita essa noção. No entanto, há outra corrente de pensamento que enxerga essa dualidade – e, em retrospecto, a própria partilha – como o resultado de uma estratégia deliberada do governo mandatário, que se inclinava a favor dos judeus. Segundo essa corrente, havia, na Palestina, as sementes de uma economia e uma sociedade comum a judeus e árabes, que, sob o comando de um governo solidário, poderiam ter se desenvolvido no rumo da cooperação e da criação de uma sociedade única, em vez de separada. A culpa seria das políticas econômicas e de emprego das autoridades (por exemplo, a distinção entre a capacidade econômica da economia judaica e aquela do país como um todo), dos serviços separados de educação e saúde, dos municípios separados por etnia, e assim por diante. Essa política permitiu que os judeus cultivassem as

sementes de sua autonomia e de fato incentivou que se estabelecessem as bases de uma sociedade e uma identidade separadas.

Havia, portanto, alguma chance de que uma sociedade comum, árabe palestina e judaica, pudesse ter sido criada? Uma a uma, as ondas de violência traziam consigo ainda mais distanciamento e segregação entre essas comunidades nacionais, cada uma em seu território. Era cada vez mais raro existirem cidades e prédios compartilhados, cooperação nos negócios e até mesmo atividades de lazer em comum, algo que ocorria, em certa medida, durante o período otomano. As tentativas dos anos 1920 de estabelecer sindicatos compartilhados desapareceram na década de 1930. Embora durante a Segunda Guerra Mundial o desenvolvimento econômico tenha se acelerado na mesma velocidade para judeus e árabes, a comunidade árabe era – e na maioria dos casos continuou sendo – rural e tradicional, enquanto a maior parte da comunidade judaica, urbana e moderna. Dessa forma, cresceu a distância entre os dois povos.

Os oficiais mandatários encontravam-se na seguinte situação: deviam permitir que estrangeiros se assentassem e gerassem desenvolvimento na Palestina, ao mesmo tempo que trabalhavam para mudar as condições existentes, em prol desses mesmos estrangeiros. Essa conjuntura lhes parecia estranha e incompatível com sua tradição colonial. Teria sido diferente caso os colonos fossem ingleses, pois a colonização em países como Austrália, Canadá ou África do Sul fazia parte de sua herança colonial. Porém, na Palestina, cabia aos oficiais auxiliar estrangeiros arrogantes, que em sua maioria não falavam inglês, não sabiam se pôr em seus lugares e frequentemente reclamavam e faziam exigências. Com base em seus direitos sob o instrumento do Mandato, os judeus esperavam um tratamento preferencial por parte das autoridades, o que não aconteceu. Na melhor das hipóteses, o governo “era a favor” do estabelecimento de um lar nacional, conforme definia a Declaração Balfour, mas presumia que os judeus construiriam esse lar por conta própria.

A distância entre as expectativas dos judeus e a realidade era fonte constante de atritos. Na primeira década do Mandato, o ritmo da imigração

à Palestina acompanhou a capacidade de desenvolvimento econômico da comunidade judaica, condição que os judeus aceitaram na prática. Contudo, a partir da segunda década, a imigração se tornou o pomo da discórdia e o principal motivo de frustração sionista. O artigo 6 do instrumento do Mandato, que autorizava o assentamento judaico maciço, nunca foi implementado. Exceto por algumas terras insignificantes em regiões desérticas – como a área destinada às usinas de extração mineral do mar Morto –, os judeus não receberam terras do Estado para assentamento, conforme fora especificado nesse artigo. Até o fim do período do Mandato, todas as terras pertencentes aos judeus tinham sido compradas pelo preço integral.

Os judeus demandavam tarifas protecionistas para beneficiar a jovem indústria do país, mas isso representava custos de importação maiores para os árabes, que se opunham a tais medidas. Por outro lado, a manutenção de altos preços para os grãos na Palestina funcionava em prol dos camponeses árabes, mas afetava de modo negativo os moradores das cidades judaicas. Os judeus reclamavam que não eram empregados pelo governo de acordo com seu percentual na população, e certamente não de acordo com sua contribuição para o orçamento governamental. Apesar de reconhecer esse fato, o governo se recusava a pagar mais aos judeus do que aos árabes, que se dispunham a trabalhar por um salário mínimo. Esses são apenas alguns exemplos dos constantes conflitos de interesse entre judeus e árabes, ficando o governo no meio deles.

Conscientemente ou não, a política do governo mandatário de liberalismo econômico e não intervencionismo nas questões internas do país permitiu que a comunidade judaica estabelecesse um sistema muito sofisticado de autogoverno autônomo e preservasse sua identidade cultural peculiar. Quando a Comissão Peel concluiu que havia duas identidades nacionais distintas na Palestina, estava sobretudo reagindo à presença de dois sistemas educacionais separados, cada um ensinando seus alunos a serem leais a uma nação e à sua visão de mundo. O desenvolvimento econômico que se deu sob o Mandato ressaltava a disparidade entre a

economia judaica e a economia árabe: uma era dinâmica, inovadora e tendia para o empreendedorismo e para a indústria, enquanto a outra era rural, conservadora, disposta a aceitar a inovação, mas não a iniciá-la. As duas economias cresceram de forma impressionante, mas havia uma diferença enorme em termos de estilos e padrões de vida.

Embora tenha tentado criar uma lealdade e um senso de cidadania “palestinos” tanto entre os árabes quanto entre os judeus, o governo mandatário reconhecia a existência, na prática, de duas economias e duas sociedades. A separação entre as duas economias (apesar de alguns pontos de contato, cooperação e até mesmo interesses comuns, como no caso dos produtores de cítricos) refletia o desejo de ambos os lados de preservar suas particularidades, tradições e cultura. Conforme aumentaram as tensões entre judeus e árabes, o tecido de sua vida em comum – mesmo no modesto nível em que isso existia – se esgarçou. Neste ponto, a potência mandatária desistiu de tentar a conciliação entre as partes, assim como as partes se recusavam a acatar a autoridade britânica.

Os trinta anos de transição do período do Mandato possibilitaram que os judeus estabelecessem uma sociedade e uma economia próprias na Palestina. Sem as baionetas britânicas, a comunidade judaica não teria conseguido se desenvolver em tamanho e força até ultrapassar o ponto de não retorno. O desenvolvimento do nacionalismo árabe era consequência do desenvolvimento do lar nacional, e não se sabe se uma política britânica agressiva contra esse movimento – como pediam os ativistas judeus – poderia ter mudado a situação. Além disso, esse tipo de iniciativa contrariava a política colonial britânica tradicional. No que dizia respeito aos ingleses, a Palestina era uma colônia interessante mas especialmente trabalhosa. Quando seus custos de manutenção passaram a exceder os benefícios, o governo mandatário foi embora sem titubear. Para os judeus, esse foi o ponto crucial de um movimento nacionalista que não tinha mais para onde ir. Durante todo esse período, não houve debates significativos entre judeus e árabes. Os árabes não viam razão para renunciar à

propriedade exclusiva sobre o território da Palestina, ao passo que os judeus nada tinham a renunciar até aquele momento.

NOTAS

1. Yigal Elam. “Historia politit, 1918–1922” (História política, 1918–1922), *Toldot hayishuv hayehudi beEretz Yisrael meaz haaliya hashniya* (História da comunidade judaica na Palestina desde a Segunda Aliá), Moshe Lissak (org.), O período do Mandato Britânico, Parte I. Jerusalém: Academia Nacional de Ciência de Israel, 2001, p. 171; E. L. Woodward et al. (orgs.). *Documents of British Foreign Policy*, 4, Londres, 1952, p. 345.
2. 12 de novembro de 1939, Comitê Central do Mapai.
3. Nathan Alterman, “Mikol haamim” (De todas as nações). *The Seventh Column*, vol. 1. Tel Aviv: Hakibbutz Hameuhad, 1977, p. 9.
4. Nathan Alterman, “Ima, kvar mutar livkot?” (Mamãe, já posso chorar?). Tel Aviv: Am Oved, 1952, pp. 22–24.
5. Zipporah Porath. *Letters from Jerusalem, 1947–1948*. Scranton, PA: Temple Israel, 1998, p. 43.

IMIGRAÇÃO E ASSENTAMENTO DURANTE O PERÍODO DO MANDATO

“Tínhamos que partir e deixar tudo para trás, carregando nos ombros apenas uma mochila e vestindo roupas de exilados.” Essas são as palavras de abertura do poema “A necessidade”, de Uri Zvi Greenberg. O poeta explica a imigração à Palestina como resultado não da atração exercida pelo país, mas sim do poder expulsivo da Diáspora. “Tínhamos que partir. O chão gritava a nossos pés, as camas tremiam.” Mais adiante, Greenberg descreve o amor não correspondido pelo país que precisou abandonar:

Também tínhamos que odiar o que havíamos amado.
Amávamos a floresta, o córrego, o poço e o moinho
Amávamos as folhas que caíam, o peixe, o balde e a chalá,
e em segredo também amávamos o som de seus sinos
E até mesmo os jovens valentões de cabelo loiro quase branco.

E conclui com uma profecia da destruição iminente:

Tínhamos que sair dos vilarejos com pesar e olhar mais
uma vez com lágrimas nos olhos para as casas
Sabendo que um dia seriam incendiadas.¹

Esse poema, escrito em 1924, revela o sofrimento oculto dos imigrantes e a poderosa atratividade do mundo que deixaram para trás. Para entender a imigração e o assentamento no período entre as duas guerras mundiais, é preciso ter em mente a influência de duas forças opostas: a conexão profunda com a pátria física e cultural e o reconhecimento da necessidade existencial de abandonar casa, família e cultura. É impossível compreender o que se criou na Palestina sem entender a batalha psicológica travada por cada imigrante que se via sob a ação desses dois ímãs opostos.

No final de dezembro de 1919, o *SS Ruslan* ancorou em Jaffa, vindo de Odessa e trazendo 650 imigrantes. Mais tarde, o *Ruslan* ganhou *status* de *Mayflower* israelense, pois entre seus passageiros estavam intelectuais proeminentes da *intelligentsia* russo-judaica, bem como um grupo de jovens entusiasmados, porém sem um tostão. O desembarque marcou o início de uma onda imigratória que ficou conhecida na história sionista como Terceira *Aliá* (1919–1923), primeira das três ondas que chegaram durante o período do Mandato. As outras foram a Quarta *Aliá* (1924–1929) e a Quinta *Aliá* (1932–1936).

As distinções entre essas ondas refletem a percepção da natureza cíclica da imigração e dos altos e baixos econômicos que a caracterizavam. Cada *Aliá* tinha também uma imagem distinta, baseada não em dados estatísticos, mas em impressões e no discurso público. Assim, a Terceira foi chamada de *Aliá* dos pioneiros, e a Quarta, da classe média, embora estatisticamente a maioria dos imigrantes das duas não fossem pioneiros; e, na verdade, a Quarta *Aliá* incluía um número maior de pioneiros do que a Terceira. A Quinta *Aliá* entrou para a memória sionista como a *Aliá* alemã, ainda que a maioria de seus imigrantes – e também seus predecessores – viessem do Leste Europeu.

O começo da década de 1920 foi um período de muita esperança: a Declaração Balfour desencadeou correntes de entusiasmo quase messiânico entre os judeus russos. Pela primeira vez em sua história, o sionismo se tornou um movimento de massa; milhares de jovens entraram para o movimento Hechalutz (Pioneiro), criado por Joseph Trumpeldor na Crimeia

para treinar a juventude antes da imigração à Palestina. A Revolução Bolchevique e a violenta guerra civil que veio na sequência foram acompanhadas de terríveis *pogroms* por toda a Ucrânia, com estimativas variando de 100.000 a 200.000 judeus mortos.

A Revolução desencadeou um tremendo entusiasmo entre os jovens judeus, que viam os Vermelhos como seus defensores contra os Brancos, incitadores dos distúrbios antijudaicos. O espírito revolucionário inspirou o idealismo dos pioneiros, mas os *pogroms* fizeram aumentar a consciência de que aquela não era a Revolução dos judeus e que eles deveriam implementar na Palestina suas ideias de dar à luz um regime de igualdade e justiça. Na esfera das ideias e dos ideais, os jovens ficavam divididos entre abraçar a Revolução Mundial ou aderir ao sionismo. Na primeira metade do século XX, esses dois movimentos foram as principais forças opostas que atraíram a juventude judaica.

A guerra e a Revolução provocaram mudanças consideráveis na comunidade judaica russa. O antigo shtetl não existia mais, e, na Rússia soviética, as classes médias-baixas, a que os judeus pertenciam, se deterioraram. A prática religiosa era proibida, e os sionistas sofriam perseguição. Em contraste com os imigrantes da Segunda *Aliá*, que vinham de um mundo judaico tradicional, estável e de bases sólidas, os imigrantes da Terceira *Aliá* cresceram sob os destroços desse mundo. A maioria não conheceu os tradicionais vilarejos judaicos e não havia recebido educação judaica; seus ideais combinavam nacionalismo judaico e o desejo de melhorar o mundo. A juventude solteira deixou sua marca nessa *Aliá*: de 37.000 imigrantes, 14.000 eram solteiros. Não tinham posses, estavam prontos para enfrentar o trabalho braçal pesado e ávidos por construir uma nova sociedade na Palestina.

O início da década de 1920 foi também uma era de grande confiança no “atalho”. Assim como os soviéticos tinham pulado a fase do capitalismo – que, de acordo com a teoria marxista, deveria preceder a Revolução – e passado direto para uma sociedade socialista, o mesmo poderia acontecer com a Palestina. Como o país carecia de uma economia moderna e

desenvolvida, e a indústria ainda estava em seus primórdios, uma sociedade igualitária e justa poderia ser construída do zero, sem precisar enfrentar as provações e os tormentos do capitalismo. Essa crença, compartilhada tanto pelos veteranos da Segunda *Aliá* quanto pelos novatos da Terceira, baseava-se no fato de que a Palestina subdesenvolvida não era uma perspectiva sedutora para os mais abastados. No começo dos anos 1920, tudo indicava que o país seria construído a partir de capital nacional – dinheiro arrecadado por instituições sionistas como o Keren Kayemet (Fundo Nacional Judaico) e o Keren Hayesod [lit., fundo de construção, dedicado à construção do país), à disposição da Organização Sionista –, em território nacional, por grupos de pioneiros que atuavam de acordo com seus ideais. O movimento sionista tinha à sua disposição legiões de jovens pobres que desejavam construir o país e reconstruir sua vida e seu futuro nessa nova terra. Não havia outros candidatos disponíveis para criar o “lar nacional”; portanto, a Organização Sionista estava disposta a financiar o assentamento de trabalhadores. Essa foi a base da aliança entre a Organização Sionista comandada por Chaim Weizmann e o movimento de trabalhadores da Palestina.

Logo ficou evidente, no entanto, que a quantia levantada era muito menor do que a esperada. Na década de 1920, o movimento sionista tinha a seu dispor apenas 600.000 libras por ano, valor insuficiente para sustentar o assentamento maciço. Em vez de desenvolverem um assentamento extensivo no território nacional, os imigrantes da Terceira *Aliá* foram obrigados a ganhar a vida em obras públicas iniciadas por Herbert Samuel – mais especificamente, na construção de estradas. O trabalho nas estradas se tornou lendário, mas a mitologia não conseguia disfarçar o fato de que faltava à Organização Sionista capacidade financeira para assentar os pioneiros. Em 1923, quando o trabalho nas estradas chegou ao fim, a Terceira *Aliá* estava em crise.

O ano de 1924 trouxe consigo a Quarta *Aliá*, primeira onda de imigração em massa na história do sionismo. Em 1925, o país absorveu 285 novos imigrantes para cada mil judeus já assentados – recorde que permaneceu

intacto até mesmo durante os anos de imigração maciça que sucederam a fundação do Estado de Israel. No intervalo de dois anos, cerca de 60.000 imigrantes chegaram à Palestina. Essa *Aliá* refletiu uma mudança fundamental na migração judaica ao redor do mundo. Nos Estados Unidos, emendas às leis de imigração efetivamente fecharam os portões do país aos imigrantes judeus. A URSS, por sua vez, impôs restrições ainda maiores à imigração e depois, no fim da década de 1920, fechou completamente seus portões.

Essas duas mudanças determinaram as origens da migração judaica e também do capital humano da Palestina. O país se tornou um destino importante para os imigrantes judeus; e, nos anos 1930, foi o destino mais importante. A Polônia, pátria de mais de três milhões de judeus, era a principal fonte de migrantes. As leis propostas pelo primeiro-ministro polonês Wladislaw Grabski para estabilizar a moeda do país prejudicaram os comerciantes nas cidades, que em sua maioria eram judeus, e foi a instabilidade da classe média judaica que levou à quarta onda imigratória. Dessa vez, havia um grande número de famílias, e a idade média dos imigrantes era ligeiramente superior à daqueles que formaram a Terceira *Aliá*. Esses judeus de classe média moldaram a imagem da Quarta *Aliá* para a opinião pública.

Herbert Samuel decidiu que o governo mandatário supervisionaria a imigração de acordo com o critério de capacidade econômica. A Executiva Sionista aceitou o princípio de que a imigração deveria ser controlada e restringida, com medo de que a economia judaica entrasse em colapso, resultando numa crise profunda capaz de abalar a crença de que os judeus tinham condições de construir o país. Na verdade, o que limitou a imigração nos anos 1920 não foram os ingleses, mas as restrições orçamentárias da Executiva Sionista. O governo mandatário definiu quatro categorias de imigrantes. A primeira incluía pessoas de recursos, isentas de qualquer restrição. Para ser considerado uma pessoa de recursos, o candidato precisava depositar 500 (e depois 1.000) libras palestinas num banco, como prova. A segunda categoria consistia em estudantes ou funcionários

dedicados a questões religiosas; essas pessoas precisavam provar que tinham seu sustento garantido. Permitia-se que imigrassem sem nenhuma outra restrição. Na terceira categoria estavam familiares diretos de pessoas que já moravam na Palestina ou antigos residentes que estavam de retorno. Os que se encaixavam no primeiro caso precisavam provar que seus parentes tinham condições de sustentá-los. Essas três categorias eram controladas somente pelo governo mandatário.

A quarta categoria – de trabalhadores – foi objeto de disputa entre a Executiva Sionista e o governo. Os trabalhadores eram jovens pobres que precisavam ganhar seu sustento na Palestina a partir do trabalho. Para essas pessoas, a Organização Sionista havia garantido que não faltaria emprego na economia judaica. Contudo, a Executiva Sionista e o governo mandatário tinham opiniões divergentes quanto à questão da capacidade econômica. A cada seis meses a executiva submetia uma avaliação do “cronograma” (cota de imigração), e o governo geralmente aprovava um número de certificados de imigração muito menor do que o requisitado. Até 1936, era assim que se determinava a imigração para a Palestina.

Nos dois primeiros anos da Quarta *Aliá*, cerca de quarenta por cento dos imigrantes e de suas famílias caíram na categoria “pessoas de recursos”. Eram, sobretudo, indivíduos de classe média-baixa que usavam grande parte de seus bens para financiar a imigração, mas consideravam-se burgueses e buscavam um estilo de vida urbano, similar ao que tinham tido na Polônia. A maioria dos membros dessa *Aliá* foi para Tel Aviv – cidade que tinha vivenciado um *boom* sem precedentes na área da construção civil – e também para Haifa e Jerusalém. Se, durante a Terceira *Aliá*, tudo indicava que o país seria construído com capital público e pelas mãos de pioneiros socialistas, a partir desse momento surgiu uma nova possibilidade de concretizar o sionismo: através da classe média e do uso de capital privado. Embora a ideologia sionista enxergasse o assentamento agrícola como a alma da empreitada, a maioria dos imigrantes começava a trocar o campo pela cidade. A Palestina judaica tinha se tornado inequivocamente urbana.

A noção de que uma *Aliá* idealista construiria uma sociedade igualitária a partir do zero – voltada à agricultura, e portanto capaz de transformar a imagem do judeu, de comerciante e intermediário, para trabalhador braçal – foi por água abaixo devido ao capital nacional limitado e à presença inesperada de capital privado. O judeu de classe média se tornou um novo candidato à construção do país. A Quarta *Aliá* virou alvo de críticas virulentas por parte da imprensa trabalhista, e Weizmann acusou seus membros de terem transferido as ruas Dzika e Nalewki – ruas de Varsóvia que abrigavam comerciantes e mascates – para Tel Aviv.²

A origem desses aviltamentos provinha de uma dupla decepção: com a incapacidade de conseguir levantar capital nacional suficiente, e com a chegada de uma *Aliá* cujas características não atendiam às expectativas idealistas da esquerda. A Quarta *Aliá* provocou um longo debate entre os socialistas e os detentores de capital privado – os que defendiam a imigração seletiva de jovens, em consonância com o modelo dos pioneiros, *versus* aqueles que eram a favor da imigração irrestrita, para todos, refletindo a estrutura da comunidade judaica na Diáspora. Como a Organização Sionista não controlava a *Aliá* de pessoas com recursos, no fim das contas o debate se resumia a saber se a entidade apoiaria o assentamento urbano ou rural. O orçamento sionista dedicava mais de trinta por cento de seus recursos ao assentamento agrícola, enquanto menos de dez por cento iam para o assentamento urbano. Essa preferência decorria do desejo de estabelecer um novo povo judeu na Palestina, um povo que tivesse intimidade com a terra. Mas também decorria do desejo de controlar extensões relativamente grandes de terra, que formariam um continuum de assentamentos judaicos – as bases da soberania sobre o território. Era muito mais barato absorver imigrantes em centros urbanos do que em áreas rurais. O assentamento urbano também permitiu a absorção de muita gente que não era habituada ao trabalho braçal e que não pretendia mudar de estilo de vida. Contudo, do ponto de vista sionista, a aldeia não era apenas a imagem romântica da nova realidade; era também um fator fundamental para garantir os direitos de propriedade sobre o país.

O EMEK E O DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO AGRÍCOLA

A principal iniciativa de assentamento dos anos 1920 foi a do Vale de Jizreel, que ficou conhecida na mitologia do assentamento da Palestina como “o Emek” (Vale). Essa faixa de terra, que ia da planície costeira até o Vale do Jordão e criava um continuum com os assentamentos da Baixa Galileia do início do século XX, foi adquirida pelo agente fundiário sionista Yehoshua Hankin, sem aprovação prévia da Organização Sionista. A atitude provocou um acalorado debate na Executiva Sionista, pois Hankin usou uma parte significativa do escasso orçamento da organização. O Emek se tornou o lugar dos experimentos sociais e de assentamento daquela década. Foi lá que os ideais de alguns jovens ávidos por mudar o mundo vieram à tona e entraram em contato com as necessidades sionistas; criou-se, assim, uma síntese entre as duas coisas.

Em 1920, membros do movimento Hechalutz russo fundaram o Gedud Haavodá Joseph Trumpeldor (Batalhão de Trabalho). A transformação do Gedud Haavodá em comuna aconteceu durante o trabalho nas estradas, num campo próximo a Migdal. Para suprir as necessidades básicas dos trabalhadores após exaustivos dias de trabalho, ganharam vida uma cozinha, uma lavanderia e um refeitório comunitários. O trabalho era feito por empreitada, por grupos de trabalhadores em que os mais fortes trabalhavam pelos mais fracos e o pagamento era distribuído igualmente. O Gedud Haavodá era uma entidade não seletiva, aberta a qualquer pioneiro que dela desejasse participar.

Nesse momento histórico, quando parecia que a utopia era concretizada na Rússia, esses jovens acreditavam que também tinham a chance de estabelecer uma “Comuna geral de trabalhadores judeus na Palestina”, sem propriedade privada e com um único bolso para todos. Tratava-se de um socialismo da pobreza: havia escassez de tudo, as condições de vida eram duras, mas a elevação espiritual que os pioneiros extraíam da noção de que estavam construindo uma nova sociedade compensava as dificuldades que

enfrentavam e a saudade que sentiam. O sentimento de união e o êxtase de dançar à noite contrabalançavam os sofrimentos e as adversidades. Uri Zvi Greenberg perpetuou o espírito daqueles dias nos seguintes versos:

Lembre-se, Deus
Daqueles rapazes e moças
Sem pai nem mãe, aqui
Como um exército em combate
E a enxada cortou
Feito uma espada a carne de Filístia
E o rolo compressor foi conduzido
Como a carruagem do Messias...³

Em 1922, quando teve início o assentamento no Emek, o Gedud Haavodá estava disponível para o trabalho e fundou dois *kibutzim*: o Ein Harod e o Tel Yosef. O *kibutz* foi uma ideia inovadora de Shlomo Lavi (Levkovich), da Segunda *Aliá*. Levkovich desenvolveu a “grande *kvutzá*”, reminescente do pensamento do socialista utópico francês Charles Fourier. As *kvutzot* fundadas durante a Segunda *Aliá*, Degania e Kinneret, baseavam-se num modelo de intimidade quase familiar. Quando Degania ultrapassou algumas dezenas de membros, dividiu-se em Degania Alef e Degania Bet. Embora se esperasse que a *kvutzá* fosse uma espécie de família estendida, na prática o excesso de intimidade se provou penoso e criou muitos atritos, levando à saída de muita gente e a abalos nas relações. Lavi acreditava que a grande *kvutzá* evitaria a invasão de privacidade e permitiria que diferentes tipos de pessoas se adaptassem, prevendo a construção de *kvutzot* de mil membros, homens e mulheres, um número considerado à época ilusório. Ele procurou reunir agricultura e indústria sob o teto comum da *kvutzá*, de modo que qualquer um pudesse encontrar um emprego adequado. Lavi também acreditava que o grande porte permitiria a exploração racional dos meios de produção e tornaria a *kvutzá* rentável. Sua ampla estrutura tinha sido,

inclusive, projetada para facilitar a vida cultural. O Gedud Haavodá assumiu para si a tarefa de estabelecer a grande *kvutzá*.

Beit Alpha foi fundada a leste de Ein Harod e Tel Yosef, com a participação de outra organização da Terceira *Aliá*, o Hashomer Hatzair. Enquanto o Gedud Haavodá consistia sobretudo em gente entusiasmada, porém com pouca instrução, oriunda da Rússia, os jovens do Hashomer Hatzair vinham da Galícia e da Polônia. Pertenciam à classe média alta, tinham completado o ensino médio e acreditavam nas doutrinas anarquistas e na psicanálise freudiana. Em seus primeiros anos na Palestina, dedicaram muito tempo ao exame de consciência e à busca de sentido. O assentamento em Beit Alpha, e depois em Merhavia e Mishmar Haemek, fez parte de seu processo de amadurecimento, quando os jovens saíram da adolescência para se adaptar à vida na Palestina. Eles acreditavam que uma doutrinação prévia era pré-requisito para se tornar membro do *kibutz* e mantinham uma política seletiva de admissões. Várias outras *kvutzot* se estabeleceram no Emek; assim como os *kibutzim* do Hashomer Hatzair, sua instalação representava uma espécie de conciliação entre os estreitos limites da “pequena *kvutzá*”, como Degania, e a “grande *kvutzá*”, como Ein Harod ou Tel Yosef.

Nas terras da porção oeste do Emek, iniciou-se uma forma diferente de assentamento, conduzida por um grupo de veteranos da Segunda *Aliá* que haviam saído de Degania. Eles se opunham ao estilo de vida da *kvutzá*: acreditavam que sua constituição enfraquecia a família natural e a relação íntima entre os agricultores e suas terras, uma relação fundada na unidade de terra familiar. Foram esses veteranos que fundaram o primeiro *moshav*, Nahalal, que visava a estabelecer um grupo de pequenos agricultores radicados numa terra a ser trabalhada pela família. O Nahalal foi fundado com base no princípio de ajuda mútua entre os membros e na comercialização conjunta de toda a produção. As casas foram construídas em círculo, bem próximas umas das outras, com terrenos atrás de cada uma delas. Esse arranjo criava proximidade física entre as famílias e preservava o

espírito comunitário segundo o qual os membros eram responsáveis uns pelos outros.

Todas as formas de assentamento agrícola no Emek baseavam-se na lição que os membros da Segunda *Aliá* haviam aprendido: como evitar que os agricultores se sentissem tentados a empregar mão de obra contratada, o que representava uma abertura para a mão de obra árabe. Seriam compartilhadas a autoridade e a propriedade da terra, e haveria proibição total de contratar mão de obra – esses eram os controles previstos para garantir o caráter sionista do assentamento. Na década de 1920, o *moshav* foi considerado o limite ideológico para o assentamento de trabalho; para além dele, afirmava Ben-Gurion, o que havia era o capitalismo.

O Gedud Haavodá e o Hashomer Hatzair eram organizações juvenis sionistas em busca da aventura pioneira e do desafio socialista. As formas inovadoras de assentamento no Emek lhes permitiram sentir que participavam da construção de um novo mundo. No início da década de 1920, acreditavam que seu idealismo garantiria à empreitada sionista como um todo uma tendência socialista, mas a crise da Terceira *Aliá* e a chegada da Quarta *Aliá* lhes deram a noção de que o empreendimento sionista não poderia evitar o estágio capitalista de desenvolvimento social e econômico. Para muitos, esse foi o ponto de ruptura. O que deveria ter prioridade? O mais importante era concretizar o sionismo, ainda que isso significasse aceitar algumas formas de capitalismo, ou era preferível imigrar para um lugar onde uma sociedade verdadeiramente igualitária estaria em formação? Alguns membros do Gedud Haavodá, liderados por Mendel Elkind, decidiram voltar à União Soviética, na esperança de estabelecer a sociedade ideal por lá, mas a grande maioria preferiu abraçar os objetivos do sionismo. Adiaram os planos de estabelecer uma sociedade socialista para o momento em que a Palestina conseguisse atingir uma maioria judaica.

Enquanto isso, o idealismo desses jovens foi de grande proveito na mais complexa das missões sionistas. A organização coletivista, a disciplina interna e a mobilidade permitiram que o assentamento se desse em cantos remotos e perigosos do país, onde o clima era inclemente. Os *kibutzim*

estavam na vanguarda da empreitada sionista por toda a Palestina. A orientação sionista para a ação concreta, em contraposição à teoria, satisfazia as aspirações de jovens idealistas que queriam dedicar suas vidas à sociedade e à nação. O assentamento coletivo deu ao movimento sionista uma incrível ferramenta de mobilização que se definia em termos socialistas e se colocava à disposição da empreitada sionista para todas as tarefas de “conquista”. Quanto mais centralizado e disciplinado o *kibutz*, maior a disposição para se engajar em objetivos nacionais.

Essa combinação entre aspirações socialistas e nacionalistas insuflou de uma energia peculiar os membros dos *kibutzim*, *kvutzot* e *moshavim*, tornando-os os pioneiros da empreitada sionista, sempre à disposição da Haganá, da Histadrut e da Executiva Sionista. O *ethos* do pioneiro está associado à figura do membro do *kibutz*, o lavrador da terra, que serve à nação dia após dia em seu trabalho braçal, nas terras do país, em sua disposição para viver em meio à pobreza, à privação, e arriscar sua vida e a de sua família ao se assentar em regiões perigosas. A distribuição dos *kibutzim* ao longo da extensão da fronteira norte, no Vale de Beit Shean e no deserto do Negev, tornou o assentamento judaico geograficamente contíguo em toda a Palestina e acabou determinando as fronteiras do Estado.

Devido às limitações financeiras, o assentamento agrícola se desenvolveu a passos lentos. Até o fim do período do Mandato, a oferta de terras árabes à venda era maior do que a capacidade dos judeus para comprá-las. Ao assentamento no Emek, seguiram-se o assentamento no Vale do Hefer e depois o da área da baía de Haifa. O aumento substancial dos assentamentos veio em seguida ao relatório da Comissão Peel de 1937, que se concentrou na conexão entre as futuras fronteiras do Estado judeu e a distribuição geográfica dos assentamentos. O Vale de Beit Shean, território estatal que tinha sido cedido por Herbert Samuel aos beduínos da região, foi comprado deles pelo Fundo Nacional Judaico. Lá, o assentamento rapidamente teve início. A Galileia ocidental e a fronteira norte também foram colonizadas, com uma mistura de assentamentos privados (Nahariya) e coletivos (Hanita, Shavei Zion, Yechiam). Durante a luta contra os ingleses e após a Segunda

Guerra Mundial, onze pontos novos foram colonizados no Negev, contando com a assistência do aqueduto construído pela companhia de fornecimento de água Mekorot. Essas regiões perigosas, afastadas das grandes concentrações de assentamento judaico, foram povoadas por *kibutzim* (ver Mapa 3).

Na década de 1920, ainda não estava clara a abrangência da contribuição dos assentamentos de trabalho para o empreendimento sionista. No décimo quarto Congresso Sionista, em Viena, Heschel Farbstein, do partido Mizrahi, que se considerava um representante da classe média, chamou os membros dos *kibutzim* de *kest kinder*, ou seja, aproveitadores vivendo à custa dos míseros fundos da Organização Sionista. Os mesmos fundos que vinham sendo negados aos milhares de judeus que tentavam entrar pelos portões da Palestina. No final da década de 1920, um comitê de especialistas examinou a situação dos assentamentos e deu um veredito mortal, afirmando que o *kibutz* era uma estrutura social incompatível com os desejos humanos, especialmente com os dos judeus. Seu veredito sobre o *moshav* foi mais brando, pois essa estrutura tinha maior sintonia com o pensamento tradicional. O debate sobre a viabilidade econômica dos assentamentos de trabalho prosseguiria por muitos anos, e, a bem da verdade, nunca terminou. O investimento per capita nos *kibutzim* era muito maior do que nas cidades, mas é improvável que fosse maior do que os investimentos nas *moshavot*, que na década de 1920 eram prósperas e bem-sucedidas economicamente. Essas pequenas áreas de assentamento eram usadas como prova do sucesso da fazenda de propriedade privada – embora não se mencionassem os vultosos investimentos do barão de Rothschild e da JCA antes de se alcançar esse sucesso.

Tel Aviv passou a contrastar com o Emek como modelo de absorção de imigrantes e de construção do país. De pequena cidade-jardim com cerca de 2.000 habitantes, em 1925 tinha se transformado em vibrante município, com uma população de 34.000 habitantes; em 1931, esse número havia subido para 46.000. O rápido crescimento da cidade nas dunas de areia elevou o receio daqueles que esperavam que o sionismo não apenas levaria o

povo judeu da Diáspora para a Palestina como também deixaria uma mudança fundamental na imagem do judeu. Com seus especuladores imobiliários e o comércio estridente de suas ruas, Tel Aviv se assemelhava a Varsóvia ou Lvov, transplantadas na Palestina. Refletia a tendência dos judeus de optarem pela vida nas cidades, de evitarem o trabalho braçal e seu desejo de uma simples mudança geográfica – em oposição a mudanças revolucionárias – que lhes permitisse viver em meio a outros judeus. Um dos atrativos de Tel Aviv é que se tratava de uma cidade quase que inteiramente judaica. No entanto, sua imagem urbana pequeno-burguesa contribuiu para os temores de todos aqueles que queriam ver surgir o novo judeu. Numa célebre análise crítica sobre a Quarta *Aliá*, Chaim Arlosoroff sustentou que não era o assentamento urbano – por mais numeroso que fosse – que determinaria o futuro do país, e sim o assentamento agrícola. Ele descreveu a colonização da terra, com o lavrador profundamente arraigado ao solo, em contraste radical com a *Aliá* imprevista que talvez fornecesse uma solução para o judeu em termos individuais, mas não ajudaria a moldar a nação judaica na Palestina.⁴

Apesar de toda a pregação, e da grave crise econômica que atingiu Tel Aviv no final da Quarta *Aliá* – quando um terço dos trabalhadores da cidade ficaram desempregados –, em 1931 apenas 19% dos judeus da Palestina viviam em assentamentos agrícolas, e, com o tempo, esse percentual diminuiu ainda mais. As três principais cidades – Tel Aviv, Haifa e Jerusalém – compunham o triângulo fundamental do assentamento judaico. Essa configuração refletia também o fato de que a maior parte do capital usado na construção do país era privado. Em 1925, foram investidos em Tel Aviv 2 milhões de libras, uma quantia com a qual o assentamento de trabalho só podia sonhar. Entre 1918 e 1937, chegaram ao país 75 milhões de libras palestinas sob a forma de capital privado, ao passo que angariou-se apenas a quantia de 20 milhões em capital nacional. Dada essa realidade, havia uma espécie de “divisão de trabalho” entre o capital nacional, que ia para lugares evitados pelo capital privado, e o capital privado, que ia para as cidades e

para as plantações costeiras de cítricos. O modelo de Tel Aviv era compatível com o capital privado, enquanto o capital nacional ia para o Emek.

No final da década de 1920, o empreendimento sionista na Palestina sofreu sua pior crise econômica, que acabou se tornando uma crise da confiança na capacidade do movimento sionista de obter êxito como iniciativa de assentamento. Concentrada em Tel Aviv, a crise foi causada pelo fim do fluxo de capital polonês, que havia passado por uma desvalorização por conta de mudanças econômicas na Polônia. Inúmeros imigrantes foram à falência, tornando-se incapazes de cumprir suas obrigações. Em 1928, deixaram a Palestina o dobro de pessoas que imigraram para lá. A recuperação econômica começou em 1929 e ganhou força em 1931, após a publicação da Carta MacDonald.

Desde a Segunda *Aliá*, os colonos judeus buscavam um produto agrícola para servir de base da economia. Seus experimentos com culturas arvenses não deram certo. Em seguida, depositaram as esperanças na viticultura, que também fracassou. Foram plantadas amendoeiras, para depois serem arrancadas. Experiências com o cultivo de tabaco, na década de 1920, tampouco prosperaram. O que despontou como “produto mais precioso” da agricultura do país foram as frutas cítricas. Os primeiros a se dedicaram a esse tipo de plantio foram os árabes de Jaffa, que criaram a marca “laranjas de Jaffa”. Os judeus começaram a plantar pomares de cítricos na Segunda *Aliá*, sobretudo em Petach Tikva e Rehovot, e o plantio prosseguiu durante o período do Mandato. Ambas as economias – judaica e árabe – aceleraram o desenvolvimento da indústria de frutas cítricas; apenas em 1931 a área de plantações judaicas se igualou à dos árabes. Os pomares concentravam-se principalmente nas regiões de Samária e Sharon, onde tinha sido descoberta água subterrânea a uma profundidade acessível, e onde o solo era adequado. A indústria de frutas cítricas, que na década de 1930 constituía o principal setor agrícola e de exportação da Palestina, pautava-se na propriedade e iniciativa privadas.

A produção de cítricos envolvia riscos consideráveis. Dependia da demanda do mercado externo e era afetada pelas mudanças econômicas da

Europa. A competição com as laranjas espanholas era constante. O plantio sem controle de novos pomares trazia o receio de haver excedente de produção, o que se mostrou verdadeiro no fim do período. Após 1937, a indústria entrou em crise devido à redução na demanda, e, quando, durante a Segunda Guerra Mundial, o frete marítimo ficou interrompido, os produtores precisaram da ajuda do governo para manter as plantações. Porém, assim que a situação econômica se estabilizou e as exportações prosseguiram, o caso das frutas cítricas foi considerado uma história de sucesso da agricultura privada na Palestina.

Em contraste com Tel Aviv, que parecia incorporar o estilo de vida da Diáspora, a indústria de cítricos simbolizava o trabalho com a terra, a proximidade com a natureza, a experiência palestina por excelência. Como já se comentou, Tel Aviv sofreu com o desemprego maciço durante a crise da Quarta *Aliá*, mas as *moshavot* continuaram florescendo, sem abalos. O problema era que as *moshavot* que cultivavam frutas cítricas, sobretudo a maior delas, Petach Tikva, empregavam árabes. Por estar convencido de que o assentamento de trabalho espalharia comunidades socialistas pelo país, o movimento trabalhista desistiu de lutar pela mão de obra judaica nas *moshavot* antigas. Porém, com a mudança de perspectiva após a Quarta *Aliá*, e mais especificamente com o desemprego urbano que acabou levando milhares de trabalhadores para as *moshavot*, a luta pela mão de obra judaica foi renovada no fim dos anos 1920.

Para o movimento trabalhista, essa luta – que desgastou as relações entre agricultores e trabalhadores, mas não evitou que se contratassem árabes para colher frutas nas *moshavot* – foi retratada como prova de que o capital privado não contribuiria para construir o país e concretizar o sionismo. Seu único objetivo era o lucro, e os proprietários não estavam dispostos a fazer o sacrifício financeiro necessário para que esse capital pudesse ser usado na construção do país. A premissa de que a mão de obra árabe nos campos judaicos representava o triunfo do egoísmo de classe sobre o interesse nacional era amplamente aceita entre a população judaica, até mesmo por aqueles que não compartilhavam da perspectiva socialista da esquerda.

Assim, por exemplo, a União Nacional dos Agricultores, composta de agricultores das *moshavot* mais jovens da região de Sharon, cujos pomares só começaram a dar frutos na década de 1930, tinha por princípio não empregar árabes, pois se identificava com os argumentos nacionalistas dos trabalhadores. Por outro lado, os agricultores das *moshavot* mais antigas, que empregavam mão de obra mista – da qual cerca de um terço era composta de judeus –, alegavam que a diária de um trabalhador judeu era o dobro da diária de um árabe, e, num setor baseado na exportação, inserido num mercado global desprotegido, os agricultores judeus não tinham como arcar com essa disparidade. O debate ajudou a elevar o prestígio dos trabalhadores que estariam se sacrificando para construir o país, em contraste com a imagem negativa dos agricultores, embora eles trabalhassem a terra e tivessem ajudado nos assentamentos.

Basear a economia das *moshavot* nas frutas cítricas era uma forma diferente de concretizar o conceito do barão de Rothschild no período otomano: monoculturas modernas, voltadas à exportação. Em 1936, as frutas cítricas respondiam por mais de oitenta por cento de tudo o que a Palestina exportava. Porém, as desvantagens desse tipo de economia eram muito similares às da viticultura: dependência de mercados externos, necessidade de empregar muitos trabalhadores na época da colheita e uma queda abrupta dessa necessidade nas entressafras. A demanda por um grande número de trabalhadores inexperientes em curtos períodos não podia ser a base de uma classe trabalhadora agrícola e judaica na *moshavá*. Com os anos, aumentou o número de trabalhadores judeus morando nas *moshavot*, mas a maioria deles encontrou trabalho na construção civil, na área de serviços e na indústria relacionada à agricultura. A urbanização das *moshavot* reduziu a importância de suas fazendas e tornou possível consolidar a população de trabalhadores judeus, embora os trabalhadores árabes continuassem a trabalhar nos pomares de frutas cítricas.

O assentamento de trabalho adotou um modelo de agricultura mista: culturas arvenses (sobretudo grãos), pomares, legumes, galinhas e laticínios. Os produtos agrícolas permitiriam que o assentamento fosse autossuficiente,

sem ter de depender do mercado, enquanto qualquer excedente iria para as cidades, em especial o excedente de laticínios. Esse modelo agrícola pretendia evitar que se empregasse mão de obra contratada, em larga escala, durante a alta estação, e, se fosse necessário, em épocas de colheita haveria uma mobilização interna de pessoas para ajudar no *kibutz* ou *moshav*. Além disso, o fornecimento de produtos agrícolas frescos para as cidades deixava os centros judaicos menos dependentes da economia árabe. Essa abordagem levou ao desenvolvimento de uma agricultura moderna e sofisticada que se tornou fundamental para a provisão de alimentos após a criação do Estado. Durante o período do Mandato, no entanto, as vantagens do modelo foram alvo de debate.

A maioria dos trabalhadores foi para as cidades buscar formas de se sustentar. Durante a crise de 1926–1928, alguns encontraram trabalho nas *moshavot*, mas, assim que as cidades começaram a se recuperar, eles logo trocaram a agricultura pela construção civil. Num país de imigrantes, a construção civil é um dos principais motores da economia. O aumento populacional e dos padrões de vida exigia uma ampliação em larga escala desse setor. O rápido crescimento visto no período da Quarta *Aliá* (1924–1929) teve origem nos projetos de construção civil, enquanto a saída para a crise seria marcada pela renovação imigratória em 1931 e 1932, que trouxe consigo novas construções. A partir de 1932, algumas lideranças dos trabalhadores levantaram a voz para reclamar que muita gente estava trocando o trabalho agrícola pelos empregos nas construções, onde se ganhava mais que o dobro em termos de remuneração diária. A carência de trabalhadores judeus nas *moshavot* continuou até o fim do período próspero, em 1936, mas daí em diante a economia de frutas cítricas entrou numa crise severa, da qual só se recuperou com o fim do conflito mundial.

A prosperidade do período entre 1932 e 1936 marcou uma inversão de papéis entre a Palestina e a Diáspora. Na década de 1920, o empreendimento sionista na Palestina dependia dos judeus de todo o mundo para atrair recursos humanos, capital e influência política. Em 1931, a pressão exercida pelos judeus da Diáspora foi um dos fatores que levaram o governo

britânico a engavetar o Livro Branco de Passfield, dando uma trégua ao lar nacional. Embora as contribuições ao Keren Hayesod não tenham atingido as expectativas, serviram de esteio para o assentamento de trabalho. A profunda crise econômica que atingiu a Palestina no fim da década de 1920 ocorreu numa época em que a instabilidade política da Europa pós-Primeira Guerra já havia diminuído e o crescimento econômico fora retomado. Com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, da noite para o dia a estabilidade e o crescimento foram substituídos por uma crise econômica mundial. A Europa entrou num período de depressão econômica, desemprego, convulsões sociais e ondas de choque político. Na Alemanha, teve início a luta entre esquerda e direita, culminando com a ascensão dos nazistas ao poder, em janeiro de 1933. Na Palestina, por outro lado, as incertezas de 1929–1931 foram substituídas por certa tranquilidade, estabilidade política e crescimento econômico. A chegada do novo alto-comissário, Arthur Wauchope, marcou o início de um período em que a Palestina, em vez de depender da Diáspora, tornou-se um lugar de refúgio para as massas de judeus que buscavam abrigo. Elas precisavam escapar do pesadelo que assolava a Europa.

Num intervalo de quatro anos, a população do Yishuv mais que dobrou (uma estimativa de junho de 1927 calculava 150.000 judeus; o censo de novembro de 1931 registrou 174.610; uma estimativa de dezembro de 1936 falava em 384.000; e uma, de dezembro de 1939, indicava 474.000). A maioria dos imigrantes vinha da Polônia, o maior polo demográfico do povo judeu, mas cerca de 50.000 vinham da Alemanha e tinham um perfil social diferente daqueles da Europa Oriental. Já fazia muitas gerações que os grupos que viviam na Alemanha viviam numa sociedade ocidental desenvolvida, como minoria que compartilhava de direitos iguais. Muitos tinham educação universitária. Quinze por cento eram médicos, engenheiros, advogados e outros especialistas. Essas pessoas elevaram o nível da Universidade Hebraica e também dos setores bancário e financeiro. A arquitetura Bauhaus deixou sua marca em Tel Aviv. Os padrões de higiene e estética no setor de consumo melhoraram substancialmente. Os padrões

de consumo se aperfeiçoaram: surgiram lojas de departamento modernas, delicatessens, cafés cujos doces eram muito superiores aos que se encontravam antes no comércio local.

Mais de um terço dos imigrantes alemães foi classificado como “pessoa de recurso”. Alguns chegaram com a modesta quantia de 1.000 libras palestinas (uma exigência para receber o certificado de imigração nessa categoria), enquanto outros chegaram com somas muito superiores, investidas no assentamento agrícola ou na indústria. Segundo estimativas aceitas, um capital de cerca de 50 milhões de libras palestinas aportou no país durante esses anos, sendo oitenta por cento dele privados. Metade foi investido na indústria e no comércio. O fluxo de capital viabilizou a prosperidade econômica daquele período e também fez com que aumentasse o número de imigrantes incluídos “no cronograma”, uma vez que a nova produção econômica criava uma demanda por trabalhadores.

Uma das formas de transferir os ativos dos imigrantes alemães foi por meio do Acordo de Transferência, assinado em 1933 entre o governo alemão e organismos sionistas não oficiais, mas com o conhecimento da Executiva Sionista. O dinheiro depositado por judeus na Alemanha era usado para comprar bens alemães, a serem importados para a Palestina, e, na Palestina, o dinheiro era restituído a seus detentores, em moeda local. Os alemães se beneficiavam dessa promoção de suas exportações – e porque o acordo oferecia um caminho para se verem livres dos judeus –, ao mesmo tempo que os judeus alemães que tentavam escapar à armadilha nazista podiam salvar alguns de seus bens. A Executiva Sionista enxergava o Acordo de Transferência como um importante canal para atrair o capital necessário à construção do país. No entanto, o tratado foi duramente criticado no mundo judaico. A política nazista de discriminação e desvalorização dos judeus da Alemanha tinha inspirado um movimento judaico internacional de boicote aos produtos alemães. O Acordo de Transferência feria o boicote e aparentemente legitimava a expulsão dos judeus da Alemanha. Quando ficou provado que o boicote não conseguia alcançar seus objetivos e que os nazistas vinham enrijecendo sua política antijudaica, a oposição ao acordo

diminuiu. Na verdade, os judeus alemães o encaravam como rota de fuga num momento fatídico. O Acordo de Transferência levou cerca de 8 milhões de libras palestinas ao país, algo em torno de um por cento dos bens dos judeus da Alemanha em 1933. Para os judeus que tiveram sua imigração facilitada, foi uma grande quantia.

O ano de 1936 trouxe uma grave crise econômica para a Palestina, que perdurou até 1941. Suas causas estavam na Revolta Árabe, no declínio do capital que chegava ao país e nas restrições à imigração estabelecidas pelo governo mandatário, que havia definido um limite político para o assunto desde 1937. Em 1940, havia um desemprego de 12 por cento na comunidade judaica, mas essa maré baixa foi rapidamente substituída por um surto de crescimento durante os anos de guerra, que atingiu uma média de dez por cento ao ano. Impulsionado pela grande demanda do Exército britânico por produtos agrícolas e industriais, o crescimento beneficiou tanto a economia judaica quanto a economia árabe. O Oriente Médio se tornou um importante centro de abastecimento para as forças aliadas. A suspensão das importações durante a guerra incentivou o desenvolvimento da indústria local. Tinham chegado ao fim os gloriosos dias da agricultura como principal setor empregador. A indústria em expansão passou a empregar aproximadamente um terço da mão de obra judaica. O desenvolvimento industrial contou com a ajuda do maquinário que chegou ao país por meio do Acordo de Transferência, e os imigrantes alemães com talento acadêmico e habilidades técnicas foram alguns dos principais protagonistas desse desenvolvimento. O Yishuv se engajou no esforço de guerra aliado, recrutando cerca de 27.000 jovens, homens e mulheres, e fornecendo peças de reposição, equipamento ótico e suprimentos médicos para a máquina de guerra britânica.

A transição para uma economia de paz, no pós-guerra, foi marcada pelo crescimento contínuo, decorrente da retomada do mercado de frutas cítricas e do aumento das exportações, bem como das licenças que eram concedidas para a construção privada – que fora proibida durante os anos de guerra –, o que impulsionou uma enorme demanda por novas moradias. O crescimento

desses setores neutralizou a diminuição da demanda por parte do Exército britânico.

Os processos de imigração e assentamento nos trinta anos do Mandato abriram caminho para a criação, na Palestina, de uma sociedade judaica perene. O crescimento da população judaica – de 56.000 para 650.000 judeus –, o estabelecimento de uma fértil economia agrícola e industrial e a distribuição dos assentamentos judaicos por todo o país formaram as bases de sustentação para o Estado judaico.

NOTAS

1. Uri Zvi Greenberg, “Hahekrach” (A necessidade), *Beemtza haolam uveemtza hazmanim* (No meio do mundo, no meio dos tempos). Hakibbutz Hameuhad, 1979, pp. 30–31.
2. Réplica de Weizmann no debate político no décimo quarto Congresso Sionista em Viena, 23/8/1925, in *The Letters and Papers of Chaim Weizmann*, B. Litvinoff (org.). Series B, I, Jerusalém: Israel Universities Press, 1983, p. 454.
3. Uri Zvi Greenberg, “Hazon ehad haligionot” (A visão de uma das legiões), *Beemtza haolam uveemtza hazmanim* (No meio do mundo, no meio dos tempos), Hakibbutz Hameuhad, 1979, p. 85.
4. Chaim Arlosoroff, “Lehaarakhat haaliya hareviit” (A Quarta Aliá: uma análise), 1925, *Kitvei Chaim Arlosoroff* (Os escritos de Chaim Arlosoroff), vol. 3. Tel Aviv: Stiebel, 1934, pp. 107–118.

O YISHUV COMO ESTADO NASCENTE

Durante o período do Mandato, a sociedade judaica na Palestina estava relativamente organizada e funcionava sem uma autoridade legal. Conseqüentemente, a preservação de sua autonomia exigia um sistema de acordos e ajustes, boa vontade e disposição para ceder. Era, também, o momento de se construir a nação, quando a capacidade de mobilizar os indivíduos e as massas se mostrava imprescindível para fazer avançar a agenda nacional. Forjar com autoridade uma liderança e garantir que o público obedecesse, sem coerção, a uma autoridade era o segredo para organizar o Estado nascente.

O artigo 4 do instrumento do Mandato dizia: “Uma agência judaica relevante deve ser reconhecida como organismo público cujo propósito é aconselhar e cooperar com a administração da Palestina nos assuntos econômicos, sociais e outros que possam afetar o estabelecimento do lar nacional judaico e os interesses da população judaica na Palestina.” Na prática, a Executiva Sionista preencheu esse papel. A Agência Judaica foi criada em 1929, com metade de seus membros oriundos da Executiva Sionista. A outra metade era composta de judeus magnatas não identificados como sionistas, mas dispostos a ajudar na construção do lar nacional. Weizmann esperava, dessa forma, arrecadar capital judaico para construir o país, mas a agência não conseguiu cumprir essa expectativa. Logo após sua fundação, houve a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, e os mais abastados passaram a se preocupar com outras questões. Daí em diante, embora tenham se mantido as fachadas da Executiva da Agência Judaica e

da Executiva Sionista, as duas eram na verdade um único organismo, e o presidente da Executiva Sionista também presidia a Executiva da Agência Judaica.

No início da década de 1920, a Organização Sionista funcionava como organização de notáveis, sem controle popular. Weizmann, portanto, conseguia atuar como presidente sem ter atrás de si um partido político. Pela mesma razão, um grupo com prestígio mas sem apoio popular – encabeçado pelo juiz da Suprema Corte de Justiça dos Estados Unidos Louis Brandeis, líder dos sionistas americanos – causou tumulto no Congresso Sionista de 1920, ao exigir que os princípios norteadores da organização fossem alterados e se tornassem estritamente capitalistas (a tentativa fracassou). Essa estrutura oligárquica desapareceu em uma década. No congresso da Basileia de 1931, os representantes pertenciam a blocos políticos com nítidas características de esquerda, direita e centro. A mudança foi resultado do surgimento, dentro do movimento sionista, de partidos políticos que representavam as massas. Os de maior destaque eram o bloco de esquerda liderado pelo Mapai (acrônimo para Partido dos Trabalhadores de Eretz Yisrael) e o bloco de direita liderado pelos Revisionistas.

No início desse período, a Organização Sionista estava no auge de seu poder, envolvida numa aura de triunfo desde a Declaração Balfour. Quando a Comissão Sionista, representando a Executiva Sionista, chegou à Palestina em 1918, representantes do Yishuv pediram para participar da comissão, mas Weizmann, que a presidia, negou. Ele alegou que a Executiva representava o povo judeu, e não o pequeno e frágil Yishuv. Essa relação mudou quando o Mapai assumiu a liderança da Organização Sionista, na década de 1930, e o centro de gravidade da atividade sionista migrou de Londres para Jerusalém. A mudança foi marcada, simbolicamente, pela substituição do alemão pelo hebraico como língua oficial da Executiva Sionista.

A autonomia do Yishuv foi construída em torno do Knesset Yisrael (Assembleia Judaica), organismo que englobava todos os judeus da Palestina, exceto aqueles que não queriam participar. Seus membros

elegeram uma Assembleia de Representantes, que por sua vez elegeu um Comitê Nacional a partir de seus quadros. O Knesset Yisrael dividia-se entre religiosos e seculares, direita e esquerda, moderados e ativistas, e nunca se tornou uma instituição centralizada de prestígio e influência. Um exemplo dessas divisões e de seu efeito destrutivo para a autoridade do Knesset Yisrael foi a controvérsia que envolvia o direito das mulheres de votar e serem eleitas. As mulheres votavam nas eleições do Congresso Sionista e foram eleitas representantes antes mesmo de conquistarem esse direito pelas legislaturas ocidentais. No novo Yishuv, era universalmente aceito que as mulheres tivessem o mesmo *status* dos homens, mas esse princípio não era reconhecido pelos ultraortodoxos e seu partido Agudat Yisrael; ambos relutavam em participar de uma entidade cujo processo eleitoral incluía mulheres.

Essa questão era importante, porque, se os ultraortodoxos saíssem, o Knesset Yisrael não poderia alegar representatividade universal dos judeus da Palestina. Além disso, antes da chegada da Terceira *Aliá* e da Quarta *Aliá*, no início dos anos 1920, o antigo Yishuv tinha considerável importância demográfica. Se os ultraortodoxos debandassem, o partido sionista-religioso Mizrachi, em cujas instituições as mulheres votavam e eram eleitas, se tornaria o único representante da religião no Knesset Yisrael. Nesse contexto, poderia se sentir forçado a adotar posições radicais em questões religiosas – talvez até mesmo deixar o Knesset –, para evitar que fosse considerado menos religioso que os ultraortodoxos. Se os partidos religiosos saíssem, então a direita e o centro seculares se encontrariam em desvantagem em relação à esquerda, podendo considerar também sua saída. Assim, a saída de um único partido era capaz de desencadear uma reação em cadeia. A dinâmica de uma organização voluntária, apoiada no consenso, exige que seus membros façam determinadas concessões, de forma a manter sua estrutura global. Portanto, nos primeiros anos do Mandato, as eleições para a Assembleia de Representantes foram continuamente adiadas, na esperança de que se chegasse a um acordo envolvendo a participação ultraortodoxa sem ter de se desviar do princípio

de igualdade das mulheres, o que era considerado um dos pilares do novo Yishuv.

Em abril de 1920, judeus laicos comandados pela esquerda sionista venceram as primeiras eleições, com ampla maioria – ainda que tenha sido permitido aos homens ultraortodoxos votarem em seções de voto separadas, onde cada voto contava por dois (o segundo representando o voto de suas mulheres, que não votavam). O resultado chocou os ultraortodoxos, que prontamente anunciaram sua saída. Todas as tentativas de se chegar a um acordo falharam, e eles continuaram fora do Knesset Yisrael. As eleições para a segunda Assembleia de Representantes, em 1925, ocorreram em conformidade com a constituição eleitoral que garantia direitos iguais e universais às mulheres, encerrando, portanto, uma matéria prolongada e onerosa, que não concedia prestígio algum ao Knesset Yisrael e a suas instituições. Em 1928, os ingleses promulgaram a Lei das Comunidades, reconhecendo a autoridade do Rabinato Chefe em todos os assuntos relativos ao *status* pessoal e à vida religiosa judaica. Essa lei também incluiu a constituição do Knesset Yisrael. O Agudat Yisrael requisitou às autoridades – e teve seu pedido atendido – o direito de estabelecer uma comunidade separada, que não reconhecesse as instituições do Yishuv.

A fragilidade exibida por essas instituições que representavam a autonomia judaica teve um impacto em seu *status* tanto dentro do Yishuv como externamente, nas relações do Yishuv com os ingleses. Houve uma transferência de poder e prestígio das instituições gerais para aquelas que representavam grupos específicos: a Histadrut (Confederação Geral dos Trabalhadores), os partidos políticos e a Executiva Sionista. Eram essas as entidades capazes de mobilizar seguidores, galvanizar as massas e formular a agenda pública. Outros organismos importantes eram as prefeituras e câmaras municipais, que tinham permissão do governo para instituir impostos, autoridade não concedida ao Knesset Yisrael.

No início do período do Mandato, havia três blocos principais no Yishuv: a esquerda, o centro-direita não religioso e os blocos religiosos. Quando os ultraortodoxos não sionistas deixaram de se envolver na vida do

Yishuv, apenas o partido *mizrachi* permaneceu no campo sionista, como entidade sionista-religiosa ativa, porém fraca. Havia também organizações étnicas independentes representando os sefaradim e os iemenitas, o que dividia o poder do campo religioso. No entanto, a ideologia nacionalista era contrária a essas organizações, pois, a seu ver, representavam interesses particulares, e não a causa sionista. Por muitos anos, o estigma associado às organizações étnicas impediu a criação de partidos étnicos. O bloco de centro-direita dividia-se em duas bases de poder: as autoridades municipais, lideradas pela prefeitura de Tel Aviv; e o Sindicato dos Agricultores, que representava os agricultores das *moshavot* antigas. A direita secular seguia uma filosofia liberal e uma abordagem sionista, mas não apresentava uma visão de mundo coerente, nem contava com estrutura organizacional ou liderança firme. O Sindicato dos Agricultores era marcado pelos conflitos de interesse entre os agricultores das *moshavot* prósperas, de monoculturas, e aqueles das *moshavot* da Galileia, mais pobres. Ao mesmo tempo, a controvérsia quanto à mão de obra judaica fazia com que os agricultores se distanciassem do centro liberal e da *intelligentsia*, que tendiam a aceitar a posição dos trabalhadores. Logo, havia poucas chances de surgir uma entidade política capaz de representar o centro, que tinha substancial importância demográfica e econômica.

Em 1919, desenrolou-se um lento processo que por fim acabou gerando unidade entre os trabalhadores; culminou com a fundação do Mapai, em 1930. Na primeira fase desse processo, houve a unificação, em 1919, da maioria dos membros do partido Poalei Zion do período da Segunda *Aliá* com aqueles conhecidos como trabalhadores “não filiados”, que representavam sobretudo os sindicatos de trabalhadores agrícolas, criados nesse mesmo período. Os precursores e líderes do Ahdut Haavodá (organização trabalhista de orientação socialista-sionista) foram David Ben-Gurion, líder do Poalei Zion que passou o período de guerra exilado nos Estados Unidos, e Berl Katznelson, líder dos não filiados. A organização foi criada sob a bandeira da unidade total do campo dos trabalhadores, mas

isso nunca se materializou, porque o partido Hapoel Hatzair não aceitou se dissolver para integrar a nova entidade.

Um dos principais motivos dessa unificação era o desejo de saudar a nova leva de imigração com uma organização coesa que pudesse absorver os recém-chegados. Num país de imigrantes, cada nova leva de gente que chega representa um desafio para a leva anterior, que já estabeleceu certos padrões e normas de conduta e busca garantir que a nova leva se assimile, em vez de minar o que já foi feito. Essa dinâmica já havia aparecido às vésperas da Terceira *Aliá*, quando coube ao Ahdut Haavodá receber os novos imigrantes, apresentando-lhes a doutrina social e de assentamento da Segunda *Aliá*, para garantir sua aceitação. Conforme esses imigrantes assimilassem a ideologia da Segunda *Aliá*, esperava-se que dessem respaldo político ao novo partido, aumentando, portanto, seu poder no Yishuv. Foi por esse mesmo motivo que o Hapoel Hatzair não quis se desmantelar: havia rumores de que grupos do Tzeirei Zion (organização juvenil sionista e populista) já estabelecidos na Europa logo chegariam em grande número à Palestina e se juntariam ao Hapoel Hatzair, aumentando seu poder.

Contudo, os imigrantes da Terceira *Aliá*, recebidos por dois partidos que disputavam seu apoio, optaram por criar suas próprias organizações sociais, como o Gedud Haavodá e o Hashomer Hatzair. Portanto, não é de se espantar que as organizações da Terceira *Aliá* tenham constituído a força motriz responsável por compor uma entidade conjunta que representaria todos os partidos de trabalhadores e teria o papel de ajudar na absorção dos imigrantes, bem como na criação de assentamentos de trabalho. Em dezembro de 1920, foi fundada a Confederação Geral de Trabalhadores Judeus na Terra de Israel (conhecida como Histadrut), com dois braços principais: o braço voltado para a construção civil, responsável por construir o país por meio de assentamentos, cooperativas e trabalho por empreitada, e o braço profissional, que representava os trabalhadores em sua relação com os patrões.

O ramo da construção civil, o único entre organizações trabalhistas ao redor do mundo, refletia seu papel central na concretização do sionismo. O

braço profissional era similar ao de outras organizações de outros lugares, mas tinha funções adicionais, decorrentes da situação especial da Palestina. Num país sem mecanismos para absorver novos imigrantes, onde não havia parentes para ajudá-los no período inicial, a Histadrut desempenhou um papel fundamental no auxílio ao estabelecimento dos recém-chegados. A filiação à Histadrut dava aos novos imigrantes acesso a uma bolsa de empregos que distribuía os expedientes de trabalho entre veteranos e recém-chegados. Os membros recebiam auxílio médico do fundo de previdência da Histadrut. As cozinhas de trabalhadores nas principais cidades serviam comida barata aos jovens solteiros que não tinham lar nem família. Nos centros culturais da Histadrut, os trabalhadores podiam ler jornais ou livros e desfrutar da companhia de outros jovens – uma saída para a solidão, especialmente daqueles que tinham imigrado sozinhos e não faziam parte de nenhum grupo organizado. O assentamento era tido como um privilégio, e a Histadrut tentava garantir que nenhum grupo de pioneiros furasse a fila. A espera dava esperanças para o futuro. Nas cidades, a confederação construiu alojamentos para trabalhadores e até mesmo um sistema escolar e instituições culturais. A relação entre a Histadrut e seus membros baseava-se na dependência para com o sistema, na internalização de seus valores e no respaldo político que esses membros forneciam em troca.

Em contraste com uma direita e um centro que careciam de consciência política clara, a esquerda se consolidou em torno de uma ideologia que adotava o imaginário socialista. O filósofo e estudioso da Bíblia Yechezkel Kaufmann argumentava que a esquerda judaica da Palestina era diferente da esquerda europeia: embora falasse em slogans socialistas, agia como um pioneiro engajado na construção do país – ou seja, cumpria uma missão nacionalista. Os trabalhadores organizaram a classe operária judaica, alicerce fundamental para a construção de uma sociedade judaica duradoura. Para conseguir o feito, receberam novos imigrantes, ainda que esses imigrantes passassem a competir com os veteranos; lutaram pela mão de obra judaica, para assegurar que havia um mínimo de condições necessárias para que um trabalhador judeu integrasse o país; e promoveram

o assentamento em lugares onde o capital privado se recusava a ir. Portanto, a organização dos trabalhadores foi vital para absorver imigrantes e expandir a influência judaica sobre o país. O movimento trabalhista, escreve Kaufmann, “cumpre uma missão nacionalista com sua organização, com sua aspiração a formas comunitárias de assentamento, em sua luta por condições decentes de trabalho, em sua luta pela mão de obra judaica, e também – em suas greves, apesar de todas as ervas daninhas que crescem daí”.¹

O uso de símbolos socialistas pelo movimento operário levou a uma tensão crescente nas relações entre esquerda e direita na Palestina – o que Kaufmann chamou de “luta de classes psicológica”. A Histadrut usou esses símbolos e os embates entre esquerda e direita para consolidar seus seguidores e ajudar a criar ampla empatia ideológica e social. No período em que o Yishuv não contava com qualquer mecanismo legal para inscrever novos membros, o entusiasmo, a lealdade política e a identificação com o movimento se tornaram as ferramentas mais importantes de mobilização. A Histadrut sabia como transformar a dependência econômica e social de seus membros numa excelente ferramenta de recrutamento tanto para causas sionistas quanto para as políticas. Os trabalhadores das cidades compunham as massas que se envolviam em comícios políticos e outros eventos com demanda de participação ocasional, enquanto os membros do *kibutz* ofereciam uma provisão infinita de ativistas dispostos a se engajar em missões de longo prazo. Dos *kibutzim* surgiam emissários para o movimento Hechalutz na Diáspora, ativistas da Haganá, voluntários para levar a cabo iniciativas de imigração ilegal, e assim por diante.

Em 1925, apareceu na cena política um novo partido, dos Revisionistas, liderado por Vladimir (Zeev) Jabotinsky. Jabotinsky havia se exonerado da Executiva Sionista em 1923, após divergências políticas com Weizmann. Jabotinsky acreditava que a pressão pública poderia forçar a Inglaterra a instaurar um “regime de colonização” na Palestina, ou seja, um regime que ajudaria efetivamente na construção do lar nacional, criando condições favoráveis nos campos político e econômico. Weizmann, no comando da

Executiva Sionista, achava que o máximo que os sionistas poderiam conseguir era evitar uma política capaz de deter o desenvolvimento do lar nacional. As posições ativistas de Jabotinsky estavam alinhadas com as percepções do Ahdut Haavodá na época. Porém, o assentamento operário agrícola dependia dos fundos da Executiva Sionista; então, embora a retórica dos operários fosse beligerante, sua ação política era moderada, e esse grupo se opunha a Jabotinsky em cada caso concreto que aparecia. De sua parte, Jabotinsky entendia a dependência dos trabalhadores em relação à Executiva. Numa carta a Oscar Grusenber, notório advogado judeu que sugeriu que baseasse seu movimento no apoio dos operários, Jabotinsky descreveu os jovens voltados para o grupo de trabalhadores como uma “juventude inteligente em busca de superação por meio da simplicidade, ou seja, o melhor material (colonizador) do mundo”. Ainda assim, acrescentou, como dependiam economicamente das pessoas que decidiam o que fazer com o dinheiro, não cooperariam com alguém como ele, que tentava deturpar a ordem existente no movimento sionista. “Como construtores, são dignos de respeito e distinção, mas, como fator político, são as nossas ‘Centenas Negras’ [em referência a um movimento ultraconservador na Rússia].”²

Jabotinsky, portanto, orientou seu partido na direção da classe média judaica da Polônia, representando a juventude judaica nacionalista. Em contraste com a retórica e com os símbolos socialistas da esquerda, adotou símbolos que exaltavam a nação e pregavam a subordinação dos interesses de classe ao interesse nacional. No debate, que se desenrolava desde a Quarta *Aliá*, sobre as possibilidades de o país ser construído com capital privado ou capital nacional, Jabotinsky era partidário do capital privado. Em oposição aos trabalhadores, que se afirmavam como os únicos pioneiros da nação – que é como a maioria do público sionista os enxergava –, Jabotinsky apresentou a pequena burguesia como mais uma força que reivindicava o reconhecimento pela implementação do sionismo. Ele pediu que os trabalhadores se abstivessem de fazer greve e que aceitassem tanto uma arbitragem compulsória quanto uma bolsa de empregos neutra (que não

pertencesse nem aos empregadores nem aos empregados); solicitou, ainda, que os empregadores evitassem os cortes e que empregassem mão de obra judaica. Defendia que os salários fossem determinados pela capacidade econômica. Na ausência de uma legislação social vinculante, essas demandas equivaliam a concessões pelos trabalhadores.

O líder do partido dos Revisionistas era um brilhante orador, de retórica fervorosa e aguçado senso de encenação política. Sabia como formular slogans cativantes. A “Muralha de ferro” foi o batalhão que tentou criar sob a égide dos ingleses para evitar que o nacionalismo árabe impedisse os judeus de construir o país. Jabotinsky defendia “uma única bandeira” ou “monismo”, em oposição ao socialismo nacionalista, e defendia também o direito de furar greves promovidas pela Histadrut com a intenção de consolidar o seu campo, cujo movimento juvenil, o Betar (acrônimo para Brit Yosef Trumpeldor, Aliança Joseph Trumpeldor), tinha sido criado na Europa Oriental e sofria influência do nacionalismo polonês de direita.

Jabotinsky não se importava com a ideologia social e econômica de seu movimento, mas a adotou porque havia a necessidade política de definir o partido *vis-à-vis* os trabalhistas, e também porque era uma exigência do discurso convencional da época. Mas ele se importava, sim, com sua doutrina política. Levantava a bandeira do Estado judeu e acreditava que sua fundação seria viável por meio da luta no âmbito da opinião pública europeia, em geral, e da Inglaterra, em particular. No Congresso Sionista de 1931, logo após a publicação da Carta MacDonald, reivindicou que a criação de um Estado judeu fosse tida como objetivo final do sionismo. Na época, uma declaração desse tipo era considerada ao mesmo tempo provocativa e desnecessária. Assim que o congresso rejeitou a ideia, Jabotinsky, em tom de desafio, rasgou sua credencial e abandonou o salão a passos largos. Desse momento em diante, mostrou-se determinado a fazer com que os Revisionistas não fossem mais parte da Organização Sionista, uma ruptura que se consolidou em 1935.

Havia duas forças que representavam as massas nesse congresso: os Revisionistas e o Mapai, formado em 1930, a partir da fusão entre o Ahdut

Haavodá e o Hapoel Hatzair. Os trabalhadores tinham mais poder eleitoral no congresso, mas sua diferença em relação aos Revisionistas não era significativa, pois outros partidos de centro e de direita apoiavam os Revisionistas, tornando-os o principal partido do bloco de direita. Daí em diante, o movimento trabalhista e os Revisionistas passaram a competir por hegemonia na Organização Sionista. A disputa se deu sobretudo na Polônia, onde os dois movimentos lutavam para conquistar as massas judaicas, levadas a integrar o movimento sionista devido às dificuldades econômicas e ao aumento do antissemitismo. Ao mesmo tempo, a disputa entre os dois movimentos na Palestina fez estremecer o consenso sionista e expôs as fragilidades da sociedade voluntária diante de minorias ideológicas resolutas.

O poder da Organização Sionista emanava de sua autoridade como representante do movimento junto às autoridades mandatárias; a entidade ajudava, por exemplo, a selecionar imigrantes na categoria “trabalhadores” a cada seis meses, de acordo com o “cronograma”. O governo mandatário estipulava as regras, mas eram os “Escritórios responsáveis pela Palestina” em cada país europeu que elaboravam as listas de imigrantes. Esses escritórios eram formados por representantes de organizações e partidos, de acordo com sua representatividade relativa no Congresso Sionista. Até o início da década de 1930, a seleção de imigrantes não era uma questão crítica, pois havia poucos candidatos, mas, quando os judeus passaram a sofrer terríveis agruras e aumentou a pressão imigratória, aumentaram também as queixas de discriminação política no processo de seleção.

O direito de selecionar os imigrantes deu muito poder à Executiva da Agência Judaica, mas um poder limitado, porque a agência podia ser driblada. Se agisse de forma arbitrária, os empregadores do Yishuv podiam se dirigir diretamente ao governo mandatário com pedidos de certificados de imigração. Em 1933, Jabotinsky tentou fazer isso ao propor um acordo com uma organização patronal de agricultores, Hanoteah (O sementeiro). A Hanoteah pleitearia certificados de imigração com o governo mandatário e os daria a membros do Betar. (A Ordem Nº 6 do Betar orientava seus

membros a não solicitarem certificados aos “Escritórios responsáveis pela Palestina”, e sim a esperarem os certificados da Hanoteah.) Nesse mesmo ano, um representante do Sindicato dos Agricultores enviou ao governo mandatário um pedido de certificados para trabalhadores que o sindicato selecionaria: nada de jovens socialistas impetuosos, mas homens de família, agricultores humildes dos Cárpatos. Assim, agricultores e Revisionistas tentaram acabar com a exclusividade da agência na seleção de imigrantes na categoria de trabalhadores, argumentando que todo o material humano que chegava à Palestina era recortado do mesmo tecido socialista. Como metade dos imigrantes dessa categoria eram egressos das fazendas preparatórias para imigração do Hechalutz que se identificavam com a esquerda, é verdade que os socialistas tiveram prioridade. As tentativas revisionistas de driblar a Organização Sionista não foram bem-sucedidas, pois só conseguiram levar um pequeno número de imigrantes à Palestina, mas elevaram o ódio interpartidário a novos patamares.

Os Revisionistas continuaram lutando contra a autoridade da Agência Judaica por meio de boicotes aos fundos sionistas e com a ajuda das centenas de milhares de assinaturas de judeus numa petição que instava o governo britânico a rever sua política na Palestina. A petição atacava o monopólio da Agência Judaica na administração da política sionista. Na Palestina, os Revisionistas se esforçaram para enfraquecer o poder da Histadrut. Ao reconhecer a autoridade da organização como fonte de poder tanto entre empregados como entre empregadores, botaram em xeque as alegações de que se tratava do representante único dos trabalhadores e dos responsáveis pela divisão do trabalho. As ações incluíam furar as greves organizadas pela Histadrut, levando trabalhadores do Betar para os locais de trabalho paralisados pelas greves. Os Revisionistas alegavam que as greves eram planejadas para impor o “trabalho organizado” – ou seja, para firmar o monopólio da Histadrut, e não com base numa motivação legítima, como conseguir, por exemplo, melhores condições de trabalho ou fazer progressos na questão da mão de obra judaica.

Na primeira metade da década de 1930, as tensões entre esquerda e direita, agricultores e trabalhadores, atingiram seu ápice, transbordando para a violência nas ruas. Esses eventos só podem ser compreendidos no contexto do que estava acontecendo na Europa: a ascensão dos nazistas ao poder, na Alemanha; a repressão à esquerda e o crescimento do fascismo em outros países europeus. A guerra civil latente no Yishuv e a forma como cada lado se referia ao outro eram um reflexo local da direita e da esquerda europeias e de seus conflitos sangrentos. As tensões no Yishuv e as explosões de violência urbana ameaçavam destruir a coesão interna. Em junho de 1933, Chaim Arlosoroff, chefe do Departamento Político da Agência Judaica, foi assassinado na praia de Tel Aviv. Arlosoroff era um jovem brilhante que tinha sido atacado com virulência pelos Revisionistas por conta de sua negociação envolvendo o Acordo de Transferência com a Alemanha nazista. Suspeita-se que membros do Betar tenham sido os assassinos. A temperatura nas ruas subiu ainda mais, com o Betar e seus seguidores falando em “libelo de sangue”, enquanto a esquerda os enxergava como responsáveis pelo crime.

Em 1934, para evitar que a situação se deteriorasse, houve uma tentativa de acordo entre Ben-Gurion, que substituíra Arlosoroff na Executiva da Agência Judaica, e Jabotinsky. Surpreendentemente, os dois líderes encontraram uma linguagem comum e uma proximidade espiritual, mas o acordo foi rejeitado num referendo da Histadrut. Tudo indica que as bases – mais do que os próprios líderes – tenham internalizado a propaganda mútua de incitação ao ódio. Ainda assim, o episódio marca o início de certa moderação no cenário de disputas na Palestina. Em 1935, o Congresso Sionista em Lucerna teve o seguinte lema: “Paz no Yishuv”; seguiu-se a isso um processo de conciliação, primeiro entre o Mapai e o partido sionista-religioso Mizrachi (uma “aliança histórica”, que se manteve firme até 1977), e depois entre a Executiva Sionista e os agricultores. O Mapai teria que abrir mão de uma parcela de poder, em troca de apoio dos agricultores e de seus simpatizantes – exemplo de concessão feita em prol da busca de um consenso. Quando eclodiu a Revolta Árabe e teve início a crise econômica,

prejudicando os agricultores, ambos os lados buscaram um denominador comum. Nos anos seguintes, as disputas políticas no Yishuv não chegaram ao fim, mas foram abandonadas as tentativas de driblar a Organização Sionista e ir direto ao governo mandatário. Os Revisionistas deixaram a Organização Sionista e fundaram a Nova Organização Sionista (NZO, em inglês), o que deu supremacia ao movimento operário dentro da Organização Sionista, mas também perpetuou um padrão de ramificações.

Se na década de 1920 o foco das tensões tinha sido o debate sobre o papel do capital privado *versus* o capital público na construção do país, na primeira metade da década de 1930 a controvérsia envolvia o tipo de imigrante que seria melhor para construir o país, e quem deveria selecioná-lo. O assunto envolvia o tema da mão de obra judaica e das relações de trabalho no Yishuv. Ao mesmo tempo, havia um debate sobre os métodos políticos da Organização Sionista. Deveria essa entidade confrontar os ingleses ou apenas fazer o que estivesse a seu alcance, sob as regras do governo mandatário? A possibilidade de a autoridade da maioria ser aceita ou não perpassava todas essas questões. Sempre que os agricultores, os Revisionistas ou os ultraortodoxos viam-se em desvantagem em relação à maioria, buscavam meios de reverter o quadro. Na ausência de uma norma constitucional, a maioria precisava negociar com a minoria se quisesse manter a integridade do sistema. Assim, por exemplo, enquanto as Ordens Municipais Mandatárias concediam aos residentes o direito ao voto sem uma exigência de propriedade, o Mapai concordava com uma certa exigência nas *moshavot*, com o objetivo de manter a paz. Também aceitou o estabelecimento de bolsas nacionais de emprego que assegurassem a divisão igualitária de trabalho entre todos os trabalhadores, inclusive aqueles que não eram membros da Histadrut. As crises do final da década de 1930, que reforçaram a necessidade de disciplina nacional, favoreceram a autoridade da Executiva Sionista. No entanto, toda vez que pretendia se apresentar como movimento unificado, fosse para as autoridades, fosse para a opinião pública internacional – durante o depoimento diante do comitê da

UNSCOP, por exemplo –, a entidade via-se obrigada a fazer concessões ao partido Agudat Yisrael ou aos agricultores, de modo a garantir a unidade.

Na segunda metade da década de 1930, os debates envolvendo a autoridade nacional migraram para questões sobre segurança. A Haganá, criada em 1920, era uma milícia civil cuja operação tinha sido transferida para a Histadrut após sua fundação. Até 1936, a Haganá não tinha muita importância, como se pode comprovar pelos poucos recursos que lhe eram alocados do orçamento sionista. Em 1931, uma divisão conhecida como Irgun B (Organização B) se separou da Haganá, argumentando que lhe faltava ativismo suficiente. Os membros do Irgun B vinham sobretudo da direita. Após a eclosão da Revolta Árabe, a Haganá chegou a um acordo com o Irgun B, trazendo de volta a maioria de seus membros. Contudo, uma minoria deles, membros do Betar, fundou o Etzel (acrônimo para Irgun Tzvai Leumi, organização militar nacional, nome abreviado para Irgun), que só reconhecia a autoridade de Jabotinsky. No outono de 1937, o Etzel rompeu com a política de contenção, sustentada pela Haganá em conformidade com as instruções da Executiva Sionista. Essa medida estabelecia que os judeus não cometeriam atos terroristas em resposta ao terror árabe. Dessa forma, a executiva buscava garantir que o governo mandatário apoiaria a repressão à Revolta Árabe e, quem sabe, o desenvolvimento de uma força de defesa judaica.

A questão do monopólio sobre o uso da força passou a ser o alvo das tensões entre o Yishuv e aqueles conhecidos como “secessionistas”. Na última década do Mandato, esse se tornou um dos temas mais espinhosos nas relações entre maioria e minoria. O Etzel, e depois o Lehi (acrônimo para *Lohamei Herut Yisrael*, combatentes pela liberdade de Israel, ou apenas grupo Stern), comandado por Avraham Stern e fundado em 1940 por um grupo extremista dissidente do Etzel, eram organizações clandestinas que fugiam ao controle das entidades civis. Consideravam-se uma vanguarda de combate que carregava nos ombros a libertação da nação, e não devia respostas a ninguém. Após a morte de Jabotinsky, em 1940, o grupo inclusive rejeitou a autoridade do movimento Revisionista. As atividades

independentes levadas adiante por essas organizações clandestinas enfraqueciam a autoridade da Executiva Sionista e a prejudicavam em termos políticos. A Executiva tentou isolar essas organizações de seus defensores da direita, concordando em estabelecer um “comando nacional” em que a esquerda abdicaria de seu *status* de maioria e compartilharia a liderança de igual para igual com os outros grupos do Yishuv. Em troca, os grupos de direita concordariam com a substituição da estrutura regional e fragmentada da Haganá pelo comando nacional. Moshe Sneh, do partido dos Sionistas Gerais, que acabara de fugir da Polônia para a Palestina, foi nomeado chefe do comando nacional. Porém, falharam todas as tentativas de se criar um sistema capaz de conectar-se às organizações clandestinas (supostamente representadas no comando geral pelos direitistas). Tampouco deram certo as tentativas da Haganá – e da Haganá em conjunto com as autoridades mandatárias – de suprimir essas organizações. Foi apenas com a criação do Estado que a Executiva da Agência Judaica conseguiu obter o monopólio sobre o uso da força no lado judaico.

O uso da força constituía uma zona cinzenta nos assuntos da Executiva da Agência Judaica. Era sua a incumbência de lidar com o governo mandatário e, portanto, a entidade precisava cumprir as leis rigorosamente. Era inconcebível que uma organização desse tipo se envolvesse em atividades clandestinas. Portanto, a Haganá não estava oficialmente atrelada à Executiva Sionista; a princípio, esteve sob a direção da Histadrut, e, depois, do comando nacional. Na verdade, entretanto, do início da década de 1930 em diante, depois que o Mapai integrou a Executiva da Agência Judaica, e especialmente após o ingresso de Ben-Gurion, em 1933, prevaleceu uma situação ambígua: a Executiva da Agência Judaica aparentemente não se envolvia, mas na realidade a Haganá aceitava sua autoridade. Dentro do Mapai, havia um pequeno grupo de pessoas que não desempenhavam funções oficiais na Executiva Sionista, mas eram responsáveis por instruir e comandar a organização paramilitar. Os nomes mais importantes foram Berl Katznelson e Eliahu Golomb. Nas fases de cooperação militar com as autoridades, como durante a Revolta Árabe e nos dois primeiros anos da

Guerra Mundial, a ambiguidade de certa forma se dissolveu, mas a Haganá nunca abriu mão de sua independência e de sua estrutura separada. Nos momentos de conflito e instabilidade, como após a publicação do Livro Branco, em 1939, e depois da guerra, a Haganá mergulhou ainda mais na clandestinidade. Contudo, as autoridades tinham plena consciência de suas conexões com a Executiva da Agência Judaica. Não por acaso, durante a operação militar britânica conhecida como “Sábado Negro” (formalmente, Operação Ágata), em junho de 1946, o governo apreendeu diversos líderes da Histadrut e membros da Executiva Sionista.

Outra zona cinzenta das atividades da Executiva Sionista era a imigração ilegal, que começara com a organização Hechalutz, na Polônia. Como os judeus precisavam esperar muito tempo até conseguirem emigrar, os membros da organização tiveram a ideia de levar à Palestina navios com imigrantes ilegais, sem o conhecimento das autoridades. A ideia foi adotada pelo Betar, que perdera o direito de obter certificados de imigração após o esquema de Jabotinsky de driblar a Executiva da Agência Judaica no intuito de conseguir esses certificados. O Betar organizou várias frotas de imigração ilegal durante a década de 1930 e até 1941. Usou, inclusive, o turismo para as Macabíadas, em 1935, como disfarce para a imigração ilegal; muitos turistas que foram à Palestina por lá permaneceram, ilegalmente.

A Executiva da Agência Judaica desaprovava essas operações, porque usurpavam sua única autoridade – a seleção de imigrantes na categoria “trabalhadores” – e tornavam a imigração menos seletiva, uma vez que, de todo modo, mais da metade das “vagas” não estavam sob seu controle. E, pior: as autoridades subtraíam o número de imigrantes ilegais da cota de imigração, minando ainda mais a autoridade da executiva. Depois de 1938, contudo, quando o governo mandatário passou a aplicar o critério político para restringir a imigração, Ben-Gurion parou de se opor à imigração ilegal e começou a apoiá-la. No vigésimo primeiro Congresso Sionista, em Genebra, Berl Katznelson fez um discurso de apoio à imigração ilegal e foi elogiado por Ben-Gurion. Daí em diante, a Executiva Sionista abraçou abertamente tanto a imigração legal quanto a ilegal. Após a Segunda Guerra,

a imigração ilegal se tornou uma das principais ferramentas da executiva em sua luta contra as restrições da Inglaterra à imigração de judeus.

Essa estratégia ambígua da Executiva Sionista – oscilando entre obedecer rigorosamente às leis do governo mandatário e ignorá-las quando um importante interesse nacional estava em jogo – era aceita pela maioria do Yishuv, mas não por todos. Alguns grupos achavam que esse tipo de atitude prejudicava a integridade do movimento e dava margem a ações que reduziam sua autoridade. No entanto, a organização, liderada por Ben-Gurion, conseguiu criar um consenso nacional. Embora fosse ameaçado igualmente por forças da direita e da esquerda, o consenso englobava os alicerces emocionais, psicológicos e organizacionais que tornaram possível mobilizar grande parte das instituições públicas, organizações e grupos do Yishuv para lutarem pela independência. Criou-se um *ethos* de aceitação da autoridade da Agência Judaica, que se tornou a norma. Assim, os poucos que se desviavam da entidade eram vistos como gente que prejudicava a unidade nacional. Um exemplo da aceitação dessa norma foi a mácula de censura atribuída ao rótulo *secessionista*. Na última década do Mandato, a ampla maioria do Yishuv se identificava com a luta pelo Estado judeu, embora grande parte tenha chegado à Palestina poucos anos antes, sem uma ideologia nitidamente sionista. Para muitos, tratava-se de uma forma passiva de identificação. Somente grupos seletos engajavam-se como ativistas. Ainda assim, a identificação geral com os objetivos nacionalistas foi o cimento necessário para que uma sociedade de imigrantes aderisse ao núcleo de um Estado nascente.

NOTAS

1. Yechezkel Kaufmann, “Milkhemet hamaamadot beYisrael” (A luta de classes em Israel), in *Bechavlei hazman* (Nas amarras do tempo). Tel Aviv: Dvir, 1936, p. 162.
2. Zeev Jabotinsky para Oscar Grusenberg, 12/11/1925. *Letters*. Tel Aviv: Amichai (n. d.), pp. 72–73.

O YISHUV: SOCIEDADE, CULTURA E *ETHOS*

Em 1922, o poeta David Shimonovich publicou um poema que se tornou um verdadeiro princípio norteador:

Não ouça, meu filho, as instruções de seu pai
Tampouco dê ouvidos aos ensinamentos de sua mãe,
Pois “Linha por linha” é uma instrução de pai
E “Devagar e sempre...”, um ensinamento de mãe
Mas a verdade vem numa tempestade primaveril:
Ouça, homem, a canção de seu filho!¹

Publicado em Varsóvia, esse poema resume bem a rebeldia juvenil que fazia parte da experiência sionista. O antigo judaísmo parecia velho e moribundo, carecendo de relevância para o alvorecer do novo mundo que surgia na esteira da Primeira Guerra Mundial. O antigo judeu, o judeu da Diáspora, era retratado como psicologicamente perturbado, fisicamente fraco, inclinado ao *luftgesheftn* (lit., “negócio de vento”, no sentido do trabalho como mascate, intermediário, envolvido em negócios efêmeros), estranho à natureza e a qualquer atividade natural e espontânea, materialista e preocupado somente com os próprios interesses imediatos. O novo judeu representaria exatamente o oposto: pessoa ética e de senso estético, guiada por ideais contrários à realidade degradante; indivíduo livre e orgulhoso, disposto a lutar pela própria honra e pela honra do país. Em busca de

liberdade e igualdade entre os povos, esse admirador da natureza, da beleza e dos espaços abertos renunciaria aos prazeres de um mundo hipócrita e burguês, preso a convenções antiquadas, e buscaria uma vida em que a dedicação ao coletivo fosse compatível com a manutenção de uma verdade interior e uma vida de simplicidade, honestidade e autorrealização. O novo judeu desejaria igualdade, justiça e verdade nas relações humanas, e estaria disposto a morrer para alcançar esses ideais.

Esse pensamento é típico daqueles que se dedicam de corpo e alma a movimentos revolucionários ou nacionalistas. Representa a transferência de padrões de pensamento e comportamento característicos de grupos religiosos para o mundo secular. É o idealismo que costuma agradar aos jovens. E, de fato, o movimento sionista era fundamentalmente um movimento da juventude, mas que também atraía adultos. O pioneiro sionista, o soldado voluntário que lutava em prol da nação, era sempre um rapaz ou uma moça que dedicava a vida à experiência edificante do autossacrifício por um ideal elevado. O poema de Shimonovich ilustra exatamente o culto à juventude, componente essencial desse movimento. Os jovens se destacavam da sociedade existente para estabelecer a sociedade do futuro. Nesse contexto, o movimento substitui tanto a comunidade quanto a família, e os grupos de colegas tornam-se os grupos de referência. O presente transforma-se em avenida que conduz ao futuro. Abdicar das posses materiais torna-se um rito de iniciação à nova sociedade. O “divórcio” em relação à comunidade, à família e ao lar simboliza o rompimento de antigas lealdades para que seja estabelecido um novo pacto de lealdade, com uma nova sociedade. “Oh, mãe, saiba disso, que, quando me vir, não me reconhecerá. Estou com aqueles que vagam descalços pelo deserto. / Aqui a pobreza caminha com uma coroa de cardos e um vestido e carrega um grande cetro de ouro pela costa mediterrânea!”, declarou Uri Zvi Greenberg em seu poema “O Exército do trabalho”.²

A nova identidade abarcava antigos padrões judaicos, reconfigurando seus significados. Assim, o poeta Avraham Shlonsky santifica o trabalho nas estradas:

Vista-me, querida mãe, com um glorioso manto colorido
e ao amanhecer leve-me à (minha) labuta.
Minha terra está envolta em luz, como num xale de oração.
As casas postam-se à frente feito filactérios,
e as estradas pavimentadas à mão seguem caminho como as
de tiras couro.³

Uri Zvi Greenberg fala em “Jerusalém – filactérios da testa, e o Emek – da mão!”⁴ A nova identidade criou seus próprios textos e símbolos: poemas, canções, lemas e estilos de vida. A nova sociedade foi fundada tendo como base a verdade nas relações humanas: as pessoas diziam o que queriam dizer e queriam dizer o que diziam. Nesse modo de vida ascético, a pobreza e a privação atribuíam aos indivíduos um valor especial. Era uma sociedade que vivia sob alta-tensão: dia após dia, testava-se a lealdade de seus membros, a seus próprios olhos e diante do olhar de seus pares. Somente os jovens – cujo entusiasmo permite que aguentem passar pela conversão de uma cultura a outra, de uma sociedade a outra – conseguem viver dessa forma.

A conversão do antigo para o novo judeu pautava-se no “enfraquecimento da Diáspora”. Essa ideia surgiu a partir dos pais do sionismo – Pinsker e Herzl – e de sua crença de que, sendo minoria na Diáspora, os judeus tinham sua existência ameaçada, e portanto precisavam de uma pátria. Abraham Mapu, Y. L. Gordon, David Frischmann e Mendele Mocher Seforim (Sholem Abramovich) – escritores e poetas não sionistas – também se basearam nessas ideias. Todos rejeitavam o estilo de vida judaico na Diáspora, seguindo a argumentação crítica dos diversos movimentos que já haviam tentado modernizar o cenário judaico desde o iluminismo. Descreviam a sociedade judaica como degenerada e clamavam por produtividade, secularização e educação. Berdyczewski e Brenner defendiam, além disso, uma transformação mental e psicológica, uma “mudança de valores”, no espírito da escola vitalista de pensamento,

ênfatizando o mundano em vez do espiritual, o cultivo do solo em oposiçãõ à vida apartada da natureza, a virilidade em oposiçãõ à covardia.

Quanto mais os pioneiros se guiavam pela visãõ utópica de uma sociedade alternativa, mais virulentas eram suas críticas em relaçãõ à sociedade de onde haviam saído. Quanto mais duros a realidade na Palestina e os sacrifícios que se exigiam dos imigrantes, maior a necessidade de erguerem barreiras psicológicas contra o desejo de voltar para o lar. O “lar” continuava sendo no Leste Europeu, e as famílias, com frequênciã, insistiam para que filhos e filhas retornassem ao ninho. O famoso poema “Duas cartas”, de Avigdor Hameiri, representou com lirismo o coraçãõ dividido. A mãe escreve:

Ao meu querido filho em Jerusalém
Seu pai está morto, e a mãe está doente.
Volte para sua casa na Diáspora.

E o filho responde:

Perdoe-me, minha mãe doente
Jamais retornarei à Diáspora
... Se você realmente me ama, venha até aqui e me abrace.

E então aparece a declaraçãõ de fé sionista:

Nunca mais serei um errante!
Nunca mais sairei daqui!
Nãõ sairei mais, nãõ sairei mais
Nãõ!⁵

A necessidade de repetir diversas vezes a promessa de lealdade indica, na verdade, seu caráter frágil.

Para manter o entusiasmo dos jovens e sua lealdade à causa, escritores e poetas descreveram a pequena cidade europeia como um fiasco humano, nacional e cultural, a origem da vulnerabilidade que impedia os judeus de alcançarem a utopia. Talvez os maiores críticos da Diáspora tenham sido Mendele e Brenner, que expuseram com excesso de sarcasmo todos os males da sociedade judaica, sua dependência em relação aos gentios, suas fraquezas e suas misérias. Os pioneiros que saíram da Diáspora conheciam essa realidade; portanto, sua própria experiência refreava a influência da literatura. O mesmo não acontecia com aqueles que nasceram e foram criados na Palestina; para eles, a caricatura literária refletia uma realidade completamente diferente e inferior à vida de liberdade que desfrutavam ali. Na verdade, Mendele e Brenner se mostravam ambíguos em relação à Diáspora, que representava a sua experiência de vida e também seu povo. Apesar das duras críticas aos judeus, no fim os dois se identificavam com eles e os amavam. Aqueles nascidos na Palestina, por outro lado, aderiam às críticas, mas sem experimentarem todo o amor que as atenuava.

O modelo do pioneiro foi usado para doutrinar os movimentos juvenis fundados no Leste Europeu no período entreguerras. A figura idealizada servia como instrumento para recrutar jovens idealistas para o movimento sionista. A figura do pioneiro foi extraída de duas fontes de inspiração. Os *narodniks* russos, revolucionários que deixavam a família e o lar e passavam a viver uma vida de total dedicação e sacrifício em prol da Revolução, serviram de inspiração para o pioneirismo como estilo de vida – não uma atitude pontual de ousadia, mas um compromisso duradouro. A segunda fonte, ao que tudo indica, foi o hassidismo, de onde brotaram mananciais de entusiasmo, disposição para renunciar ao mundo material e dedicação à comunidade. Outra fonte de inspiração foi o movimento nacionalista polonês, que influenciou o ensino no Betar. A diferença entre o pioneiro do Betar e o pioneiro dos movimentos de esquerda residia no objetivo final da doutrinação. Enquanto o membro do Betar era instruído a executar

qualquer missão necessária à concretização do sionismo, especialmente as missões militares, os movimentos juvenis de esquerda direcionavam seus membros para o assentamento agrícola, de preferência na fronteira, sob a forma de vida no *kibutz*. O *ethos* do assentamento era potente, pois apresentava ao jovem uma missão concreta, cuja importância nunca era posta em dúvida e não minguava com o tempo. O poder desse *ethos* fica evidente quando se percebe que até mesmo alguns movimentos não socialistas, como o Hapoel Hamizrachi, defendiam junto a seus membros o assentamento em *kibutzim*. O trabalho nas fronteiras se tornou o principal *ethos* pioneiro-sionista da época; o Betar, inclusive, também sofreu suas influências e tentou estabelecer brigadas de trabalho nas *moshavot*.

O culto à juventude era parte inseparável da noção do novo judeu. Os adultos, tanto na Palestina como na Diáspora, eram considerados a “geração do deserto”, que não viveria para ver a Terra Prometida, ou seja, a concretização do sionismo. Os jovens que cresciam em liberdade é que trariam a redenção. No poema “Eu creio”, Shaul Tschernichovsky enaltece a geração do futuro na Palestina:

Então meu povo brotará de novo
E na terra uma nova geração crescerá
Suas correntes de ferro serão removidas,
Olho no olho, verá a luz

Vai viver, amar e lutar,
Uma geração na Terra está viva, viva,
Não no futuro, nem no céu –
Viver no espírito não é o bastante.⁶

Previa-se que essa geração seria dotada de instintos saudáveis, paixão, sensualidade e talento para a vida. A relação direta entre o país e os jovens

que seriam educados em seu território faria renascer o povo judeu como nação valente, que se conecta à natureza e despreza a espiritualidade excessiva da Diáspora. Nesse culto ao jovem, um lugar especial estava reservado àqueles que nasciam e cresciam na Palestina. Enquanto os pais tinham lutado para se acostumar ao trabalho braçal, os filhos trabalhavam no campo sem grandes dificuldades. Enquanto a geração mais velha falava de seu amor pelo país, sem conhecê-lo direito, os filhos percorriam a terra de cabo a rabo e se identificavam com o clima e com a paisagem. Não ansiavam por um lar ou paisagem diferentes, tampouco sofriam do que a poeta Leah Goldberg chamou de “melancolia das duas pátrias”.⁷

A geração mais velha falava muito na necessidade de se defender e pegar em armas, mas foram poucos os que de fato fizeram isso. Em contrapartida, Yitzhak Tabenkin, líder do movimento Hakibutz Hameuchad, descreveu o jovem pioneiro como um homem que carregava uma enxada numa das mãos e um fuzil nos ombros, unindo numa única imagem o lavrador da terra e o combatente-defensor. “Houve uma época em que os jovens traziam a paz com o arado. Hoje, trazem a paz com o fuzil!”, afirma Nathan Alterman na canção do final da década de 1930 entoada pelos membros da Haganá. O *sabra*, o cacto do deserto encontrado pelos imigrantes, deu nome a essa nova geração: por fora, seu fruto é bastante espinhoso, mas seu interior é doce e suculento. Dizia-se que os sabras eram francos e diretos, honestos e corajosos, livres dos maneirismos hipócritas da sociedade burguesa, dotados de uma força que não emanava das palavras e sim dos atos. Assim os colonos idealizavam a geração nativa, que, para seus pais, parecia resumir os sonhos de filhos livres, soltos na natureza, crescendo na Palestina. Uma jovem estudante americana que se deparou com essa linhagem de sabras os descreveu assim: “Resistentes e rústicos, sem sofisticação, desinibidos, muitas vezes ariscos, descomplicados, diretos, gentis, brutais, destemidos, autossuficientes, com o dom da improvisação.”⁸

COLETIVO VERSUS INDIVIDUAL

Um misto de admiração, angústia, rivalidade e identificação caracterizava a postura do Yishuv em relação à União Soviética. A Revolução Bolchevique inspirou enorme entusiasmo. Intelectuais de todo o mundo enxergaram-na como a abertura de um novo e grandioso capítulo da história. “Não existe outro movimento político no mundo para o qual as massas, aos milhões, tenham olhado com tanto desejo messiânico como olharam para a Revolução Russa...”, escreveu Berl Katznelson. “As pessoas não entendiam totalmente a natureza do [novo] regime; não o julgavam por seus méritos ou falhas. Queriam tanto que o antigo regime caísse, que todos buscaram aceitar as coisas boas e se negaram a admitir o que havia de ruim. Esse foi o começo.”⁹

A experiência de uma Revolução que pôs abaixo um mundo antigo fascinava os jovens. Os pioneiros da Palestina aguardavam pelo atalho discutido anteriormente: construir do zero uma economia e sociedade igualitária, da mesma forma como o povo havia feito na Rússia. Os pioneiros recebiam influência da ideologia comunista; porém, mais do que isso, sentiam-se atraídos pelo fato de que, naquele vasto país, um experimento social estava em curso, similar ao que ocorria na Palestina, embora numa escala diferente. A distância, o *boom* da construção civil, a industrialização e o desenvolvimento elétrico, a inovação organizacional, a erradicação do analfabetismo e os avanços nos direitos da mulher e da criança pareciam alinhados com os desejos dos próprios pioneiros. O regime comunista, que prometeu abolir todas as formas de discriminação e tinha promovido os judeus a posições elevadas, ganhou a simpatia judaica em todo o mundo. Quando os pioneiros da Palestina cantavam “Nossa face mira o sol nascente, / Nosso caminho mira de novo o Leste. / Olhamos à frente, para o grande dia, / De cabeça erguida e alma ereta”, tinham em mente, ao mesmo tempo, visões sionistas e socialistas.¹⁰

Os pioneiros consideravam-se parte do movimento revolucionário e esperavam que a União Soviética lhes estendesse a mão. A questão é que, em 1920, a Comintern (Internacional Comunista) taxara o sionismo de reacionário, considerando-o um aliado do imperialismo britânico contra as massas árabes que estariam levando o progresso para o Oriente Médio. Desde então, a história da esquerda na Palestina (e depois, da esquerda israelense) foi marcada por diversas tentativas de explicar o sionismo aos soviéticos e lhes provar seu caráter equitativo. Apesar da rejeição soviética, as relações entre os pioneiros e o “mundo da Revolução” não foram cortadas. Muitos judeus que chegavam da Rússia e conheciam a língua adoravam a cultura russa. Porém, mesmo aqueles que não sabiam falar a língua buscavam estabelecer contato com a sociedade do futuro. Filmes, revistas e livros em russo – ou traduzidos – alimentavam o mito do país das maravilhas, onde estava em formação uma sociedade sem explorados ou exploradores. Cartazes do Hashomer Hatzair copiavam o estilo da *Ogonyok*, revista semanal ilustrada, cheia de imagens soviéticas. O “realismo socialista” foi o estilo adotado por muitos artistas da geração que atingiu a maioria em 1948. Membros de movimentos juvenis entoavam com entusiasmo canções patrióticas russas, em traduções para o hebraico. Berl Katznelson advertiu, em vão, que a cavalaria cossaca louvada por esses jovens havia perpetrado *pogroms* contra os judeus; o entusiasmo, contudo, não arrefeceu.

Duas editoras criadas por movimentos de *kibutzim* (Sifriat Hapoalim, pelo Hashomer Hatzair, e Hakibbutz Hameuhad, pelo Hakibbutz Hameuhad) traduziram para o hebraico literatura popular e escritos russos sobre o marxismo-leninismo (o que os jovens raramente liam). Em 1942, a Sifriat Hapoalim publicou a antologia *Poesia russa*, com o melhor da poesia moderna russa, traduzida para o hebraico por alguns dos principais poetas da Palestina. Ninguém notou que pouquíssimos poemas do período soviético haviam sido incluídos. Romances como *Poema pedagógico*, de Anton Semyonovich Makarenko (traduzido pelo poeta Avraham Shlonsky, pioneiro do modernismo na poesia hebraica) – que descrevia a experiência

educacional de crianças abandonadas –, e *Uma vela branca brilha*, de Valentin Petrovich Kataev, sobre a Revolução de 1905, tornaram-se *best-sellers* na Palestina.¹¹ Livros sobre a Segunda Guerra inspiravam admiração pelo heroísmo do povo russo na luta contra os nazistas. Todo soldado do Palmach carregava na mochila um exemplar de *Os homens de Panfilov*, em que Alexander Bek descreve o heroísmo de uma unidade do Exército Vermelho ao defender Moscou.¹² Apesar de não haver semelhança entre os valores que esse livro pregava e os valores do Palmach (no romance, por exemplo, um desertor é executado na frente de seu regimento; ninguém no Palmach teria sequer sonhado em agir dessa forma), existia certa identificação psicológica. A imagem do guerrilheiro, um combatente sem necessidade de patente ou uniforme, um comandante que tratava seus homens como iguais, foi muito potente para a criação das normas do Palmach. Alinhava-se com a percepção de autenticidade e sinceridade nas relações, em contraste com o excesso de formalidade de um exército oficial, considerado uma manifestação de militarismo.

O apelo sionista para que a “geração do deserto” adiasse a recompensa em nome das gerações futuras talvez soe como reminescente da mentalidade soviética que não hesitou em sacrificar duas gerações pela Revolução. A diferença fundamental, no entanto, é que na Palestina fundou-se uma sociedade pautada no livre-arbítrio; quem não quisesse seguir as diretrizes do coletivo ficava dispensado. Na Rússia, essas pessoas acabavam num exílio bem remoto. Na Palestina, mudavam-se para Tel Aviv.

Nos anos 1920, a União Soviética apresentava uma espécie de alternativa ao sionismo. As autoridades deram início a um plano de assentamento agrícola na Crimeia, para centenas de milhares de judeus que haviam empobrecido por conta da erosão das classes médias na Rússia. O segundo estágio envolvia um plano de estabelecer uma região autônoma judaica em Birobidjan, na Ásia Central. As duas possibilidades despertaram a imaginação de ativistas judeus de todo o mundo, porque não apenas ofereciam uma solução existencial para centenas de milhares deles, como também equivaliam ao reconhecimento soviético de uma nação judaica. O

escritor inglês Israel Zangwill – um dos primeiros seguidores de Herzl –, que se tornara territorialista na sequência à controvérsia de Uganda, mas voltou ao sionismo após a Declaração Balfour, se entusiasmou com o amplo escopo dos planos soviéticos. A Palestina, argumentava ele, era do tamanho do País de Gales e, portanto, não conseguiria oferecer uma solução para as necessidades de milhões de judeus. O Joint investiu milhões de dólares no assentamento judaico na URSS, enquanto só restou à Organização Sionista sentir inveja. O entusiasmo gerado pelo plano de reabilitação da comunidade judaica na URSS atraiu pioneiros oriundos do Gedud Haavodá e judeus americanos comunistas. Os que tiveram mais sorte acabaram escapando com vida, mas a maioria pereceu no Holocausto, nos expurgos estalinistas ou das privações a que eram submetidos nas localidades remotas para onde eram enviados. Como os habitantes locais se opunham à ideia de dividir um assentamento com os judeus, e os próprios judeus preferiam reconstruir sua vida nas grandes cidades russas, esses projetos não produziram resultados duradouros. Porém, na década de 1920, pareciam uma alternativa ideológica e prática ao sionismo.

É comum que se descreva o Yishuv como uma sociedade cujo *ethos* predominante era coletivista, exigindo que as pessoas renunciassem à sua individualidade em prol dos grandes objetivos nacionais. E de fato, ao contrário das normas aceitas hoje na sociedade ocidental individualista, o poder do coletivo era muito maior do que o do indivíduo. Contudo, como qualquer generalização, essa também é muito simplificadora. Embora o objetivo do movimento nacionalista fosse salvar todos os judeus, para que as pessoas se sentissem motivadas a agir era preciso apresentar uma visão de redenção pessoal. Durante todo o período, portanto, houve uma tensão entre as aspirações individuais à redenção e a demanda de que cada um aceitasse as diretrizes do coletivo.

Os imigrantes da Segunda *Aliá* eram extremamente independentes. Chegavam à Palestina sozinhos, sem o apoio de qualquer organização, e encontravam seu caminho no país como indivíduos. As ideologias e os métodos de funcionamento que criavam eram originais e nasciam sobretudo

da própria experiência na Palestina. A obra de alguns jovens que redescobriram lá sua identidade judaica – como a poeta Rachel Bluwstein ou o escritor Zvi Schatz (companheiro de luta de Trumpeldor) – revela grande ênfase no indivíduo: em seus desejos, suas angústias e seus questionamentos. A literatura traduzida para o hebraico por iniciativa de imigrantes da Segunda *Aliá* é uma literatura do indivíduo – inclui, por exemplo, a poesia de Mikhail Lermontov, as narrativas de Gerhart Hauptmann e os romances de Dostoiévski. A grande diversidade de tendências culturais durante esse período indica uma abertura para o mundo do indivíduo.

Nos anos 1920, sob a influência da Revolução Bolchevique, começou a brilhar a estrela do coletivo. Entre os imigrantes da Terceira *Aliá*, principalmente no Gedud Haavodá, havia tendências coletivistas. Os grupos que chegaram à Palestina mais tarde se juntaram a organizações centralistas, com ênfase na autoridade comunitária sobre o indivíduo. Membros do Hashomer Hatzair imigraram à Palestina como discípulos de Freud e Gustav Landauer, individualistas fervorosos que buscavam a redenção pessoal. Porém, uma vez na Palestina, organizaram-se num movimento marxista que aceitava o “coletivismo ideológico”. Em outras palavras, após acalorados debates ideológicos, a posição da liderança histórica do movimento (Yaakov Hazan e Meir Yaari) costumava ser acatada. Grupos de imigrantes do Hechalutz e do Betar, e gente dos movimentos juvenis trabalhistas da Palestina nos anos 1930, dedicavam-se à comunidade e subordinavam os desejos individuais à determinação do “movimento”. Membros de organizações clandestinas e paramilitares do Yishuv aceitavam a autoridade do coletivo sob a forma de uma regra inviolável: “Fomos todos cunhados para a vida, / Só a morte nos expulsará das fileiras”, como compôs Avraham Stern para o hino do Lehi.

Havia, nitidamente, minorias idealistas que aceitavam o que ficou conhecido na época como “a decisão do movimento”. Para um movimento que tinha assumido a tarefa de construir uma nação, era vital a existência dessas minorias. A questão é: até que ponto as normas eram predominantes

para o público em geral? Além disso, o coletivo tinha o poder de obrigar os indivíduos a aceitarem sua disciplina? A publicidade, a propaganda e a educação exaltavam aqueles que aceitavam o jugo do coletivo, embora com reservas. O tema da “elevação do homem” e a importância do indivíduo, por exemplo, eram centrais para os movimentos juvenis da Palestina. A literatura, inclusive a que foi produzida pela geração de 1948, mostrava-se ambivalente em relação ao coletivismo. Os protagonistas de narrativas sobre o *kibutz* – *Maagalot* (Círculos), de David Maletz, *Efraim hozer laaspeser* (Efraim volta para a alfafa), de S. Yizhar, e *Haderasha* (A prédica), de Haim Hazaz – eram todos individualistas fora do comum, que se rebelavam contra as normas aceitas.¹³ Até o emblemático romance *Hu halakh basadot* (Ele andou pelos campos), de Moshe Shamir, tido como obra que expressa o *ethos* coletivista, cria uma confrontação entre, por um lado, as aspirações de Mika, a protagonista mulher, à felicidade individual, e, por outro, o comprometimento do protagonista do sexo masculino, Uri, com o coletivo.

Na época, as pessoas tinham consciência das tensões existentes entre o coletivo e o individual. Não se enxergavam como sujeitas a uma autoridade inevitável, e sim como gente que fazia escolhas. A *intelligentsia* que se identificava com o movimento trabalhista manteve seu ideal individualista, expressando-o em sua obra. Um bom exemplo é o escritor Nathan Alterman, autor de *A sétima coluna* (título que se refere tanto à sua coluna semanal num jornal como também a um livro de poemas recolhidos a partir da coluna) – poesia política, no amplo sentido da palavra, que contribuiu para moldar o *ethos* coletivo – e *Kokhavim bahutz* (Estrelas lá fora), livro de poemas líricos de amor. A popularidade de Nathan Alterman entre os jovens demonstra a profunda identificação que nutriam com as experiências individuais e com a expressão pessoal.

Embora os discursos público e político criassem a impressão de que a autoridade do *ethos* coletivo era universalmente aceita, por trás disso havia tendências individualistas que não aceitavam “a decisão do movimento”. Os indivíduos “na montanha” – Monte Scopus, onde ficava a Universidade Hebraica – não obedeciam ao *ethos* do vale. Era espantosa a taxa de

abandono nos movimentos juvenis, antes mesmo de os membros chegarem a um *kibutz*. Depois de imigrar, muitos membros do Hechalutz decidiam procurar trabalho em Tel Aviv, em vez de ir para uma comunidade rural. Assim, nem todos que iam para os *kibutzim* acabavam vivendo nesses locais. Sempre que as autoridades do Yishuv apelavam para um esforço voluntário maciço – alistamento no Exército britânico, contribuição ao Kofer Hayishuv (fundo que financiava necessidades de segurança) ou ao Magbit Hagiyyus Vehahatzala (apelo para financiar o esforço de guerra do Yishuv em 1942) –, era muito difícil fazer as pessoas aceitarem sem coerção as decisões da comunidade. A ideia de um Yishuv que acolhia espontaneamente as decisões comunitárias parece exagerada e simplista, omitindo os diversos matizes existentes naquele mosaico. Vale lembrar, também, que até a década de 1950 o pêndulo que oscilava entre o direito do indivíduo e o direito da nação estava mais próximo do interesse nacional. Numa época em que as nações lutavam pela sobrevivência, como durante a Segunda Guerra, interesses pessoais ficavam relegados a segundo plano, para onde quer que se olhasse.

O DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA PECULIAR NO YISHUV

O Yishuv costuma ser descrito como uma sociedade que exaltava tanto o trabalho braçal quanto o trabalhador simples e desprezava a ocupação intelectual. Artistas, escritores e poetas que eram membros do Gedud Haavodá relatam que sentiam a necessidade de esconder suas “inclinações” intelectuais para não serem ridicularizados ou perderem prestígio. Mas, embora algumas pessoas façam esse tipo de relato, não é possível generalizar suas experiências. O Yishuv herdou tanto da tradição russa quanto da tradição judaica o apreço pelo escritor e pelo poeta. Desde a Segunda *Aliá*, ao mesmo tempo em que se exaltava o trabalhador braçal, também havia grande consideração pelo intelectual. Yosef Haim Brenner morava no

acampamento do Gedud Haavodá, em Migdal, e era muito admirado, embora a maioria de seus companheiros – para os quais ensinava hebraico – não conseguisse ler suas histórias. Uri Zvi Greenberg, que chegara à Palestina em 1924, foi recebido com entusiasmo, e seu volume de poemas *Um enorme pavor e a lua* foi publicado no ano seguinte. Os dois partidos de trabalhadores, Ahdut Haavodá e Hapoel Hatzair, competiam pela publicação de revistas literárias. Considerando as dificuldades financeiras que uma empreitada dessas envolvia, as iniciativas demonstram a importância atribuída à vida cultural.

Na década de 1920, o centro da cultura hebraica passou da Rússia para a Palestina. S. Y. Agnon, Ahad Haam e, acima de tudo, Chaim Nachman Bialik estabeleceram-se na Palestina e ganharam, além de renome, um grande número de admiradores. Em 1925, Berl Katznelson começou a publicar o jornal da Histadrut, *Davar*, e convidou a *intelligentsia* do Yishuv para contribuir no periódico. Outro exemplo da importância atribuída à *intelligentsia* é a relação especial entre o movimento trabalhista e a Universidade Hebraica. Diversos membros do Brit Shalom (ver capítulo 3) participavam do corpo docente da universidade. Quando a disputa entre árabes e judeus se intensificou, ficou claro como era insignificante a minoria do Brit Shalom. O contraste entre o posicionamento dos professores e o dos estudantes da Universidade Hebraica de Jerusalém era especialmente forte. Apesar disso, o diálogo entre o Brit Shalom e a liderança do movimento trabalhista continuou em curso durante esse período. Os primeiros eram considerados interlocutores dignos, que não deviam ser excluídos do movimento sionista, mesmo quando suas opiniões contrariavam o posicionamento da Executiva da Agência Judaica.

A importância de heróis culturais na construção da sociedade do Yishuv não pode ser minimizada. Brenner e Gordon tornaram-se modelos paradigmáticos para o movimento trabalhista; os movimentos juvenis usavam a obra desses autores para instruir seus membros. Bialik, o poeta nacional, tinha carta branca para criticar todos os episódios que aconteciam entre os judeus ou no Yishuv. Escritores como Uri Zvi Greenberg, Avraham

Shlonsky, Eliezer Steinman, Alexander Penn e, depois deles, Nathan Alterman, Yonatan Ratosh, S. Yizhar, e os escritores e poetas da geração de 1948, ganharam *status* especial, algo semelhante ao lugar reservado aos intelectuais na sociedade russa ou francesa. Para a direita revisionista, Uri Zvi Greenberg vestia o manto de poeta-profeta que previa o futuro. Nos anos 1940, “A sétima coluna”, de Alterman, que expressava o espírito do Yishuv e suas aspirações, era considerada a voz mais autêntica da época. O escritor não hesitava em usar uma moral humanista para atacar os atos e erros da esquerda e da direita, mas sua verdadeira fama no Yishuv nasceu a partir das críticas veementes que fez à política britânica.

O movimento trabalhista exaltava o que chamou de “trabalhador culto” – um trabalhador que também consumia cultura – e se esforçou para pôr fim ao fosso que separava intelectuais e trabalhadores braçais. Embora essa missão nunca tenha sido cumprida, a intenção de colocá-la em prática refutava a ideia de que haveria tendências anti-intelectuais dentro do movimento. As bibliotecas públicas dos conselhos de trabalhadores serviam a um amplo público leitor que buscava livros em hebraico. Suas salas comunitárias de leitura viviam lotadas de leitores de jornais e revistas. As descrições dos concertos de orquestra filarmônica em Harod Spring e o incentivo a corais e outras atividades musicais nos *kibutzim* demonstram o interesse pela experiência cultural e estética, que persistia mesmo sob condições de dificuldade material. A publicidade dada a todos esses recursos culturais confirma a importância que a liderança lhes atribuía. Herzl tinha apontado o número excessivo de intelectuais judeus como uma das causas do antissemitismo. Mas – ainda que na teoria o novo judeu devesse descartar a espiritualidade excessiva atribuída ao judeu intelectual (em oposição aos trabalhadores, que ganhavam a vida a partir do trabalho físico) – a riqueza em termos de vida espiritual que se desenvolveu no pequeno Yishuv, tornando-o o centro da cultura hebraica, comprova que também sob esse aspecto há uma grande distância entre os lugares-comuns e a realidade.

O pioneiro-modelo, que carregava ao mesmo tempo uma enxada e um fuzil, trazia mais um atributo: falava hebraico. Nas fazendas de treinamento

da Diáspora, aqueles que sabiam hebraico tinham prioridade para imigrar. Essa política evidencia a enorme importância dada à língua e à cultura dela derivada para moldar a nação, em consonância com a tradição nacionalista europeia, em que o idioma de uma nação representava um símbolo fundamental de sua existência como entidade nacional. A “guerra das línguas” que eclodiu na Palestina mais para o final do período da Segunda *Aliá* garantiu o predomínio do hebraico nas instituições de ensino seculares e também nas instituições *Mizrachi*. Apenas os ultraortodoxos utilizavam o ídiche como língua de instrução. Durante o período do Mandato, representantes do Yishuv pleitearam que o hebraico fosse reconhecido como língua oficial, junto com o árabe e o inglês, e em grande medida tiveram êxito. O prestígio do hebraico estava simbolicamente presente no nome do país, conhecido como Palestina-Eretz Yisrael, uma espécie de conciliação entre as demandas dos judeus de que a histórica herança judaica fosse reconhecida e a oposição frontal dos árabes a isso.

Apesar de o Yishuv ter se tornado, nos anos 1920, o centro mundial da cultura hebraica, o lugar de destaque não determinou a predominância do hebraico como língua falada. Cada onda de imigração trazia consigo a língua materna dos imigrantes. A principal língua judaica era o ídiche, estimada língua materna de todos os defensores do hebraico. Após a Conferência da Língua Ídiche em Czernowitz, em 1908, e sobretudo a partir dos anos 1920, o ídiche e o hebraico passaram a competir pela preferência dos judeus. Enquanto as *belles lettres* floresciam em hebraico, o mesmo tipo de literatura aparecia em ídiche. Assim, conforme o hebraico era “rebaixado” de língua sagrada a língua secular, o ídiche “elevava-se” de língua vernácula para língua de alta cultura. Os movimentos socialistas Bund e Volkist, que lutavam pela autonomia judaica no Leste Europeu, encaravam o ídiche como língua das massas judaicas, e o hebraico, como língua sagrada e conservadora de uma elite judaica instruída, apartada da vida do povo comum. Depois da Revolução Bolchevique, o Partido Comunista criou a Yevseksia (seção judaica), responsável pela cultura judaica na Rússia. Tendo

associado o hebraico ao sionismo, agiu para suprimir os dois, banindo-os na URSS.

O movimento sionista, no entanto, não banuiu o ídiche. O Hechalutz conduzia suas atividades na Polônia basicamente nessa língua, pois a maioria dos candidatos à imigração não sabiam hebraico. Ben-Gurion, hebraísta declarado, que usava a língua antes mesmo de chegar à Palestina, optou pelo ídiche durante os comícios eleitorais na Polônia. Fez o mesmo quando visitou os campos de pessoas desalojadas, na Alemanha, após a Segunda Guerra. Porém, na medida em que a esquerda não sionista associava o ídiche à rejeição política do sionismo, definindo-o como adversário do hebraico, as duas línguas judaicas pareciam competir.

Com o início da imigração em massa, aumentou a vontade de garantir a predominância do hebraico como língua falada na Palestina. Em Tel Aviv, formou-se a Legião dos Defensores da Língua; seus membros repreendiam as pessoas que conversavam em ídiche em público. Isso aconteceu com Bialik, que preferia falar em ídiche a falar em hebraico, língua em que, segundo ele, não conseguia ter tanta fluência. Na década de 1930, os entusiastas do hebraico enfrentaram outro problema: a maioria dos imigrantes que vinham da Alemanha falavam apenas alemão e demonstravam pouco talento para aprender uma nova língua. Esses entusiastas argumentavam que os alemães não deviam falar o idioma dos nazistas no meio da rua. O fanatismo desnecessário só serviu para dificultar ainda mais a nova vida dos imigrantes.

A geração mais nova acabou aprendendo o hebraico e ganhando certa fluência na língua, sinal de que os outros idiomas só tiveram um apelo temporário sobre a população. Tel Aviv, a arena onde se deram os episódios de fanatismo desnecessário, exibiu tolerância em relação a línguas estrangeiras numa seara digna de nota: os nomes das ruas. Apesar de ser conhecida como “a primeira cidade hebraica”, Tel Aviv prestou homenagem aos pais fundadores do sionismo, a seus escritores e poetas, e também a importantes judeus da história, sem se incomodar com seus nomes não hebraicos. Por fim, o debate ídiche-hebraico se esvaziou com a aniquilação

de milhões de judeus – os falantes de ídiche – no Leste Europeu. Na URSS, a cultura ídiche foi destruída no final da década de 1940, junto a seus seguidores, enquanto nos Estados Unidos simplesmente desapareceu conforme as gerações mais velhas foram morrendo.

Promover o pioneiro como tipo ideal do movimento trabalhista era parte de uma tentativa multifacetada de forjar, na Palestina, uma sociedade que servisse de alternativa à sociedade burguesa. As sementes dessa sociedade utópica eram os assentamentos de trabalho, onde o estilo de vida se encaixava perfeitamente ao ideal. Porém, a maioria dos trabalhadores moravam nas cidades e se identificavam apenas parcialmente com a ideologia trabalhista. Sentiam-se atraídos pelo estilo de vida burguês, pelas tentações da cidade e por seu hedonismo. Ainda assim, o compromisso dessa fração da população com o movimento trabalhista e a aceitação de sua ideologia como base para a construção do país eram vitais a um movimento que buscava consolidar sua hegemonia política por meio do apoio das massas.

A socialização dos trabalhadores e de suas famílias no espírito do *ethos* dominante foi conduzida de forma direta e indireta. Os adultos e os jovens que trabalhavam eram convidados a assistir a aulas de hebraico e a participar de outras aulas noturnas, para aumentar seu grau de instrução. O jornal *Davar* foi concebido para levar a visão de mundo da esquerda sionista a todos os lares. Nos anos 1930, surgiu a *Davar Liyeladim* (*Davar* para crianças), revista semanal de alto padrão, cujo objetivo era educar uma geração de jovens leitores. Com certa frequência, o jornal *Davar* publicava livros relevantes para o mundo socialista-sionista, e os distribuía com desconto a seus assinantes. No início dos anos 1940, a doutrinação por meio de material impresso ficou completa com a criação da editora Am Oved (Povo Trabalhador). À diferença dos braços editoriais do Hashomer Hatzair e do Hakibbutz Hameuhad – que tinham por objetivos primordiais a doutrinação marxista e a manutenção de um posicionamento simpatizante em relação à URSS –, a Am Oved alimentava o gosto literário de seus leitores no mesmo tempo em que priorizava os temas judaicos e a

identificação com o povo judeu. Em 1928, o Teatro Habima chegou da Rússia e estabeleceu uma nova sede em Tel Aviv. Apesar da enorme admiração angariada pelo Habima, a Histadrut fundou o Teatro Haohel, definido como teatro dos trabalhadores, componente importante da sociedade alternativa. A associação esportiva Hapoel enfatizava a diferença entre uma associação de trabalhadores e a associação da classe média, Maccabi. Em seus primórdios, a associação dos trabalhadores não incentivou os esportes competitivos, mas concentrou-se nos esportes populares. Com o passar dos anos, a diferença entre as duas perdeu força, mas a associação Hapoel reteve a lealdade de seus membros de esquerda, que se identificavam com o time de futebol da camisa vermelha, um nítido simbolismo de classe.

Além de serviços como o fundo previdenciário e a bolsa de empregos, a Histadrut criou os “alojamentos para trabalhadores”: eram bairros agradáveis, bem planejados, com ampla área verde separando os prédios. Criou, também, escolas para os filhos dos trabalhadores, onde se promovia a importância do trabalho manual, incentivando os alunos a cultivarem o jardim e terem contato com os animais, e transmitiam-se os valores do movimento trabalhista. Essas moradias e escolas serviam sobretudo às famílias de oficiais e trabalhadores permanentes – a elite da classe trabalhadora. Trabalhadores mais pobres não conseguiam pagar por esse tipo de alojamento e costumavam mandar seus filhos para as escolas comuns do sistema educacional. Porém, a tentativa de se criar uma comunidade de trabalhadores, em que todos morassem próximos uns dos outros e assimilassem as mesmas normas de conduta e comportamento, foi de fundamental importância para formar a consciência de que faziam parte de uma cultura diferente.

Essa cultura tinha seus próprios símbolos e peculiaridades. A moda, em termos de vestuário, enfatizava a discrição do proletariado: a camisa de algodão simples, de tom azul, usada pelos membros dos movimentos juvenis (“A camisa azul supera qualquer joia”, eles cantavam); a camisa russa, de abotoação lateral, reservada para ocasiões festivas, como a noite de *shabat*; o

sarafan (vestido estilo avental) das moças e suas longas tranças; as bermudas cáqui usadas pelos combatentes do Palmach; o chapéu de pano dos *kibutzniks*; e o quepe pontudo do trabalhador urbano. Dançar na noite de *shabat* era uma das típicas atividades de lazer. Os membros dos *kibutzim* e dos movimentos juvenis preferiam danças em roda, que não exigiam habilidades específicas e tampouco excluía os solteiros. Nas rodas de *hora*, giravam a uma velocidade vertiginosa, ao som de canções hassídicas, ressaltando a conexão entre o êxtase religioso e o secular. As danças em pares, com melodias russas, receberam selo de aprovação, pois eram “danças folclóricas” que resgatavam do esquecimento a cultura popular autêntica, sob o espírito de reinventar a tradição dos movimentos nacionalistas europeus. Rodas de cancionero que duravam horas criavam a noção de pertencimento à comunidade e de compartilhamento de valores. Nesse campo, a ênfase também recaía na igualdade; dava-se preferência a corais e não a solistas arrogantes. Nas festas ou dias comemorativos, as cerimônias tendiam a incluir nas performances o máximo possível de crianças. Essa prática fez nascer a leitura de textos em sequência, o que não exigia talentos vocais nem de atuação. Um dos textos mais populares era o poema “Massada”, no qual Yitzhak Lamdan descreve o momento em que os judeus fogem dos *pogroms* na Ucrânia, em 1920, e vão para a Palestina, ao mesmo tempo que buscam resistir à sedução do encantamento Vermelho. “Abra seu portão, Massada, que eu, refugiado, entrarei!” declara Lamdan, para quem Massada simbolizava o renascimento da Palestina, e não sua destruição. Ele exclama: “Ergue-te, chama da dança! / Massada não cairá nunca mais!”¹⁴

O calendário judaico oferecia uma grande oportunidade de se aplicarem símbolos religiosos ao mundo secular e adaptá-los às necessidades do assentamento de trabalho. Assim, os feriados de Sucot (Tabernáculos), Pessach e Shavuot (Pentecostes) tornaram-se festivais agrícolas. Todo *kibutz* que se prezava tinha sua própria cerimônia de *bikurim* (colheita dos primeiros frutos), com uma procissão que exibia todas as suas façanhas em termos de produtos agrícolas e pecuários, além dos maquinários mais modernos para o trabalho no campo. Esses festivais davam origem a

tradições musicais e de dança. Os membros dos *kibutzim* decoravam as paredes dos refeitórios de acordo com seus talentos artísticos. O *Seder* de Pessach era uma grande celebração festiva que também acontecia no refeitório, onde as mesas eram cobertas de toalhas brancas; substituía-se a tradicional Hagadá por uma versão escrita *in loco*, que refletia o espírito da época e seus problemas, e incluía, ainda, a leitura de excertos literários e muita música.

Contudo, a tentativa heroica de criar uma sociedade alternativa e inventar os próprios padrões culturais adequados nunca superou o poder de sedução da modernidade burguesa. O modelo da pequena burguesia conviveu e floresceu junto ao dos trabalhadores. Em Tel Aviv, centro da sociedade burguesa, imigrantes poloneses construíram, na década de 1920, uma pletora de “casas de sonho”. A intenção era que combinassem a arquitetura do Leste e do Oeste, mas na verdade essas casas transformaram-se numa coleção extraordinária e singular, com estilos ecléticos que manifestavam as aspirações da burguesia de Tel Aviv por uma vida de conforto e requinte. Algumas áreas da cidade foram construídas na década de 1930, no estilo Bauhaus, com amplos apartamentos que esbanjavam as inovações arquitetônicas então recentes.

Desde o momento em que o primeiro quiosque foi construído em Tel Aviv, no período da Segunda *Aliá*, a cidade demonstrou uma nítida tendência ao hedonismo e à alegria de viver. Começando nos anos 1920 e intensificando-se nos anos 1930, as vitrines das lojas nas principais avenidas exibiam o que era última moda em Paris. Os cafés e restaurantes viviam lotados. A elite cultural e política preferia marcar seus encontros nos cafés burgueses a marcar nas cozinhas de trabalhadores ou nos modestos centros culturais. No calçadão de Tel Aviv havia inúmeros cafés, um ao lado do outro, onde podiam-se ouvir orquestras; assim, os comensais conseguiam dançar danças de salão, como tango e valsa, na melhor tradição europeia. O contraste absoluto entre o estilo de vida ascético do assentamento de trabalho e o hedonismo escancarado da cidade provocou muitas críticas em relação a Tel Aviv, cuja existência por si só representava uma tentação

constante para os pioneiros que tinham de renunciar aos prazeres da vida para construir a nação. Pouquíssimos trabalhadores urbanos conseguiam resistir ao glamour burguês.

A cultura de lazer de Tel Aviv atraía tanto a classe média quanto a trabalhadora. As massas gostavam de frequentar a praia, programa adequado a seus desejos e também a seu bolso. Cartazes convidavam o público para eventos culturais, desde as noites de *Oneg Shabat* (lit., o prazer/o recebimento do *shabat*) – conduzidas por Bialik como expressão da alta cultura hebraica que os intelectuais buscavam alimentar –, até o teatro satírico, como o *Kumkum* e o *Matateh*. A principal atividade de entretenimento era o cinema, embora os mais cultos o condenassem, afirmando seu caráter vazio e escapista. Os desfiles de *Adloyada* que acompanhavam os festejos de Purim (o nome vem do ditado rabínico segundo o qual se deveria festejar Purim até que se perdesse a consciência – *ad delo yada*) eram exemplos da cultura leve e divertida que caracterizava Tel Aviv e atraía multidões. Nessa época, as ruas ficavam tomadas de gente vinda de todos os cantos do país, inclusive dos assentamentos de trabalho, para se fantasiar e aproveitar o clima de carnaval. Até mesmo os árabes de Jaffa gostavam de passear em meio às turbas animadas.

A Feira do Oriente, com sua primeira edição em 1932, representou a oportunidade de o país exibir seus feitos industriais e agrícolas. Todos os principais dignitários estiveram presentes na inauguração. Tel Aviv se mostrou o coração econômico e industrial da Palestina, tão importante quanto o assentamento de trabalho. Uma jovem estudante americana que chegou ao país em 1947 mostrava-se impressionada com as diferenças entre Tel Aviv e Jerusalém, onde morava: “Tel Aviv está anos-luz à frente da provincial Jerusalém; é uma cidade muito sofisticada e cosmopolita, com um leve sotaque do hebraico.” A cidade a fazia lembrar de Coney Island: “Há uma certa atmosfera de carnaval: grandes letreiros, barulho, rostos sorridentes, crianças escandalosas e cores chamativas.”¹⁵

Tel Aviv também era palco de grandes eventos. Com seus auditórios pequenos e abafados e, ainda, sob o clima mediterrâneo, a preferência recaía

nas áreas externas, para abrigar uma espécie de teatro de rua. Comícios políticos ao ar livre duravam horas, com o público de pé conforme ouvia avidamente os oradores. Calor, suor e multidão não incomodavam as hordas de seguidores. Na era pré-televisão, o comício político era a forma mais direta de contato entre a população e seus líderes. A presença nesses eventos demonstrava apoio aos organizadores, além da disposição de se engajar na causa por algumas horas, discursando sobre questões políticas. Os comícios eram, ao mesmo tempo, atos políticos e fonte de diversão, uma vez que os líderes eram oradores de mão cheia que sabiam como conquistar plateias.

No Primeiro de Maio, havia manifestações de massa da Histadrut e dos partidos de esquerda. A liderança da Histadrut, as associações sindicais, os locais de trabalho (em especial os que pertenciam à Hevrat Haovdim, ou sociedade de trabalhadores), os *kibutzim* e os movimentos juvenis faziam questão de que seus membros marcassem presença. Hasteavam-se bandeiras vermelhas e ouviam-se discursos inflamados; depois, o público se dispersava calmamente. No Dia de Tel Hai (11º dia do mês hebraico de Adar), homenagem a Trumpeldor e seus companheiros que foram mortos na Batalha de Tel Hai em 1920, os movimentos juvenis marchavam pelas ruas da cidade, com os membros do Betar, de uniforme marrom, caminhando em separado dos que vestiam camisa azul. Se o Dia dos Trabalhadores simbolizava o apoio ao movimento operário em todo o mundo, o Dia de Tel Hai representava a luta sionista pela Palestina. O Betar ressaltava o mito de Trumpeldor, o combatente, que, já caído e à beira da morte, sussurrou: “Não faz mal, é bom morrer por nossa terra.” Os de camisa azul ressaltavam Trumpeldor como um trabalhador pioneiro, homem que arava o solo. O lema “O que construímos não deve ser abandonado”, cunhado por um dos que morreram em Tel Hai, tornou-se central para o *ethos* do movimento trabalhista.

As procissões com tochas, em Chanuká, conduzidas pelos movimentos juvenis, refletiam as mudanças sofridas pela festa. A tradicional festividade em torno do pequeno jarro de óleo tinha se tornado uma celebração do heroísmo. O heroísmo dos macabeus servira de inspiração aos pais

fundadores do sionismo e a seu sonho de transformar a imagem dos judeus. “Os macabeus renascerão”, declarou Herzl.¹⁶ Quando Bialik quis enfatizar a desgraça dos judeus durante o *pogrom* de Kishinev, comparou a covardia judaica com o heroísmo de seus ancestrais macabeus. E, no poema “Dizem que há uma terra”, Tschernichovsky declara: “Você é o macabeu!”¹⁷

Não fomos agraciados com *nenhum* milagre,
Não encontramos nenhum jarro de óleo
Rompemos a rocha até sangrarmos
E fez-se a luz!

Assim cantavam os jovens do ativismo sionista, opondo-se aos que acreditavam na redenção milagrosa.¹⁸ O tradicional pião de Chanuká, bem como as panquecas de batata continuaram populares, mas a festa como um todo adquiriu uma camada de sentido público cujo objetivo era demonstrar a tradição histórica de heroísmo na Terra Santa.

Tel Aviv foi também a cidade eleita para abrigar grandes funerais. A tradição começou com os funerais dos cidadãos mortos nos confrontos de 1921, incluindo o venerado escritor Yosef Haim Brenner. Mais tarde, foi a vez de Chaim Arlosoroff, o chefe assassinado do Departamento Político da Agência Judaica (1933); depois, de Bialik; do prefeito de Tel Aviv, Meir Dizengoff; de Berl Katznelson, e muitos outros. Os heróis da cultura eram homenageados em grandes funerais públicos, como sinal de respeito por quem foram e pelo que haviam lutado. Os funerais das vítimas dos conflitos davam a oportunidade de expressar apoio e lealdade aos trabalhistas ou à direita. As manifestações das massas contra o governo mandatário tinham propósitos semelhantes. Muito significativas foram as manifestações contra o Livro Branco de 1939 e também as que aconteceram depois da Segunda Guerra, exigindo que os portões da Palestina fossem abertos. O lema era: “Imigração livre, por um Estado Judeu.”

O sistema educacional buscava inculcar na geração mais nova o comprometimento com a filosofia sionista. Às sextas-feiras, as crianças chegavam à escola com uma doação para o Fundo Nacional Judaico e depositavam a quantia numa caixinha azul. A turma que arrecadasse mais dinheiro ganhava uma menção honrosa, com uma cerimônia cheia de músicas que ressaltavam a importância desse tipo de contribuição para redimir a terra. Uma das aulas ministradas na escola primária chamava-se “Pátria”, quando se falava sobre a geografia, o clima e a flora do país. Na primeira página do livro de exercícios, havia um mapa da Palestina, e era ali que as crianças anotavam as músicas de cunho nacionalista que aprendiam ao longo do ano. Os livros infantis enfatizavam a conexão com o país. “Nossa terra, você é bonita” era o título de um deles. Nos livros didáticos, não faltavam termos como “pátria” e “nossa terra”, por exemplo. “Assim que o sol brilha nas montanhas, / E enquanto o orvalho do vale ainda cintila. / Nós te amamos, nossa pátria, / Com alegria, com música, com trabalho”, cantavam as crianças. “Das encostas do Líbano até o mar Morto / Iremos arar os seus campos. / Plantar, cultivar e construir para você, / Para que fique bela.” Ninguém questionava, nessa música, a personificação da terra, em si, no lugar da nação.¹⁹ Um festival de plantio de árvores acontecia no décimo quinto dia do mês hebraico de Shvat. Segundo a narrativa sionista, os árabes tinham destruído as florestas do país, causando a erosão do solo. Caberia aos judeus, portanto, restaurar à Palestina sua beleza original, como terra que esbanjava leite e mel; para tanto, precisavam plantar árvores. A cerimônia de plantio das árvores, protagonizada por crianças do jardim de infância e da escola primária, estimulava-os a se identificar com o lema de fazer o deserto florescer.

As escolas e os movimentos juvenis promoviam passeios a lugares históricos, como os túmulos dos macabeus em Modiin, Massada e Tel Hai. Essas viagens incluíam explicações sobre o contexto dos episódios do passado. As músicas que os participantes cantavam durante os passeios, os textos lidos, o esforço físico das caminhadas, a identificação entre os grupos de colegas, o sentimento de união e pertencimento, tudo isso ajudava a

fincar o amor pelo país, por suas paisagens e por sua história na psique dos adolescentes. A identificação com a terra, com o calor e a poeira e com as nascentes nas montanhas era especial nas crianças que nasciam e eram criadas na Palestina. A geração de seus pais não sentia o mesmo. Por meio da história judaica e da ideologia sionista, os imigrantes tinham assimilado a ideia de serem os donos do país, mas seu amor pela Palestina não impedia que sentissem nostalgia por outras paisagens. Para as crianças que já nasciam lá, a ideia de serem as donas da terra era inequívoca. Ali era sua pátria – não conheciam outra. Se durante os passeios elas se deparavam com aldeias árabes, encaravam-nas como parte do cenário; talvez como fonte de alguma tensão e sensação de perigo que elevavam a empolgação com a viagem, mas não como representantes de outro povo que alegava direitos de posse sobre o país.

Caso tivesse sido feita uma pesquisa com a população do Yishuv, após a Segunda Guerra, a respeito do *ethos* sionista, pode-se presumir que a maioria citaria os lemas sobre “inverter a pirâmide” e criar uma classe trabalhadora na Palestina, sobre a importância do pioneiro, o fascínio dos jovens, as más intenções dos ingleses e o atraso dos árabes. Provavelmente, os entrevistados condenariam os que empregavam mão de obra árabe e defenderiam a imigração livre à Palestina. Caso fossem perguntados se estavam dispostos a dedicar seu tempo e sua vida para alcançar objetivos nacionais, um alto percentual teria declarado que sim. Pode-se presumir, também, que teriam demonstrado confiar na liderança sionista comandada por David Ben-Gurion e teriam se mostrado dispostos a segui-lo. À primeira vista, a pesquisa teria apontado o predomínio da ideologia socialista-sionista sob a forma moderada do Mapai. No plano consciente do discurso público, da propaganda e da educação, essa era uma visão de mundo consensual, aceita também pelo centro e até mesmo pela direita. Agora, uma questão completamente diferente é saber até que ponto essa visão de mundo servia de norte para a vida cotidiana.

NOTAS

1. David Shimonovitz. “Mered haben” (Rebelião do filho), publicado originalmente na revista do Hashomer Hatzair, em Varsóvia, em 1922. Publicado depois, *inter alia*, em *Songbook*. Tel Aviv: Yakhdav, 1965, p. 76.
2. Uri Zvi Greenberg. “Tzvah haavodá” (O Exército do trabalho). *Beemtza haolam uveemtza hazmanim* (No meio do mundo, no meio dos tempos). Hakibbutz Hameuhad, 1979, p. 32.
3. Avraham Shlonsky. “Amal” (Labuta). *Poemas*. Merhavia: Sifriat Hapoalim, 1965, p. 165.
4. Uri Zvi Greenberg. “Hizdaharut” (Iluminação). *Beemtza haolam uveemtza hazmanim* (No meio do mundo, no meio dos tempos). Hakibbutz Hameuhad, 1979, p. 52.
5. Avigdor Hameiri. “Shnei mikhtavim” (Duas cartas), canção popular.
6. Shaul Tschernichovsky. “Ani maamin” (Eu creio). *Kol kitvei Shaul Tschernichovsky* (Obra completa), vol. I. Tel Aviv: Am Oved, 1990: Poemas e baladas, pp. 27–28.
7. Leah Goldberg. “Oren” (Pinheiro). *Barak baboker* (Relâmpago ao amanhecer). Merhavia: Sifriat Hapoalim, 1957, p. 39.
8. Porath. *Letters from Jerusalem*, p. 51.
9. Berl Katznelson. *Arakhim genuzim* (Valores ocultos). Ephraim Broide (org.). Tel Aviv: Ayanot, 1957, p. 111.
10. Yitzhak Shenhar. “Shir haherut” (Canção da liberdade).
11. Anton Semyonovich Makarenko. *Hapoema hapedagogit* (Poema pedagógico), Avraham Shlonsky (trad.). Merhavia: Sifriat Hapoalim, 1939; Valentin Petrovich Kataev. *Mifras boded malbin baofek* (Uma vela branca brilha). Leah Goldberg (trad.). *Merhavia*: Sifriat Hapoalim, 1942.
12. Alexander Bek. *Anshei Panfilov* (Os homens de Panfilov). Shlomo Even-Shoshan (trad.). Ein Harod: Hakibbutz Hameuhad, 1946.
13. David Maletz, *Maagalot* (Circles). Tel Aviv: Am Oved, 1945; S. Yizhar, *Ephraim hozer laaspeset* (Efraim volta para a alfafa) – publicado originalmente em *Gilyonot*, org. Yitzhak Lamdan, 1938. Reeditado em livro em 1978 (Tel Aviv: Hakibbutz Hameuhad) e em 1991 (Tel Aviv: Zmora-Bitan); Haim Hazaz, *Haderasha* (A prédica), *Luah Haaretz*, 1943, pp. 82–96. Reimpresso, *inter alia*, em *Avanim rotkhot* (Pedras ferventes). Tel Aviv: Am Oved, 1946, pp. 227–244.
14. Yitzhak Lamdan. “Massada”. Tel Aviv: Dvir, 1952.
15. Porath, *Letters from Jerusalem*, p. 31.
16. Binyamin Herzl. *Medinat hayehudim* (O Estado Judeu). Edição de Jerusalém: Agência Judaica, 1986, p. 75.

17. Este verso aparece no primeiro rascunho do poema, de 1923. *Kol kitvei Shaul Tschernichovsky* (Obra completa). Tel Aviv: Am Oved, 1990, vol. 1: Poemas e baladas, pp. 253–255.

18. Aharon Zéev. “Anu nosim lapidim” (Carregamos tochas). *Shirei Hanukkah: kovetz shirim meet malkhinim umehabrim shonim* (Músicas de Chanuká: compilação de canções de vários compositores e letristas). Tel Aviv: Renen, 1971.

19. Nathan Alterman, “Shir boker” (Música da manhã).

PARTE III – 1948–1967

A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA, 1947-1949

A noite de 29 de novembro de 1947, que se seguiu ao voto da partilha da Palestina na Assembleia Geral das Nações Unidas, foi marcada por uma efusão espontânea de júbilo. Multidões dançaram nas ruas, rezas de louvor foram entoadas nas sinagogas abertas especialmente no meio da noite, e crianças adornaram com flores sinistros carros blindados ingleses. Mas David Ben-Gurion foi um dos que não participaram das celebrações. Realista, estava ciente do alto custo em vidas que seria cobrado pela criação do Estado de Israel. Um ano antes, durante o vigésimo segundo Congresso Sionista, Ben-Gurion tinha dito aos responsáveis pela segurança do Yishuv que as forças judaicas deveriam ser contidas, para evitar qualquer confronto com os ingleses; a criação do Estado estava para ser declarada e implicaria não só uma guerra contra os árabes da Palestina, mas também contra as Forças Armadas dos países árabes.

Naquele momento, os membros da Liga Árabe, criada no final da Segunda Guerra Mundial para apresentar uma frente árabe unida, estavam longe de optar por uma intervenção militar na Palestina. A avaliação de Ben-Gurion não se baseava em informações concretas, mas sim em sua observação da dinâmica existente na região, que poderia culminar na invasão da Palestina pelos Estados árabes. Em julho de 1945, essa mesma perspicácia levava-o a reunir um grupo de prósperos judeus em Nova York para convencê-los a disponibilizar os fundos necessários para que a Executiva Sionista adquirisse equipamentos para a fabricação de armas (equipamentos que eram sucateados nos depósitos de armamentos norte-

americanos). A luta na Palestina, disse-lhes Ben-Gurion, não seria mais travada somente contra gangues árabes, mas também contra exércitos árabes, e era, portanto, crucial criar na Palestina uma indústria bélica judaica.

O entusiasmo judaico pela decisão da ONU provinha do fato de que as nações do mundo tinham reconhecido o direito do povo judeu a ter um Estado soberano na Palestina. Para além disso, havia, também, a sensação de que “um grande milagre acontecera”, como conta a história de Chanuká. Essa sensação de milagre, que mais tarde se estenderia a todos os eventos de 1948 (o ano dos milagres), prevaleceu porque, contrariando as expectativas dos árabes e dos ingleses, ambos os blocos – Oriental e Ocidental – apoiaram a proposta. Como foi visto, a União Soviética e o Comintern se opunham virulentamente ao sionismo e eram hostis ao nacionalismo judaico. Devido a essa oposição soviética, quando os ingleses decidiram, em fevereiro de 1947, abandonar a Palestina, presumiram que, por conta da exigência de 2/3 dos votos, a ONU não conseguiria aprovar uma resolução vinculante sobre a região. Mas os soviéticos aproveitaram a oportunidade para minar a posição inglesa no Oriente Médio e acelerar sua retirada da Palestina, apoiando a criação do Estado judeu.

Em abril de 1947, Andrei Gromyko, o representante soviético permanente nas Nações Unidas, fez um discurso apoiando uma resolução sobre a questão da Palestina que reconhecesse os direitos dos judeus, bem como a catástrofe que os havia atingido durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar de ter expressado sua preferência por um Estado binacional, Gromyko descreveu os judeus como uma nação merecedora de um Estado próprio e levantou a possibilidade da divisão do território e da criação de dois Estados, um árabe e um judeu.

O discurso marcou a mudança no posicionamento da União Soviética, que em 29 de novembro votou, junto com seus satélites, a favor da partilha. Esse foi o “grande milagre” que surpreendeu tanto os aliados quanto os inimigos. Os judeus buscaram explicar a mudança no posicionamento soviético como consequência do Holocausto; alguns até alegaram que Stálin

aparentemente havia expressado sua intenção de apoiar um Estado judeu como reparação pelo sofrimento dos judeus durante a guerra. Mas a pesquisa histórica rejeita essa explicação: não foram princípios morais ou justiça histórica que motivaram as grandes potências a apoiar a partilha. Cada uma foi motivada por seus próprios interesses.

O que pareceu aos judeus um milagre divino, um sinal de que existia um sistema global de justiça, foi encarado pelos árabes como um flagrante ato maligno, uma injustiça, uma coerção. Estavam sendo instados a aceitar a partilha de um território que apenas trinta anos antes era considerado árabe, para que se criasse um Estado judeu. A seus olhos, o reconhecimento dos direitos nacionais dos judeus na Palestina era intolerável, e a única resposta possível era a resistência armada.

Essas percepções antagônicas dariam origem às narrativas conflitantes, judaica e palestina, sobre a Guerra de 1948. Os nomes dados a essa guerra refletem o forte contraste: Ben-Gurion a chamou de “*Milkhemet Hakommemiut*”, que se traduz literalmente como “Guerra pela Soberania”, mas cujo sentido é vago e difícil de definir. A expressão comum mais próxima seria “Guerra de Independência”, que expressa a mais importante mudança resultante do conflito: a obtenção da soberania judaica. Os combatentes do Palmach – precursor e batalhão de choque do novo Exército israelense – a chamaram de “Guerra de Libertação”, como se fosse mais uma das guerras anticoloniais, para libertar-se do domínio de um conquistador externo; nesse caso, os ingleses. Entretanto, a guerra não foi travada contra os ingleses, mas sim contra os árabes. Não foi uma guerra de libertação, mas uma guerra entre dois povos, lutando pelo controle do mesmo pedaço de terra. Por sua vez, os árabes referiram-se à guerra com o termo neutro “Guerra de 1948”, sugerindo ser apenas uma de uma série de guerras que tinham sido, e ainda seriam, travadas. Concentraram-se menos na guerra em si, em suas causas e seu curso – a seu ver, problemáticos –, e mais nas consequências: a perda da Palestina como Estado e o exílio de aproximadamente 700.000 palestinos. Para os árabes, foi a Nakba (catástrofe).

Aqueles que atuaram na Guerra de Independência naturalmente não sabiam o que sabemos hoje. Seu discernimento e suas reações, assim como suas ações e falhas deram-se em condições de inteligência falha, com decisões tomadas com base em especulações. Assim, por exemplo, os judeus não acreditavam que os ingleses tivessem realmente a intenção de abandonar a Palestina. Alguns não acreditavam em absoluto nessa possibilidade e viam evidências de uma conspiração secreta inglesa para destruir o Yishuv, enquanto outros acreditavam parcialmente na evacuação. Essa suposição errônea também alimentava a ideia de que os ingleses pretendiam provocar uma situação na qual os judeus, derrotados, implorariam pelo retorno britânico ao governo da Palestina, sem que fosse necessário fazer-lhes qualquer concessão ou apoiar a criação de um lar nacional judaico. Efetivamente, a política inglesa para a Palestina entre 29 de novembro de 1947 e 15 de maio de 1948, conhecido como o período de “conflito intercomunitário”, foi influenciada primordialmente pela necessidade de garantir suas rotas de evacuação da Palestina e o gradual desmantelamento de suas infraestruturas civil e militar. Após sofrer a invasão pelos países árabes, os judeus deixaram de acreditar nas alegações inglesas de que haviam imposto um embargo à entrada de armas no Oriente Médio. Não sabiam que o governo inglês havia recusado todos os apelos de seus oficiais para burlar o embargo e que a Legião Árabe – o principal adversário dos judeus na frente central – estava sem munição e em uma situação desesperadora.

Outro exemplo da defasagem entre as informações de que dispunham os judeus naquele momento e o conhecimento que temos hoje diz respeito ao poderio relativo das forças árabe e judaica. A população árabe a oeste do rio Jordão era duas vezes mais numerosa que a população judaica. Apesar de os ingleses protegerem diligentemente a costa, evitando que armas e combatentes entrassem no país, seu Exército não podia bloquear as fronteiras terrestres. Os árabes podiam facilmente contrabandear armas e combatentes por terra, a partir dos países limítrofes, e o “Exército Árabe de Libertação”, da Liga Árabe, comandado por Fauzi al Kaukji, cruzou a

fronteira antes do término do governo inglês na Palestina. A autoconfiança e a determinação (além da arrogância) da mídia árabe e dos porta-vozes do Movimento Nacional Palestino davam a impressão de que os árabes possuíam uma capacidade militar real, o que gerava preocupação.

Em 30 de novembro de 1947, os árabes provocaram confrontos que deflagraram a guerra entre as duas comunidades nacionais: um distúrbio maciço no novo centro comercial de Jerusalém, com saque e incêndio de lojas judaicas. E a débil resposta da Haganá não prenunciava um futuro auspicioso. Estradas que ligavam os assentamentos judaicos em todo o país e passavam por vilarejos árabes tornaram-se subitamente perigosas, sendo a única exceção a estrada entre Haifa e Tel Aviv. Assentamentos isolados viram-se cercados, e a estrada para Jerusalém foi bloqueada por forças palestinas irregulares. No primeiro mês de conflito, aproximadamente 250 judeus foram mortos – metade do total de vítimas judaicas do período da Revolta Árabe de 1936–1939. A capacidade árabe de lutar parecia séria, e seus recursos, ilimitados.

O que sabemos hoje é que, uma vez iniciados os conflitos, a sociedade árabe palestina começou a desintegrar-se, com elites incapazes de impor sua autoridade civil ou militar. As milícias árabes não foram transformadas em um exército, o país se transformou em um caos e os mais ricos apressaram-se em emigrar para os países árabes vizinhos. Conforme aumentava a anarquia após o colapso da autoridade civil, a classe média também tentou abandonar a Palestina ou, ao menos, mudar-se para a região montanhosa de população predominantemente árabe. Quando os judeus iniciaram a ofensiva e a luta se intensificou, houve pânico, e todos que puderam, fugiram.

Sem dúvida os países árabes, com suas dezenas de milhões de habitantes, pareciam ter um enorme potencial militar, e sua máquina de propaganda divulgava a intenção de jogar os judeus ao mar; em outras palavras, havia uma ameaça de guerra total. De fato, entretanto, apenas umas poucas dezenas de milhares de soldados, mal treinados e mal equipados, participaram da invasão da Palestina. Seu comando estava ultrapassado, e

cada exército era movido por seus próprios interesses, resultando na ausência de coordenação e de um comando central.

Até julho de 1948, os exércitos árabes tinham uma vantagem numérica, mas em pouco tempo o inexperiente Exército israelense conseguiu organizar-se e engajar tropas suficientes para superar o número de invasores. Na época, ninguém poderia saber que a sociedade palestina entraria em colapso, que os ingleses não interviriam, que os exércitos árabes possuíam uma capacidade limitada de luta e que havia uma enorme diferença entre a retórica e a realidade. Os serviços israelenses de Inteligência estavam em sua infância; a inteligência no campo era, no melhor dos casos, primitiva, e a avaliação das situações era muito mais baseada em argumentos do que na análise de elementos concretos. Consequentemente, a guerra está gravada na memória judaica contemporânea como uma guerra total, pela sobrevivência da nação, cujo sucesso se deve à mobilização geral, a sacrifícios sem fim, enorme risco de vida e inúmeras vítimas.

Essa guerra, a mais longa e mais difícil das guerras israelenses, estendeu-se de dezembro de 1947 a março de 1949, matando seis mil israelenses, quase 1% da população judaica. Quatorze assentamentos judaicos foram destruídos e abandonados, e outros ocupados e destruídos pelo inimigo. Uma ordem do alto-comando, denominada “Tel Hai”, determinava que nenhum assentamento deveria ser abandonado e que mulheres e crianças somente seriam evacuadas se assim determinado pelo comandante local. Entretanto, essas ordens nem sempre foram seguidas, devido à pressão dos eventos. Por volta de 60.000 judeus deixaram suas casas, tornando-se refugiados, e aproximadamente um terço da população de Jerusalém deixou a cidade, apesar das ordens contrárias emitidas pela Haganá e pelo comandante militar da cidade. Milhares de pessoas que viviam nas periferias das áreas árabe e judaica optaram por mudar-se para localidades mais seguras. Ficaram repletos os edifícios públicos em Tel Aviv, assim como as entradas e os tetos de edifícios privados, com milhares de refugiados que haviam escapado dos bairros do sul, em frente aos vilarejos árabes e à cidade de Jaffa. Alguns dos judeus mais abastados abandonaram o país durante o

confronto, justificando-se com várias desculpas. Apesar disso, a sociedade judaica e suas elites demonstraram determinação, suportando as pressões do longo conflito. Zipporah Borowsky (Porath) escreveu a seus parentes em Nova York: “Há uma sensação irresistível de pertencimento, de sermos queridos e necessários. Um comprometimento impossível de rejeitar.”¹

Apesar das dificuldades para unificar a Haganá e as organizações paramilitares, a autoridade do Estado sobre toda a população judaica era reconhecida e foi formado um Exército, sob um comando unificado (ver capítulo 8). Governos municipais funcionavam bem e auxiliaram a população durante tempos difíceis, como o bombardeio de Tel Aviv, os ataques de artilharia contra Jerusalém e incidentes envolvendo grandes quantidades de vítimas. Além disso, apesar das enormes dificuldades, os sistemas de comunicação, a imprensa, bem como os sistemas financeiro e econômico continuaram a funcionar, e suprimentos vitais de alimentos chegavam às cidades. Além do confronto, da consolidação da sociedade e da criação das instituições do Estado, o país também absorveu mais de 100.000 novos imigrantes durante o primeiro ano da guerra. Alguns foram alistados no Exército, enquanto outros encontraram moradia em cidades árabes abandonadas.

Durante os primeiros meses da guerra, houve dúvidas a respeito do posicionamento dos ingleses. Após a partilha de 29 de novembro de 1947, tanto judeus quanto árabes puderam manter uma certa autonomia em suas áreas, mas, enquanto continuaram a controlar o país, os ingleses não permitiram que árabes tomassem território judaico, e vice-versa. Nos primeiros meses de luta, os judeus mantiveram-se na defensiva; ou porque não queriam atuar agressivamente estando ainda sob o controle britânico, ou porque não tinham uma estratégia definida para a nova situação, diferente daquela que haviam enfrentado em disputas anteriores contra os árabes. No início, os judeus estavam em desvantagem, sofrendo grandes baixas; por exemplo, em janeiro de 1948, todos os 35 soldados enviados para reforçar o bloco de Etzion foram mortos a caminho de seu destino, por camponeses árabes da região. Um dos mortos foi um estudante norte-

americano, Moshe Perlstein. Ao redor do mundo, havia dúvidas sobre a capacidade de sobrevivência da comunidade judaica. Em 19 de março de 1948, o Departamento de Estado dos Estados Unidos propôs uma emenda à resolução da ONU de 29 de novembro: uma retirada do plano de partilha em troca de uma tutela temporária da ONU na Palestina, uma espécie de mandato sem limitações ao lar nacional.

O principal foco da primeira fase da luta foi a proteção da população civil e a garantia da segurança nas estradas. Para proteger o tráfego, os judeus organizaram comboios com escoltas armadas, mas os árabes rapidamente aprenderam como atacá-los, conclamando centenas de habitantes dos vilarejos próximos para apoiar os agressores. No final de março de 1948, a situação se tornou crítica quando vários comboios importantes resultaram em desastres. O comboio de Nebi Daniel, que levou suprimentos ao bloco de Etzion pela rodovia Jerusalém-Hebron, atrasou seu retorno, dando tempo para que os árabes se organizassem. O comboio caiu em uma emboscada, sofreu pesadas baixas e os soldados judeus só foram resgatados através da mediação inglesa. Em troca de sua liberação, os combatentes tiveram que entregar armas e carros blindados, que foram, por sua vez, entregues aos árabes. Um grande comboio de Hulda para Jerusalém não conseguiu romper o bloqueio e teve de retornar. No norte, os árabes emboscaram um comboio que se dirigia a um *kibutz* isolado, Yechiam; o comboio foi saqueado e quase cinquenta combatentes judeus foram mortos.

A incapacidade dos comboios de manter aberto o acesso a Jerusalém ameaçava deixar isolados seus 100.000 habitantes. “O quadro é trágico, visto de qualquer ângulo”, escreveu Zipporah Borowsky a seus pais. “Na última semana, nenhum comboio saiu da cidade e, pior, nenhum chegou a Jerusalém. Os suprimentos de água e comida estão se esgotando e nosso pior pesadelo poderá se concretizar: nossa separação do Estado judeu.”² Foi um dos momentos mais difíceis da guerra, causando desânimo geral.

Estava claro que teriam de travar a guerra de outra forma, e, em abril de 1948, ocorreu a primeira tentativa de uma ofensiva judaica em larga escala. A Operação Nachshon, uma ação militar na rodovia de acesso a Jerusalém

que incluía a tomada e a destruição de vilarejos em ambos os lados da rodovia, marcou uma nova fase de atuação da Haganá. Sob a pressão de Ben-Gurion, o chefe do Estado-Maior organizou um grande contingente para abrir o caminho a Jerusalém; uma brigada de 1.500 homens foi empregada, enquanto até então não mais que um batalhão havia sido utilizado.

Na noite anterior à operação, um avião cargueiro trouxera da Tchecoslováquia um lote de armamentos imediatamente entregue aos combatentes. Pela primeira vez, cada soldado tinha sua arma. O sucesso da operação se deveu a engajamentos nas duas extremidades da estrada para Jerusalém, que atingiram duas unidades palestinas vitais: o quartel-general de Hassan Salame, perto de Ramla, e as forças comandadas por Abd al-Qader al-Husseini no Castel (colina estratégica que controla a estrada Jerusalém–Tel Aviv). O cume do Castel foi conquistado, e al-Husseini, morto, afetando tanto a capacidade de combate quanto a moral das milícias palestinas. O acesso a Jerusalém voltaria a ser bloqueado, mas antes disso grandes comboios de abastecimento puderam passar, permitindo que a cidade ganhasse fôlego.

Ao mesmo tempo, outro drama se desenrolava nas proximidades de Haifa. O Exército de Libertação de Al-Kaukji tentou ocupar o *kibutz* de Mishmar Haemek com o objetivo de uni-lo aos vilarejos árabes no Monte Carmel, circundando Haifa. Seguiu-se uma dura batalha, na qual um vigoroso contra-ataque das forças da Haganá derrotou Al-Kaukji, obrigando-o a retirar-se das áreas atribuídas ao Estado judeu.

A partir de então, foi possível que a Haganá implementasse o Plano Dalet (Plano D) e se preparasse para a provável invasão por parte dos países árabes. Comandantes das brigadas foram instruídos a ocupar as respectivas áreas, em sua maioria no território designado para o Estado judeu, mas também a defender os blocos de assentamento fora da área de partilha – como Jerusalém, que, de acordo com o mapa de 1947, deveria ser internacionalizada. Pesquisadores pró-palestinos apresentam o Plano D como um projeto de transferência total da população árabe da Palestina.

Porém, como demonstra seu texto, ainda que instrísse comandantes a destruir os vilarejos e expulsar seus moradores se houvesse resistência, também os instruía a deixá-los se não resistissem, garantindo o controle sobre a área. Há uma enorme diferença entre uma ordem de expulsão global e uma ordem seletiva, que pressupõe que vilarejos árabes poderiam viver em paz no Estado judeu. Tiberíades foi a primeira cidade mista a ser conquistada pelos judeus; seus habitantes árabes, que viviam na parte baixa da cidade, foram evacuados com o auxílio dos ingleses, que, nesses casos, ofereciam ajuda ao lado mais fraco; os judeus logo ocuparam os bairros abandonados. Haifa foi conquistada na mesma semana; os habitantes árabes abandonaram a cidade para não se submeterem ao controle judaico, apesar da insistência de vários vizinhos judeus para que ficassem. Golda Meyerson (Meir) fez o seguinte relato à Executiva da Agência Judaica sobre sua visita à cidade em 6 de maio de 1948: “É terrível ver a cidade abandonada. Nas proximidades do porto encontrei crianças, mulheres e velhos aguardando uma oportunidade para sair de lá. Entrei nas casas, algumas das quais tinham ainda o café e a *pita* sobre a mesa, e não pude deixar de pensar que essa tinha sido a situação em muitas cidades judaicas (*i.e.*, na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial).”³ Os ingleses, que agora controlavam somente o enclave do porto, não se opuseram à tomada do controle pelos judeus – talvez os tenham auxiliado –, considerando que tanto Tiberíades quanto Haifa ficavam no território alocado ao Estado judeu pela partilha. No mesmo mês, foram conquistadas a Galileia oriental e a cidade de Safed, onde, ao contrário de em Tiberíades, os ingleses se ofereceram para evacuar a minoria judaica. Os judeus recusaram a oferta e, após uma sangrenta batalha, o Palmach conquistou a cidade, e seus habitantes árabes fugiram.

A liderança judaica ficou estarecida com os bairros-fantasma nessas cidades de população mista e, logo depois, com o enclave árabe em Jaffa, conquistada em 15 de maio. Como uma população inteira podia simplesmente levantar-se e partir? Várias explicações foram cogitadas: talvez houvesse um medo em relação aos judeus, especialmente após o massacre de Deir Yassin no início de abril, quando combatentes judeus tinham atacado

um vilarejo árabe. A propaganda disseminada tanto pelo Etzel, principal responsável pelo ataque, quanto pelos palestinos amplificou o evento para dimensões de terror e atrocidade muito além do ocorrido, que já não fora pouca coisa. A versão que prevaleceu foi a de 240 mortos, mas estudos de pesquisadores palestinos relatam um número próximo de 100 e refutam as acusações de estupro que circularam na época.

Mais uma explicação para o êxodo generalizado dos árabes inclui o pressuposto de que a evacuação seria temporária e que a população poderia retornar a seus lares após a vitória dos exércitos árabes. Outra explicação circulava entre os judeus e tornou-se parte da narrativa israelense: a de que a liderança palestina teria obrigado a população a retirar-se, para facilitar as operações militares contra os judeus. Essa explicação, baseada em fontes árabes, não tem fundamento. Mesmo nessa etapa da guerra, tanto a liderança palestina quanto a dos países árabes tentavam convencer a população a manter-se firme e não abandonar o país. Contudo, o colapso da sociedade palestina e de seu governo levou a uma fuga em massa, que, de acordo com as estimativas aceitas, somou 300.000 pessoas antes de 15 de maio de 1948.

A INVASÃO ÁRABE

Conforme emergia e espalhava-se pelo mundo árabe a magnitude da derrota árabe palestina e o horror da suposta brutalidade judaica, intensificava-se a pressão da opinião pública local para que os países árabes fossem em auxílio de seus irmãos palestinos. Apesar da dificuldade em formar um comando militar unificado, assim como as mútuas suspeitas em relação aos objetivos de cada uma das partes na Palestina, em 30 de abril os países árabes decidiram-se pela invasão.

O exército árabe mais bem equipado e mais bem treinado era a Legião Árabe, sob o comando do rei Abdullah da Transjordânia, mas com uma

hierarquia militar inglesa. Desde os anos 1930, em várias ocasiões Abdullah e os judeus haviam negociado, com base em sua hostilidade comum em relação ao Mufti Haj Amin al-Husseini. O rei almejava anexar a seu reino as partes da Palestina ocidental destinadas ao Estado palestino, um plano que tinha a bênção do governo inglês e era aceitável para a liderança judaica. Entretanto, a opinião pública no próprio reino obrigou Abdullah a entrar na guerra. Apesar de Jerusalém supostamente estar sob controle internacional, a cidade foi objeto de confrontos entre os judeus e a Transjordânia. Os judeus controlavam a parte ocidental da cidade, e os árabes, a oriental, mas ambos tentavam dominar toda a cidade. Abdullah propôs que os judeus aceitassem autonomia em um Estado árabe controlado, de ambos lados do Jordão, pela Transjordânia, mas a ideia não foi recebida com entusiasmo.

Às vésperas da declaração de independência por Israel, Golda Meir fez uma visita ao rei, que lhe explicou que a tremenda pressão sofrida o obrigava a romper o acordo feito com os judeus. Agora que era membro de uma aliança, Abdullah teria que atuar em conformidade com o esperado. Ambos os lados tinham entendido que estavam entrando em uma guerra na qual fariam todo o possível para atingir o máximo de objetivos, utilizando todos os meios à sua disposição. Apesar disso, Abdullah deu a entender que poderiam reatar relações cordiais após o fim dos combates. Os egípcios também estavam relutantes e adiaram a entrada na guerra até o último minuto, mas foram envolvidos pela onda de nacionalismo que tomou o país. O Iraque e a Síria também aderiram, e todos tentaram abortar o plano expansionista de Abdullah. Além das forças regulares dos países árabes, os membros do Exército de Libertação da Liga Árabe atuavam na Galileia Central, ainda controlada pelos árabes.

Em 12 de maio, o Conselho Popular Judaico, uma espécie de governo provisório composto pela Executiva Sionista e por partidos políticos do Yishuv, realizou uma reunião decisiva. Moshe Sharett, o ministro das Relações Exteriores do Estado por nascer, voltou de Nova York com notícias de que os norte-americanos haviam proposto um cessar-fogo e um adiamento da declaração de independência. Sharett informou que o

secretário de Estado George Marshall, ex-chefe do Estado maior americano, alertou-o quanto a não acreditar nas garantias de generais embriagados pelas vitórias da Haganá em abril e a não tomar decisões precipitadas em relação à declaração de independência. No encontro, foi solicitado que Yigael Yadin e Israel Galili, líderes da Haganá, apresentassem uma estimativa das chances de o Yishuv sobreviver a um ataque árabe. Yadin acreditava que a probabilidade era de 50%. Os combatentes estavam exaustos após meses de combate contínuo, o que tinha que ser levado em conta. O bloco de Etzion estava a ponto de ser conquistado, e a sombra de seu destino pairou sobre o encontro. A discussão foi longa, tendo como foco a decisão de declarar a independência ou adiá-la. No final, por seis votos a quatro, a decisão foi pela declaração de independência, com Ben-Gurion usando toda sua influência. Os membros do conselho fizeram uma enorme aposta no futuro do Yishuv.

Na tarde de sexta feira, 14 de maio, os membros do conselho se reuniram no modesto edifício do museu de Tel Aviv, na alameda Rothschild, para ouvir Ben-Gurion proclamar a Declaração de Independência: “Nós, por meio desta, declaramos o estabelecimento de um Estado judeu na terra de Israel, a ser conhecido como o ‘Estado de Israel.’” A cerimônia foi realizada em Tel Aviv, devido ao cerco de Jerusalém, que impedia os membros do conselho de irem à cidade para assinar a declaração. Assim, a jovem cidade de Tel Aviv teve a honra de ser o palco da assinatura da Declaração de Independência do Estado de Israel. Ben-Gurion escreveu em seu diário: “No país há celebração e uma profunda alegria – e mais uma vez eu sou um enlutado entre os celebrantes, assim como em 29 de novembro.” Naquela noite, ele começou um novo caderno de seus diários, com um vago e seco comentário que escondia sua ansiedade: “Às quatro da tarde o Estado foi criado. Seu destino está nas mãos das forças de segurança.”⁴

Embora o alto-comando presumisse que os países árabes fariam a invasão, não havia informações concretas a respeito, muito menos sobre seus planos de batalha, o tamanho de suas forças ou outras informações reais sobre o que esperar. Os planos para a guerra foram modificados inúmeras vezes às vésperas da invasão, e é difícil para os historiadores

reconstruí-los. Não surpreende, portanto, que a percepção dominante entre os líderes do Estado recém-nascido era de impotência em face de um ataque quase certo e iminente, mas cuja direção e intensidade eram desconhecidas. Havia relatos de colunas motorizadas com veículos blindados e artilharia vindas da Legião Árabe, do Iraque e da Síria, avançando da Transjordânia em direção à Palestina ocidental. Colunas egípcias avançavam ao longo da costa e da estrada Uja–Beersheva, em direção às colinas de Hebron, ao norte. Aviões egípcios atacaram Tel Aviv, e a artilharia da Legião Árabe bombardeou Jerusalém. Para enfrentá-los no começo do primeiro mês de luta (de 15 de maio a 11 de junho), havia tropas armadas somente com armas leves; os armamentos pesados adquiridos na Europa e nos Estados Unidos ainda estavam a caminho da Palestina. Assim, não havia como responder aos bombardeios ou ataques aéreos. A defesa era a única opção, até que o alcance da ofensiva árabe ficasse claro e até a chegada de canhões, tanques e aviões, que agora podiam ser trazidos ao Estado independente.

Esse mês de combates, entre a invasão árabe e o primeiro cessar-fogo imposto pela ONU, foi o mais difícil e perigoso de toda a guerra. Nesse período, aproximadamente 1.600 judeus foram mortos, mais de um quarto de todas as vítimas da guerra. Os sírios avançaram através das colinas do Golan para o Vale do Jordão, passando por Zemach, em direção ao coração do assentamento judaico no Vale do Jordão – uma incursão fatal para os judeus. As forças sírias foram impedidas graças aos sacrifícios dos habitantes, alguns canhões que forneciam principalmente apoio moral e a própria debilidade do Exército, que perdeu o ímpeto ao enfrentar resistência. A força iraquiana avançou ao sul das forças sírias em direção ao Vale de Beit Shean e, ao fracassar na tentativa de tomar o *kibutz* Gesher, moveu-se em direção à Samária. Em conjunto com o Exército de Libertação, que havia penetrado na Galileia central, tentou tomar Sejera, a chave para a baixa Galileia, e assim ameaçar Haifa. Com o fracasso de mais essa tentativa, os iraquianos limitaram suas ações à Samária, que havia sido alocada ao Estado palestino.

A Legião Árabe tinha o objetivo de conquistar as áreas alocadas ao Estado árabe e, sempre que possível, evitar confrontos com os judeus. Mas seu Exército não conseguiu ignorar os apelos por ajuda dos palestinos que estavam em Jerusalém e se sentiam ameaçados após a perda, para a Haganá, do controle dos bairros árabes em Jerusalém ocidental, e especialmente após as tentativas judaicas de invadir a cidade velha, onde o bairro judeu estava sitiado. O coronel David Marcus (também conhecido pelo seu *nom de guerre* Mickey Stone) foi um judeu americano que se ofereceu como voluntário para ajudar o nascente Exército judaico. Analisando as possibilidades, Marcus presumiu que a Legião Árabe tinha duas opções: ou entrar na Samária e tentar partir em dois o Estado judeu, na altura de Natania, ou tentar tomar Jerusalém. Se os árabes escolhessem a primeira opção, os judeus veriam ameaçada sua sobrevivência. Mas, se tentassem tomar Jerusalém, o Estado seria salvo, já que a vantagem da Legião, como exército regular, desapareceria no combate urbano.

Oportunamente, a Legião optou por Jerusalém. Bombardeou a parte judaica da cidade e, após a tomada de Latrun, que controlava o acesso à cidade, pôde bloquear a rodovia. Houve pesados combates e as deficiências do Exército israelense ficaram evidentes nesses confrontos contra o relativamente moderno Exército árabe, com seus experientes comandantes ingleses. Cinco ataques foram organizados contra Latrun, mas as forças da Legião não puderam ser derrotadas. O que ficou claro nos primeiros dois ataques – operações Bin Nun A e B – foram a falta de experiência, de equipamento, de conhecimento do terreno, de informações e a organização improvisada. Essas batalhas se tornaram o foco de desavenças entre os graduados das diferentes escolas militares – o Exército inglês, a Haganá e o Palmach –, que expressavam seu mútuo ressentimento. As diferenças dentro do Exército, a respeito de Latrun e Jerusalém, eram alimentadas por discussões entre o chefe de operações, Yigael Yadin, e o ministro da Defesa, Ben-Gurion. Yadin acreditava que Jerusalém não estava prestes a ser tomada, e, portanto, não havia razão para desviar forças necessárias em outras áreas, para tomar Latrun. Ben-Gurion, por sua vez, via Jerusalém

como o coração do empreendimento sionista, assim como o centro populacional e estratégico do país. Ele estava seriamente preocupado com o destino da cidade e insistia em atender aos seus pedidos de ajuda.

Os repetidos fracassos e as grandes perdas sofridas em Latrun (168 mortos, a maioria nas duas primeiras batalhas) geraram acusações mútuas que se tornaram a base do mito de Latrun, conhecido como o local onde foi derramado o sangue dos sobreviventes do Holocausto, novos imigrantes que teriam sido enviados, sem treinamento, para o campo de batalha. O mito de Latrun, baseado em eventos ocorridos nesse período, só foi difundido muitos anos depois, mas se tornou parte da cultura israelense. Durante a batalha, alguns vilarejos árabes ao sul da rodovia foram capturados, e descobriu-se que um caminho alternativo poderia ser aberto até Jerusalém. Foi aberta uma estrada de terra improvisada, que permitiu transportar equipamentos e suprimentos para a cidade sitiada e registrar um acesso desimpedido quando o cessar-fogo entrou em vigor. A estrada ficou conhecida como “Estrada de Burma”, originalmente a famosa via de abastecimento construída pelos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, que permitiu o acesso à China, furando o bloqueio japonês.

No sul, outra frente apresentava enormes perigos: apesar de a partilha ter destinado o Negev aos israelenses, a população judaica ali era muito dispersa. Novos *kibutzim*, a maioria instalados em 1946, estavam espalhados em uma ampla área desértica, entre tribos beduínas e vilarejos árabes. Eram as únicas forças judaicas de defesa na área, reforçadas com dois batalhões da Brigada do Negev. As forças egípcias compunham-se de uma brigada de infantaria (dois batalhões), um batalhão auxiliar com armas medianas, um batalhão de artilharia, um batalhão blindado e unidades de apoio antiaéreo e antitanque, o que os israelenses encaravam como um exército bem equipado e bem armado. As forças egípcias invadiram a Palestina por meio de duas colunas. Enquanto uma avançava para o norte, ao longo da costa, uma dessas colunas foi confrontada por vários *kibutzim*, que davam aos defensores tempo de reagrupar-se, rearmar-se e mobilizar tropas adicionais.

Após conquistar o *kibutz* Yad Mordechai, a coluna continuou a avançar, lentamente, com o caminho desimpedido à frente.

Enquanto isso, a segunda coluna egípcia moveu-se em direção ao leste, para juntar-se aos voluntários da Irmandade Muçulmana que haviam se deslocado através de Beersheva até as colinas de Hebron; assim poderiam atacar Jerusalém pelo sul. O *kibutz* Negba, localizado no eixo leste-oeste entre Majdal e Beit Jubrin, atrapalhou as comunicações entre os dois braços do Exército egípcio. O *kibutz* resistiu, com muito esforço, ao pesado bombardeio, e os egípcios não foram capazes de derrotá-los. A primeira coluna egípcia avançava lentamente ao longo da costa, chegando a Isdud (mais tarde, Ashdod) em 29 de maio, e a Brigada Guivati se engajou em um esforço heroico para conter seu avanço em direção a Tel Aviv. A coluna foi atacada pela Brigada Guivati e pelo primeiro avião da Força Aérea Israelense, e talvez não fosse poderosa o suficiente para alcançar os principais centros de colonização judaica, não tendo sequer essa intenção. Foi contida em uma ponte, que entrou para a história com o nome de Ad Halom (lit., Até Aqui).

Apesar das fracassadas tentativas israelenses de contra-atacar (em Jenin, Isdud e Latrun), nenhum assentamento judaico no território destinado ao Estado judeu foi conquistado pelos árabes, com duas exceções: o bairro judeu em Jerusalém, que deveria ter ficado sob controle internacional, foi conquistado pela Legião Árabe em 29 de maio; e o assentamento de Mishmar Hayarden, na margem ocidental do Jordão, foi conquistado pelos sírios às vésperas do cessar-fogo. Treze assentamentos judaicos localizados nas áreas destinadas aos árabes foram conquistados e completamente destruídos, mas Israel conseguiu deter as forças invasoras e tomar o controle da Galileia ocidental, alocada ao Estado árabe. Mas um mês de combates incessantes exauriu o Exército israelense: foi preciso aprender a arte da guerra em condições de combate, mobilizar grandes contingentes de tropas, coordenar forças aéreas e terrestres, inteligência de campo, prover transporte e uma infinidade de outras demandas. Os soldados estavam exaustos depois de meses de luta e reclamavam da falta de equipamento, capacetes, cantis e

armas pessoais. Apesar disso, superaram essa prova existencial e emergiram com a satisfação de terem contido os exércitos árabes. “Fiquem felizes por mim, que tive a sorte de estar aqui nesse período, para ajudar a tornar realidade este Estado tão almejado”, escreveu Zipporah Borowsky ao final de uma carta para seus pais, na qual descrevia as dificuldades materiais que enfrentou durante o cerco a Jerusalém.⁵

Foi acordada uma trégua de quatro semanas, e o conde sueco Folke Bernadotte foi nomeado mediador pela ONU, encarregado de propor soluções para a questão palestina. Sua missão foi um fracasso total. Os árabes não aceitavam qualquer proposta que significasse o reconhecimento da existência do Estado de Israel, e os israelenses rejeitavam qualquer proposta que oferecesse menos território ou soberania em relação ao que indicava a decisão de 29 de novembro de 1947. Ambos os lados violaram o cessar-fogo; os israelenses trouxeram equipamento militar, principalmente aviões e blindados, e os iraquianos introduziram na Palestina tropas irregulares adicionais dos países árabes.

Os combates foram retomados em 9 de julho de 1948 e continuaram por dez dias. O principal ímpeto do esforço israelense foi dirigido contra a Legião Árabe no *front* central; a presença de uma poderosa força árabe ameaçando os centros de população judaica em Jerusalém e na costa parecia extremamente perigosa. Os judeus não sabiam que a Legião, carente de munição, tinha se colocado na defensiva, e interpretaram seu deslocamento no centro do país como a preparação para um ataque. A Operação Danny, a principal batalha daqueles dez dias, planejou a conquista de Lydda (Lod), Ramla, Latrun e Ramallah, mas teve sucesso somente com as duas primeiras e o aeroporto internacional. Também estendeu para o sul o corredor de Jerusalém, permitindo instalar a “Estrada de Valor” e um duto de grande capacidade, garantindo o suprimento de água a Jerusalém. Ao mesmo tempo, a Operação Dekel conquistou a Galileia central e Nazaré, sua principal cidade.

Foi durante a Operação Danny que ocorreu a expulsão dos 50.000 habitantes de Lydda e Ramla. Acreditando que a Legião Árabe vinha em seu

auxílio, os habitantes de Lydda se rebelaram contra as forças de ocupação. A Legião não apareceu, mas a rebelião demonstrou aos ocupantes o grande risco envolvido em deixar uma ampla população hostil na retaguarda do exército. Houve também a consideração estratégica de deixar uma grande população árabe no centro do país, próxima ao aeroporto e à estrada que ligava Jerusalém a Tel Aviv. A expulsão desses civis pelos militares foi evidentemente aprovada pela liderança política, tendo sido o único caso de remoção de uma cidade inteira por iniciativa judaica. Os habitantes de Ramla foram enviados em ônibus para trás das linhas da legião, e os de Lydda foram a pé para o mesmo ponto. Não foi uma caminhada longa demais (em torno de 15 km), mas fazia calor, as pessoas carregavam seus bens, e era grande o choque da derrota e de serem forçadas ao exílio.

Após a invasão árabe, a política israelense em relação aos palestinos tornou-se mais dura: a luta encarniçada e o alto índice de mortalidade causaram raiva e ressentimento. Os judeus viam os árabes da Palestina como os responsáveis por promover a guerra e a invasão do país, e como uma quinta coluna que colaborava com os invasores, tornando perigoso deixá-los na retaguarda do exército. Na maioria dos casos a população civil palestina fugia com a aproximação do exército, mas o exército também tomou a iniciativa, expulsando os habitantes e destruindo vilarejos para que as pessoas não retornassem. Ao mesmo tempo, os habitantes de Nazaré, que acenaram com bandeiras brancas, foram preservados e Ben-Gurion proibiu sua expulsão. Os residentes de Abu Gosh foram reconduzidos a suas casas após a expulsão, por iniciativa de um comandante local. A política em relação aos palestinos era inconsistente, e cada comandante agia conforme acreditava ser necessário, com base nas circunstâncias locais.

Uma segunda trégua foi declarada em 19 de julho de 1948. Os governos árabes e especialmente o comando da Legião eram a favor, mas, como a imprensa dos países árabes apresentava a luta na Palestina como uma sucessão de vitórias, o público se opôs ao cessar-fogo, pois viam-no como uma imposição das potências ocidentais, algo que permitiria aos sionistas reagrupar-se e fortalecer-se.

Quando a segunda trégua foi anunciada – sem um prazo determinado –, o Exército de Libertação da Liga Árabe estava na Galileia, a Força Expedicionária Iraquiana estava na Samária e o Negev estava isolado, com o Exército egípcio controlando a rodovia Majdal-Beit Jubrin, de oeste a leste até Hebron. A Legião Árabe estava na região central, mas, com a abertura da “Estrada de Valor” e a instalação da tubulação de água para suprir Jerusalém, a batalha pelo acesso já não era urgente. Apesar de ainda haver confrontos em Jerusalém, ao longo da linha que dividia as áreas controladas por árabes e judeus o *front* havia se estabilizado.

O maior e mais poderoso Exército invasor era o egípcio, também o maior Estado árabe. Bernadotte, o mediador da ONU, propôs uma troca de territórios: Israel abriria mão do Negev – designado aos judeus na partilha, mas não controlado por Israel –, em troca da Galileia ocidental – designada aos árabes, mas controlada pelos judeus. Contudo, essa era uma opção que os judeus não podiam aceitar: garantir o controle sobre o vasto território do Negev, que respondia por 50% do Estado judeu, tornou-se urgente perante a possível ameaça à sua soberania que o plano de Bernadotte representava. Mas atacar o Exército egípcio e expulsá-lo do território israelense significavam romper a trégua e provocar a ONU, o que Israel preferia não fazer. Havia também a preocupação com os iraquianos, que poderiam aproveitar a concentração de tropas israelenses no sul para tentar cortar o Estado de leste a oeste, na altura de Natania. No governo israelense não havia consenso sobre o que fazer. Ben-Gurion se decidiu pelo ataque e anotou em seu diário: “Hoje o governo tomou a mais séria decisão desde que decidimos pela declaração de independência.”⁶

Em 15 de outubro foi iniciada a Operação Yoav, com o objetivo de romper as linhas egípcias e abrir o caminho para o Negev. Apesar de as operações anteriores contra a Legião Árabe terem objetivos territoriais, o objetivo dessa era expulsar o Exército egípcio. Foi uma das operações mais difíceis de toda a guerra; o Exército egípcio demonstrou disposição e capacidade de luta, e, somente após repetidas batalhas, o Exército israelense conseguiu alcançar seu objetivo. Mas ainda não havia conseguido destruir o

Exército egípcio, e a areia na ampulheta continuava a se esvaír. O Conselho de Segurança da ONU se reuniu e declarou um cessar-fogo, com os egípcios ainda em Gaza e Beersheva. Em uma decisão de última hora, os israelenses dirigiram suas forças a Beersheva, um cruzamento vital com denominação bíblica, e a tomaram em 21 de outubro de 1948.

Essa operação foi um marco na história da guerra; apesar dos fracassos anteriores, as forças israelenses tinham sido capazes de derrotar um exército regular em uma batalha decisiva. Embora continuasse na Faixa de Gaza e no “Bolsão de Faluja”, no extremo oriental da rodovia leste-oeste, que os israelenses não puderam tomar, a capacidade do Exército tinha sido esgotada e as forças egípcias deixaram de representar uma ameaça. Além disso, a coalizão árabe não era coesa e nenhum de seus exércitos veio em apoio dos egípcios. Por fim, a preocupação de Israel com a imposição de sanções por parte da ONU se mostrou exagerada.

No final de outubro, foi lançada a Operação Hiram, no norte, dando a Israel o controle do centro e do norte da Galileia, assim como do território ao longo da fronteira com o Líbano e a Síria. A luta foi principalmente contra o Exército de Libertação, que se desintegrou, e Israel chegou a ocupar alguns vilarejos libaneses como moeda de troca por um cessar-fogo. Toda a área do Vale de Jezreel até a fronteira internacional estava agora nas mãos dos israelenses, ainda que não tenham conseguido recuperar Mishmar Hayarden, a cabeça de ponte síria em território israelense.

Ambos os lados tentaram melhorar suas posições antes do ataque seguinte. Os egípcios temiam que Israel tentasse ocupar a Faixa de Gaza, e os israelenses temiam que os egípcios tentassem romper o cerco em Faluja e reocupassem Beersheva, cuja perda não reconheciam. Os egípcios recusaram-se a negociar um cessar-fogo, exigindo um recuo israelense às posições anteriores à Operação Yoav. Os israelenses chegaram à conclusão de que não tinham alternativa, a não ser expulsar os egípcios do país. A Operação Horev, no final de dezembro de 1948, demonstrou a enorme mudança no equilíbrio de poder e na capacidade operacional israelense desde a resolução de 29 de novembro de 1947. As forças armadas israelenses

lutaram através do Negev, ultrapassaram as fortificações egípcias e destruíram a ala sul do Exército egípcio. Penetraram na península do Sinai, ocuparam Abu Ageila e se aproximaram do aeroporto de El-Arish; somente a pressão de ingleses e americanos levou a uma evacuação até a fronteira internacional. Durante a retirada, uma tentativa israelense de ocupar Rafah (isolando a Faixa de Gaza) não obteve sucesso, deixando a área em mãos egípcias.

Na esteira da Operação Horev, Israel e Egito negociaram um armistício na ilha de Rhodes, com o auxílio do mediador americano Ralph Bunche. As negociações não foram fáceis, mas um acordo foi assinado em 24 de fevereiro de 1949, fazendo do Egito o primeiro país a se retirar da guerra. Ben-Gurion escreveu em seu diário: “Após a criação do Estado e nossas vitórias no campo de batalha, este é o maior evento neste ano de eventos épicos.”⁷

Faltava ainda um objetivo: conquistar o porto de Eilat, na costa do mar Vermelho. O plano visava a utilizar o mínimo de força, empregando duas colunas, para impedir a intervenção do Exército da Transjordânia, que havia ocupado posições no deserto da Arava, do lado israelense da fronteira. Com essa última operação em larga escala, em 10 de março de 1949 as duas colunas chegaram a Eilat, estabelecendo a soberania israelense sobre as margens do mar Vermelho.

Assim como os países árabes realizaram invasões separadas e não colaboraram uns com os outros durante o conflito, também a guerra foi concluída separadamente para cada um deles. Após o sucesso das operações de grande envergadura contra os egípcios, os outros países árabes buscaram uma saída digna da disputa. O problema era que um armistício com os israelenses significava um reconhecimento *de facto* da existência do Estado judeu, o que era totalmente inaceitável tanto para os palestinos quanto para as outras nações árabes. O armistício com o Egito fora obtido graças à pressão dos militares egípcios, cercados em Faluja, que não tinham outra possibilidade para levantar o cerco. O acordo, que reconhecia a fronteira internacional entre Israel e o Egito, incluía uma concessão israelense: a área

dos dois lados da fronteira em torno de Nitzana (‘Uja) foi declarada zona desmilitarizada e tornou-se a base da Comissão de Armistício da ONU, responsável pelo controle de sua implementação. A Faixa de Gaza, com seus milhares de refugiados de Jaffa e dos vilarejos do sul de Israel, continuou sob o controle do Egito, mantendo-se como constante fonte de amargura e de operações de guerrilha e terrorismo contra Israel.

A assinatura do armistício com o Egito abriu caminho para as negociações com a Jordânia, que tiveram início com um acordo secreto sobre Jerusalém; jordanianos e israelenses preferiam dividir a cidade entre si, em vez de submetê-la ao controle internacional. Assim, a cidade sagrada, primeiro foco de confronto entre as forças israelenses e a Legião Árabe, tornou-se o primeiro item do acordo entre os dois países. Como foi visto, o rei Abdullah buscava o controle sobre a área que ficaria conhecida como Cisjordânia, no que era encorajado pelos ingleses. Israel estava disposta a reconhecer esse controle como a única opção razoável (em lugar do controle pelos palestinos, que era de qualquer maneira uma opção teórica, já que não havia um governo ou uma autoridade a quem o poder pudesse ser entregue). Havia também entendimentos anteriores entre o rei e a Executiva Sionista, suspensos devido à guerra. Agora poderiam ser retomados os acordos entre Israel e Abdullah, aquele que Israel considerava o menos hostil dos dirigentes árabes.

Como condição para o armistício, Israel exigiu a área montanhosa que dominava a Samária e o Wadi Ara, na área em que o território israelense formava uma “cintura” mais estreita. Os jordanianos hesitaram, preocupados com a reação da opinião pública palestina, mas os preparativos para uma ocupação militar da Samária convenceram-nos de que um acordo era melhor do que outra rodada de combates. Os vilarejos árabes da área passaram para as mãos dos israelenses, e seus habitantes preferiram viver sob controle israelense a tornar-se refugiados na Jordânia. Como parte do acordo, as forças iraquianas presentes na Samária retiraram-se para o Iraque e foram substituídas pela Legião Árabe. Assim, o Iraque pôde alegar que não reconheceu o Estado judeu nem assinou com ele um armistício (3 de abril

de 1949). O acordo com o Líbano foi o menos complexo de todos; a fronteira internacional entre os dois países foi mutuamente reconhecida, e Israel se retirou dos vilarejos que havia ocupado durante a Operação Hiram. Também como parte desses acordos, as forças sírias próximas da fronteira recuaram para o norte.

O acordo com a Síria, em 20 de julho de 1949, foi o último a ser assinado. Os sírios se recusaram a reconhecer a fronteira internacional e exigiram que a fronteira norte-sul passasse pelo meio do mar da Galileia. O chefe do Estado-Maior sírio, Husni Zaim, que havia tomado o poder por meio de um golpe de Estado, propôs um acordo de paz que incluiria o assentamento na Síria de 250.000 refugiados árabes, se Israel aceitasse ceder o controle de metade do mar da Galileia, a principal fonte de água do país. A Síria até aceitou compartilhar as nascentes do Jordão, mas os termos eram inaceitáveis para Israel, que por fim aceitou a proposta do mediador americano, baseada no mapa de 1947. A Síria abandonou a cabeça de ponte em Mishmar Hayarden e foram criadas zonas desmilitarizadas em ambos os lados da fronteira, ao longo do Vale do Hula, do rio Jordão e do mar da Galileia. Essas zonas tornaram-se fonte de choques incessantes entre Israel e a Síria, que reivindicavam soberania sobre a área. Todo o mar da Galileia e uma faixa de dez metros na sua margem oriental foram incluídos no território israelense, mas os sírios nunca abriram mão de tentar expropriá-la. Husni Zaim não viveu para ver a paz ser negociada com Israel; o chefe do Estado-Maior foi assassinado em um novo golpe menos de um mês após o armistício, e sua iniciativa foi lembrada como um episódio emocionante (pela possibilidade de paz que oferecia), mas marginal. Desde então, esse episódio tem servido àqueles que buscam atacar Israel por ter perdido uma oportunidade de fazer a paz ao suspeitar desse militar aventureiro e não confiar na estabilidade de seu regime, rejeitando assim suas propostas.

Os canhões haviam silenciado. Alguns jovens generais tentaram convencer Ben-Gurion a ocupar todo o território até o rio Jordão, mas o estadista já estava imerso na missão vital de trazer novas levas de imigrantes e absorvê-las. A manutenção de um grande exército impunha um pesado

ônus sobre a economia israelense, e Ben-Gurion queria encerrar a guerra e mandar os soldados para casa, a fim de que pudesse concentrar-se em construir a nação e o Estado. Os acordos de armistício definiram o que ficou conhecido como a “Linha Verde”, demarcando a fronteira entre Israel e seus vizinhos, e eram vistos como um importante passo em direção a acordos de paz que, acreditava-se, logo seriam assinados. Naquela época, ninguém poderia imaginar que os armistícios seriam os únicos acordos bilaterais assinados entre Israel e os países árabes até o tratado de paz com o Egito, no final da década de 1970.

O Estado de Israel emergiu da Guerra de Independência ferido e machucado pelas duras perdas em vidas e pela destruição de cidades e assentamentos. Mas também saiu da guerra eufórico; o país tinha sido criado, era uma realidade, e havia conseguido derrotar seus agressores. As inexperientes forças de defesa tornaram-se o exército mais poderoso da região; não só haviam mantido controle sobre as áreas designadas na partilha da ONU de 1947, como também haviam ampliado suas fronteiras. Após a invasão dos países árabes, Israel já não se sentia limitado pelas demarcações da partilha; antes da primeira trégua, o equilíbrio de poder impediu o país de ampliar suas fronteiras, mas, após as batalhas dos “dez dias”, foi possível ampliar o controle no centro do território, na Galileia e no norte do Negev. Do ponto de vista de Ben-Gurion, os resultados obtidos por Israel iam muito além das esperanças mais otimistas. Como estadista corajoso, porém cauteloso, ele sabia os limites do possível e não queria provocar as potências ocidentais, que via como aliadas de Israel a longo prazo. Por isso, optou por acordos com a Síria e a Jordânia, evitando a opção militar.

Os grandes perdedores da guerra foram os palestinos; ao fim das hostilidades, aproximadamente 700.000 haviam sido exilados de sua pátria. Na primeira fase da guerra, o êxodo palestino das áreas designadas ao Estado judeu foi consequência do colapso do sistema governamental da sociedade palestina e da anarquia que tomou seu lugar. Na segunda etapa, após a invasão árabe, houve várias instâncias em que as forças israelenses

expulsaram os palestinos e destruíram suas aldeias para que não pudessem voltar. A guerra foi uma questão de vida ou morte, e a crença de que os palestinos haviam causado a catástrofe endureceu os corações de oficiais e soldados que haviam passado por duras experiências de perdas e práticas de abusos por parte do inimigo. O historiador árabe Arif al-Arif estima em 15.000 o número de palestinos mortos, aproximadamente a mesma fração da população que os judeus perderam. Apesar de massacres e atos de selvageria terem sido praticados pelos dois lados, na Palestina não houve episódios de assassinatos em massa como os cometidos em outros lugares, ao longo do século XX. Se compararmos essa guerra com os conflitos da mesma época entre a Índia e o Paquistão, após sua partilha, parece não ter havido na Palestina o mesmo nível de derramamento de sangue. Mas isso não servia de consolo para as centenas de milhares de refugiados árabes reunidos na Faixa de Gaza, na Jordânia, na Síria e no Líbano.

A fuga dos palestinos na primeira etapa da guerra deixou os israelenses estupefatos. Não conseguiam compreender como uma população inteira abandonava suas casas, deixando para trás cidades-fantasma. Mas, uma vez que entenderam o que ocorria, viram no fenômeno um grande milagre, que mudou completamente as feições de Israel. O plano de partilha havia designado aproximadamente 400.000 habitantes árabes para o Estado judeu, em torno de 40% da população; por volta de trinta localidades judaicas ficariam sob controle árabe. As discussões e os preparativos para a criação do Estado haviam presumido que incluiria uma numerosa população árabe; mas, devido à destruição dos assentamentos judaicos do lado árabe e à evacuação árabe do lado judaico, materializou-se uma nova realidade: dois estados étnicos homogêneos, um majoritariamente judaico e outro totalmente árabe. A conclusão foi de que Israel não poderia permitir que os refugiados voltassem a seus lares; sua fuga os havia transformado em refugiados. Em um encontro do governo provisório em 16 de junho de 1948, Moshe Shertok (Sharett) fez referência ao tema: “Se qualquer um de nós houvesse dito que devíamos expulsá-los a todos – teria sido considerado loucura. Mas, se o fato ocorreu durante as convulsões de uma guerra,

declarada contra nós pela nação árabe, com a fuga dos próprios árabes – então é uma daquelas mudanças revolucionárias nas quais a história não retorna ao *statu quo ante*.”⁸

Essa era uma nova política, formulada gradualmente como resposta às dificuldades da guerra e à resistência árabe ao controle judaico; lentamente materializava-se a percepção de uma mudança histórica, revolucionária, do equilíbrio demográfico – uma oportunidade que não podia ser desperdiçada. A partir do verão de 1948, o Exército tinha ordem para não permitir aos árabes que retornassem a suas aldeias, destruindo-as ou utilizando a força das armas.

No contexto da época, a política israelense em relação aos refugiados não era considerada fora do comum. Fazia somente três anos desde o final da Segunda Guerra Mundial, cujo *casus belli* havia sido a presença de minorias alemãs na Polônia e na Tchecoslováquia, e cujo final havia produzido enormes movimentações populacionais. A definição da fronteira entre a Polônia e a Alemanha ao longo do rio Oder-Neisse exigiu a expulsão de mais de oito milhões de alemães para o oeste, e territórios do leste da Polônia foram transferidos para os russos, tornando-se parte da Ucrânia; a população polonesa ou foi expulsa ou obrigada a fugir. Na Tchecoslováquia, os decretos de Benes despojaram três milhões de alemães nos Sudetos e os obrigaram a abandonar o país. A remoção de elementos hostis, considerados responsáveis pela guerra, e a criação de homogeneidade étnica na Europa Oriental e Central foram consideradas respostas apropriadas para uma catástrofe que, acreditava-se, tivera como origem a multiplicidade de minorias nos países da região. A liderança israelense entendia que enfrentava o mesmo problema: os palestinos haviam causado a guerra e teriam que sofrer as consequências. A diminuição da minoria árabe em Israel era tida como o resultado natural da clara hostilidade palestina ao Estado. Além disso, assim como a Alemanha havia absorvido os refugiados alemães do leste, e a Polônia, os poloneses, não havia razão para que os países árabes não pudessem absorver os refugiados palestinos.

Na realidade, entretanto, de todos os refugiados surgidos na segunda metade dos anos 1940, os palestinos foram os únicos não absorvidos pelos países onde passaram a viver, transformando-se em um problema permanente no Oriente Médio. A demanda por retorno a seus lares fora, desde sempre, impraticável, porque a guerra havia eliminado a realidade para a qual almejavam retornar. A resolução 194 do Conselho de Segurança da ONU, de dezembro de 1948, que exortava Israel a permitir a volta dos refugiados, condicionava sua volta a uma disposição de viver em paz com os israelenses. A resolução foi rejeitada pelos países árabes, porque pedia o reconhecimento da existência do Estado de Israel, e foi usada pelos palestinos como instrumento de propaganda, distorcendo o contexto em que havia sido aprovada.

Os árabes não estavam dispostos a reconhecer o Estado de Israel, e o choque da derrota e a crise dos refugiados certamente não promoviam o desejo de conciliação; pelo contrário, inflamavam o mito do retorno, perpetuando o problema dos refugiados e impedindo-os de se integrarem aos países nos quais passaram a viver. O mito do retorno fazia parte da expectativa de que haveria um “segundo *round*”, outra guerra que apagaria a vergonha da derrota e traria a destruição do Estado judeu. A Guerra de 1948 era vista como um acidente que seria rapidamente corrigido, já que a balança demográfica favorecia os países árabes e permitiria seu triunfo no longo prazo. Essa percepção não só perpetuava o problema dos refugiados como também justificava a recusa em fazer a paz com Israel. Era, portanto, a retórica e não a realidade o que definia a memória nacional e a percepção dos palestinos. Essa retórica, alimentada pela educação e pela propaganda, atou as mãos dos formuladores de política e impediu uma possível conciliação com Israel.

NOTAS

1. Porath, *Letters from Jerusalem*, p. 66.
2. *Ibid.*, p. 148.
3. Minutas do Executivo da Agência Judaica, Jerusalém, 6.5.1948, Arquivo Sionista, Jerusalém.
4. David Ben-Gurion, *Yoman milhamah: Milhemet haatzmaut* (Diário de Guerra: Guerra da Independência), vol. I, Gershon Rivlin e dr. Elchanan Oren (orgs.), Tel Aviv: Ministério da Defesa, 1982, p. 416.
5. Porath, *Letters from Jerusalem*, p. 193.
6. Ben-Gurion, *Yoman milhamah*, vol. 3, 6.10.1948, p. 736.
7. *Ibid.*, 24.2.1949, p. 970.
8. Moshe Shertok em uma reunião do governo provisório, 16.6.1948. Citado por Yoav Gelber em *Kommemiut venakba* (Independência e Nakba), Jerusalém: Dvir, 2004, p. 284.

A CRIAÇÃO DA DEMOCRACIA ISRAELENSE

De todos os Estados criados após 1945, Israel é um dos poucos que mantiveram um regime democrático. Certamente não se pode falar numa democracia perfeita (e é pouco provável que exista algo assim), mas, levando-se em conta o estado de guerra sob o qual o país foi fundado, as avassaladoras ondas de choque demográfico que o chacoalharam nos primeiros anos de existência e a natureza de seus imigrantes – que em sua maioria vinham de países sem tradição democrática –, há algo de milagroso na velocidade com que o novo Estado estabeleceu um governo respeitável e deu a ele um caráter democrático.

As autoridades mandatárias não estavam dispostas a cooperar com nenhuma questão relativa à resolução da ONU de 29 de novembro de 1947, por conta da oposição árabe à decisão. Portanto, não houve uma transferência ordenada de poder dessas autoridades mandatárias para o governo judaico, que iria substituí-las. Mais do que isso, até a véspera da declaração de independência, não estava claro se o Estado seria mesmo criado e se tornaria realidade. Apesar disso, as lideranças já haviam começado a formular novas estruturas para garantir a continuidade governamental e evitar a anarquia. Em abril de 1948, a Executiva Sionista criou uma Assembleia do Povo e um Diretório Popular. A primeira, com 37 membros, era uma espécie de parlamento embrionário, conforme mencionado em capítulo anterior; o segundo, com treze membros, era um governo embrionário. Os membros dessas duas entidades vinham, por um lado, da Executiva da Agência Judaica eleita pelo Congresso Sionista e, por

outro, do Comitê Nacional eleito pelos judeus da Palestina. Como o governo mandatário proibia a criação de organizações governamentais alternativas enquanto ainda estivesse no poder, esses organismos foram nomeados segundo a ideia de que sua autoridade emanava do povo, e não do Estado. Assim que foi declarada a independência, passaram a se chamar Conselho Provisório de Estado e Governo Provisório.

Embora ainda houvesse discordância entre os partidos políticos e as diferentes visões de mundo e percepções políticas, todos compartilhavam a sensação de testemunhar um momento histórico, sublime e ímpar. Essa sensação impediu que aflorassem os desentendimentos e levou a uma tolerância mútua, à cooperação e à disposição de fazer concessões. Assim, representantes de partidos que tinham se retirado do espaço público, como o Agudat Yisrael, os Revisionistas e o Partido Comunista, participavam de ambas as organizações. O entusiasmo era palpável: “Todo mundo está se mexendo, existe um ímpeto. Todos estão tensos e prontos”, escreveu Uri Heinsheimer (Yadin) em 5 de abril. “Não chega a surpreender que alguém acorde às cinco da manhã apesar de ter trabalhado até tarde na noite anterior. Quem consegue dormir num momento desses? Quem não faria o que fosse preciso, num momento desses, para viver ainda mais acordado, mais intensamente, mais perto, com mais atenção e dedicação?”¹ Logo depois, Heinsheimer se tornou o responsável pela legislação no Ministério da Justiça.

A Declaração de Independência incluía a narrativa sionista que explicava a conexão do povo judeu à Terra de Israel, o reconhecimento internacional do direito dos judeus a seu país e a orgulhosa declaração de “nosso direito natural e histórico” de estabelecer um Estado judeu na Terra de Israel. As fronteiras do país não foram mencionadas. Questionado sobre isso, Ben-Gurion afirmou que nem a Declaração de Independência dos Estados Unidos fazia menção a qualquer fronteira. A declaração ressaltou a natureza do Estado como uma democracia que garantiria igualdade total de direitos sociais e políticos a todos os seus cidadãos. Ao mesmo tempo, lançava uma oferta de paz aos países vizinhos e a seus cidadãos árabes. Contudo, Israel

seria um Estado judeu, aberto à imigração judaica. O documento foi escrito sem influência religiosa e, embora apareçam palavras como “conforme apregoado pelos profetas de Israel”, não apresenta conceitos religiosos. Os representantes do *Mizrachi* protestaram contra essa ausência, e, sob o clima daqueles grandes dias, chegou-se a um meio-termo; a declaração terminou com as palavras “asseverando nossa confiança na Rocha de Israel”, uma frase nebulosa que pode ser interpretada como referência ao Todo-Poderoso ou como expressão literária que se refere ao povo judeu.

O Museu de Tel Aviv foi o local escolhido para a modesta cerimônia em comemoração à declaração de independência. Por conta das preocupações quanto a um possível ataque aéreo ou outro ato de sabotagem, o local e a hora da cerimônia deveriam ser mantidos em segredo, mas não foi bem isso o que aconteceu, e, naquela tarde de sexta-feira, uma enorme multidão se aglomerou em frente ao prédio. Assim que Ben-Gurion terminou de ler a declaração, o rabino Yehuda Leib-Fishman-Maimon entoou, numa voz trêmula de emoção, a reza: “Bendito sejas Tu, Eterno, nosso Deus, Rei do Universo, que nos mantiveste em vida, nos sustentaste e nos permitiste alcançar os dias de hoje.” Os que estavam presentes foram atingidos em cheio pelo significado da independência quando Ben-Gurion leu a “proclamação” do Governo Provisório revogando os regulamentos derivados do Livro Branco de 1939, que proibia a imigração. Não havia mais lugar para a dominação estrangeira. O pergaminho com a declaração, contendo a assinatura dos presentes, foi colocado num cofre, no subsolo do Banco Anglo-Palestino; caso Tel Aviv fosse bombardeada, o documento seria preservado por inúmeras gerações.

A concepção de Ben-Gurion sobre o regime baseava-se no conceito de *mamlakhtiyut* (estatismo). Ele queria que o Estado fosse a entidade soberana à qual todos os outros organismos governamentais estariam subordinados. Sob essa bandeira, buscou engajar as forças sociais do Yishuv, além de poderes que o Yishuv ainda não tinha, como as cortes e a efetividade das leis, o monopólio sobre o uso da força e o desenvolvimento do legislativo e do judiciário. Ben-Gurion apoiava todas as organizações que reforçavam a

competência do Estado e seu *status* como fonte exclusiva de inspiração e poder. Da forma que pôde, tentou enfraquecer as organizações que intervinham entre a autoridade do Estado e seus cidadãos. Mais especificamente, queria minimizar a influência e as organizações sociais dos partidos, como os movimentos de *kibutzim*, que tinham servido de veículo para recrutar pessoas durante o período do Yishuv. No lugar disso, o estadista defendia que a estrutura do Estado fosse uma fonte de autoridade única e indiscutível, capaz de garantir a igualdade para todos e salvaguardar o bem comum.

A partir do momento em que o Estado foi fundado, sua infraestrutura jurídica já estava montada e pronta para funcionar. O Ministério da Justiça, uma das primeiras entidades criadas, garantia que todas as atividades governamentais estariam amparadas na lei. Na primeira semana de existência do Estado, todas as leis e regulamentações foram publicadas na Gazeta Oficial (conhecida depois, em hebraico, como “Reshumot”), de acordo com o princípio do Império da Lei. Poucos dias após a criação do Estado, foi promulgado um Decreto sobre Leis e Administração, dando às instituições governamentais o poder de governar até que fossem realizadas eleições. “E todos os serviços estatais estão em funcionamento: correios, portos, associação de produtores de cítricos, rádio, prisões, desapropriações, pagamentos de impostos, defesa civil, supervisão de autoridades locais, recrutamento de mão de obra, controle de combustíveis e assim por diante”, observou Uri Yadin, impressionado ao ver como o jovem Estado funcionava apenas dois meses após ter sido fundado. “Até mesmo as primeiras reclamações contra o governo já foram enviadas”, acrescentou, referindo-se a queixas enviadas à Corte Distrital de Tel Aviv, que tinha sido autorizada a servir, naquele ínterim, como substituta da Suprema Corte² ainda não estabelecida. A democracia israelense começava a dar os primeiros passos.

A forma de governo foi determinada quase por acaso; na verdade, não houve debate algum sobre copiar estruturas antigas ou estabelecer novas. O sistema parlamentarista, no qual o governo presta contas ao parlamento e precisa obter sua confiança, era apropriado tanto à configuração anterior dos

Congressos Sionistas quanto à tradição britânica. Dessa tradição, Ben-Gurion tinha aprendido e copiado o conceito de responsabilidade coletiva: uma decisão tomada pelo governo comprometia todos os seus ministros. O Knesset, parlamento israelense, deu prosseguimento ao sistema de representação proporcional adotado pelos Congressos Sionistas. Naqueles primeiros anos inebriantes, ninguém pensou em questionar esse sistema eleitoral, que, por favorecer partidos menores, encorajava-os a existir. Mais tarde, porém, seria um tormento para a estrutura parlamentarista israelense. Ben-Gurion exigiu uma mudança nesse sistema, mas não teve sucesso. Nos quinze anos seguintes, contudo, o Mapai foi o principal partido na política israelense, com mais de um terço dos assentos do Knesset. Compôs todos os governos e foi o partido da maioria em todas as gestões. Enquanto o domínio do Mapai permaneceu intacto, o sistema de representação proporcional não prejudicou a estabilidade funcional do governo.

A primeira composição do Knesset, eleita em 25 de janeiro de 1949, deveria ser uma assembleia estatutária que formularia e ratificaria a Constituição. Porém, logo ficou claro que naquele momento nenhuma Constituição seria promulgada; em vez disso, o Knesset decretaria uma série de Leis Básicas, que, com o tempo, seriam reunidas para compor uma Constituição. A opção pelo sistema parlamentarista britânico, que não possui uma Constituição, surgiu a partir de considerações políticas e também de questões de princípio. Os legisladores israelenses examinaram o modelo da Constituição Norte-americana, que dá à Suprema Corte o poder de declarar como inconstitucionais leis que passaram pelo legislativo. Para Ben-Gurion, essa autoridade parecia ignorar os desejos da maioria democrática e restringir o poder de tomada de decisão do governo. Exatamente pela mesma razão, os partidos de ambos os extremos do espectro político – o Mapam (Partido Unificado dos Trabalhadores) e o Herut (Liberdade, o principal partido de direita) – apoiavam a ideia da elaboração de uma Constituição, que protegeria os direitos individuais e das minorias contra o poder coercitivo da maioria. Os dois partidos temiam

que, sem uma Constituição, um governo liderado pelo Mapai poderia promulgar leis que prejudicassem os partidos menores.

Ben-Gurion reconhecia a importância da Constituição como símbolo fundamental de uma nação que educa seus cidadãos para respeitarem o Estado de direito e o princípio da igualdade perante a lei. Contudo, o estadista argumentava que a lealdade ao Estado de direito não provinha da existência de uma Constituição, mas sim de um *ethos* cívico geral. Inúmeros países exibem, ao mesmo tempo, constituições gloriosas e regimes opressivos, tirânicos e prejudiciais à liberdade dos indivíduos e a seus direitos. Portanto, uma Constituição não é uma panaceia capaz de garantir a democracia e os direitos humanos, e suas vantagens não compensam as desvantagens. Ben-Gurion também argumentava que apenas dez por cento da população judaica estava em Israel (à época), e era imprudente que uma pequena minoria impusesse uma Constituição a todo um povo, por gerações e gerações futuras.

Do ponto de vista político, Ben-Gurion tentava escapar das disputas internas que aconteceriam caso a ideia de uma Constituição fosse adiante, e o estadista queria evitar o desgaste com os partidos políticos. Uma Constituição levantaria a questão de tornar a Halachá a fonte do direito em Israel, ou pelo menos uma demanda de pautar na lei judaica a Constituição, algo completamente rejeitado pelo sistema judiciário. Uma Constituição também exigiria a codificação de certos acordos *ad hoc*, como o “acordo de *statu quo*”, que tinha sido firmado em conversas entre Ben-Gurion e o Agudat Yisrael antes de 29 de novembro de 1947. A Agência Judaica havia garantido ao partido que no futuro Estado o *shabat* seria o dia oficial de descanso, as cozinhas públicas seriam kosher, seriam feitos esforços no sentido de manter as leis haláchicas de *status* pessoal e a autonomia da educação religiosa seria preservada, mas incluiria os principais temas do sistema geral de educação. Seria difícil ancorar tal acordo numa Constituição. Com o Estado ainda em formação, uma “guerra de culturas” poderia comprometer a lealdade dos cidadãos e prejudicar a coesão interna do país.

Decorridos mais de sessenta anos, esse parece ter sido um dos maiores erros de Ben-Gurion, porque o estadista jamais imaginou que a influência da religião e o poder dos partidos religiosos aumentariam. Ele também concordou em dispensar do serviço militar os estudantes das *yeshivot* e as jovens que se declaravam praticantes, presumindo que o judaísmo ultraortodoxo estava com os dias contados e acabaria desaparecendo por completo ou, então, se tornaria uma pequena seita insignificante. Quanto aos partidos sionistas-religiosos, Hamizrachi e Hapoel Hamizrachi, o estadista os enxergava desde 1935 como parceiros fiéis de coalizão na Executiva Sionista. Ben-Gurion mantinha uma postura tolerante em relação aos partidos religiosos não apenas por serem parceiros convenientes – suas demandas restringiam-se à esfera religiosa e não afetavam a política externa ou os assuntos econômicos –, mas também por uma questão de princípios. A seu ver, esses partidos representavam uma tradição histórica no seio do povo judeu; eram também um movimento fadado a desaparecer, uma espécie de reminiscência do passado.

Nos primeiros anos do Estado, o trauma do Holocausto ainda estava muito presente na consciência dos ultraortodoxos; o nascimento do Estado era visto como aurora de redenção; e, nas sinagogas, no Dia da Independência, entoava-se a oração Hallel, de louvor e agradecimento. Nesse momento, talvez tivesse sido possível chegar a um acordo sobre a adoção de uma Constituição em Israel. A importância de uma Constituição vai além do simples aspecto jurídico. Trata-se de um documento que serve de ferramenta para criar um *ethos* cívico, componente fundamental da identidade do Estado. Uma Constituição poderia ter dado uma contribuição significativa no sentido de curar as rixas na sociedade israelense e estabelecer normas universalmente aceitas de governança. Sob esse ângulo, Ben-Gurion não conseguiu prever os desdobramentos históricos. Contudo, é importante ter em mente que a hipótese otimista de que o estadista poderia ter criado uma Constituição não passa de especulação. Alguns estudiosos acreditam que, naquele momento inicial, as diferenças de opinião

em relação ao setor religioso eram tão severas que essa ideia jamais sairia do papel.

Embora não tenha sido criada uma Constituição, a Suprema Corte possuía, desde o início, *status* elevado e autoridade legal para além do que era garantido pela lei. Ao contrário das cortes inferiores, que eram uma continuação de instituições que existiam sob o governo mandatário, a Suprema Corte foi uma criação exclusivamente israelense, sem relação com a instituição mandatária que a precedeu. De início, Ben-Gurion acreditava que esse órgão estatal tão prestigioso deveria ficar em Haifa, que não recebera nenhuma honraria nacional, mas os ministros nomeados insistiram para que ficasse em Jerusalém, ainda que à época o prestígio político da cidade não fosse tão claro. A inauguração da Suprema Corte, no dia 15 de setembro de 1948, causou grande euforia. O presidente da corte, Moshe Zmora, confessou, emocionado: “Durante quase dois mil anos, os judeus rezaram três vezes por dia: ‘Restaurarei os seus juizes como no passado; os seus conselheiros, como no princípio.’ Hoje, maravilhados, estamos perto de concretizar esse sonho.”³

Nos primeiros anos, os ministros da Suprema Corte eram nomeados pelo sistema político, e, embora fosse de se esperar que membros do Mapai, partido dominante, tivessem preferência, na verdade o objetivo era criar um painel politicamente equilibrado que também representasse os judeus religiosos e o centro político, no mesmo tempo em que daria prioridade a juristas profissionais, no lugar de nomeações políticas. Com o tempo, a Suprema Corte assegurou sua independência por meio da seguinte lei: seus próprios membros elegeriam novos ministros, por unanimidade. Em geral, o sistema político buscou defender a dignidade e independência da Suprema Corte – uma manifestação inequívoca do conceito de estatismo.

De início, a corte voltou-se para o julgamento formal de acordo com a letra da lei, influenciada talvez pelo sistema jurídico alemão, fonte de instrução para diversos membros importantes do sistema israelense. Os pesquisadores se dividem quanto às razões para essa configuração. As explicações variam: cogita-se desde o medo dos magistrados de entrar em

conflito com as tendências coletivistas dominantes na sociedade israelense, até seu desejo de educar o público a respeitar o Estado de direito e a esfera pública. Porém, a corte rapidamente ampliou sua autoridade. Em 1953, dois jornais comunistas, o hebraico *Kol Haam* (Voz do Povo) e o árabe *Al-Ittihad* (A União), entraram com uma petição junto à Suprema Corte para revogar uma ordem do ministro do Interior que mandava fechar os dois veículos após a publicação de artigos difamatórios contra o governo, interpretados como incitação contra o alistamento militar. O episódio, em si, pareceu uma tempestade em copo d'água, pois os artigos tinham sido publicados em resposta a uma história segundo a qual o embaixador de Israel na ONU teria concordado em mobilizar duzentos mil israelenses para lutar contra a URSS na Coreia, o que se mostrou uma farsa. O importante, *mesmo*, foi a decisão da Suprema Corte de revogar a ordem do ministro de fechar os jornais, porque chegou-se à conclusão de que os artigos não forneciam razões suficientes para que se restringisse a liberdade de imprensa. A corte pautou sua decisão nas liberdades especificadas na Declaração de Independência, dando, portanto, à declaração o *status* de uma espécie de Constituição que garantia a liberdade e os direitos individuais.

A Declaração de Independência menciona o direito dos judeus de imigrarem para Israel e declara que o objetivo do Estado seria “reunir os exilados”. Tratava-se de um direito preferencial concedido aos judeus e não a outros cidadãos. Baseava-se na ideia sionista de que Israel deveria ser um Estado judaico, um lar para qualquer judeu que desejasse fixar residência no país. A Lei do Retorno, aprovada em julho de 1950, sistematizou o direito estabelecido na declaração. A justaposição de identidade nacional judaica e imigração para Israel concede aos judeus o direito incondicional à cidadania israelense, desde o dia em que chegam ao país, exceto em casos de potenciais danos à ordem pública (por questões de criminalidade, saúde, segurança ou atos contra o povo judeu). A cidadania garante o direito de votar e de ser eleito. Quando a lei foi minutada, em 1950, não explicava como definir quem era judeu. Entre 1948 e 1951, anos de imigração maciça, ninguém investigou ou examinou essa questão; qualquer um que se

declarasse judeu era aceito como tal e assim era registrado na carteira de identidade.

No final da década de 1950, o ministro do Interior, Yisrael Bar-Yehuda (do partido de esquerda Ahdut Haavodá), soube que funcionários de seu Ministério estavam usando a lei a seu bel-prazer, ora aceitando as declarações, de boa-fé, ora recusando-as. O ministro, então, formulou instruções específicas: qualquer um que se declarasse, de boa-fé, judeu, ou filho de casamento misto, deveria ser registrado como judeu, sem necessidade de provas adicionais. A emenda de Bar-Yehuda transformou um procedimento flexível numa lei inflexível, e essa questão explosiva, que até então vinha sendo evitada graças à ambiguidade da Lei do Retorno, foi alçada à agenda pública. Em julho de 1958, houve o primeiro debate no Knesset sobre “quem é judeu”. O governo ratificou as diretrizes de Bar-Yehuda, determinando, portanto, que um cidadão poderia ser considerado judeu sob a perspectiva de pertencer ao povo judeu, ainda que o mesmo não acontecesse segundo as leis religiosas. Em resposta a essa decisão, os ministros do Mafdal (Partido Religioso Nacional) renunciaram. Para eles, tratava-se de uma questão de suma importância, pois redefinia os limites da coletividade judaica.

Na ausência de um acordo que atendesse ao mesmo tempo às demandas do grupo não religioso, que endossava a definição de identidade nacional, e do grupo religioso, que insistia na definição haláchica, Ben-Gurion decidiu consultar cinquenta sábios judeus em Israel e na Diáspora. O problema era, em primeiro lugar, que essa decisão delegava a questão a pessoas que não só não estavam familiarizadas com seu contexto, como também eram distantes da realidade cotidiana de Israel; em segundo lugar, os cinquenta escolhidos eram, em sua maioria, religiosos. Na realidade, Ben-Gurion tinha “encomendado” uma resposta que satisfaria o Mafdal e poria fim à crise da coalizão. E, de fato, a maioria dos sábios consultados respondeu que a questão sobre “quem é judeu” deveria ser definida de acordo com a lei haláchica. Quando os ministros do Mafdal voltaram à esfera do governo, o Ministério do Interior tinha sido entregue a um indivíduo religioso que

anulou as diretrizes de seu predecessor e ordenou, extraoficialmente, que seus funcionários registrassem como judeus apenas os filhos de mãe judia ou aqueles convertidos de acordo com a Halachá. Como não se pautavam na lei, essas instruções logo foram questionadas por meio de recursos.

O primeiro recurso, baseado na contradição entre as cláusulas da lei e as regras do ministro do Interior, foi apresentado pelo Irmão Daniel, monge carmelita de origem judaica cujo nome de nascimento era David Oswald Rufeisen. Rufeisen identificava-se como judeu de fé cristã e pediu para ser registrado como judeu em sua carteira de identidade. Um funcionário do Ministério do Interior negou seu pedido, e, em 1962, Rufeisen apelou à Suprema Corte, alegando seu direito com base na Lei do Retorno. A petição exigia uma decisão por parte da corte: a definição de nacionalidade judaica presente na Lei do Retorno se sobrepunha a sua definição religiosa, ou as duas eram instâncias separadas? Numa decisão majoritária, a corte deliberou contra o Irmão Daniel, baseando sua decisão não na definição haláchica sobre “quem é judeu” – até porque, dessa forma, o monge seria considerado judeu (“um judeu que transgride continua sendo judeu”) –, mas na forma como um judeu é reconhecido na rua. Ninguém acharia que um monge cristão era judeu. Contudo, pelo menos um dos magistrados acreditava que deveria haver uma distinção completa entre a definição religiosa e a definição nacional; portanto, concluiu que o Irmão Daniel era judeu de acordo com sua própria definição. No fim das contas, o monge acabou ganhando a cidadania com base na Lei de Nacionalidade, que abarca todos os cidadãos não judeus de Israel, mas a questão ideológica continuava sem solução. Um indivíduo poderia ser judeu por nacionalidade, sem sê-lo por religião?

A controvérsia ressurgiu alguns anos depois, quando Benjamin Shalit, oficial superior das IDF casado com uma escocesa que se definia como ateia, pediu que seus filhos fossem registrados como judeus. Quando o escrivão negou seu pedido, Shalit apresentou à Suprema Corte uma petição baseada na Lei do Retorno. Numa decisão longa e detalhada, a corte reconheceu o direito dos filhos de Shalit de serem registrados como judeus, uma vez que a

Lei do Retorno não trazia definição formal sobre “quem é judeu”. Crianças que cresciam em Israel, eram criadas como judias e se identificavam com o povo judeu mereciam ser reconhecidas como tal. A corte acrescentou que isso, de forma alguma, feria a noção haláchica, pois a carteira de identidade era um documento oficial do Estado, que não provava nem refutava a judaicidade de alguém para fins de casamento ou divórcio, o que ficava sob a autoridade das cortes rabínicas.

Os judeus religiosos consideraram que a corte tinha tomado para si a autoridade de fazer a distinção entre identidade religiosa e identidade nacional, as “gêmeas siamesas” que tinham acompanhado os judeus ao longo da história. O primeiro apelo contrário a essa ligação entre as duas tinha sido apresentado por Clermont-Tonnerre no debate sobre a emancipação judaica na França, durante a Revolução Francesa. Ele estava disposto a conceder aos judeus direitos iguais, contanto que abrissem mão de sua identidade como nação e permanecessem fiéis apenas à identidade religiosa. Em Israel, a questão surgiu da direção contrária: um indivíduo poderia ser judeu por nacionalidade sem ser judeu de acordo com a fé judaica? O assunto estava ligado a outro tema complexo: isso significava que o Estado de Israel deveria permitir casamentos civis? No fim dos anos 1960, houve muita controvérsia nesse sentido entre livres-pensadores judeus e figuras religiosas. Contudo, foi algo que permaneceu às margens da consciência pública, pois a grande maioria dos judeus não religiosos aceitava a conexão entre identidade religiosa e identidade nacional como algo evidente e não questionava o caráter religioso das leis de casamento e divórcio nem das cerimônias de ritos de passagem (circuncisão, *bar-mitzvá* e enterro, por exemplo).

Por fim, sob a pressão dos partidos religiosos, foi promulgada em 1970 uma emenda à Lei do Retorno, definindo o judeu como aquele que nascia de mãe judia ou que tinha se convertido, e não pertencia a nenhuma outra fé. A definição continha duas concessões ao público não religioso. Em primeiro lugar, não havia menção a “conversão de acordo com a lei haláchica”, o que significava que os indivíduos convertidos pelos movimentos reformistas ou

conservadores na Diáspora – algo desqualificado pelo *establishment* ortodoxo em Israel – não eram excluídos. Em segundo lugar, a partir de então a Lei do Retorno também incluiria os filhos e netos de judeus, com a intenção de abranger a descendência de casamentos mistos. Isso dizia respeito sobretudo aos imigrantes da URSS. Esta se tornou uma questão fundamental depois da imigração maciça de russos na década de 1990 (tema discutido mais adiante).

A CONSOLIDAÇÃO DO PODER DO ESTADO

A necessidade de fazer a transição de uma sociedade governada pelo consenso, como existia durante o período do Yishuv – no qual cada entidade podia rejeitar a autoridade da maioria e se retirar –, para um Estado comandado por um governo com base na lei, com poder coercitivo, não era algo aceito sem questionamento. Portanto, o Estado precisava em primeiro lugar garantir seu monopólio sobre o uso da força. Como já foi visto, as minorias no Yishuv que não aceitavam o domínio da maioria representavam um desafio a esse respeito. Com a fundação do Estado, a organização clandestina Lehi anunciou que se dissolveria e que seus soldados passariam a integrar o IDF. O Etzel, no entanto, não agiu da mesma forma. Ainda antes da fundação de Israel, a organização tinha negociado com os líderes da Haganá quanto à possibilidade de passar a integrar o Exército do novo Estado. O Etzel exigia alguns direitos especiais, como manter suas unidades dentro das IDF, bem como um acordo de que não seria desmantelado e manteria um braço em Jerusalém, cuja inclusão no Estado de Israel ainda era vaga. Contudo, seus membros aceitaram a autoridade do Estado, e os soldados passaram a fazer parte das IDF.

No primeiro cessar-fogo, irrompeu uma crise. Transportando armas e imigrantes, uma embarcação do Etzel, o SS *Altalena* (pseudônimo de Jabotinsky), chegou à costa de Israel. Como o governo tinha garantido à

ONU que não importaria armas durante o cessar-fogo, o navio foi desviado para uma praia afastada, em Kfar Vitkin, na esperança de que os inspetores da ONU não o descobriam; assim, o carregamento de armas poderia ser desembarcado lá e transferido para o IDF. O Etzel tentou negociar para que suas unidades tivessem prioridade no recebimento das armas e para que parte da carga fosse enviada ao braço de sua organização em Jerusalém. O governo rejeitou esses termos e não aceitou o Etzel como parceiro de negociação. De início, o Etzel parecia disposto a transferir as armas para as IDF, mas logo ficou claro que isso não aconteceria. Membros do Etzel e soldados do IDF entraram em conflito na praia, acarretando baixas em ambos os lados. A embarcação partiu e acabou encalhando em frente à costa de Tel Aviv, sob os olhares atentos da mídia internacional. Menachem Begin, comandante do Etzel, embarcou no navio e, numa dramática emissão de rádio, convocou os membros do grupo para ajudarem a desembarcar a carga. Antigos membros do Etzel desertaram de suas unidades no IDF e correram para a costa. Houve violentos conflitos entre os membros do Etzel e os soldados das IDF. Impôs-se um toque de recolher em Tel Aviv, e Yigal Allon, comandante do Palmach, recebeu ordens de encerrar o que o governo, junto da maioria da população, interpretou como tentativa de desafiar sua autoridade. Um tiro de canhão disparado do campo de Yona, no norte de Tel Aviv, atingiu a embarcação, que começou a pegar fogo. Houve muitos mortos e feridos, e os membros do Etzel foram obrigados a abandonar o navio e se render. A história do *Altalena* alçou Menachem Begin ao posto de líder preparado a assumir a responsabilidade pelo bem-estar da nação como um todo, porque quando a embarcação começou a pegar fogo Begin exortou seus homens a encerrarem o confronto e evitarem uma guerra sangrenta. Mas o episódio também se tornou um mito seminal da soberania do Estado israelense, pois Ben-Gurion tinha provado sua determinação de garantir o controle do Estado por meio da força militar, caso fosse necessário. Os membros do Etzel reintegraram o IDF de forma individual, inserindo-se em diversas de suas unidades.

Em 17 de setembro de 1948, o conde Folke Bernadotte, mediador da ONU, foi assassinado por antigos membros do Lehi. Em resposta, o governo agiu com determinação: prendeu os ativistas do Lehi e do Etzel, e eliminou os últimos vestígios de independência desta organização militar em Jerusalém. Ainda em setembro de 1948, Ben-Gurion ordenou que o Palmach fosse desmantelado. O Palmach, tropa de choque das IDF, tinha provado seu valor em combates violentos. Não violou a disciplina das IDF e não representava uma ameaça em potencial ao governo, como parecia ser o caso do Etzel. Porém, seu quartel-general estava associado politicamente com a esquerda, sobretudo com o Mapam, partido fundado em janeiro de 1948. Ben-Gurion queria um Exército fiel, em primeiro lugar, ao Estado, sem outras fontes de inspiração. Ao desmantelar o Palmach, pretendia deixar claro que só havia um único Exército, o IDF, e uma única fonte legal de autoridade, o governo eleito. Alguns argumentam que Ben-Gurion tentava enfraquecer seus adversários políticos, mas, olhando em retrospecto, não há dúvidas de que suas ações abriram precedentes para um Estado capaz de garantir o não envolvimento do Exército em questões políticas.

A sociedade do Yishuv possuía forte consciência política. Seus partidos eram entidades organizadas e mobilizadoras, que faziam a mediação entre os indivíduos e a sociedade. Tudo era distribuído de acordo com a filiação política: certificados de imigração, assentamento nacional, comando nacional da Haganá, bolsas de emprego e até mesmo a ordem de embarque nos navios de imigração ilegal. A bandeira do estatismo, levantada por Ben-Gurion, pretendia contestar o poder de organismos políticos e estabelecer o Estado como representante do interesse geral, empenhado em garantir o bem-estar de todos os cidadãos. O Estado comprometia-se com uma política de igualdade para todos, independentemente de afiliação política.

Como foi visto, despolitizar o Exército foi uma das primeiras medidas tomadas nesse sentido. Não por acaso, cinco dos seis chefes do Estado-Maior subordinados ao ministro da Defesa Ben-Gurion não tinham filiação política. Oficiais superiores com óbvias inclinações à esquerda não encontravam lugar no IDF. Na década de 1950, ainda era possível identificar

oficiais das IDF ativos em partidos políticos, sobretudo no Mapai, mas o conceito de separação entre atividade política e serviço militar ativo aos poucos ganhou penetração na consciência pública, e no fim do período já era algo amplamente aceito. O sistema jurídico era outra arena para a despolitização. Como foi sugerido na discussão sobre “quem é judeu”, a maioria dos juízes não tinha filiação política clara; as cortes preocupavam-se em exibir neutralidade ideológica e não hesitavam em criticar as instituições governamentais.

O funcionalismo público, por outro lado, foi organizado com base nos departamentos que tinham existido na Executiva da Agência Judaica, no Comitê Nacional e no governo mandatário. Os dois primeiros tinham uma tradição de politização que acabou sendo transferida ao setor público. Os ministros rapidamente preenchiam os cargos nos ministérios com seus camaradas. A ideia de contar com funcionários públicos profissionais, que poderiam compensar ministros motivados por considerações particulares, não era muito aceita. Na primeira década de existência do Estado, o funcionário público agia em nome dos interesses políticos do ministro ao qual era subordinado. Finalmente, em 1959, foram promulgadas algumas leis sobre o funcionalismo público, estabelecendo critérios universais e meritocráticos para as nomeações. Desse momento em diante, cada ministro poderia nomear três pessoas para “cargos de confiança”, enquanto os demais funcionários seriam selecionados por comitês profissionais com base em suas habilidades, e o ministro não poderia substituí-los. A Comissão de Serviço Público ficou encarregada dessas nomeações.

O princípio da meritocracia acabou triunfando. Assim, o nível educacional e de capacidade dos servidores públicos passou a ter mais influência em sua carreira do que a filiação política. O desenvolvimento do Ministério das Finanças representa um ótimo exemplo disso. Seus servidores eram alunos de um jovem economista, o imigrante americano Don Patinkin, que introduziu o pensamento econômico moderno no Departamento de Economia da Universidade Hebraica. “Os meninos de Patinkin” se tornaram o núcleo duro da equipe profissional do Ministério

das Finanças e do Banco de Israel; introduziram normas de profissionalismo e neutralidade política a assuntos como gestão do orçamento estatal, alocações ministeriais, recolhimento de impostos e assim por diante.

Durante o período do Yishuv, o sistema educacional estava estruturado em diferentes “correntes”, controladas por diferentes grupos de interesse. A “corrente geral” era sionista e não religiosa; não possuía filiação política, mas identificava-se com o centro e com a direita e era controlada pelas prefeituras e pelos conselhos locais. A “corrente trabalhista” da Histadrut educava os estudantes para o trabalho braçal, a agricultura, a vida no *kibutz* e a dedicação ao coletivo. Cultivava uma filiação a imagens e ideias socialistas e uma identificação com os miseráveis e oprimidos do mundo. Os movimentos juvenis pioneiros, associados a partidos políticos, eram ativos nos pátios das escolas. A “corrente sionista-religiosa” pertencia ao Hamizrachi e promovia estudos religiosos e uma visão de mundo religiosa, mas também incluía estudos gerais, com ênfase nos valores e imagens tradicionais judaicos e sionistas. Por fim, a “corrente independente” do Agudat Yisrael transmitia apenas estudos ligados à religião.

A educação é uma importante ferramenta para moldar a identidade nacional. Deixá-la nas mãos de facções políticas teria perpetuado o legado político do Yishuv. Mas nenhum desses grupos estava disposto a abrir mão de poder, sobretudo a “corrente trabalhista”, que ficara mais poderosa graças a seu domínio nos campos de imigrantes e nas *maabarot* (campos de transição; sing., *maabará*, tema discutido mais à frente). Esta se tornara a principal corrente, embora seu alcance durante o período do Yishuv não fosse significativo. (A maioria dos trabalhadores nas cidades e nas *moshavot* mandavam seus filhos para escolas da corrente geral.) Após acirrados conflitos entre as correntes religiosa e trabalhista quanto às crianças imigrantes, chegou-se a um acordo. As correntes Hamizrachi e trabalhista aceitaram abrir mão do controle político sobre a educação, que passou a ser responsabilidade do Ministério da Educação e ficou dividida em linha “estatal” e linha “estatal-religiosa”. A corrente independente do Agudat Yisrael continuou exercendo o controle sobre seu sistema educacional, mas,

como já foi visto, tratava-se de um grupo pequeno que ninguém acreditava ter futuro.

Há quem diga que Ben-Gurion presumiu que a educação estatal seria conduzida sob o espírito da corrente trabalhista, crescente à época. Mas não foi bem isso o que aconteceu. Feliz ou infelizmente, a educação assumiu um caráter neutro. Os críticos de Ben-Gurion afirmaram, mais adiante, que a ideia de eliminar as correntes tinha, na verdade, levado à destruição da corrente trabalhista e de seu modo especial de educar, diminuindo a habilidade da esquerda de transmitir às gerações mais novas sua visão de mundo, enquanto as outras correntes permaneceram iguais. Ao mesmo tempo, transferir, das facções políticas para o Estado, o controle sobre a educação era uma grande conquista para o conceito de estatismo.

Outro foco de poder político estava nas bolsas de emprego, controladas pela Agência Judaica desde o final da década de 1930. As alocações de pessoal e de trabalho seguiam critérios políticos. Quando o Estado foi fundado, as bolsas de emprego foram transferidas para o Ministério do Trabalho, mas seu caráter político e a influência da filiação política na busca por um emprego continuaram presentes até o final da década de 1950, quando as bolsas de emprego se tornaram “serviços de emprego” e as equipes passaram a ser compostas de funcionários públicos. Os mecanismos de alocação de trabalho começaram a ser conduzidos de acordo com as leis do funcionalismo público e sob a supervisão do controlador do Estado: mais uma vitória para o estatismo.

Além do movimento trabalhista, outros também tiveram seus papéis tradicionais expropriados pelo Estado. A Organização Sionista – “o Estado emergente” –, criação de Herzl, de repente se viu sem uma missão clara. O Estado judeu tinha se tornado realidade. E agora? A questão do papel e da posição da Organização Sionista Mundial no novo Estado estava atrelada às relações entre Israel e a poderosa e abastada comunidade judaica norte-americana. As lideranças judaicas norte-americanas tinham se prontificado a apoiar a empreitada do Yishuv na Palestina e aprovaram o envio de ajuda, sob a condição de que sua atividade não tivesse aspirações nacionalistas

capazes de beneficiar elementos antissemitas da sociedade norte-americana, que poderiam acusar os judeus norte-americanos de dupla lealdade. Assim, por exemplo, a Hadassah (Organização das Mulheres Sionistas da América) operou um abrangente serviço de saúde no Yishuv. O trabalho começou na época da conquista britânica da Palestina; a organização criou um sistema de medicina preventiva, centros de assistência infantil e hospitais, primeiro no Yishuv e depois em Israel. O American Jewish Joint Distribution Committee (o “Joint”) também era ativo no país. Pelo menos à primeira vista, essas organizações agiam como organismos filantrópicos e não nacionais.

Entre as elites judaicas americanas, alguns grupos se dissociaram por completo da Organização Sionista. O caso mais extremo foi o do American Council for Judaism, que chegou a se envolver numa virulenta propaganda antissionista; seus membros ajudaram porta-vozes árabes a preparar seus discursos na ONU quando a decisão sobre a partilha ainda estava para acontecer. Outros grupos, como o American Jewish Committee (AJC), adotaram um tom mais moderado. Preocupados em se envolver em questões que pudessem retratar os judeus como uma nação, e não apenas como uma religião, dissociaram-se do sionismo. Essa postura também foi adotada pelo movimento reformista. Quando o destino dos judeus da Europa veio à tona, a liderança judaica americana não sionista se mostrou cada vez mais inclinada a se associar à luta sionista e a fazer doações generosas para a compra de armas, para a criação de uma indústria bélica em Israel e para custear a Guerra de Independência. Os líderes do AJC, Joseph M. Proskauer e, depois, Jacob Blaustein, e os líderes do United Jewish Appeal, Henry Morgenthau Jr. e Henry Montor, estabeleceram uma conexão direta com Ben-Gurion e seus companheiros da Executiva Sionista, passando por cima da Organização Sionista norte-americana. Na época, esta organização contava com uma liderança enérgica e influente, encabeçada por Abba Hillel Silver e Emmanuel Neuman, que discordava de Ben-Gurion em inúmeros pontos. Portanto, a entidade condicionou a uma série de demandas sua disposição de se mobilizar para apoiar o Estado. A atitude

irritou Ben-Gurion; para ele, a Organização Sionista deveria se comprometer com o Estado sem nenhum tipo de ressalva.

A fundação do Estado impôs duas questões importantes à agenda israelense a respeito da Organização Sionista. A primeira era definir a diferença entre sionistas e não sionistas, agora que o Estado era uma realidade. A segunda consistia em redefinir os limites da soberania do Estado *vis-à-vis* a Organização Sionista. Ben-Gurion deixara de enxergar diferenças concretas entre sionistas e não sionistas; nenhum dos dois grupos estava imigrando para Israel, embora ambos quisessem que o país florescesse e agissem em seu nome. Além disso, a competência dos não sionistas para captar recursos tinha se mostrado muito superior à dos sionistas. Quanto à influência política, os não sionistas possuíam contatos muito melhores. A Organização Sionista ficou muito abalada em termos de prestígio e influência, enquanto os não sionistas, liderados pelo presidente do AJC, Blaustein, pleiteavam uma definição clara da autoridade do Estado que se aplicasse somente a seus cidadãos, sem quaisquer exigências em relação aos judeus americanos. Os não sionistas também queriam que os Estados Unidos fossem definidos como “Diáspora” e não “exílio” (termo que implicava certa obrigação de os judeus imigrarem para Israel) e que o lema de “reunir os exilados” não se aplicasse aos judeus norte-americanos, mas somente a países onde os judeus estivessem sob algum tipo de ameaça.

De fato, não havia diferença entre os não sionistas e os sionistas no que dizia respeito à imigração. Ambos viam os Estados Unidos como sua pátria, e não como exílio. Mas os sionistas queriam que Israel os reconhecesse como grupo mediador entre o novo Estado e os judeus da Diáspora; a Organização Sionista representaria esses judeus perante Israel e vice-versa. Ben-Gurion rejeitou de imediato essa ideia; o Estado de Israel, soberano, poderia estabelecer relações com quaisquer parceiros que julgasse conveniente. Ele se recusou veementemente a conceder à Organização Sionista exclusividade como mediadora. Há muitos judeus que não são sionistas, argumentou, e que também querem participar da construção do Estado. Nesse ponto, dois interesses convergiram: o do Estado, de se definir

como foco e fonte de inspiração para os judeus de todo o mundo, e o dos não sionistas, de evitar que a Organização Sionista conseguisse o *status* de único representante dos judeus da Diáspora.

Ben-Gurion foi categórico: somente os cidadãos israelenses poderiam influenciar as políticas do país, e os judeus que não vivessem lá não tinham o direito de interferir. Por outro lado, declarou que o Estado não tinha intenção de se envolver nas questões internas das comunidades judaicas norte-americanas. Foi esse o espírito dos “acordos” entre Ben-Gurion e Blaustein. No vigésimo terceiro Congresso Sionista, em 1951, o primeiro depois da criação do Estado, os objetivos do sionismo foram definidos no Programa de Jerusalém: “A missão do sionismo é consolidar o Estado de Israel, reunir os exilados em Eretz Yisrael e promover a união do povo judeu.” Essa definição era extremamente ambígua. A referência a “reunir os exilados” não diferenciava os países onde os judeus estavam em perigo e os judeus ocidentais, mas o fato é que não se dirigia aos judeus ocidentais. A referência a “povo judeu” também era muito genérica, levando em conta os sentimentos de Blaustein e dos demais não sionistas.

O congresso decidiu, no entanto, que Israel deveria promulgar uma lei reconhecendo o *status* especial da Organização Sionista como representante dos judeus da Diáspora. Tal lei violaria não apenas os “acordos” entre Ben-Gurion e Blaustein, como também os interesses dos israelenses, na visão de Ben-Gurion. Consequentemente, no intervalo entre a decisão do congresso e a promulgação da lei pelo Knesset, o *status* da Organização Sionista foi corroído. O parágrafo que a descrevia como “representante do povo judeu” foi apagado e substituído por sua descrição como “uma entidade autorizada” que agiria em Israel para o desenvolvimento e assentamento do país, a absorção de imigrantes e a coordenação das atividades de instituições judaicas que atuassem nessas esferas. Em 1954, foi assinado um pacto entre a Organização Sionista e o governo, concedendo à entidade *status* oficial de representante dos judeus de todo o mundo em todos os assuntos referentes a suas missões. Porém, esse acordo não impediu que o governo israelense negociasse com outras organizações judaicas. A organização para a venda de

bonds do Estado de Israel, com arrecadação superior à do United Jewish Appeal (cujas receitas diminuíram durante a década de 1950), ficou nas mãos dos não sionistas.

Ben-Gurion achava mais fácil negociar com representantes das organizações não sionistas. Os membros da Organização Sionista, filiados a partidos, tinham pretensões políticas e queriam interferir nos assuntos israelenses, tanto a partir de dentro quanto de fora. Os não sionistas, por sua vez, não queriam a intervenção israelense nos assuntos da Diáspora, e, de forma recíproca, evitavam interferir nas questões israelenses. Em vez de poder político, queriam respeito e que seus conselhos fossem levados em conta. Ben-Gurion afirmava que a Organização Sionista tinha cumprido seu papel e defendia que a entidade fosse desmembrada, mas não encontrou apoio nem mesmo dentro de seu partido. Muitos líderes israelenses sentiam-se comprometidos com a organização que pouquíssimo tempo antes estivera à frente da luta pela fundação do Estado. Também reconheciam que a Organização Sionista e a Agência Judaica (com funcionários em comum) tinham experiência em organizar iniciativas de imigração, absorver e assentar os imigrantes. Portanto, apoiavam a continuidade de ambas as organizações, apesar da oposição de Ben-Gurion.

Com o passar dos anos, a diferença entre não sionistas e sionistas no contexto judaico americano se atenuou. A questão da dupla lealdade, que tinha preocupado os não sionistas após a criação do Estado, passou a ser secundária. O entusiasmo que tomou conta dos judeus da Diáspora quanto à Guerra dos Seis Dias botou abaixo as barreiras existentes entres os dois tipos de identificação com o Estado. Em 1968, formulou-se um segundo Programa de Jerusalém, que declarou os objetivos do sionismo nos seguintes termos: “A união do povo judeu e a centralidade de Israel na vida judaica; a reunião do povo judeu em sua pátria histórica, Eretz Yisrel, por meio de *alioth* de todos os países; o fortalecimento do Estado de Israel, com base na visão profética de justiça e paz; a preservação da identidade judaica por meio da promoção de uma educação judaica, hebraica e sionista e dos valores espirituais e culturais do judaísmo; a proteção dos direitos dos

judéus em todos os lugares.” Pouca coisa permaneceu dos “acordos” do início da década de 1950 entre Ben-Gurion e Blaustein. O programa destacava a centralidade de Israel na vida do povo judeu; identificava a imigração como um dos objetivos do sionismo, sem excluir os judeus ocidentais; e dava à Organização Sionista um importante papel na Diáspora, algo inédito. Em 1971, foi estabelecida uma Agência Judaica de maior amplitude, com cinquenta por cento de seus representantes oriundos da Organização Sionista, trinta por cento do United Jewish Appeal e vinte por cento de organizações provedoras do mundo todo. Assim, foi abaixo a última barreira existente entre os que captavam recursos – em sua maioria vindos das organizações não sionistas – e os representantes sionistas.

OS PRIMEIROS ANOS DA DEMOCRACIA ISRAELENSE

Em contraste com o que costuma acontecer em outros países que adotam a social-democracia, em Israel a esquerda se opunha ao “Estado grande”, e a direita o apoiava. As organizações de esquerda baseadas no voluntarismo, como os movimentos de *kibutzim* – cujas aptidões organizacionais e cuja dedicação escoravam as capacidades de mobilização e a desenvoltura que os fortaleceram durante o período do Mandato –, não aceitaram perder as funções nacionais que haviam desempenhado antes que fossem transferidas para o Estado. O Mapam, partido marxista fundado em 1948 como resultado da união entre o partido Hashomer Hatzair (baseado no *kibutz* Haartzi Hashomer Hatzair) e o Ahdut Haavodá (fundado em 1944 por antigos membros do Mapai, cuja maioria era de membros do Hakibbutz Hameuhad), enxergava o estatismo como uma tentativa de Ben-Gurion no sentido de expropriar o movimento trabalhista de seus ativos ideológicos e socioeconômicos e de transferir para o Estado o papel do movimento na construção da nação. O Mapam se considerava uma alternativa mais à esquerda do Mapai e interpretava o estatismo de Ben-Gurion como uma

tentativa grosseira de jogá-lo para escanteio, enquanto o Mapai assumia novas posições de poder.

A sensação de isolamento da esquerda no novo Estado só fez aumentar com a desintegração do Palmach, com a demanda de Ben-Gurion de que os *kibutzim* absorvessem trabalhadores contratados entre os novos imigrantes (tema discutido mais adiante) e com a supressão da “Revolta dos marinheiros”, uma greve da frota mercante israelense, reprimida por meio da convocação dos grevistas como reservistas das Forças Armadas. Nos anos de Guerra Fria, a esquerda admirava cegamente a URSS, enquanto Ben-Gurion tirou o Estado de Israel de uma posição de neutralidade entre os blocos – adotada durante a Guerra de Independência – para uma postura claramente pró-ocidental. A hostilidade dos membros da esquerda em relação ao estatismo e a Ben-Gurion explica-se pelo que enxergavam como um prejuízo a suas conquistas históricas, em prol do estatismo, e pela oposição à linha política de Ben-Gurion, que contrariava sua ideologia e política.

A primeira era do Estado israelense (1948–1967) ficou marcada pelo predomínio do Mapai. O partido obteve maioria em todos os governos liderados por Ben-Gurion. Também tinha maioria no comitê executivo da Histadrut, e o secretário-geral da instituição era membro do Mapai. O partido preencheu a maioria dos cargos da Histadrut, incluindo aqueles na Hevrat Haovdim (sociedade de trabalhadores, a *holding* da Histadrut), na Solel Boneh (principal empresa de construção da Histadrut) e até mesmo nos conselhos de trabalhadores, que controlavam com rigor os locais de trabalho, concedendo pouco poder aos comitês de trabalhadores ou aos sindicatos. Os membros do Mapai também dominavam o funcionalismo público. O Mapai e a Histadrut se assemelhavam a subcontratantes cuja tarefa era aplicar os princípios do estatismo. Agiam como uma espécie de guarda pretoriana que implementava a política nacional formulada por Ben-Gurion. Esse processo transformou o Mapai numa máquina política disposta a eliminar qualquer tentativa – externa ou interna – de democratizá-lo, de mudar sua forma de funcionamento ou de introduzir

novos grupos em sua liderança. O estatismo ao estilo do Mapai era paternalista, com o controle nas mãos de um único movimento político que conduzia o Estado na direção que julgava melhor para o bem público. Nesse período, Israel foi uma democracia parlamentarista, mas com um nível de centralização política e econômica incomum em países democráticos. Uma democracia do povo, para o povo, mas não pelo povo.

Ben-Gurion declarava ser possível criar uma coalizão que incluísse todo o espectro político de Israel, mas “sem o Herut e o Maki” (Maki é o Partido Comunista Israelense). O Herut foi o partido fundado por Menachem Begin depois da dissolução do Etzel. Não era garantido que Begin decidiria migrar para a atividade parlamentarista e aceitaria as regras do jogo democrático; seu comportamento e estilo político nos primeiros anos do Estado nem sempre eram compatíveis com essas regras. Em 1952, enquanto o Knesset debatia o “Acordo de Reparação” com a Alemanha Ocidental (a ser discutido mais adiante), Begin permitiu que manifestantes de seu partido atacassem o Knesset e jogassem pedras na fachada do prédio, até o orador ser obrigado a suspender a sessão – primeira vez que isso aconteceu na história do Knesset. Begin adotou os trejeitos de líder populista; seguia para os comícios eleitorais escoltado por motociclistas. Ele apresentava seu partido de direita como alternativa real ao Mapai e a seus métodos socialistas. Porém, o cerne de seu conceito era político: a demanda de toda a Terra de Israel, de ambos os lados do rio Jordão, para o Estado de Israel. Begin acusava o governo de Ben-Gurion de ser medroso e submisso às grandes potências, posicionamento que a maioria dos israelenses considerava irreal e belicoso.

Embora com o tempo o partido de Begin tenha se institucionalizado e se tornado mais moderado, e tenham arrefecido as suspeitas de que adotava táticas antidemocráticas, enquanto Ben-Gurion esteve na cadeira de primeiro-ministro, o Herut não entrou na coalizão. E o máximo que conseguiu foram dezessete cadeiras no Knesset. Em 1965, o partido se fundiu com o Partido Liberal (que tinha sido criado pelos sionistas gerais), na esperança de, agora com o nome de Gahal (acrônimo para Gush-Herut-

Liberalim, Bloco Herut-Liberais), mudar a imagem de partido de direita radical e irresponsável e alcançar um maior número de eleitores. Poucos meses antes, em 1964, o primeiro-ministro Levi Eshkol havia executado a cláusula do testamento de Zeev Jabotinsky que pedia que seus restos mortais fossem enterrados em Israel. Esse ato simbólico coroou a legitimação do Herut na vida política israelense.

O Maki, Partido Comunista Israelense, esteve completamente fora do consenso sionista. Embora aceitasse a existência de Israel como Estado (uma vez que a própria URSS tinha votado a favor da solução de dois Estados em 29 de novembro de 1947, reconhecendo Israel), tratava-se de um partido antissionista que aderiu sem ressalvas à política soviética. O Maki era binacional e proporcionou uma voz autêntica aos árabes israelenses no período posterior à Guerra de 1948, quando eles estavam em situação desfavorável e isolados. O partido lutou ferozmente contra o governo militar imposto aos árabes no pós-guerra e contra a expropriação de terras árabes por parte do governo. Com o tempo, surgiu uma polarização entre os membros judeus, que se opunham às declarações nacionalistas dos árabes, que clamavam pela destruição de Israel, e os membros árabes, defensores dessas declarações. Segundo determinada versão, numa reunião secreta do comitê central do partido, o membro do Knesset Tawfik Tubi propôs que a URSS declarasse que a fundação do Estado de Israel tinha sido um erro stalinista e deveria ser anulada. A proposta, que separou judeus e árabes, foi rejeitada por um voto. Em 1964, o partido se dividiu. Só permaneceram no Maki membros judeus, enquanto o partido dissidente, Rakah (acrônimo para Reshima Kommunistit Hadasha, Nova Lista Comunista), era composto em sua maioria por árabes. O Maki apoiou o posicionamento de Israel às vésperas da Guerra dos Seis Dias, e o Rakah ficou do lado árabe.

Após a Guerra de Independência, a minoria árabe em Israel somava 156.000 pessoas, cerca de vinte por cento da população. A maioria dos árabes morava na Galileia – o “pequeno triângulo” que a Jordânia entregou a Israel depois do acordo de armistício – e no Negev. Assombrados pela derrota, pela fuga e pela expulsão, essa minoria não tinha uma liderança

reconhecida. Israel se apoderou de propriedades árabes abandonadas e expropriou terra árabe para o assentamento judaico. Segundo algumas estimativas, entre quarenta e sessenta por cento das terras de propriedade árabe em áreas israelenses foram então transferidas para fins de assentamento judaico. Na Declaração de Independência, Israel assegurou direitos iguais a seus habitantes árabes, mas no pós-guerra Ben-Gurion ficou convencido de que não se podia confiar nos árabes e que deveria ser imposto sobre os que permaneceram em Israel um governo militar, por questões de segurança. Isso significava que não teriam o direito de se defender no sistema judicial israelense.

Ironicamente, esse governo militar baseava-se no Regulamento de Defesa (Emergência) do Mandato Britânico, que tinha sido usado contra o Yishuv judaico. O governo militar restringia a livre circulação dos habitantes árabes. Mediante a necessidade de autorização para sair de suas cidades e aldeias, os árabes ficavam impedidos de conseguir emprego no centro do país ou cursar nível superior. A administração militar estava autorizada a demolir prédios e confiscar terras caso achasse que tinham sido usados para perpetrar ações hostis. O emprego no setor de educação e nas instituições regionais estava condicionado ao consentimento da administração. Exceto pelo Maki e, depois de 1954, pelo Mapam, os árabes estavam excluídos dos partidos políticos judaicos. Apenas em 1960, foram aceitos, com direitos iguais, como membros da Histadrut, que passara a ser conhecida como “Confederação Geral de Trabalhadores de Israel”. O Mapai criou listas “satélites” (eleitorais) árabes, e os membros eleitos apoiavam o partido no Knesset. Assim, o partido obtinha apoio da administração militar, cujos funcionários tratavam a minoria árabe como clientela que recebia privilégios em troca de apoio político. Os ativistas do Mapai apoiavam os líderes dos clãs árabes, que geravam votos nas eleições. Na segunda década de existência do Estado de Israel, as leis do governo militar perderam força e foram abolidas as restrições quanto à livre circulação. Mas, embora a maioria dos partidos (inclusive o Herut) recomendasse que o aparato nocivo e anacrônico do governo militar fosse extinto, isso só aconteceu em 1966,

durante o mandato de Levi Eshkol como primeiro-ministro. Depois disso, as listas satélites foram gradualmente enfraquecidas, sendo completamente abolidas em 1981, quando surgiram partidos árabes independentes.

Na história das relações entre judeus e árabes em Israel, um evento traumático ocorrido na década de 1950 passou a ser simbólico. No dia 29 de outubro de 1956, quando teve início a Campanha do Sinai, recrudescceu a tensão ao longo da fronteira com a Jordânia. Sem notificar os trabalhadores dos campos, o comandante militar do setor mudou, de 21h para 17h, o toque de recolher imposto às aldeias. Um comandante de batalhão da polícia de fronteira ordenou a seus subordinados que atirassem em qualquer um que descumprisse o toque de recolher. Dos oito comandantes de pelotão do batalhão, sete garantiram que os habitantes pudessem retornar em segurança a suas casas, mas um deles cumpriu a ordem à risca, e, naquela noite, em Kafr Kassem, houve quarenta e sete mortes, entre homens, mulheres e crianças.

A Cúpula de Defesa ficou em choque, e a reação imediata foi buscar acobertar os fatos. Ben-Gurion tentou silenciar o discurso público. O censor militar proibiu que se mencionasse o massacre, mas a notícia acabou se espalhando. Membros do Knesset filiados ao Maki foram aos hospitais entrevistar os feridos e colher testemunhos. Em seguida, amparados pela imunidade parlamentar, subiram à tribuna do Knesset e revelaram todos os detalhes. O *Haolam Hazeh*, jornal de oposição, imprimiu as evidências chocantes, em flagrante violação à censura. O público israelense ficou aturdido. Onze oficiais e soldados foram julgados, e oito receberam como sentença longas penas de prisão, mas, passados dois anos, foram todos absolvidos. A corte que os julgou estabeleceu um precedente que desde então vem sendo um dos pilares da legislação israelense: uma ordem sobre a qual tremula uma bandeira negra é declaradamente ilegal. Em outras palavras, a desculpa de estar cumprindo ordens não valeria para os casos em que a ordem é claramente ilegal – como no exemplo em questão, envolvendo a morte de civis inocentes. A população árabe nunca esqueceu o episódio de Kafr Kassem. Todos os anos, há um dia de recordação dedicado ao

massacre, apresentado como um dos elos na cadeia de injustiças e atos violentos perpetrados pelo Estado de Israel contra os árabes.

Para a população judaica, por sua vez, o episódio de Kafr Kassem representou a obrigação de estabelecer fronteiras bem definidas entre o que era permitido e o que era proibido nas relações entre o Exército e os cidadãos, bem como de criar normas éticas para a conduta militar. Durante a Guerra de Independência, o poeta Nathan Alterman tinha escrito um artigo, em sua coluna semanal (chamada “A sétima coluna”), sobre o assassinato a sangue-frio de um ancião árabe durante a conquista de Lydda (Lod). Intitulada “Sobre isso”, a coluna pedia que o assassino fosse julgado: “Pois os portadores de armas, e nós junto a eles, / Seja de forma ativa / Ou com um gesto de consentimento, / Somos levados, num murmúrio de ‘necessidade’ e ‘vingança’, / Para a esfera dos criminosos de guerra.” Alterman acrescentou: “Erradiquemos o sussurro de serenidade / Que se assusta com a própria imagem diante do espelho!” Ben-Gurion apoiou essa coluna e ordenou que fosse distribuída por todo o IDF.⁴

No entanto, é pouco provável que esse entendimento sobre a natureza das relações entre o Exército e os cidadãos numa democracia tenha penetrado na consciência pública. No início dos anos 1950, conduziram-se nas aldeias árabes buscas violentas por invasores, e o Exército não se conteve. Repetidas vezes, Alterman alertou, em vão, para as injustiças do governo militar e se opôs à ideia de suprimir no Knesset o “direito de protesto” do comunista Tawfik Tubi. Nesse caso, Ben-Gurion, grande admirador do poeta, não consentiu. Assim, o massacre de Kafr Kassem desencadeou uma grande crise que teve o efeito dialético de criar uma catarse. Abriu-se espaço para uma avaliação moral e para o estabelecimento de normas obrigatórias; mesmo que não fossem sempre cumpridas à risca, traziam a potência educativa de restringir a violência.

Em seus primórdios, a democracia israelense tomou de empréstimo do Ocidente modelos parlamentaristas liberais, e também alguns modelos da “democracia guiada” do bloco oriental. Era uma combinação ímpar, em que liberdade de expressão e de associação, um sistema judicial independente

que protegia os direitos individuais, eleições livres e imprensa livre coexistiam com um sistema político centralizado, controlado sobretudo por um único partido, com instrumentos governamentais protecionistas e normas que permitiam aos políticos se beneficiarem de suas posições. Quando o controlador da Agência Judaica chamou a atenção de Levi Eshkol – então diretor do Departamento de Assentamento da agência – para a existência de corrupção entre os seus oficiais, Eshkol respondeu com uma citação bíblica que se tornou um clássico: “Não amordacem o boi enquanto ele está debulhando o cereal” (Deut. 25:4), sugerindo que era inevitável o uso de cargos políticos para obter vantagem financeira. No burocrático sistema da época, quando atividades como importar, exportar ou receber moeda estrangeira exigiam autorização, e durante o período de austeridade nos anos 1950, quando todos os artigos de luxo eram considerados violação à lei, era uma prática aceita o uso de “contatos” para obtenção de descontos, facilidades, permissões e assim por diante. Dizia-se o seguinte: quem tem amigos não precisa de *protektsia* (favorecimento, influência, vantagem).

Havia rumores sobre a existência de corrupção. É o que comenta Alterman: “Eles falam abertamente, não aos sussurros, / E mencionam nomes e títulos, / Afirmam, certos: quem, quando e quanto, / E em qual instituição / Qual cargo / Qual profissão. / E o que se ouve não são nomes escandalosos / Como Al Capone, por exemplo, / Não! São nomes de gente que trabalhava nas estradas / E cantava ‘O templo será reconstruído.’”⁵ A vida política era conduzida pelos partidos, e cada partido da coalizão buscava benefícios para suas organizações e seus ativistas. A esquerda cuidava dos movimentos de *kibutzim*, do movimento dos *moshavim* e da Hevrat Haovdim. O centro e a direita se encarregavam dos interesses da iniciativa privada, de industriais, dos criadores de frutas cítricas, dos donos de hotéis e dos empreiteiros. O conceito de concorrência pública ainda não tinha sido internalizado. Portanto, havia solo fértil para a corrupção se estabelecer – tanto de indivíduos como de organizações –, driblando os procedimentos do estatismo.

Israel desfrutava de uma imprensa livre: cada partido era dono de um jornal próprio, e também havia alguns independentes. O governo recebia críticas tanto da direita quanto da esquerda. Contudo, os jornalistas se mostravam cautelosos para tratar de determinados assuntos, como, por exemplo, segurança. O Comitê de Editores, fórum altamente respeitado que o primeiro-ministro convocava de tempos em tempos para dar notícias em primeira mão – deixando seus membros a par de informações confidenciais –, era um meio de garantir a cooperação da imprensa com o governo. A televisão ainda não penetrara nas fronteiras israelenses – Ben-Gurion achava que corrompia os espectadores. Emissões de rádio eram controladas pela Autoridade de Difusão ou pela estação de rádio do Exército, ambos organismos supervisionados pelo governo. Assim, o Estado exibia vantagem sobre qualquer grupo de oposição quando se tratava de disseminar sua versão dos fatos. Mas a oposição explorava ao máximo a liberdade de expressão que tinha na imprensa, e tentava transmitir seus pontos de vista para seus seguidores. Os principais jornais – como o *Haaretz*, o *Maariv*, o *Yedioth Ahronoth*, e até mesmo o *Davar*, jornal da Histadrut (na verdade, do Mapai) – eram todos independentes e se opunham em maior ou menor grau a diferentes políticas e ações governamentais.

Em uma área específica, a fronteira entre permitido e proibido era um tanto vaga. O governo tinha permissão para espionar representantes eleitos? Pode haver várias justificativas para esse tipo de ação: segurança de Estado, suspeita de contato com agentes estrangeiros ou combate a atividades subversivas, por exemplo. Mas o primeiro-ministro poderia autorizar o Shin Bet (Sherut Habitahon Haklali – Serviço de Segurança, depois chamado de Serviço de Segurança Geral) a grampear os líderes do Mapam? Numa sala de reunião dos líderes do partido, foram encontrados microfones escondidos, o que jogou os holofotes para o que seria a ponta do iceberg, uma vez que aquilo já era uma prática altamente difundida. O governo militar vigiava de perto os líderes árabes e se utilizava de grampos. É possível presumir que outros líderes de oposição também fossem grampeados, e até mesmo membros do partido governista. Nem sempre era

aplicado o princípio amplamente aceito de que instituições do Estado, como o Shin Bet, não serviam a interesses particulares. Ao que tudo indica, algumas autoridades da área de segurança às vezes se sentiam deslumbradas com a criação do Estado e a sensação de que detinham as rédeas do poder. Isso explica o uso do Shin Bet para fins políticos; o furo à greve dos marinheiros por meio de ordens de mobilização militar; ou a ideia contida (embora não implementada) na legislação das IDF, de que todo soldado trabalharia com agricultura durante um ano, como forma de instrução. Apenas esse tipo de atmosfera poderia dar origem à temerária ideia de comandar uma rede de judeus sionistas no Egito para empreender uma sabotagem capaz de desestabilizar a evacuação britânica do país. Esse episódio ficou inscrito na mitologia israelense sob o eufemístico codinome de “Mau negócio” (1954).

COEXISTÊNCIA ENTRE INDIVIDUALISMO E COLETIVISMO

As duas primeiras décadas de existência do Estado foram marcadas pela tensão entre normas coletivistas voltadas para a dedicação à sociedade, bem como a importância de recrutar indivíduos para trabalhar pelo bem do Estado, por um lado, e aspirações individualistas de melhorar o padrão de vida, assegurar uma boa educação para os filhos e ascender socialmente, por outro. Os valores socialistas-sionistas dominavam a retórica, mas na vida cotidiana as pessoas se esforçavam cada vez mais para melhorar sua situação pessoal. Esse conflito se manifestou de forma interessante em três grupos extraparlamentares de oposição que surgiram à época.

O primeiro, Shurat Hamitnadvim (fileira de voluntários), foi criado em 1952. Esse grupo idealista era composto por estudantes da Universidade Hebraica que queriam fazer a sociedade israelense progredir. A maioria era de membros do Mapai ou pessoas que seguiam uma ideologia similar. Pareciam ter internalizado o conceito de estatismo de Ben-Gurion e

queriam botá-lo em prática. Mantinham sua independência, e o grupo, em si, não se alinhava com nenhum partido político, mas trabalhava para ajudar a absorver a imigração em massa, por um lado, e lutar contra a corrupção no governo, por outro. O Shurat Hamitnadvim adotava o modelo coletivista. Seus membros acreditavam que eram obrigados a provar seu direito de fazer exigências a outras pessoas por meio da dedicação ao trabalho voluntário. Assim, a primeira atividade do grupo foi ajudar os moradores de um campo de transição próximo a Jerusalém durante as enchentes do inverno de 1951–1952 e ensinar hebraico aos novos imigrantes.

Depois, em nome da responsabilidade social, o Shurat Hamitnadvim começou a alertar sobre casos de corrupção persistente nos círculos do governo. Purificar o aparato governamental aparentemente criaria uma sociedade israelense mais digna. A conexão do grupo com tendências coletivistas ficava evidente em sua austeridade e na infiltração incansável no funcionamento interno da máquina governamental, chegando às vezes a infringir a autoridade do governo ou invadir sua privacidade. A frustração diante dos resultados pífios das ações levou o grupo a buscar reivindicações sensacionalistas que estimulassem o público a apoiar o combate à corrupção. Assim, seus membros concentraram-se em fazer acusações contra Amos Ben-Gurion, alto funcionário da polícia e filho do primeiro-ministro, que os processou por difamação. A publicidade em torno do assunto foi muito além do que jamais tinham atingido, mas também afastou muitos apoiadores. Por fim, o Shurat Hamitnadvim se dissolveu e seus componentes seguiram diferentes rumos. Atualmente, podem ser encontrados em partidos de esquerda ou de extrema-direita.

O segundo grupo de oposição extraparlamentar estava representado no semanário *Haolam Hazeh* (Este mundo), editado por Uri Avneri. Avneri despontou como cidadão de direita, membro do Etzel, com nítida inclinação ao caananismo, movimento que buscava criar uma nova identidade israelense baseada nos antigos povos semíticos (ver capítulo 11). Mas quando comprou o jornal, em 1950, o editor tinha passado por uma revolução pessoal e começara a apoiar o diálogo entre judeus e árabes. O

objetivo da publicação era derrubar o Mapai. Avneri nutria enorme antipatia por Ben-Gurion, a quem enxergava como um anão diabólico que atuava contra a geração de israelenses nativos criados no Yishuv. O *Haolam Hazeh* era independente: sobrevivia das assinaturas e dos anúncios e não tinha identificação política. O semanário introduziu na imprensa israelense o que mais tarde ficou conhecido como “jornalismo investigativo”, e diversos jornalistas foram capacitados em seu escritório. O lema era: “Sem medo, sem parcialidade.” As manchetes de capa denunciavam a corrupção dentro do Mapai, como numa série de artigos sobre “Khoushystan” – em referência à cidade de Haifa, que tinha como prefeito o membro do Mapai Abba Khoushy. A contracapa trazia fotografias e artigos no estilo da *Playboy*, adaptados aos padrões locais de modéstia. Essa mistura entre agressividade política desenfreada e voyeurismo sensacionalista tornou o *Haolam Hazeh* extremamente interessante. Eram muitos os que liam o jornal, embora geralmente em segredo.

Nos anos 1950, o *Haolam Hazeh* colaborou com Shmuel Tamir – um fanático advogado de direita que odiava Ben-Gurion –, dando-lhe exposição em duas questões jurídicas que agitaram o país: o julgamento de Grunewald-Kasztner (ver capítulo 11) e o caso de Amos Ben-Gurion com o Shurat Hamitnadvim. Outro alvo foi “a Organização das Sombras” – o Shin Bet –, encarado pelo jornal como séria ameaça. Avneri cunhou os termos em hebraico *Bitsuismo*, tendência dos seguidores de Ben-Gurion de enfatizar a ação em detrimento da ideologia, e *Bitchonismo*, sujeição do pensamento político e social às necessidades de defesa. O editor era um crítico feroz do controle de Ben-Gurion sobre a Cúpula de Defesa, e mais adiante soltou farpas contra Moshe Dayan, a quem considerava uma ameaça à democracia israelense. Ao mesmo tempo, ao longo de toda a vida nutriu grande estima pelos soldados das IDF, com quem serviu na Guerra de Independência. Credita-se a ele a divulgação do episódio de Kafr Kassem; Avneri também travou uma batalha implacável contra o governo militar. Em 1965, foi eleito para o Knesset numa chapa ativista, defendendo a paz com os países árabes.

O editor e seu semanário agiam de forma não convencional. O uso desinibido da mídia, o estilo escrachado, o fato de ignorar as normas em suas matérias, tudo isso marcou o início de um novo período nas relações públicas do governo. Assim como o idealismo do Shurat Hamitnadvim, o do *Haolam Hazeh* apoiava o coletivismo como ideologia norteadora. É difícil discernir, em sua ideologia, elementos liberais na luta por liberdade e direitos individuais. Nesse sentido, Avneri também pertence à era do coletivismo.

O terceiro grupo de oposição era composto por intelectuais e professores da Universidade Hebraica que se organizaram nos anos 1960 para protestar contra a conduta de Ben-Gurion, que consideravam agressiva e autoritária. Em 1960, tinham sido descobertos documentos falsos relacionados ao “Mau negócio”. Pinchas Lavon, secretário-geral da Histadrut e um dos homens mais poderosos do país, era ministro da Defesa à época desse episódio e, como consequência, fora obrigado a renunciar. Nesse momento posterior, quis limpar seu nome, argumentando que não tinha sido ele quem dera a ordem para ativar a rede de sabotagem no Egito. Ben-Gurion negou seu pedido de exoneração formal, afirmando que o primeiro-ministro não decidia sobre culpa ou inocência, sobretudo com base na versão de apenas uma das partes no caso. A outra parte era o chefe de Inteligência Militar Benjamin Gibli, que dizia que Lavon havia, de fato, dado a autorização para ativar a rede.

O “Caso Lavon” virou uma bola de neve. Lavon passou por cima de todas as regras do jogo político ao aparecer diante do Comitê de Relações Exteriores e Defesa do Knesset, fórum político que incluía representantes dos partidos, e expor uma lista de pedidos e alegações sobre a Cúpula de Defesa. Seu depoimento vazou para a imprensa, mais uma vez contrariando as regras estabelecidas. Quando um comitê ministerial (“o comitê dos sete”), criado apenas para definir procedimentos, julgou que Lavon não tinha dado a ordem, Ben-Gurion decidiu que o processo como um todo feria os princípios da separação de poderes, bem como do direito natural, e renunciou. Ben-Gurion ficou a cada dia mais entrincheirado nessa posição,

ao passo que coube a Lavon bancar o papel de mártir. O episódio assumiu as proporções de uma espécie de Caso Dreyfus, principalmente depois que o Comitê Central do Mapai afastou Lavon de suas funções como secretário-geral da Histadrut.

Mais de cem professores universitários assinaram uma carta de protesto contra Ben-Gurion, exigindo que o nome de Lavon fosse limpo. Há algumas explicações possíveis para essa mobilização inédita de acadêmicos em apoio a Lavon. O caso ocorreu após uma série de conflitos entre Ben-Gurion e os intelectuais, como resultado das manifestações de indiferença do primeiro-ministro em relação à literatura hebraica, de sua pretensão de ser não apenas um líder político, mas também o líder visionário do povo – expressa em sua opinião de que a Bíblia era o ponto focal da criatividade judaica, enquanto ignorava todas as demais conquistas da cultura judaica ao longo das gerações –, e da elevação dos slogans “O povo eleito” e “Uma luz para as nações” ao patamar de objetivos nacionais. Segundo essa teoria, os intelectuais acreditavam que a alegação de Ben-Gurion de não ser apenas um líder mas também um profeta poderia resultar numa “democracia totalitária” – termo cunhado por Yaakov Talmon, importante historiador e líder da oposição intelectual.

Outra possível justificativa para a atitude dos professores é o fato de Lavon ter sido uma das lideranças do movimento juvenil Gordonia. Alguns dos líderes dos acadêmicos, como Nathan Rotenstreich, haviam pertencido ao movimento e decidiram ser leais ao seu mentor do passado. Até mesmo Amós Oz, então um jovem escritor e membro do *kibutz* Hulda, filiado ao Gordonia, considerava Lavon seu guia e mentor. Uri Cohen, especialista em educação superior em Israel, acredita que a decisão do governo, no fim da década de 1950, de criar uma universidade em Tel Aviv, acabando, portanto, com o monopólio da Universidade Hebraica no ensino superior, criou um estado de espírito antagonista entre os professores, que encontraram um foco ideológico no Caso Lavon. Seja como for, o caso transformou os intelectuais israelenses num poderoso grupo de oposição capaz de mobilizar a mídia e exercer grande influência sobre a opinião pública. Durante esse

período, era possível detectar entre os intelectuais um certo cansaço com a história de construir a nação. Contudo, o simples fato de os professores terem deixado a torre de marfim e partido para a ação em nome do que consideravam uma questão de valores mostra que esse grupo, também, continuava movido de forma poderosa pelo *ethos* coletivista, e se considerava comprometido com a missão de ajudar a moldar a imagem do Estado.

Entre 1960 e 1965, o caso continuou em alta na agenda do país. Porém, os cidadãos comuns estavam fartos daquela história. Não se interessavam mais pelos detalhes – embora as inúmeras versões conflitantes ainda fossem populares em encontros particulares da classe média instruída – e queriam simplesmente se ver livres do assunto. Ben-Gurion, por sua vez, não deixava o assunto morrer. Para o primeiro-ministro, a questão principal era o aspecto legal do caso: ministros do governo não tinham autoridade para inocentar ou indiciar quem quer que fosse. Permitir que isso acontecesse representava um golpe mortal no princípio de separação de poderes e no princípio de supremacia do Estado. Para o público em geral, aquela insistência incansável na perpetuação do caso parecia uma disputa de poder desnecessária. Uma charge da época retratou Ben-Gurion destruindo o próprio busto (ou seja, destruindo sua imagem pública) a marteladas.

Retrospectivamente, é possível ver que houve um acordo tácito de que o posicionamento de Ben-Gurion estava correto, pois em 1968 foi promulgada a Lei de Comissões de Inquérito do Estado, garantindo a independência dessas comissões em relação ao sistema político. Mas o triunfo do estatismo Ben-Gurionista foi uma vitória de Pirro. Naquele ínterim, o Mapai tinha se dividido, e Ben-Gurion e seus seguidores fundaram o Rafi (acrônimo para Reshimat Poalei Yisrael, Lista de Trabalhadores de Israel) a partir dos membros “mais jovens”, liderados por Shimon Peres e Moshe Dayan. O prestígio do Mapai junto à opinião pública estava arranhado. Nas eleições seguintes, em 1965, diminuiu o poder do movimento trabalhista. Antes das eleições foi criado o Alinhamento, união entre o Mapai e o Ahdut Haavodá. Enquanto nas eleições para o quinto Knesset, o Mapai conseguiu quarenta e

dois assentos, e o Ahdut Haavodá, nove, nas eleições para o sexto Knesset, o Alinhamento conseguiu apenas quarenta e cinco. A unidade interna e o equilíbrio entre membros mais jovens e mais velhos ficaram comprometidos quando a liderança mais jovem foi deposta e a mais velha assumiu. Sem o poder atrativo de Ben-Gurion, o Mapai começou a perder sua posição incontestada entre o público israelense. Desse momento em diante, a erosão de seu poder só fez aumentar.

Em 1953, após renunciar ao cargo de primeiro-ministro, Ben-Gurion foi morar no *kibutz* Sdeh Boker – que tinha sido construído no meio do Negev e não era filiado a nenhum dos movimentos de *kibutzim* existentes – para demonstrar sua devoção ao estatismo pioneiro até mesmo em sua aposentadoria. Grandes parcelas da população sentiram-se abandonadas; o pai fundador deixara o leme do navio. O povo não via Moshe Sharett, seu substituto, como uma figura capaz de inspirar o mesmo nível de confiança. Não passou muito tempo e Ben-Gurion retornou ao cargo de primeiro-ministro, em 1955. Porém, na década de 1960, enquanto se debatia o Caso Lavon, o povo começou a sentir que tinha chegado a hora de uma troca de guarda. Ben-Gurion formara alguns jovens talentosos (Dayan, Abba Eban e Shimon Peres), e os nomeou para o gabinete que formou em 1959. Essa atitude preocupou a geração intermediária do Mapai; muitos acreditavam que Ben-Gurion estaria passando por cima deles, para entregar o bastão do governo aos mais jovens. Essa geração intermediária incluía Levi Eshkol, Golda Meir, Pinchas Sapir e Zalman Aranne, pessoas que tinham ocupado cargos estratégicos no governo. Opunham-se a Ben-Gurion no caso Lavon. Esse embate refletia o prestígio cada vez menor de Ben-Gurion em seu próprio partido e a objeção interna à sua liderança. A renúncia de Ben-Gurion e sua substituição por Levi Eshkol em 1963 marcaram o fim de uma era: estava encerrado o período formativo da democracia israelense. O sistema político para a troca de guarda funcionou bem. O governo de Levi Eshkol foi marcado por uma maior flexibilidade na questão da centralidade do Estado, além de mais tolerância e abertura. A extinção do governo militar, bem como o recebimento dos restos mortais de Jabotinsky

anunciaram uma nova disposição de expandir o escopo da democracia israelense e o consenso nacional.

O estatismo serviu de princípio norteador, uma meta nem sempre alcançada na prática, mas cujo valor educativo era fundamental. No fim, aquela geração cresceu internalizando esses valores e livrando-se da politização – último vestígio das práticas do Yishuv. Nesse período inicial, mecanismos de controle foram postos em prática para garantir a igualdade dos cidadãos perante a lei e para evitar atos arbitrários por parte do governo: a Suprema Corte, o Controlador do Estado e o Procurador-Geral. Israel não era, nesse momento, uma democracia liberal em todos os assuntos relativos aos direitos individuais e das minorias. Segundo a definição de um acadêmico, o estatismo era um conceito republicano que enxergava o Estado como uma comunidade livre cujos membros se preocupavam em agir para promover seu sucesso, e cujo discurso enfatizava as obrigações do cidadão. A balança entre indivíduo e sociedade pedia para o lado da sociedade. A alienação individual, parte da democracia liberal, não se mostrava presente naquele momento da política israelense; era altíssimo o nível de envolvimento da população com o que estava em curso. O alto percentual de votos para as eleições do Knesset comprova esse fato. Nos anos 1950 e 1960, auge da Guerra Fria, até mesmo democracias de longa data, como Reino Unido, Estados Unidos e França, permitiram-se subjugar os princípios do liberalismo quando julgavam que o bem-estar público estava ameaçado.⁶ Portanto, de acordo com as regras aceitas à época no Ocidente democrático, a jovem democracia israelense estava se desenvolvendo bem.

NOTAS

1. Diário de Uri Yadin, 10/5/1948, *Sefer Uri Yadin: haish ufoalo* (In Memoriam: Uri Yadin), Aharon Barak e Tana Spanitz (orgs.). Jerusalém: Bursi, 1990, p. 23.
2. *Sefer Uri Yadin*, 15/7/1948, p. 40.
3. Discurso de Moshe Zmora na inauguração da Suprema Corte, *Hapraklit 5*, 1948–1949, pp. 187, 189. Citado por Pnina Lahav, “Haoz vehamisra: hashanim haformativiot shel beit hamishpat haelyon, 1948–1955” (A Suprema Corte de Israel: os anos formativos, 1948–1955), in Anita Shapira (org.). *Atzmaut – 50 hashanim harishonot* (Independência – os primeiros cinquenta anos). Jerusalém: Centro Zalman Shazar, 1998, p. 152.
4. Nathan Alterman, “Al zot” (Sobre isso), *Hatur hashvii* (A sétima coluna), Livro dois. Tel Aviv: *Davar*, 1954, p. 24.
5. Nathan Alterman, “Tnai rishon” (Pré-requisito), *Hatur hashvii* (A sétima coluna), Livro dois. Tel Aviv: *Davar*, 1954, pp. 124–126.
6. Nos Estados Unidos, os interrogatórios conduzidos pelo Comitê de Atividades Antiamericanas são um exemplo de conduta que se desviou dos padrões normais de uma democracia. Na França, o governo de De Gaulle funcionou sob leis de emergência durante seis meses, em seus primeiros momentos. Na Inglaterra, a luta contra a espionagem soviética acabou infringindo os direitos individuais, enquanto a luta contra o terrorismo na Irlanda do Norte foi conduzida sem pudores.

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO: ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO E ESTADO GRANDE

Com o Estado estabelecido, os líderes tiveram a chance de pôr em prática os planos utópicos que compunham o pensamento sionista desde os seus primórdios. Haviam chegado ao fim as restrições do governo mandatário sobre a empreitada sionista, sob o aspecto da construção e do desenvolvimento. “Nós a vestiremos com um manto de concreto e cimento, e lhe estenderemos um tapete ajardinado”, escreveu Nathan Alterman, no início da década de 1930, em “Canção da manhã”, espécie de segundo hino entoado pelas crianças de Israel, em que se descreve o plano sionista para o país. Tomados pela euforia da independência, todos pensavam mais em possibilidades do que em limitações. Mas logo veio a realidade e acabou com aquele estado ébrio.

Nos primeiros três anos, tudo se subordinava a dois objetivos principais: vencer a guerra, para garantir a existência de Israel, e absorver os imigrantes. A guerra se estendeu até a primavera de 1949. Mais de 100.000 cidadãos tinham sido mobilizados desde o verão de 1948 e, conseqüentemente, não vinham contribuindo para a economia. Além disso, 100.000 novos imigrantes chegaram durante a guerra, mais do que em qualquer outro ano. Essa era a primeira pista do que viria a acontecer. Nos primeiros quarenta e dois meses de existência do Estado, a média mensal de novos imigrantes alcançou um número em torno de 16.000. No total, chegaram a Israel 690.000 imigrantes, e em três anos a população judaica dobrou de tamanho.

Quando se pensa no vasto número de imigrantes em relação à população que já habitava o país – algo inédito em qualquer país de imigrantes –, entende-se a enorme pressão imposta sobre a economia.

Em fevereiro de 1948, demonstrando se opor à implementação da resolução da ONU de 29 de novembro de 1947, a Inglaterra excluiu a libra palestina da zona esterlina, o que significava que a moeda local não seria mais ancorada na libra esterlina. A população judaica reagiu com moderação: não houve corrida aos bancos, e os habitantes não se apressaram para sacar seus depósitos. O Banco Anglo-Palestino se certificou de que seus cofres tinham uma quantidade de libras palestinas suficiente para evitar uma escassez que comprometesse a atividade econômica local. Ao mesmo tempo, o banco já estava pronto para emitir a nova moeda nacional, a libra israelense, antes mesmo da fundação do Estado. A nova moeda – mais uma expressão de independência e soberania – começou sua história no verão de 1948. Para impedir a perda de confiança da população na nova libra, manteve-se a antiga taxa de câmbio de 1:1 entre a libra palestina e a esterlina. Essa taxa já não era realista desde a Segunda Guerra Mundial, pois durante a guerra a taxa de inflação na Palestina era muito maior do que na Inglaterra, o que desvalorizou a moeda da Palestina.

Para que o valor nominal da libra israelense fosse mantido, era necessário haver um controle financeiro, à base de regulação. Tratava-se dos primeiros passos em uma economia planificada, dirigida ou (como o sistema econômico israelense era descrito na época) gerenciada. Esse sistema tinha suas raízes no período do Yishuv, mas a partir daquele momento o Estado soberano poderia fazê-lo valer para todos os cidadãos.

No período entreguerras, o governo britânico adotou na Palestina uma política de *laissez-faire*, garantindo ao país uma economia livre. Não havia taxas protecionistas seletivas para produtos importados, que dessem preferência a países compradores de mercadoria palestina, não existia tributação progressiva e era mínima a interferência nas forças do mercado. Essa política não intervencionista não gerava incentivos para o desenvolvimento da indústria ou de iniciativas empreendedoras.

Com a Segunda Guerra Mundial, a mudança foi drástica. Seguindo os passos do governo britânico, que instituiu o racionamento e o controle da atividade econômica, o governo mandatário estabeleceu o racionamento de comida e o controle de preços. Foram definidos controles econômicos e prioridades que facilitaram o desenvolvimento da indústria judaica – por exemplo, optou-se por priorizar o investimento na produção industrial vital para o esforço de guerra britânico no Oriente Médio, ao mesmo tempo que se proibiu a construção de moradias. Essa foi uma indústria que começou a crescer sem ter de competir com as importações europeias, inviabilizadas por conta da guerra. A Solel Boneh, empresa de construção da Histadrut, migrou para o mercado de construção militar e se espalhou por todo o Oriente Médio, construindo estradas, aeródromos e acampamentos militares. Tornou-se uma empresa enorme.

Assim que a guerra terminou, o sistema de controle e racionamento na Palestina foi flexibilizado, e sua base legal foi anulada quando o país saiu da zona esterlina. Porém, após seis meses de inflação galopante em 1948, os controles foram restabelecidos, ao mesmo tempo em que o sistema legislativo mandatário foi adotado em Israel.

Na Europa, a transição de uma economia de guerra para uma economia de paz se deu com vagar e cautela, para evitar que se repetissem os choques criados pela dispensa de soldados após a Primeira Guerra Mundial. Além disso, até o Plano Marshall ser instituído, em 1948, havia uma escassez de dinheiro que dificultava a importação de *commodities* essenciais. Na Inglaterra, o Partido Trabalhista, que estava no poder, nacionalizou indústrias-chave e não hesitou em intervir na economia. Algumas *commodities* básicas foram racionadas, sob o argumento de que o Estado deveria tomar conta de todos seus cidadãos e garantir a distribuição igualitária de alimentos e fontes de energia disponíveis no país. Essa política decorria da amarga experiência da Grande Depressão, que, segundo se pensava, tinha origem na falha do Estado em intervir para regular a economia. Ao contrário das economias ocidentais, que tiveram dificuldade para lidar com a crise, a URSS e até mesmo a Alemanha nazista pareciam ter

planejado com prudência suas economias, sabendo como combater o desemprego, grande fator de desestabilidade que atingira em cheio os países democráticos. As teorias de John Maynard Keynes, que defendia a intervenção estatal para garantir empregos por meio da injeção de recursos na economia – criando, desse modo, demanda para fazer girarem as rodas da produção –, foram aplicadas nos Estados Unidos, durante o mandato de Roosevelt na presidência, e posteriormente na Europa, devastada no pós-guerra.

Na década seguinte ao fim da Segunda Guerra Mundial, prevalecia entre os países ocidentais a noção de que o Estado deveria desempenhar um papel central no direcionamento da economia. Não era uma exceção, portanto, o direcionamento econômico conduzido pelo governo israelense. Para a liderança do país, parecia algo óbvio e natural. Formados nas várias escolas socialistas de pensamento, esses líderes enxergavam o envolvimento estatal na economia como a forma de alcançar a distribuição justa e criar o Estado igualitário com o qual sonhavam. Acima de tudo, o controle centralizado sobre a alocação de capital parecia ser o caminho para garantir um desenvolvimento planejado e acelerado.

Os líderes israelenses costumavam ser céticos em relação às diversas teorias econômicas. Desde o início do assentamento sionista na Palestina, a maioria dos especialistas que examinavam a viabilidade econômica do empreendimento dizia que jamais daria certo. Porém, essas profecias pessimistas nunca se concretizaram. O fato é que a liderança política e social acreditava que as leis econômicas não se aplicavam àquele caso específico. Essa noção fica evidente, por exemplo, quando se observa a atitude cética de Ben-Gurion em relação às recomendações dos economistas. Quando um comitê consultivo designado para planejar uma cidade em Beersheva concluiu que a ideia era inviável, Ben-Gurion simplesmente dispensou o comitê e estabeleceu um novo. Além do ceticismo, ele demonstrava desconfiança quanto ao conceito de livre-mercado, uma vez que a ideia se pautava no objetivo do ganho financeiro e não na necessidade de construir a nação.

Os primeiros anos do Estado foram marcados pela escassez. As reservas de moeda estrangeira eram muito baixas. O governo usou contas em libras esterlinas que tinham sido congeladas na Inglaterra durante a Guerra de Independência e aos poucos eram liberadas – de forma que até 1952 Israel conseguiu acesso a todas elas – para comprar comida e combustível no exterior. A importação de capital, pautada nas doações dos judeus da Diáspora, era muito aquém das necessidades da guerra e da absorção de imigrantes. O governo imprimia dinheiro de forma inflacionária, para cobrir suas despesas locais. Em 1948, quarenta por cento do produto interno bruto era gasto com os custos da guerra. As importações, no entanto, dependiam da disponibilidade de moeda estrangeira, que simplesmente havia desaparecido. Entre 1949 e 1952, os estoques de comida e combustível chegaram quase a zero. A capacidade de funcionamento do país ancorou-se no talento e na astúcia dos líderes econômicos, que conseguiram levar até lá caminhões-tanque e navios de grãos com base em crédito de curto prazo.

O senso de urgência e a pressão que os chefes do Ministério das Finanças israelense sentiam – comparados ao otimismo insensato da liderança política, que, conforme visto, tendia a ridicularizar as leis econômicas – foram expressos numa famosa citação atribuída a um veterano líder sionista: “Estou falando de orçamento, e eles ficam cantando o ‘Hatikva.’”¹ Em 1949, para lidar com a escassez e o aumento dos preços, o governo optou por uma política de austeridade: racionamento de comida e controle de preços. Um ano depois, adotou-se o sistema usado na Inglaterra, e calçados e roupas também passaram a ser racionados. A política de austeridade era compatível com o conceito socialista de dividir igualmente entre toda a população o ônus da absorção de imigrantes. Ainda assim, não houve congelamento de salários, que eram atrelados ao índice do custo de vida (um sistema instituído durante a guerra mundial, em resposta aos aumentos de preço inflacionários), que também aumentava anualmente, devido às negociações anuais entre a Histadrut e os empregadores.

De início, a população veterana aceitou, com compreensão, as medidas de austeridade, mas não por um longo período. Depois da assinatura do

armistício, na primavera de 1949, esse grupo sentiu ao mesmo tempo alívio – a guerra tinha acabado – e ressentimento quanto ao regime de controles do governo. O excedente de dinheiro nas mãos de um público que não tinha como gastar levou ao surgimento de um mercado negro, demonstração do desencanto dos consumidores e da recusa em aceitar a austeridade. As pressões sobre a demanda minaram a política de austeridade, e todas as tentativas de controle falharam, incitando o aumento da insatisfação populacional em relação às políticas econômicas do governo – uma prova de que nem sempre é uma boa ideia ignorar as leis econômicas. A taxa de câmbio irreal entre a libra israelense e o dólar americano (0,35 libra para um dólar) aumentou os custos de importação, contribuindo ainda mais para o impacto sobre as reservas minguantes de moeda estrangeira. Para coroar essa situação, a Guerra da Coreia causou um aumento global de preços.

O resultado foi uma situação insustentável de controles, racionamento e inflação simultâneos. Em 1952, os principais nomes do Ministério das Finanças conseguiram convencer o governo de que, apesar da oposição da esquerda, tinha chegado a hora de uma mudança de política. O governo concordou em parar de imprimir dinheiro e impôs uma taxa de dez por cento sobre todo o dinheiro em espécie e os depósitos nas mãos dos bancos. A taxa de câmbio da libra foi reduzida a um terço de seu valor, movimento repetido em abril de 1953, quando se fixou a taxa de 1,80 libra para um dólar, mantida por quase uma década. A inflação reprimida que caracterizou Israel durante os anos de austeridade foi controlada, e, embora o nível das reservas de moeda estrangeira continuasse extremamente baixo, a reabilitação da economia estava em curso. Em 1950, Israel recebeu o primeiro empréstimo dos Estados Unidos. Em 1952, chegaram os primeiros recursos financeiros externos garantidos por uma década: um Empréstimo Independente (Israel Bonds) contratado pela comunidade judaica americana, um plano de ajuda norte-americano e um acordo de reparação com a Alemanha Ocidental (discutido mais à frente).

Do ponto de vista da liderança do Mapai, a situação existente após a fundação de Israel fornecia as ferramentas necessárias para o rápido

desenvolvimento e, ao mesmo tempo, para a criação de um Estado de bem-estar social. Como foi visto, antes de 1948 a maior parte do capital investido no país era de origem privada, e a maioria das terras nas mãos de judeus eram de propriedade privada. Os recursos hídricos, a eletricidade e os recursos naturais que não eram administrados pelas autoridades inglesas estavam sob o controle de empresas privadas. Com a fuga – ou expulsão – dos árabes, 625.000 acres de terras sem dono de repente passaram a pertencer ao Estado, que era ao mesmo tempo o herdeiro das terras estatais e a entidade responsável pelo que se chamou de “propriedade abandonada”. Essa era uma definição ampla, de modo que também se aplicava à terra de alguns dos árabes que tinham permanecido dentro das fronteiras de Israel. Mais de noventa por cento das terras do país pertenciam, a partir de então, ao Estado. O governo também controlava a importação de capital, que passou a ser público na maior parte dos casos. Todos esses fatores proporcionaram ao Estado a alavancagem financeira e os meios de produção necessários para concretizar seus projetos. Era possível ao Estado escolher a localização dos projetos e as indústrias nas quais queria investir, de acordo com as prioridades nacionais definidas. Mesmo quando não investia diretamente em determinadas empresas, o Estado podia lançar mão de subvenções, subsídios, licenças de importação e alocação de moeda estrangeira para direcionar os investidores estrangeiros a investir nas indústrias e localizações de sua preferência. Nos primeiros anos, eram poucos os investidores, que passaram a aparecer sobretudo na década de 1960.

A tradição sionista privilegiava a agricultura e a construção civil. Entre 1948 e 1951, foram criados 270 assentamentos agrícolas, sendo 100 deles *moshavim* de imigrantes. O número de assentamentos criados nesse período foi igual ao número total de assentamentos sionistas criados ao longo de setenta anos na Palestina.

De 1943 a 1951, dobrou o número de cidadãos envolvidos no trabalho agrícola, embora sua proporção sobre o total de empregados não tenha aumentado. No fim da década de 1950, 400 assentamentos agrícolas já

havam sido criados. O objetivo era garantir a distribuição geográfica dos assentamentos judaicos nos extensos trechos de terra desocupados pelos habitantes árabes – ao longo das fronteiras, no corredor de Jerusalém e ao norte do Negev. Supostamente, a agricultura também fornecia alimento para a população, que, conforme foi visto, tinha dobrado de tamanho devido à imigração em massa. Havia, ainda, a influência da ideologia sionista, que enxergava a agricultura como uma ocupação terapêutica, pois levava para perto do solo de sua pátria os judeus que estavam mais afastados, ajudando-os a fincar raízes e habituando-os ao trabalho braçal. A disponibilidade dos meios de produção, de terra, água e trabalhadores – novos imigrantes, sem experiência – transformou a agricultura na solução mais rápida e efetiva para o problema do emprego e alojamento dos imigrantes, ao mesmo tempo que atendeu às necessidades de segurança do Estado ao longo das fronteiras e forneceu comida para a população crescente. As iniciativas de assentamento nesse período foram vastas, e a produção agrícola dobrou entre 1949 e 1952. Simultaneamente, como parte do esforço para espalhar a população por todo o território, foram criados cerca de trinta municípios em diferentes partes do país, chamados de “cidades em desenvolvimento”.

O controle sobre a entrada de capitais permitiu que o governo selecionasse e direcionasse as indústrias que preferia promover. Até 1955, o setor escolhido foi a agricultura. Em 1956, o período de escassez agrícola chegou ao fim, dando lugar a um momento de excedentes. Ao mesmo tempo, ficou claro que a agricultura gerava o desperdício de água, um recurso importante e escasso. A nomeação de Pinchas Sapir como ministro da Indústria e Comércio marcou uma nova direção: o investimento na indústria local, construída à base de subsídios, taxas de câmbio amigáveis, tarifas protecionistas e investimento governamental. A maioria das fábricas construídas dedicava-se à atividade têxtil, tendo como base um material rústico local, o algodão que crescia ao norte do Negev. Constituídas por trabalhadores sem experiência, essas fábricas deram emprego aos habitantes das cidades em desenvolvimento, que haviam sido criadas sem uma infraestrutura produtiva.

De acordo com a teoria socialista, a infraestrutura de produção deveria ficar nas mãos do governo, de modo que fosse explorada em benefício da nação. O governo controlava as fontes de energia, os transportes e a água. O Estado adquiriu a Palestine Potash Company e fundou a Dead Sea Works. Adquiriu, também, a empresa de eletricidade. Fundou a companhia aérea El Al e a companhia de navegação Zim. Construiu um novo porto, em Ashdod, e adquiriu as refinarias de petróleo de Haifa. As redes viária e ferroviária testemunharam um crescimento acelerado. Em consonância com a visão sionista, o governo investiu capital nacional em grandes projetos de irrigação: o projeto Yarkon-Negev e o Aqueduto Nacional (ver Mapa 4), que levava a água do mar da Galileia para o Negev, transformando extensos trechos áridos em terra completamente irrigada, proporcionando aos agricultores meios de produção que aumentavam seu padrão de vida. A drenagem do lago Hula – milhares de acres que tinham sido parte lago, parte pântano – parecia um bom exemplo de sonho sionista prestes a se tornar realidade. Nesse caso, no entanto, o entusiasmo inicial pelo desenvolvimento da área se mostrou uma falácia. O solo drenado era incultivável, e a drenagem do lago acabou destruindo um habitat natural único. Parte da área foi novamente alagada em 1990. Sob esse ponto de vista, Israel se assemelhava a outros países em franco desenvolvimento na década de 1950, sem conscientização sobre o custo ecológico de suas iniciativas (p. ex., a Represa de Assuã, no Egito, e projetos de desenvolvimento na URSS).

Esses investimentos massivos em infraestrutura por parte do Estado levaram a um crescimento econômico sem precedentes em Israel, a uma taxa anual média de 10 por cento, ao longo de quinze anos. O governo não nacionalizou as empresas que construíram a infraestrutura, um passo que poderia ter desencorajado potenciais investidores. Em vez disso, ele as comprou, e então muitas se tornaram sociedades limitadas, sob controle público. O governo dava garantias de Estado e também definia os preços dos produtos. Em 1951, o orçamento para a defesa foi cortado drasticamente, para concentrar os recursos na absorção de imigrantes. Contudo, depois de 1955, considerando a necessidade de aquisição de equipamento militar em

sequência à negociação de armas entre Egito e República Tcheca (discutido posteriormente), o orçamento para a defesa aumentou para 7,5% do orçamento total do Estado. Grande parte desse orçamento destinava-se ao mercado local, aumentando, portanto, o envolvimento do governo. O estabelecimento da indústria de defesa acrescentou uma nova arena para o envolvimento estatal na economia. Nesse período, o setor público (governo) representava algo em torno de vinte por cento da economia israelense.

Ao mesmo tempo, a Histadrut também se desenvolveu. Seu braço construtivo, sob a forma da Hevrat Haovdim, ganhou força e cresceu nos âmbitos da agricultura, da construção civil e da indústria. Entre 1949 e 1954, dobrou o número de *kibutzim* e sua população cresceu sessenta por cento. A capacidade produtiva e a produção em si também dobraram, e alguns testemunharam o início da industrialização. A maioria dos *moshavim* de imigrantes ficaram, da mesma forma, sob responsabilidade da Histadrut. Nesse setor, as atividades de comercializar e comprar eram cooperativas, o que gerava um grande poder de barganha. A Solel Boneh era a empreiteira contratada pelo Estado para grandes obras, pois tinha o *know-how* e a experiência desejáveis. Construiu habitações populares, centrais elétricas, estradas e assentamentos. Nenhuma outra empresa no mercado conseguia competir com seus meios de produção, tampouco com sua capacidade de execução. Na segunda metade da década de 1950, a Hevrat Haovdim também começou a criar e adquirir companhias nas áreas de defesa, indústria pesada e bens de consumo. Nessa época, a Histadrut respondia por cerca de vinte por cento da economia, sendo tão grande quanto o setor público israelense.

A antiga crença compartilhada por Ben-Gurion e por seus colegas de que o capital privado só se destinava ao lucro, sem se preocupar com os objetivos nacionais, foi aos poucos perdendo força. Os investidores judeus nos Israel Bonds e os principais doadores da Diáspora para Israel nutriam um pensamento capitalista e enxergavam com desconfiança e até mesmo reprovação a economia pública, sob controle do Estado. Após 1950, as relações econômicas com os Estados Unidos ficaram mais próximas,

abrandando as opiniões israelenses quanto ao capital privado. Foram promulgadas regulamentações fiscais para incentivar o investimento de capital por parte de investidores não governamentais. Na segunda metade da década de 1950, o capital privado começou a circular por Israel, oriundo tanto de investidores judeus quanto de reparações individuais pagas pela Alemanha. Empresários do setor privado recebiam ajuda governamental caso se dedicassem a indústrias que o governo tinha interesse em desenvolver, nas áreas de desenvolvimento também predefinidas. A ideia era incentivar a construção de fábricas em regiões periféricas ou próximas a *maabarot* e cidades em desenvolvimento, de modo a oferecer emprego aos imigrantes. O governo investia pesado nessas empresas, e em alguns casos o investimento era economicamente indefensável. Porém, para o ministro da Indústria e Comércio, Pinchas Sapir, o emprego e o desenvolvimento vinham em primeiro lugar; só mais adiante é que a questão da lucratividade se tornou uma preocupação. A autarquia responsável pelos investimentos, implementada por Sapir, foi concebida para buscar investidores judeus no exterior, com foco no desenvolvimento industrial. Na primeira metade da década de 1960, a arrecadação chegou a centenas de milhares de dólares. Assim, foi criado um modelo cooperativo que incluía o setor privado e o setor público da economia. As duas vertentes econômicas dependiam da ajuda do governo, por meio de uma política de tarifas e taxaço contra importações concorrentes, taxas de câmbio especiais que beneficiassem as indústrias em desenvolvimento, subsídios a áreas em desenvolvimento e assim por diante.

Um alto percentual do capital que chegou ao país foi destinado ao investimento e ao desenvolvimento, mas parte considerável de seu total acabou desviada para o consumo. Nesses anos, o padrão de vida da população como um todo melhorou substancialmente: entre 1955 e 1966, o consumo per capita cresceu 221 por cento. Encontrar o equilíbrio ideal entre aumentar o padrão de vida – que, com o tempo, beneficiou a grande maioria da população, envolvida numa crescente farra de consumo – e alocar recursos para o desenvolvimento é uma questão que continua assombrando

os economistas. Se parte dos recursos não tivesse sido desviada para o consumo, é bem provável que uma grande leva de pessoas deixasse o país. No entanto, a alocação de fato desviou o capital estrangeiro destinado inicialmente ao investimento em infraestrutura e ao desenvolvimento, no intuito de aumentar o padrão de vida.

Quanto mais se expandiam os braços da Hevrat Haovdim, mais evidentes ficavam as contradições internas entre os papéis da Histadrut, por um lado como representante das organizações sindicais (trabalhadores assalariados); por outro, como empregadora. No período da imigração em massa, quando milhares de desempregados faziam pressão sobre o mercado de trabalho para baixar os salários, a Histadrut defendia que os imigrantes deveriam ser absorvidos na economia com a mesma remuneração dos trabalhadores europeus. A Confederação dos Trabalhadores recusou veementemente a redução dos salários, mesmo na fase de desemprego profundo do início dos anos 1950. Conselhos locais de trabalhadores impediam que os trabalhadores dos campos de transição se oferecessem para trabalhar por salários mais baixos. Essa política beneficiava os veteranos e os trabalhadores prósperos, mas prejudicava os trabalhadores mais vulneráveis e os novos imigrantes. Ao mesmo tempo, as empresas da Histadrut deveriam dar lucro, mas a aplicação desses princípios salariais, somada a regras rígidas quanto a contratação e demissão, não facilitava em nada a busca pela lucratividade. A Histadrut merece crédito pela dedicação em sua missão nacional e por estabelecer fábricas em áreas em desenvolvimento, onde o capital privado se recusava a ir, apesar das promessas de incentivo governamental. Contudo, desse ponto em diante, as tensões entre os trabalhadores assalariados, as diretorias das fábricas e a executiva da Hevrat Haovdim se mostraram endêmicas dentro da Histadrut, o que acabou provocando conflitos de interesse.

A Lei Nacional de Seguridade Social, promulgada em 1953 por iniciativa da ministra do trabalho Golda Meir, foi considerada, na época, perdulária, algo com que o país não poderia arcar. Mas a lei se tornou a base da rede de seguridade social de Israel, que garantia a toda a população aposentadoria

por velhice e por invalidez, licença-maternidade remunerada, seguro contra acidentes de trabalho e, mais à frente, direitos complementares. No final da década de 1950, o impressionante crescimento econômico e a manutenção de pouca diferença salarial entre os trabalhadores assalariados fizeram de Israel um dos países não comunistas mais igualitários do mundo. O Estado de bem-estar social israelense tinha como missão nacional de primeira ordem a educação de seus cidadãos para o trabalho produtivo. Logo, tanto o governo quanto a Histadrut se opunham, por exemplo, ao seguro-desemprego, entendido como algo que incentivava uma vida improdutiva e degradante. Em vez disso, havia uma política de pleno emprego, embora isso significasse a introdução do *workfare*,* sem valor econômico.

Contudo, conforme a economia se tornava mais sofisticada – bem como a divisão de trabalho –, alguns grupos de trabalhadores começaram a exigir organizações próprias, em separado, além de tabelas salariais específicas para suas atividades. Eles rejeitavam a tabela salarial da Histadrut, que atrelava os níveis salariais basicamente à senioridade e ao número de membros de cada família. No final da década de 1950, engenheiros, médicos e professores de ensino médio queriam garantias de salários mais altos do que operários ou funcionários administrativos, por exemplo. A Histadrut teve dificuldade para aceitar essas demandas, pois acreditava que, se acatadas, as mudanças poderiam prejudicar sua política de relativa igualdade. A confederação tentou propor que os acordos salariais congelassem as diferenças salariais existentes entre as diversas profissões, de modo que, se um grupo ganhasse aumento, todos os demais grupos também ganhariam na mesma proporção. No entanto, era impensável esperar que os profissionais concordassem com tal proposta. Levando-se em conta seu ponto de vista histórico socialista-sionista, que dividia as profissões entre “produtivas” e “não produtivas”, a Histadrut tendia, antes, a apoiar as reivindicações salariais da indústria, da agricultura e do ramo da construção civil, e não do setor de serviços. Mas esse era um setor em franca expansão, ao passo que o controle da Histadrut só diminuía.

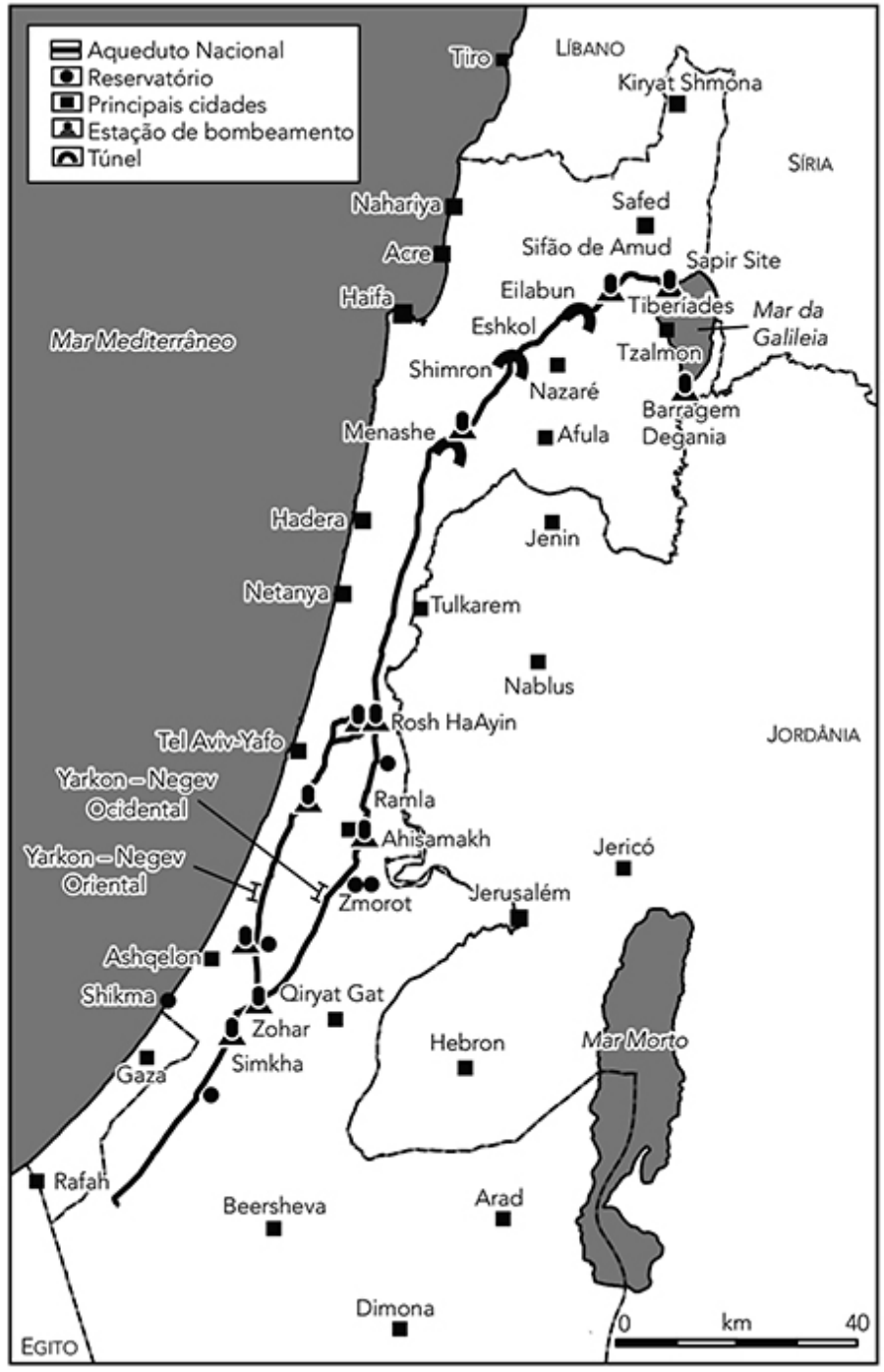
Parte do conceito de estatismo defendido por Ben-Gurion envolvia o reconhecimento da importância da ciência como recurso nacional. Considerando a imensa superioridade demográfica dos Estados árabes, o ex-primeiro-ministro sempre acreditou que um dos fatores que garantiriam a existência de Israel seria sua capacidade de aproveitar as habilidades intelectuais, tecnológicas e científicas da população, em benefício da sociedade. De certa forma, essa ideia baseava-se no orgulho arraigado quanto à inteligência judaica, manifestado nas menções constantes ao alto percentual de judeus laureados com o Prêmio Nobel e à contribuição judaica para a cultura global. Promover a ciência e os cientistas coincidia com o estatismo no sentido de que o objetivo era a criação de uma meritocracia com base nas conquistas individuais. A ideia era posicionar Israel entre os países modernos, seculares e progressistas do Ocidente. A política de incentivos à elite científica manifestou-se no investimento considerável em educação superior desde os primeiros anos do Estado. Quando o país foi fundado, já havia duas instituições de ensino superior em funcionamento: a Universidade Hebraica de Jerusalém e o Technion (Instituto de Tecnologia de Israel), em Haifa. O Instituto Weizmann de Ciências surgiu mais à frente, como instituto de pesquisa. O reconhecimento de que o Estado precisava de uma população instruída para ocupar os cargos da administração pública e para criar um estrato de engenheiros e técnicos, pesquisadores e inventores levou ao investimento nacional na educação superior, de forma que a formação universitária se tornasse acessível à classe média israelense. Em poucos anos, novas universidades surgiram: a Universidade Bar-Ilan, a Universidade de Tel Aviv, a Universidade de Haifa e a Universidade de Beersheva (que depois se tornou Universidade Ben-Gurion do Negev).

A agricultura foi uma das áreas em que as conquistas científicas foram aplicadas. O uso eficiente da irrigação, o desenvolvimento de novas variedades de lavoura, a adaptação à agricultura local de variedades não nativas e o emprego de métodos modernos de cultivo transformaram Israel em um dos países mais renomados e avançados do mundo em termos de desenvolvimento agrícola. Nos anos 1960, Israel vendeu seus métodos de

cultivo para países africanos em desenvolvimento. O potencial científico foi também direcionado à indústria de defesa. A criação da empresa Rafael, a Autoridade Israelense para o Desenvolvimento de Armas, é mais um exemplo da visão de Ben-Gurion, que estava disposto a colaborar com os pesquisadores acadêmicos e investir no desenvolvimento científico, mesmo numa época em que o Estado dispunha de poucos recursos e em que havia escassez de moeda estrangeira. Inúmeras tecnologias desenvolvidas para o setor de defesa foram posteriormente integradas à produção industrial, elevando o potencial exportador do país.

No início da década de 1960, importantes projetos nacionais foram concluídos, como o Aqueduto Nacional, a Dead Sea Works, o porto de Ashdod e o reator nuclear próximo a Dimona. Nesse período, houve poucos candidatos à imigração, sendo que os imigrantes costumavam trazer prosperidade graças ao investimento feito para absorvê-los. O déficit na balança de pagamentos aumentou, e foram feitas algumas tentativas para reduzi-lo, por meio da desvalorização e da extinção de múltiplas taxas de câmbio (em 1962, foi introduzida uma taxa de três libras israelenses para um dólar americano), tudo sob a bandeira da “independência econômica”. Porém, as tentativas fracassaram. O plano de reduzir o déficit ao mesmo tempo em que o crescimento econômico prosseguia não deu certo. Após a conclusão desses importantes projetos, o governo não embarcou em novas empreitadas. A consequente redução da atividade econômica, somada às tentativas de impedir o aumento de salários, levou a uma desaceleração, à estagnação do produto interno bruto e ao aumento do desemprego, o que dessa vez afetou sobretudo a classe média relativamente próspera e os jovens acadêmicos. Tanta gente deixou o país nesse momento, que uma piada bastante popular acabou entrando para o folclore nacional: no aeroporto de Lod, haveria uma placa com os seguintes dizeres: “O último a sair apague as luzes, por favor.” A desaceleração econômica se transformou numa recessão que acabou fugindo ao controle. A recuperação se deu rapidamente, na esteira da Guerra dos Seis Dias.

O nível de desenvolvimento de Israel, num contexto de guerra e imigração em massa, teria sido alcançado sem que houvesse direcionamento por parte do governo? Essa é uma questão que permanece controversa entre os economistas, mas, sob as condições do início da década de 1950, isso provavelmente não era relevante. Até o momento em que cessou a imigração em massa, em 1952, Israel vivia um estado de emergência semelhante a uma situação de guerra. Mesmo depois, o país não conseguia encontrar entidades privadas que pudessem ou quisessem arcar com o fardo de promover o assentamento em áreas remotas (pois isso não fazia sentido econômico), treinar milhares de imigrantes sem experiência, absorver populações doentes, incapacitadas e sem instrução, construir infraestrutura de transporte, água e eletricidade, além de fornecer serviços de saúde, educação e moradia a uma população sem condições de pagar por isso.



Mapa 4 – O Aqueduto Nacional (1964)

Apesar das desvantagens, a economia dirigida parece ter sido o que levou o Estado de Israel a se desenvolver num ritmo acelerado, tornando-se um extraordinário exemplo para outras nações em desenvolvimento. Em 1963,

97% da população tinha água encanada, e 93% contava com eletricidade. O consumo privado havia crescido 200% desde 1948. O número de alunos no primeiro ano escolar subiu de 17.137, em 1949, para 55.301 em 1963. Os leitos de hospital passaram de 4.626 em 1948, para 17.612 em 1964. O PIB per capita cresceu 232% entre 1950 e 1963. É improvável que essas conquistas tivessem sido alcançadas sem a direção da economia. É verdade que os padrões de integridade eram diferentes dos de hoje em dia, e não há dúvidas não só de que os judeus tiveram preferência em tudo que se referia a alocação de projetos ou recursos, como também de que a *proteksia* era uma prática comum. Contudo, não havia atos de corrupção como a usurpação de recursos naturais, algo praticado por governantes de certos países em desenvolvimento e até mesmo de países desenvolvidos. Em Israel, os chefes de governo mantinham um estilo de vida modesto e íntegro.

Apesar de tudo, não se pode ignorar a amargura, a hostilidade e o desafeto criados pelo encontro entre cidadão e burocrata, algo inerente a um sistema como esse. Nos ministérios, nas agências governamentais de emprego, nas clínicas médicas estatais, no Ministério do Interior e no Ministério da Indústria e Comércio, havia uma negociação permanente entre burocratas todo-poderosos e cidadãos que precisavam de seus serviços e benefícios. Um dos lados demonstrava arrogância, enquanto o outro experimentava humilhação e dependência. Ao precisar aguardar como pedintes nos corredores do poder, os cidadãos acabavam associando todas as falhas do sistema ao partido no comando. O Mapai, que fora responsável pelo sucesso fenomenal da economia israelense, atraiu críticas por parte dos cidadãos desiludidos pelo sonho sionista. Os problemas inerentes à imigração e à absorção de imigrantes foram postos na conta do partido. Assim, a falta de paciência com o sistema se transformou em raiva do movimento trabalhista.

NOTAS

* Desenvolvido nos Estados Unidos, durante o governo Ronald Reagan, no início da década de 1980, *workfare* implica políticas que requerem trabalho compulsório em troca de proteção social. Contrapõe-se a *welfare* (proteção social como direito incondicional). [N.E.]

1. David Horowitz, *Hayyim bamoked* (No cerne dos eventos), Ramat Gan: Masada, 1975, p. 108. O líder em questão era Motzkin.

A GRANDE ALIÁ: IMIGRAÇÃO EM MASSA

As ondas migratórias distribuídas ao longo das duas primeiras décadas de existência do Estado foram o fenômeno com as mais profundas ramificações de longo prazo no sentido de moldar a imagem de Israel. Especialmente importante foi a onda que chegou nos três primeiros anos. Durante décadas, essa *Aliá* foi chamada de “*Aliá* em massa”, mas recentemente seu nome mudou para “a grande *Aliá*”, como se a palavra “maciça” implicasse, de certa forma, um tom pejorativo. O cuidado com o caráter dessa *Aliá*, revelado pela mudança de nomenclatura, dá pistas sobre o sentimento de privação e humilhação dos imigrantes e sobre uma tentativa de pacificar os ânimos e trazê-los mais para perto, curando as feridas do passado. Essa imigração em massa foi uma empreitada de ampla magnitude, levada a cabo por um regime novo, embriagado pela noção de que a partir dali detinha nas mãos as rédeas do poder, acreditando que poderia concretizar todos os seus sonhos. Ao mesmo tempo, a empreitada foi um exemplo penoso de falta de consideração às necessidades humanas, quando o coletivo teve prioridade sobre o bem-estar individual, e, também, de crença no poder da ideologia para moldar um ser humano novo e uma nação nova.

A onda de imigrantes que inundou Israel entre 1948 e 1949 foi apelidada de “dilúvio”. No Oriente Médio, a chuva é tida como bênção, mas um dilúvio pode trazer também devastação. Durante a luta heroica pela imigração ilegal, o principal lema sionista tinha sido “imigração livre”. Porém, quando a visão passou a se realizar e os imigrantes começaram a chegar ao Estado judeu, logo ficou claro que, apesar da grande expectativa e das considerações

retóricas sobre a chegada dessa *Aliá*, ninguém estava de fato preparado para o manancial de homens e mulheres desembarcando no país.

Os primeiros a chegar vinham dos campos de pessoas desalojadas na Alemanha; eram sobreviventes judeus da Europa que, após nove anos de guerra, errância e sofrimento, da perda da família e do lar, nutriam a esperança de encontrar um abrigo permanente. Além disso, os ingleses abriram os portões dos campos de detenção no Chipre, onde eram mantidos os imigrantes ilegais interceptados a caminho da Palestina, e, em liberdade, todos foram para Israel. Quando esse grupo deu seus primeiros passos no país, o governo búlgaro concedeu vistos de saída a seus cidadãos judeus. A Bulgária fazia parte do bloco comunista, separado da Europa Ocidental por meio da Cortina de Ferro. Os judeus da URSS não tinham permissão para deixar o país desde a década de 1920, e qualquer permissão de saída de um país do bloco oriental era considerada uma oportunidade irrevogável. Agora, sem aviso prévio, uma comunidade inteira – seus líderes, seus jovens e velhos – estava prestes a imigrar para Israel. Obviamente, não se podia dizer: “Esperem um pouco!” A mesma necessidade urgente de agarrar uma oportunidade que talvez jamais se repetisse podia ser vista na Polônia e na Romênia. O governo desses dois países era completamente imprevisível: num dia, deixava as pessoas irem embora; no dia seguinte, a saída ficava proibida, para logo depois ser permitida novamente. As lembranças da guerra e do que veio em seguida, dos assassinatos e *pogroms* perpetrados por populações locais continuavam muito frescas na memória dos imigrantes e também dos israelenses. A culpa e a impotência que os líderes do Yishuv haviam sentido durante a Segunda Guerra Mundial, diante da catástrofe judaica na Europa, foram então canalizadas para um amplo consenso nacional. Esperar estava fora de cogitação. Todos os judeus do Leste Europeu que queriam e podiam deixar seus países tinham de ser levados para Israel.

Havia também outras comunidades onde os judeus viviam em risco e nutriam o desejo de imigrar para um país que pudessem chamar de seu. Em todo o Oriente Médio e no norte da África, as relações entre muçulmanos e

judeus tinham ficado mais tensas, sobretudo a partir da fundação do Estado de Israel e da Guerra de Independência. No Egito, no Iraque e no Iêmen, elevaram-se as tensões entre os judeus e seus vizinhos, devido a hostilidades por parte tanto do governo quanto das ruas. A tradição da *Aliá* para a Terra Santa já levava os judeus do Iêmen para a Palestina em doses homeopáticas, desde a época da Primeira *Aliá*. Agora eles chegavam aos milhares. De pequenos e longínquos municípios nas montanhas, onde se sentiam especialmente vulneráveis, e a partir de Saná e de outras cidades, os imigrantes desaguavam aos montes em Áden, a colônia britânica na extremidade da península Arábica. Os ingleses permitiram que os judeus iemenitas permanecessem em Áden, sob a condição de que o Estado de Israel os evacuasse o mais depressa possível. O transporte aéreo dos judeus iemenitas para Israel ficou conhecido como “Tapete mágico”, episódio que só fez crescer o entusiasmo em torno das competências recém-descobertas do jovem Estado.

Em 1949, ao mesmo tempo que os judeus iemenitas desembarcavam em Israel, dezenas de milhares de outros judeus começaram a chegar vindos da Tunísia, da Turquia e da Líbia. Na Líbia, houve um *pogrom* contra os judeus, e toda a comunidade quis deixar o país. Os campos de imigrantes, especialmente o Shaar Haalyia (Portão de Imigração), no entorno de Haifa, estavam abarrotados de gente. Não havia alojamento para os recém-chegados. O déficit de moradia desde o fim da Segunda Guerra Mundial continuava sem solução, e nesse momento 250.000 novos imigrantes precisavam de alojamento, comida e emprego. O problema de moradia foi parcialmente resolvido quando cerca de 130.000 pessoas foram assentadas em cidades árabes e vilarejos abandonados: Jaffa, Haifa, Tiberíades e Ramla. O alojamento não era ideal, mas pelo menos existia um teto sob o qual se podia morar. Os primeiros imigrantes da *Aliá* em massa, vindos da Bulgária e de campos de pessoas desalojadas, foram considerados privilegiados, pois se assentaram no centro do país, em locais próximos a fontes de emprego e a escolas razoáveis. Mas esse foi apenas o início da grande onda.

Em março de 1950, o governo do Iraque anunciou que permitiria a saída dos judeus que assim desejassem, se renunciassem à sua cidadania. Essa lei ficaria em vigor por apenas um ano. Era a conclusão de um longo processo que vinha se arrastando desde a independência do Iraque, em 1932. Desde a virada do século – e principalmente sob o Mandato Britânico –, a comunidade judaica do país, orgulhosa e bem-sucedida, havia se modernizado e se integrado à economia e à cultura iraquianas. Contudo, o aumento do nacionalismo árabe e os efeitos do conflito na Palestina tinham elevado as tensões entre judeus e muçulmanos dentro do Iraque. Os judeus iraquianos, que antes se sentiam enraizados à sua pátria, passaram a ver seu *status* econômico e civil se deteriorar. Se antes eram cidadãos com direitos iguais, depois se tornaram dependentes das graças e dos favores do governo. Até a década de 1940, a maioria da comunidade se considerava parte do povo iraquiano, mas, com as hostilidades provenientes do governo, da mídia e das massas, essa identidade se desestabilizou. Alguns jovens judeus instruídos entraram para o Partido Comunista, e acreditavam que a única saída para sua frustração seria uma mudança no regime. Outros judeus voltaram-se para o sionismo. O movimento sionista no Iraque já era ativo desde 1943 e conquistou o apoio de jovens cheios de entusiasmo.

A lei que permitia a emigração tinha o objetivo de promover a saída de alguns milhares de judeus que o governo enxergava como um núcleo ativo de incitamento entre a população judaica, bem como de judeus pobres que não tinham nada a perder. O governo iraquiano estimava que cerca de 10.000 judeus deixariam o país, enquanto em Israel as estimativas variavam de 30.000 a 40.000. Shlomo Hillel (um israelense nascido no Iraque, onde atuou como representante do “Mossad Lealiya”) acreditava que esse número giraria em torno de 70.000. Ninguém imaginava que 120.000 judeus iraquianos chegariam a Israel. Mas, assim que os registros tiveram início, foi como uma bola de neve. Quanto mais gente se cadastrava para imigrar, mais aumentava o receio entre os que ficavam, sobre o que poderia suceder a uma minoria pequena e perseguida. Enquanto isso, com o intuito de pôr um fim à emigração, as autoridades começaram a limitar a quantidade de dinheiro e

bens que poderiam deixar o país. Por fim, em março de 1951, o governo iraquiano congelou todo o patrimônio judaico no país e proibiu que os emigrantes saíssem com qualquer coisa. A imigração para Israel, que começara devagar (ao mesmo tempo em que chegava outra onda de imigrantes, da Romênia), acabou se convertendo na fuga desesperada de uma comunidade abastada e bem-estabelecida que se transformou num bando de refugiados sem um tostão. Entre 1950 e 1951, toda a comunidade judaica iraquiana foi para Israel. Em contraste com o romantismo orientalista da Operação “Tapete mágico”, dessa vez o transporte aéreo recebeu o codinome bíblico “Esdras e Neemias”, em homenagem aos líderes dos judeus que voltaram do exílio da Babilônia durante o reinado de Ciro.

O governo israelense tinha pouco controle sobre o processo imigratório. Situações políticas inesperadas, como as que ocorreram no Iraque, na Polônia e na Romênia, levaram à imigração de centenas de milhares de pessoas a quem o Estado judeu não poderia virar as costas. Em suas memórias, Shlomo Hillel descreve uma conversa em que Levi Eshkol, o tesoureiro da Agência Judaica, lhe disse: “Avisar a seus bons judeus [no Iraque] que ficaremos muito contentes com a vinda de todos eles. Mas que não se apressem. No momento, estamos sem condições de absorção. Não temos sequer tendas. Se vierem, terão que morar no meio da rua.” Ben-Gurion, por sua vez, rejeitava vigorosamente a ideia de que Israel tinha uma capacidade limitada de absorção: “Temos que trazer o quanto antes os judeus do Iraque e de todas as demais comunidades dispersas que estejam preparadas ou que precisem imigrar; sem pensar em questões de propriedade ou possibilidades de absorção.”¹ As tentativas do governo e da Agência Judaica de introduzir qualificações para a imigração fracassaram. As proibições relativas aos doentes, inválidos e demais pessoas impedidas de trabalhar enfrentaram a oposição dos responsáveis pela imigração em diversas localidades. As autoridades do Leste Europeu tampouco estavam dispostas a aceitar as restrições imigratórias com base em questões de saúde. O percentual de imigrantes da *Aliá* em massa que precisavam de algum tipo de assistência social era especialmente alto. O jornal *Haboker* publicou:

“Essa *Aliá* não passou por qualquer seleção. Há muitas pessoas assoladas por desgraças, os mais velhos, os idosos, enfermos, os doentes crônicos, os deficientes e outros casos sociais... gente que não estará disposta a trabalhar, a quem faltará a paciência e o entendimento necessários para superar as condições básicas encontradas aqui.”²

Em 1950, a situação nos campos de imigrantes já se tornara intolerável. O diretor do campo Shaar Haaliya descreveu o seguinte cenário:

Os imigrantes ficavam trancados, rodeados por cercas de arame farpado, e permaneciam sob vigilância policial armada. Em diferentes momentos, a aglomeração nos barracos de pedra e madeira deixados pelo Exército britânico atingia níveis brutais. Três vezes ao dia, eles faziam longas filas para conseguir um pouco de comida. As filas serpenteavam por quilômetros e quilômetros em torno dos serviços de saúde e alfândega. Em mais de uma ocasião, os imigrantes tiveram de esperar durante horas para a sua vez de ir ao banheiro, enquanto as latrinas transbordavam. Nem sempre havia água suficiente no campo, as quedas de energia eram constantes e durante a noite a escuridão era total...³

Os campos de imigrantes deveriam fornecer alojamento temporário até que os imigrantes fossem mapeados e encaminhados para alojamentos permanentes. Mas não havia para onde encaminhá-los. A construção de moradias para imigrantes estava muito defasada em relação ao número de recém-chegados e o país também enfrentava o problema da carência de moeda estrangeira. Numa reunião da Executiva da Agência Judaica, o dr. Giora Josephtal, responsável pelo departamento de absorção de imigrantes da agência, fez o seguinte desabafo: “Quando há cinquenta pessoas, entre homens e mulheres, velhos e crianças, num mesmo dormitório, cria-se uma atmosfera insustentável. São condições humilhantes, a que não podemos submeter essas pessoas... Em pouco tempo, o bom material humano que chega aos campos afunda em depressão, até a hora em que ninguém consegue fazer nada a não ser chorar em silêncio...”⁴

Além de deixar os imigrantes infelizes, os campos impunham um fardo pesadíssimo ao exíguo orçamento da Agência Judaica. Os recém-chegados só deixavam os campos para habitar moradias permanentes. Não

trabalhavam e eram alimentados pelas cozinhas dos campos. A vida nos amplos dormitórios, sem privacidade e sem a possibilidade de convivência familiar, era desmoralizante. Assim nasceu a ideia da *maabará* (pl., *maabarot*), o campo transitório. Enquanto os alojamentos permanentes eram construídos, os imigrantes seriam transferidos para alojamentos temporários, em que cada família teria uma unidade própria. O pai poderia sair para trabalhar e ganhar seu sustento, a mãe teria condições de cozinhar para a família e as crianças iriam para a escola. As *maabarot* seriam um estágio intermediário entre os campos de imigrantes e o alojamento permanente, representando uma melhoria considerável nas condições de vida dos imigrantes, a primeira etapa de sua vida produtiva em Israel.

No entanto, logo ficou claro que as condições nas *maabarot* não eram muito melhores do que nos campos. As unidades de moradia consistiam em tendas, barracões de estanho, lona ou casebres de madeira – qualquer material que pudesse ser usado para construções rápidas e baratas. Os edifícios eram pequenos e temporários; assim, não contavam com eletricidade nem água. Lavatórios e vasos sanitários ficavam em prédios comunitários. “Meu primeiro contato com a *maabará* foi com um grupo de jovens. Quando perguntei onde ficavam os chuveiros, eles se espantaram com a pergunta e responderam: ‘A gente não toma banho desde que saiu do campo Beit Lidd.’ Na *maabará*, havia apenas duas torneiras para todo mundo. Cerca de mil pessoas. Os banheiros não tinham teto e viviam infestados de moscas. Estruturas de placa de metal ondulada tinham sido erguidas para abrigar os chuveiros, mas, diante da falta de água, os cubículos também acabaram se transformando em banheiros.” Essa é a descrição feita por um jornalista sobre seu contato com a *maabará* de Migdal-Gad.⁵ É um dos relatos menos repulsivos feitos pelos detratores das *maabarot*.

Ao fim de 1950, sessenta e duas *maabarot* tinham sido construídas, abrigando cerca de 100.000 pessoas. No ano seguinte, e após três anos de imigração em massa, o número de habitantes nas *maabarot* chegou a 220.000 (entre os mais de 250.000 em alojamentos temporários). A rotatividade era constante: do avião ou navio para o campo, e do campo para

a *maabará*. Alguns imigrantes preferiam os campos – onde recebiam uma porção diária de comida, além de serviços gratuitos de saúde e educação – em vez das *maabarot*, cujos habitantes tinham de trabalhar para o próprio sustento. Os empregos nas *maabarot* consistiam em atividades de comércio em pequena escala, dentro da *maabará*, ou de *workfare*, que era o emprego subsidiado em florestamento, construção de estradas ou construção de alojamentos permanentes para os habitantes da *maabará*. Esse trabalho temporário e mal remunerado não garantia uma futura subsistência, mas tinha o objetivo de evitar o ócio, algo que a liderança do país considerava a principal causa de degeneração e corrupção. O governo israelense acreditava que devia empregar todos os esforços nesse sentido.

Além do impacto da imigração, da falta de familiaridade com os meandros da burocracia israelense e com a língua falada no país, os habitantes das *maabarot* tiveram de se submeter à proletarização. Foram forçados a se acostumar ao trabalho braçal, o que em seus países de origem era considerado degradante. Certos indivíduos de iniciativa (e às vezes com algum recurso) deixaram os campos, receberam ajuda de parentes ou amigos, encontraram trabalho e pularam fora do processo institucionalizado de absorção. Talvez a experiência mais dura tenha sido para os imigrantes iraquianos que chegaram às *maabarot*. Os sobreviventes do Holocausto e os detentos do Chipre haviam chegado ao país após alguns anos vivendo em campos; os imigrantes iemenitas tinham vindo de muito longe e passaram bastante tempo esperando em campos antes de efetivamente imigrar; e os norte-africanos tinham passado por campos transitórios antes de chegar a Israel. Para os iraquianos, contudo, apenas um voo de poucas horas separou moradias espaçosas e agradáveis da triste precariedade daqueles barracões de lona encontrados na *maabará*. Não por acaso, emergiram vários escritores a partir da *Aliá* iraquiana, cuja experiência em Israel ficou gravada em sua consciência por meio da *maabará*, descrita nas obras desses artistas.

Em meados de 1952, houve uma queda acentuada no número de imigrantes, devido, entre outras coisas, às notícias sobre as dificuldades de absorção. Nos três anos seguintes, o sistema de absorção conseguiu

recuperar o fôlego, planejar e executar a evacuação das *maabarot*. Em seis anos, a maioria das *maabarot* tinham sido demolidas, e seus habitantes, transferidos para alojamentos permanentes. Como já ocorrera nos campos de imigrantes, quando as *maabarot* foram desocupadas, algumas pessoas se recusaram a sair, seja porque seus familiares permaneciam no local, porque era perto de onde trabalhavam, por lhes ser familiar e razoavelmente confortável, seja porque, após anos de dependência, a independência parecia intimidante. Similar ao que aconteceu quando os campos de pessoas desalojadas na Alemanha foram desocupados: houve gente, menos instruída e menos competente em termos sociais, que permaneceu dependente da ajuda de assistência social, enquanto pessoas de iniciativa e energia rapidamente agarraram a oportunidade de reconstruir a vida.

As imensas dificuldades impostas por essa *Aliá* fizeram surgir um conflito entre os responsáveis por controlar o processo de trazer os imigrantes e os responsáveis por absorvê-los quando chegassem. O segundo grupo queria que o fluxo imigratório se baseasse na capacidade de absorção do país. Alertavam que as condições intoleráveis dos campos de imigrantes e das *maabarot* resultavam na gestação de uma catástrofe humanitária. Para os responsáveis pela absorção dos recém-chegados, o descontrole da *Aliá* – que refletia um desejo de sacrificar o individual em prol da missão de “reunir os exilados” – configurava uma política irresponsável. Por outro lado, os responsáveis pela imigração testemunhavam a desintegração de comunidades inteiras: pessoas afastadas de suas casas e ambientes familiares, que tinham abandonado o trabalho. Esses ativistas não podiam simplesmente interromper o processo no meio, sendo que em alguns casos eram os responsáveis por seu início. Para eles, qualquer restrição imigratória comprometeria seu “ofício sagrado”, sem mencionar o fato de deixar milhares de imigrantes no limbo dos campos transitórios, sem possibilidade de retornar para casa.

OS *MIZRACHIM* E OS ISRAELENSES VETERANOS

Em 1950, pela primeira vez desde o começo do moderno retorno a Sião, a maioria dos imigrantes vinha de países muçulmanos. No período do Yishuv, 90% dos imigrantes chegavam da Europa. No primeiro e no segundo ano da imigração em massa, os ashquenazim continuavam como maioria, mas, de 1950 em diante, a maioria passou a ser de judeus vindos de países do Oriente Médio e do norte da África. Em 1952, cerca de 60% dos residentes das *maabarot* eram oriundos de países muçulmanos; mais tarde, ficaram conhecidos como *mizrachim* (lit., pessoa do Leste). Embora fossem uma pequena minoria na onda de imigração em massa, os imigrantes marroquinos ganharam má fama. Existem indícios de que alguns desses marroquinos teriam chegado dos *mellahs*, guetos das principais cidades, onde predominavam duras condições de pobreza e desintegração social. Esse grupo incluiu alguns criminosos, rotulados de “faca marroquina” (por conta de uma suposta propensão a puxar uma faca diante da provocação mais besta), bem como um grande número de doentes e deficientes. Os mais jovens, e aqueles com mais recursos, preferiram ficar em sua terra natal. No começo da década de 1950, o domínio francês sobre o norte da África continuava estável, e as comunidades judaicas da região não estavam ameaçadas.

Considerando as dificuldades de absorção, e com base numa estimativa de que em certos países não seria necessária nenhuma *Aliá* de resgate, em novembro de 1951 a Executiva da Agência Judaica deu início à imigração seletiva a partir de países onde os imigrantes podiam ser escolhidos. *Aliot* de resgate e imigrantes com condições de financiar a própria absorção estavam isentos de restrições. Em grande medida, as restrições pautavam-se no mesmo princípio de capacidade de absorção que ficara em vigor durante o período mandatário. Num primeiro momento, o Estado tinha dado prioridade aos jovens com treinamento militar que tinham condições de ingressar no IDF-Gahal (acrônimo para *Giyus Hutz Laaretz*, recrutas

estrangeiros). Mas depois da guerra todas as restrições imigratórias tinham cessado. Agora, as novas regras limitavam a maioria dos imigrantes a famílias em que o provedor tivesse no máximo 35 anos de idade. Aqueles que não possuíssem recursos nem profissão deveriam dedicar dois anos ao trabalho agrícola. A aprovação para o processo imigratório exigia um certificado médico que atestava o bom estado de saúde do candidato. Esses critérios não eram rigidamente observados, e com o passar do tempo houve uma flexibilização das regras. O limite de idade aumentou para 40 anos, pessoas com deficiência ou restrições poderiam imigrar caso a família tivesse um provedor ativo, e assim por diante.

O ditado que diz que os israelenses amam a imigração, mas não os imigrantes, é especialmente verdadeiro no caso da imigração em massa. Os veteranos do Yishuv tinham enfrentado inúmeras dificuldades e perdas durante os anos de luta e na Guerra de Independência. Tanto pessoas comuns quanto da elite estavam exaustas e desejosas de uma trégua. A fundação do Estado e a imigração em massa abriram caminhos para o rápido progresso dos veteranos israelenses no governo, no Exército, na educação e em muitos outros campos. Desde o início da onda de imigração em massa, a população israelense demonstrou pouca disposição em ajudar voluntariamente no trabalho de absorção dos imigrantes. O conceito de estatismo contestado por muitos membros da elite do Yishuv agora dispensava os adversários e seus companheiros da responsabilidade por missões nacionais. Na teoria, a elite queria um retorno ao padrão de voluntarismo, mas na prática não estava disposta a se voluntariar. É possível que toda a questão de reunir os exilados, numa escala tão gigantesca, lhes parecesse estranha e intimidante, para além daquilo com que eram capazes de lidar.

Alguns poucos, aqui e ali, acabaram se voluntariando. Organizações femininas atuaram no campo de Shaar Haaliya, ajudando os novos imigrantes. O movimento dos *moshavim* enviou centenas de voluntários para auxiliar nos *moshavim* de novos imigrantes (discutido mais à frente). O movimento dos *kibutzim* abrigou crianças da Youth Aliya. Porém, tratou-se

de minorias insignificantes, como ficou demonstrado quando se apelou aos veteranos do Yishuv, no inverno de 1951, para que recebessem em suas casas crianças imigrantes, depois que as *maabarot* foram atingidas por graves inundações. O apelo foi um fracasso: apenas algumas centenas de lares responderam. Quando as *maabarot* foram construídas, as autoridades quiseram situá-las perto de comunidades estabelecidas, capazes de fornecer serviços e emprego aos imigrantes. Contudo, quanto mais forte e melhor estabelecido era o município, com mais facilidade conseguia manter distância das *maabarot*. Havia, por exemplo, apenas uma *maabará* perto de Tel Aviv, e Ramat Gan não permitiu a construção de *maabarot* dentro de sua jurisdição. Logo, as *maabarot* foram construídas perto de cidades relativamente fracas, que podiam ser forçadas a aceitar a autoridade do governo, mas essas cidades tinham dificuldade para fornecer aos imigrantes os serviços e empregos de que eles necessitavam.

Israelenses veteranos demonstravam pouco-caso em relação aos novos imigrantes. Uriel Simon descreveu assim o isolamento entre os dois mundos:

Enquanto viaja de trem, um homem observa a paisagem de seu país, e fincada nela, uma *maabará*. A *maabará*, com seus inúmeros barracos reluzentes de estanho, aglomerados em torno de latrinas fétidas, parece uma ferida aberta. Crianças desgrenhadas, maltrapilhas, estão à beira da estrada e acenam para ele com suas mãozinhas. Por um momento fugaz, os olhares se encontram, e ele enxerga o brilho daqueles olhos, mas não acena de volta. Prefere permanecer alheio e distante, pois teme o contato.⁶

Os campos de imigrantes e as *maabarot* eram um mundo à parte, com o qual poucos israelenses veteranos entravam em contato. A população lia nos jornais sobre o que estava acontecendo. Os artigos descreviam um país que lhes era estranho, assustador: de lixo e imundície, miséria, apatia, indolência e degeneração.

Os veteranos enxergavam as dificuldades no processo de absorção como parte do sofrimento necessário para alcançar a Terra de Israel. “Quando

chegamos a este país” era um chavão que usavam para justificar as adversidades enfrentadas pelos novos imigrantes. Os veteranos já haviam encarado suas próprias dificuldades e não estavam dispostos a voltar a um regime emergencial; na verdade, o fracasso das medidas de austeridade se deveu em parte a uma expressão da revolta da população já estabelecida contra a imposição desses novos decretos. As descrições brutais feitas na imprensa sobre os campos e as *maabarot* não conseguiram gerar empatia pelos imigrantes, mas antes uma sensação de alheamento e medo, como se os campos representassem um perigo para o país já assentado. A imagem do imigrante imundo e cheio de doenças só fez aumentar o temor. Quando uma epidemia de pólio atingiu o país, alguns disseram que foram os imigrantes que haviam trazido a doença.

Os veteranos do Yishuv estavam alarmados: o empreendimento sionista passava por uma ameaça de extinção? Essas ondas de imigração, que o país não solicitou, estavam prestes a inundar o país? Até mesmo Ben-Gurion, que apoiava incondicionalmente a imigração contínua, escreveu:

O “novo povo judeu” imaginado por Herzl, sobre o qual ele pautou sua política e atividade sionista, era, na realidade, o povo judeu da Europa... O Estado foi fundado e não encontrou o povo que ansiava por isso [ou seja, o povo que tanto esperava o Estado acabou desaparecendo]. Por centenas de anos, o povo judeu esteve diante de uma pergunta ou de uma reza: seria possível encontrar um Estado para o povo? Ninguém ousou fazer a terrível pergunta: quando o Estado nascesse, seria possível encontrar um povo? E essa é a maior de todas as perguntas quando se fala no Estado de Israel fundado em nossa época.⁷

Israel deveria ser um Estado moderno, voltado para a Europa e o Ocidente, mas nesse momento estava atolado no lamaçal dos campos de imigrantes.

As imagens negativas dos imigrantes – por exemplo, de “poeira humana” – não faziam distinção entre os sobreviventes do Holocausto e os imigrantes dos países islâmicos. Os veteranos do Yishuv conseguiriam moldar essa enorme massa humana à sua imagem? Vários artigos na imprensa demonstravam preocupação sobre o que poderia suceder. “Trazer para Israel

dezenas, ou centenas, milhares de pessoas inadequadas não serviu para fortalecer o país, nem trouxe benefício ao Yishuv, não deu maiores esperanças para o futuro e tampouco beneficiou o próprio povo, em si, que em muitos casos está muito mais infeliz e amargurado aqui do que jamais esteve entre seus vizinhos no estrangeiro”, escreveu Shmuel Ussishkin no *Haboker*. O estigma associado aos imigrantes não se restringia ao grupo burguês de direita representado pelo *Haboker*. “Um Yishuv cheio de gente doente, decadente e selvagem não aguentará as provações sociais e de segurança que nos esperam... Comprometer o equilíbrio físico, psicológico e moral do Yishuv – o cerne de gerações futuras – é uma temeridade, que rapidamente se voltará contra nós de forma terrível”, afirmou o *Davar*, jornal do Mapai.⁸ Uma série de artigos publicados no *Haaretz*, de autoria do jornalista Aryeh Gelblum, provocou enorme furor público. Gelblum passou um mês num campo de imigrantes, disfarçado como um deles. Nos artigos, usou estereótipos negativos para descrever todos os imigrantes, mas reservou os piores termos para os norte-africanos, sobretudo os que vinham do Marrocos. Até mesmo repórteres que defendiam os imigrantes não se esforçavam para cumprimentá-los. Porém, enquanto Gelblum supunha que era impossível mudar aquela gente considerada ignorante e primitiva, havia quem acreditasse que, por meio da educação e do aprimoramento paciente da personalidade, era viável transformar os imigrantes em cidadãos dignos.

Ben-Gurion escreveu em um de seus artigos: “As dispersões que estão sendo encerradas [isto é, comunidades inteiras, como as de judeus búlgaros e iraquianos, liquidadas após a imigração para Israel] e que estão se reunindo em Israel ainda não constituem um povo, mas sim uma massa heterogênea, poeira humana carente de uma língua comum, educação, raízes, tradição e sonhos nacionais... Transformar essa poeira humana em uma nação civilizada e independente, com uma visão... não é tarefa fácil, e as dificuldades não são menores do que as da absorção econômica.”⁹ Essas observações partem de duas premissas. A primeira é de que era possível converter todo judeu em cidadão-modelo, como os melhores veteranos. Ben-Gurion repetia isso incansavelmente. Segundo dizem, comentava que

estava no aguardo da nomeação de um iemenita para o cargo de chefe do Estado-Maior – uma das declarações típicas de quem aspirava à formação de uma nação, unificada em torno de uma cultura, com padrões dignos do mundo moderno. A segunda premissa envolve o reconhecimento de que nos estágios iniciais da absorção de imigrantes, o Estado se preocupava apenas com as necessidades físicas dos imigrantes: um teto, comida, serviços de saúde e uma educação mínima. Não empreendia esforços similares em processos de socialização.

ASSENTAMENTOS AGRÍCOLAS E CIDADES EM DESENVOLVIMENTO

A enxurrada imigratória do início dos anos 1950 interrompeu os planos do governo em termos de distribuição da população local. Concentrar a maioria da população judaica nas três maiores cidades – Jerusalém, Tel Aviv e Haifa – e na região entre Hadera e Gedera parecia ir contra os interesses nacionais, sob o ponto de vista da segurança, da economia e da cultura. Parecia também um erro em termos de qualidade de vida. Aryeh Sharon, arquiteto e diretor do Departamento de Planejamento do gabinete do primeiro-ministro, bolou um plano destinado a corrigir esse problema, direcionando novos imigrantes para as áreas em desenvolvimento: a Galileia, o corredor de Jerusalém e o Negev. Sharon explicou que os judeus tinham se concentrado nas grandes cidades durante o período do Yishuv porque não havia terra disponível para assentamento em todos os cantos do país. Isso, então, poderia ser remediado por meio da construção de dois tipos de assentamento. O primeiro, o assentamento agrícola, era a tradicional prioridade sionista, como já foi visto. Portanto, ficou determinado que 20 por cento da população deveria ser de agricultores. Assim, 500 novos assentamentos foram criados nos primeiros cinco anos do Estado, onde foram assentados 13 por cento dos novos imigrantes.

O segundo tipo de assentamento era o urbano. Tratava-se de uma inovação, algo que o movimento sionista ainda não iniciara. Embora a maioria da população judaica preferisse a vida nas cidades, em termos ideológicos o ambiente urbano era considerado um obstáculo para a criação do novo judeu: uma estufa para a propagação de uma pequena burguesia cuja existência prejudicava as necessidades relativas à construção da nação. O Plano Sharon pautava-se na percepção predominante na Inglaterra à época, uma lição aprendida da Segunda Guerra Mundial, sobre a vulnerabilidade das grandes concentrações populacionais durante ataques aéreos, bem como sobre as desvantagens inerentes às grandes cidades: sujeira, favelas, isolamento e assim por diante. O novo conceito envolvia a criação de cidades pequenas a médias, com base em meticuloso planejamento regional que levasse em conta a distribuição populacional, a segurança, a estética urbana, a economia e a sociedade. Tal foi a base de planejamento para as cidades em desenvolvimento. Entre 1948 e 1964, foram criados mais de trinta municípios com esse perfil.

Durante o período do Yishuv, o assentamento agrícola constituía um privilégio daqueles com capital privado suficiente para comprar um pomar de cítricos ou um vinhedo, ou então de grupos de pioneiros que aguardavam muitos anos até serem autorizados a se assentar na terra, enquanto no meio-tempo passavam por “treinamento agrícola”. Naquela época, a agricultura era uma escolha consciente, mas depois deixou de ser. À exceção de uma minoria de pessoas que terminavam o treinamento agrícola e iam para os *kibutzim*, os 13 por cento de imigrantes mandados para localidades rurais não haviam optado pelo assentamento pioneiro. De início, tentou-se selecionar os candidatos e organizá-los em grupos, de acordo com suas habilidades e seus desejos, mas logo o processo ficou completamente aleatório, como demonstra o testemunho a seguir:

No campo de imigrantes, recebemos a proposta de ir para uma cidade. Quando perguntamos onde ficava a tal cidade, nos disseram: “Na região de Tel Aviv.” Gostamos da localização e concordamos em ir. Não fazíamos ideia de como era um *moshav*. Estávamos felizes de sair dali.

O caminhão deixou a *maabará* de Beit Lidd na primeira hora, e a viagem durou muito tempo. Depois de um longo trajeto passando por estradas de terra... por amplos descampados sem mato nem árvore, no início da noite chegamos a um pequeno acampamento. As pessoas se recusaram a sair do caminhão. Disseram que lhes fora prometida uma cidade próxima a Tel Aviv, e não aquele fim de mundo. Após uma discussão, o membro mais velho de uma família se levantou e disse: “Eu vou descer. Aqui é a minha terra e é onde eu serei enterrado.” Assim que o velho desceu, a família o acompanhou e foi seguida pelos outros. Quando viu que todos tinham descido, o motorista ligou o motor e foi embora. Assim teve início o assentamento do [*moshav*] Patish.¹⁰

Elementos desse testemunho são recorrentes em dezenas de outros: a mentira por parte das autoridades, a total ignorância dos assentados sobre o que era um *moshav*, o choque ao ver o território selvagem a que eram enviados e, deixados sem escolha, a aceitação daquela situação.

A chegada da imigração em massa levou Ben-Gurion a fazer um apelo ao movimento kibutziano, para que abrissem suas portas e dessem emprego aos imigrantes. Contudo, essa sugestão ia na contramão do princípio fundamental dos *kibutzim*: o emprego de mão de obra própria, ou seja, o não emprego de mão de obra contratada. Os *kibutzim* recusaram a ideia, o que levou a um embate com Ben-Gurion. Em um discurso no Knesset, em 16 de janeiro de 1950, o então chefe de Estado se declarou “envergonhado e constrangido” pela atitude do movimento kibutziano em relação à absorção de imigrantes. De certa forma, a criação dos *moshavim* de imigrantes foi a resposta de Ben-Gurion à recusa dos *kibutzim*. Assentar milhares de imigrantes sem experiência com agricultura nem inclinação para tal – o que em seus países era tido como uma atividade menor – era um experimento extremamente audacioso, com chances incertas de sucesso.

Durante o período mandatário, uma pré-condição para o assentamento na terra era ter um grupo consolidado de jovens mental e fisicamente preparados para as adversidades que os aguardariam. Esse tipo de assentamento exigia um período de treinamento prolongado para pessoas já ideologicamente comprometidas. Os líderes do movimento kibutziano agora argumentavam que, sem um processo de seleção de candidatos, não havia

chances de o assentamento dar certo. A experiência lhes havia ensinado que mesmo após um amplo treinamento muita gente deixava os *kibutzim*, por conta das dificuldades do dia a dia, das tensões sociais ou por razões de cunho pessoal. A ideia de que era possível criar um assentamento agrícola composto por um grupo aleatório de pessoas, em geral da mesma família ou região, mas às vezes de diferentes lugares, sem treinamento prévio, preparação psicológica ou qualquer conhecimento sobre agricultura contradizia toda a experiência histórica acumulada durante o período do Yishuv. O movimento kibutziano não queria se envolver nesse tipo de processo e, ao rejeitá-lo, acabou perdendo sua centralidade na sociedade israelense.

Foi o veterano movimento dos *moshavim* que ajudou no novo processo de assentamento. Durante o período do Yishuv, esse movimento era relativamente fraco e menos prestigiado do que o movimento dos *kibutzim*. Mas agora tinha chegado o seu momento. No *moshav*, os minifúndios pertenciam às famílias, o que era mais adequado à mentalidade dos imigrantes do Leste Europeu, para quem o *kibutz* fazia lembrar o odiado *kolkhoz* (fazenda coletiva), e o mesmo se aplicava aos imigrantes de países muçulmanos, para quem qualquer espécie de coletivismo era um anátema. Sob o ponto de vista das autoridades responsáveis pelos assentamentos, o principal era fazer os judeus cultivarem a terra e estabelecerem um povoado judaico; todos os demais requerimentos do *moshav* ficaram temporariamente em suspenso.

Ao se deparar com aquele território selvagem para onde foram enviados, os novos assentados do *moshav* ficaram atordoados. Nos primeiros anos, foram monitorados por consultores do Departamento de Assentamento da Agência Judaica, que os ajudaram a lidar com a burocracia israelense, representaram-nos diante de vários órgãos governamentais e fizeram a mediação entre os recém-chegados e as agências responsáveis por alocar recursos para dar início a suas fazendas. Num segundo estágio, instrutores que pertenciam ao movimento dos *moshavim* responderam ao apelo de Ben-Gurion e foram viver nos novos *moshavim*, ajudando a aclimatar os

novos agricultores, com ênfase na absorção social e cultural. O começo foi bem difícil. Nos assentamentos do Negev, a tubulação de água demorou a chegar aos *moshavim*. As tentativas de cultivo estavam fadadas ao fracasso, e os moradores tinham de trazer de grandes distâncias água para beber e suprir outras necessidades domésticas. Houve atrasos também na implementação da eletricidade, e nem todo assentamento possuía gerador. Enquanto os assentamentos não estavam conectados à rede elétrica, era impossível fazer uso do maquinário ou instalar refrigeradores nos estábulos, para armazenar o leite. O arado era conduzido por mulas, até a chegada de tratores, tempos depois. Mas os novos moradores não sabiam fazer a manutenção do maquinário agrícola, e, enquanto ninguém aprendesse a consertar um trator, o veículo permanecia ocioso.

A falta de experiência dos colonos ficava ainda mais exacerbada por conta da inexperiência das autoridades, que não sabiam o tipo de lavoura mais adequado a cada localidade, bem como o que era economicamente viável e o que estava obsoleto. Além das verduras – que os agricultores plantavam junto às casas e mais tarde expandiram o cultivo para conseguir vendê-las –, os consultores introduziram a beterraba e o algodão, cultivos industriais que aumentavam tanto a capacidade econômica quanto a terra cultivável. Houve também algumas tentativas de fruticultura, sobretudo de uvas e frutos decíduos, mas, até os colonos entenderem o que funcionava e o que não funcionava, não estava claro se a agricultura tinha futuro. No meio-tempo, e até que a agricultura desse algum retorno, os colonos ganhavam a vida construindo as próprias casas e a infraestrutura local.

Os assentamentos ficavam afastados das estradas principais, e o transporte público só chegava aos *moshavim* algumas vezes durante a semana. A maior parte dos assentamentos contava com uma enfermaria, mas as visitas de médicos eram ocasionais; o médico não possuía carro, assim como os colonos. A Agência Judaica construiu instituições públicas – escola, sinagoga e sala de reuniões –, bem como alojamentos permanentes, o que de início era extremamente espartano. A coordenação por parte da Agência Judaica foi fundamental para ensinar aos colonos a nova realidade,

estrangeira, e para colocá-la em funcionamento em benefício dos estrangeiros. Porém, o resultado é que os colonos não se viam como proprietários de minifúndios e sim como mão de obra contratada da Agência, isentos de responsabilidade sobre a terra, seu maquinário e seu rebanho. Assim, por exemplo, em certos *moshavim*, os colonos negligenciavam as vacas que haviam ganhado para iniciar a produção de leite, uma vez que tais vacas “pertenciam” à Agência Judaica. Por outro lado, alimentavam e criavam os bezerros, que lhes pertenciam. As galinhas destinadas ao desenvolvimento da avicultura foram comidas. Batatas destinadas ao plantio tiveram o mesmo fim. Enganar a Agência quanto ao número de dias trabalhados era uma prática comum, não criticável. As autoridades não acreditavam nos colonos e alocavam em estágios as terras designadas aos recém-chegados, de acordo com os progressos na capacidade agrícola dos *moshavim*. Eram comuns os confrontos com *kibutzim* próximos, que haviam tomado algumas terras em momentos anteriores e depois se recusavam a devolvê-las aos *moshavim*.

Uma considerável lacuna conceitual separava os colonos de seus orientadores. Os orientadores tinham sido criados sob o princípio da ação coletiva: ajuda mútua entre os colonos, uso compartilhado do maquinário e comercialização organizada, por meio da Tnuva (Cooperativa de Produtos Agrícolas). Todos esses princípios eram estranhos aos novos colonos, para quem o mais importante eram os laços de parentesco. Os *moshavim* que incluíam pessoas de diferentes famílias nunca se tornavam coesos, e no fim alguns colonos acabavam indo embora. Aqueles que ficavam tentavam trazer novos colonos, de suas próprias famílias. Consequentemente, os *moshavim* se desenvolveram à base da unidade familiar ampliada: a *hamoula* (clã). Em vez de um grupo de pioneiros ligados por uma ideologia, o parentesco se tornou o elemento aglutinador do novo *moshav*. Os orientadores também tentaram introduzir uma cultura democrática: um comitê eleito e uma transição para a administração independente. Porém, em muitos casos, atritos internos levavam a mudanças frequentes no comitê, e foram necessários muitos anos para que uma cultura de autogoverno se

desenvolvesse. Nos *moshavim* que conseguiram se tornar coesos e que tinham uma população estável, formou-se uma comunidade em cinco anos, fazendo surgir uma liderança local autêntica. Esses *moshavim* se tornaram prósperos a partir dos anos 1960.

Os novos *moshavim* alteraram as práticas aceitas no movimento tradicional dos *moshavim*, em particular, e na Hevrat Haovdim, em geral. Seus membros não aceitavam os métodos de comercialização da Tnuva, que definia o preço dos produtos agrícolas quando chegavam à cidade e atrasava o devido pagamento aos agricultores. Em vez disso, os *moshavniks* vendiam sua própria produção e estabeleciam suas organizações de compra e venda, livrando-se da “tutela” da Tnuva. Após se socializar e tomar conhecimento do sistema econômico e social, eles adotaram o que era padrão no país em termos de procedimentos operacionais políticos, e na década de 1960 já era possível encontrar representantes dos novos *moshavim* entre a liderança do movimento dos *moshavim* e até mesmo dentro do Mapai. Nos anos 1970, os novos *moshavim* prosperaram e passaram a ser considerados uma grande história de sucesso.

Conforme foi visto, as cidades em desenvolvimento foram estabelecidas ao mesmo tempo que os novos *moshavim*. Contrariando o plano de distribuição populacional, algumas foram construídas perto das *maabarot*. Assim, por exemplo, Or Yehuda foi fundada próxima a Lod, a partir das *maabarot* da região. O primeiro indício de que a localização das cidades em desenvolvimento se pautava na distribuição populacional foi a criação de Kiryat Shmona e Shlomi, na Galileia, e Yerucham, no Negev. Os primeiros a se assentarem nessas cidades foram pessoas das *maabarot*, que concordaram em se mudar para alojamentos relativamente melhores, em comparação ao lugar onde estavam. Porém, a grande maioria dos moradores das *maabarot* preferiram permanecer no centro do país.

O fim do domínio francês no Marrocos e as inquietações sobre o novo regime nacionalista do país conduziram a Israel uma nova leva de imigrantes norte-africanos, em 1954 e 1956. Dessa vez, as autoridades tentaram evitar os erros cometidos na absorção da primeira onda

imigratória. Com antecedência, relataram aos imigrantes as condições adversas e inclusive fizeram-nos assinar um documento concordando em se assentar no lugar para onde fossem enviados. Essa onda de cerca de 70.000 imigrantes foi mandada para regiões afastadas, como parte de uma operação denominada “Do navio à cidade”. Alguns imigrantes foram para o distrito de Lachish, no sul do país, uma região bem-planejada incluindo *moshavim* e municípios que pretendiam funcionar como centros urbanos, onde o alojamento que os esperava estava equipado com utensílios domésticos e meios de produção. Ao longo desse processo, os imigrantes permaneceram passivos; suas vozes não eram ouvidas. Uma mulher descreveu sua viagem para Ofakim: “Ficamos junto à amurada do navio, cheios de lágrimas nos olhos, conforme víamos no horizonte o Monte Carmel. Chegamos a Haifa e fomos imediatamente depositados num caminhão todo capenga. Passamos o resto do dia viajando. Chegamos a um lugar sombrio, sem saber do que se tratava ou como se chamava. Nos recusamos a descer do caminhão. Após alguns minutos de comoção e discussões, meu marido David foi preso pela polícia local. Assim foi a nossa recepção...”¹¹

Essa descrição do processo burocrático eficiente – que não dava aos imigrantes a opção de evitar o caminho determinado previamente – se repete nas palavras dos organizadores: “Nos anos em que absorvemos [...] judeus do norte da África, eles eram como massa de modelar nas nossas mãos. Retirávamos os judeus dos navios e os mandávamos direto para os assentamentos. Nem perguntávamos o que queriam, e isso funcionava. Foi um sucesso o experimento com cem mil pessoas encaminhadas para serem assentadas.”¹²

Quando a imigração vinda da Polônia se renovou, em 1958, na sequência de uma onda de antissemitismo, a política de distribuição populacional foi suspensa. Como muitos dos imigrantes tinham parentes em Israel, *landsleit* (pessoas oriundas das mesmas cidades) e também amigos, a atitude em relação a esse grupo foi diferente. Além disso, enquanto os imigrantes de países muçulmanos não podiam voltar para casa, as autoridades responsáveis pela absorção presumiram que os judeus da Polônia e da

Hungria (de onde os imigrantes tinham chegado após a repressão soviética à Revolta de 1956) tinham a opção de não deixar seu país, de retornar para o território ou, inclusive, ir para qualquer outro lugar. Portanto, se as autoridades queriam que eles ficassem em Israel e queriam incentivar outros imigrantes do Leste Europeu (havia sempre esperanças de uma imigração da URSS), deveriam lhes proporcionar condições adequadas de absorção. Dessa forma, a maior parte dos imigrantes europeus foi absorvida no centro do país, enquanto as áreas mais remotas receberam, sobretudo, imigrantes da África e da Ásia.

Desde a época do Mandato Britânico, já existiam vizinhanças pobres na periferia das grandes cidades: Kerem Hateimanim, perto do Mercado Carmel, em Tel Aviv, Neveh Tsedek e Neveh Shalom, nos arredores de Jaffa, e o bairro de Hatikva, ao sul de Tel Aviv. O bairro de Nordiya, com seus barracões e caixotes, permaneceu no coração da cidade por muitos anos. Após a Guerra de Independência, essas vizinhanças pobres se expandiram e inclusive transbordaram para novas áreas. Em todas as cidades, os moradores de bairros situados no limiar entre judeus e árabes tinham fugido durante a guerra, para se salvar. Grande parte deles encontrou refúgio em aldeias árabes abandonadas e em bairros cujos moradores também haviam fugido. Assim, o bairro de Salameh, perto de Tel Aviv, foi estabelecido no lugar de uma aldeia árabe abandonada. No centro de Tel Aviv, formou-se um bairro pobre no local onde existira a aldeia de Jamusin, e os novos residentes rejeitavam qualquer proposta de realocação. Em Jerusalém, nasceram os bairros de Musrara e Katamon. Todas essas vizinhanças superpovoadas possuíam alojamentos inferiores e antigos, e careciam de serviços públicos adequados. A vantagem estava na localização próxima dos grandes centros urbanos, o que dava a seus moradores a esperança de conseguir um emprego e um nível educacional razoável. A superlotação nesses locais só fez aumentar, uma vez que muitos moradores de *maabarot*, de cidades em desenvolvimento e de *moshavim* decidiram sair dos lugares para onde tinham sido enviados e tentar a sorte na cidade grande. Num

bairro pobre, sempre era possível conseguir um canto para morar, fosse de graça, fosse a um valor módico.

Em 1959, pela primeira vez na história de Israel, eclodiram protestos de cunho social, seguidos de tumultos. A principal motivação por trás desses episódios vinha dos jovens marroquinos do bairro de Wadi Salib, em Haifa. As revoltas eram uma manifestação do ressentimento de jovens que haviam crescido em Israel e servido ao IDF – alguns tinham até mesmo lutado na Guerra de Independência – e se viam sem possibilidade de emprego, progresso, além de sentirem que ninguém se preocupava em reconhecê-los ou identificar suas necessidades. Os tumultos revelaram que os bairros pobres na periferia das cidades – com concentrações de jovens de comunidades étnicas *Mizrachi* que haviam deixado as *maabarot* e os assentamentos em áreas remotas – eram um barril de pólvora com potencial para explodir a qualquer momento. Os imigrantes marroquinos representavam apenas 30 por cento dos habitantes de Wadi Salib, mas eram a maioria dos desempregados e dos casos que recebiam assistência social. Os protestos cessaram logo após a realização de pequenos ajustes na remuneração dos trabalhadores em situação de *workfare* e depois de serem concedidos os salários-família. Porém, era a primeira vez que a questão étnica – a relação entre etnia e pobreza, etnia e populações marginalizadas – ganhava os holofotes.

As reportagens da imprensa sobre os tumultos de Wadi Salib não desencorajaram a grande onda de imigrantes vindos do Marrocos que chegaram a Israel entre 1960 e 1964. As matérias tampouco fizeram as autoridades responsáveis pela absorção interromper esse processo imigratório, embora enxergassem os marroquinos como arruaceiros, uma verdadeira ameaça à ordem. O pesquisador Yaron Tsur acredita que, apesar de os imigrantes marroquinos culparem os “polacos” – termo pejorativo que abarcava todos os ashquenazim – por suas mazelas, sua postura em relação ao Estado judeu continuava positiva e patriótica. Ou seja, o poder do nacionalismo judaico, ainda mais potente por conta da instabilidade e insegurança da vida judaica no Marrocos, somado à crise econômica do

país, era mais amplo do que as queixas contra as autoridades israelenses e o ressentimento quanto à sua atitude para com os marroquinos. Ao mesmo tempo, a decisão do governo de prosseguir com a imigração de mais de 100.000 judeus marroquinos demonstrou que a noção de responsabilidade nacional superava as reservas acerca do perfil dos imigrantes. O Estado de Israel não podia virar as costas para a maior comunidade judaica que ainda se encontrava em um país árabe, cujo bem-estar estava por um fio e que dependia da benevolência das autoridades. Além disso, a necessidade de o Estado judeu fortalecer sua população judaica era mais importante do que qualquer restrição social ou étnica.

Em sua maioria, os imigrantes da década de 1960 foram enviados para as cidades em desenvolvimento, onde se tornaram o grosso da população. Essas cidades foram concebidas para funcionar como intermediárias entre as grandes cidades e as áreas agrícolas mais remotas, centros comerciais e culturais para os *kibutzim* e *moshavim* das redondezas. O problema é que, em paralelo, foram criados conselhos regionais que desempenhavam as mesmas funções. As cidades deveriam ser cidades-jardim, mas seu padrão estético era muito pobre, uma vez que sua região central não fora desenvolvida e não haviam sido estabelecidos serviços comerciais ou culturais. A maioria dessas cidades permaneceu pequena, com menos de 20.000 moradores – o nível populacional definido para garantir aos habitantes serviços municipais adequados. Em muitas, não havia liderança local que se sentisse responsável pela população. A rotatividade de pessoas era grande, e fracassaram as tentativas de levar até essas regiões residentes do veterano Yishuv. As escolas eram negligenciadas e de qualidade inferior às escolas do conselho regional para onde os *kibutzim* – e até mesmo os novos *moshavim* – mandavam suas crianças. O principal problema da maioria das cidades em desenvolvimento era a péssima infraestrutura de emprego. Foi apenas no fim da década de 1950, com a criação da indústria, inclusive a indústria têxtil – de mão de obra intensiva –, que algumas dessas cidades conseguiram se livrar do ciclo de desemprego crônico e mostrar sinais de recuperação.

Houve, é claro, diferenças entre as cidades. Beersheva se tornou a capital do Negev e, para todos os efeitos, uma cidade plenamente desenvolvida. O mesmo valia para Ashdod – cujo porto deu à cidade um tremendo estímulo em termos de desenvolvimento –, e também para Ashqelon, que combinava turismo e indústria. Arad e Carmiel, as duas últimas cidades em desenvolvimento a serem criadas, se beneficiaram de um planejamento que contava com as lições aprendidas a partir de erros do passado. Mas foi apenas no fim da década de 1960 que as cidades fundadas no início dos anos 1950 alcançaram estabilidade populacional e de emprego e desenvolveram algumas instituições culturais. Até então, eram pobres e atrasadas, imagem que as acompanhou durante muito tempo. Os imigrantes do Leste Europeu – sobretudo da Romênia – enviados de início para essas cidades conseguiram deixá-las, em troca de locais mais prósperos. O resultado foi que cresceu entre os moradores remanescentes a sensação de ofensa e privação; ao mesmo tempo, reforçou-se a associação feita pela “primeira Israel” entre a população *Mizrachi* (sobretudo marroquina) dessas cidades e a pobreza e negligência desenfreadas existentes no local.

Cada onda de imigrantes enxerga com respeito e admiração os que vieram antes, mas espezinha os que chegaram depois. Em Israel, o processo de absorção foi influenciado pelo *ethos* nacional, que queria e saudava os imigrantes. O Estado era responsável por incentivar os imigrantes a irem para lá, além de direcioná-los e controlá-los quando chegassem. É difícil pensar em outro país que tenha investido tanto em seus imigrantes. Logo, ao mesmo tempo que colhia os louros das conquistas imigratórias, Israel teve de vestir a coroa de espinhos dos fracassos. As tentativas de impor aos imigrantes a tarefa de assentar as áreas mais remotas – missão que a população veterana não estava disposta a empreender – obtiveram certo êxito, mas geraram uma boa dose de ressentimento e mágoa.

A sociedade que acolheu os imigrantes não tinha a intenção de humilhá-los ou prejudicá-los usando-os como elementos maleáveis. Ao contrário, acreditava que, quanto mais rápido conseguisse trazer essas pessoas de suas comunidades pré-modernas para as maravilhas da modernidade, melhor

seria tanto para elas quanto para o Estado de Israel. Portanto, as autoridades responsáveis pela absorção não hesitaram em erradicar estruturas sociais e costumes antigos, bem como em destruir ordens tradicionais aceitas. A maioria dos imigrantes oriundos de países islâmicos adorava e respeitava a tradição religiosa. Nesses países, a estrutura social básica era a família patriarcal. O respeito pelos mais velhos, pela sinagoga e pelos costumes aceitos – das roupas e comidas às cerimônias de casamento e aos rituais religiosos – fazia parte do dia a dia da maioria dos muçulmanos, havia muitas gerações. O processo migratório desestabilizou as famílias e comprometeu a autoridade dos mais velhos e dos chefes de família. A religião perdeu seu *status* dominante, e todo o modo de vida dos imigrantes se viu ameaçado.

Havia certos elementos na cultura dos imigrantes que a sociedade israelense considerava simplesmente inaceitáveis. Por exemplo, o casamento de moças muito jovens, a poligamia e o *status* inferior das mulheres dentro das famílias. Nesses casos, era inevitável o choque entre o antigo e as demandas do novo. Porém, em todos os demais aspectos da cultura dos imigrantes *Mizrachi*, é improvável que fosse necessária uma modernização acelerada. Orientadores israelenses, professores e oficiais do Exército tentaram impor sobre os imigrantes normas e padrões de comportamento que batiam de frente com o que os recém-estabelecidos haviam trazido de seus países de origem. Valores como o da recompensa diferida e o que os sociólogos chamam de “síndrome da realização” – traços típicos do ocidental moderno – eram estranhos a muitos imigrantes, que tinham dificuldade para se adaptar a tais elementos culturais. O encontro inicial provocou uma tendência entre a geração mais nova de se assimilar ao grupo nativo israelense, processo que mais tarde foi chamado de *hitashkenazut* (tornar-se ashquenazi). Mas, com o passar do tempo, conforme foram se sentindo mais em casa e confiantes de sua identidade israelense, os imigrantes evocaram os insultos do passado e a dor de perder sua identidade em prol de conquistar a israelidade, e exigiram que elementos perdidos de sua cultura original fossem reconhecidos como legítimos.

Não foram apenas os imigrantes de países islâmicos que perderam suas raízes culturais pré-imigratórias. Para os imigrantes do Leste Europeu, o encontro com a cultura do veterano Yishuv – diferente da cultura em que haviam crescido – exigiu mudanças em seu modo de pensar, bem como em suas normas culturais e de comportamento. Contudo, como a maioria tinha vindo de uma sociedade judaica destruída com a guerra e o Holocausto, a reformulação da identidade que se deu em Israel foi menos traumática do que para aqueles cuja identidade foi desestabilizada pela primeira vez no momento do contato com a realidade israelense.

Em 1966, um congresso na Universidade Hebraica de Jerusalém representou uma das primeiras tentativas de refletir sobre a política do “caldeirão de culturas” e suas consequências. Em contraste com a reação hostil que tiveram de início em relação ao choque da imigração em massa, os veteranos do Yishuv passaram a ter uma visão mais equilibrada sobre os colonos dos *moshavim* e das cidades em desenvolvimento, enxergando-nos como “pioneiros relutantes”, e também começaram a entender melhor suas dificuldades de absorção e seu sofrimento. Os sociólogos e antropólogos que participaram do encontro sugeriram que fosse revista a política do caldeirão de culturas, responsável por criar uma “panela de pressão” que forçava mudanças rápidas em culturas tradicionais, e em seu lugar apontavam para o que chamaram de “panela de *cholent*”, em referência a um tradicional ensopado judaico, que em geral passa uma noite inteira cozinhando lentamente. Ou seja, eles recomendavam uma desaceleração no processo de modernização e defendiam que as transformações fossem conduzidas com consideração e sensibilidade em relação à cultura tradicional dos imigrantes, a suas lideranças e estrutura social.

Tratou-se do primeiro debate sobre as chances de que emergisse uma cultura israelense pluralista, sem exclusividade para o Yishuv. Os participantes do congresso não sabiam ao certo como seria essa cultura pluralista, mas, ao levantar a questão, manifestaram seu desconforto com a coerção cultural imposta sobre os imigrantes. Além disso, eles exigiram que fosse reconhecido o direito dos imigrantes de ter certa autonomia. O debate

também trouxe à tona, pela primeira vez, a contradição inerente a dois objetivos nacionais: a distribuição populacional e o *mizug galuyot*, a integração de diferentes comunidades. As áreas mais remotas eram ocupadas, sobretudo, por imigrantes *Mizrachi*, enquanto o centro do país abrigava os ashquenazim. Os imigrantes preferiam morar em assentamentos homogêneos, com base em seus laços de parentesco, o que lhes dava algum consolo em face das dificuldades de absorção. Apenas dois por cento dos israelenses veteranos foram viver nessas áreas mais afastadas. “Hoje, o Yishuv não tem nada do que se orgulhar. Os valores exaltados antes da fundação do Estado não passam, agora, de declarações”, afirmou Mordechai Ben-Porat, imigrante iraquiano que fizera parte do Mossad Lealiya.¹³ Ben-Porat referia-se à relutância dos veteranos em responder aos apelos do Estado para irem morar nas áreas mais remotas, mas suas palavras também podem ser aplicadas à atitude dos veteranos em relação à iniciativa da imigração em massa, em geral.

AGENTES DE SOCIALIZAÇÃO: ESCOLA, EXÉRCITO E POLÍTICA

Após o período no início dos anos 1950 em que as autoridades perderam o controle sobre a imigração, o processo se tornou organizado e regrado, mas continuava ignorando a necessidade de socialização. Como se viu, as autoridades, em vez disso, concentraram-se nas necessidades básicas da população. O resto, supôs-se, se arranjará por conta própria. Ainda assim, surgiu um processo de socialização, incompleto e imperfeito, mas cuja efetividade foi crescendo ao longo dos anos. Os principais agentes de socialização eram escola, Exército e política. No entusiasmo inicial que acompanhou a chegada de milhares de imigrantes, a “corrente dos trabalhadores” atuou de forma resoluta e com dedicação para estabelecer um sistema educacional nos campos de imigrantes. Houve protestos imediatos, pois os professores começaram a incentivar os estudantes a cortar

suas *peiot*,* jogar fora seus chapéus e voltar as costas para a tradição religiosa. Meninos e meninas sentavam juntos na mesma sala de aula e aprendiam a desrespeitar as tradições de seus antepassados. Os professores, egressos do movimento trabalhista, consideravam esse um passo vital para o caminho da modernização. Porém, para os partidos religiosos, a postura equivalia a forçar os judeus religiosos à apostasia, tocando na questão que lhes era mais cara. Era inconcebível que, em Israel, judeus religiosos não recebessem educação judaica e, em vez disso, fossem obrigados a estudar em ambientes laicos.

Os mais afetados foram os judeus iemenitas, muito religiosos. A tentativa de educá-los sob o prisma secular – ou oferecer uma educação religiosa sob a égide de um órgão não religioso, como a Histadrut – foi interpretada pelos partidos religiosos como coerção. A questão ia muito além da importância espiritual, uma vez que os partidos religiosos enxergavam esses imigrantes como fonte de poder político capaz de ajudá-los a expandir sua facção. O Mapai, por sua vez, buscava ampliar sua influência eleitoral por meio da educação, sob o ponto de vista do movimento trabalhista. Ambos os lados reivindicavam o direito de educar as crianças de Israel. Por fim, chegou-se ao seguinte acordo: os campos de imigrantes que abrigavam os judeus iemenitas teriam educação religiosa fornecida por uma corrente religiosa, enquanto nos demais campos os pais poderiam escolher a corrente em que seus filhos seriam educados. As duas facções políticas fizeram inúmeras promessas de benefícios materiais para quem optasse por seu lado.

O problema ficou ainda mais complexo com a mudança para as *maabarot*, onde o mesmo conflito se repetiu. As controvérsias combinavam Kulturkampf e a luta por votos, levando, por fim, a uma crise governamental, ao dismantelamento das correntes educacionais e ao estabelecimento de uma educação estatal e uma educação estatal-religiosa, ambas sob a autoridade do Ministério da Educação. A desunião da elite dominante sobre essa questão, bem como a luta entre os partidos pelo voto dos imigrantes forneceram uma lição importante para a política de poder israelense. Em um país de imigrantes, a escola costuma ser o principal

agente de socialização, mas em Israel essa instituição acabou tendo uma influência limitada, seja por conta da separação entre educação religiosa e não religiosa, seja porque perdeu o ímpeto educacional que havia estabelecido nos anos anteriores à criação do Estado.

Outro agente de socialização fundamental foi o IDF. No Exército, imigrantes jovens conheceram os filhos dos israelenses veteranos. Ainda que os israelenses demonstrassem certa arrogância em relação aos recém-chegados, o fato de compartilharem o serviço militar fazia nascer um sentimento de fraternidade entre os dois grupos. Quando os imigrantes voltavam para casa após o serviço militar, traziam consigo comportamentos diferentes, novas ideias e um entendimento melhor sobre o significado de ser israelense. O resultado é que logo eclodiram conflitos entre a geração mais velha, que permanecia fiel à tradição patriarcal, e a geração mais nova, em revolta contra a sua perpetuação.

O terceiro agente de socialização foi o sistema político. Nos anos 1960, já havia dentro dos partidos políticos pessoas que tinham chegado ao país nas ondas de imigração em massa, inclusive dentro do partido dominante. Elas já estavam, também, entre as autoridades municipais; algumas até mesmo ocupavam cargos superiores. Os novos imigrantes eram cortejados por todos os partidos, e seu poder eleitoral adquiriu ainda mais relevância como parte do processo de socialização. Assim como os israelenses veteranos sabiam prometer mundos e fundos em troca do caminho “certo”, os recém-chegados rapidamente aprenderam que podiam inverter os papéis e exigir o seu quinhão da política porque representavam um amplo público. A integração à política demonstrava entendimento sobre os enigmas do governo israelense e a habilidade de usar o sistema democrático em benefício das vítimas do sistema de absorção.

Havia discriminação contra os *mizrachim*? Os imigrantes europeus desfrutavam de melhores condições de absorção do que os que vinham de países islâmicos? De fato, os grupos com origem no Leste Europeu tiveram algumas vantagens. Em primeiro lugar, chegaram antes e foram alojados nas cidades e bairros árabes abandonados, no centro do país. Em segundo lugar,

vale lembrar que essa *Aliá* incluía sobretudo gente jovem – consequência do processo de seleção imposto pelo Holocausto – e quase nenhum idoso. As famílias eram pequenas e, em muitos casos, as mulheres trabalhavam fora. Para algumas famílias, a situação econômica melhorou mais ainda quando a Alemanha passou a pagar indenizações aos sobreviventes, o que começou a chegar a Israel no fim da década de 1950. Esses imigrantes não eram tão instruídos quanto aqueles do Leste Europeu que haviam chegado antes da guerra, mas seu nível educacional era superior ao dos imigrantes dos países islâmicos. As vantagens também foram de cunho subjetivo; as pessoas responsáveis pela absorção desses imigrantes também vinham, sobretudo, do Leste Europeu. O ídiche era a língua franca dos judeus da Europa, o que facilitou o contato entre os imigrantes e os representantes da burocracia israelense. Mesmo que não existisse discriminação intencional, havia uma certa vantagem para aqueles cujo idioma era compreendido. Além disso, como já foi mencionado, muitos novos imigrantes tinham parentes, amigos ou *landsleit* com contatos nos círculos sociais israelenses. Numa sociedade em que a *proteksia* era moeda corrente, quem tinha contatos levava vantagem. Como também já foi visto, após a *Aliá* da Polônia, de 1958, dar aos imigrantes do Leste Europeu melhores condições de absorção passou a ser uma prática aceita, pois havia a preocupação de que, do contrário, esses grupos não iriam para Israel ou deixariam o país, desabonando a *Aliá*.

Os imigrantes dos países islâmicos vinham com grandes famílias, incluindo muitas vezes gente de idade. A maioria dessas famílias só contava com um único provedor. Quanto mais tarde chegavam, maiores eram as chances de serem assentados em regiões afastadas do centro. Seu nível educacional era muito baixo, e a maior parte não exercia atividades convenientes às condições locais. Aqueles que viviam em áreas modernizadas em seus países de origem (como a população urbana do Iraque) conseguiram encontrar seu caminho em Israel, e em poucos anos alcançaram estabilidade econômica, educação superior e lugares de destaque na *intelligentsia* israelense. Porém, a grande maioria foi forçada a atravessar um longo e torturante percurso cheio de obstáculos. Os imigrantes

marroquinos, em particular, enfrentaram muitas dificuldades. Nem toda a comunidade marroquina imigrou para Israel; a elite do país, que tinha feito parte da burguesia urbana instruída do Marrocos e era bem-sucedida nos negócios, preferiu ir para a França ou o Canadá. Assim, foram membros das camadas socioeconômicas mais baixas da comunidade marroquina que chegaram a Israel nas duas primeiras ondas de imigração. Não eram instruídos, nem tinham profissões ou habilidades adequadas a uma economia moderna. Quando membros da classe média judaico-marroquina, imbuídos da cultura francesa, chegaram a Israel na década de 1960, foram alvo de estereótipos que abrangiam todos os imigrantes marroquinos. Os judeus marroquinos tinham internalizado a ideia de ordem colonial, que punha os europeus no topo da escala. Chegavam a Israel com ressentimento em relação aos europeus, o que se manifestava, entre outras coisas, na sensação de serem insultados e discriminados. O fato de serem considerados atrasados em comparação a outros imigrantes aumentava seu rancor e sua raiva. A sociedade que os acolheu demandava que aceitassem seus valores, que mudassem e se adaptassem à modernidade, mas eles tomavam isso como insulto e como recusa em aceitá-los da forma que eram – uma rejeição ao mesmo tempo social e cultural.

O Estado de Israel assumiu a responsabilidade total pela absorção. Poderia ter evitado o paternalismo e a burocracia que tornaram o sistema tão odiado pelos imigrantes? Os inconvenientes do sistema pareciam inevitáveis para que se atingissem os objetivos. Sem um direcionamento vindo de cima, num processo que tinha ares de semimilitar, não teria sido possível transferir tantas populações diferentes, tão diversas em termos culturais, num período tão curto de tempo, para um país pobre, sem recursos e sem experiência em receber grandes massas. Tal processo tampouco seria realizado sem que se destruíssem tradições patriarcais, religiosas e culturais, sem negar a dignidade dos imigrantes e sem profundos mal-entendidos sobre as relações humanas mais básicas, bem como sobre os padrões sociais.

Em qualquer país de forte imigração, os imigrantes aceitam essas experiências sem questioná-las, como parte das condições imigratórias. Mas em Israel era diferente. Os imigrantes que chegavam ao país viam-se não como estrangeiros em busca de uma nova pátria, e sim como membros da nação judaica que retornavam à sua própria pátria. Esperavam uma recepção calorosa e solidária por parte de seus irmãos, e nunca podiam imaginar que teriam seu *status* desvalorizado, que haveria prejuízo para as tradições e para a estrutura familiar ou insultos e apadrinhamentos. A discrepância entre as expectativas provavelmente utópicas e a realidade que encontraram causou enorme rancor. O sentimento de privação, discriminação e afronta não se dissipou com o passar dos anos; era algo que se transmitia de geração em geração, como parte da cultura *mizrachi* em Israel. Como se verificou, a primeira geração de imigrantes em massa desenvolveu, com o passar dos anos, uma sensação de orgulho; enxergavam-se como colonos pioneiros povoando áreas remotas. Foram seus filhos, educados pelo Estado, que internalizaram os sentimentos de insulto e raiva, transformados em base para sua identidade. Quando ficaram adultos, esses jovens desvirtuaram a ordem vigente no país.

A sociedade israelense de meados da década de 1960 era diferente da de 1948. Muito mais diversa, em termos étnicos e culturais. A elite veterana que estava no poder, socialista e ashquenazita, havia se desunido. As brigas internas, junto às mudanças culturais resultantes do contato mais amplo com o mundo de fora, levaram ao aumento de tendências individualistas. Estava em declínio o poder do coletivo como fator de formação. Essa sociedade, em que o domínio da antiga cultura socialista esmorecia, agora se mostrava disposta a exercer mais tolerância e aceitar o pluralismo. Essa mudança tornou possível a conclusão penosa e lenta do processo de absorção. Desse momento em diante, a questão não era mais a “absorção”, e sim a “lacuna” entre ricos e pobres.

NOTAS

* Longas costeletas mantidas pelos judeus ortodoxos conforme ordenado na Bíblia. [N.T.]

1. Shlomo Hillel, *Ruakh kadim: beshlihut mahtartit leartzot arav* (Operação Babilônia). Jerusalém: Idanim, 1985.
2. Shmuel Ussishkin, *Haboker*, 16/11/1951. Citado em Moshe Lissak, *Haaliya hagedola bishnot hahamishim: kishlono shel koor hahitukh* (Imigração em massa nos anos cinquenta: o fracasso da política do caldeirão de culturas). Jerusalém: Instituto Bialik, 1999, pp. 62–63.
3. Yehuda Weissberger, *Shaar Haaliya: yoman haaliya hahamonit, 1947–1957* (Shaar Haaliya: um diário da imigração em massa, 1947–1957). Jerusalém: Federação Sionista Mundial, 1986, p. 71.
4. Giora Josephtal, atas de reunião da Executiva da Agência Judaica, 29/3/1949, Arquivo Sionista Central, citado por Miriam Katchansky, “Hamaabarot”, in Mordechai Naor (org.). *Olim umaabarot, 1948–1952* (Imigrantes e *maabarot*, 1948–1952), Idan 8. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 1987, p. 70.
5. Yitzhak Yaakobi, *Davar*, 10/10/1950.
6. Uriel Simon. “Haolim hahadashim veanahu” (Os novos imigrantes e nós), *Haaretz*, 27/10/1953, citado em Orit Rozin, *Hovat haahava hakasha: yahid vekoloktiv beYisrael bishnot hahamishim* (*Dever e amor: individualismo e coletivismo nos anos 1950 em Israel*). Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv e Am Oved, 2008, p. 245.
7. David Ben-Gurion. “Yihud veyiud” (*Singularidade e missão*), Anuário do Governo de Israel, 1951, p. 25, citado em Moshe Lissak, “Dimuyei olim: stereotipim vetiyug betekufat haaliya hagedola bishnot hashishim” (*A imagem dos imigrantes: estereótipos e rotulação durante o período de imigração em massa, nos anos 1960*), in Shimon Shitreet (org.). *Halutzim bedima: pirkei iyyun al yahadut tzfon afrika* (*Pioneiros às lágrimas: antologia sobre os judeus do norte da África*). Tel Aviv: Am Oved, 1991, p. 189.
8. Shmuel Ussishkin, *Haboker*, 16/11/1951; Eliezer Livneh, *Davar*, 9/11/1951, citado em Moshe Lissak, *Haaliya hagedola bishnot hahamishim: kishlono shel koor hahitukh* (Imigração em massa nos anos 1950: o fracasso da política do caldeirão de culturas). Jerusalém: Instituto Bialik, 1999, pp. 62–63.
9. Ben-Gurion, “Yihud veyiud”, p. 25.
10. Depoimento de Habib Sharbaf, in Devorah Hacohen, *Hagarin vehareikhayyim: hityashvut haolim baneguv baasor harishon lamedina* (O grão e o moinho: o assentamento de imigrantes no Negev na primeira década do Estado). Tel Aviv: Am Oved, 1998, p. 96.
11. Depoimento de Hannah Maimon, in Avi Pikar, “Mi vami haholkhim: ikhlusan shel ayarot hapituah” (Quem vai: ocupando as cidades em desenvolvimento), in Zvi Zameret, Aviva Halamish e Esther Meir-Glitzenstein (orgs.). *Ayarot hapituah* (As cidades em desenvolvimento). Idan 24. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 2010, p. 201.

12. Depoimento de Yehuda Braginsky, in Avi Pikar, “Mi vami haholkhim: ikhlusan shel ayarot hapituah” (Quem vai: ocupando as cidades em desenvolvimento), in Zvi Zameret, Aviva Halamish e Esther Meir-Glitzstein (orgs.). Ayarot hapituah (As cidades em desenvolvimento). Idan 24. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 2010, p. 207.

13. “Mizug Galuyot” (Integração, em Israel, de imigrantes de diferentes países de origem), congresso realizado na Universidade Hebraica de Jerusalém, 25–26 de outubro de 1966. Jerusalém: Magnes, 1969, p. 163.

CULTURA E NORMAS EM UMA SOCIEDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Os primeiros dezenove anos de existência do Estado de Israel foram marcados por enorme dinamismo, mudanças rápidas e conflitos envolvendo tanto seu *ethos* quanto sua cultura. Sob um ponto de vista panorâmico, esse período desponta como o apogeu do *ethos* nacional. Os israelenses enxergavam o Estado como a concretização do ideal sionista e do antigo sonho da redenção judaica. A atitude positiva manifestava-se no entusiasmo público pelo IDF, no amplo consenso em torno das retaliações empreendidas ao longo das fronteiras (ver o próximo capítulo), na euforia desencadeada pela Campanha do Sinai de 1956 e nas letras de canções populares entoadas pelas tropas de entretenimento das IDF. Contudo, uma mirada mais próxima revela as fissuras no *ethos* nacional, monolítico apenas na aparência; fazem-se ouvir novas vozes que insinuam mudanças nessa estrutura.

Uma das ações que o Estado usou para consolidar seu domínio sobre o território foi o apagamento de todos os traços dos antigos proprietários. Aldeias e cidades árabes receberam nomes em hebraico. O objetivo era judaizar o mapa de Israel: eliminar os últimos vestígios das localidades árabes e suplantá-las com novos assentamentos. Às vezes, os novos nomes baseavam-se nos nomes árabes anteriores, mas com uma pronúncia hebraica. Foram feitos esforços no sentido de resgatar os antigos nomes em hebraico de localidades bíblicas, mishnaicas e talmúdicas, conhecidas então

pelas versões árabes desses nomes. Em outros casos, designações judaicas atribuídas a lugares da época do primeiro e do segundo Templo deram nome aos novos assentamentos.

A arqueologia teve um papel fundamental na tarefa de judaizar o mapa do país. Ao desvelar o passado, o intuito era provar a propriedade judaica sobre a terra, em tempos remotos, e então fazer com que o presente surgisse como progressão natural desse passado. Nos casos em que não se encontrou ligação com o passado judaico, os novos assentamentos receberam o nome de líderes sionistas ou de personagens ilustres, judeus e não judeus, que tinham ajudado a criar o Estado. Nas cidades mistas, era comum trocaram nomes de ruas que homenageavam heróis muçulmanos ou otomanos por nomes de conotações judaicas. Assim, a principal rua de Jaffa se tornou o Boulevard Jerusalém. Embora fosse uma das línguas oficiais do país – junto ao hebraico e ao inglês –, o árabe sumiu do mapa, exceto pelas cidades árabes na Samária e na Galileia. Porém, na prática, os antigos nomes árabes nem sempre desapareceram. Os membros do Comitê de Nomes do Governo tentaram, em vão, apagar da memória coletiva nomes como Talbiyeh, Malha, Katamon, Wadi Salib e Cabri. Os moradores, contudo, preferiram continuar usando os antigos nomes familiares, e não os nomes artificiais, ditados pelo comitê.

Foi a era da hebraização, não apenas dos nomes dos assentamentos, mas também dos nomes próprios. Ben-Gurion estava entre a pequena minoria que tinha hebraizado o sobrenome durante o período da Segunda *Aliá*. A grande maioria de seus colegas manteve o sobrenome original, que manifestava a relação com a família, o lugar de nascimento e o passado. Mas para Ben-Gurion a imigração à Palestina simbolizava um renascimento. (Ele determinou que sua lápide traria apenas sua data de nascimento e morte, com a seguinte inscrição: “Imigrou para Eretz Yisrael em 1906.”) Mais adiante, pediu que os oficiais do Exército e do governo passassem pelo mesmo processo que ele, insistindo que os generais das IDF hebraizassem seus nomes antes de terem suas nomeações confirmadas para o Estado-Maior. Assim, Yigael Sukenik tornou-se Yadin; Yigal Paicovich, Allon; e

Shimon Koch, Avidan. “Mudei de nome uns dias atrás, e dessa forma mudei também meu *status*”, escreveu Uri Heinsheimer, do então novo Ministério da Justiça, que escolheu o nome Yadin.¹ Muitos novos imigrantes, em especial os mais jovens, também fizeram essa troca, adotando uma nova identidade que sentiam ser mais adequada àquele espaço e tempo. O nome em hebraico os livrava de uma identidade étnica da Diáspora e construía uma ponte para a sociedade israelense em pleno desenvolvimento. Na maioria dos casos, a decisão de adotar um novo sobrenome era coletiva, tomada por toda a família. Ao mesmo tempo, houve muita gente que preferiu manter o antigo sobrenome, guardando, assim, a memória do passado. Para os sobreviventes do Holocausto, manter o sobrenome era uma forma de preservar o nome e a memória das famílias que tinham perecido. Portanto, a hebraização dos sobrenomes obteve êxito apenas parcial, e sobretudo para os membros do Exército e no âmbito do governo.

Na época da fundação do Estado, cerca de setenta por cento da população judaica falava hebraico. Com a chegada das ondas de imigração em massa, esse percentual caiu. Pouquíssimos imigrantes falavam hebraico. Os que vinham do Iêmen, por exemplo, conheciam o hebraico devido a suas aulas no *heder*,* mas não era uma língua que usavam para se comunicar. As mulheres, que não haviam estudado no *heder*, além de não se comunicarem em hebraico, tampouco sabiam ler ou escrever no idioma. Era mais do que evidente a necessidade de ensinar o hebraico aos milhares de imigrantes, como ferramenta vital para integrá-los à vida social, econômica e cultural do país. Porém, para se atingir esse objetivo, era necessário empregar inúmeros recursos humanos e de outras naturezas, além de contar com a disposição por parte dos imigrantes de dedicar tempo à tarefa. Nos campos de imigrantes, foram criados *ulpanim* (sing., *ulpan*, escola para o estudo intensivo do hebraico.). Em sua maioria, os professores eram também novos imigrantes que haviam atuado como professores em seus países de origem. Ao longo dos anos, dezenas de milhares de estudantes passaram pelos *ulpanim*, sobretudo pessoas instruídas e com uma profissão. O IDF também criou um *ulpan*, para garantir que seus soldados conseguissem se comunicar

em hebraico. Havia, ainda, outros cursos de hebraico menos intensivos, em geral com professores voluntários ou soldados mulheres, sem muita experiência de ensino, mas com disposição para trabalhar com pessoas esgotadas e sem ânimo, frequentemente desmotivadas. Os recorrentes apelos a voluntários para ensinar a língua a adultos indicam que existia uma escassez desse tipo de voluntariado.

Nas ruas das cidades, havia uma mistura de línguas. Para dar aos imigrantes alguma noção sobre o que acontecia no país, a rádio estatal, Kol Yisrael (Voz de Israel), transmitia alguns programas em idiomas diversos, mas apenas como solução parcial e temporária. Enquanto isso, prosperavam os jornais em língua estrangeira. Publicavam-se dezenas de jornais e revistas nas mais variadas línguas. Nas cidades, abriam-se bibliotecas dedicadas a línguas inimagináveis. Peças de teatro e outras formas de entretenimento eram apresentadas em ídiche. Os defensores do hebraico alarmavam-se: as línguas estrangeiras estavam dominando o espaço público! Essa reação era uma espécie de retorno ao período do Yishuv, quando a Legião dos Defensores da Língua protestou contra o uso do alemão e do ídiche nas ruas. Agora o perigo parecia ainda maior: o que ocorreria com o hebraico num contexto em que a população imigrante estava prestes a se tornar maioria? A preocupação era extremamente exagerada, porque na verdade a inculcação do hebraico vivia seu auge graças às crianças, que aprendiam a língua em todos os níveis educacionais e levavam-na para casa, recusando-se, às vezes, a falar com os pais na língua materna familiar. O humorista Ephraim Kishon, imigrante húngaro que aprendeu o hebraico em Israel e em poucos anos passou a usá-lo como instrumento criativo, certa vez escreveu que em Israel as crianças ensinavam sua língua materna às próprias mães. A frase concisa e cheia de significado refletia a realidade de um país de imigrantes onde forças poderosas promoviam a integração à cultura hegemônica.

Levando em conta essa realidade, é difícil entender o receio dos oficiais do Ministério da Educação, que baniram até 1957 a publicação de qualquer jornal de circulação diária em ídiche (eram permitidas as publicações semanais ou que tivessem no máximo três edições por semana) e tentaram

proibir a criação de um teatro ídiche permanente. A rivalidade entre o ídiche e o hebraico chegou a um fim dramático com o Holocausto, quando os judeus falantes de ídiche foram mortos. No cotidiano da vida israelense, a cultura ídiche era remanescente de uma sociedade que não mais existia. Assim, a luta contra essa cultura não possuía mais a menor relevância. Apesar disso, no início da década de 1950, foi proibida a inauguração de um teatro ídiche em Tel Aviv (embora fossem permitidas as performances de artistas estrangeiros). Até mesmo Ben-Gurion, adepto veemente do hebraico, que tinha se oposto ao uso do ídiche no espaço público do Yishuv, não via motivos para impedir as pessoas que tinham o ídiche como língua cultural de desfrutarem de performances nessa língua. Contudo, o governo não estava de acordo e decretou o fechamento do Teatro Goldfaden. O teatro só se transformou em estrutura permanente quando seus fundadores entraram com uma petição junto à Alta Corte de Justiça e saíram vencedores.

A história do ídiche em Israel é a história, em miniatura, da política do caldeirão de culturas; seus zelosos implementadores acreditavam que imigrantes de todos os países da Diáspora deveriam abdicar – imediatamente e sem hesitação – das culturas e tradições que haviam trazido a Israel, para adotar o *ethos* local, bem como sua cultura. Era uma política pouco realista. Na prática, os imigrantes criaram “nichos” culturais capazes de suprir seus desejos e suas necessidades nessa seara. Não se pretendia, com esses nichos, substituir a cultura israelense, e sim promover a convivência com ela, cada um funcionando como um microcosmo que reunia imigrantes de alguma das diásporas.

SÍMBOLOS DA SOBERANIA DO ESTADO

Com o auge da tarefa de instilar o *ethos*, os símbolos nacionais próprios a um Estado soberano precisavam ser renovados. Remanescentes do período

pré-Estado eram a bandeira azul e branca, desenhada por Herzl com inspiração no *talit*, e o hino sionista “Hatikva”, que ganhou um significado ainda mais profundo quando se soube que fora entoado por judeus a caminho dos crematórios, nos campos de morte. A esses símbolos, acrescentou-se o emblema do Estado, selecionado entre dezenas de opções submetidas a uma competição. O símbolo, concebido a partir da menorá saqueada do Templo pelos romanos vitoriosos, baseou-se em sua representação no Arco de Tito, em Roma – outra ligação entre o presente e o passado histórico. Selos postais, cédulas de dinheiro e moedas – todos os símbolos de soberania que em países mais antigos já eram mais do que naturais, automáticos – foram concebidos de novo, “pela primeira vez em dois mil anos”.

Nessas duas primeiras décadas, também foram definidos os feriados nacionais e os dias de recordação: Dia da Independência, Dia da Lembrança dos Soldados Mortos de Israel e Dia da Lembrança do Holocausto. O Dia da Independência é o quinto dia do mês hebraico de Iyyar, data em que o alto-comissário inglês deixou Israel (14 de junho de 1948). Alguns anos depois, o dia anterior foi transformado em Dia da Lembrança, uma decisão que teve origem nas iniciativas espontâneas de famílias enlutadas, ganhou o apoio das autoridades locais e com o tempo recebeu um selo de aprovação oficial. O fato de o Dia da Lembrança e o da Independência estarem tão perto um do outro evocava sentimentos contraditórios, e algumas pessoas argumentavam que a transição num curto espaço de tempo entre luto e festividade acabava enfraquecendo as celebrações. Porém, prevaleceu a influência das famílias enlutadas e dos conselhos municipais; as cerimônias comemorativas reverenciavam a proximidade de luto e alegria como epítome da vida em Israel, sob o espírito de “[...] enquanto jazias ali ensanguentada, Eu te ordenei: ‘Vive!’” (Ezequiel, 16:6).

O Monte Herzl, em Jerusalém, foi escolhido para abrigar o Cemitério Nacional de Israel. No mesmo local fica o Cemitério Militar Nacional, com o panteão dos líderes da nação – incluindo Herzl, cujos restos mortais foram exumados e enterrados novamente ali, numa cerimônia de Estado –, e as

lápides dos primeiros-ministros e presidentes israelenses que não escolheram outro lugar para serem enterrados. A estrutura do cemitério e os modelos de lápides seguem aqueles encontrados em cemitérios similares, na Europa. As lápides são uniformes, para ressaltar a igualdade entre todos os mortos. A arquitetura paisagística evoca calma e serenidade. No Dia da Independência, à noite, há uma cerimônia no Monte Herzl em que são acesas doze tochas, simbolizando as doze tribos de Israel. De início, as cerimônias tinham caráter militar, mas, com o passar dos anos, o elemento civil foi ganhando destaque. A repetição ritualística anual do mesmo formato e dos mesmos textos acabou criando uma tradição nacional *ex nihilo*, pois na tradição judaica não havia cerimônias desse tipo. Após a Guerra dos Seis Dias, criou-se também uma cerimônia que acontecia no Muro das Lamentações. Há uma nítida diferença entre as duas. Na cerimônia do Muro das Lamentações, de cunho religioso, recita-se a reza “Deus cheio de misericórdia” e entoia-se o Yizkor, a reza em lembrança dos mortos, em sua forma tradicional. Já a cerimônia no Monte Herzl é fundamentalmente secular e ressalta o caráter nacional do Estado. Nesta, a recitação do Yizkor é uma adaptação das palavras escritas por Berl Katznelson em memória dos mortos em Tel Hai; começa assim: “Lembra, ó, Israel”, e não “Lembra, ó, Deus”. A cerimônia é acompanhada por canções da tradição sionista.

Nas sinagogas de correntes sionistas-religiosas, o Dia da Independência era marcado com a reza Hallel, de louvor, e com a reza pela prosperidade do Estado. Nos primórdios da fundação de Israel, houve algumas tentativas de instituir um *Seder* do Dia da Independência, nos moldes do *Seder* de Pessach, uma refeição familiar festiva em que se narraria a história do milagre da criação do Estado, mas ninguém se interessou muito pela ideia. As celebrações na véspera do Dia da Independência buscavam reproduzir a comoção do dia 29 de novembro de 1947, quando uma multidão espontaneamente tomou conta das ruas, dançando e comemorando. Naquela época, os israelenses adoravam celebrar em público; iam para as ruas e formavam rodas de dança. Com o tempo, a espontaneidade das

danças de roda foi diminuindo, dando espaço aos palcos com artistas performáticos que tentavam alegrar e envolver o público. Ano a ano, as comemorações ficavam mais íntimas. Inicialmente, as famílias faziam piqueniques com fogueiras em casa; mais tarde, o Dia da Independência se transformou numa celebração familiar junto à natureza.

Uma das características do Dia da Independência durante esse período era o encontro entre os cidadãos e o Exército. Em 1949, foi planejado um desfile militar pelas ruas de Tel Aviv. No entanto, o entusiasmo excessivo dos cidadãos e a inexperiência organizacional acabaram frustrando as expectativas. Milhares de pessoas se reuniram no percurso do desfile, que ficou conhecido no folclore nacional como “o desfile que não desfilou”. O objetivo era exibir o poderio militar israelense. Naquelas décadas, os países do Pacto de Varsóvia e os Estados árabes realizavam desfiles militares impressionantes. Até mesmo um país democrático como a França promovia esse tipo de desfile. Em Israel, tratava-se do evento mais popular do país. As pessoas guardavam seus lugares na véspera, ao longo do percurso, e, apesar das multidões e do desconforto, havia sempre milhares de cidadãos para aplaudir os militares. O entusiasmo com as colunas de soldados, os blindados e as demonstrações da força aérea não era uma manifestação de militarismo – declarado ou não –, mas sim da necessidade dos judeus de efetivamente verem o poderio militar que os protegia. Era ao mesmo tempo fonte de orgulho e segurança; havia algo de reconfortante e prazeroso nesse tipo de exibição, que alcançava amplos espectros populacionais. Com a demonstração do poderio militar das IDF na Guerra dos Seis Dias, o desfile se tornou supérfluo e foi cancelado após o Dia da Independência de 1968.

As IDF funcionavam como um dos principais símbolos do Estado. O alistamento era universal, exceto por alguns milhares de estudantes de *yeshivá*, pela minoria árabe e pelas mulheres que pediam dispensa com base em argumentos religiosos. Tanto a esquerda quanto a direita enxergavam as IDF como o Exército do povo. Até mesmo círculos intelectuais de oposição, como de Uri Avneri e sua turma, tinham as IDF em alta conta, graças a seus dias de juventude, e não incluíam a organização em suas críticas ao regime.

Os serviços de reservistas promoviam uma experiência igualitária que atingia todos os níveis da sociedade. O serviço nas unidades de elite – como os paraquedistas, a Brigada Nahal (acrônimo para Noar Halutzi Lohem, Juventude Pioneira Combatente, conhecida como “o Nahal”), os pilotos da Força Aérea e, mais tarde, a Brigada Golani e as unidades de blindados – era considerado uma espécie de porta de entrada para a sociedade israelense, e as pessoas da “segunda Israel” – os novos imigrantes – encaravam a carreira militar como uma oportunidade de progresso. O Exército era mobilizado para missões nacionais, como no caso das inundações que atingiram as *maabarot* e do ensino do hebraico para novos imigrantes. Enquanto os partidos políticos eram suspeitos de protecionismo, o Exército era visto como uma entidade acima das rivalidades políticas e como instituição em que, apesar da hierarquia militar vigente, a igualdade era um valor de primeira ordem.

A reputação nacional e o enorme prestígio do Exército eram alimentados por seus próprios órgãos de publicidade: seus jornais e a estação de rádio e, especialmente, suas tropas de entretenimento, lideradas pela tropa do Nahal. Suas canções e esquetes desempenharam um papel fundamental para a cultura da época, tornando-se parte do folclore nacional. As canções patrióticas, por exemplo, entraram para o repertório dos movimentos juvenis. Suas letras incentivavam o voluntariado para missões militares, a dedicação e disposição para o sacrifício, mas também zombavam do serviço militar e exaltavam os desejos de paz. Os principais compositores e escritores do país compunham canções para as tropas. Assim, Naomi Shemer foi descoberta por sua primeira canção, “Uma cantora errante”, que se tornou um sucesso imediato. Durante décadas, artistas que iniciaram sua carreira nas tropas de entretenimento do Exército depois acabaram por entrar para o cenário nacional do entretenimento e do teatro. Salah Shabati, o herói de uma esquete de Ephraim Kishon apresentada pela primeira vez pela tropa Nahal e que se tornou um clássico, teve longa carreira, transformando-se em tema de filme. Atualmente, o personagem é interpretado como alguém que zomba dos novos imigrantes e ataca sua

cultura. Porém, no contexto original, Shabati aparece como um herói popular astuto, que consegue frustrar todas as tentativas patéticas dos representantes da antiga cultura, sob a forma dos *kibutzniks*, de ensinar-lhes seus valores, e acaba sendo mais esperto do que eles.

A Unidade Nahal aliava treinamento militar intensivo e vida no *kibutz*. Era uma espécie de versão estatal do Palmach, que também reunira essas duas missões. A Lei do Serviço Militar de Defesa estipulava que cada soldado deveria passar pelo menos nove meses no trabalho agrícola, uma clara tentativa de inculcar nos membros do Exército um caráter “adequado”. Apesar de ter o apoio de todos os lados do Knesset, a lei não pôde ser implementada, porque os soldados tiveram de assumir obrigações militares. Assim, a Brigada Nahal foi fundada, composta por gente que saiu dos movimentos juvenis – em grupos de treinamento agrícola organizado (*garinim*) – e completou parte de seu serviço militar no *kibutz*. O Nahal, considerado uma unidade de combate excepcional, também estabeleceu *kibutzim* ao longo das fronteiras e foi publicamente elogiado.

O *status* do Nahal oferece um exemplo de ambivalência em relação ao *ethos*, algo evidente naqueles anos. Depois que o Estado foi fundado, as elites veteranas, especialmente dos movimentos de *kibutzim*, começaram a se voltar para seus interesses particulares. Essa preferência por uma agenda pessoal, em detrimento dos objetivos nacionais, era resultado do desgaste experimentado por esses notáveis defensores da sociedade, sobretudo na esteira da Guerra de Independência, que tinha lhes cobrado um alto custo humano e financeiro. A grande missão nacional fora alcançada: o Estado já era uma realidade e agora se apropriava dos papéis especiais desempenhados pelos movimentos de *kibutzim* durante o período do Yishuv. Enquanto isso, esses movimentos não conseguiam encontrar uma maneira de cativar os novos imigrantes e estavam perdendo a capacidade de recrutar novos membros. Também enfrentavam dificuldades para definir sua função nacional diante da nova realidade. O Nahal, de certa forma, era um substituto dos grupos de treinamento de pioneiros, na Diáspora, que tinham perecido no Holocausto. Mas seu prestígio não era suficiente para

esconder o enfraquecimento dos *kibutzim*, cujos membros exigiam que seu padrão de vida melhorasse e que os *kibutzim*, deteriorados durante a guerra, fossem restaurados. Os movimentos juvenis eram ativos nas cidades como tinham sido no período pré-Estado, embora não atraíssem um grande número de pessoas, e a maioria de seus membros ia embora antes de se alistarem no Nahal. Os movimentos continuaram a educar seus membros de acordo com a ideologia sionista-socialista e a incentivar um estilo de vida simples – a camiseta azul, o *sarafan*, as longas tranças das mulheres, as sandálias, nada de maquiagem, a dança folclórica e as antigas canções russas.

A CULTURA JOVEM E O “ESTADO DE BEN-GURION”

Em paralelo aos movimentos juvenis, surgiu uma cultura jovem de “salão”, cujos adeptos eram fãs de Elvis Presley, Cliff Richard e Paul Anka. Seguidores da moda europeia, esses jovens descobriram o jeans americano, praticavam dança de salão e não estavam muito preocupados com questões ideológicas. Não havia nenhuma Muralha da China separando os estilos culturais dos dois grupos: eles se moviam de um lado a outro, de acordo com a inclinação do momento. Levou muito tempo até que a cultura ocidental chegasse a Israel. As viagens internacionais eram caras e restritas, pela carência de moeda estrangeira. Porém, a moda chegava através dos jornais, das revistas e do cinema; e a música, com os discos. Nos anos 1950, a literatura traduzida incluía romances de guerra publicados à época nos Estados Unidos: *A um passo da eternidade*, de James Jones, *Qual será o nosso amanhã?*, de Leon Uris, *Os nus e os mortos*, de Norman Mailer e *Os deuses vencidos*, de Irwin Shaw. Os livros de Jack London e John Steinbeck logo viraram *best-sellers*, junto à literatura americana popular traduzida para o hebraico nesse período. Esses livros substituíram os romances de guerra soviéticos da década anterior.

A opção de entretenimento mais popular era o cinema. Os filmes de faroeste alimentavam o mito dos amplos espaços abertos e se tornaram parte da cultura local, a ponto de um jornalista alegar que o Palmach tinha sido fundado por Yitzhak Sadeh e Gary Cooper. Após a Guerra de Independência, alguns jovens instruídos foram para a França, aprender sobre a cultura francesa, e outros seguiram para os Estados Unidos; trouxeram de volta ao país essas influências estrangeiras. Embora a esquerda a considerasse decadente e fadada à extinção, a cultura ocidental conquistou os jovens dos anos 1950.

No plano retórico, o *ethos* coletivista reinava supremo e era impulsionado pela imprensa, pelo rádio e até mesmo pela literatura. O romance *Primeira pessoa do plural*, de Nathan Shaham, era emblemático. Porém, surgiu ao mesmo tempo um *ethos* individualista. Este não se opunha ao patriotismo ou à disposição dos jovens ao sacrifício e desafio, mas o conflito se dava com as estruturas sociais antigas que enfatizavam os grupos de pares e a sociedade, como um todo, em oposição ao indivíduo. Um exemplo desse *ethos* individualista estava nas tentativas recorrentes de alguns jovens de chegar a Petra, cidade histórica fascinante, não judaica, localizada na Jordânia e fundada pelos nabateus. A caminhada até Petra era um substituto contemporâneo para a aventura dos membros do Palmach de “conquistar” a terra a pé – o que também carregava o significado de cruzar fronteiras e ousar romper com as convenções. A escritora Naomi Frankel escreveu, maravilhada, sobre Meir Har-Zion, o modelo de soldado, a quem Moshe Dayan chamou de melhor combatente judeu desde a época de Bar-Kokhba: “Qual a fonte desse ímpeto extraordinário para ultrapassar os limites e as convenções e enveredar por caminhos ainda não percorridos pelo homem, chegar aos cumes das montanhas, ser o primeiro e o único a pisar em lugares que o homem jamais viu e ter sempre a sensação de contemplar o vasto mundo?”

A transição da Terra de Israel para o Estado de Israel impôs uma fronteira prática e espiritual sobre os jovens, que sentiam ter perdido o desafio de lutar na Guerra de Independência e acreditavam que não lhes

sobrara nenhuma missão audaciosa. Hoje, a frustração dos “jovens e inquietos” é canalizada para as peregrinações pelo Nepal, pela América do Sul ou pela Índia. Mas naquela época as fronteiras estavam fechadas. “Não é de espantar que, da desilusão com as fronteiras, tenha nascido o desejo de liberdade”, uma ânsia pela “sensação de contemplar o vasto mundo”, escreve Frankel.² A caminhada até Petra era uma tentativa de romper o cerco, elevar o nível em termos de perigo e coragem – o que era tentador, apesar do fato de algumas pessoas já terem sido mortas por jordanianos que faziam a guarda da fronteira (ou exatamente por conta disso). Mas era evidente que empreender essa caminhada envolvia muito mais do que simplesmente experimentar uma certa roleta-russa. Tratava-se da versão israelense do romance de aventura, adequado apenas a indivíduos dispostos a romper com as convenções e rejeitar a autoridade social. O andarilho era o novo herói solitário, como o que cavalgava entardecer adentro, nos filmes de faroeste.

A partir da perspectiva de hoje, a realidade israelense daquela época parece revolucionária por ter transformado o território e criado a nação. Contudo, para aqueles que cresceram durante o período do Yishuv e para alguns que lutaram na Guerra de Independência, foi um momento de grande decepção. O Estado já havia sido criado, e a verdadeira revolução sionista tornara-se prática rotineira. As emoções da clandestinidade, os sacrifícios pessoais, as prisões, as manifestações, a imigração ilegal e a guerra sem quartel faziam parte do passado. Tinha chegado o momento do trabalho cotidiano, para o qual alguns não estavam preparados mental ou culturalmente. A síndrome da desilusão que acomete alguns soldados de retorno para casa, no pós-guerra, quando percebem que a vida continua, que as esperanças de um mundo novo e melhor eram exageradas, é bem conhecida em todo o mundo. Para alguns soldados que lutaram em 1948, o Estado parecia uma distorção de tudo pelo que haviam combatido. Os antigos membros do Palmach nunca perdoaram a Ben-Gurion por ter desmantelado a organização. Outro evento que os fez se sentirem insultados foi a dispensa vergonhosa de seu comandante Yigal Allon do Exército.

Jovens tanto da esquerda quanto da direita demonizavam Ben-Gurion e rejeitavam o “Estado de Ben-Gurion”. A esquerda sionista, que fundara o partido Mapam em 1948, continuava a serviço da URSS (da qual só se libertaria em 1956) – fato que contribuía para pôr mais lenha na fogueira das hostilidades. O grupo responsabilizava Ben-Gurion por neutralizar os papéis da vanguarda revolucionária ao delegar suas antigas atribuições para o Estado, e também por desengajar-se do bloco oriental e alinhar-se com os países ocidentais. Para a *intelligentsia* jovem de esquerda, tratava-se de pecados imperdoáveis. O semanário cultural *Masa*, de esquerda, manifestou sua frustração e sua ira contra o Estado de Ben-Gurion, que não era o Estado pelo qual seus partidários haviam rezado. Por sua vez, os membros do Etzel e do Lehi achavam que Ben-Gurion tinha usurpado a posição de liderança que eles, como combatentes nativos, mereciam. Sua hostilidade em relação a Ben-Gurion aumentou ainda mais devido às recordações tanto da Saison (A Temporada de Caça, uma operação de 1944, quando a Haganá tinha entregado combatentes do Etzel para os ingleses) quanto do caso *Altalena*; esses eventos tinham sido marcantes para os membros dessas organizações. Ben-Gurion era retratado como um governante maligno e demoníaco, capaz de se curvar às piores vilanias.

Nos anos 1950, dois círculos literários e a obra produzida por seus membros tornaram-se o ponto focal de uma oposição jovem, unida mais pela hostilidade em relação ao Estado de Ben-Gurion (a frase atribuía muito mais poder ao primeiro-ministro do que Ben-Gurion de fato possuía, mas acabou criando um mito) do que por qualquer ideologia própria. De um lado, havia os escritores da geração do Palmach, e, de outro, aqueles ligados aos círculos canaanitas. Os escritores da geração do Palmach (Chaim Gouri, Aharon Megged, Moshe Shamir, Yigal Mossinsohn, Hanoch Bartov, Amir Gilboa e outros) já estavam na linha de frente desde a década de 1940. Porém a maioria dos destaques da década seguinte era ligada ao *Masa*, e seus livros apresentavam a experiência dos “filhos da Terra”, jovens que foram criados no país, numa época de dificuldade e de guerra. A maior parte dos membros desse grupo estava bem distante das experiências dos

israelenses que tinham chegado da Diáspora. O livro *Com suas próprias mãos: a história de Elik*, escrito por Moshe Shamir, em memória de seu irmão, morto na Guerra de Independência, tem início com as seguintes palavras: “Elik nasceu do mar.” Essa frase tornou-se mote literário, definindo o sabra genuíno ou israelense nativo: aquele que nasceu do mar, na costa de Tel Aviv, sem passado, sem relação com o povo judeu. Em vão, Shamir argumentou que essa não era a sua intenção; só queria dizer que seu irmão adorava passar o tempo na praia de Tel Aviv. A frase ganhou vida própria, sobretudo após o crítico Gershon Shaked usá-la como título de um capítulo sobre a obra dessa geração, em seu livro que trata da história da nova literatura hebraica.

Essa era a primeira geração de escritores para quem a experiência na Palestina e em Israel era fundamental. A relação desses jovens escritores com a literatura mundial da época passava pelo filtro da URSS. Eles eram influenciados pela literatura soviética de guerra, em traduções para o hebraico, e seus livros replicavam o “realismo socialista”, gênero que prevalecia em Moscou. O tema atendia às demandas dos leitores que buscavam uma representação literária da heroica saga sionista. E, no geral, a onda de livros publicados depois da Guerra de Independência acabou cumprindo essa expectativa. Possíveis críticas ao *ethos* socialista-sionista eram tímidas, e os atos de heroísmo retratados se conformavam à narrativa aceita (*Andando nos campos*, de Moshe Shamir; *Eles chegam amanhã*, de Nathan Shacham; *Cinza como um saco*, *Areias do Negev* e *Percurso de um homem*, de Yigal Mossinsohn; e *Nos campos da Filisteia*, de Uri Avneri). As exceções foram dois contos de S. Yizhar publicados ainda em 1949: “Hirbet Hizah” e “O prisioneiro”, que destacavam os dilemas morais em relação aos árabes e, particularmente, à expulsão dos árabes palestinos. O monumental romance de Yizhar, *Dias de Ziclague*, que documenta as tentativas de um pelotão de soldados judeus de manter a posição em Hirbet Mekhaz, uma colina no Negev que trocou de mãos sete vezes, foi publicado mais para o fim da década de 1950. Nesse livro, o mito dos combatentes nativos de 1948 atinge seu ápice; mas Yizhar começa também a desconstruir o mito. O autor

não deixa claro se Hirbet Mekhaz é a Ziclague bíblica para onde Davi fugiu de Saul, ou apenas mais uma ruína anônima sem qualquer esplendor bíblico.

O segundo movimento literário que merece destaque foi o “nativo”. O cananismo era um fenômeno literário, social e político; uma tentativa ousada de criar uma identidade local *ex nihilo*, à parte do povo judeu e da história judaica na Diáspora, mas conectada aos antigos povos do Crescente Fértil. O fundador do grupo – apelidado pelo poeta Avraham Shlonsky, de forma pejorativa, de “canaanitas” – foi o polonês Yonatan Ratosh, um indivíduo de extrema-direita, ligado ao Etzel e ao Lehi. Poeta talentoso, ele atraía discípulos tanto de esquerda quanto de direita, unidos em torno da noção mágica de uma identidade israelense como ramificação da antiga identidade semítica, com raízes profundamente arraigadas no Oriente Médio. Ratosh concebia os hebreus como antigos senhores dos povos da região, e o hebraico como idioma predominante, capaz de reuni-los de novo sob uma esfera comum. Seu conceito envolvia a crença de dominação sobre os árabes, assumindo por óbvio que eles teriam de aceitar o domínio hebreu, fosse pacificamente, fosse por meio de coerção.

Ratosh deu voz a um desejo por uma identidade local que pudesse libertar os jovens, na década de 1940, da complexa ligação com a história judaica, vista pela juventude nascida e criada no país como algo sem glamour ou episódios eletrizantes, degradante e tedioso, desconectado da experiência israelense que vinha à tona. A emblemática história *O sermão*, de Haim Hazaz, publicada em 1943, na qual o protagonista sugere um divórcio em relação à história judaica, seguia exatamente essa linha. Na identidade local da juventude, Ratosh via o âmago de uma nova nação disposta a romper a ligação com sua raiz materna, o judaísmo. Essa nação teria uma identidade não religiosa, dependente do território e do idioma, que se apropriaria da genealogia de um passado mitológico. O conceito canaanita nasceu no contexto das descobertas arqueológicas no Iraque e na Síria, na década de 1930, que revelaram um fascinante mundo de governo, arte, literatura e outras formas de cultura aparentemente conectadas à antiguidade hebraica. No entanto, essa conexão não era com a crença dos

hebreus em um único deus ou com sua relação com a Halachá, mas com uma cultura pagã, intensa, rica em paixões primitivas e em beleza.

Desde os primórdios do Yishuv na Palestina, já havia tensões entre a identidade local emergente e as ondas de imigração que a desestabilizavam. Na época da Segunda *Aliá*, alguns grupos de jovens nas *moshavot* viam-se como os donos da terra, por serem “nativos”. Durante a Segunda Guerra Mundial, essa identidade foi reforçada ainda mais, por conta da interrupção da imigração e sobretudo graças ao surgimento de um amplo coorte geracional de jovens criados no país. Essa noção de identidade era a base do apoio que Ratosh recebeu da jovem *intelligentsia* questionadora do *ethos* sionista. O sionismo, criado na Diáspora, fora concebido para oferecer uma solução aos perigos existenciais enfrentados pelo povo judeu na era do nacionalismo. Sua rejeição em relação ao Exílio significava uma rejeição à presença de uma minoria judaica em meio a povos majoritários, beligerantes e militantes, bem como a uma existência apartada do solo e da vida produtiva, o que tornava os judeus dependentes de outros povos. A ideia era transformar completamente a realidade judaica. Essa era a abordagem de Berdyczewski e Brenner, os grandes “adversários do Exílio” da virada do século. Era também a abordagem de Ben-Gurion, sempre contrário ao Exílio. Ao mesmo tempo, o movimento sionista ainda se enxergava como um dos elos na corrente de gerações do povo judeu.

Os canaanitas, por outro lado, não estavam de modo algum comprometidos com o povo judeu. Encaravam-se, na verdade, como os precursores de um novo povo em surgimento na Terra de Israel. Assim como os Estados Unidos cresceram como uma nação de imigrantes que tinham rompido com as sociedades de onde vinham e estabeleceram uma nova entidade, os hebreus em Israel também seriam uma nova nação, à parte de seu genitor. Os canaanitas eram pequenos grupos de intelectuais, muito mais proeminentes na cultura local do que seu número fazia crer, com alguns defensores secundários. Os escritores e poetas Benjamin Tammuz, Moshe Dor, Aryeh Sivan, Amos Kenan e Aharon Amir, grandes referências entre os “filhos da Terra”, identificavam-se com a ideologia de Ratosh.

Chaim Gouri sentiu-se atraído pela ideia durante anos, embora não tenha aderido ao movimento. Ainda assim, ele argumentava que as sementes do canaanismo germinavam no coração de todos aqueles que nasciam em Israel e recebiam educação nas escolas seculares do movimento trabalhista.

No início da década de 1950, foi criado o *Alef*, jornal do movimento. Foram os anos em que a literatura do canaanismo floresceu, em contrapartida àquela da “geração do Palmach”. Essa literatura intencionalmente local descrevia a paisagem e as experiências dos escritores. Não possuía ideologia nem uma visão de mundo específica, como o socialismo-sionista que guiava os escritores da geração do Palmach, ou o realismo socialista. Em vez disso, demonstrava uma disposição de abraçar diferentes escolas de estilo e pensamento literário poético e até mesmo fantástico.

Embora aquele momento fosse, aparentemente, o ápice dos canaanitas, na verdade as bases da doutrina de Ratosh já haviam sido destruídas. Os primeiros frutos de uma identidade local tinham sido varridos pelas ondas imigratórias que chegaram a Israel no início dos anos 1950. Como foi visto, os imigrantes recém-chegados eram estranhos à mentalidade local. Muitos, sobretudo os *mizrachim*, vinculavam-se à tradição e à religião, o que os fazia entrar em choque com o secularismo fervoroso dos canaanitas. Os laços do povo judeu com a migração era uma característica fundamental de sua identidade, e seu processo imigratório era uma manifestação física desses laços. Num país de imigrantes, não havia espaço para o nativismo arrogante dos canaanitas e de seus defensores, principalmente porque, com o tempo, esse grupo se tornou uma minoria insignificante. Não é de surpreender que os “nativos” fossem hostis em relação aos novos imigrantes, que haviam transformado a paisagem física e humana do país; a sensação era de terem perdido o “seu” país. S. Yizhar, o maior escritor da geração de 1948, fez de suas obras uma homenagem à identidade de Eretz Yisrael, retratando os jovens que lutaram na Guerra de Independência e descrevendo a paisagem da antiga pátria: aldeias árabes escondidas nos sulcos das montanhas, a história romântica dos pomares de cítricos e das nascentes – tudo o que

existia antes de a bela terra virgem ser inundada pelas massas de imigrantes e antes que o acelerado desenvolvimento israelense pusesse fim ao passado encantado. Esse romantismo, que moldou a identidade de Yizhar e de muitos de seus contemporâneos, era algo estranho aos novos imigrantes.

A SOCIEDADE ISRAELENSE, O SIGNIFICADO DO PASSADO E A LEMBRANÇA DO HOLOCAUSTO

Estados-nação jovens costumam ressaltar as lembranças do passado para apoiar a legitimidade do presente. Assim, nas primeiras décadas de existência do Estado de Israel, a história esteve no centro da experiência cultural nacional. A Bíblia teve um papel de destaque, como livro que exaltava a conexão entre o povo, sua terra e a gloriosa antiguidade judaica. Era considerada não apenas prova do direito dos judeus a seu país, mas também fonte de ideias universais que o judaísmo tinha ofertado ao mundo. Professores usavam as histórias bíblicas para deixar os alunos cara a cara com as paisagens da antiga pátria, com governantes e combatentes e, ainda, com profetas que lutaram contra a indiferença dos governantes e a favor da justiça social. Desde a época do primeiro assentamento sionista na Palestina, a Bíblia serviu de fonte cultural e educacional, refletindo-se na ficção, na poesia, nas expressões idiomáticas e nos versos bíblicos que entraram para a língua falada e a enriqueceram. Romances históricos baseados em histórias da Bíblia – já populares no período do Yishuv – tornaram real o passado bíblico.

Atualizar o passado bíblico se tornou ainda mais importante depois da fundação de Israel. A criação do Estado, a guerra, a imigração em massa e a conquista de vastos territórios do país eram descritas em termos extraídos da Bíblia: a ideia de reunir os exilados, a geração do deserto, a conquista da terra na época de Josué, David e Golias. Ben-Gurion, que antes da criação do Estado quase não mencionava a Bíblia, passou a citá-la exaustivamente.

No encontro de 1949 da Sociedade Judaica para o Estudo da Terra de Israel e de suas Antiguidades, o então primeiro-ministro elevou a Bíblia ao *status* de único texto canônico: “No futuro, o empreendimento e a educação da nação judaica serão pautados por essas duas questões: a Terra e o Livro.”³ As conquistas das IDF transformaram a Bíblia em parte da realidade contemporânea, argumentava Ben-Gurion, admirador de Josué como o maior dos heróis. A arqueologia desempenhou um papel fundamental no sentido de concretizar a Bíblia; as extensões de terra abriram-se para os arqueólogos que, segundo Ben-Gurion, teriam condições de esclarecer alguns episódios bíblicos obscuros. No entanto, a importância maior da arqueologia era de transformar o passado em presente e validar a continuidade histórica dos judeus na Terra de Israel.

A Bíblia continuou sendo uma força poderosa dentro da cultura israelense, pelo menos até o momento posterior à Guerra dos Seis Dias. O Quiz da Bíblia, teste da erudição bíblica da população, tornou-se um dos maiores eventos das comemorações do Dia da Independência, competindo em popularidade com o desfile das IDF. A arqueologia transformou-se em hobby popular, atraindo milhares de voluntários todos os anos para as escavações e os congressos. As descobertas arqueológicas eram interpretadas como algo que validava as histórias bíblicas e as transformava de mito em fontes históricas. Os pergaminhos do mar Morto, descobertos às vésperas da Guerra de Independência, chegaram a Israel e proporcionaram uma torrente de entusiasmo em torno dessa fonte do primeiro século da Era comum, idêntica ao texto da Bíblia hebraica. Em 1965, foi inaugurado o Santuário do Livro, no Museu de Israel, em Jerusalém; os rolos estão lá guardados, como símbolo do Estado. O entusiasmo pela arqueologia não se limitava às descobertas atribuídas ao período do Primeiro Templo. As escavações em Massada – que corroboraram para as histórias de Flávio Josefo sobre os rebeldes que lutaram contra legiões de romanos – geraram uma enorme comoção, transformando o local em ponto de peregrinação. A descoberta das cartas de Bar-Kochba e dos restos mortais de seus soldados no deserto da Judeia, em 1960, foi um episódio de relevância nacional.

Em 1961, no tradicional pronunciamento do primeiro-ministro à nação, na véspera do Dia da Independência, Ben-Gurion mencionou os dois eventos mais importantes do ano anterior: a descoberta dos restos mortais e das cartas dos soldados de Bar-Kochba no deserto da Judeia e o julgamento do nazista Adolf Eichmann, que tinha começado poucos dias antes, em Jerusalém. Esses dois episódios simbolizavam dois mitos supremos do Estado: em primeiro lugar, o passado remoto de Israel em sua própria terra, e a guerra que os judeus travaram pela liberdade; em segundo lugar, a destruição então recente, o Holocausto. O primeiro mito representava a história judaica como a história de um território e de uma nação que lá vivia como povo soberano, enquanto o segundo enfatizava a continuidade histórica da vida judaica na Diáspora, a tragédia judaica e a missão de Israel não só como país de refugiados, mas também como monumento vivo em memória daqueles que pereceram. A coexistência desses dois mitos na fala de Ben-Gurion implicava a competição velada entre a identidade nativa, baseada no território, e a identidade judaica, baseada na história do povo.

Ainda antes de se tornar um Estado, Israel se apresentava como força que lutava pela recuperação dos sobreviventes do Holocausto. Israel abraçou o Holocausto como mito formativo do Estado e via-se como representante tanto do povo judeu que foi destruído quanto do que conseguiu sobreviver. Essa reivindicação origina-se na ideologia do sionismo, movimento que se enxergava como representante legítimo de toda a nação. Era infundada a noção de que o Estado fora concedido aos judeus como forma de reparação pela enorme catástrofe que se abateu sobre seu povo na Segunda Guerra Mundial, mas a ideia ganhou crédito tanto dentro do país como fora, para justificar a criação do Estado. A luta para fundar o país estava intimamente associada à luta para abrir os portões aos sobreviventes do Holocausto, como único lugar onde seriam desejados e onde teriam condições de retomar a vida. Cerca de dois terços dos sobreviventes imigraram para Israel. Assim, as lembranças do Holocausto e seu lugar no *ethos* israelense eram de suma importância.

Nos primórdios da existência do Estado, era complexo o posicionamento da sociedade israelense em relação às lembranças do Holocausto. A maior parte dos judeus veteranos tinha chegado durante a década anterior à Segunda Guerra Mundial. Noventa por cento do Yishuv judaico vinha da Europa, e a vasta maioria dos imigrantes tinha pais e irmãos nos países onde as atrocidades foram cometidas. Não seria um exagero dizer que, após chegarem as notícias sobre o Holocausto, a maioria da população adulta do Yishuv sofreu de traumas reprimidos. No meio-tempo, os veteranos concentraram sua energia na luta pela criação do Estado e, depois, na Guerra de Independência. O critério adotado pelos enlutados da Guerra de Independência – erguer a cabeça, não demonstrar os próprios sentimentos, nem expressar dor ou tristeza – foi também adotado em relação ao Holocausto. Como se tratava de uma catástrofe coletiva, raramente se tocava no assunto. Quando cerca de 250.000 sobreviventes do Holocausto se juntaram à população, muito se falou sobre as atrocidades sofridas. Mas, com o passar do tempo, os sobreviventes foram se calando. Os que ouviam achavam complicado escutar aquelas histórias, e os que falavam preferiram, então, mantê-las para si mesmos. Esse silêncio – ou a repressão – teve um valor pragmático. As pessoas precisavam começar uma família, construir um lar, investir numa profissão e criar os filhos, e as lembranças do passado podiam prejudicar esse esforço obstinado de reconstrução. É de se admirar a vitalidade dos sobreviventes e a rapidez com que a sua maioria retomou a vida. As lembranças “de lá” ficaram enterradas nas profundezas da consciência; quando eles conseguiram completar todas as tarefas nas quais haviam se engajado, essas lembranças voltaram à tona.

Tempos depois, quando as recordações se tornaram uma presença constante no cotidiano israelense, houve quem dissesse que, nos anos 1950, os sobreviventes tinham sido calados e que tinham sido feitas algumas tentativas de remeter o Holocausto ao esquecimento. Estudos recentes refutam essas hipóteses e deixam claro que os sobreviventes se esforçaram incessantemente para perpetuar a memória de seus entes queridos, de seus amigos e de suas comunidades. Os sobreviventes eram ativos no Yad

Vashem, a Autoridade Responsável pela Recordação dos Mártires e Heróis do Holocausto, fundado em 1953, e faziam todo o possível para direcioná-lo à homenagem e à documentação. O Dia da Lembrança do Holocausto e do Heroísmo é parte da Lei Yad Vashem, cujas regulamentações detalhadas foram promulgadas em 1959. Assim como no Dia da Lembrança dos Soldados Mortos de Israel, a data é marcada por uma sirene que para todo o país, inclusive o trânsito, durante dois minutos, e por cerimônias de recordação feitas nas escolas, nos cemitérios e nos monumentos erguidos em memória das comunidades dizimadas. Poemas da “Sétima coluna” de Alterman, da Segunda Guerra Mundial – “Quando nossas crianças choraram”, “Sobre o menino Abrão” e outros –, eram recitados todos os anos, como parte dos rituais. Em memória aos mortos, diversos monumentos foram erguidos, além de muitas florestas. Nos anos 1950, surgiu uma iniciativa editorial para publicar livros que relatavam a vida nas comunidades destruídas. Instituições de homenagem do movimento kibutziano, também iniciadas por sobreviventes, foram construídas em Lohamei Hagetaot, Givat Haviva e Tel Yitzhak. Ainda na década de 1950, escritores e poetas – incluindo Amir Gilboa, Abba Kovner e Uri Zvi Greenberg – publicaram obras cujo foco era lamentar as perdas. Entre esses escritos, destaca-se o poema “Isaque”, de Gilboa:

Ao amanhecer, o sol passeou pelo bosque
junto a mim e a meu pai,
minha mão direita em sua esquerda.

Como um relâmpago, uma faca brilhou entre as árvores.
Sinto tanto medo do terror em meus olhos,
Diante das folhas que sangram.

Pai, pai, se apresse em salvar Isaque,
para que ninguém se ausente da refeição.

Sou eu que estou sendo abatido, meu filho,
e meu sangue já está entre as folhas.
A voz de meu pai ficou mais suave,
e seu rosto empalideceu.

E eu queria gritar, negando-me a acreditar,
Rasgando-me os olhos,
acordei.

E minha mão direita estava exangue.⁴

Esse poema inverte o sacrifício de Isaque; o pai, e não o filho, é o sacrifício, e o filho é obrigado a assistir a tudo impotente, sem poder salvá-lo. “E minha mão direita estava exangue”: encarava-se o Yishuv como a mão direita do povo judeu, mas, quando se deu a catástrofe, essa mão não foi capaz de salvá-los.

O Holocausto e os sobreviventes eram lembrados todos os dias num programa de rádio que anunciava a busca por parentes desaparecidos; a iniciativa se prolongou por algumas décadas, ajudando na localização desses parentes. Mas, de tempos em tempos, o país todo derramava uma lágrima em silêncio, ao saber de famílias que tinham perdido as esperanças de localizar seus entes queridos e reuni-los.

O Holocausto era também uma presença constante na agenda pública. Em 1950, foi promulgada a Lei de Punição dos Nazistas e Colaboradores dos Nazistas, que levou ao julgamento de algumas dezenas de judeus atuantes como *kapos* nos campos de morte, identificados por sobreviventes em Israel. Um deles, inclusive, foi condenado à morte, embora a sentença não tenha

sido executada. Em 1952, Ben-Gurion pôs em pauta, para aprovação no Knesset, o acordo de reparação com a Alemanha Ocidental, o que causou enorme alvoroço. Por um lado, o Estado estava à beira do colapso, por conta da absorção das massas de imigrantes, e precisava urgentemente de recursos. Por outro, negociar com um país de assassinos soava como vender a honra nacional em troca de lucro. Dois lemas ficaram populares à época. Os que apoiavam as negociações perguntavam: “Assassinaste teu semelhante e ainda tens a impiedade de se apossar de sua propriedade?” (1 Reis 21:19). Seus adversários rebatiam com o seguinte: “Lembra-te do que te fez Amaleque no caminho” (Deut. 25:17). Esses adversários, liderados por Menachem Begin, organizaram uma manifestação violenta, no fim da qual acabaram invadindo o Knesset. Esse episódio é lembrado, na democracia israelense, como a primeira vez que um debate em curso dentro da casa foi interrompido à força.

Um traço importante dessa controvérsia foi uma divisão política que mais tarde se somou às controvérsias sobre as recordações do Holocausto. Direita e esquerda uniram forças contra o centro, liderado pelo Mapai. O Mapam e o Partido Comunista consideravam a Alemanha Ocidental não apenas um país de assassinos, mas também uma marionete do tão detestado Ocidente. Ben-Gurion justificava as relações com a Alemanha Ocidental descrevendo-a como “uma Alemanha diferente”. Porém, para os partidos de esquerda, tratava-se de um Estado fascista – embora, claro, não tivessem essa mesma visão da Alemanha Oriental, que havia se eximido de sua responsabilidade pelo Holocausto e não estava disposta a recompensar o povo judeu. A direita, comandada por Begin, explorou a controvérsia sobre os acordos de reparação para retomar o território perdido em eleições anteriores.

A mesma divisão política voltou a ocorrer na controvérsia seguinte, conhecida como o julgamento de Kasztner. O caso envolvia Malkiel Grunewald, judeu excêntrico do partido *mizrachi*, que publicou um panfleto acusando Yisrael (Rudolf) Kasztner, antigo membro do Comitê Húngaro de Ajuda e Resgate, de colaborar com os nazistas para facilitar a fuga de sua

família e de amigos seus. O procurador-geral acusou Grunewald de difamação de caráter. O brilhante e extrovertido advogado Shmuel Tamir virou o caso de cabeça para baixo, convertendo o autor em réu; o julgamento se transformou numa série de alegações contra Kasztner, e implicitamente contra o Mapai, cujos membros, quando estavam no comando da Executiva da Agência Judaica, tinham sido incapazes de salvar os judeus. Os testemunhos do caso revelaram tentativas de resgate, negociações com Eichmann, a situação desesperadora dos judeus húngaros e o sucesso parcial do próprio Kasztner em salvar os judeus. Contudo, Tamir, antigo membro do Etzel e inimigo declarado de Ben-Gurion, estruturou a história de forma a apresentar um lado como o dos heróis da nação – ou seja, o Etzel e outros combatentes clandestinos na Palestina, além dos combatentes dos guetos europeus – e o outro como repleto de membros subservientes dos inúmeros Judenrate (conselhos judaicos), que bajulavam os nazistas e acabaram colaborando na aniquilação dos judeus, seu próprio povo. Tamir, pessoalmente, representava o israelense heroico, corajoso e combativo, enquanto Kasztner era o judeu da Diáspora, frágil e desafortunado. Sob a atmosfera criada por Tamir, até as pessoas que haviam sido salvas por Kasztner não tiveram coragem de depor em seu favor. No veredito que absolveu Grunewald, o juiz Benjamin Halevy afirmou que “Kasztner vendeu a alma ao diabo”. Essa afirmação faustiana custou a vida de Kasztner, que foi assassinado em 1957. O Estado apelou à Suprema Corte e o veredito de Halevy foi revertido, mas para Kasztner a decisão chegou tarde demais.

Esse julgamento, que contou com ampla cobertura da mídia, manifestou a politização das lembranças do Holocausto. Kasztner foi apresentado como membro do Mapai; o Mapai foi retratado como idêntico aos colaboradores, tanto em casa quanto na Diáspora; e os dois extremos do espectro político – direita e esquerda – se posicionaram como combatentes corajosos, defensores da honra de Israel. Em vão, o poeta Nathan Alterman tentou contestar esse argumento simplista, que revelava uma completa dissociação e uma falta de entendimento quanto à difícil situação dos líderes judeus sob o regime nazista. A opinião pública ficou contra Kasztner. Em meio à

incitação contra o Mapai e contra Kasztner, Tamir, de extrema-direita, e Uri Avneri, anteriormente de direita mas, depois, do campo pacífico, forjaram a aliança já descrita. Avneri passou a mobilizar sua revista, a *Haolam Hazeh*, para disseminar propaganda contra Kasztner e contra o Mapai. Em oposição ao judeu da Diáspora simbolizado por Kasztner, Tamir e Avneri representavam a figura do novo judeu: valente e dedicado à sociedade. Sua mensagem expressava tanto a ideologia de rejeição da Diáspora quanto a dos movimentos protocanaanitas. Foi apenas nos anos 1980 que Kasztner foi reabilitado junto à opinião pública israelense.

Fica evidente, portanto, que o Holocausto esteve constantemente na agenda pública ao longo da década de 1950. Porém, esse tópico dificilmente interessava os jovens criados em Israel ou os novos imigrantes provenientes dos países mediterrâneos. Em geral, esses grupos viam o Holocausto como uma realidade pertencente a outro tempo e lugar, sem qualquer relação com o cotidiano do jovem Estado. Não foi algo que moldou a consciência desses jovens, mas ficou relegado a frases genéricas, como “os seis milhões”, “a destruição dos judeus da Europa” e “a Alemanha nazista”. Não lhes tocava a alma, não era algo com que se identificassem, mas permanecia alheio e apartado. Um retrato tão esquemático do Holocausto possibilitou acusações de que os judeus “foram feito cordeiros para o matadouro” ou não se apressaram em imigrar para a Palestina antes da destruição. Eram acusações que a geração mais nova – com a insensibilidade e a falta de entendimento típicas da juventude – não hesitava em fazer. Não lhes interessava ou movia o destino de judeus à mercê de forças poderosas que os privaram de controle tanto sobre suas próprias vidas quanto sobre a de seus entes queridos. Os combatentes dos guetos, vistos como gente que incorporava o espírito de Eretz Yisrael na Diáspora, tornaram-se parte da mitologia israelense. Mas raramente se mencionava a maioria do povo judeu, exterminada. A imprensa popular, como as revistas femininas semanais e os jornais dos partidos políticos, publicava histórias pessoais de perda e resgate, bondade humana e compaixão, não apenas relatos de heroísmo. Porém, nos

chamados “jornais de qualidade”, como o *Haaretz*, era difícil encontrar esse tipo de história.

A recordação do Holocausto só foi incorporada ao *ethos* do Estado de Israel a partir do julgamento de Eichmann. A reviravolta se deu em maio de 1960, quando Ben-Gurion anunciou que Adolf Eichmann tinha sido capturado por agentes do Mossad e fora levado a Israel para ser julgado. O país estava em polvorosa. Ben-Gurion encarou o julgamento como uma oportunidade para educar os jovens israelenses sobre o que sucedera a seu povo. Mas não foi capaz de prever a empolgação, as lágrimas e a enorme onda de identificação que engolfou todo o país. Os sobreviventes que prestaram testemunho revelaram toda a abrangência do Holocausto, a dor e a humilhação, as mostras de humanidade e bestialidade. Puristas como Hannah Arendt consideraram esses testemunhos supérfluos, uma vez que não eram relevantes ao caso Eichmann em particular. Contudo, foram esses relatos pessoais – e não as pilhas de documentos na mesa da acusação – que tiveram impacto sobre a imaginação dos ouvintes. Os aparelhos de rádio tornaram-se companhia constante de jovens e adultos, que acompanhavam as transmissões do julgamento com as emoções à flor da pele. Pela primeira vez, o Holocausto deixou de ser “deles” e passou a ser “nosso”.

Com essa reviravolta na opinião pública, Yonathan Ratosh e Uri Avneri mostraram-se extremamente hostis ao julgamento. Chamaram-no de espetáculo armado por Ben-Gurion, algo que teria distorcido a natureza do Holocausto como específico aos judeus, quando deveria ter sido apresentado como primeiro passo de um plano ambicioso da Alemanha para exterminar diversos povos. O Holocausto tinha importância universal, insistiam eles; não era uma catástrofe exclusivamente judaica. Perspicaz, Ratosh percebeu a migração do pêndulo da política identitária, do lado nativo para o lado judaico, e a lembrança do Holocausto o ancorava nessa posição. Ele entendeu que o julgamento de Eichmann frustrava suas esperanças de renovar a identidade nativa, cujo desenvolvimento fora contido pela imigração em massa. A recordação do Holocausto reforçava a conexão dos

jovens israelenses com o povo judeu verdadeiro, em vez de um povo nativo inventado.

Os desdobramentos do julgamento certamente justificaram as preocupações de Ratosh. Na esteira do caso Eichmann, jovens israelenses criados no país começaram a se voltar aos poucos, mas de forma constante, à sua identidade judaica. A primeira indicação dessa mudança foi a reportagem de Chaim Gouri sobre o julgamento. Ele a escreveu como um homem que falava sobre seu povo, seu sofrimento, sua catástrofe e degradação; identificava-se com eles, em vez de se posicionar de forma contrária, como fez Hannah Arendt no livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Em 1965, Gouri publicou *The Chocolate Deal*, em que descreve sobreviventes do Holocausto, e desde então permaneceu debruçado sobre esse tema.

O escritor Benjamin Kammerstein, que mudou seu sobrenome para Tammuz, em homenagem ao mitológico deus canaanita, iniciou uma jornada de volta à identidade de seus antepassados. Desviou-se das tentativas de se fazer distinção entre “judeus” e “israelenses”, mostrando-se envergonhado sempre que encontrava essa diferenciação. O retorno à identidade judaica tradicional se completou em 1971, com a publicação de seu livro *Yaakov*, cujo título – o nome genérico do judeu – sugere a migração de um panorama pagão para a recordação judaica. No livro, Kammerstein rompe sua conexão com a doutrina de Ratosh, apresentada com amarga ironia, e se reconecta com seu avô, um judeu tradicional descrito como verdadeiro herói por ter mantido sua identidade judaica mesmo na Diáspora. “Você não se envergonha de mim, Yaakov?”, perguntou o avô. ‘Eu tenho orgulho de você, meu avô’, respondi. ‘Você foi um gigante, acordando de manhã, em meio à neve daquela terra estrangeira, naquela geada extrema, para levar comida à mesa de sua família... Seu heroísmo é mais veemente e mais bonito do que qualquer coisa que eu possa vir a fazer no solo deste país’, porque “aqui, não precisamos de muito heroísmo... estamos em casa... apenas fora daqui, nas grandes extensões de terra estrangeiras, com suas torres de igreja e florestas de lobos, é que um homem

precisa de heroísmo verdadeiro.”⁵ Inúmeros escritores que cresceram em Israel, e de início tinham se afastado da antiga identidade judaica, seguiram pelo mesmo caminho.

O surgimento da “geração do Estado” – jovens que cresceram e receberam educação após 1948 – foi um marco no processo de inclusão da memória do Holocausto na consciência pública. O livro *O sétimo dia*, que apresenta as experiências de alguns jovens, sobretudo *kibutzniks*, antes e depois da Guerra dos Seis Dias, reflete o enorme poder do Holocausto no sentido de moldar a consciência dessa geração. “Sempre que vejo um judeu aterrorizado, uma foto ou uma palavra remotamente remanescente de tudo isso [do Holocausto], me arrependo de todos os minutos em que estive no Exército e não tirei o máximo proveito para me tornar mais eficiente, mais perigoso”, escreveu um rapaz para sua namorada, em 1963, após ter lido *A casa das bonecas*, de Ka-Tzenik. O rapaz foi morto na Guerra dos Seis Dias.⁶ O medo da destruição, que não existira durante a Guerra de Independência, aparece como sentimento formativo entre os soldados da Guerra de 1967. O poeta Yehuda Amichai, cronologicamente pertencente à geração do Palmach, mas mentalmente parte da “geração do Estado”, descreveu o contraste entre as duas gerações: “A geração da Guerra de Independência estava descolada da Diáspora... e neste momento eu tenho a suspeita de que a geração da Guerra dos Seis Dias vive com muito mais consciência sobre o Holocausto, sobre uma conexão emocional com todo o povo judeu...”⁷

O conceito de “geração do Estado” definia também uma nova identidade literária. Nos anos 1950, jovens poetas como Nathan Zach e David Avidan, além de críticos como Dan Miron e Gabriel Moked, direcionaram sua cólera contra Nathan Alterman. Os ataques tinham o objetivo de sabotar a autoridade espiritual dos poetas modernistas da escola Shlonsky, dominantes no pódio do gosto literário, e de pôr fim ao estilo altamente lírico, comprometido com o *ethos* nacional. Em lugar disso, queriam uma poesia sem *pathos* ou pirotecnia verbal, que enfatizasse experiências pessoais, privadas e cotidianas. Em vez de Alexander Blok, muito admirado pela geração Shlonsky-Alterman, tomaram T. S. Eliot como modelo.

Esses escritores também anunciavam o surgimento de uma nova geração literária. No fim da década de 1950 e início da década de 1960, começaram a ser publicadas as obras de jovens que tinham chegado à maturidade após a fundação do Estado. Em confronto com os escritores da geração de “filhos da Terra” havia novos rostos, como os de A. B. Yehoshua e Amós Oz, que deixaram sua marca na literatura hebraica com a publicação de seus primeiros livros. Eles buscavam inspiração não na literatura russa, mas principalmente nas literaturas inglesa e norte-americana. Descreviam experiências pautadas na realidade israelense, com uma tendência em retratar “a primeira Israel”, de onde tinham vindo. Virando as costas para o heroísmo sionista, puseram em seu lugar anti-heróis, dúvidas e temores. Um exemplo é a descrição, no livro *Facing the Forests*, de A. B. Yehoshua, do surgimento da memória reprimida de árabes israelenses. Ao mesmo tempo, ganhava proeminência literária o escritor Aharon Appelfeld, um sobrevivente do Holocausto que chegara a Israel na adolescência. Ele trouxe uma voz diferente sobre a realidade perdida dos judeus da Europa, um monumento sobre a destruição. Shimon Ballas, iraquiano que começou a escrever em árabe e migrou para o hebraico na década de 1960, descreveu a vida na *maabará* e a angústia envolvendo a absorção em Israel. Ballas abriu caminho para outros escritores, como Sami Michael e Eli Amir, cujas obras foram publicadas uma década depois.

Enquanto isso, os escritores da geração anterior amadureceram, mudando de posicionamento e estilo. Cada um a seu modo, tornaram-se parte de uma nova onda literária. Diferente dos primeiros anos do Estado, quando havia uma voz única em termos de cultura hebraica, múltiplas vozes se fizeram ouvir. Tais vozes passaram a descrever experiências pessoais, sem a crença de que seu papel seria o de validar o *ethos* sionista.

Após o Holocausto, entrou em declínio a ideia de “rejeição do Exílio”. Qual seria o objetivo de criticar e rejeitar uma realidade não mais existente? A vida dos judeus nos países ocidentais, sobretudo nos Estados Unidos, nada tinha a ver com o modelo do exílio. Apesar de sua importância na retórica pré-Estado, a “rejeição do Exílio” nunca foi algo disseminado entre a

população do Yishuv, cuja maioria tinha imigrado à Palestina não porque quisesse mudar de estilo de vida, mas para se salvar ou para viver no meio de judeus. Isso se tornou ainda mais verdadeiro depois da imigração em massa. Esses imigrantes não rejeitavam a Diáspora, nem foram para Israel por rejeitarem o estilo de vida da Diáspora. Ao contrário: esperavam continuar com o mesmo estilo de vida em Israel, com um padrão de vida superior e mais segurança. Embora os movimentos juvenis continuassem instruindo seus membros a “rejeitarem o Exílio”, tratava-se de uma minoria insignificante. As escolas continuavam ensinando *O sermão*, de Hazaz, mas sem o contexto canaanita anterior; quando se reformulou a ementa da disciplina literatura hebraica, a história desapareceu do currículo. Nesse período, surgiu também a revista literária *Shdemot*, publicada por jovens membros de *kibutzim* que queriam se familiarizar com as publicações judaicas e estudar história e filosofia judaicas. Na rivalidade latente entre a identidade hebraica “arqueológica” e a identidade judaica histórica, o julgamento de Eichmann marcou uma inversão de trajetórias: a primeira começou a declinar, e a segunda, a ascender. Essa mudança ganhou ainda mais força nos anos seguintes.

NOTAS

* Local de estudo da religião nas comunidades judaicas do Leste Europeu, primordialmente antes do Holocausto. [N.T.]

1. Diário de Uri Yadin, 14/9/1948, *Sefer Uri Yadin: haish ufoalo* (In Memoriam: Uri Yadin), Aharon Barak e Tana Spanitz (orgs.). Jerusalém: Bursi, 1990, p. 50.

2. Diário de Meir-Har-Zion (*Pirkei yoman*). Tel Aviv: Levin-Epstein, 1969. Introdução de Naomi Frankel, p. 10.

3. Boletim da Sociedade Judaica para o Estudo da Terra de Israel e de suas antiguidades, décimo quinto ano, 3–4, 1950, p. 121.

4. Amir Gilboa, “Isaac”. *The Penguin Book of Hebrew Verse*. T. Carmi (org. e trad.). Nova York, 1981, p. 560.

5. Benjamin Tammuz, *Yaakov*. Ramat Gan: Masada, 1971, p. 97.

6. *Siakh lohamim, pirkei hakshava vehitbonenut* (O sétimo dia), Avraham Shapira (org.). Tel Aviv: 1968, pp. 167–168.

7. Yehuda Amichai, discurso proferido no congresso de escritores, por ocasião do vigésimo aniversário de Israel, 16–17/4/1968, *Daf* (boletim da Associação de Escritores), 31 de maio de 1968.

POLÍTICA, PAZ E GUERRA

Em 29 de abril de 1956, Roi Rothberg, membro do *kibutz* Nahal Oz, na fronteira com a Faixa de Gaza, e comandante militar da região, saiu a cavalo para inspecionar os campos do *kibutz*. Fundado em 1953 por antigos membros da Brigada Nahal, Nahal Oz tinha sido alvo, desde então, de incursões e ataques por parte de seus vizinhos palestinos. A Faixa de Gaza abrigava um grande número de refugiados árabes, incluindo alguns oriundos de vilarejos cujas terras tinham sido ocupadas pelo próprio *kibutz*. Naquela manhã de primavera, Rothberg avistou um grupo de árabes ceifando trigo e cavalgou em sua direção para expulsá-los, como já fizera antes. Porém, dessa vez os ceifeiros tinham sumido, dando lugar a homens armados que atiraram no comandante, deram golpes em sua cabeça e arrastaram seu corpo até a Faixa de Gaza. Quando observadores da ONU levaram o corpo de volta para Israel, ficou evidente que ele tinha sofrido maus-tratos.

O enterro de Roi Rothberg, no *kibutz*, contou com a presença de Moshe Dayan, chefe do Estado-Maior. Ele pronunciou um elogio fúnebre que moldou a noção de identidade entre os israelenses, pelo menos até a Guerra dos Seis Dias. Embora tenha demonstrado entender por que os refugiados palestinos odiavam os colonos judeus – exibindo, inclusive, compaixão por eles –, Dayan ressaltou o dilema da colonização sionista. “Somos uma geração de colonos, e sem o capacete de combate e o fogo do canhão não seremos capazes de plantar uma árvore ou construir um lar”, asseverou. “Esse é o destino de nossa geração. Esta é nossa opção de vida: estarmos

preparados e armados, fortes e determinados, até que a espada seja arrancada de nosso punho e nossas vidas ceifadas.” Na conclusão de seu discurso, chefe do Estado-maior descreveu Roi como um jovem idealista que buscava a paz: “Ofuscado pela luz em seu coração, não conseguiu enxergar o clarão da espada. O anseio pela paz ensurdeceu seus ouvidos, e ele não escutou a voz da morte aguardando em emboscada.” Em alusão a Sansão, o herói bíblico, disse, ainda: “Os portões de Gaza pesaram demais em seus ombros, esmagando-o.”¹

A história de Roi Rothberg resume a política de segurança israelense e seus problemas na primeira década de existência do país. Supunha-se que os acordos de armistício firmados no fim da Guerra de Independência com o Egito, a Transjordânia, a Síria e o Líbano eram acordos temporários que levariam a tratados de paz. Com esse propósito, a ONU convocou a Conferência de Lausanne em 1949, mas as negociações mediadas pelos norte-americanos revelaram um enorme abismo entre as partes, o que tornou bastante claro que a paz não seria alcançada num futuro próximo. Os árabes, que sempre tinham enxergado os judeus como frágeis e dignos de pena, ficaram estupefatos com a derrota retumbante, que expôs suas fraquezas e os humilhou diante de seus próprios olhos e dos olhos do mundo. Porém, a derrota não alterou o equilíbrio de poder na região. Os judeus eram uma pequena minoria no Oriente Médio, enquanto os árabes comandavam vastos territórios, o petróleo e uma população muito maior do que a de Israel. Para os muçulmanos, era inconcebível que uma entidade não muçulmana controlasse parte da Palestina, especialmente quando essa entidade criava uma divisão física entre os Estados árabes da África e da Ásia. Assim, encaravam a derrota como um revés temporário, resultado de problemas estruturais na sociedade árabe. Era preciso acabar com os regimes reacionários nos países árabes e prepará-los para apagar do mapa do Oriente Médio aquela entidade invasora e estrangeira.

A retórica da mídia e dos líderes árabes tinha como foco um “segundo *round*” – uma nova guerra capaz de erradicar a humilhação de 1948. Os países árabes encaravam os acordos de armistício não como um prefácio à

paz, nem apenas o término do estado de guerra (conforme dita o direito internacional), mas sim como uma solução provisória, posta em prática para conter os ataques israelenses até o momento do acerto de contas. Nesse ínterim, sentiam-se no direito de fazer todo o possível para perturbar a vida dos israelenses, sem efetivamente estar em guerra, uma vez que ainda não acreditavam ter chances de vencer. A Liga Árabe anunciou um boicote econômico a Israel, o que inibiu várias empresas ocidentais de fazer negócios com o país, receosas de que os árabes lhes impusessem boicote semelhante. Em flagrante violação ao direito internacional, o Egito proibiu as embarcações israelenses de usarem o Canal de Suez e rapidamente fechou o Estreito de Tiran a embarcações que levavam “material estratégico” para Israel, inclusive petróleo. A comunidade internacional protestou, mas acabou aceitando a situação. A interpretação árabe de que as linhas de demarcação do armistício eram temporárias implicava que os refugiados árabes detinham direitos incontestáveis e permanentes em relação a suas terras e que Israel estaria usando de maneira ilegal tanto o território que ocupava como o direito a seus recursos hídricos. Os árabes também declaravam que, segundo os acordos de armistício, os palestinos tinham o direito de lutar contra sua desapropriação, e que os Estados árabes não deixariam de apoiá-los. Por sua vez, Israel encarava as linhas de demarcação do armistício como fronteiras legítimas fundamentadas num documento, aprovado pela comunidade internacional, que definia o território de soberania israelense. Dentro dessas fronteiras, o país poderia tomar qualquer decisão que julgasse apropriada; isso significa que poderia estabelecer assentamentos judaicos em terras que no passado tinham pertencido a palestinos. Os israelenses também afirmavam que o armistício evitava que as forças árabes – regulares e não regulares – tomassem medidas hostis contra Israel, que tinha direito à paz dentro de suas fronteiras.

Essas diferenças de percepção manifestavam-se de diversas maneiras. Os Estados árabes não se sentiam obrigados a impedir seus cidadãos de invadir o território israelense. Nos acordos de armistício com o Egito e com a Síria, Israel concordara em estabelecer zonas desmilitarizadas nas áreas em

disputa; porém, a interpretação de “desmilitarizada” variava conforme o lado da fronteira. Israel enxergava essas zonas como suas, com a ressalva de que não era permitido estabelecer ali unidades do Exército. Já os árabes se opunham ao cultivo, por parte de Israel, de terras outrora suas dentro das zonas desmilitarizadas. Os israelenses fizeram todo o esforço possível para estabelecer sua soberania até os limites das fronteiras, embora isso tenha levado a conflitos com os Exércitos da Síria e do Egito. Foi num desses embates junto à fronteira que Roi Rothberg deparou com seus assassinos.

Se, de um lado, os Estados árabes não estavam prontos para negociações de paz, a situação do armistício também era conveniente para Israel, uma vez que qualquer negociação provavelmente demandaria amplas concessões do lado judeu. Ao discutir a estratégia israelense com alguns colegas na Conferência de Lausanne, o então ministro das Relações Exteriores Moshe Sharett ressaltou: “Uma paz oficial com os Estados árabes não é uma necessidade vital para nós.” Em seguida, acrescentou: “É evidente que também desejamos a paz, mas não devemos correr, e sim caminhar.”² Havia alguns princípios dos quais o governo israelense não se afastaria de forma alguma, apoiado por amplo consenso público: recusar-se a abandonar as posições alcançadas na Linha Verde, como ficaram conhecidas as fronteiras de 1949; impedir o retorno dos refugiados árabes; e manter Jerusalém ocidental como capital do país. As demandas refletiam as vantagens geográficas e demográficas que Israel conquistara na longa e difícil Guerra de 1948, e ficou decidido que se ateria a essas decisões a todo custo. De sua parte, os árabes não se dispunham sequer a reconhecer Israel segundo as fronteiras de 1947 (de acordo com o plano de partilha da ONU); em vez disso, continuavam a exigir a eliminação total do país. Os israelenses sentiam que qualquer concessão que fizessem seria apenas o prelúdio para outras concessões. E, de fato, em certo momento Israel concordou em absorver um número específico de refugiados árabes, mas, conforme esperado, as negociações não deram em nada.

Em 1950, já se esvaíra o otimismo exibido pelo governo israelense durante as negociações de armistício de Rhodes – e até mesmo na

Conferência de Lausanne – quanto às chances de algum progresso rumo à paz. Em seu lugar surgiu uma sensação de pessimismo; a hostilidade árabe em relação a Israel se definia como fator permanente com o qual o país teria de aprender a conviver – não por meio de negociações, mas pelo fortalecimento demográfico, pela construção de uma sólida infraestrutura econômica e pelo estímulo ao poderio militar. Em outras palavras, os acordos de armistício fizeram com que a atenção passasse da esfera militar à esfera civil, algo decisivo para ampliar a força do país a longo prazo. O elogio de Dayan no enterro de Rothberg explicitou o reconhecimento – amargo, porém realista – de que, para sobreviver, o Estado de Israel teria de viver sob o poder da espada por pelo menos uma geração.

Apesar de todo o discurso sobre um “segundo *round*”, até 1955 não havia sinal algum de que os Estados árabes planejavam uma guerra contra Israel. Em 1952, o Movimento dos Oficiais Livres tinha arquitetado um golpe no Egito, e o novo governo estava envolvido numa batalha anticolonial para se livrar dos britânicos. O rei Abdullah, da Jordânia, tentou chegar a um acordo de paz com Israel, mas as negociações fracassaram repetidamente, seja pela intransigência israelense quanto a pequenos detalhes, seja porque o rei não se sentia com poder suficiente para testemunhar um avanço de tal amplitude, uma vez que metade da população de seu país era palestina. O assassinato de Abdullah, em 1951, por conta das negociações com Israel, retirou o assunto da pauta. A Síria tinha passado por disputas internas e por uma mudança de regime. Desde o assassinato de Husni Za’im, nenhum líder parecia disposto a conversar sobre a paz, mas a Síria tampouco demonstrava beligerância. No início da década de 1950, houve um declínio na prontidão e precaução das IDF, mas também foram anos em que uma ameaça árabe conjunta era mais retórica do que verdadeira.

O problema mais urgente consistia no que se chamou de “segurança rotineira”. Toda noite, refugiados árabes se infiltravam em Israel. Em princípio, chegavam em busca dos terrenos e das casas que haviam deixado para trás, a fim de recuperar objetos esquecidos e fazer a colheita da safra. Os moradores dos *moshavim* ao longo da fronteira temiam esses visitantes

noturnos, que em pouco tempo passaram a roubar equipamentos agrícolas, gado e produtos da colheita. Nesses primeiros anos, as fronteiras não eram tão bem estabelecidas, e as patrulhas do Exército não conseguiam evitar as invasões, que logo se transformaram numa praga. Entre 1949 e 1951, houve cerca de dez mil invasões por ano, e as IDF instituíram uma política de mão de ferro. Nesses dois anos, as ordens foram extremamente agressivas; à noite, permitia-se que os soldados atirassem diante de qualquer movimento suspeito. Milhares de invasores foram mortos. Os grupos árabes então passaram a surgir armados e dispostos a revidar. Daí em diante, a distância foi curta até que as invasões se tornassem mais violentas, com o objetivo principal de roubar e furtar. Pior ainda: os invasores não se abstinham de matar civis, e gangues de ladrões aterrorizavam os assentamentos israelenses junto às fronteiras. Assim que a noite caía, era comum que os moradores dos *moshavim* se reunissem nos prédios centrais, para se sentir mais protegidos. Além disso, depois de um dia inteiro de trabalho duro, precisavam assumir turnos de vigilância. Alguns *moshavim* foram completamente abandonados devido ao medo de invasões.

Em março de 1954, o massacre de Maale Akrabim (Desfiladeiro do Escorpião) pôs em evidência os crescentes problemas de segurança nos assentamentos junto às fronteiras. Ao retornar das comemorações que marcavam o quinto aniversário da conquista de Eilat, um ônibus que trafegava pela estrada Arava foi alvo de uma emboscada em Maale Akrabim. Os invasores atiraram no ônibus e em seguida embarcaram no veículo para matar todos os que ainda pareciam estar vivos. Três passageiros sobreviveram para contar a história. Esse crime banal, de violência gratuita, pôs em risco todo o tráfego que passava pela estrada principal para chegar aos assentamentos do Negev. Entre 1949 e 1956, mais de trezentos israelenses foram mortos por invasores e milhares foram feridos; além disso, houve perda de bens avaliados em muitos milhões.

Para o governo israelense, os países de origem dos invasores teriam de ser os responsáveis por detê-los. Ao que tudo indica, o governo da Jordânia se esforçou de verdade para reduzir o número de invasões a partir de seu

território. Porém, as fronteiras eram extensas, e o poderio da Legião Árabe, limitado, com capacidade apenas parcial de controlar as fronteiras, especialmente porque a população local considerava os israelenses inimigos declarados e simpatizava com os invasores. Depois de 1956, quando os oficiais britânicos foram dispensados da Legião Árabe, a disciplina no Exército da Jordânia ficou cada dia mais falha, e algumas unidades da Legião inclusive colaboraram com os invasores. Ao longo da fronteira com a Faixa de Gaza, unidades do Exército egípcio não apenas colaboraram com os invasores como também deram início a algumas invasões. A retaliação de Israel aconteceu por meio de contra-ataques das IDF junto à fronteira. No entanto, não era fácil identificar os agressores; logo, a reação israelense foi direcionada contra o que se chamou de “aldeias terroristas”. Com frequência, as baixas provocadas pelas operações de represália envolviam pessoas inocentes. Essa punição “coletiva” atingiu cidadãos pacíficos, o que despertou o ódio e, muitos acreditavam, fortaleceu a simpatia pelos invasores ao mesmo tempo que não foi capaz de impedir as invasões.

As represálias cessaram depois da Operação de Qibya, em 1953. Conduzida pela unidade de elite 101, sob o comando de Ariel Sharon, essa operação resultou na morte de dezenas de moradores das aldeias, mulheres e crianças que haviam se escondido nas casas detonadas pelas tropas. Embora possa ser verdadeira a alegação de Sharon de que seus homens não sabiam que aqueles indivíduos estavam no interior das casas, não se pode apagar a mancha de ter causado sérios danos a uma população civil, ato que incitou ódio por todo o mundo e também um duro debate dentro de Israel. Após a Operação de Qibya, as represálias das IDF foram dirigidas contra alvos militares ou policiais e passou-se a evitar os ataques a civis. Na fronteira com a Jordânia, essas represálias tiveram efeito atenuante. Já na fronteira com o Egito, as autoridades encorajavam invasões e sabotagens, com o objetivo consciente de atormentar Israel e evitar a conversão das linhas demarcatórias do armistício em fronteiras permanentes. Na Faixa de Gaza, a resposta às represálias israelenses consistiu no aumento constante e

na intensificação das agressões por ambos os lados, o que acabou levando à Campanha do Sinai de 1956.

As operações de represália promoveram um acalorado debate entre as lideranças israelenses. De um lado, os que defendiam o engajamento ativo na segurança – capitaneados por Ben-Gurion, Dayan, Peres e muitos outros – enxergavam as represálias como estratégia vital não apenas para deter as invasões, mas também para controlar as constantes sabotagens às fronteiras de 1949, junto a tentativas de enfraquecer a soberania israelense dentro dessas fronteiras. Esse grupo argumentava, ainda, que as ações freavam ideias como as de um “segundo *round*”, que poderiam surgir caso as IDF perdessem sua capacidade de dissuasão. Nos primeiros anos após a assinatura dos acordos de armistício, os melhores comandantes da Guerra de Independência deixaram as IDF. Em consequência, o Exército viveu um período de desorganização e fragilidade, o que se manifestou em dificuldades operacionais como a amarga e fracassada batalha de Tel Mutilla, perto do mar da Galileia. Com o objetivo de destruir uma força síria posicionada na zona desmilitarizada, a batalha causou inúmeras baixas a Israel. Em dezembro de 1953, quando foi nomeado chefe do Estado-Maior, Dayan esforçou-se para melhorar as habilidades de combate e a vitalidade das IDF, além de criar unidades de elite, como a 101, os paraquedistas e a tropa aerotransportada do Nahal, para servir de modelo a todo o Exército. As represálias puseram em teste as habilidades operacionais das IDF, ao mesmo tempo que demonstraram suas aptidões militares para os Estados árabes. Além disso, na época, Israel era essencialmente um país de imigrantes que ainda não tinham se misturado para formar a nação. A opinião pública foi despertada pela afronta dos invasores. Portanto, as represálias também serviram para tranquilizar a população civil: para evitar que se desacreditasse na capacidade dos líderes e do Exército de proteger os cidadãos e para elevar a moral do país.

Do outro lado estavam os moderados, sob a liderança do ministro das Relações Exteriores Moshe Sharett. Ele e Ben-Gurion concordavam quanto às questões mais importantes: Israel não deveria renunciar às fronteiras da

Linha Verde; deveria se opor ao retorno dos refugiados palestinos; e deveria manter o sagrado *status* de Jerusalém ocidental como capital. Os dois também compartilhavam a ideia básica de que a paz com os Estados árabes era pouco provável num futuro próximo. Contudo, Sharett discordava do primeiro-ministro quando o assunto eram as represálias. Ainda que não houvesse chance de paz naquele momento e que a hostilidade árabe prosseguisse, o ministro das Relações Exteriores achava que Israel deveria evitar operações capazes de espalhar as chamas do ódio. Não acreditava que o conflito pudesse terminar, mas considerava que sua intensidade poderia diminuir por meio de uma política cautelosa que evitasse provocações.

Sharett confiava na comunidade internacional e procurava contar com a ajuda da ONU e das potências ocidentais contra as agressões árabes. Como ministro das Relações Exteriores, preocupava-se mais do que Ben-Gurion com o prestígio internacional de Israel. Ben-Gurion foi citado referindo-se à ONU de forma zombeteira, chamando-a de “Um-Shmum” (*um* é como se pronuncia o acrônimo hebraico para “ONU”).* Sharett, contudo, não tinha se esquecido de que fora uma resolução da ONU a responsável por proporcionar legitimidade internacional para a criação do Estado. Ele esperava, ainda, poder contar sempre com os organismos internacionais. Encarava as represálias – todas elas tendo gerado críticas no cenário internacional – como obstáculos ao fortalecimento da posição de Israel no mundo. No entanto, como primeiro-ministro entre 1953 e 1955, acabou aprovando algumas operações desse tipo. Encarava-as como inevitáveis, pois não tinha outra forma de responder aos danos causados aos cidadãos israelenses.

Em fevereiro de 1955, uma represália iniciada pelas IDF contra o Exército egípcio, na Faixa de Gaza, tomou proporções relativamente grandes. Dezenas de soldados egípcios foram mortos. Os pesquisadores se dividem quanto à importância histórica dessa operação. Alguns argumentam que a represália trouxe à tona uma mudança radical na postura do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser quanto ao conflito. Esse grupo acredita que até aquele momento a Inteligência e o Exército egípcios na

Faixa de Gaza, que estimulavam a sabotagem a Israel, conduziam apenas iniciativas locais e limitadas. Porém, Nasser encarou o fracasso do Exército na Operação de Gaza como um insulto nacional, e o efeito disso foi a escalada da violência na região. Daí em diante, Nasser pôs em ação unidades de fedayin (em árabe, homens dispostos ao sacrifício): guerrilheiros e terroristas treinados pelo Exército egípcio para operar dentro do território israelense matando civis, destruindo instalações e minando a segurança tanto ao longo da fronteira quanto dentro de Israel. Segundo esses estudiosos, a Operação de Gaza levou Nasser a fortalecer o Exército de seu país por meio de um importante acordo de fornecimento de armas com a Tchecoslováquia, assinado após a operação. Os grupo de pesquisadores também acreditam que os líderes militares israelenses já haviam tomado a decisão de iniciar uma guerra preventiva contra o Egito, e que suas ações de cunho provocativo tinham a intenção de incitar um ataque egípcio a Israel.

Outros estudiosos sustentam que o envolvimento de Nasser no *front* israelense seria resultado do fim das negociações com os britânicos sobre a evacuação do Egito e do Canal de Suez, o que permitiu a promoção do presidente ao posto de líder do pan-arabismo. A provocação a Israel foi arquitetada para apresentá-lo como patrono dos palestinos. Ao que tudo indica, a decisão de Nasser de se aproximar do bloco soviético, conforme manifestada em seu pedido de armas ofensivas à Tchecoslováquia, já havia sido tomada antes, como parte de seu movimento para se tornar o líder do pan-arabismo. Em pouco tempo, o Egito começaria a instigar os conflitos na Síria e na Jordânia, com o objetivo de desestabilizar seus regimes e conduzir os nasseristas ao poder. Pesquisadores que defendem essa visão dizem inclusive que, enquanto a Operação de Gaza estava em curso, uma delegação militar egípcia se encontrava na Rússia. De acordo com esse grupo de estudiosos, Nasser teria usado a Operação de Gaza como pretexto para sua guinada em direção ao bloco soviético, atitude que constituiu uma mudança estratégica fundamental com efeitos de longo alcance no Oriente Médio, durante quase vinte anos. Seja como for, 1955 foi um ano que alterou o *statu quo* criado pelos acordos de armistício.

Do momento da criação do Estado até a Campanha do Sinai, as grandes potências não consideravam a existência de Israel como um dado permanente, nem as fronteiras de 1949 como fixas. Conforme as ondas de imigração inundavam o país e transformavam sua realidade, as discussões nos corredores do poder mantinham em aberto as possibilidades de mudanças radicais no mapa do Oriente Médio. No final de 1949, a URSS – que, como vimos, apoiava a criação de Israel e inclusive ajudou nesse sentido durante a Guerra de Independência, com o envio de carregamentos de armas da Tchecoslováquia – já regressara para seu posicionamento antissionista tradicional. As razões para isso eram complexas, mas um dos motivos foi o entusiasmo dos judeus russos com o novo Estado e os sentimentos de identificação nacionalista que os acometeu quando Golda Meir chegou a Moscou como representante israelense. De início, durante a Guerra Fria, Israel se empenhou em manter uma política de neutralidade entre o bloco soviético e os países ocidentais. A inclinação a manter a boa vontade por parte da URSS provinha, sobretudo, do desejo de manter os portões do bloco soviético abertos à imigração judaica. A URSS, por sua vez, proibia os judeus de irem embora, pois permitir que imigrassem para Israel equivalia a admitir que as pessoas estavam virando as costas ao paraíso soviético. Contudo, de forma pontual, a Polônia, a Tchecoslováquia, a Bulgária, a Hungria e a Romênia permitiram que os judeus habitantes de seu território imigrassem para Israel, fosse por conta de considerações de política interna (novas explosões de antisemitismo), fosse porque o governo israelense pagava uma determinada quantia em moeda estrangeira para cada um dos imigrantes. Em todo caso, a política israelense de neutralidade teve vida curta; em 1950, Israel se deslocou na direção do bloco ocidental ao votar em favor do envio de uma força da ONU à Guerra da Coreia.

Além de abominar o tirânico regime soviético, Ben-Gurion precisava do apoio norte-americano sob a forma de excedentes alimentícios, ajuda financeira e isenção fiscal para as doações de judeus norte-americanos a Israel. Porém, fora essas questões pragmáticas, ele queria ter os Estados

Unidos como aliado estratégico. Nutria muitas suspeitas justificáveis em relação à Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo, os líderes israelenses tinham os Estados Unidos em alta conta e se empenhavam em desenvolver relações estratégicas com o país, fosse por meio de um pacto de defesa mútua, fosse permitindo que os norte-americanos usassem as infraestruturas econômica e industrial de Israel no caso de um conflito global. Entretanto, os intensos galanteios israelenses não receberam resposta do outro lado. De início, o governo do presidente Eisenhower estava envolvido na busca de alianças no Oriente Médio capazes de conter a influência soviética. Acreditava-se que alianças de qualquer espécie com Israel arruinariam uma possível cooperação com os árabes, empurrando-os para as armas da URSS. O cortejo do Ocidente em relação a Nasser não era recíproco, mas os Estados Unidos e a Grã-Bretanha continuavam procurando formas de conciliar os árabes com iniciativas de paz pelas quais Israel pagaria o preço. Os britânicos e os norte-americanos esperavam que assim seria possível remover esse fator de estresse de suas relações com os árabes.

O ISOLAMENTO INTERNACIONAL E A BUSCA POR ALIADOS

Os eventos de 1955 demonstraram o isolamento internacional de Israel e seu contínuo fracasso na busca por um aliado estratégico. Naquele ano, estabeleceu-se o Pacto de Bagdá entre Turquia, Irã, Paquistão e Grã-Bretanha; Israel, por motivos evidentes, não foi convidado a participar. Virulentas resoluções anti-israelenses foram aprovadas na Conferência de Bandung, que reuniu países africanos e asiáticos. Nasser foi uma das estrelas dessa conferência, para a qual Israel tampouco recebeu convite. Concomitantemente a essa indiferença internacional, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos propuseram uma nova iniciativa de paz, baseada inteiramente em concessões por parte de Israel. Esse plano, batizado de Operação Alfa, surgiu de um acordo entre Grã-Bretanha e Estados Unidos

para tentar fazer com que Israel desistisse de uma grande parte do Negev em prol do Egito e da Jordânia, de forma a criar uma ponte terrestre entre os dois países árabes. Desde o plano de partilha de 1947, que atribuiu todo o Negev a Israel, os britânicos tinham como meta entalhar um corredor árabe no deserto. Além de pedir parte do Negev, Nasser obteve a promessa de receber ajuda econômica e militar. Outra exigência do plano era que Israel permitisse o retorno de um grande número de refugiados árabes e que pagasse recompensa aos demais. Em troca de todas essas concessões, havia a promessa de um “acordo de não beligerância”. Os israelenses receberam garantias nebulosas de que o Ocidente defenderia a existência do Estado e de que o boicote árabe chegaria ao fim.

Israel não fazia parte dessa trama; tomado simplesmente como fato consumado, sofria pressão por parte das potências ocidentais. Ben-Gurion rejeitou o plano, assim como Nasser. Enquanto isso, durante o verão de 1955, intensificaram-se os combates ao longo da fronteira com a Faixa de Gaza. Em setembro, o Egito anunciou o acordo de fornecimento de armas com a Tchecoslováquia. O plano Alfa fracassou, mas não desapareceu por completo. Em novembro de 1955, no tradicional discurso no Guildhall, o primeiro-ministro britânico Anthony Eden apelou a Israel que concordasse com a transposição de uma fronteira em algum ponto entre as demarcações de 1947 e de 1949. Israel encarou esse discurso como uma tentativa dos britânicos de enfraquecer a existência do Estado. Demonstrou-se que Israel ainda era visto como um capítulo provisório no mapa do Oriente Médio, ou pelo menos uma entidade fluida cujas fronteiras não estavam definidas.

Ficou evidente que o acordo de fornecimento de armas entre Egito e Tchecoslováquia tinha desestabilizado o equilíbrio de poder na região. De repente, o país árabe mais importante possuía armas que lhe conferiam uma vantagem qualitativa em relação a Israel. Os israelenses interpretaram essa situação como uma ameaça à existência do Estado. O “segundo *round*”, que até então parecia apenas teórico, passou a ser uma ameaça nítida, e Israel se pôs a procurar com urgência uma fonte de armamentos sofisticados. Um pedido não muito entusiasmado feito aos soviéticos foi negado

imediatamente; a aproximação junto aos norte-americanos saiu-se um pouco melhor. Após alguns meses de procrastinação, o secretário de Estado John Foster Dulles informou aos israelenses que eles receberiam uma provisão de armas apenas se concordassem com algumas concessões (nos moldes do plano Alfa, ou piores) que pudessem levar à paz com os árabes. A resposta dos britânicos foi similar. Foi a França que acabou ajudando Israel. Naquele momento, o país estava envolvido em conflitos nas suas colônias do norte da África, contra as forças de libertação nacional apoiadas por Nasser, que despertou a ira dos franceses ao ajudar os rebeldes argelinos. Portanto, a ajuda francesa a Israel tinha como objetivo prejudicar esse inimigo em comum. No verão de 1956, chegaram as aeronaves e os tanques, restaurando o equilíbrio de poder, que passou, talvez, a pender a favor de Israel, uma vez que os israelenses conseguiram pôr os equipamentos em ação muito mais rápido do que os egípcios com suas armas soviéticas.

As constantes tensões no início de 1955 ao longo da fronteira Israel-Egito e o prestígio ascendente de Nasser no cenário internacional – junto a suas declarações de compromisso com a luta armada contra Israel – levaram o alto-comando israelense a acreditar que uma guerra preventiva contra o Egito seria inevitável. Tal guerra permitiria que o controle da Faixa de Gaza a passasse a Israel, abriria o Estreito de Tiran e talvez desse, inclusive, a Israel o controle sobre a faixa costeira do golfo de Eilat, que administrava o acesso aos estreitos. A ideia de uma guerra preventiva baseava-se na vulnerabilidade militar israelense. Como o país era muito pequeno, uma iniciativa inimiga poderia dividi-lo ao meio em sua largura ou permitir que colunas de blindados chegassem a poucos quilômetros de Tel Aviv. Portanto, a doutrina das IDF era de que qualquer guerra deveria ser travada em território inimigo. Mas como garantir isso?

Numa reunião de gabinete em março de 1955, Ben-Gurion (que tinha reassumido o cargo de ministro da Defesa) propôs que Israel conquistasse a Faixa de Gaza. Sua proposta foi rejeitada por um voto, sendo a maioria liderada pelo primeiro-ministro Moshe Sharett. Alguns historiadores defendem que essa tentativa de Ben-Gurion demonstra que Israel não estava

verdadeiramente comprometido ao *statu quo* de 1949, e que, por detrás de sua aparente concordância com as fronteiras da Linha Verde, existia a esperança subjacente de que essas fronteiras pudessem ser expandidas a seu favor. É verdade que tanto entre os militantes do Ahdut Haavodá (que se separou do Mapam em 1954) quanto entre os de direita do Herut ainda havia quem ansiasse pela Grande Israel. Ao que tudo indica, inclusive, Dayan estaria bem próximo da posição desses militantes. Porém, aqueles que atribuem aspirações irredentistas a Ben-Gurion provavelmente não sabem interpretar a realidade.

Levando em conta a situação política de Israel, Ben-Gurion enxergava as conquistas de 1949 como as melhores possíveis e as defendia com todo o seu vigor. No período final da Guerra de Independência, ele rejeitara as propostas de Yigal Allon de conquistar a Cisjordânia, o que na época era possível em termos militares. Ben-Gurion entendia perfeitamente o problema demográfico de ter de governar centenas de milhares de árabes e fez o máximo para evitar essa armadilha. Portanto, não via com entusiasmo a perspectiva de Israel governar a Faixa de Gaza. Tinha mantido o *statu quo* dos acordos de armistício até aquele momento, e se queria conquistar a Faixa de Gaza a partir dali *não era* pelo desejo de recuperar o território e sim porque os problemas rotineiros de segurança impunham desafios constantes à estabilidade das fronteiras, além de serem um transtorno. Para completar, ele encarava a beligerância de Nasser como uma ameaça real à segurança de Israel.

Em geral, a opinião pública israelense aceitava a Linha Verde como fronteira do Estado. Os que defendiam a Grande Israel somavam uma pequena minoria; a maioria da população tinha imigrado para lá depois de 1948, não estava familiarizada com a ideia da “Grande Israel” e certamente não nutria esse tipo de anseio. Alguns meses depois de o gabinete rejeitar a proposta de Ben-Gurion, chegou a notícia sobre o acordo para fornecimento de armas entre Egito e Tchecoslováquia. Desse momento em diante, Ben-Gurion direcionou a maior parte de seus esforços para encontrar um

fornecedor de armamentos. Para a ira de Dayan, chefe do Estado-Maior, o plano de uma guerra preventiva não estava em pauta.

No ano seguinte, Ben-Gurion adotou uma política extremamente cautelosa, evitando qualquer tipo de provocação ao Egito até que as armas francesas estivessem asseguradas. O ministro inclusive concordou com o pedido do secretário-geral da ONU Dag Hammarskjöld para que as patrulhas das IDF recuassem, ficando a meio quilômetro da fronteira, de modo a evitar a escalada da violência. No tributo a Roi Rothberg, Dayan protestou contra esse recuo de Ben-Gurion: “Para além dos sulcos da fronteira, um mar de ódio e desejo de vingança se avoluma, à espera do dia em que a serenidade embotará nosso caminho... o dia em que daremos atenção aos embaixadores da hipocrisia malévola que nos conclamam a depor nossas armas... Embora tenhamos jurado mil vezes que nosso sangue não seria derramado em vão, ontem novamente fomos tentados, ouvimos, acreditamos.”³

A dinastia hachemita da Jordânia tradicionalmente cooperava com os judeus: primeiro contra o mufti, durante o Mandato Britânico, e nesse momento contra o pan-arabismo de Nasser. Israel e Jordânia tinham interesses comuns. Queriam, por exemplo, dividir Jerusalém entre si, em violação ao pedido da ONU de que a cidade mantivesse *status* internacional. Contudo, o jovem rei Hussein enfrentava dificuldades para lidar com os tumultos dos palestinos na Cisjordânia e até mesmo com as dissidências dentro de seu próprio Exército. Como já mencionado, em 1956, quando os oficiais britânicos deixaram o Exército da Jordânia, houve um recrudescimento das ações hostis contra Israel provenientes do território jordaniano. No verão de 1956, Israel iniciou uma série de operações de represália ao longo da fronteira com a Jordânia. A última delas, em Qalqilya, acabou se transformando numa operação de larga escala. A tensão entre Israel e Jordânia – e entre Israel e Grã-Bretanha, patrono da Jordânia – alcançou novos patamares. Israel acompanhava, com desconforto, os acontecimentos no país vizinho. O Iraque também estava sob controle hachemita e tinha a Grã-Bretanha como patrono; assim, era real o medo de

que o Exército iraquiano entrasse na Jordânia, apoiado pela Grã-Bretanha. Ao final da Guerra de Independência, as forças iraquianas tinham se retirado da Cisjordânia sem um acordo de armistício entre Iraque e Israel, e Israel enxergava a renovação da presença iraquiana na Jordânia como justificativa para a guerra.

A CAMPANHA DO SINAI E SEUS DESDOBRAMENTOS

Nesse momento, um fato novo surgiu na região. Em julho de 1956, Nasser nacionalizou o Canal de Suez, ameaçando diretamente interesses vitais para a Grã-Bretanha e a França. Essa atitude abriu uma janela de oportunidade para a aliança antes impensável entre França, Grã-Bretanha e Israel. Graças a essa aliança estratégica, Israel se livrou pela primeira vez de seu isolamento internacional. França e Grã-Bretanha queriam derrubar o regime de Nasser, que prejudicava seu prestígio na região, e retomar o controle sobre o Canal de Suez. Para os israelenses, a aliança garantia cobertura aérea numa possível guerra contra o Egito, sossego na fronteira com a Jordânia, bem como a ausência do Exército iraquiano nesse país, e o apoio de duas grandes potências na ONU. O papel de Israel, segundo o acordo, era iniciar o conflito, o que daria à Grã-Bretanha e à França uma desculpa para tomar o Canal de Suez e “proteger” essa via navegável internacional. Era uma oportunidade de atingir Nasser sob condições favoráveis. Ainda assim, Ben-Gurion hesitou até o último minuto, e foi preciso que o chefe do Estado-Maior, Moshe Dayan, e o diretor-geral do Ministério da Defesa, Shimon Peres, reunissem todo seu poder de persuasão para fazê-lo concordar com o plano. Temendo uma traição por parte dos britânicos, Ben-Gurion pediu que fosse feito um acordo por escrito entre as três partes. Seus temores foram, de fato, justificados, pois o primeiro-ministro Eden se certificou de que todas as cópias britânicas do acordo fossem destruídas, de modo que

pudesse negar um suposto conluio. Contudo, houve cópias arquivadas em Israel e na França.

A Operação Kadesh, ou Campanha do Sinai, teve início no dia 29 de outubro e foi um grande sucesso militar israelense. Em uma semana, as forças de Israel já haviam tomado toda a península do Sinai e chegaram a menos de dez quilômetros do Canal de Suez, conforme fora acordado com os britânicos e os franceses. As duas grandes potências, no entanto, procrastinavam; suas operações militares eram ineficientes e avançavam pela área do canal com extrema lentidão. Mas sua Força Aérea havia conseguido atingir os aeródromos egípcios. Ao mesmo tempo, a URSS e os Estados Unidos, em conjunto com a ONU, reuniram forças para se opor à operação. Tanto o bloco ocidental quanto o oriental se diziam não imperialistas; tinha chegado ao fim, junto com a Segunda Guerra Mundial, a era em que as potências europeias podiam se safar com uma diplomacia de canhoneiras. A pressão conjunta exercida por soviéticos e americanos – decididos a não permitir que as duas potências em declínio se beneficiassem de seu conluio – acabou forçando Israel a recuar, junto aos franceses e britânicos. O fracasso acachapante da Operação de Suez (chamada de Operação Mosqueteiro) pôs fim à carreira de Eden e derrubou o governo de Guy Mollet na França. Nasser permaneceu no poder, e seu prestígio aumentou, pois a opinião pública tanto no Oriente Médio quanto no Terceiro Mundo o saudou como o homem que tinha conseguido derrotar as potências colonialistas. Ele explicou a vitória de Israel sobre seu Exército como resultado de ordens suas para que as tropas egípcias recuassem até o canal, no intuito de defendê-lo contra os britânicos e os franceses.

Quando o conflito chegou ao fim, Ben-Gurion anunciou no Knesset que o acordo de armistício com o Egito estava encerrado e não seria renovado. O ministro deu a entender que demandaria mudanças territoriais ao longo da fronteira Israel-Egito, envolvendo em especial a costa de Sharm el-Sheikh. Nesse momento de euforia quanto ao sucesso impressionante das IDF, Ben-Gurion inclusive aludiu ao “Terceiro Reino” de Israel. No entanto, apenas alguns dias depois, em resposta a uma nota cheia de ameaças do premier

russo Nikolai Bulganin, teve de explicar que o objetivo da campanha tinha sido evitar as invasões dos fedayin a partir da Faixa de Gaza e garantir livre trânsito no golfo de Eilat, afirmando, também, que Israel não tinha reivindicações territoriais em relação ao Egito. A pressão maior veio dos Estados Unidos, em apoio à exigência do secretário-geral Hammarskjöld no sentido de uma completa retirada israelense. Israel enfrentou uma batalha diplomática amarga, em especial contra a ONU e o governo norte-americano. O país queria garantias genuínas de livre passagem pelo golfo de Eilat e também exigia que o Egito fosse impedido de retomar o controle sobre a Faixa de Gaza, de modo que a fronteira continuasse em paz. Diante da pressão da ONU e dos Estados Unidos, ambos defendendo que o agressor não deveria ser recompensado, Israel em pouco tempo se retirou incondicionalmente da península do Sinai. Continuou com o controle sobre Sharm el-Sheikh, a faixa costeira até Eilat, e sobre a Faixa de Gaza; quatro meses depois, na esteira de negociações demoradas, acabou se retirando também dessas áreas.

Como consequência da Campanha do Sinai, a ONU instituiu uma força de manutenção da paz, cuja missão era garantir que os dois objetivos de Israel fossem alcançados. Israel queria uma garantia de que essa força não seria removida até o fim do processo de instauração da paz, mas Hammarskjöld rejeitou o pedido. O secretário-geral argumentou que a presença da força de paz em solo egípcio estava sujeita ao consentimento por parte do Egito. Se os egípcios quisessem que a força fosse dispensada, teriam que enviar uma solicitação à ONU, mas sua soberania sobre o território não seria restringida. Após duríssimas negociações, e a ameaça, com o apoio americano, de sanções da ONU contra Israel, acordos informais foram rascunhados entre Israel e Estados Unidos. Os Estados Unidos reconheceram o direito de Israel de livre trânsito pelo golfo de Eilat e concordaram que, se esse direito fosse infringido, Israel estaria autorizado a exercer sua autodefesa. Israel também reivindicava a desmilitarização da península do Sinai e a proibição da instalação de novos destacamentos do Exército egípcio no local. Esses dois pedidos foram aceitos informalmente

pelos Estados Unidos. Uma terceira reivindicação israelense, de que o Egito não reassumisse o controle sobre a Faixa de Gaza, nunca foi acatada; um governante egípcio entrou em Gaza logo após a retirada das IDF.

Assim, Israel saiu da Campanha do Sinai sem conquistas efetivas. A opinião pública mundial fez muitas críticas à Operação de Suez, percebida como a derradeira tentativa de duas potências em declínio de reassumirem posições de influência no Oriente Médio. Israel aparecia como terceiro lado desse fracassado triângulo de conluio. O país não recebeu as garantias solicitadas em troca de sua retirada; em vez disso, ouviu apenas promessas frágeis e informais por parte dos Estados Unidos. O Egito passou a controlar Gaza novamente, e a presença da força de manutenção da paz da ONU na Faixa de Gaza e em Sharm el-Sheikh dependia da boa vontade do país. Tampouco se podia afirmar que a península do Sinai estava desmilitarizada. Contudo, a Campanha do Sinai acabou como um momento decisivo, de guinada, quanto ao prestígio de Israel no Oriente Médio e no mundo. O poder e o *know-how* militar das IDF convenceram as grandes potências de que Israel tinha surgido para ficar, e não desapareceria do mapa. As fronteiras de 1949, antes vistas como alvo de barganha, estavam então estabelecidas aos olhos do mundo, que também aceitou a postura israelense quanto a não haver retirada. Embora alegasse ter vencido, Nasser reconhecia completamente as fraquezas que seu Exército exibiu durante a Campanha do Sinai.

Na década seguinte, a fronteira Israel-Egito manteve-se, em geral, calma. Os fedayin abandonaram as operações originadas em Gaza, e não houve presença maciça do Exército egípcio por lá. Embora não tenham acordado formalmente em desmilitarizar a península do Sinai, os egípcios na verdade mantiveram as forças blindadas fora desse território. Nasser estava envolvido na criação da República Árabe Unida (RAU) junto à Síria – união que acabou fracassando – e ocupava-se com os atos de revolta na Jordânia e em outros países pró-Occidente da região. Em 1960, a desmilitarização do Sinai foi posta à prova quando Nasser levou um número considerável de forças blindadas e de infantaria (500 tanques e 50.000 tropas) para o leste do

Sinai. As IDF foram pegas de surpresa, mas, após a mobilização parcial de reservistas, conseguiram dispor uma força de uns cem tanques e unidades de infantaria para enfrentar a força egípcia (Operação Rotem). Esse confronto permaneceu em segredo, permitindo que Nasser retirasse suas forças sem prejudicar seu prestígio. A opção de se retirar confirmava que o Sinai estava de fato desmilitarizado. O golfo de Eilat permaneceu aberto a embarcações israelenses, o que ajudou, na década seguinte, a fortalecer as relações entre Israel e os países da Ásia e da África. A importância primordial do porto de Eilat era de destinação para o petróleo vindo do Irã – principal fonte de combustível de Israel e, portanto, vital para sua economia e segurança.

Por mais que a Campanha do Sinai não tenha produzido ganhos territoriais nem promessas formais para Israel, a década de relativa tranquilidade proporcionada pelo novo cenário tornou possível o desenvolvimento da economia e a absorção de imigrantes. As árduas negociações que se seguiram à campanha transformaram a opinião pública internacional e o posicionamento das potências, o que acabou gerando frutos mais tarde, quando Israel encarou difíceis decisões na véspera da Guerra dos Seis Dias e depois do conflito. Embora não tenham dado garantias reais a Israel, os Estados Unidos fizeram uma promessa um tanto vaga de que o país se beneficiaria ao se retirar e fazer concessões. Conforme envolviam-se mais na região – ao evocarem a Doutrina Eisenhower e intervirem militarmente, em 1958, contra revoltas radicais no Líbano –, os Estados Unidos concederam a Israel um papel passivo, porém de aliado. A radicalização dos países árabes – evidenciada pela criação da RAU (1958–1961), pela Revolução no Iraque e a ascensão de Abd al-Karim Qassem ao poder, bem como pelas ameaças ininterruptas de Nasser ao regime da Jordânia – demonstrou o *status* de Israel na região: uma ilha de estabilidade, cuja atuação como defensor silencioso dos países pró-Occidente, como Jordânia e Líbano, os ajudou a resistir às revoltas. Em 1958, Israel aceitou um pedido da Grã-Bretanha para deixar que tropas britânicas de paraquedistas usassem o espaço aéreo israelense para chegar à Jordânia; essa

troca refletia o novo *status* de Israel. O país estava decidido a proteger o regime hachemita na Jordânia; caso esse governo fosse abalado, Israel teria que conquistar a Cisjordânia. “Todos nós rezamos três vezes ao dia pela segurança e pelo sucesso do rei Hussein”, declarou a então ministra de Relações Exteriores Golda Meir a seu correspondente britânico, Selwyn Lloyd.⁴

A onda do pan-arabismo, liderado por Nasser, preocupava os países não árabes da região. Logo após a Revolução no Iraque, a Turquia buscou fortalecer seus laços com Israel, e os israelenses tentaram contrabalançar o poderio árabe por meio de uma aliança com as potências periféricas, grupo que incluía Etiópia, Irã e Turquia. Não se tratava de uma aliança genuína, mas a cooperação bilateral entre Israel e esses países era fundamental para a segurança dos corredores marítimos com destino a Israel e para o abastecimento do petróleo de que o país precisava.

Durante essa década de paz, a França permaneceu como importante aliado e principal fornecedor de armas para Israel. Ben-Gurion sabia muito bem que essa cooperação era conveniente, mas que terminaria assim que a Guerra da Argélia chegasse ao fim. A França sempre tivera interesses nos países árabes, especialmente na Síria e no Líbano, o que estava em conflito com as relações que o país mantinha com Israel. Em 1962, o general Charles de Gaulle decidiu sair da Argélia e, por conseguinte, as relações entre Israel e França foram postas em xeque, exatamente como o líder israelense previra. Ainda assim, a França continuou como principal fornecedor de armas para Israel até 1967. O país também recebeu armamento norte-americano através da Alemanha Ocidental, bem como mísseis Hawk vindos direto dos Estados Unidos – uma decisão histórica tomada pelo presidente Kennedy, que revogou o embargo americano *de facto* quanto ao fornecimento de armas para Israel. Contudo, como a Força Aérea Israelense dependia dos caças franceses Mirage, esses aviões se transformaram num símbolo nacional israelense. Foi também a França que ajudou Israel a desenvolver sua instalação nuclear perto de Dimona, empreendimento no qual o país investiu recursos e tecnologia, na esperança de contrabalançar as vantagens

demográficas e territoriais de seus vizinhos. As tentativas do governo Kennedy de conter o desenvolvimento da instalação nuclear fracassaram, e Israel adotou uma política evasiva sobre esse aspecto, garantindo, contudo, que não seria o primeiro país a introduzir armas nucleares no Oriente Médio.

Israel e Alemanha Ocidental estabeleceram uma relação ímpar. De um lado, a memória do Holocausto e sua capacidade de moldar a identidade israelense aprofundaram-se ao longo dos anos. A história entre o povo judeu e a Alemanha perdurava na consciência israelense. Por outro lado, naquela época pouquíssimos países estenderam uma mão amiga a Israel, e a Alemanha Ocidental se destacou entre aqueles que o fizeram. A relação começou com o plano de reparação, que, conforme mencionado, gerou muita controvérsia dentro do Estado judeu. O governo israelense tentara evitar negociações diretas com os alemães; suas reivindicações por reparação pelas iniquidades nazistas endereçavam-se aos governos ocidentais de ocupação. Porém, em outubro de 1950, as potências aliadas de ocupação informaram a Israel que o estado de guerra com a Alemanha chegara ao fim, e encaminharam os israelenses direto às autoridades alemãs, que queriam conduzir as negociações em segredo. Como pré-requisito, Israel exigiu uma declaração do governo alemão em que seu povo reconhecia a culpa coletiva pelo Holocausto. O texto com o qual a Alemanha acabou concordando falava em culpa da *maioria* do povo alemão pelo Holocausto e sua obrigação de indenizar o povo judeu tanto moral quanto financeiramente, de acordo com a capacidade da Alemanha Ocidental.

Uma “Claims Conference” foi criada para representar as organizações judaicas mundiais, que concordaram em conceder a Israel a posição de liderança. Nachum Goldmann, presidente do Congresso Mundial Judaico, foi o principal negociador com o chanceler alemão Konrad Adenauer. Houve certo alvoroço quanto à possibilidade de Israel negociar diretamente com a Alemanha, mas por fim o Knesset acabou permitindo que isso acontecesse. Criou-se uma legação israelense não oficial na Alemanha, e em

setembro de 1952 o primeiro acordo de reparação foi assinado, em Luxemburgo. Esse acordo, implementado ao longo de doze anos, sedimentou as bases para o desenvolvimento – lento, porém firme – de relações entre os dois países. Para além de seu componente moral, o acordo livrou Israel de uma profunda crise econômica e financeira. Sua implementação ajudou no desenvolvimento e na construção de infraestrutura e forneceu recursos para o pagamento de combustível e outras matérias-primas essenciais ao país.

Para não constranger Adenauer durante o julgamento de Eichmann em 1961, Ben-Gurion tentou garantir que nenhuma menção fosse feita a Hans Globke, assessor de confiança do chanceler alemão, que ajudara a cunhar as Leis racistas de Nuremberg durante o período nazista. No início da década de 1960, o Mossad, sob o comando de Isser Harel, informou que havia no Egito especialistas alemães em mísseis. Embora a ministra de Relações Exteriores Golda Meir tenha se alarmado, Ben-Gurion minimizou os riscos de sua possível atividade (e por fim se mostrou certo). As relações com a Alemanha continuaram a se intensificar; foi a Alemanha que serviu de via de acesso a Israel para os tanques norte-americanos que haviam sido usados pela Otan. Sempre que os laços com a Alemanha vinham à tona – como nas ocasiões em que os alemães venderam armas a Israel ou vice-versa –, aumentavam as controvérsias e a crise no governo israelense. Contudo, sob esse padrão de crises explícitas e cooperação sigilosa, as relações especiais entre os dois países avançaram.

Em 1960, houve uma reunião histórica entre David Ben-Gurion e o chanceler Adenauer, dois símbolos de nações que reemergiam das sombras de um passado terrível. Esses grandes homens, ambos já avançados em idade, encontraram-se no hotel Waldorf Astoria, em Nova York, um lugar remoto no tempo e no espaço. Foi lá que assinaram o acordo secreto de fornecimento de armas entre Alemanha e Israel. Quando o acordo foi revelado, em 1965, levando a uma crise na relação entre o Egito e a Alemanha, o governo alemão decidiu parar de fornecer armas a Israel, mas ao mesmo tempo estabeleceu relações diplomáticas com os israelenses,

expondo ao mundo os laços entre os dois países. Devido ao papel central da Alemanha na Europa e na Otan, as relações de Israel com o país eram de extrema importância.

ÁGUA, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICA

Desde o início, um dos maiores problemas de Israel foi a questão hídrica. Antes mesmo da criação do Estado, o renomado conservacionista de solo e professor universitário Walter C. Lowdermilk tinha traçado um plano para levar a água oriunda das fontes no norte até o árido Negev. Simcha Blass, engenheiro hídrico israelense, propôs um plano similar. Antes da criação do Estado, esses planos pareciam utópicos; havia poucas chances de serem implementados. Após 1948, entraram em operação esquemas de grande envergadura para a transposição da água do mar da Galileia e do rio Jordão. O rio Jordão e suas nascentes (os rios Banias, Hatzbani e Dan), além do tributário Yarmuk, compunham a zona de captação do Vale do Jordão e passavam por quatro países: Líbano, Síria, Jordânia e Israel. A divisão dos direitos hídricos entre os quatro tinha o potencial de provocar a abertura para um acordo de paz e cooperação, ou então as bases para mais hostilidade e guerra. Os acontecimentos geraram, sobretudo, hostilidade. Como os planos de abastecimento de água ajudariam Israel a se modernizar e absorver muitos outros imigrantes, o que fortaleceria o país, os Estados árabes tentaram barrá-los.

No início da década de 1950, Israel soube de planos do Líbano, da Síria e da Jordânia para explorar as águas do Hatzbani, cuja nascente fica ao pé do Monte Hermon, no Líbano; do Banias – que corre a partir da porção síria do Hermon; e do Yarmuk, na fronteira entre Jordânia, Síria e Israel. Esses afluentes ficavam fora das fronteiras israelenses, portanto o país nada podia fazer para impedir que os planos fossem implementados. Entretanto, na realidade, o projeto nunca saiu do papel. Nesse meio-tempo, Israel

embarcou no projeto de drenagem do lago Hula, no intuito de desviar a parte norte do rio Jordão, e em seguida construir o Aqueduto Nacional a partir do mar da Galileia até o Negev. As tentativas de iniciar o projeto numa zona desmilitarizada – alvo de disputas entre Síria e Israel – levaram a confrontos militares contra os sírios, e o Conselho de Segurança da ONU proibiu Israel de trabalhar no local. Israel continuou o projeto de drenagem do lago Hula em outro lugar, enquanto seus representantes conduziam negociações demoradas sobre a divisão de direitos hídricos com os correspondentes sírios no Comitê do Armistício, mas as conversas acabaram fracassando.

Ao mesmo tempo, Síria e Jordânia iniciaram um projeto conjunto de exploração das águas do Yarmuk, que corre para o rio Jordão, ao sul do mar da Galileia. O financiamento para construir uma barragem na fronteira entre os dois países viria em grande parte dos Estados Unidos. Por meio de canais diplomáticos, Israel tentou dissuadir os americanos de financiar o projeto, no qual o país não teria nenhuma participação, embora detivesse direitos sobre as águas do Yarmuk que corriam para o rio Jordão. Os Estados Unidos se convenceram de voltar atrás quanto ao apoio. Outra tentativa israelense de desviar as águas do rio Jordão numa zona desmilitarizada, próxima à Ponte Bnot Yaakov, fez com que a Síria protestasse no Conselho de Segurança da ONU. Sob pressão da ONU e dos Estados Unidos, que ameaçaram impor sanções econômicas, Israel interrompeu o projeto.

Até 1953, os esforços israelenses para explorar a bacia hidrográfica do rio Jordão foram unilaterais. Após aprender a lição na sequência de dois fracassos, Israel tentou agir por meio de iniciativas que contavam com aprovação internacional, sobretudo por parte dos Estados Unidos. Os norte-americanos acreditavam que um programa de desenvolvimento capaz de beneficiar todos os países da região – do qual os Estados Unidos financiariam uma parte – dissiparia a hostilidade entre árabes e israelenses e conduziria à paz. O programa também foi pensado para ajudar na acomodação e reabilitação de refugiados árabes na Jordânia. Eric Johnston foi o enviado americano para conduzir as negociações sobre o programa,

centrado num plano de dividir as águas do rio Jordão e dos rios adjacentes. O Yarmuk seria um rio árabe, com parte da água distribuída a Israel. O rio Jordão seria israelense, com parte da água distribuída à Jordânia. O Yarmuk e o Baniyas serviriam apenas para irrigar a terra na margem jordaniana do Vale do Jordão. O principal reservatório da região seria o mar da Galileia, cujas águas ficariam divididas da seguinte forma: 60% para a Jordânia, 30% para Israel e 5% para a Síria. Duas centrais hidrelétricas seriam construídas, uma na Jordânia e outra em Israel.

Para Israel, o programa trazia vários benefícios. Em primeiro lugar, representava o reconhecimento, pela parte árabe, dos direitos do país aos recursos hídricos e, indiretamente, a aceitação de sua existência como entidade política. Em segundo lugar, oferecia – de acordo com a expectativa norte-americana – a possibilidade de reduzir o nível de hostilidade árabe, e logo, também, uma solução para alguns dos refugiados. Além disso, Israel esperava que os Estados Unidos financiassem o projeto com aportes generosos. Portanto, Israel estava disposto a baixar a cabeça e compartilhar seus reservatórios com a Jordânia e até mesmo com a Síria. Contudo, seus vizinhos árabes não enxergavam o cenário da mesma forma. A Síria e o Líbano não precisavam recorrer com urgência às águas do rio Jordão. Podiam suprir suas necessidades a partir de outras fontes, sem precisar pagar o preço de reconhecer os direitos israelenses. Os jordanianos precisavam da água que seria fornecida pelo programa de desenvolvimento, mas não ousaram ingressar unilateralmente num plano que incluía o reconhecimento do Estado de Israel. Logo, o programa de Johnston permaneceu apenas no papel. Nos anos seguintes, Israel, refreado pela experiência do passado, seguiu o esquema delineado pelo programa. O mesmo fez a Jordânia: construiu o Canal East Ghor, que drenava água para o leste do Vale do Jordão, e pela primeira vez proporcionou a existência de assentamentos agrícolas nesse pedaço de terra tão árido. Os dois países colaboraram em segredo na questão do abastecimento de água, e essa colaboração, junto à conduta moderada israelense, acabou rendendo frutos

quando Israel decidiu construir o Aqueduto Nacional, em 1956, ao que a Jordânia não se opôs.

Quando ficou pronto, o Aqueduto Nacional tinha início no mar da Galileia e seguia por cerca de 130 quilômetros até Rosh HaAyin, onde se conectava ao sistema Yarkon-Negev – que fora construído anteriormente e chegava até Mitzpe Ramon, no planalto do Negev (ver Mapa 4). O aqueduto constituía a principal iniciativa de desenvolvimento israelense e abriu possibilidades de assentamento no árido Negev, o que não agradou muito aos árabes. Ben-Gurion acreditava que os Estados vizinhos mergulhariam num “terceiro *round*” para impedir essa operação, mas não foi o que aconteceu.

No início dos anos 1960, Nasser estava enredado numa guerra civil no Iêmen. Enquanto contava com apoio soviético, o outro lado recebia ajuda da Arábia Saudita, respaldada pelos Estados Unidos. Com 50.000 soldados atolados no que ficou conhecido como “Vietnã egípcio”, Nasser não podia se envolver numa guerra contra Israel. Seu prestígio estava em declínio desde a saída síria da RAU, em 1961. Depois, em 1963, o partido de esquerda Baath tomou o poder na Síria. O Egito não aceitou a legitimidade do novo regime – cujos líderes estavam envolvidos na anulação da união sírio-egípcia – e não estabeleceu relações diplomáticas com a Síria. Para criar uma situação que forçaria Nasser a conversar, o regime baathista anunciou que entraria em guerra contra Israel para impedir que o país usasse o aqueduto. No início de 1964, com o objetivo de frustrar a irresponsabilidade síria, o Egito convocou uma Cúpula Árabe, que decidiu desviar dois afluentes do rio Jordão (o Hatzbani e o Baniyas) para impedir que a água chegasse ao aqueduto. O desvio seria feito em solo sírio e libanês, e os países produtores de petróleo financiariam o projeto. Acredita-se que esses acordos entre os árabes também tenham criado um comando militar conjunto, liderado pelo Egito.

Desse ponto em diante, a Síria passou a desempenhar o papel de liderança bélica no Oriente Médio. As operações com máquinas pesadas que preparavam o solo para o desvio dos afluentes do rio Jordão foram feitas ao

alcance de tanques israelenses. Os israelenses provocaram distúrbios nas zonas desmilitarizadas, e, a cada vez que os sírios atiravam em agricultores israelenses, Israel retaliava com a destruição das máquinas de movimentação de terra. Os sírios, por sua vez, retaliavam com bombardeios pesados nos assentamentos do Vale do Jordão, e os colonos se acostumaram à vida em abrigos antibomba. O posicionamento elevado dos sírios nas colinas do Golan lhes dava uma vantagem evidente para mirar os assentamentos expostos no vale abaixo. A artilharia israelense nem sempre conseguia atingir canhões sírios. Num certo momento, a Força Aérea Israelense foi usada contra a artilharia síria. Essa escalada de violência se agravou ainda mais, porque os sírios queriam criar um ambiente de crise para forçar o Egito a encerrar o boicote político ao regime Baath e para oferecer ajuda à Síria. Os soviéticos consideravam o regime Baath mais seu parceiro do que Nasser, que se mantinha meticulosamente independente da dominação soviética, embora eles tenham não só fornecido armas e outros tipos de ajuda militar para o ataque no Iêmen, como também tenham financiado a construção da Represa de Assuã, menina dos olhos do Egito. Os conflitos entre Síria e Israel quanto ao desvio dos tributários do rio Jordão se inscreveram no imaginário israelense como a “Guerra pela água”.

Em 1959, um novo fator entrou nessa complexa equação com a criação do Fatah, cuja missão era cometer atos terroristas em território israelense. Depois de 1948, os palestinos tinham praticamente sumido do mapa político do Oriente Médio. A Jordânia assumira o controle da Cisjordânia, e, como a região possuía uma maioria palestina, passou a se reivindicar representante do povo palestino. Na verdade, ocorreu uma “jordanização” da Cisjordânia, pois enfatizava-se a identidade jordaniana em detrimento da identidade palestina. O Fatah fora criado para desafiar Israel e restituir à agenda internacional a reivindicação palestina de substituir a entidade israelense por uma que a representasse. Com os ataques a Israel, o Fatah pretendia chamar a atenção internacional à causa palestina. Mas também lançava uma provocação à Jordânia, que controlava a maioria dos territórios onde moravam os palestinos. Após a Cúpula Árabe de 1964, foi fundada a

Organização para a Libertação da Palestina (OLP), sob a liderança de Ahmed Shukeiri, para funcionar como guarda-chuva de organizações palestinas, incluindo o Fatah, e como representante da entidade palestina. Shukeiri contava com o apoio de Nasser.

A base de poder do Fatah ficava na Síria, que, conforme observado, queria elevar as tensões da região. Assim, após 1964, o país incentivou o Fatah a atacar Israel. O primeiro ataque foi contra a instalação do aqueduto. Embora tenham saído da Síria, os terroristas penetraram no território israelense a partir de áreas controladas pela Jordânia. No verão de 1966, um braço radical do partido Baath tomou o poder na Síria, aumentando a tensão na fronteira. Apesar de saber de onde os terroristas promoviam seus ataques, Israel não conseguia reagir contra os sírios, em parte devido ao apoio soviético recebido pelo governo de Damasco. Israel permaneceu no duelo de artilharia com a Síria no Vale do Jordão e nas colinas do Golan. Em novembro de 1966, após um incidente no qual três soldados das IDF foram mortos, a retaliação israelense se deu com uma operação terrestre de larga escala, durante o dia, contra a cidade de Samoa, a leste do Monte Hebron. Quarenta e uma casas foram destruídas, e soldados e civis jordanianos foram mortos.

O governo israelense, liderado por Levi Eshkol – um dos políticos mais moderados da história do Estado –, aprovou a operação, sabendo, no entanto, que, embora os rastros dos terroristas levassem ao Monte Hebron, os mentores dos ataques estavam, na verdade, em Damasco. Israel acreditava que a operação motivaria o rei Hussein a tomar uma atitude contra os ativistas do Fatah, mas aconteceu exatamente o contrário. A opinião pública palestina dentro da Jordânia ficou enfurecida pelo que considerou uma falha do regime em proteger seus cidadãos palestinos. Houve manifestações violentas na Cisjordânia, o que pôs em xeque o governo hachemita. A incitação contra Hussein – visto ao mesmo tempo como pró-Occidente e rival dos regimes radicais do Egito, Iraque e Síria – atingiu novos patamares. Em paralelo a isso, cresceu a tensão no norte de Israel, com o aumento da atividade aérea das IDF contra as posições sírias. Em abril de 1967, houve

um combate aéreo entre aviões israelenses e sírios, que começou sobre as colinas do Golan e terminou sobre Damasco. Seis aeronaves sírias foram abatidas, e todos os aviões israelenses retornaram a salvo para a base, após realizarem uma manobra aérea sobre Damasco, comemorando a vitória.

O povo israelense não estava a par da política interárabe e das tentativas do governo Baath sírio de obrigar Nasser a reconhecer o partido e apoiá-lo. Dez anos de relativa tranquilidade, sem ameaças à existência do Estado, fizeram os israelenses acreditarem que a era dos conflitos estava encerrada e que se aproximava uma era de paz. Em 1965, o presidente da Tunísia, Habib Bourgiba, deu várias declarações em que defendeu o direito de Israel de existir, de acordo com as fronteiras de 1947. Suas declarações causaram alvoroço na Liga Árabe, que as rejeitaram com veemência. Porém, para os israelenses tratava-se do primeiro sinal de fragilidade na hostilidade árabe. Embora Israel não estivesse preparado para voltar às fronteiras de 1947, era um bálsamo saber que um importante líder árabe levantara a ideia da conciliação.

Morador de Tel Aviv e boêmio cheio de ânimo, Abie Nathan era também piloto. Tinha chegado a Israel em 1948 e se voluntariado para servir na Força Aérea. Em março de 1966, após explicar que fora influenciado pelo chamado à paz de Bourgiba, Nathan organizou uma petição convocando líderes israelenses e egípcios a se encontrarem frente a frente e resolver os problemas entre os dois países. A ideia era entregar a petição ao presidente egípcio. Setenta mil pessoas assinaram o documento, incluindo inúmeros árabes israelenses. Nathan decolou numa aeronave leve rumo ao Cairo, via Chipre. Quando foi anunciado, equivocadamente, que seu avião tinha sofrido uma colisão ao pousar, o país inteiro prendeu a respiração. No fim das contas, a missão não deu certo, pois Nasser se recusou a encontrá-lo, mas ao voltar para Israel Nathan foi recebido como herói. Apesar de ingênua, a iniciativa de Abie Nathan de fato expressava os anseios dos cidadãos israelenses pela paz.

NOTAS

* Expressão de desprezo/desdém pela ONU. [N.T.]

1. Moshe Dayan, *Avnei derech* (Pedras do caminho). Jerusalém e Tel Aviv: Idanim e Dvir, 1976, p. 191.
2. Moshe Sharett, Arquivos Estatais de Israel, caixa 2446, pasta 6/a.
3. Dayan, *Avnei derech*, p. 191.
4. Relato do ministro britânico de Relações Exteriores sobre suas conversas com Golda Meir, PRO, FO 371/134348, citado em Mordechai Bar-On, “Status kvo lifnei – o aharei? Hearot parshanut limdiniut habitahon shel Yisrael, 1949–1958” (*Statu quo ante* – ou depois? Comentários sobre a política de defesa israelense, 1949–1958), *Iyyunim bitkumat Yisrael* (Estudos sobre a sociedade judaica israelense e moderna: o Yishuv e o Estado de Israel), vol. 5, Sdeh Boker, 1995, p. 108.

PARTE IV – 1967–1977

UMA DÉCADA DE GUERRAS

SEIS DIAS QUE TRANSFORMARAM O ORIENTE MÉDIO

A Guerra dos Seis Dias – chamada pelos árabes de “Guerra de Junho”, mais uma na lista de grandes confrontos armados conhecidos na narrativa árabe apenas por suas datas – eclodiu sem premeditação de nenhuma das partes e sem que alguém tivesse previsto que ocorreria naquele momento. A disputa exemplifica a situação decadente da questão da segurança, resultante da perda de controle, o que inevitavelmente abre espaço para conflitos. Revela, também, as limitações da Inteligência militar, as falhas na diplomacia e o fato de que as escolhas tomadas pelos líderes em momentos cruciais determinam o curso da história.

A cada dezenove anos, o calendário hebraico e o calendário gregoriano coincidem. Em 1967, haviam se passado dezenove anos desde a criação do Estado, e o Dia da Independência, celebrado no quinto dia de Iyar, caiu em 15 de maio, como se dera em 1948. O desfile anual das IDF acontecia sempre numa cidade diferente, e naquele ano foi a vez de Jerusalém sediar o evento. Como os acordos de armistício proibiam o envio de armamento pesado a Jerusalém, o Exército não exibiu seus blindados, e o desfile se desenrolou com discrição. Durante o cortejo, espectadores notaram que o chefe do Estado-Maior, Yitzhak Rabin, recebeu um bilhete e o repassou ao primeiro-ministro Levi Eshkol. Na mensagem, lia-se que unidades blindadas do Egito tinham entrado no Sinai.

A notícia fazia parte de uma cadeia de eventos iniciados alguns dias antes. De início, o Serviço de Inteligência soviético informou à Síria e ao Egito que Israel tinha reunido doze brigadas no norte do país e estava

prestes a atacar a Síria. Na época, Israel não tinha planos de empreender esse ataque e não havia brigada alguma reunida no norte. Contudo, os russos se recusavam a aceitar as negativas israelenses. Em vão, Eshkol tentou levar o embaixador soviético para visitar o norte da Galileia e ver com os próprios olhos que nenhuma força estava reunida na região. Fontes de Inteligência americana também negaram a presença de uma ofensiva israelense na fronteira síria. Mas os russos insistiam, dizendo que Israel planejava atacar a Síria e derrubar o regime baathista. Inclusive a ausência de unidades blindadas no desfile foi interpretada como prova de que os veículos estariam escondidos em algum lugar ao longo da fronteira norte.

Até hoje não se sabe o que levou a URSS a transmitir essa informação falsa. O que se sabe é que a situação na fronteira norte vinha se deteriorando desde o ano anterior, devido às tentativas sírias de desviar as águas do rio Jordão, às conseqüentes represálias israelenses e às operações do Fatah apoiadas pela Síria. Tudo isso despertou suspeitas sírias e soviéticas quanto a uma possível resposta israelense de grande envergadura. Os soviéticos consideravam o governo radical baathista seu parceiro mais fiel na região, e a preocupação com o futuro do regime levou a Rússia a mobilizar a ajuda do Egito. Em 1966, Egito e Síria assinaram um pacto de defesa mútua; cabia a Nasser, a partir de então, cumprir sua parte do acordo.

A situação do presidente egípcio era complicada. Grande parte de seu Exército continuava atolada no Iêmen, e sua posição de líder incontestado do pan-arabismo estava em declínio desde a dissolução da RAU. No âmbito doméstico, o fim da ajuda norte-americana levava a dificuldades econômicas. Após a operação israelense de 1966 em Samoua, Nasser havia atirado os palestinos contra o rei Hussein. Agora, o rei tinha a oportunidade de dar o troco. Ele alegava que Nasser estava se escondendo atrás da Força de Paz da ONU em Sharm el-Sheikh e na Faixa de Gaza, em vez de prestar assistência a seus irmãos árabes. Essa afirmação da Jordânia alinhava-se com as demandas do alto escalão do Exército egípcio de expulsar a Força de Emergência das Nações Unidas (Unef, na sigla em inglês) e se livrar das restrições com as quais o Egito tinha concordado informalmente quando os

israelenses saíram do Sinai em 1957. O Exército garantiu a Nasser que conseguiria resistir a um confronto contra as IDF e derrotá-lo. Como os soviéticos afirmaram que Israel estava ameaçando a Síria, Nasser achou que precisava intervir. Seu primeiro passo foi enviar unidades blindadas egípcias para o Sinai. Esse foi o conteúdo da mensagem passada a Rabin durante o desfile das IDF.

As três semanas seguintes entraram para o léxico israelense como “período de espera”. A princípio, os israelenses acreditavam que essa violação à desmilitarização *de facto* do Sinai poderia ser resolvida por meio de uma diplomacia sem alarde e de uma ação militar discreta, permitindo a Nasser retirar suas forças sem perder prestígio, como acontecera no início da década de 1960 na Operação Rotem. Porém, dessa vez, a entrada do Exército egípcio no Sinai foi acompanhada de uma ruidosa propaganda disseminada pela mídia árabe, com o objetivo de amplificar os efeitos da manobra militar e ressaltar sua importância. Uma retirada egípcia comedida estava fora de questão. O passo seguinte foi uma progressão natural do primeiro momento. Nasser exigiu que o secretário-geral da ONU retirasse a Unef da Faixa de Gaza, do Sinai e do Estreito de Tiran. O secretário-geral U Thant, que não estivera envolvido nas negociações de 1957 – e dificilmente estaria a par da complexidade da situação –, anunciou que a Unef seria retirada imediatamente. Mais tarde, surgiram dúvidas se Nasser tinha em mente uma retirada completa da Unef ou simplesmente um afastamento da linha de frente. Mas o fato decisivo é que essas áreas estavam sob a soberania egípcia, e a presença da Unef dependia do consentimento do país. Encerrado esse consentimento, a Unef não tinha bases legais para fundamentar sua permanência.

Como U Thant prontamente concordou com a retirada da Unef, Nasser foi obrigado a tomar novas medidas; era inconcebível que tropas egípcias ficassem estacionadas no Estreito de Tiran permitindo que embarcações israelenses, ou com destino a Israel, trafegassem livremente. Em 23 de maio, Nasser anunciou o bloqueio do estreito, resultado inevitável da saída da Unef. Todas as conquistas de Israel com a Campanha do Sinai foram

apagadas num intervalo de oito dias. O prestígio de Nasser nunca fora maior; suas falhas anteriores ficaram esquecidas e o presidente egípcio ganhou o *status* de guerreiro da causa pan-árabe, cuja missão era acabar com a presença de Israel no Oriente Médio. Nos países árabes do norte da África ao Iraque, a mídia exaltava suas vitórias e previa o iminente fim da entidade sionista. Nas ruas das capitais árabes, houve manifestações inflamadas em prol de Nasser, com slogans conclamando-o a lançar os judeus ao mar.

Israel também teve sua parcela de responsabilidade por criar a tensão. Cerca de um mês antes do Dia da Independência, os confrontos com os sírios na fronteira norte tinham se multiplicado, como consequência da derrubada de aviões sírios por Israel durante o combate aéreo sobre as colinas do Golan. Nas semanas seguintes, houve mais de dez incidentes envolvendo terroristas do Fatah oriundos da Síria. Na véspera do Dia da Independência, o primeiro-ministro Eshkol e o chefe do Estado-Maior Rabin deram declarações que, para a Síria, soaram como ameaças. Não eram em nada diferentes de outros discursos proferidos no Dia da Independência em anos anteriores, mas os sírios as interpretaram como uma promessa de retaliação israelense de grande escala, devido ao apoio da Síria às ações de guerrilha do Fatah contra Israel. Assim que começou o período de espera, as ações do governo israelense transmitiram uma mensagem de desânimo e fragilidade que ajudou a elevar a tensão e convencer os egípcios de que poderiam avançar até o limite, sem temer uma resposta israelense.

Após a retirada do Sinai e do Estreito de Tiran em 1957, Israel tinha definido o bloqueio do estreito como *casus belli*. O governo, chefiado por Levi Eshkol, buscava agora uma forma de abrir o estreito sem ter de recorrer à força. Ao mesmo tempo, procurava aliados entre as potências ocidentais para o caso de Israel ser atacado pelo Egito ou se ver obrigado a entrar numa guerra. O melhor aliado possível eram os Estados Unidos. Em 1957, os norte-americanos não tinham conseguido garantir que o Estreito de Tiran permanecesse aberto como hidrovias internacional, mas haviam reconhecido o direito de Israel à autodefesa caso o Egito fechasse a passagem. Um esforço

diplomático enorme foi posto em ação para evitar a eclosão de uma guerra com o risco de fazer as duas superpotências entrarem em choque. O bloco soviético tratava a vitória de Nasser como sua e exigia que Israel aceitasse a perda das conquistas de 1957. As nações ocidentais, do outro lado, não chegavam a um consenso. O presidente francês Charles de Gaulle aproveitou a oportunidade para restaurar o *status* da França como grande potência; em sua opinião, as Quatro Potências precisavam se reunir para debater o assunto. Ao mesmo tempo, De Gaulle fez um alerta para que Israel não ousasse entrar em guerra e anunciou um embargo de armas para o Oriente Médio – atitude que afetou sobretudo Israel, que se equipava por meio de armamento francês e precisava de peças de reposição. O presidente norte-americano Lyndon B. Johnson era amigo de Israel, e em 1957, ainda senador, tinha se oposto à pressão do governo Eisenhower sobre o país. Contudo, quando já era presidente e estava atolado na Guerra do Vietnã, enfrentando uma oposição feroz dentro de casa, a última coisa de que precisava era uma nova frente de batalha.

Crescia a preocupação quanto a um possível confronto entre as superpotências. Nas primeiras semanas do período de espera, Israel não obteve o apoio que almejava conseguir por parte dos Estados Unidos, país que se concentrava em impedir os israelenses de atacar e em evitar a deflagração de uma guerra no Oriente Médio. Os israelenses buscavam duas garantias: que a pressão norte-americana de 1957 não voltaria a se repetir, e que, se a guerra começasse, os Estados Unidos impediriam o envolvimento militar soviético. O governo americano propôs o Plano Regatta: uma flotilha internacional furaria o bloqueio e garantiria a livre passagem pelo estreito. Porém, rapidamente ficou claro que nenhum país estava disposto a envolver suas embarcações militares num esforço dessa magnitude. Em vez disso, propôs-se que a Corte Internacional de Justiça, em Haia, realizasse uma audiência minuciosa e exaustiva, para depois decidir se o estreito era uma hidrovia internacional ou se fazia parte do território egípcio, como reivindicavam seus cidadãos. Essa solução garantiria a vitória ao Egito, sem o disparo de um único tiro. A capacidade dissuasiva de Israel tinha ido,

então, por água abaixo, pois duas “linhas vermelhas” de sua política haviam sido ultrapassadas – a desmilitarização do Sinai e a livre passagem pelo Estreito de Tiran –, sem que o país desse uma resposta. No meio-tempo, as IDF mobilizaram seus reservistas. Os dois Exércitos ficaram frente a frente ao longo da fronteira egípcia. Para os israelenses, a situação era insustentável; toda a Estrutura da vida cotidiana estava desestabilizada, a atividade econômica do país tinha congelado, e a tensão só aumentava.

Israel enfrentava tempos difíceis. O frenesi que tomava conta dos países árabes e as ameaças de destruição ouvidas diariamente por meio da mídia árabe – especialmente no rádio e na televisão (Israel ainda não tinha uma rede de televisão própria, mas conseguia assistir à programação de seus vizinhos) – criaram uma atmosfera de véspera de Holocausto: mais uma vez queriam aniquilar os judeus. O presidente da OLP, Ahmed Shukeiri, declarou: “No caso de uma conflagração, nenhum judeu sobreviverá.”¹ Mais uma vez o discurso da Segunda Guerra Mundial ressoava alto e nítido, pois os israelenses encararam a postura aparentemente neutra dos países ocidentais como abandono de seu aliado mais fraco, o que o deixava à mercê do agressor. Os comentaristas não se cansavam de comparar Israel à Tchecoslováquia, abandonada pelas potências ocidentais aos nazistas quando o Pacto de Munique foi assinado. O francês *L'Express* estampou a manchete “Mourir pour Akaba?” (Morrer por Aqaba?), provocando associações com a manchete “Morrer por Danzig?”, lançada na véspera da Segunda Guerra Mundial. A resposta do jornal foi que uma guerra mundial, com riscos inerentes, não deveria ser cogitada por causa de Israel. Em 3 de junho de 1967, a revista britânica *Economist* declarou:

A verdade é que nós não temos uma razão para lutar contra os árabes somente porque eles conseguiram, por um lado, e por mais importante que seja, enganar os israelenses. O Ocidente está comprometido com a preservação de Israel como Estado viável e lutaria caso fosse ameaçado. Mas a perda de uma conquista que Israel obteve em sua Campanha do Sinai (com a ajuda anglo-francesa no Canal de Suez) não é o mesmo que a destruição do Estado... Os israelenses não estão mais debatendo a partir de um argumento forte. O presidente Nasser precisa fazer uma escolha: ser um Bismarck árabe local ou um estadista com pretensões a uma

estatura mundial. Os israelenses têm a opção menos feliz e inferior de agarrar a bola da paz quando essa é arremessada em sua direção.²

Uma ansiedade profunda, quase palpável, tomou conta dos israelenses. Centenas de milhares deles tinham vivido o Holocausto ou perdido familiares no genocídio. O julgamento de Eichmann, alguns anos antes, faumentara entre todos a conscientização sobre o Holocausto e, com isso, o medo do aniquilamento. Havia rumores de que dezenas de milhares de pessoas acabariam mortas no iminente conflito, e o receio de ataques aéreos sobre os centros populacionais aumentava a noção de impotência e medo. A frágil resposta das potências ocidentais e as vozes beligerantes, arrogantes e triunfalistas dos países árabes criavam uma sensação de isolamento e cerco. O único aliado incondicional de Israel era o povo judeu. Nas primeiras duas semanas do período de espera, os judeus norte-americanos não perceberam que se tratava de uma crise real. Aos poucos, as ameaças árabes quanto à existência de Israel penetraram em sua consciência. “Vamos ter uma nova Auschwitz, outra Dachau, outra Treblinka?”, indagou o filósofo Abraham Joshua Heschel.³ A mobilização em prol de Israel foi extraordinária. Desde 1948, os judeus americanos e europeus não davam provas tão calorosas e inequívocas de identificação e de apoio ao povo israelense. O apoio se deu sob a forma de doações, de um apelo de emergência, de manifestações e de tentativas de pressão política, especialmente em Washington. A solidariedade judaica foi comovente e importante, em vista da indiferença com que o resto do mundo tratou Israel.

O ânimo do Exército contrastava profundamente com o da população. O alto-comando das IDF não tinha dúvidas de que poderia derrotar o Exército egípcio, principalmente se conseguisse atacar primeiro. No entanto, estimava-se que, mesmo com a vitória de Israel, haveria milhares de mortes. O Estado-Maior das IDF pressionava por uma autorização para ir à guerra, mas o governo não chegava a um consenso. No dia 27 de maio, uma votação terminou em empate entre aqueles que defendiam uma ação imediata e os que preferiam esperar a diplomacia seguir seu curso. O primeiro-ministro

Levi Eshkol, a favor da ação imediata, não queria tomar uma decisão tão séria utilizando seu voto de minerva, e decidiu esperar. Em 28 de maio, Eshkol anunciou sua decisão pelo rádio.

O anúncio, que entrou para o folclore israelense como “o discurso gaguejante” – dado que Eshkol mal conseguia ler o texto à sua frente e tropeçava nas palavras –, só fez aumentar a tensão nos lares israelenses. A elocução do primeiro-ministro demonstrou fragilidade, bem como seu anúncio de que o período de espera prosseguiria. A opinião pública israelense, principalmente veiculada pela mídia, perdeu a confiança nas habilidades de liderança do chefe de Estado, exatamente nesse momento de crise. Desde o início do período de espera, algumas figuras públicas, inclusive o líder de oposição Menachem Begin, vinham propondo convocar Ben-Gurion de seu exílio autoimposto em Sdeh Boker. Mas, na opinião de Ben-Gurion, Israel não deveria ir à guerra sem ter uma das potências como aliada, da forma como aconteceu em 1956. Quando o chefe do Estado-Maior Yitzhak Rabin procurara seus conselhos, Ben-Gurion o criticara severamente, argumentando que as declarações beligerantes e a mobilização de reservistas no primeiro estágio do período de espera (embora a mobilização fosse limitada) tinham enredado Israel numa armadilha, sob condições desfavoráveis. Em sua opinião, era preciso entrincheirar-se e esperar.

Dividido entre um governo hesitante e um Estado-Maior ansioso por um combate – além de estar ressentido com as críticas de Ben-Gurion –, Rabin teve um colapso e precisou repousar por 24 horas. Voltou às suas funções em 23 de maio. Após 28 de maio, a pressão pública por uma troca de liderança foi canalizada para o sistema político, e membros do gabinete exigiram que a pasta da Defesa (comandada por Eshkol, que era também o primeiro-ministro) fosse designada a alguém com experiência em segurança. Quem liderava a disputa era Moshe Dayan, vencedor da Campanha do Sinai. Ao mesmo tempo, o Partido Nacional Religioso fazia pressão para ampliar o governo de modo a incluir o Gahal (Gush Herut-Liberalim, Bloco Herut e Liberal, fundado em 1965) e o Rafi (Reshimat

Poalei Yisrael, Lista dos Trabalhadores de Israel), partido que havia se separado do Mapai logo após o caso Lavon. No dia 1º de junho, foi feita a fusão, e criou-se um “governo de união nacional”. Menachem Begin foi nomeado ministro sem pasta, e Dayan tornou-se ministro da Defesa.

Em 30 de maio, o rei Hussein aderiu à onda do nacionalismo pan-árabe. Ele estava ciente de que a Síria e o Egito costumavam sabotá-lo, retratando-o como joguete do imperialismo e do Ocidente. Contudo, em vista do entusiasmo público (especialmente entre os palestinos) em seu próprio país, e antecipando um conflito iminente, Hussein acreditava não ter escolha. Caso não se envolvesse no conflito, perderia legitimidade junto a seu povo, quer o Egito ganhasse ou perdesse. O rei da Jordânia, então, viajou para o Egito e assinou um pacto de defesa mútua com Nasser. Além disso, subordinou seu Exército ao comando egípcio e permitiu a entrada de unidades de forças iraquianas em seu território. Vários historiadores interpretam esse pacto como a gota d’água, posto que dizia respeito à paciência de Israel: a ameaça à fronteira leste, vulnerável e extensa, era intolerável. A entrada dos iraquianos na Jordânia representou outro fator de ansiedade; e a ligação entre os Exércitos da Jordânia e do Egito elevou a sensação de cerco.

Supostamente, o período de espera daria ao presidente Johnson a chance de esgotar todas as possibilidades de abrir o Estreito de Tiran por meios pacíficos. Com o passar do tempo, ficou claro que essa esperança era infundada e que a ideia americana de uma flotilha para furar o bloqueio não passava de uma quimera. Enquanto isso, para os israelenses o problema do estreito tornou-se secundário, em comparação à mobilização dos dois exércitos na fronteira sul, sem que aparecesse no horizonte uma solução para a redução das tensões. Os americanos não dariam o sinal verde para Israel atacar, mas tudo indicava que não se oporiam a uma ação israelense. Em 31 de maio, Meir Amit, chefe do Mossad, foi para os Estados Unidos averiguar o posicionamento americano, e voltou a Israel com um “sinal amarelo”. Os Estados Unidos, disse Amit, não “cumpririam a shivá” (isto é, não ficariam de luto, em referência ao período de uma semana do luto

judaico) caso Israel atacasse o Egito. O receio de que a pressão americana sobre Israel se repetisse, como aconteceu em 1956, estava enfraquecido, embora não totalmente afastado.

No dia 2 de junho, o novo governo israelense decidiu ir à guerra. Em 5 de junho, após três semanas de espera, as IDF lançaram sua ofensiva.

Quando se pensa na abrangência da vitória, no número relativamente baixo de perdas e na área ocupada, pode-se dizer que a Guerra dos Seis Dias foi a mais curta e a mais espetacular de todas as guerras travadas por Israel. O país foi arrastado para a guerra sob coação e sem objetivos previamente planejados; sua evolução foi determinada por ministros, pela opinião pública, por comandantes no cenário da batalha e pelos acasos da guerra. Israel entrou na guerra para derrotar o Exército egípcio e abrir o Estreito de Tiran às embarcações israelenses. Terminou a guerra com controle absoluto sobre a Faixa de Gaza e a península do Sinai até o Canal de Suez. Em apenas três horas, a Força Aérea Israelense destruiu a Força Aérea Egípcia. Depois, concentrou seus esforços para destruir as forças aéreas da Síria e da Jordânia. Foi essa vitória nos ares que determinou o desfecho da guerra. Passados dois dias, o Exército egípcio no Sinai tinha recebido um golpe decisivo e batia em retirada, com as IDF em seu encalço. Dayan queria se deter a dez quilômetros do canal, para evitar que a passagem fosse fechada, já que essa complicação estremeceria a relação de Israel com as Grandes Potências. Contudo, a campanha se desenvolveu de tal forma que as IDF alcançaram as margens do canal.

Ao mesmo tempo, desenrolou-se a guerra contra a Jordânia. No primeiro dia, os jordanianos bombardearam Jerusalém e toda a extensão da fronteira com Israel. Israel queria evitar uma guerra em diversas frentes e, além disso, não nutria intenções ofensivas em relação à Jordânia. Portanto, Eshkol enviou uma mensagem ao rei Hussein na qual dizia que, se a Jordânia se mantivesse fora do conflito e parasse de bombardear o país, Israel respeitaria o acordo de armistício. No entanto, em vez disso, o bombardeio a Jerusalém se intensificou e atingiu a base aérea de Ramat David; os jordanianos tentaram tomar a residência do alto-comissário (onde

estava o grupo de observadores da ONU), que comandava a parte sul de Jerusalém. Como consequência, o governo israelense foi forçado a tomar decisões que levaram à ocupação da Cisjordânia. A primeira ordem era garantir o acesso ao Monte Scopus, um enclave israelense em território jordaniano. Temia-se que a região não resistiria a um ataque da Legião Árabe. Em seguida, a ordem foi estendida para abranger a parte oriental de Jerusalém, mas não a Cidade Velha, e depois, por fim, toda a Cisjordânia.

Assim que se encerrou o confronto no Sinai e na Cisjordânia, o gabinete pôs-se a discutir se deveria ou não tomar as colinas do Golan. Ao longo da guerra, a Síria não tinha feito qualquer tentativa real de atacar Israel nem de ajudar o Egito ou a Jordânia, exceto pelos bombardeios contínuos aos assentamentos do Vale do Jordão. O gabinete hesitou, com receio de uma intervenção soviética caso Israel atacasse a Síria, especialmente tendo em vista o sucesso israelense contra o Egito. Por outro lado, a Síria tinha começado o imbróglio que levava à guerra, e continuou com os bombardeios ao Vale do Jordão durante o confronto. Os habitantes do Vale do Jordão formavam um grupo de pressão para incentivar a ocupação das colinas. No gabinete, a maioria também era a favor dessa tomada de território, ao que Dayan se opunha. A ONU pressionava por um cessar-fogo – algo que os árabes rejeitavam insistentemente, exigindo, em primeiro lugar, o recuo incondicional de Israel às fronteiras de 4 de junho –, e parecia não haver mais tempo para uma guerra contra a Síria. Contudo, nas primeiras horas do dia 9 de junho, quinto dia de guerra, Dayan driblou o primeiro-ministro e o chefe do Estado-Maior e emitiu uma ordem direta a David Elazar, comandante geral do Comando Norte, para conquistar as colinas do Golan. A ocupação das colinas, que controlam o Vale do Jordão e a Galileia oriental, levou menos de dois dias.

Os seis dias de combate transformaram as feições do Oriente Médio. De país em franca desvantagem, sob ameaça de destruição, Israel emergiu como potência regional, cujos posicionamentos deveriam ser levados em consideração. A maior parte dos moradores das colinas do Golan deixaram

o território junto com o Exército sírio, mas quase um milhão de palestinos permaneceram na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

Nos primeiros dezenove anos de sua história, Israel aceitou as fronteiras do armistício como permanentes. Alguns de fato sonhavam com uma Grande Israel, dentro das fronteiras originais do Mandato Britânico. O partido Herut, de Begin, continuava exigindo toda a Eretz Yisrael ocidental. No Hakibbutz Hameuhad, sob a liderança de Yitzhak Tabenkin, os anseios pela Grande Israel tampouco haviam esmorecido. Contudo, até mesmo essas organizações aceitavam, efetivamente, a realidade do país repartido, e não traduziam seus anseios num plano político de ação. Com o passar dos anos, diminuiu o apego à ideia da Grande Israel. A geração que tinha crescido no jovem Estado não conhecia ou não desejava a Grande Israel. A maioria da população era formada por imigrantes que haviam chegado depois de 1948 e só conheciam a realidade das fronteiras do armistício. Quando o Gahal foi fundado, sua plataforma não incluiu a cláusula do Herut a respeito da Grande Israel, que havia prejudicado a legitimidade do Herut perante a população em geral por soar como belicismo.

Em 12 de maio de 1967, véspera do Dia da Independência, o jornal *Maariv* publicou uma entrevista de Geula Cohen, antiga combatente do Lehi, com David Ben-Gurion, que havia se recolhido em Sdeh Boker. Cohen perguntou: “O que o senhor diria ao seu neto, hoje, se ele lhe perguntasse ‘vovô, quais são as fronteiras do meu país?’” Ben-Gurion respondeu: “Bom, eu diria o seguinte: ‘As fronteiras do seu país são as atuais fronteiras do Estado de Israel. É isso.’” E acrescentou: “Não existem fronteiras absolutas. Se os árabes tivessem aceitado a resolução da ONU [de 1947], nossas fronteiras teriam sido reduzidas... O conceito de ‘fronteiras históricas’ é um conceito para a vinda do Messias.” Cohen insistiu: “O senhor incentivaria uma criança israelense a escrever uma canção nostálgica sobre uma Grande Jerusalém?” Lacônico, Ben-Gurion retrucou: “Se ela tiver vontade, que escreva, mas eu não escreveria.”⁴

A retirada incondicional do Sinai em 1957 tinha reforçado a aceitação, por parte de Israel, da Linha Verde, ou seja, das fronteiras do armistício. No

entanto, isso não significava que a geração de 1948 – os egressos do Hakibbutz Hameuhad ou do Etzel e do Lehi – não sonhasse secretamente com uma Grande Israel. Mas é improvável que esses sonhos guiassem os políticos, e certamente não serviram de motivação para a criação do Estado. Ainda assim, uma brasa persistente, antes escondida, se transformou em grande chama durante a Guerra dos Seis Dias e depois da disputa. As decisões de ampliar o combate contra a Jordânia e, especialmente, de conquistar Jerusalém – instadas pelos ministros Begin e Allon – não foram tomadas apenas por motivos estratégicos. O ataque a Jerusalém foi motivado por sentimentos que iam além das necessidades políticas. Quando os paraquedistas chegaram ao Muro das Lamentações, ficaram profundamente emocionados e não conseguiram conter o choro. Não se tratava de tropas religiosas, e os toques do shofar emitidos pelo rabino-chefe das IDF, Shlomo Goren, não lhes diziam nada. Porém, algum elemento naquele encontro com a história judaica, com o Muro das Lamentações, os conectou às suas raízes.

É interessante notar que o Partido Nacional Religioso, sob a liderança de Moshe Chaim Shapira, preocupava-se em demasia com a ideia de ir à guerra, e se opunha a qualquer movimentação agressiva da parte de Israel. Shapira era contra a conquista de Jerusalém; para ele, caso Israel entrasse na cidade, não conseguiria mais sair. A opinião pública os forçaria a permanecer lá, o que representaria a ruína do país na esfera internacional. De fato, com a conquista de Jerusalém, o entusiasmo que tomou conta de todo o povo judeu, em Israel e na Diáspora, trouxe à tona desejos ocultos e níveis de consciência e identificação antes insuspeitos.

Como resultado desse turbilhão de emoções, após discutir os resultados da guerra no dia 19 de junho, o gabinete anunciou que Israel estava disposto a deixar o Sinai e as colinas do Golan em troca de assinar acordos de paz com seus vizinhos, mas Jerusalém e a Cisjordânia não estavam incluídas na oferta. Os territórios da Cisjordânia seriam alvo de negociações com a Jordânia. O anúncio demonstrou a diferença entre a Campanha do Sinai e a Guerra dos Seis Dias. Dessa vez, Israel enxergava suas conquistas territoriais como alavanca para alcançar a paz com seus vizinhos, e foi então que se

cunhou a fórmula “terra em troca de paz”. Pela primeira vez desde a Guerra de 1948, os israelenses sentiam ter uma carta na manga para negociar a paz. No entanto, ao remover da fórmula as áreas a oeste do rio Jordão, tornavam-se improváveis as chances de haver conversas de paz com o parceiro mais conveniente para Israel, o rei Hussein da Jordânia.

Levando-se em conta o grande trauma vivenciado pela população israelense na véspera da guerra, era natural que se testemunhasse grande euforia logo após a brilhante vitória. Um tremendo alívio misturou-se a um sentimento de orgulho pela conquista e à esperança de que essa guerra seria a última. Dayan anunciou que estava à espera de um telefonema dos governantes árabes. Contudo, seu telefone não tocou. O que os israelenses encararam como a vitória do mais fraco e sitiado sobre adversários beligerantes representou para os árabes uma terrível humilhação que manchava a honra nacional, e os fazia clamar por vingança e “outro *round*” para apagar a vergonha. A Conferência de Cartum, em 1967, que contou com a presença de oito países árabes, estabeleceu três “nãos”: não ao reconhecimento de Israel; não às negociações; e não à paz. O que foi tomado à força será reconquistado à força, declarou Nasser, que havia momentaneamente perdido a compostura e renunciara, mas acabara retomando seu posto, impulsionado pelas manifestações de apoio por parte de seu povo. Embora Israel tivesse se mostrado capaz de derrotar os árabes, não conseguiria forçá-los a fazer a paz. O equilíbrio de poder entre o pequeno país e seus vários vizinhos poderosos não se alterou com a Guerra dos Seis Dias. A URSS reabasteceu os estoques de armas e equipamentos do Egito e da Síria. Poucos meses depois, seus arsenais já estavam renovados. No entanto, as resoluções da Conferência de Cartum também deixaram claro, pela primeira vez, que talvez fosse possível adotar medidas diplomáticas para a devolução dos territórios ocupados na guerra. Esses sinais confusos – de guerra, direcionados à opinião pública árabe, e de negociações, abafados e hesitantes, direcionados ao Ocidente – geraram interpretações contraditórias sobre o posicionamento árabe.

A vitória israelense também foi interpretada como a vitória do Ocidente sobre a URSS e seus satélites. As armas soviéticas tinham falhado diante dos sistemas de armamento ocidentais. A informação falsa, difundida pela URSS, de que haveria tropas israelenses concentradas ao norte e, mais tarde, o apoio soviético irrestrito a Nasser, junto do reforço à crença egípcia de que eles conseguiriam vencer a guerra, tinham incitado Nasser a tomar suas medidas de provocação. Ao mesmo tempo, no entanto, o envolvimento dos soviéticos permaneceu limitado, pois eles não estavam dispostos a se engajar efetivamente no conflito. Os Estados Unidos e a URSS concordaram em evitar o envolvimento militar direto e mantiveram um equilíbrio precário entre si. Os soviéticos se limitaram a romper as relações diplomáticas com Israel. Os países do bloco oriental, com exceção da Romênia, seguiram os mesmos passos, assim como alguns países africanos.

Após muitos meses de negociação, as partes envolvidas conseguiram formular uma proposta de resolução passível de ser aceita pelo Conselho de Segurança da ONU. Em 22 de novembro de 1967, foi aprovada a resolução 242. Os árabes não aceitariam uma resolução que os obrigasse a reconhecer Israel ou negociar com o país. Exigiam a retirada israelense imediata e incondicional de todos os territórios ocupados na guerra. Israel não aceitava essa condição e exigia, por sua vez, reconhecimento, paz e o direito de viver dentro de “fronteiras seguras e reconhecidas”. As grandes potências realizaram uma manobra entre essas demandas divergentes. A resolução enfatizou que territórios não poderiam ser anexados pela guerra, mas também que seriam tomadas medidas para criar “uma paz justa e duradoura” entre todos os países da região. Israel deveria se retirar “de territórios ocupados no recente conflito”, e os árabes deveriam renunciar ao estado de guerra, reconhecer e respeitar a soberania e a integridade dos países da região (*i.e.*, Israel), bem como seu direito “de viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas”. Além disso, a livre navegação deveria ser assegurada, e o problema dos refugiados, resolvido. Um enviado especial da ONU iria até a região para ajudar na implementação desses acordos.

Considerada a versão oficial da resolução, o documento em inglês menciona a retirada “de territórios” (ver parágrafo anterior); ou seja, não necessariamente de *todos* os territórios. Contudo, a versão em francês acrescenta o artigo definido, o que permitiu a interpretação de que a retirada incluía todos os territórios, que é como os árabes entenderam o texto. O Egito e a Jordânia aceitaram a resolução imediatamente. Israel a aceitou algumas semanas depois, e a Síria, apenas depois que Hafez al-Assad assumiu o poder. Os palestinos rejeitaram o documento logo de pronto, uma vez que eram mencionados apenas indiretamente, na referência à questão dos refugiados.

Uma consequência inesperada da guerra foi o ressurgimento da questão palestina. Após a Guerra da Independência, os países árabes e Israel tinham se apropriado dos territórios atribuídos ao Estado palestino na resolução da ONU de 1947. Os palestinos não possuíam uma representação nacional. Suas tentativas de reingressar no cenário internacional como entidade com direitos próprios começaram com a fundação do Fatah e da OLP. Nesse momento, os palestinos exigiam toda a Palestina ocidental e não aceitavam a existência do Estado de Israel. Após a Guerra dos Seis Dias, Israel se viu na posição de ter de governar mais de um milhão de palestinos. Pela primeira vez desde o início da década de 1950, os israelenses ficaram frente a frente com os palestinos, que até então viviam ao longo da fronteira, sem que a população tivesse muita consciência de sua existência. A partir desse encontro, surgiram inúmeros debates sobre as dificuldades dos refugiados e até mesmo sobre as obrigações de Israel para com a resolução do problema. Ao mesmo tempo, a OLP passou a ter um amplo escopo de atuação contra Israel dentro dos territórios ocupados e poderia se engajar numa guerra de libertação, como haviam feito outras nações sob domínio estrangeiro. O despertar do nacionalismo palestino foi resultado direto da falha dos países árabes em destruir Israel militarmente. A OLP encampou a ideia de um conflito armado prolongado, sob a forma de combate de guerrilha, como fizera o Front de Libération Nationale (FLN) na Argélia.

NOTAS

1. “Mourir pour Akaba”, *L'Express*, 5–11 de junho, 1967, p. 15. Citado por Benjamin Kedar, “Milhamot kenekudot mifne bahistoria” (Guerras como momentos decisivos na história), in: Asher Susser (org.). *Shisha yamim – shloshim shana: mabat hadash al milhemet sheshet hayamim* (Seis Dias – trinta anos: novas perspectivas sobre a Guerra dos Seis Dias), Tel Aviv: Am Oved e Centro Yitzhak Rabin de Estudos sobre Israel, 1999, p. 25.
2. “Nasser conseguirá fazer a paz?”, *Economist*, 3 de junho, 1967, pp. 994–995. Citado por Benjamin Kedar, “Milhamot kenekudot mifne bahistoria” (Guerras como momentos decisivos na história), in: Asher Susser (org.). *Shisha yamim – shloshim shana: mabat hadash al milhemet sheshet hayamim* (Seis Dias – trinta anos: novas perspectivas sobre a Guerra dos Seis Dias), Tel Aviv: Am Oved e Centro Yitzhak Rabin de Estudos sobre Israel, 1999, pp. 25–26.
3. M. L. Urofsky, *We Are One: American Jewry and Israel*, Garden City, NJ: 1978, p. 350. Citado por Menachem Kaufman, “Hashpaat milhemet sheshet hayamim al hitpathuta shel hamagbit hayehudit hameuhedet” (O United Jewish Appeal na Guerra dos Seis Dias), *Yahadut Zemanenu* (Judaísmo contemporâneo), vol. 9, Jerusalém, 1995, p. 210.
4. Geula Cohen, “Bearba einayyim im David Ben-Gurion” (*Tête-à-tête* com David Ben-Gurion), *Maariv*, 12/5/1967.

A ERA DA EUFORIA 1967–1973

Após a Guerra dos Seis Dias, Israel passou por uma grande transformação. A ansiedade profunda e generalizada do período de espera, que se estendeu por três semanas, deu lugar à euforia: “Vivíamos como em um sonho” (Salmos 126:1). De repente, Israel tornou-se uma celebridade mundial; já não era um país adormecido em um canto remoto do Oriente Médio, e sim o foco de eventos de importância global. Jornalistas e equipes de TV chegavam de todas as partes do mundo, seguidos por milhares de voluntários, judeus e não judeus, entusiasmados pelas façanhas militares do pequeno país, contra todos os seus agressores. Os voluntários encontraram trabalho nos *kibutzim*, ajudando nas funções sazonais, substituindo os jovens que serviam no Exército ou os que haviam sido mobilizados como reservistas. Esses viajantes levaram a Israel os sabores e as tendências do mundo mais amplo, eliminando o isolamento parcial em que o país havia vivido em seus primeiros dezenove anos – tanto porque os estrangeiros não tinham nenhum interesse ali quanto pela falta de moeda estrangeira, que impedia seus cidadãos de viajarem ao exterior.

Israel passou a ser uma potência regional, governando um milhão de palestinos e com um território quatro vezes maior do que o que controlava antes da guerra. A situação criou uma série de dificuldades, mantidas na agenda pública durante a década seguinte e mais além. A primeira era a questão da segurança: a vitória não havia trazido a tão almejada paz, mas sim deteriorado as relações com os países vizinhos. Não houve um retorno à relativa paz da década anterior à guerra. Poucos meses após o fim da guerra,

iniciaram-se ataques de terroristas palestinos contra Israel e alvos israelenses no exterior, cujo ápice foi o assassinato dos atletas israelenses nas olimpíadas de Munique, em 1972. Em março de 1969, iniciou-se a “Guerra de Atrito” ao longo do Canal de Suez, que se estendeu até agosto de 1970.

A administração dos novos territórios tornou-se um dos principais assuntos do discurso político israelense. O que seria feito com as regiões ocupadas? Serviriam de moeda de troca, para induzir os árabes a fazerem a paz com Israel, ou de acréscimo estratégico, vital para a segurança do Estado? O assentamento judaico nos territórios alinhava-se com o impulso e o mito sionistas, segundo os quais o arado judaico deveria determinar as fronteiras. Deveriam as fronteiras da Linha Verde ser expandidas através do assentamento judaico nos territórios ocupados, ou os judeus somente deveriam se estabelecer em áreas esparsamente habitadas pelos árabes, de acordo com as necessidades de segurança? Por fim, havia o debate de cunho cultural e moral sobre a ideia de governar outro povo: seria algo justificável? Em caso positivo, sob que circunstâncias? Conotações messiânicas, religiosas e seculares prontamente impregnaram os debates.

Comunidades judaicas ao redor do mundo, especialmente nos Estados Unidos, compartilhavam o júbilo e a alegria da salvação, na esteira da vitória. A sensação de destino comum, compartilhado entre Israel e o povo judeu, nunca havia sido tão forte. Durante o “período de espera”, Hannah Arendt, conhecida por sua falta de empatia por Israel e pelos israelenses, expressou sua ansiedade pelo destino de ambos. Os judeus da Diáspora sentiam-se como parceiros orgulhosos da vitória das IDF e o exibiam em mostras de identificação com o Estado, visitas a Israel e um significativo aumento no número de doações. Houve também uma onda de imigração composta por dezenas de milhares de judeus do mundo ocidental.

Apesar de a União Soviética ter rompido relações diplomáticas com Israel no pós-guerra, o fato não impediu os judeus soviéticos de demonstrarem apoio a seus irmãos em Israel. Uma onda de entusiasmo abateu-se sobre esses “judeus silenciosos” e, após a Guerra dos Seis Dias, os judeus da URSS engajaram-se em uma batalha pública pelo direito de

emigrarem para Israel. Até então, toda a atividade em nome dos judeus soviéticos havia sido secreta, por medo de causar dano à vida dos sionistas na Rússia. Mas, desse momento em diante, sinalizou-se uma mudança desse grupo rumo ao ativismo público. Em novembro de 1969, a primeira-ministra Golda Meir leu, do pódio do Knesset, uma carta de dezoito famílias da Geórgia, que exigiam publicamente seu direito de emigrar. Em 1971, um congresso internacional foi realizado em Bruxelas, para mobilizar a opinião pública em favor dessa luta, sob a súplica bíblica que Martin Luther King havia transformado em slogan político: “Deixem meu povo partir.”

A luta dos judeus russos pelo direito de imigrar para Israel foi heroica. Ativistas na URSS fundaram grupos para estudar hebraico e história judaica, tradição e religião, de modo a fortalecer a consciência nacional judaica. Eles realizavam encontros nas florestas nos arredores das cidades russas, com cantorias em hebraico, discussões sobre Israel e leituras de vários textos. Israel, que já em 1953 havia criado o Nativ, uma rede clandestina com a intenção de reforçar a consciência nacional judaica na Rússia, ajudou em segredo. Milhares de judeus começaram a apresentar requisições para abandonar a URSS e emigrar para Israel, mas a maioria dos pedidos era recusada pelo governo. Os *refuseniks*, nome dado àqueles que tinham os pedidos recusados, eram ainda demitidos de seus empregos. Nem o desemprego nem a repressão policial os dissuadiram de fomentar a agitação, que ameaçava se espalhar por um amplo círculo de opositores do regime.

Nos Estados Unidos, surgiu um grande movimento popular, de judeus e não judeus, em apoio aos judeus soviéticos, atingindo seu clímax quando a emenda Jackson-Vanik foi aprovada em ambas as casas do Congresso. Capitaneada pelo senador Henry Jackson, a emenda negava benefícios econômicos em relações comerciais aos países que restringissem a liberdade de emigração e outros direitos humanos. Ainda que haja dúvidas quanto aos efeitos da emenda no aumento da imigração – que diminuiu depois de sua aprovação –, a discussão em torno da questão nos anos anteriores aparentemente influenciou os soviéticos em sua decisão de permitir a partida dos judeus. É provável que quisessem se livrar dos ativistas,

permitindo que emigrassem, para então voltar a fechar as fronteiras. De qualquer forma, na primeira metade dos anos 1970, cerca de 250.000 judeus puderam deixar a União Soviética; a maioria – algo em torno de 160.000 – estabeleceu-se em Israel, e o restante foi para outros países.

Essa nova onda de imigração foi acompanhada de generosas doações por parte de judeus do Ocidente, para facilitar a absorção dos imigrantes. O governo também despendeu grandes somas para realocar suas tropas nos novos territórios e preparar-se para as novas ameaças que surgiram após a guerra. Poços de petróleo conquistados no Sinai passaram a suprir metade das necessidades israelenses de combustível. Todos esses fatores levaram a um acelerado crescimento da economia, o que substituiu a estagnação e a recessão do início dos anos 1960, responsável por causar desemprego e diminuição da atividade econômica.

A Linha Verde, limite da fronteira entre Israel e a Cisjordânia, estava agora aberta ao tráfego em ambas as direções, com os dois lados demonstrando uma enorme curiosidade um pelo outro. Os israelenses inundavam os mercados da Cisjordânia, onde compravam bens e mercadorias por preços muito inferiores aos vigentes na “pequena Israel”, e o movimento de turistas israelenses congestionava as estradas. A geração de 1948 revisitou os cenários de suas batalhas, onde foi possível recordar e verter lágrimas pelos camaradas que não viveram para ver este dia. Pessoas que haviam chegado a Israel após a Guerra de Independência podiam, pela primeira vez, viver a amplitude da Grande Israel e visitar os locais históricos gravados na memória coletiva: o Monte do Templo, o Muro das Lamentações, a Gruta de Machpelah (Tumba dos Patriarcas) e a Tumba de Rachel. Além de Massada, local de peregrinação do período do Yishuv, podiam agora visitar Herodion e Gamla, outras fortalezas famosas como locais de resistência judaica, na guerra contra os romanos. Os restos mortais de Avshalom Feinberg, membro da rede de espões Nili morto em condições misteriosas a caminho do Egito durante a Primeira Guerra Mundial, foram descobertos na fronteira de Rafah, onde uma palmeira havia crescido a partir da semente de uma tâmara supostamente deixada por ele. A fábula

dessa árvore competia com a do carvalho remanescente nos escombros do bloco de Etzion, agora um renovado assentamento judaico, habitado pelos filhos e pelas filhas dos evacuados. Áreas antes vedadas a arqueólogos israelenses estavam agora abertas à pesquisa, proporcionando um maior conhecimento sobre a antiguidade dos judeus e de sua terra.

O ministro da Defesa, Moshe Dayan, tornou-se um símbolo da ousadia e rebeldia israelenses, e seu rosto, com o tapa-olho negro, adornava os noticiários e as capas das revistas. Mundialmente famoso, também se tornou o estadista mais admirado em Israel. Dayan buscava manter uma ocupação “*soft*” na Cisjordânia, com o mínimo possível de interferência na vida dos árabes. A segurança estava a cargo das IDF, mas todo o mais continuaria sob jurisdição jordaniã, e o governo local ficara nas mãos dos prefeitos nomeados pelo rei Hussein (até as eleições municipais de 1976). Em pouco tempo garantiu-se a paz e a segurança pública na Cisjordânia; chocados pela derrota, nos primeiros meses após a ocupação israelense os palestinos não opuseram resistência e surpreenderam-se com a atitude esclarecida dos ocupantes, descritos na propaganda árabe como “bestas humanas”. Os habitantes de Hebron esperavam uma vingança israelense pelo massacre de 1929. Quando a vingança não se materializou, houve tanto um suspiro de alívio quanto uma disposição para cooperar com os ocupantes, no intuito de retomar a vida normal.

A guerra dificultou a conexão entre a Cisjordânia e o restante do mundo árabe. O mercado natural para a produção local era a Jordânia, e, com a destruição das pontes, os comerciantes palestinos começaram a despachar a produção agrícola da margem ocidental para a margem oriental do rio Jordão, em caminhões que cruzavam o rio através de suas águas rasas do final do verão. O que começou como uma iniciativa local, com o apoio de oficiais das IDF, se tornou a base da política administrativa israelense. Dayan entendeu a importância da conexão entre as duas margens do rio e também tinha ciência da importância, para os agricultores palestinos, de comercializar seus produtos na Jordânia e de lá para os países do Golfo. Uma vez consertadas, as pontes sobre o Jordão passaram a sustentar um

pesado tráfego e tornaram-se a conexão vital da Cisjordânia. Ao mesmo tempo, dezenas de milhares de trabalhadores árabes da Faixa de Gaza e da Cisjordânia passaram a buscar emprego em Israel. As principais obras, retomadas após a guerra, requeriam trabalhadores: foram construídas bases militares nos territórios ocupados, fortificações ao longo do Canal de Suez e novos assentamentos nos territórios. Todas as construções proviam oportunidades aos trabalhadores árabes e geravam prosperidade na Cisjordânia.

Moshe Dayan acreditava que uma “ocupação esclarecida” garantiria, no longo prazo, o controle israelense sobre os territórios habitados pelos árabes, sem a necessidade do uso significativo da força. Esse conceito nasceu da crença de que o interesse econômico poderia mitigar conflitos nacionais, e de sua percepção dos palestinos como uma população que nunca havia sido totalmente independente e provavelmente aceitaria os ocupantes judeus, se estes se comportassem com sensatez e respeitassem os palestinos e seus costumes. Dayan se opunha à anexação dos “territórios” (aos quais os israelenses se referiam como “ocupados” ou “liberados”, dependendo de seu ponto de vista). Israel anexou a parte leste de Jerusalém e seu entorno, de acordo com uma lei aprovada no Knesset, e, mais tarde, em 1981, também o Golan foi posto sob jurisdição israelense. Três aldeias árabes no enclave de Latrun foram demolidas e seus habitantes expulsos, e a estrada para Jerusalém foi reconstruída em seu lugar, sob a hipótese de que qualquer acordo político futuro incluiria este pequeno ajuste territorial. Fora isso, Israel absteve-se de mudanças na situação existente na Cisjordânia.

Israel evitou a anexação na esperança de chegar a um acordo com a Jordânia, mas também por sua relutância em dar cidadania a um milhão de árabes, o que mudaria o perfil demográfico do Estado e colocaria em risco seu caráter de Estado judaico. Este receio ficou evidente desde o primeiro dia da ocupação. Ben-Gurion se pronunciava abertamente a favor da devolução de todos os territórios ocupados – com exceção de Jerusalém –, em troca de paz. O professor Yeshayahu Leibowitz foi mais além, demandando uma retirada israelense completa e unilateral, mesmo sem um

acordo de paz, por causa da corrupção moral trazida pela ocupação. A presença de milhares de trabalhadores árabes por toda parte provocou a oposição de grupos que, durante o período do Yishuv, tinham adotado a ideologia do “trabalho hebreu”. Ainda assim, havia-se erodido a crença de que no Estado judeu os judeus deveriam ocupar todas as camadas sociais, e criou-se uma realidade que lembrava a estratificação socioeconômica das sociedades coloniais, na qual a maior parte dos trabalhadores na construção e na agricultura eram árabes.

A euforia geral que se seguiu à vitória manifestou-se principalmente de duas formas: uma arrogante, ruidosa e paternalista; a outra discreta. A primeira apareceu em álbuns sobre a vitória, publicados após a guerra e que louvavam as IDF e seus comandantes, transformando-os em celebridades adoradas pela mídia. Alguns livros publicados após a guerra relatavam os feitos heroicos de vários soldados e de suas unidades. Dentre essas obras, a mais notável foi *Os tanques de Tamuz*, de Shabtai Teveth. A narrativa descrevia as tropas da “Divisão de aço”, a divisão blindada comandada pelo Major-General Yisrael Tal, concentrando-se na brigada comandada pelo coronel Shmuel Gonen. O livro, que se tornou extremamente popular, exaltava o heroísmo dos soldados e oficiais da brigada, muitos dos quais deixariam sua marca em guerras futuras. E emocionou um público israelense ansioso por figuras exemplares da guerra recente, heróis dessa nova “geração israelense” que substituíssem os heróis das gerações anteriores.

Os álbuns da vitória exploravam a popularidade das IDF e de seus comandantes, ao mesmo tempo que transmitiam um triunfalismo não disfarçado, saturando o público com expressões da superioridade das IDF, a preeminência de seus escalões de comando e o estado lamentável dos árabes. Os comandantes emergiram de um relativo anonimato, até então característico do sistema de defesa, para se tornarem nomes conhecidos. A tendência de referir-se a eles usando seus apelidos refletia a sensação de familiaridade do público com a liderança militar: “Arik” (Ariel Sharon),

“Talik” (Yisrael Tal), “Gorodish” (Shmuel Gonen), “Dado” (David Elazar), “Motta” (Mordechai Gur) e assim por diante.

No verão de 1967, em uma cerimônia realizada no anfiteatro do campus de Monte Scopus da Universidade Hebraica de Jerusalém, que ficara abandonado por dezenove anos, Yitzhak Rabin, chefe do Estado-Maior, recebeu um título honorário de doutor. Na ocasião, fez um discurso no qual se utilizou de uma abordagem completamente diferente em relação à vitória: evitou descrições triunfais, enfatizou o alto custo da guerra para os vitoriosos e o sofrimento dos derrotados, compartilhando o triunfo com todo o Exército, ao mesmo tempo que exaltou os valores da moralidade e do espírito. Essa atitude espiritual também estava evidente no livro mais emblemático do período, *Siah Lohamim* (Conversas de soldados, publicado em inglês como *O sétimo dia*), encarado como uma expressão dos sentimentos menos explícitos da sociedade israelense. Os soldados haviam voltado para casa silenciosos e entristecidos, e o movimento kibutziano decidiu realizar uma série de entrevistas com seus filhos, que estavam em choque pelas experiências vividas. O movimento sofrera muitas baixas: aproximadamente um quarto do total de mortos era de membros dos *kibutzim*, cinco vezes sua proporção em relação ao total da população. O objetivo das entrevistas era encorajar os soldados a desabafar e aliviar suas penosas memórias. A iniciativa foi do conselho editorial do *Shdemot*, a publicação literária do movimento kibutziano, que desde o começo da década de 1960 tentava infundir tradição e literatura judaica nos *kibutzim*. Entre os entrevistados e entrevistadores estavam Amós Oz, Muki Tsur, Abba Kovner e o editor do livro, Avraham Shapira. *Siah Lohamim* foi publicado em outubro de 1967, como publicação interna do movimento, mas, com a disseminação da notícia de sua publicação, foi grande a demanda por cópias adicionais. Logo em seguida, foi publicado para o público em geral e se tornou parte do cânone israelense.

Siah Lohamim permitiu que fosse ouvida a voz “menor” da sociedade israelense, os valores da geração que não lutara na Guerra de Independência, mas havia crescido no pós-guerra, na “Pequena Israel”, com medo da

aniquilação e aterrorizada pela guerra. Os jovens que lutaram na Guerra de Independência não tinham medo da derrota e do seu possível significado; mas era evidente que a conscientização sobre o Holocausto havia penetrado as mentes da nova geração. A par do que o povo judeu havia sofrido na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, essa geração chegou a duas conclusões: que as ameaças árabes de jogar os judeus ao mar eram reais, e de que era sua obrigação defender o país para evitar a repetição de um extermínio em massa e a degradação da dignidade humana do povo judeu. De acordo com Yariv Ben Aharon, “todos concordamos que tanto nosso espírito combatente quanto nossa força nesta guerra provinham da certeza de que os árabes estavam engajados em uma guerra de aniquilação”.¹ Alguns anos antes da guerra, Ofer Feniger escreveu à namorada:

...estou sentado em um evento em memória às vítimas do Holocausto, encarando os olhos dos sobreviventes sentados a meu lado e todos eles expressam desamparo e desesperança... A partir de todo esse horror e desamparo, sinto surgir uma vontade enorme de ser forte, tanto que fico com o olhar marejado, fico forte e afiado como uma faca, uma faca serena, terrível e perigosa. É assim que quero ser! Quero ter a certeza de que nunca mais aqueles olhos vazios fitarão por detrás de cercas eletrificadas! Somente se eu for forte, não mais o farão! Somente se formos todos fortes; judeus fortes e orgulhosos! Somente se nunca mais nos permitirmos sermos levados para o sacrifício.²

Feniger foi morto na batalha dos paraquedistas em Jerusalém.

A sensação de que lutavam por seu lar, sua família e pela família nacional mais extensa tornou-se uma fonte de força e de disposição para o sacrifício. Ao mesmo tempo, o conhecimento sobre os eventos do Holocausto tornou-os sensíveis à tragédia do outro lado. Encontros com tropas inimigas em fuga inspiravam não uma intoxicação pela vitória, mas compaixão por aqueles homens desafortunados, que haviam sido enviados aos campos da morte e certamente tinham famílias à espera de seu retorno. Encontros com refugiados árabes, mulheres e crianças, carregando seus pertences e tentando escapar do campo de batalha, despertaram comparações com os refugiados judeus, que buscaram, em vão, refúgio durante a Segunda

Guerra. Paradoxalmente, o mesmo conjunto de valores e associações que pulsava nesses soldados e lhes brindava com a força moral para a luta também os sensibilizava para o sofrimento do inimigo. Eles não odiavam os árabes; eram capazes de demonstrar ódio contra os alemães, mas não contra o inimigo que enfrentaram.

O encontro com a “grande Israel” despertou sentimentos contraditórios nesses soldados: tendo a Bíblia como elemento cultural central em sua educação, a vastidão das terras bíblicas, especialmente Jerusalém, o Monte do Templo e o Muro das Lamentações, despertou sentimentos profundos, cuja existência em si muitas vezes os surpreendia. O que mais os tocou foi o contato com partes da história judaica, a conexão com um passado mítico-histórico. Alguns dos membros do Hakibutz Hameuchad (que antes de 1948 havia apoiado a ideia da “grande Israel”) expressaram a esperança de que a missão não completada em 1948 seria agora realizada. Mas eram uma minoria. Para a maioria, o entusiasmo pelo encontro com partes do passado judaico não incluía o desejo de governar esses territórios. Na realidade, muitos acreditavam que a velha Israel havia se perdido nessas novas extensões: “Perdemos nosso pequeno país, que é bom e lindo... praticamente não tenho vínculos com estas amplas áreas que controlamos hoje”, relatou um dos entrevistados.³

A sensação de distanciamento em relação aos novos territórios tornou-se ainda mais aguda quando os soldados encontraram os habitantes árabes. No final da comemoração do Dia da Independência, que em 1967 caiu em 15 de maio, o cantor Shuli Natan cantou pela primeira vez a canção “Jerusalém de ouro”, de Naomi Shemer. A canção fora encomendada pelo prefeito de Jerusalém, Teddy Kollek, para o festival israelense de música daquela noite. Durante o “período de espera”, e ainda mais durante os seis dias da guerra, a canção se tornou um hino nacional, cantado pelos soldados no Muro das Lamentações, e em todos os lugares em que era anunciada a conquista de Jerusalém. Na letra, Shemer fala de uma Jerusalém de cisternas secas e um mercado vazio, aludindo a rezas e contos folclóricos que descrevem a Terra de Israel em geral, e Jerusalém em particular, como uma noiva encantadora

aguardando desolada seu noivo – o povo judeu –, que virá redimi-la. Essa descrição mítica não deixava espaço para a realidade, como era evidente para qualquer um que olhasse, através de binóculos, de Jerusalém ocidental para o lado oriental, durante os dezenove anos que precederam a Guerra dos Seis Dias. Amós Oz, nascido em Jerusalém, descreveu seu reencontro com a cidade:

Não há palavras para expressar essas coisas. Mais uma vez digo que amava Jerusalém em toda a sua plenitude, mas o que isso significa? É como um caso de amor, uma força tortuosa, contraditória; ela é minha, mas ainda assim me é estranha, conquistada mas hostil, devotada mas inacessível...

Mas a cidade é habitada. Há gente vivendo entre suas ruas, uma gente estranha, não entendo sua língua, lá estão eles – em seus lares –, e eu sou um forasteiro, alguém que vem de fora... E aqueles olhos me odeiam, desejam minha morte. O estrangeiro, amaldiçoado...

Com toda minha alma desejei sentir-me em Jerusalém como um homem que despojou seus inimigos e retornou ao patrimônio de seus ancestrais. A Bíblia ganhou vida para mim: os profetas, os reis, o Monte do Templo, o Pilar de Absalão, o Monte das Oliveiras... Queria ser parte de tudo aquilo, queria pertencer.

Se não fosse pelas pessoas. Vi inimizade e rebelião, adulação, surpresa, medo, insulto e trapanças. Passei pelas ruas de Jerusalém oriental como um homem que invade um local proibido. A depressão preencheu minha alma.

Cidade onde nasci. Cidade dos meus sonhos. Cidade dos meus ancestrais e das aspirações do meu povo. E eu estava condenado a andar por suas ruas, portando uma metralhadora, como um personagem dos meus pesadelos de infância. Condenado a ser um estranho, em meio a uma cidade muito estranha.⁴

Uma conversa realizada na *yeshivá* Merkaz Harav, liderada pelo rabino Zvi Yehuda Kook, líder espiritual e mentor da juventude nacional-religiosa, não foi incluída em *Siah Lohamim*. O editor Avraham Shapira explicou depois que as ideias expostas no encontro eram tão chocantes que decidiu publicar sua transcrição separadamente, no *Shdemot*. Vários participantes daquelas conversas expressaram a crença na proximidade da vinda do Messias – um evento mais tarde definido como “o crepúsculo da redenção”. Todos reconheceram que, às vésperas da guerra, ninguém havia antecipado seu resultado glorioso, ou almejado a conquista de Jerusalém e outras partes da

Terra de Israel. Mas agora enxergavam, naquilo que havia acontecido, a mão de Deus e a revelação gradual de um plano divino. “Tenho a sensação de surpresas iminentes, há uma tensão no ar. Sinto que alguma coisa está acontecendo, que levará a algo extraordinário”, relatou Dov Bigun.⁵ Em contraste com a compaixão dos entrevistados de *Siah Lohamim* pelas colunas de soldados egípcios em fuga, este grupo pensava, como exposto por um dos combatentes, que quando alguém tentava aniquilar o povo judeu “é uma *mitzvá** matá-lo e dispersar todas as colunas pelo deserto do Sinai; e quanto àqueles que fugirem – é preciso matá-los antes mesmo que cheguem ao Canal de Suez”.⁶ Quando o depoente foi questionado a respeito da injunção judaica de amar ao seu semelhante, respondeu que aqueles que fugiam hoje voltariam para lutar amanhã e, portanto, deveriam ser mortos. Em choques entre nações não havia lugar para compaixão. Esses interlocutores demonstravam ódio pelos árabes, uma total indiferença por seu destino, e rejeitavam a crença humanista na existência de um denominador comum entre judeus e não judeus. Esses soldados se transformaram no núcleo do grupo que, sete anos mais tarde, fundaria o movimento Gush Emunim (Bloco dos Fiéis).

Segundo o rabino Yoel Bin-Nun, um dos fundadores da *yeshivá* de Har Etzion em Allon Shvut, as diferenças ideológicas entre os entrevistados de *Siah Lohamim* e as escolas de pensamento dos “sionistas religiosos” eram as do homem em oposição à terra. Uma dava primazia aos valores humanos, a outra valorizava a terra. Ambas as escolas pertenciam à minoria idealista em Israel, uma elite da liderança que representava a “geração do Estado”.** Pela primeira vez era revelada uma divisão dentro desse grupo, o que no futuro destruiria o tecido político e social de Israel.

Os membros do Merkaz Harav não foram os únicos atingidos pelo “clarão” (expressão usada por Hanan Porat, um dos líderes do Gush Emunim). Após a guerra, em setembro de 1967, um manifesto publicado pelo Movimento por uma Grande Israel declarava: “Não nos é permitido abandonar nenhuma parte da ‘Grande Terra de Israel’. Estamos atados, por lealdade, à totalidade de nosso país... e nenhum governo em Israel tem o

direito de abrir mão desta totalidade.”⁷ O manifesto foi assinado por alguns dos maiores intelectuais do país, incluindo Uri Zvi Greenberg, S. Y. Agnon, Nathan Alterman, Chaim Gouri e vários outros. Não havia entre os signatários qualquer representante da “geração do Estado”. Sua maioria pertencia ao movimento trabalhista – não somente o Hakibutz Hameuchad e seus partidários, mas também a maioria do Mapai, assim como um novo devoto da Grande Israel e ex-membro do Hashomer Hatzair, o escritor Moshe Shamir. A iniciativa foi conduzida por Nathan Alterman, um dos principais poetas do Yishuv e do país, que em seus poemas políticos expressava as experiências concretas vividas em Israel. Nos anos 1950, como foi visto, Alterman lutou contra o “governo militar” e distinguia-se por uma abordagem moral em termos de política. Ele foi um dos apoiadores de David Ben-Gurion, a quem se manteve leal durante o episódio que destruiu o Mapai. Nesse momento, o poeta tomava um novo rumo, contradizendo totalmente a posição de seu guia e mentor, que só via a possibilidade da existência de um Estado judeu na Terra de Israel que fosse parte daquele território dividido.

Aparentemente, os mais jovens, que se tornaram adultos após a fundação do Estado, foram menos afetados pela exaltação gerada pela guerra do que a geração mais velha. Os mais velhos ainda mantinham a noção de uma “grande Israel” dezenove anos após a criação do Estado. Mas não era esta a realidade da juventude religiosa-sionista, cativada pelo messianismo. Rejeitando o conceito do sionismo como um movimento político com objetivos claros e racionais, os jovens o encaravam como um primeiro estágio ao longo de um caminho que implementaria o plano divino de redenção do povo judeu. A expressão política de sua paixão foi o fortalecimento do que ficou conhecido como “Juventude do Mafdal” (Partido Nacional Religioso – NRP), liderado por Zevulun Hammer, cujos slogans defendiam a “grande Israel” e se opunham a concessões territoriais. Essa posição representava uma reviravolta: até então o NRP era considerado um partido moderado. Tinha como líder Moshe Chaim Shapira, que havia

se oposto à ideia de ir à guerra em junho de 1967 e, durante o conflito, chegou a recomendar que Jerusalém oriental não fosse ocupada.

Até então, o desejo por novos territórios havia se manifestado através de assentamentos em áreas esparsamente habitadas pelos árabes, de acordo com o que ficou conhecido como Plano Allon. Yigal Allon, do Hakibutz Hameuchad, fora o maior comandante de tropas da Guerra de 1948 e, ao final da disputa, tentara convencer Ben-Gurion a ocupar toda a Cisjordânia. Agora mudava de ideia, arquitetando um plano com o objetivo de obter um equilíbrio entre as limitações demográficas, que exigiam evitar governar os árabes, e o que ele entendia como as necessidades de segurança do Estado. *Fronteiras defensáveis*, termo que se tornou corrente no discurso político contemporâneo, fazia referência à necessidade de revisar a fronteira determinada pela Linha Verde, para torná-la uma fronteira “segura e reconhecida”, de acordo com a formulação da resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU. Garantir que Israel tivesse “fronteiras defensáveis” implicava o controle sobre as colinas do Golan, o Vale do Jordão, a área de acesso a Rafah e o sul do Monte Hebron (ver Mapa 5). Essas regiões, então esparsamente habitadas por árabes, deveriam estar abertas ao assentamento judaico, assumindo-se que continuariam sob controle israelense após a assinatura de um acordo de paz.

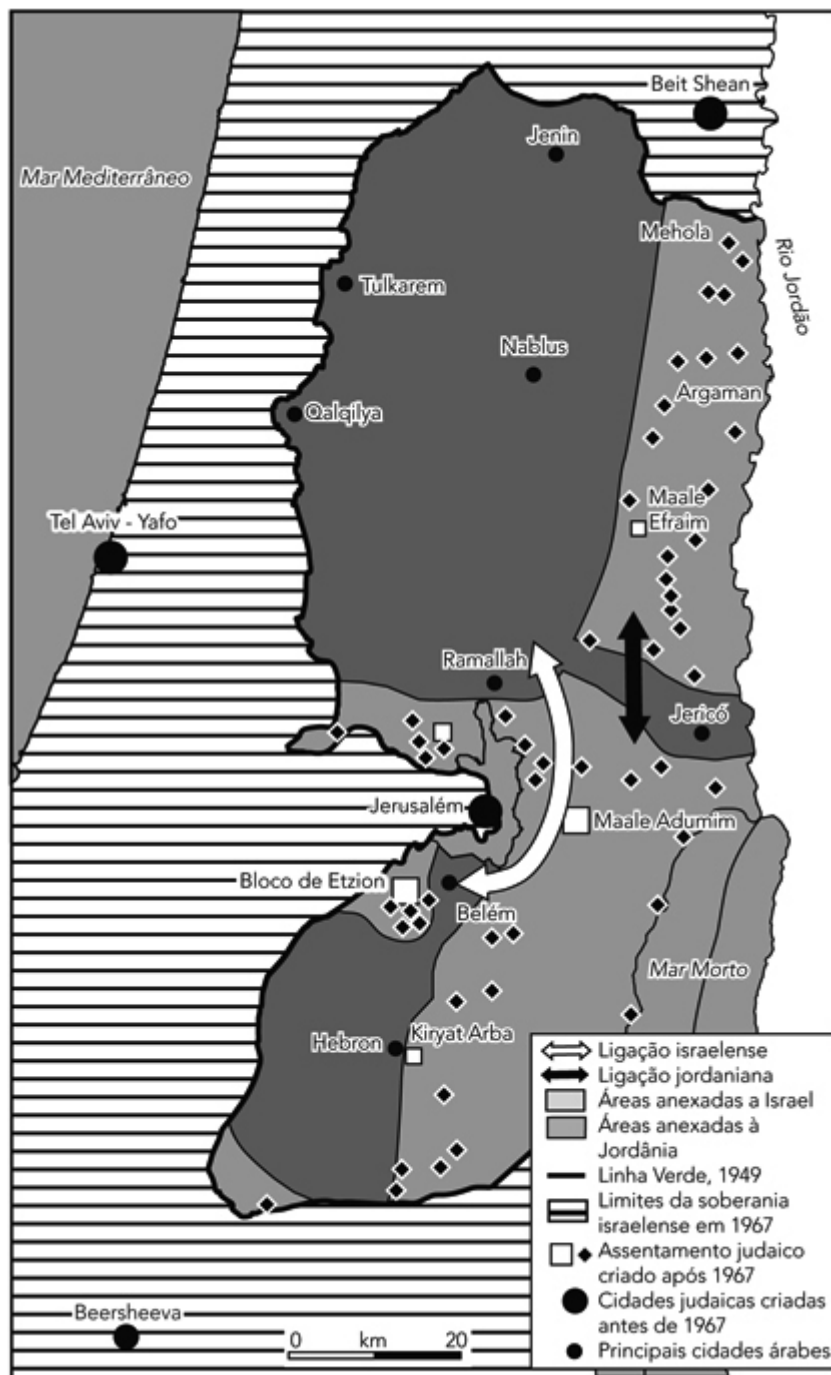
Embora o governo israelense não tenha aceitado oficialmente o Plano Allon, seu traçado se tornou a base para o assentamento judaico nos territórios até 1977. Postos avançados do Nahal foram instalados no Golan, no Vale do Jordão e no acesso a Rafah; com o tempo, se tornaram assentamentos civis, e um dos postos se transformou na cidade de Yamit (ver Mapa 5). A estes deve ser acrescentado o bloco de Etzion, reassentado por causa do valor sentimental ligado a seu destino, e Jerusalém e seus arredores, que, como vimos, foram anexados a Israel. Novos bairros foram construídos em Jerusalém, como Gilo, na área sul da cidade, e Ramot, ao norte. O assentamento nos territórios ocupados foi promovido principalmente por grupos não religiosos, oriundos do *kibutz* e do *moshav*,

em uma retomada da onda de assentamento dos primeiros dias do Estado, que havia sido interrompida no início dos anos 1960.

Em 1968, o governo enfrentou pela primeira vez uma situação em que os colonos desrespeitaram sua autoridade e se estabeleceram no meio de uma área habitada pelos árabes. Um grupo de judeus religiosos, liderado pelo rabino Moshe Levinger, celebrou o Pessach em Hebron e se recusou a partir. Representantes políticos dos mais variados círculos, como o Gahal, o NRP e até mesmo os trabalhistas, foram imediatamente em sua defesa. O grupo se manteve na cidade, um primeiro sinal do que ocorreria sete anos depois.

Um dos temas recorrentes em *Siah Lohamim* era a esperança de que a Guerra dos Seis Dias seria a última. Porém, os combatentes também reconheceram que essa probabilidade era pequena, porque a cada dez anos, ou menos, um novo confronto eclodiria; os árabes não se resignariam à humilhação e à perda de seu território. Os judeus podiam ganhar a guerra, mas não eram capazes de trazer a paz. Esse pessimismo soava dissonante em meio à euforia da época e às expectativas otimistas do pós-guerra, mas foi justificado pelos eventos que se seguiram.

Ambos os lados do conflito radicalizaram suas posições: o governo israelense, que em 19 de junho de 1967 havia demonstrado disposição para, em troca de paz, retirar-se da península do Sinai e das colinas do Golan, voltou atrás em sua decisão quando Moshe Dayan não recebeu dos líderes árabes o telefonema esperado. Conforme foi visto, a Conferência de Cartum, em setembro de 1967, da qual participaram oito Estados árabes, definiu seus três “nãos”: não à paz, não ao reconhecimento de Israel e não às negociações com o país. Apesar disso, pela primeira vez considerava-se a devolução, por meios diplomáticos, de territórios árabes conquistados. Mas a mídia se concentrava em declarações radicais, que bloqueavam o caminho para as negociações.



Mapa 5 – O Plano Allon (julho de 1967)

Após alguns meses de tranquilidade, iniciaram-se os choques nas fronteiras egípcia e jordaniana. Os egípcios tentaram forçar uma retirada israelense da margem do Canal de Suez através de bombardeios da

artilharia, causando grandes baixas. Para tentar dissuadir os egípcios e impedir o uso de sua artilharia, que apresentava nítida vantagem, unidades das IDF atacaram posições egípcias na margem ocidental do Canal, além de construir fortificações ao longo de toda a sua extensão (a linha Bar-Lev, em referência ao chefe do Estado-Maior israelense, Chaim Bar-Lev). Quando ficou claro que essas ações não impediam os pesados bombardeios, a Força Aérea foi acionada, primeiramente em pequena escala, mas logo após em missões de longo alcance, no interior do Egito, atingindo sua infraestrutura e suas instalações militares. As cidades ao longo do Canal foram transformadas em montes de escombros, e centenas de milhares de refugiados egípcios fugiram em direção ao Cairo. Os egípcios, em resposta, solicitaram um aumento do envolvimento soviético; os russos forneceram grandes quantidades de armas, mísseis terra-ar e seus aviões mais modernos. Técnicos e assessores militares russos passaram a treinar os egípcios na operação dessas novas armas, e, receosos de um conflito com os soviéticos, os israelenses abandonaram os bombardeios no interior do Egito a partir de abril de 1970. Às vésperas do cessar-fogo, em vigor em 8 de abril de 1970, houve uma batalha aérea entre as duas forças, na qual cinco aviões egípcios, pilotados por russos, foram derrubados.

Não há consenso sobre a data do início da “Guerra de Atrito” (termo cunhado por Nasser). Alguns apontam o outono de 1968, quando ocorreram os primeiros choques na fronteira; outros preferem março de 1969, quando as batalhas já se desenrolavam por quase dezoito meses. De qualquer forma, a fronteira com o Egito manteve-se perigosa e conturbada até o final da “Guerra de Atrito”, que testou a capacidade das IDF de passar por uma batalha prolongada, com grande número de baixas (mais de 700 israelenses foram mortos). As IDF suportaram o longo e difícil confronto, mas, após a vitória gloriosa na Guerra dos Seis Dias, esse novo conflito parecia sem propósito e sem esperança.

Enquanto isso, a fronteira com a Jordânia também apresentava turbulência. Desde o outono de 1967, grupos terroristas palestinos passaram a se organizar, encorajados pela OLP, que esperava poder incitar a população

da Cisjordânia para uma guerra de guerrilha contra a ocupação. A população, entretanto, era em sua maioria passiva e não respondeu ao apelo. A OLP decidiu, então, engajar-se na organização da resistência; a política de “pontes abertas” sobre o rio Jordão permitia o tráfego em ambas as direções; assim, armas, material e membros da organização foram contrabandeados para a Cisjordânia. Foram cometidos atentados terroristas contra civis dentro da Linha Verde e em Jerusalém. Em uma tentativa de deter a OLP, as IDF lançaram a Operação Karameh, em março de 1968. Karameh era uma pequena aldeia no sul da Jordânia, onde se localizavam o quartel-general da OLP e a residência de Yasser Arafat, substituto de Ahmed Shukeiri na liderança da organização. Tratou-se de uma operação de larga escala, destinada a destruir a infraestrutura da OLP na área, mas os resultados não foram bons. Houve intervenção do exército jordaniano, e dezenas de seus soldados foram mortos, assim como mais de cem terroristas. Os outros se dispersaram pela região. As IDF perderam em torno de trinta homens, vários tanques e um avião, um preço muito alto para um resultado medíocre. A organização terrorista reivindicou para si um grande sucesso: seus homens não precisaram fugir; pelo contrário, resistiram e lutaram com bravura, causando perdas ao invencível IDF. Do ponto de vista da propaganda, Karameh tornou-se pedra fundamental na mitologia da resistência palestina.

Logo em seguida, a OLP e outras organizações terroristas passaram a operar a partir da Jordânia, utilizando o país, de população majoritariamente palestina, como base para ataques contra Israel. Os palestinos bombardearam os assentamentos do Vale de Beit Shean, que durante muito tempo tiveram de manter suas luzes apagadas à noite. As IDF retaliaram, utilizando a Força Aérea, e destruíram totalmente a faixa agrícola na margem oriental do rio Jordão. A OLP se fortaleceu na Jordânia e, na prática, apropriou-se do reino hachemita para suas próprias finalidades. As ações contra Israel, os ataques terroristas contra as companhias aéreas internacionais e as retaliações israelenses ameaçavam o governo do rei e a segurança de seu reinado. Em setembro de 1970 – “Setembro Negro” –, o rei

Hussein engajou suas forças contra as organizações terroristas e, após um banho de sangue, expulsou-as de seu reino. A fronteira entre Israel e Jordânia tranquilizou-se, e os terroristas transferiram a maior parte de suas atividades para o sul do Líbano.

A guerra interminável e o número de vítimas, publicado diariamente na imprensa, tinham um efeito desanimador sobre a opinião pública. Israel possuía um governo de união nacional, controlado por Golda Meir, substituta do falecido Levi Eshkol. Para evitar uma disputa interna entre pombos e falcões (termos que se referem a moderados e radicais, importados da terminologia da Guerra do Vietnã), o partido trabalhista decidiu (usando a terminologia do período) não decidir. Até que houvesse negociações reais com um Estado árabe, o governo de Israel não apresentaria suas demandas territoriais, conforme declarado por Golda Meir: “O ‘que’ virá quando o ‘quem’ aparecer.” Árabes e israelenses rejeitaram planos norte-americanos para um acordo impositivo, como o proposto pelo secretário de Estado William Rogers, que falava de uma retirada israelense para as fronteiras de 4 de junho de 1967 e um acordo de paz com os árabes. A política declarada do governo israelense era a de examinar qualquer abertura e possibilidade de paz. Porém, a situação real era de que os árabes não estavam dispostos a reconhecer a existência de Israel; portanto, não havia com quem conversar, nem havia como vislumbrar uma paz no horizonte.

Fora de Israel, aqueles foram anos turbulentos, que influenciaram os acontecimentos de dentro do país. Algumas transformações poderosas acabaram afetando a cultura israelense, como as manifestações estudantis na Europa e nos Estados Unidos; as passeatas contra a Guerra do Vietnã; a agitação social e o desafio imposto pelos hippies contra os valores burgueses americanos; o desenvolvimento da cultura da juventude, em oposição à cultura adulta; e a oposição a qualquer estrutura de autoridade na sociedade – especialmente o culto ao patriotismo. Essas transformações foram absorvidas pela cultura de certa forma puritana e ingênua da juventude israelense idealista. Foram tendências e ideias levadas a Israel tanto pelos

voluntários que inundaram os *kibutzim* quanto pelas reportagens da mídia sobre os eventos que tomavam a Europa e os Estados Unidos.

As novas tendências encontraram solo fértil e, na esteira da Guerra dos Seis Dias, a sociedade israelense, até então relativamente estável, perdeu sua ancoragem. Entre as profundezas da ansiedade e a euforia da vitória, entre o enorme alívio da vitória e a constatação de que a paz ainda não estava ao alcance, a face do país mudou rapidamente. O crescimento econômico que se seguiu à guerra aumentou as diferenças sociais, erodindo as normas igualitárias em defesa do “contentar-se com pouco” que, ao menos em teoria, vigoravam na “pequena Israel”. A sociedade israelense, que vira crescer seu padrão de vida, parecia agora materialista, avarenta e hedonista. Especialmente notáveis eram os novos-ricos, que tinham acumulado riqueza construindo fortificações e acampamentos para o Exército. Os imigrantes da URSS agora beneficiavam-se de condições favoráveis de absorção, ao contrário dos imigrantes do norte da África no início dos anos 1960. Essa situação gerava hostilidade junto aos habitantes dos bairros afetados pela pobreza e os evacuados das *maabarot*, que encaravam os benefícios como discriminação étnica.

Em 1971, surgiu em Jerusalém um grupo de ativistas sociais, apoiados por assistentes sociais, que trabalhavam com gangues de rua nos bairros pobres. Autodenominados “Panteras Negras” (outro termo importado dos Estados Unidos), eles organizaram manifestações turbulentas, com slogans que exigiam o fim da discriminação por parte dos ashquenazim contra os *mizrachim*, majoritariamente oriundos do norte da África. Israel não presenciava um protesto social de orientação étnica desde os distúrbios de Wadi Salib, em 1959. Um encontro entre representantes dos Panteras Negras e a primeira-ministra Golda Meir só fez crescer a distância entre as duas partes. Os Panteras deixaram o encontro com a sensação de que a primeira-ministra não os via como o núcleo de um movimento político (como eles se enxergavam), mas sim como jovens marginais, carentes de recuperação. Após uma violenta manifestação dos Panteras no Parque Sacher, em Jerusalém, durante as comemorações da Mimouna (uma tradição dos judeus

norte-africanos), Golda Meir teria dito: “eles não são agradáveis”, um comentário que nunca foi perdoado, nem esquecido.

Ainda assim, o governo não estava indiferente aos problemas socioeconômicos que haviam sido expostos, e o orçamento daquele ano incluía um acréscimo nos fundos destinados à educação e à assistência social. Uma comissão criada pela primeira-ministra para examinar a situação das crianças e dos jovens carentes revelou sérias dificuldades econômicas entre os imigrantes da Ásia e da África, o que exigia atenção imediata. A comissão apresentou suas conclusões em junho de 1973, mas a eclosão da Guerra do Yom Kippur, em outubro do mesmo ano, desviou as atenções dos problemas sociais para questões políticas e de segurança. Entretanto, o movimento dos Panteras Negras pode ser visto como um marco no início dos protestos étnicos em Israel, que se mantiveram em pauta desde então.

O surgimento do Matzpen, grupo marginal da “nova esquerda”, anunciou um novo fenômeno: israelenses colocavam em dúvida a validade do Estado. Não mais a velha esquerda comunista ou socialista; para a nova esquerda, a União Soviética havia perdido seu brilho após invadir a Tchecoslováquia em 1968. Os heróis da nova esquerda eram Che Guevara, Fidel Castro, Ho Chi Minh e os guerrilheiros do terceiro mundo, lutando contra a escravidão imposta pelo capitalismo ocidental. Na arena israelense, eram os palestinos que capturavam a imaginação da nova esquerda. O grupo os enxergava, por um lado, como um povo oprimido travando uma guerra popular contra o imperialismo ocidental; e, por outro, enxergava a Israel pós-1967 como um Estado saciado, forte e beligerante. Foi esquecido o apoio da esquerda a Israel como o Estado dos refugiados judeus, e a luta contra o antissemitismo. De agora em diante, considerava-se que Israel estava do lado errado das barricadas na luta pela liberdade e pelos despossuídos do mundo. O Matzpen defendia posições da nova esquerda e as aplicava à situação local. Já não se tratava de uma crítica a alguma política governamental, mas se desafiava a própria legitimidade da existência de

Israel, porque sua criação estaria ligada à injustiça cometida contra os palestinos.

Grupos marginais como o Matzpen ou mesmo os Panteras Negras eram muito pequenos e incapazes de inspirar a confiança popular. A grande maioria dos israelenses, de esquerda e de direita, concordassem ou não com todas as ações governamentais, acreditavam nas garantias do governo de que não deixaria pedra sobre pedra em sua busca pela paz, e de que a guerra interminável enfrentada pelos jovens israelenses ao longo das fronteiras era uma guerra inevitável. Mas no início da década de 1970, à moral baixa entre os jovens por causa da guerra sem fim e de suas inúmeras vítimas, juntaram-se tensões internas que provocaram uma série de eventos. Em abril, surgiram rumores de que Nachum Goldmann, presidente do Congresso Judaico Mundial, sondava o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, para tentar marcar uma reunião. Não se sabe se havia algo de concreto nesses contatos, nem mesmo se Goldman foi convidado para ir ao Cairo. O que de fato se sabe é sobre a posição do governo israelense, liderado por Golda Meir, que reagiu com suspeita às tratativas diplomáticas de Goldmann e à sua ostentação como o não coroado ministro do Exterior do povo judeu. Goldmann aproveitou-se de sua liberdade para ir a lugares aos quais Israel não podia enviar representantes oficiais; o presidente do Congresso Mundial Judaico nem sempre consultava o governo israelense antes de agir, e nem sempre agia de acordo com os interesses do governo. Segundo o estudioso Meir Chazan, a iniciativa de Goldmann se situava na zona cinzenta da diplomacia.

Para os nossos propósitos, não importa se o encontro no Cairo aconteceu, mesmo, ou não. O que de fato importa é o transtorno criado a partir do que a população encarou como uma recusa do governo em dar a Goldmann sua bênção para uma possível abertura para a paz, que não deveria ser desperdiçada. Nos jornais, reproduziu-se uma furiosa controvérsia entre os apoiadores e os opositores de Goldmann. Um grupo de cinquenta e seis alunos do ensino médio de Jerusalém enviou uma carta com um alerta à primeira-ministra: “Nós e muitos outros nos perguntamos

como podemos lutar em uma guerra permanente e sem futuro, enquanto a política de nosso governo é a de perder oportunidades de paz.”⁸ Ao contrário dos americanos que se opunham à Guerra do Vietnã e se refugiavam no Canadá para evitar o alistamento militar, muitos dos signatários da carta alistaram-se em unidades de combate poucos meses depois, e serviram no *front* do Canal de Suez.

A carta provocou reações acaloradas de apoio e oposição entre os jovens israelenses. A sociedade israelense embarcou, então, em um discurso político pela paz, evitado até então. Ao mesmo tempo, o Teatro Cameri, em Tel Aviv, pôs em cartaz uma obra satírica produzida por Hanoch Levin e intitulada *Rainha da banheira*. Além da utilização de linguagem obscena e imagens extremamente brutas (influenciadas por uma nova permissividade), o que desagradou ao público, a obra era uma sátira mordaz contra a guerra, nunca antes vista em Israel. Em determinado momento, acusava pais de sacrificarem seus filhos para a guerra. É improvável que outros países democráticos permitiriam a apresentação de tal espetáculo em um momento em que os canhões rugiam. Os protestos veementes da audiência e o clamor do público em geral contra a obra tomaram as capas da mídia por mais de um mês, bem como o apoio a favor da obra e pela liberdade de expressão.

Simbolicamente conectada a esse evento foi a apresentação da “Canção pela paz”, por um grupo de entretenimento do Exército. Composta como um hino por Yaakov Rotblit e inspirada em *Hair*, a canção falava em nome dos mortos na “Guerra de Atrito” e clamava por um ativismo pacifista (nos moldes de “Give Peace a Chance”): “Deixe o sol se levantar / A manhã se iluminar / A mais pura das rezas / Não nos trará de volta.” E terminava dizendo: “Não diga o dia virá / Traga o dia / Porque não é um sonho / E, em todos os cantos da cidade, alegrem-se somente com a paz.” A composição provocou a ira do chefe do Comando Central das IDF, Rehavam Zeevi, que proibiu sua execução; contudo, a canção se tornou o hino do movimento pacifista israelense.

O lado mais vulnerável da sociedade israelense havia sido exposto: a dificuldade psicológica de sustentar uma guerra prolongada, a sensibilidade à perda de vidas humanas e o desejo por paz. A grande maioria dos israelenses acreditava que estavam envolvidos em uma “guerra inevitável” e tinham que aguentar o rojão e servir nas IDF da melhor forma possível. Ainda que os meios de comunicação realçassem a união da esquerda pacifista, na verdade as afirmações do governo de que não havia com quem e, por ora, nem sobre o que negociar, tinham apoio quase universal. Mas os três longos anos de serviço militar compulsório, as frequentes convocações de reservistas e especialmente as listas dos caídos em combate afetavam por demais os ânimos. A alegria da vitória foi substituída por uma profunda frustração. O consenso israelense, mantido pelo partido trabalhista, era agora desafiado tanto no *front* político quanto no social. O dano ao *ethos* nacional ainda limitava-se a rachaduras, apenas indicando o que estava por vir.

NOTAS

* Mandamento ordenado por Deus; coloquialmente considerada uma boa ação. [N.T.]

** Refere-se à geração de poetas dos anos 1950, após a criação do Estado, influenciados pela poesia alemã e inglesa, em oposição àqueles do período anterior, influenciados pelos russos. [N.T.]

1. *The Seventh Day: Soldiers Talk about the Six-Day War*, Tel Aviv e Londres, 1970, p. 122.

2. *Ibid.*, p. 172.

3. *Ibid.*, p. 159.

4. *Ibid.*, pp. 218–219.

5. *Conversations at the Rabbi Kook yeshiva*, Shdemot 29, Tel Aviv, 1968, p. 16.

6. *Ibid.*, p. 19.

7. Greater Israel manifesto, 22.9.1967, publicado em todos os jornais israelenses.

8. Meir Chazan, “Yozmat Nachum Goldman lehipagesh im Nasser bishnat 1970” (Iniciativa de Goldman de encontrar-se com Nasser em 1970), *Studies in Zionism and the State of Israel*, vol. 14 (2004), p. 277.

A GUERRA DO YOM KIPPUR: 1973

Em 6 de outubro de 1973, no dia do Yom Kippur, as sirenes de alarme antiaéreo soaram por toda Israel, marcando o início de uma nova era, ainda que naquele momento ninguém o imaginasse. A Guerra do Yom Kippur – denominada pelos egípcios Guerra de Outubro – foi um divisor de águas tanto na história israelense quanto na história do Oriente Médio. Talvez ainda mais que a Guerra dos Seis Dias, a disputa remodelou a imagem que os israelenses tinham de si próprios, assim como seu espaço social e político e as relações com seus vizinhos.

Ninguém em Israel ou no Ocidente esperava pela eclosão de uma guerra no outono de 1973. Nasser havia falecido subitamente em setembro de 1970, um mês após o final da Guerra de Atrito, sendo substituído por Anwar Sadat, um dos oficiais menos proeminentes entre os que participaram do golpe de 1952 contra a monarquia egípcia. Os relatórios diplomáticos e da Inteligência o descreviam como um sujeito de personalidade “obscura”, sem iniciativa e sem capacidade de liderança. As avaliações sugeriam que Sadat seria incapaz de dar início a um novo direcionamento político ao país, tampouco a uma guerra. Por três anos, entre o outono de 1970 e o outono de 1973, a fronteira entre o Egito e Israel manteve-se tranquila. No primeiro mês após o cessar-fogo que encerrou a Guerra de Atrito, os egípcios instalaram mísseis terra-ar (Sam) ao longo do Canal de Suez, em clara violação aos acordos. Israel não os considerou razão suficiente para encerrar o cessar-fogo, e apenas protestou inutilmente, enquanto os egípcios ignoravam as demandas dos Estados Unidos pela retirada dos mísseis.

Israel não avaliou corretamente a vergonha e a humilhação que os egípcios estavam sentindo pela ocupação da península do Sinai e pela derrota sofrida por seu Exército. A vontade dos egípcios de fustigar as tropas israelenses e o início da Guerra de Atrito logo após o final da Guerra de 1967 deveriam ter fornecido a Israel evidências suficientes para reconhecer que o Egito, o maior e mais poderoso dos Estados árabes, não aceitaria aquele *statu quo* por muito tempo. Além disso, a instalação dos mísseis Sam ao longo do canal era outra indicação das intenções belicosas do Egito. Mas em Israel reinava uma elevada autoestima, resultado da retumbante vitória de 1967, que tornou o alto-comando das forças armadas presunçoso e arrogante. A liderança militar considerava o Exército egípcio inferior, pouco perseverante e incapaz de realizar sacrifícios. O Serviço de Inteligência passou a acreditar, então, que não haveria ataque enquanto o Exército egípcio não recebesse mísseis balísticos táticos Scud, capazes de atingir alvos no interior de Israel, e equipamento militar avançado que lhe desse uma vantagem sobre as Forças Armadas Israelenses. Essa avaliação pautava-se em relatórios controvertidos das agências de Inteligência. Seria a fonte crível, ou a informação era passada por um agente duplo, com o intuito de enganar os israelenses? Os chefes dos órgãos de Inteligência alegavam também que os egípcios não se atreveriam a atacar porque sabiam que seriam massacrados pelos israelenses. E mais: ainda que o Egito atacasse, seria apenas um esforço parcial, capaz de ser contido pelas unidades regulares das Forças Armadas, até a mobilização das reservas, em 48 horas.

No início de 1971, pouco depois de chegar à Presidência e consolidar-se no poder, Sadat deu sinais de que a posição egípcia estaria em transformação. A postura sugeria uma tentativa de chegar a um acordo com Israel, através de negociações ostensivas para prolongar o cessar-fogo ao longo do Canal de Suez, que se encerraria em três meses. Em novembro de 1970, Moshe Dayan expressou-se publicamente a respeito de uma redução mútua de forças egípcias e israelenses ao longo do canal, e mesmo de uma retirada israelense para uma distância que permitisse ao Egito limpar o canal, reabrir o tráfego e reconstruir as cidades em suas margens. O

movimento de Dayan tinha por objetivo diminuir a pressão sobre Israel, para se chegar a um acordo baseado na retirada completa dos territórios ocupados, e também garantir a manutenção do cessar-fogo. Mais além, tal solução encorajaria os egípcios a manterem a tranquilidade na fronteira.

As propostas de Dayan foram recebidas sem entusiasmo dentro de Israel, porque envolviam uma retirada parcial de território, sem um acordo de paz. Porém, dando sequência à linha de pensamento de Dayan, Sadat fez sua própria proposta: se Israel concordasse com uma retirada até a linha que tinha em suas extremidades El-Arish e Ras Muhammad (aproximadamente no meio do Sinai), transferindo a área para o controle egípcio, inclusive militar, o Egito prorrogaria o cessar-fogo, abriria o canal ao tráfego marítimo, reconstruiria as cidades às margens do canal e inclusive permitiria a manutenção de uma força internacional em Sharm el-Sheikh, para garantir o livre tráfego pelo golfo de Eilat. Mas Israel não estava disposto a retroceder até os passos de Giddi e Mitla, permitindo que o Exército egípcio cruzasse em direção à margem oriental do canal. Mesmo que um acordo interino não impusesse condições para um acordo final no futuro, ambos os lados estavam temerosos quanto a uma tomada de posição que os enfraquecesse em um acordo definitivo. Israel temia a retirada, sem um acordo prévio que levasse a um tratado de paz no final do processo. Sadat, por sua vez, além de exigir um acordo preliminar sobre uma retirada total para as fronteiras de 4 de junho de 1967, condicionava a paz a uma solução para o problema palestino.

Os mediadores norte-americanos acreditavam que as posições de ambos os lados eram demasiado distantes para que pudessem facilitar um acordo. O impasse manteve-se pelos dois anos seguintes e só foi rompido após a Guerra do Yom Kippur. No exame de consciência feito em Israel após a guerra, e considerando que os acordos interinos entre as partes foram muito semelhantes às propostas feitas por Sadat, a questão que se impunha era se Israel não teria cometido um trágico erro ao rejeitar as propostas de Sadat de 1971. Essa é uma daquelas questões a que até mesmo os historiadores têm dificuldade para responder. A situação antes da guerra era completamente

diferente do panorama posterior à disputa, tanto em relação à posição de Sadat e à sua capacidade de tomar atitudes dramáticas, quanto à compreensão do governo israelense sobre o cenário e suas possibilidades. Antes da guerra, Sadat teria concordado com um acordo interino sem uma declaração sobre um pacto final? O governo israelense teria razão em abandonar território em troca de um ambíguo acordo de não beligerância, sem um acordo de paz? Essas indagações continuarão em aberto, para consideração dos historiadores. No contexto de 1971, as questões estavam ligadas às avaliações dos líderes israelenses e norte-americanos do período anterior à guerra e à limitada confiança que tinham em Sadat e suas intenções.

Durante os dois anos seguintes, as atenções dos Estados Unidos estiveram voltadas para outras regiões do mundo, e o Oriente Médio manteve-se nos bastidores da política internacional norte-americana. Sadat reforçou sua posição no Egito e declarou que 1971 seria “um ano decisivo”, mas o ano passou sem que o cessar-fogo fosse rompido, apesar do fracasso das negociações sobre o acordo interino. Em julho de 1972, o presidente egípcio exigiu que a União Soviética retirasse seus assessores militares do Egito, uma clara indicação para os Estados Unidos de seu propósito de mudar de orientação. Sadat reconheceu que necessitava do apoio dos Estados Unidos para forçar uma retirada israelense, mas naquele momento os norte-americanos não demonstraram interesse em romper o impasse no Oriente Médio. Assim como os israelenses, eles acreditavam que, se houvesse um conflito, Israel derrotaria facilmente o Egito.

O planejamento egípcio para a Guerra de Outubro estava baseado na suposição, por parte de Sadat, de que o sucesso na ocupação de qualquer território na margem oriental do canal romperia o impasse e mudaria o *statu quo*. Os egípcios pretendiam que seu exército cruzasse o canal em grande número de soldados, ao longo de toda a frente, entrincheirando-se então em uma estreita faixa de dez a quinze quilômetros de largura sob a proteção de um “guarda-chuva” de mísseis antiaéreos. Para eles, o trauma da Guerra dos Seis Dias havia sido a vitória surpreendente da Força Aérea

Israelense, que expôs as forças terrestres egípcias ao ataque aéreo. Agora, procuravam defender-se contra uma repetição dessa tática através de uma densa proteção de seu exército e por meio de mísseis antiaéreos que neutralizariam a superioridade da Força Aérea Israelense. Os planos dos egípcios para a guerra foram testados em algumas manobras, tendo as mais importantes ocorrido em abril de 1973, o que levou os israelenses a declarar um estado de alerta e a mobilizar suas reservas. Mais tarde, descobriu-se que as manobras destinavam-se na verdade a treinar o Exército egípcio para cruzar o canal e a enganar os israelenses, para diminuir sua prontidão através de alarmes falsos. Esses alarmes acabariam deixando os israelenses pouco atentos aos indícios de um ataque iminente. Em abril de 1973, Sadat e o presidente sírio Hafez al-Assad decidiram-se por um plano para a guerra. Em 25 de setembro, o rei Hussein alertou Golda Meir sobre um iminente ataque planejado pelos sírios e egípcios, sem entretanto mencionar uma data precisa. O aviso foi dado após sua participação em uma cúpula no Cairo, durante a qual Hussein inteirou-se do plano conjunto de guerra. Sua participação se limitaria a evitar, a partir do norte da Jordânia, um ataque israelense contra a Síria.

Todas as evidências apontavam para as intenções beligerantes dos egípcios e dos sírios. A concentração de tropas egípcias ao longo do Canal de Suez e o posicionamento de pontes móveis na proximidade eram indicações claras de um ataque iminente; e grandes contingentes de forças armadas sírias foram observados, na fronteira síria das colinas do Golan. Dayan comentou que os números da concentração de tropas poderiam causar um infarto. Porém, os Serviços de Inteligência israelenses continuaram a garantir que havia uma “baixa probabilidade” de guerra, porque as condições que Sadat acreditava serem necessárias para um ataque ainda não haviam sido atingidas. Essa avaliação baseava-se em uma combinação de exagerada autoconfiança e complacência, que estimava haver um alerta de no mínimo quarenta e oito horas, mesmo com a eclosão de uma guerra, garantindo o tempo necessário para a mobilização das reservas.

Na sexta-feira, véspera do Yom Kippur, os ministros do governo israelense encontraram-se para uma reunião de emergência. Haviam recebido da Inteligência informações que não deixavam dúvidas a respeito da eclosão da guerra no dia seguinte. A informação determinava que o início da guerra seria às 18h, mas a eclosão de fato se deu às 14h. Na discussão de sexta-feira, o chefe do Estado-Maior, David Elazar (“Dado”), pediu permissão para realizar um ataque aéreo, preemptivo, contra as concentrações de tropas egípcias e sírias, mas o governo recusou o pedido, para evitar que Israel recebesse a pecha de agressor. Israel alertou os Estados Unidos sobre a iminência da guerra, deixando claro que não tinha a intenção de lançar um ataque preemptivo. Ao mesmo tempo, o governo decidiu-se por uma mobilização parcial das reservas. Afortunadamente, poucos dias antes, uma brigada adicional de blindados havia se deslocado para as colinas do Golan, o que se provou decisivo na contenção do ataque sírio.

A Guerra do Yom Kippur teve características opostas às da Guerra dos Seis Dias: em lugar de uma vitória rápida e dramática, houve grande número de baixas, perda de controle e avaliações equivocadas dos campos de batalha, disputas entre os generais e ausência de credibilidade. Tudo o que poderia dar errado aconteceu. O rápido avanço sírio levou a uma evacuação urgente e traumática de assentamentos nas colinas do Golan, demonstrando que o mito de que assentamentos funcionariam para a defesa do território já não era válido. Os sírios conquistaram tanto o posto de comando na base de Nafakh quanto o Monte Hermon. Entre os tanques sírios e os Vales do Hula e do Jordão, restaram somente pequenas unidades de blindados – alguns tanques, uma companhia aqui, outra ali –, que impediram o avanço dos sírios graças ao sacrifício de suas tripulações. Por dois dias, a situação no norte parecia terrível: a Força Aérea tinha dificuldades para operar devido aos mísseis sírios, e foi apenas com a chegada de reservistas e o início da reorganização que começou a batalha pela retomada do Golan. Na sequência, uma ofensiva das Forças Armadas levou a guerra para além de Kuneitra e para a estrada que liga a região a Damasco. Às vésperas do cessar-

fogo, Israel havia recuperado a fortaleza do Monte Hermon, vital para a observação do território sírio.

A travessia egípcia do Canal de Suez iniciou-se com um intenso bombardeio de artilharia contra as casamatas da Linha Bar-Lev. Apesar do aviso que receberam, as tropas estavam despreparadas para o ataque, e as forças egípcias cruzaram o canal sob a proteção de sua artilharia. Alguns dos soldados israelenses nas casamatas foram mortos, outros foram aprisionados e alguns conseguiram escapar e chegar às linhas do exército na retaguarda. A Força Aérea Israelense, ocupada na contenção dos avanços sírio e egípcio, sofreu pesadas e surpreendentes perdas, causadas pelos mísseis antiaéreos; a estratégia do Exército egípcio mostrou-se efetiva. Nos primeiros estágios da guerra, a necessidade de fornecer apoio às tropas terrestres impediu a Força Aérea Israelense de eliminar as bases de mísseis, aumentando a perda de aviões. Mas a perda de pilotos era ainda mais grave. Desde a Guerra dos Seis Dias, vigorava nas Forças Armadas Israelenses a percepção de que a Força Aérea seria o fator decisivo em uma guerra, o que levou a uma negligência quanto ao treinamento da infantaria e ao investimento em blindados. As forças israelenses, por exemplo, não dispunham de equipamentos de visão noturna, utilizados pelos soldados egípcios. Os mísseis antitanque russos, denominados Sagger, dizimaram os blindados israelenses, sem que as forças de Israel pudessem encontrar uma resposta apropriada. Os equipamentos utilizados pelos israelenses mostraram-se obsoletos, e parte deles nem estava disponível; os armazéns de emergência, abertos quando as reservas foram mobilizadas, muitas vezes encontravam-se quase vazios. E a mobilização apressada, em condições de emergência, expôs as falhas da estrutura logística das Forças Armadas.

Como sempre, o sucesso tem muitos pais, enquanto os fracassos são órfãos. A Guerra do Yom Kippur deu origem, pela primeira vez na história militar israelense, a uma “guerra de generais”, travada entre o chefe do Comando Sul, Shmuel (Gorodish) Gonen – um lendário herói retratado no livro *Os tanques de Tamuz*, de Shabtai Teveth –, e Ariel (Arik) Sharon, que passara a comandar uma divisão da reserva, sob o comando de Gonen.

Gorodish, que havia assumido o comando no verão anterior à guerra, não conseguiu controlar sua frente de batalha, que não funcionou a contento. Suas táticas eram as de um comandante de divisão, e não as do líder de todo um comando. De sua parte, Sharon não estava disposto a obedecer a ordens, nem de seu superior direto, nem mesmo do chefe do Estado-Maior, e conduziu as operações de sua divisão da forma que considerou mais apropriada. A “guerra dos generais” ocorreu em meio às duras batalhas travadas nos primeiros dias de combate, sem que as IDF estivessem adaptadas às novas condições de luta.

Nos primeiros cinco dias da guerra, Israel manteve-se na defensiva, lançando contra-ataques em ambas as frentes. Em 8 de outubro, com base em informações não corroboradas da Inteligência e em uma leitura equivocada da situação, foi lançado um fracassado contra-ataque na frente sul. Esse foi provavelmente o momento mais difícil de toda a guerra. Tanques foram destruídos e tripulações foram mortas, perderam-se aviões e seus pilotos. Dayan perdeu o autocontrole e preparou-se para anunciar, em uma coletiva de imprensa, a “destruição do Terceiro Templo”. Golda Meir o impediu de fazer o anúncio, após receber do editor de um jornal o alerta sobre os preparativos para a coletiva. Preocupada com as perdas de armamentos, a líder israelense fez um dramático apelo pessoal a Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos, para o envio de equipamento a Israel através de uma ponte aérea, dando a entender que o Estado corria grave perigo. Nixon acedeu, e a ponte aérea começou em 14 de outubro.

Enquanto isso, o governo e o Estado-Maior decidiam sobre as prioridades: alterar o equilíbrio na frente síria, a mais perigosa devido à sua proximidade em relação aos centros populacionais israelenses, enquanto mantinham a defensiva na frente egípcia. Após conter o ataque sírio e reconquistar a maior parte das colinas do Golan, no dia 11 de outubro Israel lançou um contra-ataque que em três dias alterou completamente a situação e a deixou irreconhecível. Ao final da luta, os subúrbios de Damasco estavam ao alcance da artilharia israelense. No sul, depois do fracasso de 8 de outubro, as Forças Armadas mantiveram sua tática defensiva, enquanto

tentavam a todo custo evitar o desgaste de suas tropas. Em 14 de outubro, o Exército egípcio abandonou o plano original de manter-se sob a proteção do “guarda-chuva” de mísseis antiaéreos, e engajou seus blindados em um ataque no Sinai. Nessa batalha, o Egito perdeu em torno de 250 tanques, enquanto os israelenses perderam somente 20. Com o enfraquecimento do Exército egípcio e a derrota dos sírios nas colinas do Golan, chegou o momento de uma ofensiva israelense. Esta teve início quando as forças do Exército cruzaram o canal; continuou com a conquista de sua margem ocidental e encerrou-se com o cerco ao Exército egípcio. No momento em que um cessar-fogo foi anunciado, em 22 de outubro, as tropas israelenses controlavam as estradas de acesso a Damasco e ao Cairo. Israel aproveitou-se de violações egípcias, após o anúncio do cessar-fogo, para completar o cerco ao Terceiro Exército Egípcio; o cessar-fogo entrou em vigor no dia 24 de outubro.

Os primeiros dias de guerra foram os mais graves. Nesse período, foram abaixo os mitos da capacidade de luta e poder das IDF, e da debilidade e inferioridade em combate dos árabes. Não somente os egípcios e sírios haviam pegado os israelenses de surpresa – logo Israel, que se gabava de ter um Serviço de Inteligência extraordinário –, como nos próprios combates as IDF não conseguiram encontrar forma de reagir aos mísseis Sagger, empregados de forma corajosa e engenhosa pelas tropas egípcias. As tropas blindadas e a Força Aérea sofreram pesadas baixas, e a conquista, pelos egípcios, das casamatas no canal, com a prisão ou a morte dos defensores, representou um severo golpe para a moral israelense. As imagens dos prisioneiros, exibidas pela televisão, abalaram o mito do sabra bravo e forte, que nunca se rendia. Ao longo dos anos de existência do Estado, esse mito definiu o padrão aceito de comportamento do sabra, personificação em claro contraste com o judeu da Diáspora, submetido docilmente aos seus opressores.

Aproximadamente metade das baixas israelenses ocorreram nos primeiros cinco dias de combate. Em torno de 2.300 soldados foram mortos (outras estimativas chegam a 2.600) e mais de 5.000 ficaram feridos (outras

estimativas chegam a 7.500). Mais de 100 aviões foram derrubados e quase 1.100 tanques colocados fora de ação, 400 dos quais completamente destruídos. Os árabes, entretanto, perderam em torno de 370 aviões e 2.250 tanques, mais de 15.600 soldados foram mortos e 8.700 foram feitos prisioneiros (comparados a 300 israelenses). Israel chocou-se tanto com as perdas quanto com a lenta conscientização de que houve momentos, durante a guerra, em que a existência do Estado esteve por um fio. Um dos jornais publicou um jogo de palavras com o termo em hebraico *blimá*, que significa bloqueio defensivo, mas também “estar por um fio”.

Nos primeiros dias de guerra, a população israelense não tinha ideia do que ocorria nas duas frentes e continuou a acreditar que as Forças Armadas “quebrariam os ossos” dos árabes, conforme prometera o chefe do Estado-Maior. À medida que avançava a guerra e os egípcios divulgavam imagens de prisioneiros israelenses, o público em Israel percebeu que aquela era uma guerra diferente, não mais um desfile interminável das conquistas às quais havia se acostumado desde 1956. O poeta Yehuda Amichai escreveu: “O sol de outubro esquentou nossos mortos. / O pesar é uma pesada tábua de madeira, / lágrimas são pregos.”¹

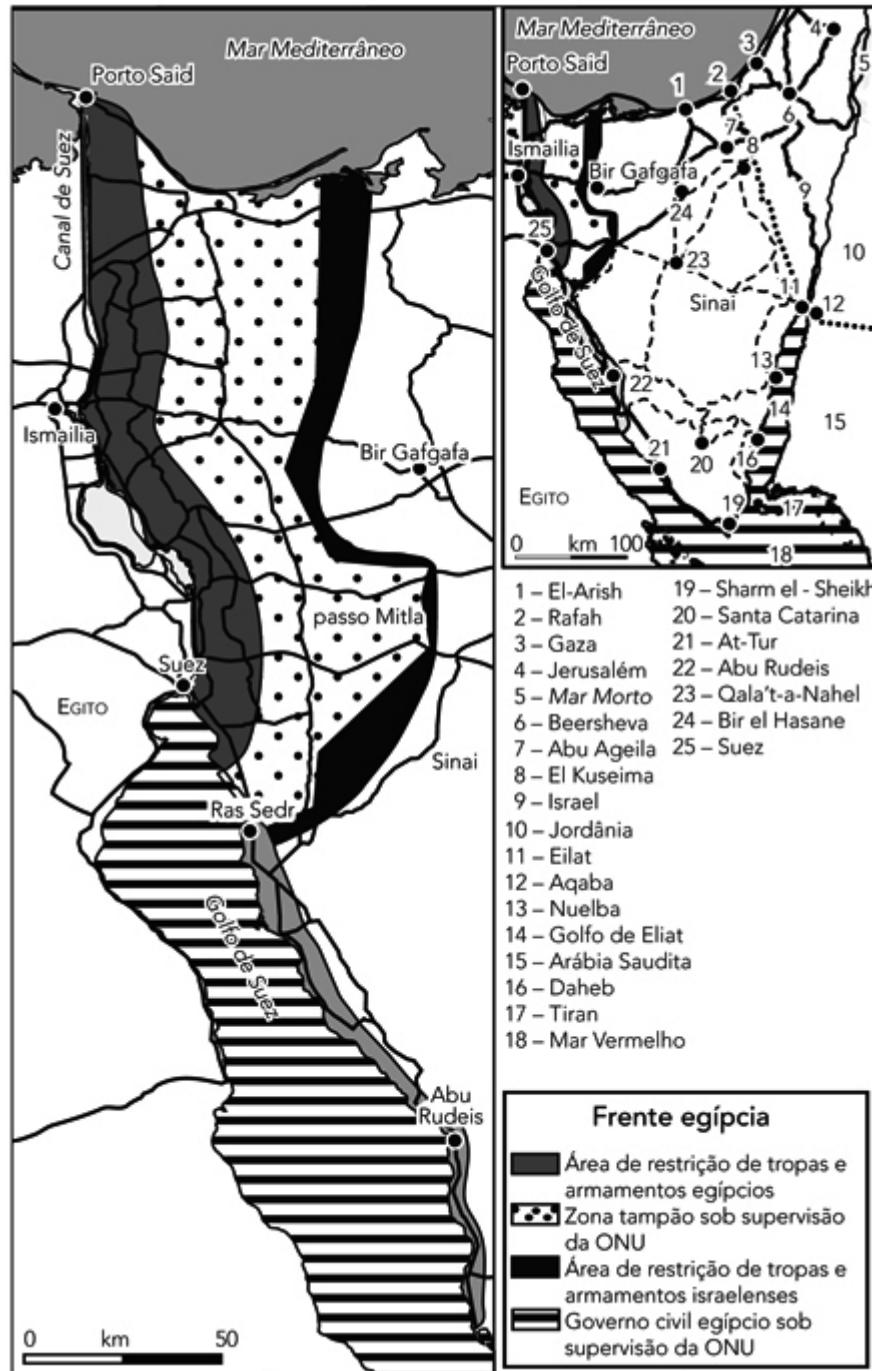
A guerra terminou com forças israelenses e egípcias entrelaçadas; Israel não podia liberar suas tropas reservistas, o que tornava extremamente difícil o retorno à normalidade. O Terceiro Exército Egípcio, cercado, necessitava de suprimentos, fornecidos, em pequenas quantidades, por Israel, sob a supervisão da ONU. A situação não poderia prolongar-se por muito tempo: ambos os lados tinham interesse em uma separação de forças. As tropas israelenses haviam chegado ao quilômetro 101 da Rodovia Cairo-Suez, local onde o general Abdel-Ghani el-Gamassi e o general Brigadeiro Aharon Yariv se encontraram para negociações diretas em 28 de outubro; foram as primeiras negociações diretas na história das relações entre Egito e Israel. Os dois negociadores representavam os líderes de seus países, Anwar Sadat e Golda Meir, e se reportaram a ambos durante as negociações. Nos bastidores, estava o secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger.

Um dos resultados da guerra foi a elevação do *status* dos Estados Unidos no mundo árabe, pois Sadat estava convencido de que, apesar de os soviéticos serem capazes de fornecer-lhe armas, não poderiam exercer suficiente pressão sobre Israel para conseguir uma retirada. Israel, por outro lado, estava isolado e dependia mais do que nunca dos Estados Unidos, tornando-se vulnerável à pressão norte-americana. Os países europeus não haviam dado apoio a Israel no momento de maior necessidade e não colaboraram com a ponte aérea. Durante a guerra, em 17 de outubro, os árabes anunciaram um embargo à exportação de petróleo em protesto contra a ajuda norte-americana a Israel, causando um aumento sem precedentes no preço da *commodity*. O cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) auferiu enormes lucros, mas os árabes também reconheceram a necessidade de dialogar com os norte-americanos. Kissinger, que antes da guerra raramente havia se envolvido em questões do Oriente Médio, agora desenvolvia o conceito de que um acordo entre Israel e os egípcios constituiria a base para futuros acordos entre Israel e as nações do mundo árabe; que tal acordo deveria ser negociado passo a passo, sem criar expectativas irreais em ambos os lados; e que os Estados Unidos deveriam desempenhar um papel central na mediação entre as partes.

O marco formal para os acordos seria uma conferência internacional em Genebra, promovida por Nixon e Kissinger e com a participação dos soviéticos, no âmbito da distensão entre os EUA e a URSS. Mas as verdadeiras negociações entre as partes seriam mediadas por Kissinger, que controlaria todo o processo. Yariv e Gamassi conseguiram se entender, o que permitiu o avanço das conversas no quilômetro 101; seis cláusulas foram acordadas, compondo a base do processo de separação de forças. Estas se referiam à troca de prisioneiros, aos suprimentos para o Terceiro Exército Egípcio e à remoção do bloqueio egípcio ao estreito de Bab el-Mandeb, que fora estabelecido no início da guerra e impedia parcialmente a passagem para o golfo de Eilat. Os egípcios manteriam suas forças numa faixa de dez quilômetros de largura ao longo da margem oriental do Canal de Suez, e Israel retiraria suas tropas do território ocupado na margem ocidental,

assim como de uma faixa de vinte quilômetros na margem oriental. Uma zona-tampão de dez quilômetros de largura entre o Exército egípcio e as forças israelenses seria ocupada pelas Forças de Emergência da ONU (Unef), para verificar o cessar-fogo e a separação de forças; ambos os lados reduziram para 7.000 o número de soldados. Em determinado momento, as conversações diretas no quilômetro 101 foram suspensas por pressão de Kissinger, que queria que os louros de um acordo fossem colhidos pela Conferência de Genebra. O acordo foi assinado no quilômetro 101 em 18 de janeiro de 1974 e seus elementos básicos estabeleceram as linhas para futuros acordos entre Israel e Egito. A lição aprendida foi a de que esse formato permitia um rápido avanço nas negociações. E a lição não foi esquecida.

Foi mais difícil conseguir um acordo militar de separação de forças com a Síria. Após prolongadas negociações, que se deterioraram, levando, em março de 1974, a uma guerra de atrito na fronteira, um acordo foi assinado em Genebra em 31 de maio de 1974, segundo o qual Israel se comprometeu a retirar-se do território ocupado durante a guerra (este seria ocupado por tropas da Unef). Além disso, haveria troca de prisioneiros e os sírios comprometeram-se a reduzir suas forças ao longo da fronteira. Apesar de ter sido o agressor e o lado derrotado na guerra, a Síria insistiu em obter um ganho territorial similar ao dos egípcios no Sinai: a retirada israelense de parte dos territórios conquistados na Guerra dos Seis Dias. Seguiram-se longas e árduas negociações, com um intenso deslocamento de Kissinger entre Jerusalém e Damasco. Por fim, Israel concordou em retirar-se da cidade-fantasma de Kuneitra e entregá-la aos sírios, que, por sua vez, abandonaram as exigências por território adicional. Essa concessão israelense facilitou o acordo de separação de forças, levando ao fim da Guerra do Yom Kippur.



Mapa 6 – O acordo preliminar egípcio-israelense (1974)

A Guerra de Outubro foi inscrita nas páginas da história do Egito como uma grande vitória que expurgava a vergonha da Guerra de 1967. A travessia do canal pelas forças egípcias e seu entrenchamento na margem

oriental, sem que Israel pudesse evitá-lo ou repeli-las, ficou gravada na memória coletiva dos egípcios como um brilhante sucesso, o que de fato foi. E a reconstrução do Exército do Egito, que demonstrou sua habilidade em combate, atingindo seus objetivos, restaurou o orgulho nacional dos egípcios. Um museu comemorativo da vitória foi construído no Cairo, e o aniversário da guerra substituiu o aniversário do golpe dos oficiais* como feriado nacional, marcado por celebrações que incluem uma parada militar. O mito da Guerra de Outubro foi vital para a construção do *status* de Sadat no Egito como o líder capaz de restabelecer a preeminência do país no mundo árabe. A elevada posição permitiria que Sadat conseguisse negociar um acordo de paz com Israel, sem levar em conta as posições dos outros países árabes ou dos palestinos.

Apesar do fator-surpresa e dos amargos fracassos dos primeiros dias de luta, a Guerra do Yom Kippur terminou com uma grande vitória israelense. Mas não foi recebida dessa maneira pela opinião pública dentro de Israel. Às vésperas da Guerra dos Seis Dias, o país vivera um estado de grande ansiedade que se transformara, do dia para a noite, na euforia de uma brilhante vitória. Às vésperas da Guerra do Yom Kippur, Israel era profundamente condescendente e, como consequência da guerra, a condescendência transformou-se em depressão. Uma nação inteira pranteava os milhares de mortos e feridos e afundou-se em um trauma nacional, cujos sinais não se dissiparam por décadas. A confiança na liderança – conduzida pelo Partido Trabalhista, de posição tão marcante nos processos de tomada de decisão desde 1933 que a psique nacional o considerava eterno – estava agora irremediavelmente perdida.

A confiança nas lideranças militares também foi abalada. Desde a Guerra dos Seis Dias, os comandantes das Forças Armadas eram vistos como figuras quase lendárias, capazes de superar qualquer inimigo, e a mídia louvava esses generais invencíveis como os melhores do mundo. A opinião pública endossou a vaidade e a arrogância da mídia, e tendia a acreditar nos *slogans* publicados. Era fácil e confortável sentir-se seguro e protegido pelas Forças Armadas. E então veio a guerra que surpreendeu os comandantes militares e

demonstrou que seus serviços de Informação, tão superiores, eram falhos. As reservas foram mobilizadas tardiamente; o Exército estava mal equipado; irrompeu a “guerra dos generais”. Todos esses erros minaram a imagem das Forças Armadas e de sua liderança, fazendo Israel retornar à condição psicológica de antes da Guerra dos Seis Dias: um país pequeno, em constante risco existencial. Foi o “crepúsculo dos deuses”.

Os acordos de separação militar de forças com o Egito e a Síria, incluindo o mandato da Unef, foram estabelecidos por seis meses, com extensões periódicas no futuro. Em março de 1974, o embargo árabe do comércio de petróleo contra os Estados Unidos foi suspenso, mas os dramáticos aumentos no preço do petróleo, promovidos pela Opep, tinham levado todo o mundo ocidental a um período de turbulenta instabilidade econômica, desemprego e inflação. Os norte-americanos buscaram aprofundar os laços criados com os egípcios, objetivando enfraquecer a influência da União Soviética no Oriente Médio e fortalecer as tendências moderadas no mundo árabe. Para isso, os acordos provisórios tinham de ser consolidados através de mais iniciativas positivas. A tentativa de promover um acordo interino entre Israel e Jordânia fracassou; o rei Hussein exigia a devolução do Vale do Jordão, mas os israelenses não aceitaram abrir mão do controle militar sobre a área. Fizeram uma contraproposta: um compartilhamento funcional da autoridade sobre a Cisjordânia, na qual o rei Hussein seria responsável pela administração civil, e os israelenses, pela segurança. Contudo, Hussein não podia aceitar a proposta, pois seria condenado por colaborar com a ocupação israelense. Uma resolução foi aprovada na Cúpula Árabe de Rabat, em 1974, reconhecendo a OLP como a única representante do povo palestino, e retirando, assim, a autoridade de Hussein sobre a Cisjordânia. Com os sírios, era limitada a possibilidade de mais um acordo interino a respeito das colinas do Golan, tanto pelas características físicas do terreno quanto pela falta de interesse de Assad. Conseqüentemente, as atenções de Kissinger voltaram-se para o avanço das negociações entre Israel e Egito.

Enquanto isso, a Casa Branca tinha um novo presidente. Na esteira do escândalo de Watergate, Nixon renunciou e foi substituído por seu vice, Gerald Ford, nomeado após a renúncia de Spiro Agnew. Em Israel, Yitzhak Rabin foi nomeado primeiro-ministro (ver o próximo capítulo). O novo governo foi atacado, externamente, por uma feroz oposição, e internamente os ministros tampouco aceitavam a autoridade de Rabin. O governo parecia dividido e incapaz de tomar decisões. Foi em meio a esse cenário que Kissinger tentou fazer a mediação entre Rabin e Sadat para conseguir um acordo mais estável no Sinai, contendo elementos que garantissem a tranquilidade no longo prazo. Os israelenses queriam retirar o Egito do círculo de hostilidade, para eliminar a chance de mais um ataque em duas frentes, e o Egito desejava recuperar o território do Sinai e melhorar suas relações com os Estados Unidos. Sadat exigia o controle tanto sobre os passos de Giddi e Mitla, estrategicamente importantes, quanto sobre os campos de petróleo do Sinai; Israel estava disposto a aceitar uma pequena retirada e, como contrapartida, exigia a revogação do estado de guerra com o Egito.

Kissinger ingressou em uma maratona de encontros em Israel e no Egito, utilizando todo o seu arsenal diplomático para diminuir a distância entre as partes. Contudo, Sadat não estava disposto a comprometer-se a encerrar o estado de guerra, e Israel recusava-se a retirar-se mais além das encostas orientais dos passos. Em certo momento, Sadat estava disposto a aceitar uma fórmula alternativa à não beligerância: “o não uso da força”. Israel estava disposto a devolver os campos de petróleo, mas ambos os lados discordavam em relação à faixa costeira que conectaria os campos de petróleo ao território egípcio. A questão territorial dos passos manteve-se inconclusiva e, em março de 1975, as negociações fracassaram. Kissinger deu a entender que, na ausência de um acordo, as hostilidades recomeçariam e o embargo de petróleo seria reiniciado, mas o governo de Rabin rejeitou as ameaças. A recusa em submeter-se às pressões norte-americanas realçou o prestígio de Rabin junto à população israelense, mas não contribuiu para melhorar a situação. Kissinger culpou os israelenses, implicitamente, pelo fracasso das

negociações, e o presidente Ford pronunciou-se a respeito de uma “reavaliação” da relação especial entre Israel e os Estados Unidos. O suprimento de armas e outras formas de ajuda a Israel foram temporariamente suspensos, mas, com a opinião pública norte-americana a favor de Israel, era limitada a pressão que o governo poderia exercer, às vésperas de uma eleição. Em maio de 1976, setenta e seis senadores norte-americanos enviaram uma carta ao presidente, exigindo que fossem atendidas as necessidades militares e econômicas dos israelenses.

De sua parte, tanto Israel quanto o Egito tinham interesse em progredir rumo a um acordo e, no verão de 1975, as negociações foram retomadas sob a vigorosa mediação de Kissinger. Israel aceitou o meio-termo baseado no “não uso da força” e no “não reinício” de hostilidades por um período ilimitado e aceitou retirar-se dos passos de Giddi e Mitla, desde que mantivesse o controle de seus cumes. Estações de controle preventivo, instaladas nas extremidades israelense e egípcia e parcialmente operadas por civis norte-americanos, tinham a função de evitar um ataque-surpresa. E a maior parte do território abandonado por Israel ficaria em uma zona-tampão controlada pela Unef. Os egípcios voltaram a exercer soberania sobre as áreas liberadas por Israel, mas mantiveram um número reduzido de tropas, assim como as forças israelenses do lado oposto da zona-tampão (ver Mapa 6). Mais à frente, esses elementos de desmilitarização, redução de forças e estações de controle preventivo operadas por civis norte-americanos também vieram a constituir elementos efetivos dos acordos de paz entre os países. O acordo interino, assinado em 4 de setembro de 1975, definia, ainda, que as disputas entre os dois países seriam solucionadas pacificamente e que o Egito permitiria a passagem de cargas não militares tanto provenientes de Israel quanto com destino a Israel, através do Canal de Suez, reaberto ao tráfego em junho de 1975. Os acordos criaram uma situação em que ambos os lados tinham muito a perder se houvesse uma retomada das hostilidades. As decisões representavam um sinal da disposição egípcia em fechar acordos bilaterais com Israel.

O fator que ficou de fora de qualquer marco das negociações foi a OLP. Israel e os Estados Unidos haviam acordado que conversas com a OLP estavam fora de questão enquanto a organização não reconhecesse Israel e as resoluções 242 e 338 da ONU. Como foi visto, a OLP foi expulsa da Jordânia em 1970. Apesar de engajar-se em ataques terroristas para atrair a atenção internacional, a organização não conseguiu abalar o controle israelense sobre os territórios ocupados. Obteve, entretanto, surpreendentemente, algum sucesso na arena internacional após a resolução da Cúpula de Rabat em 1974, que a reconheceu como representante do povo palestino. Yasser Arafat foi convidado para a Assembleia Geral da ONU em 13 de novembro de 1974, e a OLP recebeu *status* de observador nas Nações Unidas. No ano seguinte, a Assembleia Geral aprovou uma resolução desprezível, que igualava o sionismo ao racismo, minando a própria legitimidade do Estado judeu. Eventos como esses ampliaram a crescente legitimidade da OLP junto à opinião pública internacional.

Enquanto isso, dois acontecimentos de importância regional ocorriam em 1975–1976, durante a Guerra Civil no Líbano, travada primordialmente entre cristãos e muçulmanos. Primeiramente, os sírios entraram no Líbano para impedir a matança de ambos os lados. Israel aceitou a presença síria, desde que não se estendesse ao sul do rio Litani. Segundo, os palestinos, que apoiavam a esquerda muçulmana radical no Líbano, foram expulsos da maior parte do país. Passaram a se concentrar em Sidon e no sul do Líbano, inacessível aos sírios devido à imposição israelense. Em poucos anos, essa área se tornou a base e o quartel-general da OLP – “Fatahland” –, de onde eram lançados ataques guerrilheiros e terroristas contra Israel.

Com a eleição de Jimmy Carter para a Presidência dos Estados Unidos, ficou claro para Israel que, apesar dos acordos com o governo anterior de que a OLP não participaria de negociações enquanto não reconhecesse Israel, o novo presidente via a questão palestina como o foco do conflito e queria tentar modificar a posição israelense. As conversas entre Rabin e Carter foram extremamente duras, e o novo governo adotou outro conceito para administrar o conflito no Oriente Médio. A política norte-americana,

liderada por Kissinger desde 1973, havia sido orientada pela convicção de que seria mais fácil obter a paz com cada país árabe em separado e que uma tentativa de negociar um acordo global estava fadada ao fracasso, porque qualquer discussão conjunta aumentaria a pressão por parte dos extremistas. Assim, Kissinger evitara reconvocar a Conferência de Genebra após sua abertura cerimonial em dezembro de 1973. Essa política também tinha por objetivo neutralizar uma participação ativa dos soviéticos na negociação, presumindo que a URSS só levaria os árabes a radicalizarem suas posições. O governo Carter, inexperiente e movido por uma profunda crença religiosa de que poderia promover a paz generalizada, desviava-se dessas diretrizes políticas. Assim, em um ano todos os participantes das negociações dos acordos interinos tinham mudado, com exceção de Sadat. Havia chegado a hora da reorganização.

NOTAS

* Golpe que derrubou a monarquia do Rei Faroukh, em 1952. [N.T.]

1. Yehuda Amichai, “Shirei erez tzion Yerushalayim” (Canções de Sion: Jerusalém), *Meahorei Kol ze mistater osher gadol* (traduzido por Ted Hughes como “Amém”), Tel Aviv e Jerusalém: Schocken 1985, p. 8.

A SOCIEDADE ISRAELENSE APÓS A GUERRA DO YOM KIPPUR

Quando eclodiu a Guerra do Yom Kippur, Israel estava em meio a uma campanha eleitoral na qual o slogan de Golda Meir alegava que a situação do país nunca havia sido melhor. Tendo em conta a guerra e seu resultado, a escolha do slogan tinha um quê de ironia. As eleições foram adiadas até o final de dezembro de 1973; ocorreram enquanto o país ainda estava em estado de choque e durante as negociações para a separação de forças. O Maarach (Alinhamento), incluindo o Partido Trabalhista recriado em 1968 a partir da unificação entre Mapam, Rafi e Ahdut Haavodá, perdeu cinco cadeiras no Knesset, caindo de cinquenta e seis para cinquenta e um representantes. O enfraquecimento, entretanto, não representou a perda da hegemonia. O Likud, composto pelo Gahal e por alguns pequenos partidos de direita, e que participava pela primeira vez de eleições, obteve trinta e nove cadeiras (o Gahal tinha conseguido vinte e seis assentos nas eleições de 1969). O resultado representou uma mudança significativa no equilíbrio de poder entre esquerda e direita.

Apesar disso, Golda Meir conseguiu formar uma coalizão com o Partido Nacional Religioso e insistiu com Moshe Dayan para que continuasse no Ministério da Defesa. A população israelense, cuja pressão havia levado à nomeação de Dayan como ministro da Defesa às vésperas da Guerra dos Seis Dias, depositara uma confiança ilimitada em Dayan como responsável pela segurança do país. Agora, seu ídolo havia decepcionado. Inicialmente, Dayan recusou-se a participar do governo, mas Golda Meir viu sua recusa não como um ato de se curvar à rejeição popular – que o responsabilizava

pelos fracassos –, mas como uma forma de minar o governo que ela tanto se empenhava em criar. Ele acabou se rendendo e juntou-se ao governo.

Enquanto isso, a pressão da população havia resultado na formação da Comissão Agranat, uma comissão independente de inquérito liderada por um juiz da Suprema Corte, cujo propósito era determinar quem tinha sido responsável pelo *mehdal* (falha ou grande erro) do Exército, que se viu surpreendido e despreparado para a guerra. O relatório da comissão distribuiu a culpa entre o chefe do Estado-Maior, David Elazar, o chefe da Inteligência militar, junto de vários de seus assessores, e o chefe do Comando Sul, Shmuel Gonen. O chefe do Estado-Maior e outros oficiais das Forças Armadas perderam seus postos, e a comissão optou por não responsabilizar a liderança civil, um veredito recebido com raiva por amplos segmentos da população que esperavam que a justiça fosse feita à liderança política. Os soldados que voltavam da guerra participaram de manifestações maciças em frente aos escritórios governamentais, aos gritos de: “Dayan – Renuncie!”.

Em reação a esse clamor público, Golda Meir renunciou em 11 de abril de 1974, e, diante da queda do governo, o comitê central do Partido Trabalhista reuniu-se para escolher seu sucessor. Os veteranos do partido e sua ala esquerda (antigamente o Ahdut Haavodá) eram favoráveis a Yitzhak Rabin. Shimon Peres, amigo íntimo de Dayan, era o candidato da ala direita do partido (anteriormente, Rafi). Rabin venceu por uma pequena margem e formou o novo governo em julho de 1974. Ele havia sido chefe do Estado-Maior durante a Guerra dos Seis Dias, e fazia pouco tempo que retornara dos Estados Unidos, onde servira como embaixador, além de ter ocupado um posto menor no governo anterior ao de Golda Meir. Apesar de sua falta de experiência como político, o fato de não ter participado das decisões que levaram à Guerra do Yom Kippur pesou a seu favor. Shimon Peres foi nomeado Ministro da Defesa.

Assim, sem estardalhaço, ocorreu uma troca de gerações na política israelense. Golda Meir era originária da “geração dos fundadores”, que imigrara para a Palestina no início do século XX e participara de todos os

eventos e dificuldades anteriores à criação do Estado. Foi uma geração resolvida e dura, de líderes moldados pelas crises do período do Yishuv, da Segunda Guerra Mundial e das guerras enfrentadas por Israel. Quando Levi Eshkol morreu, em 1969, o bastão da liderança deveria ter sido passado para a nova geração, dos “filhos da Terra”, que haviam lutado na Guerra de Independência. Porém, devido ao temor de que um confronto entre os dois candidatos – Moshe Dayan e Yigal Allon – pudesse destruir o partido, Golda Meir foi escolhida como uma alternativa provisória, para adiar a disputa interna. Com a saída de Golda, a geração dos veteranos, que se considerava pessoalmente responsável pelo destino da empreitada sionista, deixou a arena política.

Após a Guerra do Yom Kippur, a política israelense deslocou-se dos corredores do poder e dos marcos tradicionais da democracia israelense para as ruas. O protesto político através de manifestações e da pressão massiva e permanente sobre o governo, com o objetivo de influenciar a política, era algo inédito em Israel. No passado, tinham existido alguns grupos de protesto, como os Panteras Negras, e uma união de mulheres que organizara na sede do Mapai uma manifestação pedindo a nomeação de Moshe Dayan como ministro da Defesa, às vésperas da Guerra dos Seis Dias. Contudo, foram eventos passageiros e de poucas adesões. Naquele momento, pela primeira vez apareciam movimentos com a capacidade de mobilizar as massas em manifestações recorrentes, um fenômeno que parecia atrelado ao surgimento da televisão em Israel. A Guerra do Yom Kippur foi a primeira guerra em Israel da era da televisão; a disponibilidade imediata de informação visual trouxe a guerra e seus horrores para dentro dos lares israelenses, criando uma espécie de comunidade virtual de participantes daquela experiência, que uniu as tropas no *front* a suas famílias em casa. No início, poucos participavam das manifestações, mas as transmissões mostrando os manifestantes e seus cartazes transformaram um fenômeno relativamente marginal em algo central na vida da sociedade israelense. E, graças a essa exposição, os protestos ganhavam ímpeto a cada semana.

A primeira onda de protestos pedia a cabeça de Dayan. Os participantes vinham tanto da esquerda quanto da direita; eram soldados e famílias enlutadas exigindo que aquele que consideravam responsável pelo fracasso assumisse a responsabilidade. Conforme mencionado, o relatório da Comissão Agranat culpou somente os militares, exonerando a liderança política, de quem os militares haviam recebido ordens. Até então, não havia sido colocada em prática na política israelense o princípio de que a liderança era obrigada a assumir a responsabilidade por seus atos e omissões (assim como provavelmente não era o que acontecia nas democracias ocidentais). Era inconcebível que fosse pedida a renúncia de Ben-Gurion após as derrotas sofridas na Guerra de Independência, assim como o ataque-surpresa do Japão a Pearl Harbor não foi considerado um fracasso do presidente Roosevelt. O ano de 1974 foi um divisor de águas em relação à sensibilidade, por parte da população e da liderança, para com a responsabilidade dos líderes por seus fracassos, bem como à capacidade da opinião pública de influenciar os centros de governo. Desde então, repete-se na política israelense a demanda para que a liderança assuma a responsabilidade pelos fracassos, especialmente aqueles que envolvem a perda de vidas.

Simultaneamente a esse movimento de protestos, que não era organizado por um grupo político específico, surgiu um novo movimento: o Gush Emunim (Bloco da Crença). A origem da articulação estava na organização espontânea de jovens estudantes de *yeshivá*, especialmente de Merkaz Harav; estudantes das *yeshivot Hesder* (programas que combinam estudos talmúdicos avançados com o serviço militar nas Forças Armadas); egressos do movimento juvenil religioso Bnei Akiva; devotos de uma Grande Israel (tanto religiosos quanto laicos) e veteranos dos assentamentos nos territórios ocupados (Hanan Porat do bloco de Etzion; Moshe Levinger de Hebron; e Yehuda Harel das colinas do Golan). Perfeitamente cientes da dor e do desespero que afligiam a população israelense após a Guerra do Yom Kippur, os membros do movimento perceberam que o governo estava disposto a fazer concessões territoriais no Sinai e nas colinas do Golan, e

temiam que a amarga guerra e suas numerosas vítimas levassem o governo a ceder à pressão dos Estados Unidos por uma retirada israelense.

Conforme foi visto, desde a Guerra dos Seis Dias a população estava dividida em relação ao futuro dos territórios ocupados: uma parte encarava os territórios como “garantia” a ser mantida por Israel até que os árabes decidissem aceitar um acordo de paz; outros afirmavam que “terras liberadas não devem ser devolvidas” e que não abririam mão de “nem uma polegada!”. A esquerda enxergava a Guerra do Yom Kippur e seus terríveis custos como o resultado da intransigência de Israel e da recusa em retirar-se do território em troca de um acordo (mesmo que menos do que um acordo de paz) e exigia flexibilidade em relação às concessões territoriais. A direita, especialmente os fundadores do Gush Emunim, via a guerra como prova da obstinação dos árabes em destruir Israel, e concluiu que não deveria haver concessões nem a adoção de uma política baseada na submissão, o que só faria a pressão aumentar ainda mais. Para a direita, a guerra e seu resultado representavam uma grande vitória, como não ocorria desde 1948; esse grupo só não prestou atenção às fraquezas expostas ou, mais importante ainda, ao preço que fora pago.

Os fundadores do Gush Emunim vinham principalmente do bloco nacional-religioso. Gershon Shafat, um desses membros fundadores, escreveu que o desespero e a dor haviam evocado nos membros uma “nova esperança por um recomeço, derivada da crença inabalável no Criador e no comando que nos impôs para seguir adiante”.¹ Essas afirmações são típicas de um movimento messiânico guiado por um mandamento divino e secreto, revelado somente a seus seguidores e que ignora a realidade em nome de uma crença superior. Tais afirmações não envolvem considerações racionais acerca daquilo que é possível e desejável, mas impõem sobre a realidade um conceito de crença e propõem ações de acordo com esse conceito. Um estado de espírito como esse ia na contramão do conceito fundamental do sionismo, que via o retorno a Sion como um projeto a ser materializado no mundo real, tendo de se submeter às limitações do mundo real.

Para o Gush Emunim, o canal natural para sua atividade política era o Partido Nacional Religioso (NRP). Mas apesar de os jovens membros, liderados por Zevulun Hammer e Yehuda Ben Meir, serem fortes, o partido não era controlado pelos promotores da Grande Israel, e sua posição política era moderada. Sua liderança, comandada pelo experiente veterano Yosef Burg, buscava a continuidade da “aliança histórica” do partido com o Partido Trabalhista. O Gush Emunim e os jovens líderes exigiram que o NRP não se unisse ao governo de Golda Meir após as eleições de dezembro de 1973, a não ser que Golda aceitasse formar um governo de união nacional. O Partido Trabalhista rejeitou a ideia, porque tal governo minaria qualquer possibilidade de negociar um acordo com o Egito e a Síria, exatamente o que queria o Gush Emunim. Uma vez que os membros do grupo descobriram não ser possível agir através do NRP, escolheram uma estratégia extraparlamentar. As negociações de separação de forças com o Egito indicavam a iminência do risco de que Israel fosse obrigado a ceder território caso houvesse progresso rumo a um acordo. E, apesar de ser difícil alegar que a península do Sinai ou as colinas do Golan – ambas fora das fronteiras históricas da “Terra de Israel” – faziam parte da “terra de nossos antepassados”, a disposição para devolver território ocupado na Guerra dos Seis Dias apontava para uma tendência que, no futuro, poderia afetar a Judeia e a Samária.

As primeiras manifestações contra os acordos de separação de tropas foram organizadas por intelectuais de direita e ativistas políticos. Mas o Gush Emunim prontamente deixou sua marca nesses eventos. Em contraste com o pequeno número de participantes nas manifestações de direita e especialmente com a dificuldade que as pessoas tinham em manter os protestos no longo prazo, o Gush Emunim mobilizou colonos da Judeia, da Samária, bem como das colinas do Golan, e “colonizou” a área externa do Knesset e do escritório do primeiro-ministro. O grupo chegou um dia com suas esposas e filhos, montaram um acampamento temporário e, na manhã seguinte, aproximadamente 2.000 pessoas portando xales de reza estavam presentes sob as janelas da sala de conferências do governo, uma imagem

imediatamente transmitida pela televisão. O Gush Emunim tinha uma capacidade total de mobilização, não tendo restrições financeiras nem outros interesses. Cada vez que Kissinger aterrissava em Israel, era recebido com manifestações turbulentas e estradas bloqueadas pelo Gush Emunim.

Durante as difíceis negociações com a Síria em maio de 1974, quando parecia que o ponto de discórdia entre Israel e a Síria era o destino da cidade de Kuneitra, colonos das colinas do Golan criaram um “assentamento” não autorizado em um bunker na cidade deserta. Os primeiros foram membros laicos de *kibutzim* e *moshavim*. Uma vez que perceberam que seu movimento, o Hakibutz Hameuchad, não os apoiaria, entregaram o assentamento para o Gush Emunim, que se comprometeu a transformá-lo em permanente, com a condição de mudá-lo para outro local se o governo assim o exigisse. E foi o que aconteceu; Kuneitra foi evacuada, mas Keshet, o assentamento ilegal, transformou-se em um assentamento permanente no território israelense das colinas do Golan. Assim criou-se um precedente de fundação de um assentamento sem aprovação do governo, e recebendo autorização retroativa. A lição não seria esquecida.

Nessa primeira etapa, o *modus operandi* do Gush Emunim já havia sido definido: mobilização maciça de colonos, de alunos das yeshivot e de outros estudantes do sistema de ensino nacional-religioso, utilização dos recursos logísticos dos assentamentos para mobilizar e manter as manifestações, protestos de longa duração e assentamentos ilegais, com a ajuda de adeptos ou quase adeptos no *establishment* militar e político. O que tornou possível esse esforço foi o fervor religioso que movia a liderança do Gush Emunim e conferia aos líderes e a seus seguidores uma fortaleza de espírito extraordinária em uma época de diminuição da confiança e perda de rumo na sociedade israelense. O poeta Yehuda Amichai expressou a conexão entre o trauma da guerra e o fortalecimento dos movimentos messiânicos: “Este é um país cujos mortos estão na terra / No lugar do carvão, do ouro e do ferro / Eles são o combustível para a vinda do Messias.”²

O núcleo duro do Gush Emunim era pequeno, como ficou evidente durante o governo de Rabin, quando o mesmo grupo nuclear liderado por

Elon Moreh estabeleceu-se em diferentes localidades como forma de protesto contra a recusa do governo em permitir o assentamento judaico no centro da Judeia e da Samária. Era uma espécie de associação nômade de ativistas que iniciavam o assentamento em um local específico, anunciavam a ação através de grupos sociais e de estudos para mobilizar seguidores e então, uma vez que haviam causado dificuldades ao governo – que os removia do local –, planejavam a criação de um novo assentamento em outro local. Cada vez que uma decisão política estava na pauta, a rede de comunicação do Gush Emunim se aquecia e entrava em ação para mobilizar as massas. Durante as negociações sobre o acordo interino com o Egito, os manifestantes do Gush Emunim acompanharam Kissinger ao longo de toda a sua estada em Israel, causando grandes transtornos ao presidente norte-americano e a seus guarda-costas, além de denominá-lo com apelidos depreciativos como “garoto judeu” (aludindo a um judeu a serviço de seus amos não judeus).

O sucesso do Gush Emunim não se deveu apenas ao autossacrifício do grupo e ao empenho de seus jovens em participar das manifestações (uma quebra da rotina diária de estudos religiosos, que também permitia aos jovens de ambos os sexos participarem de atividades comuns e viajarem por todo o país). A indecisão do governo frente à determinação dos ativistas também foi decisiva e acompanhou a atividade dos colonos desde o início. Quando o rabino Levinger recusou-se a abandonar Hebron, foi apoiado por Yigal Allon, apesar de o assentamento violar o próprio Plano Allon. O assentamento no bloco de Etzion era compatível com a mitologia da perda do bloco na guerra, e, após uma certa pressão, recebeu a aprovação do governo. O Gush Emunim recusou-se de maneira inflexível a assentar-se dentro dos limites do Plano Allon, que, embora não fosse oficialmente adotado pelo governo, era a diretriz *de facto* para o assentamento judaico na Judeia e na Samária. O desafio à proibição da instalação de assentamentos na área densamente povoada pelos árabes, no coração da Samária, era uma declaração de intenções: o governo deveria ser impedido de negociar as áreas da histórica Terra de Israel.

Os habitantes dos assentamentos ao longo do rio Jordão, no acesso a Rafah e nas colinas do Golan, áreas de moradia criadas de acordo com o Plano Allon, davam aos colonos do Gush Emunim apoio moral e material. Para aqueles colonos e seus seguidores, o fervor messiânico do Gush Emunim e sua mobilização para colonizar a Terra de Israel eram uma continuação do entusiasmo dos colonos do movimento trabalhista ao longo das fronteiras. Os dois tipos pareciam similares: fruto da educação dos movimentos juvenis, com a mesma simplicidade, abordagem direta e o mesmo linguajar sem rodeios do hebraico sabra. Para todos os efeitos, somente o solidéu e a observância dos mandamentos diferenciavam os colonos anteriores à Guerra dos Seis Dias, os colonos do Plano Allon, mais tardios, e os novos colonos atuantes do outro lado da linha verde e normalmente em desafio à autoridade governamental. O Gush Emunim explorava a similaridade com os outros colonos para realçar sua legitimidade aos olhos dos ministros trabalhistas. Qual a diferença entre o assentamento em Afula e na Samária?, argumentavam. Ambos tinham a mesma legitimidade, derivada do direito do povo judeu à sua terra ancestral. Rapidamente desenvolveram a noção de que eram os verdadeiros sucessores dos pioneiros, um ramo legítimo da árvore dos pioneiros sionistas, colonizadores do país. Haviam recebido a tocha dos pioneiros laicos, que perderam o fervor e cujo tempo havia passado. Tinha chegado a vez do momento sionista religioso, que levantava a bandeira de um novo pioneirismo. “Passar a tocha” simbolizava o que viam como uma mudança essencial, necessária, na cultura israelense: uma transferência da hegemonia secular para a religiosa. Esses novos colonos não eram somente os implementadores do esforço sionista pioneiro; eram também os precursores da cultura israelense, detentores do “pacote completo” da cultura judaica, quando comparados aos judeus seculares niilistas, que haviam se perdido e a quem faltavam valores e um propósito verdadeiro.

Durante o ano de 1975, a evacuação de colonos ilegais de áreas da Judeia e da Samária era parte da rotina diária do Exército israelense, um ritual recorrente que nenhum dos dois lados levava muito a sério. Essa indiferença

chegou ao fim com um choque no assentamento de Sebastia, criado pelo Gush Emunim. No início de dezembro de 1975, centenas de membros do Gush Emunim e seus seguidores – talvez até mais – dirigiram-se à antiga estação ferroviária de Sebastia, insistindo teimosamente que lá ficariam, em contraste com situações anteriores nas quais haviam concordado em retirar-se. Foram infrutíferas as tentativas de convencê-los a sair voluntariamente, para evitar o uso da força pelos militares. Ficou claro também que, se o Exército os evacuasse à força, os membros do Gush Emunim repetiriam a atuação algumas semanas depois. Como os colonos não se retiravam, crescia o temor em relação à necessidade de utilizar a força. A imprensa começava a mostrar simpatia por esses jovens que não vacilavam apesar das duras condições, mantendo-se no local com suas mulheres e filhos, expostos ao vento, à chuva e ao frio. As imagens televisivas realçavam seu sacrifício, e o Exército temia o confronto iminente se fosse preciso evacuá-los à força. Começou a delinear-se um acordo, por fim aceito pelo governo; um grupo de trinta famílias de colonos seria alojado nas proximidades, no acampamento militar de Kadum, e o Exército lhes proveria empregos.

Foi um avanço para o Gush Emunim: o início da colonização da Samária. “Alguns poderiam chamar de o curso da história. Aqueles que creem chamam de vontade da providência divina”, escreveu Gershon Shafat, um dos participantes centrais desse drama.³ O governo, por sua vez, teve sua autoridade gravemente abalada. Durante as discussões que finalmente levaram ao acordo com o Gush Emunim, foram evocadas a memória do *Altalena* e a necessidade de impor a autoridade do Estado. Mas Rabin não era Ben-Gurion, e seu governo, que se apoiava em uma pequena maioria no Knesset e estava dividido entre os apoiadores de Rabin e os de Peres, não se atreveu a engajar-se numa ação que pudesse levar ao derramamento de sangue judeu por outros judeus. No meio da crise, representantes de comunidades judaicas de outras partes do mundo reuniram-se em Jerusalém para demonstrar solidariedade a Israel após a resolução da ONU equiparando o sionismo ao racismo. Rabin estava compreensivelmente relutante em presenteá-los com uma cena do Exército utilizando a força

contra judeus. A vitória do Gush Emunim no evento de Sebastia demonstrou que uma minoria pequena, determinada e disposta a ir até o limite da confrontação violenta era capaz de impor sua vontade sobre um governo vacilante.

O governo de Rabin não desfrutou de dias muito bons. Como parte do acordo interino com o Egito, recebeu um pacote de benefícios econômicos, assim como uma grande quantidade de armas sofisticadas que os Estados Unidos se comprometeram a suprir, muito além do que Israel havia recebido no passado. Mas a guerra custara ao país oito bilhões de dólares, uma soma elevada o suficiente para esgotar as reservas de moeda estrangeira e provocar um enorme déficit na balança de pagamentos. O aumento dos preços do petróleo e a resultante crise econômica global também afetaram a economia israelense. O governo teve de cortar suas despesas e diminuir o padrão de vida do país; dezenas de milhares de trabalhadores perderam o emprego. No primeiro ano do governo Rabin, a inflação anual passou de 50%, e, para controlá-la e melhorar a balança de pagamentos, a lira israelense foi substancialmente desvalorizada. No final de 1975, a taxa de câmbio era de nove liras por dólar, comparada às 4,25 liras por dólar de antes do programa de emergência do governo. A inflação começou a cair, mas ainda se mantinha acima de 30% ao ano.

Enquanto a economia dava sinais de recuperação e o PIB subia, a queda no padrão de vida da população, o elevado desemprego e a inflação contínua não contribuíam para melhorar a popularidade do governo. Especialistas da área econômica argumentavam que eram medidas vitais para recuperar a economia, mas a população se recusava a aceitá-las. Houve manifestações promovidas pelos Panteras Negras e outros grupos; trabalhadores conclamados a apertarem os cintos responderam com uma série de greves que atingiram a economia e impediram a implementação de uma parte das reformas propostas pelo governo. A médio e longo prazos, as reformas de impostos, subsídios, salários, incentivos às exportações e desvalorização terminaram por beneficiar a economia, mas no curto prazo provocaram a hostilidade da população.

Tomava conta do país uma atmosfera de melancolia e insatisfação, remanescente do trauma nacional provocado pela guerra; os israelenses não esqueceram nem perdoaram o Partido Trabalhista pelo seu “fracasso”. Os conflitos entre esquerda e direita acirraram-se quando “acordos territoriais” e a ideia de “nem uma polegada” ocuparam um lugar permanente nas manchetes – apesar de nenhum líder árabe ter-se mostrado aberto a negociar concessões territoriais. O receio da ascensão da OLP na arena internacional e a perda de legitimidade do sionismo também eram motivos de preocupação. Além disso, o governo de Rabin foi afetado por vários casos sérios de corrupção envolvendo elementos ligados ao Partido Trabalhista, o que prejudicou ainda mais a reputação do governo. Havia uma sensação de perda de rumo. Em 1975, Yehonatan Geffen expressou esses sentimentos em uma canção pop intitulada “Yakhol Lichiot Shezeh Nigmar” (Talvez tenha se acabado): “Dizem que aqui era uma maravilha antes de eu nascer / E tudo era maravilhoso até eu chegar.” A composição enumera uma série de símbolos do sionismo do período mandatário, como a Pequena Tel Aviv e as dunas de areia, os pântanos e os mosquitos; cita versos de antigas canções sionistas, como “Esta Terra é nossa Terra”, e contrasta a nostalgia pelo passado com a realidade do presente. “Dizem que aqui havia um sonho maravilhoso / Mas quando vim ver não encontrei nada / Talvez tenha se acabado.”

Em 1968, quando o Partido Trabalhista foi formado a partir da união do Ahdut Haavodá, do Rafi e do Mapai, as primeiras duas facções, que haviam deixado o partido na geração anterior, aparentemente “voltaram para casa”. Mas na realidade as alas do partido tinham se fortalecido à custa do velho Mapai. O declínio do Mapai se iniciara com o Caso Lavon, no qual os veteranos do partido lutaram ferozmente entre si, com Ben-Gurion e Lavon liderando a disputa, e dispostos, como o personagem Michael Kohlhaas, de Von Kleist, a destruir o partido em prol da justiça. O Mapai, que havia sido a base de todas as alianças políticas, gradualmente desapareceu, deixando a arena para as duas alas, preocupadas principalmente em competir uma contra a outra. A moderação política e o aguçado senso de realidade que

havam caracterizado o Mapai histórico – assim como o absoluto comprometimento com o interesse público conforme entendido por seus líderes – tinham permitido que o partido conquistasse a confiança de amplos setores da população israelense, que o viam como uma força equilibrada e responsável, com chances de levar Israel rumo a um porto seguro. Porém, naquele momento os israelenses sentiam que o partido havia perdido sua ancoragem e que sua liderança estava fraca e dividida, incapaz de guiar a nação em crise.

Na realidade dos anos 1970, com a emergência de uma nova classe média composta de profissionais liberais, empresários e vários tipos de empreiteiros claramente orientados para o capitalismo, os velhos lemas socialistas soavam vazios. As tentativas do governo Rabin de mudar normas sociais a partir da instituição da declaração detalhada de imposto de renda e de lutar contra a chamada “economia paralela” atingiram a classe média e não inspiravam simpatia pelo governo. A política de bem-estar social funcionava para evitar maiores desigualdades socioeconômicas, e a sociedade israelense havia mantido, até o início da década de 1970, um alto nível de igualdade quando comparada aos países ocidentais. Agora ganhavam destaque argumentos favoráveis a uma economia de mercado, com uma diminuição do envolvimento do Estado. Intelectuais e empresários exigiam que o *ethos* socialista fosse substituído por outro, ocidental, liberal, que enfatizasse a liberdade e os direitos individuais, em oposição aos direitos coletivos. Havia a sensação de que o Partido Trabalhista se esgotara e era chegado o momento de uma mudança de governo.

Os escândalos de corrupção que abalaram o país durante aqueles anos também minaram a confiança e mudaram os padrões esperados para o governo: o que fora aceito nos primeiros anos, como o uso de recursos do Estado para promover a economia da Histadrut, era agora categoricamente rejeitado. Israel passou a aceitar as normas convencionais adotadas por governos de países ocidentais. Os casos de corrupção expunham a existência de normas antigas, mas também realçavam a transparência das novas normas, que se esperava que fossem cumpridas pelo governo. Os programas

de TV se concentravam nos escândalos, ressaltavam a fraqueza do governo e apresentavam os líderes como motivo de chacota, especialmente no programa satírico *Nikui Rosh* (Limpeza da Mente), de enorme sucesso. Debochar de membros do governo era uma nova prática, antes desconhecida.

A população árabe de Israel sofreu uma mudança psicológica e identitária, como resultado do encontro com os árabes dos territórios ocupados. Em um primeiro momento, os árabes israelenses vangloriavam-se de suas conquistas econômicas, comparadas às de seus irmãos na Cisjordânia. Mas, com o passar do tempo, aumentou sua identificação com o povo palestino, enquanto enfraquecia seu senso de identidade como cidadãos israelenses. Esse processo ganhou ímpeto com a Guerra do Yom Kippur e o expressivo aumento do *status* da OLP. Durante o período de Nasser, o pan-arabismo era popular entre os árabes israelenses, e, depois de morrer, o líder árabe foi pranteado como símbolo do pan-arabismo. Mas os fracassos militares dos países árabes e a pouca atenção dada à questão palestina enfraqueceram essa conexão nacionalista pan-árabe, e a identidade palestina deu forma ao caráter nacional dos árabes israelenses.

A mudança revelou-se através da redução do apoio aos políticos árabes moderados, que consideravam a existência de Israel um fato consumado e tentavam integrar-se ao país. Os moderados lutavam por direitos iguais e para elevar o *status* dos árabes israelenses, enquanto mantinham os canais de comunicação com as autoridades, evitando confrontá-las. A maioria era representada por partidos associados ao Mapam ou ao partido no poder. Agora, a opinião pública árabe os via como lacaios dos judeus, que não travaram a batalha pelos direitos palestinos. Assim, declinaram os partidos aliados ao setor judaico e ascendeu o Rakah (Nova Lista Comunista), composto principalmente por árabes, em comparação com o Maki (Partido Comunista Israelense), cujos membros eram judeus. Diferentemente da OLP, cuja carta pregava o controle sobre toda a Palestina ocidental e a remoção dos judeus que haviam chegado após 1918, o Rakah era leal à linha de Moscou que reconhecia o direito de existência de Israel. Entretanto, o

partido passou por um processo de radicalização, também influenciado pelo crescente apoio soviético à OLP. O Rakah cuidadosamente evitava atividades ilegais e limitava-se a organizar protestos, atividades parlamentares e publicações. Alertava sobre a discriminação contra a minoria árabe, mas nessa etapa ainda não encorajava as pessoas a protestarem nas ruas; temia perder o controle, o que provocaria a repressão por parte das autoridades. A obtenção de direitos iguais estava no topo da agenda dos árabes israelenses, e, tendo o Rakah empunhado essa bandeira por anos, elevou-se o seu *status*.

A crescente radicalização dos cidadãos árabes de Israel se devia a diversos fatores: o primeiro era o crescimento demográfico; em 1949, viviam em Israel aproximadamente 150.000 árabes, e esse número chegou a meio milhão em 1970, criando entre essa fração da população a sensação de poder crescente. Em segundo lugar, o comportamento dos árabes da Judeia e da Samária influenciou os árabes israelenses. Na primeira metade de 1976, houve uma onda de manifestações na Cisjordânia devido ao elevado *status* da OLP e à crescente identificação da população palestina com a organização, após a Cúpula de Rabat. Além disso, apoiadores radicais da OLP foram eleitos nas eleições municipais realizadas em 1976, e os assentamentos do Gush Emunim em Kadum e outras localidades, promovidos pelo governo, também irritavam a população árabe. Na televisão, os árabes israelenses viam seus irmãos da Cisjordânia lançarem pedras e coquetéis Molotov contra soldados do Exército israelense, aprendendo através de seus métodos. Em terceiro lugar, a situação dos árabes israelenses causava desconforto: membros da *intelligentsia* árabe comparavam-se com os graduados das universidades da Cisjordânia e se viam numa posição inferior. Daquele momento em diante, os árabes israelenses não mais comparavam sua situação com aquela existente antes da criação do Estado de Israel, mas sim com o progresso desfrutado pelo setor judaico da sociedade. Os líderes alegavam que os árabes haviam sido discriminados no sistema educacional, nas alocações para a construção de salas de aula, de bibliotecas, laboratórios e instalações esportivas. Também protestavam contra os padrões mínimos de ensino, considerando-os

planejados para manter ignorante a população árabe com o objetivo de prover trabalhadores braçais de baixo nível e baixos salários. O Ministério da Educação foi acusado de discriminação contra a herança nacional árabe em seu currículo, com o objetivo de obscurecer a identidade nacional árabe, alegações que não eram infundadas.

Um elemento central na propaganda e nos protestos do Rakah e dos radicais era a aldeia árabe. Apesar de a agricultura ter progredido nas aldeias, de projetos de irrigação terem sido implementados e de as casas disporem de água corrente, os líderes dos protestos alegavam que os agricultores árabes eram discriminados em relação à orientação governamental, à ajuda recebida e às condições de comercialização de seus produtos. A terra representava um problema central. Na cultura palestina, a terra (al-ard) não é somente um meio de produção, mas um símbolo de posse: há um elo inquebrantável entre o agricultor e sua terra, tanto no âmbito pessoal quanto no político. A terra é sua pátria. Não foi por acaso que no final da década de 1950 surgiu no setor árabe um movimento nacionalista chamado al-Ard, logo declarado ilegal. Nos anos 1950, o Estado expropriou grandes extensões de terras destinadas ao desenvolvimento e, ainda que desde a década de 1960 até meados da década de 1970 não tenha havido expropriações, a sensibilidade em relação à terra continuou, e o Rakah promoveu o tema como um componente central da identidade local.

No verão de 1975, surgiram notícias de um plano governamental para a “judaização” da Galileia, o que incluiria a expropriação de determinadas áreas. Os árabes entenderam a expressão “judaização da Galileia” como uma conspiração destinada a neutralizar seu domínio sobre a região, já que a maioria da população no local era árabe. Nas aldeias, foram criados comitês para defender a propriedade da terra. Em janeiro de 1976, noticiou-se que o governo havia decidido expropriar 5.000 acres, dos quais 1.750 eram de proprietários árabes, e o restante, de proprietários judeus ou terras do Estado. A decisão mencionava indenizações e a possibilidade de troca de terras, mas nem o fato de as expropriações serem relativamente pequenas nem a tentativa de amenizar o golpe através de compensações impediram o

tumulto que se seguiu. Em 30 de março de 1976, o Comitê para a Defesa de Terras Árabes, liderado pelo Rakah e outras entidades nacionalistas, promoveu uma greve geral – o “Dia da Terra” –, “como expressão da genuína ira que golpeava a alma de nosso povo, contra a política cujo objetivo era extirpar de nós cada pedaço da terra que possuíamos”.⁴ Durante a greve, os manifestantes lançaram pedras e latas de querosene em chamas contra as forças de segurança e ergueram nas estradas barricadas, com pedras e pneus em chamas. O toque de recolher imposto na Galileia e nas aldeias do Triângulo foi desrespeitado, e os manifestantes entraram em choque com a polícia e as Forças Armadas. Seis árabes foram mortos em eventos envolvendo armas de fogo e dezenas ficaram feridos, assim como inúmeros policiais e soldados.

Desde então, o “Dia da Terra” tornou-se uma data-chave no calendário dos árabes em Israel, dos palestinos nos territórios ocupados e mesmo na diáspora palestina, como símbolo da solidariedade nacional e da união em torno de um objetivo. Desde aquela data, a agenda dos árabes israelenses inclui a demanda pela criação de um Estado palestino ao lado de Israel, como expressão do direito palestino à autodeterminação. O “Dia da Terra” e os eventos associados à data expuseram o público judeu à amargura e ao ultraje dos árabes israelenses, mas é pouco provável que tenham aproximado a maioria e a minoria. Os judeus viam a violência árabe como demonstração da perda de controle por parte do governo e da necessidade urgente de aumentar a população judaica da Galileia. Do ponto de vista do governo Rabin, o “Dia da Terra” foi mais um evento responsável por seu enfraquecimento.

Em julho de 1976, o governo desfrutou de um momento gratificante quando, em Entebbe, Uganda, uma unidade de elite das Forças Armadas Israelenses libertou os reféns de um avião sequestrado. O avião da Air France decolou em Israel e foi sequestrado após uma escala em Atenas, de onde foi levado para Uganda, cujo líder Idi Amin colaborou com os sequestradores. Eles exigiam a libertação de terroristas presos em Israel, na Alemanha e em outros países. Após alguns dias de ansiedade, durante os

quais o governo israelense autorizou Rabin a negociar com os sequestradores, as Forças Armadas formularam um plano para libertar os reféns, mantidos a 6.000 quilômetros de Israel. O governo aprovou a operação, e aviões de transporte Hercules levaram as forças especiais, que cumpriram, com poucas baixas, uma operação ousada, mas executada de forma exemplar. Por um ou dois dias, os israelenses esqueceram-se de seus problemas cotidianos e da depressão instalada desde a guerra e celebraram o sucesso da operação que recebeu elogios da mídia internacional. Mas a moratória não duraria muito tempo.

Em dezembro de 1976, chegaram a Israel os primeiros aviões F-15, recebidos com honras de Estado. Rabin encarou essa chegada como expressão das relações calorosas que havia cultivado com o governo norte-americano, e tinha intenção de realçá-las. Infelizmente, os aviões chegaram numa sexta-feira à tarde, e a cerimônia de recepção, com um show acrobático, atrasou-se, fazendo com que membros do governo e os chefes das Forças Armadas profanassem o *shabat*. Os partidos ultraortodoxos apresentaram uma moção de não confiança contra o governo, e o Partido Nacional Religioso viu-se numa encruzilhada; por fim, a maioria de seus membros se absteve e não apoiou o governo na votação no parlamento. Rabin os acusou de deserção dos princípios de responsabilidade coletiva, aos quais todos os ministros estavam sujeitos, e demitiu os ministros do NRP. Utilizando o voto como pretexto para dissolver o parlamento e convocar novas eleições, que esperava vencer por ampla maioria, ele ofereceu ao presidente sua própria renúncia. As novas eleições foram marcadas para 17 de maio de 1977.

Num primeiro momento, a jogada de Rabin pareceu promissora, graças à sua popularidade logo após a Operação Entebbe. Mas tudo se deteriorou rapidamente; em um encontro de Rabin com Carter, o então recém-eleito presidente dos EUA não hesitou em expressar publicamente seu apoio à ideia de um “lar nacional palestino”. Os relatos na mídia indicavam que não haviam sido levados em conta os acordos anteriores entre Rabin e o governo norte-americano, e que Rabin havia sido brutalmente pressionado pelo

presidente – no limite do insulto. Em Israel, Shimon Peres anunciara que competiria contra Rabin no comitê central do partido, apesar de Rabin ser o primeiro-ministro em exercício. Rabin venceu mais uma vez no comitê, mas por uma pequena margem, o que refletia seu enfraquecimento.

Um novo partido foi formado, o Dash (acrônimo hebraico para Movimento Democrático pela Mudança), expressando a insatisfação do público com os partidos e as lideranças existentes. O Dash era a prova da decadência do *ethos* socialista e da ascensão do *ethos* civil-liberal. Como um típico partido de centro, representante da classe média instruída, o partido contou com a adesão do liberal Shinui (Mudança) e o Hamerkaz Hahofshi (Centro Livre). Seu maior trunfo residia na sua impressionante lista de membros, provenientes da indústria, da área de segurança e da academia. O Dash era liderado pelo ex-chefe do Estado-Maior Yigael Yadin, que se tornou professor de arqueologia da Universidade Hebraica de Jerusalém. Yadin era considerado o príncipe não coroado da política israelense, tendo sido convidado mais de uma vez para juntar-se a vários partidos, em posição de liderança. Porém, manteve-se como um enigma tentador, sem nunca mergulhar os pés para testar a temperatura da água na política. Rabin, o sucessor da velha guarda, não conseguiu convencer o público israelense de que era realmente o líder capaz de lidar com os desafios enfrentados pelo Estado. O Dash, com seus membros experientes e notáveis de áreas importantes, como segurança, economia e política, parecia ter um forte potencial para a liderança. Oferecia uma agenda liberal-moderada em termos de sociedade civil e moderadamente ativista do ponto de vista da segurança. Pesquisas mostravam uma ascensão meteórica no apoio por parte dos eleitores. Além de tudo, em março de 1977, Rabin foi atingido por um escândalo envolvendo uma conta bancária em dólares que sua esposa continuava a manter em Washington após o término de sua cadência como embaixador nos EUA. A legislação fiscal da época proibia cidadãos israelenses de manter contas no exterior. Decidido a apoiar a esposa, Rabin retirou sua candidatura e foi substituído por Shimon Peres. E assim o sistema político israelense se moveu rumo às eleições de 1977.

NOTAS

1. Gershon Shafat, *Gush Emunim: hasippur meahorei haklaim* (Gush Emunim: A história por trás dos bastidores), p. 33.
2. Amichai, “Shirei erez tzion Yerushalayim”, p. 12.
3. Gershon Shafat, *Gush Emunim: hasippur meahorei haklaim*, p. 220.
4. *Al-Ittihad*, 9 mar 1976, citado em Eli Rekhess, *Hamiut haaravi beYisrael: bein communism leleumiyut aravit, 1945–1991* (A minoria árabe em Israel: entre o comunismo e o nacionalismo árabe, 1945–1991), p. 80.

PARTE V – 1977–2000

PAZ, GUERRA E INDECISÃO

BEGIN NO PODER

Na preparação para as eleições de maio de 1977, a TV israelense adotou a prática inglesa da boca de urna: eleitores de saída do local de votação eram abordados, e pedia-se que reproduzissem o voto para uma amostragem. Através de análises estatísticas, os analistas podiam obter uma indicação dos resultados pouco após o fechamento dos locais de votação. Quando os executivos da TV viram os resultados da amostragem, mal puderam acreditar: o Likud (composto pelo Gahal e por alguns partidos pequenos) havia obtido 44 cadeiras, e o Maarach, somente 32. De início, pensaram que a amostragem estivesse equivocada, mas, conforme chegavam os resultados, ficou claro que o inacreditável tinha acontecido. Pela primeira vez desde a criação do Estado, o Mapai, ou Partido Trabalhista, não seria o partido majoritário a formar o governo. Às 23h daquela noite, o âncora de TV Chaim Yavin anunciou: “Senhoras e senhores, uma reviravolta!”, cunhando uma frase em hebraico que garantiria seu lugar na política e na cultura israelenses.

O líder do Likud, Menachem Begin, esperou a apuração final dos resultados para dirigir-se, com sua esposa Aliza, ao quartel-general do Likud, Metzudat Zeev (Jabotinsky), onde a vitória já era celebrada a todo vapor. Chaim Yavin descreveu a cena, com homens vestidos de terno e gravata substituindo o pessoal da esquerda e suas roupas informais; não mais haveria lugar para o estilo desleixado de vestir-se, típico dos esquerdistas.

O edifício vibrava ao canto rítmico do nome “Begin, Begin”. O líder do Likud colocou um solidéu e entoou a reza *Shehehiyanu* (utilizada para celebrar ocasiões especiais), agradeceu a sua esposa, seus filhos e netos e então citou o segundo discurso de posse do presidente norte-americano Abraham Lincoln: “Com bondade para todos; com firmeza no que é certo...”. O solidéu, a bênção, as referências à família e o uso de cerimônia eram novidades na política israelense. O âncora acertou em cheio quando mencionou, sorridente: “Teremos que nos acostumar a um novo estilo.”

Begin é o primeiro líder na história das democracias a perder oito eleições e ganhar a nona. Quando o Etzel foi dispersado, Begin fundou o partido Herut, uma oposição combativa ao governo do Mapai e da esquerda. A transição de combatente ilegal – ou “terrorista”, como a imprensa internacional gostava de chamá-lo – a parlamentar não deu a Begin o reconhecimento público almejado. Até a década de 1960, seu partido nunca conseguiu eleger mais de vinte membros para o Knesset, enquanto o Mapai conquistou mais de quarenta. Begin tinha dificuldade para superar o obstáculo da legitimidade, e Ben-Gurion fez todo o possível para evitar que obtivesse a confiança do público. A plataforma do Herut, que afirmava “o Jordão tem duas margens, e ambas nos pertencem” (palavras de Zeev Jabotinsky, fundador do movimento revisionista), provocava nos israelenses o temor de que um partido irredentista pudesse levar o país à guerra.

Ao longo dos anos, houve um lento recuo, quase imperceptível, desse conceito maximalista, reduzindo a demanda à margem ocidental do Jordão; e mesmo essa demanda representava uma aspiração que não exigia nenhuma ação, pois naquela época as linhas do cessar-fogo de 1949 eram a fronteira reconhecida. Quando o Gahal foi fundado, em 1965 (conforme mencionado, tratava-se de uma união do Herut com os liberais, para formar um partido de centro, de classe média), Begin se recusou a deixar de mencionar o território da histórica Terra de Israel (que se estendia até o rio Jordão), mas os liberais consideravam as declarações como provocações divergentes da linha moderada de sua política externa. A partir de um acordo entre as alas, o tema foi mencionado, na introdução da plataforma,

como um compromisso exclusivo do Herut (e não de todo o partido) com a doutrina da “integralidade da pátria”. O lento abandono de um comprometimento com a Grande Israel representava a aceitação de que, para a vasta maioria do público israelense, este era um sonho distante e não uma plataforma política. Conforme mencionado, para Ben-Gurion as aspirações militantes e os meios de operação de Begin representavam um perigo existencial para Israel, e seu objetivo era impedir que ele fosse aceito como um ator legítimo na arena política. “O homem sentado ao lado do dr. Bader” (no Knesset) era a forma como Ben-Gurion se referia a Begin. A expressão de Ben-Gurion “sem o Herut e sem o Maki” tinha por objetivo evitar que a direita e a esquerda radicais participassem das coalizões. Por muitos anos, o Ministério da Defesa recusou-se a reconhecer que os veteranos do Etzel e do Lehi tinham direito a pensões e benefícios equivalentes aos recebidos pelos membros da Haganá. Essa diferenciação, injustificada mas temporária, tornou-se mais tarde fonte de todo um mito de discriminação.

O estilo político do líder recém-eleito era inaceitável em Israel. Em um discurso proferido em uma manifestação contra o acordo de reparações assinado com a Alemanha Ocidental, em janeiro de 1952, Begin incendiou a plateia com expressões que vilipendiavam Ben-Gurion e com ameaças implícitas de violência. Após o discurso, conforme descrito em capítulos anteriores, os manifestantes marcharam em direção ao edifício do parlamento e o apedrejaram, ironicamente no momento em que Begin se dirigia à plenária. Begin foi punido com uma suspensão do Knesset, por três semanas. Após esse episódio, ele moderou sua retórica, e cada vez mais reforçou o compromisso com a democracia e o Estado de direito. Em sua campanha para as eleições de 1959, para o quarto Knesset, Begin utilizou o slogan “Da oposição para o governo”, realizando comícios bastante concorridos por todo o país. Na véspera da eleição, ele circulou pelos bairros pobres de Tel Aviv em um carro conversível, escoltado por motociclistas. A ideia fora sugerida pelo coordenador da campanha do Herut, que a

conhecera nos Estados Unidos, mas em Israel aquilo foi visto como exibicionismo de direita, ao estilo Mussolini.

Begin recheava seus discursos com expressões bíblicas, espírito profético e retórica elevada, desconectada da realidade. Seus críticos alegavam que era pomposo, mas ele entusiasmava as massas. Em todos os temas de política doméstica, estava sempre preparado para usar de demagogia contra o governo. Em questões de política externa, sempre apoiava qualquer ação beligerante do governo, desde que não envolvesse retiradas nem concessões. Mais de uma vez, sua incapacidade de conquistar a confiança do povo gerou insatisfação dentro de seu próprio partido, mas, sempre que sua liderança era contestada, ele prontamente expulsava do partido o “elemento” provocador. O Herut era um partido “familiar”, cuja liderança tinha sido forjada quando o Etzel estava na clandestinidade. Havia grande intimidade entre os veteranos, que aceitavam a liderança de Begin sem questioná-la. A maioria dos membros era originária da Polônia, e o estilo autoritário de Begin correspondia à prática convencional dos movimentos nacionalistas daquele país entre as duas Guerras Mundiais.

A passagem do Herut e de seu líder do deserto da deslegitimação para o centro da arena política ocorreu às vésperas da Guerra dos Seis Dias. No momento em que o destino do país parecia estar em risco, Begin – em um tardio reconhecimento da extraordinária capacidade de liderança de Ben-Gurion – magnanimamente propôs que o líder fosse trazido de sua aposentadoria em Sdeh Boker, de volta ao governo. Ben-Gurion não retornou ao governo, mas aquele foi o início de seu processo de reconciliação com Begin, cujo nobre semblante polonês encantava e gerava simpatia em Paula, esposa de Ben-Gurion. Nas negociações para a criação de um governo de união nacional às vésperas da guerra, o NRP exigiu a participação do Gahal e, pela primeira vez, Begin foi nomeado para um dos ministérios sem pasta. Dessa forma, Begin e o Herut emergiram da “geladeira” e tornaram-se parceiros políticos apropriados. Quando assumiu o cargo de primeira-ministra, Golda Meir convidou, em 1969, o Gahal e Begin para juntarem-se ao seu governo, dando crédito à sua legitimidade; se

a nomeação anterior, de 1967, havia sido baseada em uma situação de emergência, agora Begin e seus colaboradores eram reconhecidos como membros dignos de participação no governo.

A Guerra dos Seis Dias transformou a plataforma do Herut de um ideal distante em realidade, colocando a Cisjordânia e a Faixa de Gaza nas mãos de Israel. A partir de então, Begin trabalhou assiduamente para garantir a posse do governo do Estado sobre todo o território histórico da Terra de Israel. Ele participou da decisão do governo tomada em 19 de junho de 1967, que demonstrava a disposição de abrir mão do Sinai e das colinas do Golan em troca de um acordo de paz. Porém, não defendia um acordo semelhante com a Jordânia, em relação à Cisjordânia. Em 1970, quando o governo israelense informou ao mediador da ONU, Gunnar Jarring, que estava disposto a implementar a resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, incluindo o princípio de não anexação dos territórios ocupados na guerra, Begin forçou o Gahal a abandonar o governo, ameaçando dividir o partido se sua posição não fosse aceita.

A Guerra do Yom Kippur foi o evento-chave capaz de trazer à tona a decadência do domínio do movimento trabalhista. A população viu o fracasso como expressão da incapacidade política do Partido Trabalhista, o que levou à perda da confiança, seu bem mais precioso durante os anos de governo. As pessoas viam o partido como uma liderança natural, que sabia como comandar o navio do Estado em direção a um porto seguro. A guerra havia levantado dúvidas, pela primeira vez, sobre essa imagem que, até então, não tinha vacilado em face dos ataques das oposições da esquerda ou da direita. O governo Rabin iniciou-se sob a pesada nuvem dessas dúvidas. A mídia, sobretudo a TV – que até a Guerra do Yom Kippur vinha demonstrando moderação ao criticar o governo –, agora adotava práticas criadas pela televisão norte-americana durante a Guerra do Vietnã e o Caso Watergate. A televisão tornou-se o instrumento central na exposição das falhas e fraquezas do governo e, através de enérgicas e venenosas sátiras, contribuiu para debilitar a imagem do Partido Trabalhista como destinado a governar. Na eleição de 1977, os eleitores da esquerda migraram

principalmente para o Dash, que obteve quinze cadeiras e tornou-se o terceiro maior partido. Esse voto expressou o desagrado dos eleitores trabalhistas, mas não representou uma mudança fundamental em sua visão de mundo – certamente não passaram a aceitar as posições de Begin em relação à Grande Israel.

O PRIMEIRO MANDATO DE BEGIN E OS ACORDOS DE CAMP DAVID

Begin levou ao governo um estilo autoritário que não era visto desde os tempos de Ben-Gurion. Após a fragilidade do governo anterior, esse estilo parecia uma lufada de ar fresco, inspirando confiança e restaurando a sensação de que o capitão realmente comandava o navio com segurança. Begin era um homem de opostos: muito admirado, mas também muito desprezado. Era capaz de grandes gestos, mas também de atos mesquinhos. Advogado por formação, respeitava escrupulosamente as cortes e o Estado de direito, mas também era capaz de render-se a polêmicas sem fim e minúcias legais. Era um homem de honra que se vangloriava de sempre ter cumprido suas promessas, mas, na verdade, não tinha problema em rompê-las quando o considerava necessário. Ele prometeu que nenhum árabe perderia suas terras em virtude do assentamento judaico nos territórios ocupados, e manteve sua promessa. Ao mesmo tempo, visitou os colonos de Elon Moreh e declarou: “Haverá muitos outros Elon Morehs.” Sempre consciente da importância dos símbolos, Begin insistiu para que publicações oficiais não descrevessem a Cisjordânia como território “ocupado” ou “sob a posse” de Israel. Em vez disso, tinham que utilizar os nomes bíblicos, Judeia e Samária, que consolidavam a conexão judaica com essas áreas, desde tempos imemoriais.

A coalizão formada por Begin incluía o NRP (que havia obtido doze cadeiras) e o Agudat Yisrael. O Dash juntou-se mais tarde ao governo. Era a primeira vez, desde 1952, que um partido ultraortodoxo tornava-se membro

de uma coalizão. Em contraste com a herança de Jabotinsky, essencialmente secular, Begin observava as tradições judaicas e, mesmo sem observar os mandamentos, adotava um estilo que projetava simpatia e respeito pela tradição. Em seus discursos, salpicava expressões como “Se Deus quiser” e versos da Bíblia; sempre portava um solidéu nas ocasiões em que este era requerido, e às vezes também quando não era necessário. Quando os ultraortodoxos solicitaram que a El Al deixasse de operar aos sábados, Begin rapidamente concordou, como se fosse algo muito óbvio. Ele ampliou as alocações para as yeshivot, o que resultou no aumento do número de alunos desempregados para uma proporção nunca antes vista no país. O primeiro-ministro também cancelou o teto para o número de alunos das yeshivot isentos do serviço militar (teto que Ben-Gurion havia fixado em 400 e Dayan tinha ampliado para 1.500); a partir de então, o número elevou-se para dezenas de milhares.

Begin tinha uma consciência muito mais elevada sobre o Holocausto do que qualquer primeiro-ministro anterior. Como alguém que havia deixado a Polônia no início da Segunda Guerra Mundial, e cuja família fora assassinada na Europa, Begin se identificava, com todas as fibras de seu corpo, com a aniquilação do povo judeu sob o jugo nazista. Como primeiro-ministro comprometido com os interesses de seu país, abandonou sua rígida posição contra as relações com a Alemanha Ocidental – um dos países europeus mais favoráveis a Israel –, mas as imagens formadoras de sua psique estavam associadas aos traumas judaicos da Segunda Guerra. Após as eleições, quando se encontrou com líderes judeus norte-americanos – em sua maioria deles liberais, preocupados com a militância nacionalista do primeiro-ministro –, Begin conseguiu conquistá-los com sua “*yiddishkeit*”, sua profunda conexão com o passado judaico, o ídiche que às vezes utilizava e a profunda identificação com o povo judeu. Ele não falava de “israelenses”, mas de “judeus”. Sujeito à crítica internacional após o bombardeio de Beirute durante a Guerra do Líbano em 1982, Begin evocou imagens do Holocausto. Quando a mídia publicou a imagem de uma menina palestina ferida, Begin colocou sobre sua mesa a famosa foto de uma criança judia de

braços erguidos, em Varsóvia, frente a soldados alemães armados e calçados com botas de cano alto. Begin equiparava Arafat a um novo Hitler que maquinava a aniquilação do povo judeu. Durante seus encontros cruciais com o presidente Carter, Begin expressou sentimentos profundos, evocando a memória da perda de sua família e provocando um profundo silêncio no ambiente.

Alguns viam tal comportamento como uma teatralidade exagerada, uma banalização do Holocausto que acabava comprometendo sua força moral e sua unicidade. Mas outros o viam como uma competência extraordinária de persuasão, suficiente para colocar em seu devido lugar os adversários de Begin. O popular slogan “o mundo inteiro está contra nós”, dos anos 1980, era uma reação à crítica unilateral e desenfreada promovida contra Israel pela mídia internacional durante a Primeira Guerra do Líbano. Tal crítica era marcada por um genuíno antissemitismo, mas não deixava de ser influenciada também pelo estilo de liderança de Begin, sempre disposto a apresentar Israel e o povo judeu como alvos de julgamentos injustos por parte das nações do mundo, obstinadas a prejudicar o país. Era um retorno ao tradicional modo de pensar judaico, nos moldes do “é dado, é sabido, que Esaú odeia Jacó”.

A ascensão de Begin ao poder marcou mais do que uma mudança de governo: simbolizou a transferência, para o foco das atenções, de novas classes, outra cultura e uma narrativa histórica diferente. Begin tocou num ponto sensível a todos aqueles que viam o movimento trabalhista do país como arrogante, alienado e alienante, com uma identidade contrária à deles próprios. Os imigrantes das décadas de 1950 e 1960, especialmente os do norte da África, haviam trazido na bagagem um pesado fardo de desvantagens que se tornou ainda mais penoso durante sua difícil absorção nas *maabarot* e nas cidades em desenvolvimento onde tiveram que adotar, rapidamente, uma cultura ocidental, moderna e secular. Um dos componentes dessa mudança foi o rompimento com a família patriarcal, que provocou uma erosão no *status* da figura do pai e no respeito à sua posição. Para esses imigrantes, Begin, o azarão da política israelense, representava

aquele que havia conseguido “dar a volta por cima”. Ele vestia terno, falava de maneira polida e exigia um comportamento cortês – práticas normais nos círculos sociais dos *mizrachim*. Seu autoritarismo era um substituto para a autoridade esvaziada do pai, sua capacidade oratória não tinha igual e sua disposição de opor-se ao mundo todo lhes agradava. Mas o maior apelo vinha de seus ataques virulentos contra a esquerda – a fonte de todas as dificuldades do período de absorção –, a quem culpava pelas humilhações reais e imaginárias que os imigrantes e seus familiares haviam sofrido. Muitos judeus *mizrachim* receberam entusiasticamente as demonizações da esquerda proferidas por Begin em seus discursos; o líder expressava seus sentimentos quanto ao fato de terem sido discriminados. Seu uso de uma linguagem religiosa e o respeito pela religião estavam alinhados com o sistema de valores dessa parcela da população, em forte contraste com o secularismo insolente dos sabras. O “judaísmo” de Begin e sua tendência em enfatizar a tradição conferiram-lhe certa intimidade familiar com os judeus *mizrachim*, a maior parte dos quais valorizava a tradição familiar.

Begin pôs o Holocausto no centro do discurso israelense. Alguns sobreviventes do genocídio aproveitaram a oportunidade para demandar seu justo lugar na narrativa nacional, o reconhecimento de sua contribuição para a criação do Estado e de sua participação na Guerra de Independência. Mas muitos outros juntaram-se à campanha de demonização do antigo “caráter” israelense. As demandas dos sobreviventes cobriam um amplo espectro: existiam alegações de que durante a Segunda Guerra Mundial a liderança do Yishuv não estivera suficientemente informada sobre o que ocorria na Europa e não havia tentado ajudar os judeus europeus durante a ocupação nazista; de que em Israel os sobreviventes tinham enfrentado uma desdenhosa rejeição, a recusa em ouvir seus relatos, e as acusações de que haviam “ido como cordeiros para o matadouro”. E que a memória do Holocausto fora suprimida nas primeiras décadas do pós-guerra.

Essa disputa política tornou-se um embate pela recordação do Holocausto. Conforme foi visto, desde o início da década de 1940, o Etsel fazia acusações de que a liderança do Yishuv não havia se erguido e lutado

pelos judeus europeus. Após a disputa em torno do pagamento das reparações, o Herut adotou a imagem de um partido preocupado com os judeus da Europa, em contraste com o insensível Mapai, disposto a sacrificar a honra nacional em troca do dinheiro alemão. No mesmo período, durante o julgamento de Kasztner, o advogado de direita Shmuel Tamir apresentou os sobreviventes como colaboradores dos nazistas, em absoluta contraposição aos orgulhosos sabras. Segundo ele, apenas os combatentes do gueto mereciam respeito. O julgamento de Eichmann alterou essas imagens e transformou o Holocausto em elemento central da identidade israelense.

Begin passou a posicionar o Holocausto como um fator de unificação em relação à antiga identidade israelense, opondo aquela identidade a uma nova, cujas imagens eram muito mais conectadas à cultura pequeno-burguesa da Diáspora (que ele exaltava) do que ao suposto proletariado do movimento trabalhista. Ele pretendia construir uma nova genealogia, não mais baseada em Petach Tikva e Sejera, à la Ben-Gurion, mas em Varsóvia, Berdichev e Casablanca, como fontes de identidade israelense. Além disso, se até então o Etzel e o Lehi tinham sido excluídos da história da criação do Estado, agora os registros seriam corrigidos. De acordo com Begin, sem a luta do Etzel contra os britânicos, o Estado não teria sido criado; o Mapai, ainda segundo o primeiro-ministro, havia cedido à integralidade do país devido à sua fraqueza e sua falta de determinação. Begin se apresentava como o verdadeiro patriota, responsável por evitar um massacre mútuo durante a “temporada de caça” e o episódio do *Altalena*, enquanto a esquerda não tivera escrúpulos para entregar aos britânicos os heróis da resistência. Por meio de discursos, Begin e seus colaboradores inculcaram essa narrativa – uma combinação de verdades e mentiras, hipérboles e autopersuasão – para uma audiência de admiradores, a maioria dos quais nem estava no país quando tais episódios ocorreram e aceitava a propaganda como se Moisés a houvesse trazido do topo da montanha. A amplitude com a qual Begin utilizou as batalhas do passado para garantir a legitimidade no presente pode ser comprovada com a criação de uma comissão de inquérito para reexaminar o assassinato de Chaim Arlosoroff, chefe do Departamento

Político da Agência Judaica. A narrativa revisionista descrevia como um “libelo de sangue” a acusação de que membros do Betar haviam cometido o crime.

A “família combatente” – o círculo de companheiros próximos a Begin no Etzel, que o acompanhou ao longo da jornada de trinta anos rumo ao poder – era um clube exclusivo inclinado a rejeitar quem não tivesse a mesma experiência, educação e visão de mundo formuladas no Etzel. O problema era que, para se tornar um partido das massas, o Herut, e mais tarde o Gahal, tinham de se abrir aos novos imigrantes. Alguns deles haviam sido membros do Betar no exterior, criados de acordo com a visão de mundo de uma Grande Israel, de oposição à esquerda, honra nacional e a adulação de Jabotinsky como o pai fundador. Mas, para a maioria dos imigrantes do norte da África, foi o encontro com Begin que ofereceu a expectativa de liderança, a oportunidade de pertencer e de avançar, bem como um vínculo com o mito fundador do Estado. A abertura do Gahal, e posteriormente do Likud, aos ativistas das cidades em desenvolvimento e de vizinhanças empobrecidas não foi bem recebida pela velha elite do Betar, que se via rejeitada pelos recém-chegados e que, além disso, não se enquadrava na imagem do “Hadar”, definida por Jabotinsky como “beleza exterior, respeito, autoestima, polidez, confiabilidade...”. Mas, com o passar dos anos, a maioria dos antigos líderes já não podia controlar o partido. Os pesquisadores Uri Cohen e Nissim Leon afirmam que, às vésperas da reviravolta política, os *mizrachim* já possuíam uma ampla maioria no comitê central do partido, sendo a participação no comitê a recompensa para quem era atuante nas seccionais. Essas filiais promoviam a lealdade ao partido entre a elite jovem e dinâmica em ascensão a partir das bases, a força mobilizadora que trazia as massas de eleitores aos postos de votação. Foram esses jovens que levaram Begin ao poder.

Em contraste com o dinamismo do Likud, o Partido Trabalhista estava cansado, desmoronando por si só, carente de uma liderança competente, e sofrendo com a falta de autoconfiança. O partido não foi ao ataque para explorar os escândalos do Likud, como os déficits da Fundação Tel Hai, que

Begin tentou desesperadamente quitar no ano anterior à sua eleição. Para os eleitores do Partido Trabalhista, a teatralidade e a retórica de Begin pareciam uma demagogia pouco convincente, mas nenhum dos membros do partido era capaz de combatê-lo com suas próprias armas. O estilo prático e comedido da geração nativa, agora parte da liderança do movimento, não conseguia competir com a dramaticidade de Begin, que mobilizava as emoções de sua audiência ao expressar suas vontades. As dúvidas lançadas sobre o lugar merecido pelo movimento trabalhista na história do Yishuv e do país surpreenderam seus membros.

O Partido Trabalhista dos anos 1970, que se vangloriava de suas tendências social-democráticas, era um partido das elites intelectuais, dos profissionais liberais e assalariados da classe alta, e não um partido de massa dos trabalhadores; estes votavam no Likud. O socialismo do Partido Trabalhista incluía um alto nível de envolvimento do Estado na economia, com o objetivo de obter o máximo de igualdade, e, apesar de essa tendência ter diminuído após 1967, Israel continuou a ser um dos países mais igualitários do mundo. Apesar de prover aos seus cidadãos uma rede de segurança social impressionante, o Estado não transformou esse benefício em uma propaganda efetiva. A ideologia do partido centrava-se no compromisso do indivíduo com o Estado e falava da obrigação dos cidadãos, mas não de seus direitos. Promovia o “bem comum”, mas não os interesses do indivíduo. Por sua parte, Begin defendia o discurso do individualismo, baseado na questão: “O que me dá o Estado?” e não “O que eu dou ao Estado?”. No discurso no Knesset, no qual apresentou seu governo, Begin afirmou: “Muito trabalho, eventualmente até trabalho forçado, é imposto sobre nós. Nós, meus colegas e eu, faremos o trabalho com dedicação, lealdade e consciência, com o coração puro e acreditando que, com a ajuda de Deus, melhoraremos a sorte de nosso povo.”¹ Essa declaração opunha-se a todo o *ethos* do movimento trabalhista, baseado no desafio enfrentado pelas massas – não em uma liderança como seu patrono.

O primeiro governo de Begin frustrou os veteranos do Herut; os principais ministérios ficaram nas mãos de pessoas de fora das fileiras do

partido. Ezer Weizman, sobrinho de Chaim Weizman, primeiro presidente de Israel, arquiteto da Força Aérea Israelense e responsável pela bem-sucedida administração da campanha eleitoral do Likud, foi nomeado ministro da Defesa. O ministro das Finanças, Simcha Erlich, era um ameno elemento moderado da ala liberal. Ariel Sharon, cujo partido Shlomzion rapidamente juntou-se ao governo com suas duas cadeiras após a vitória do Likud, foi nomeado ministro da Agricultura (dizem que Begin teria feito a seguinte declaração: se Sharon recebesse o ministério da Defesa, cercaria o Knesset com tanques). Sharon assumiu a missão de expandir os assentamentos nos territórios ocupados. Yigael Yadin foi nomeado vice-primeiro-ministro quando o Dash juntou-se ao governo, e Begin surpreendeu o sistema político israelense ao trazer Moshe Dayan – desacreditado e difamado desde a Guerra do Yom Kippur –, de volta do isolamento político, e nomeá-lo ministro das Relações Exteriores. Foi uma ação brilhante, destinada a dar ao governo legitimidade internacional.

Os países ocidentais ficaram surpresos com os resultados da eleição em Israel, e Begin foi caracterizado como um perigoso extremista. A revista *Time* mencionou que “Begin” rimava com “Fagin”, uma expressão claramente antisemita à qual o prefeito de Jerusalém, Teddy Kollek, respondeu com a afirmação “*Time equals slime*”*. Um barco apinhado de refugiados vietnamitas, que havia navegado de porto em porto enquanto nenhum país se propunha a aceitá-los, encontrou refúgio em Israel, por ordem de Begin; o primeiro-ministro os viu como uma lembrança da tragédia judaica da Segunda Guerra Mundial e da indiferença do mundo em relação às vítimas. Esse ato de caridade neutralizou na imprensa internacional a imagem de Begin como terrorista, especialmente na Inglaterra. Tendo em conta os ataques contra o líder e o receio que provocava na mídia internacional, sua moderação e cortesia revelaram-se uma agradável surpresa. Mas o que realmente atuou a seu favor foi o processo de paz.

Begin não acreditava em acordos parciais com os Estados árabes e havia se oposto veementemente aos acordos interinos obtidos por Rabin. O

primeiro-ministro desejava um avanço histórico: um acordo de paz com o Egito – o maior e mais importante dos Estados árabes. Indicações de que ele estava disposto a ceder na questão territorial podem ser detectadas na plataforma imposta ao partido em janeiro de 1977, antes de sua ascensão ao poder. O planejamento expressava a intenção de chegar a um acordo sobre o Sinai e as colinas do Golan, enquanto reivindicava que a oeste do rio Jordão não haveria governo estrangeiro, mas sim autonomia para os habitantes árabes. A nomeação de Dayan como ministro das Relações Exteriores era um sinal do interesse de Begin em negociar com os países árabes, principalmente com o Egito. Em seu primeiro encontro com o presidente Carter, Begin declarou que aceitava a resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU – uma reversão de sua posição, que havia causado a renúncia de sua participação no governo de Golda Meir em 1970. O governo estabeleceu contato com o presidente romeno Nicolae Ceausescu, e Moshe Dayan foi enviado para encontrar-se tanto com o rei Hussein, o xá do Irã, quanto com o rei Hassan II do Marrocos. Depois, Dayan reuniu-se com o vice-primeiro-ministro egípcio Hassan Tuhami. O efeito cumulativo desses encontros levou à maior surpresa do século: a visita de Sadat a Jerusalém.

Em um discurso proferido no parlamento egípcio em 9 de novembro de 1977, Sadat deixou de lado o texto que havia preparado e adicionou duas breves sentenças sobre as negociações com os israelenses: “Pela paz, estou disposto a ir até o fim do mundo, até a casa deles, o Knesset, e conversar com eles. Não temos tempo a perder.”² A declaração foi recebida com aplausos estrondosos, o que mostrou que a audiência não havia compreendido, realmente, seu significado revolucionário. O próprio Begin somente a entendeu quando pressionado por um jornalista que dizia que todas as agências de notícias já haviam divulgado as dramáticas novidades. Sempre em sua melhor forma quando convocado a participar de um drama, Begin não decepcionou: “É com prazer que irei me encontrar com Sadat, em qualquer lugar, mesmo no Cairo; e, se quiser vir aqui, ele será bem-vindo.” Essas palavras, consideradas como resposta oficial, foram transmitidas pela rádio Kol Yisrael.

O drama se intensificou alguns dias mais tarde, quando a CBS transmitiu entrevistas paralelas com os dois líderes, apresentando os adversários como parceiros em negociações que aconteceriam em poucos dias. Em sua entrevista, Begin usou a expressão que se tornaria um slogan: “Chega de guerra, chega de derramamento de sangue.” Os dois protagonistas dessa representação estavam cientes do efeito de seu simbolismo, da importância dos gestos, da natureza inovadora de seus atos e do poder de sua influência psicológica. Sadat acreditava na necessidade de romper a barreira psicológica da falta de confiança israelense nos egípcios, e sua visita a Jerusalém e seu discurso no Knesset tinham por objetivo eliminar essa barreira. A mídia internacional transformou o evento em um drama de enorme importância que chegou a todos os lares, tornando Sadat e Begin heróis culturais, reconhecidos no mundo ocidental.

Sucederam-se dias de sublime embriaguez. Os israelenses mal podiam acreditar: o homem que simbolizava o lema “nem uma polegada”, a recusa absoluta em ceder território, havia convidado Sadat para ir a Jerusalém – e exatamente neste momento, em que Begin era primeiro-ministro, Sadat estava disposto a aceitar o convite. A popularidade de Begin explodiu; algumas vozes, como a do chefe do Estado-Maior Mordechai Gur, expressaram temores de um truque egípcio antecipando um ataque como o de 1973, mas foram caladas por Begin e afundaram no entusiasmo que envolveu a população israelense. Em 19 de novembro de 1977, o avião de Sadat aterrissou em Israel. Toda a nação estava grudada a seus aparelhos de TV, assistindo à incrível cena do presidente egípcio aterrissando em Lod, com ministros do governo, antigos primeiros-ministros, líderes da oposição e outros dignitários, e à sua espera uma cerimônia com tapete vermelho e uma guarda de honra. Bandeiras israelenses e egípcias tremulavam ao vento quando as portas do avião se abriram e a delegação egípcia começou a descer as escadas. Sadat foi o último a aparecer, elegante e numa postura ereta. Begin lhe deu as boas-vindas e o acompanhou ao longo do tapete vermelho, deixando extasiada a população israelense. Se o que Sadat queria era convencê-los de suas intenções pacíficas, o líder egípcio os havia

conquistado através de um único gesto teatral. Na era da televisão, a política era uma encenação representada para uma audiência de milhões, e a visita de Sadat a Jerusalém era o ápice da encenação. Quando alguém mencionou que a história terminaria com os dois heróis recebendo o Prêmio Nobel da Paz, Golda Meir gracejou: “O Prêmio Nobel, não sei, mas eles certamente merecem o Oscar.”

Segundo o jornalista israelense Teddy Preuss, o processo de paz iniciou-se com um clímax – a visita de Sadat – e tudo que o sucedeu foi um anticlímax. E certamente nada poderia se comparar à visita de Sadat a Jerusalém. Naquela noite, em uma conversa não oficial no hotel King David, em Jerusalém, Begin e Sadat comprometeram-se a abdicar da guerra e solucionar os problemas por meio de negociações; Israel abandonaria a península do Sinai, que seria desmilitarizada. Essa conversa, sem testemunhas, mais tarde gerou controvérsias. Begin alegou que se referiu à transferência de soberania somente sobre parte do Sinai, porque pretendia manter as bases aéreas israelenses e os assentamentos no norte do Sinai e na região de Rafah, inclusive a cidade de Yamit. Sadat argumentou que não havia se comprometido a desmilitarizar todo o Sinai, mas somente a área a leste dos passos de Mitla e Giddi. Esses temas emergiram assim que se dissipou o júbilo com o encontro histórico, e os dois lados engajaram-se em negociações sobre os detalhes do acordo.

Um dia após a chegada de Sadat a Jerusalém, já estava claro que as negociações seriam difíceis. Foi duro o seu discurso no Knesset, no qual exigiu a retirada israelense de todos os territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias e “uma solução justa para o problema palestino” – duas demandas inaceitáveis para qualquer um dos partidos sionistas. Begin respondeu com um vigoroso discurso, reiterando seu desejo de trabalhar pela paz com o Egito. Em relação à demanda pela restauração dos direitos dos palestinos, Begin falou sobre os direitos dos judeus e sobre as lições do Holocausto, ainda que tenha dito que “de sua parte, tudo estava aberto a negociações”. Ambos os lados ativeram-se ao que o outro queria evitar: Sadat insistia em ligar a paz com o Egito à paz com a Síria e a Jordânia, assim como “aos

direitos dos palestinos” (não definidos detalhadamente); Begin buscava um acordo de paz separado com o Egito, enquanto aderiria ao princípio da Grande Israel, evitando o controle estrangeiro a oeste do Jordão.

Se, com o entusiasmo inicial, parecia que um acordo poderia ser obtido rapidamente, a possibilidade esvaiu-se com o avanço das negociações. Aumentavam as pressões sobre Sadat, em casa e no exterior, e os países árabes atacavam o presidente egípcio e a sua política de paz. No Egito, a voz da oposição elevou-se, unindo jovens intelectuais da esquerda aos fundamentalistas da Irmandade Muçulmana, e Sadat não se sentiu livre para abandonar qualquer dos seus princípios. Begin, por seu lado, estava preso à lealdade com que se dedicou durante toda a vida à ideologia da Grande Israel. As negociações se prolongaram e tornaram-se exaustivas, erodindo, dos dois lados, a crença no processo de paz. Conforme passava o tempo, o que começou com a sensação de um bater de asas da história transformou-se em uma discussão sobre cláusulas e subcláusulas, sem sinal de qualquer avanço.

Desde os primeiros estágios da negociação, Begin tentou evitar o obstáculo representado pela demanda egípcia de criar um Estado palestino na Judeia, na Samária e na Faixa de Gaza, o que para ele era totalmente inaceitável. A formulação que trouxe para a mesa de negociações envolvia a concessão de autonomia aos habitantes árabes dos territórios ocupados, que não seriam anexados por Israel. Não haveria controle estrangeiro sobre a margem ocidental do Jordão, mas Israel abriria mão daquilo que Begin via como o direito histórico à soberania sobre a Grande Israel. O primeiro-ministro acreditava estar fazendo uma enorme concessão. A ideia da autonomia era compatível com sua visão política, pautada na experiência judaica na Europa Oriental, onde, como minoria nacional, os judeus haviam buscado autonomia e não soberania.

Begin propôs a Carter, e mais tarde a Sadat, que Israel abolisse o governo militar nos territórios ocupados, oferecendo autonomia a seus habitantes. Estes poderiam administrar suas vidas como lhes aprouvesse, mas Israel manteria o direito de adquirir terras e assentar-se na área, e também

administraria a segurança local; essa formulação apareceu repetidamente em várias versões das negociações. O presidente Carter, parceiro das negociações mais profundamente envolvido quando ficou claro que o processo estava estagnado e necessitava da ajuda dos Estados Unidos para liberar-se e avançar, era favorável ao direito dos palestinos à autodeterminação e apoiou Sadat nessa demanda. Begin aferrava-se a suas posições de não permitir que a OLP obtivesse uma base nos territórios ocupados, e não se comprometeria com nada que pudesse ser entendido como uma aceitação de um Estado palestino, especialmente o retorno dos refugiados de 1948 aos territórios. Um dos principais elementos de divergência era o assentamento judaico nos territórios ocupados. Begin não queria se comprometer com a interrupção do assentamento, mas Sadat não avançaria enquanto não houvesse um acordo sobre essa questão.

Um forte movimento de protesto emergiu em Israel contra a política de Begin. Os opositores afirmavam que o país perdia, por causa da ideologia da Grande Israel, a oportunidade de fazer a paz com o Egito. O movimento surgiu em março de 1978, quando as negociações chegaram a um beco sem saída. Começou com uma carta enviada ao primeiro-ministro, assinada por 348 oficiais da reserva, muitos deles veteranos de combates. Os autores expressavam uma grave preocupação com o impasse nas negociações, que poderia levar a uma nova guerra na qual seriam obrigados a derramar sangue. A carta foi publicada, recebeu amplo apoio da população, e, em poucos dias, organizou-se um movimento voluntário ao qual se juntaram dezenas de milhares de jovens. Rejeitando qualquer afiliação política, o movimento tinha uma só demanda: Paz Agora. O slogan de seus adesivos, “Melhor a paz que a Grande Terra de Israel”, apareceu em milhares de carros em Israel, e suas manifestações atraíam dezenas de milhares de cidadãos. O movimento era uma expressão do enorme impacto causado pela visita de Sadat sobre a opinião pública israelense.

Conforme outubro de 1978 se aproximava – com a data da renovação do mandato das forças da ONU no Sinai, e o aniversário da visita de Sadat a Jerusalém –, emergiam em Jerusalém e em Washington graves temores de

que Sadat pudesse retirar-se do processo de paz e lançar-se em uma espetacular ação militar, como havia feito em 1973. O presidente Carter decidiu-se por uma ação dramática própria e convidou ambos os lados para uma conferência em Camp David, em que as delegações ficariam totalmente isoladas da mídia, na esperança de que a intensa interação produziria um acordo. Segundo Moshe Dayan, aquele era “o estágio mais decisivo, mais difícil e o menos agradável nas negociações de paz entre Israel e Egito. Os três lados tinham que resolver crises agonizantes, psicológicas e ideológicas, para conseguir chegar a um acordo”.³ A Cúpula de Camp David durou treze dias, de 5 a 17 de setembro, e até o último momento não havia a certeza de que se obteria um acordo. Cada dia trouxe sua própria crise e a sensação de que os dois lados haviam chegado a um impasse e de que seria melhor voltar para casa. E a cada dia alguém pedia por mais indulgência, um pouco mais de paciência, para que pudessem obter um resultado positivo. Ambos os lados temiam ser acusados de responsáveis pelo fracasso das negociações, e ambos buscavam o apoio norte-americano para suas posições, o que deu ao presidente Carter e seus assessores espaço de manobra; assim, os Estados Unidos puderam exercer pressão sobre os dois lados para que finalmente tomassem decisões fatídicas. Para além de táticas e estratégias, o que realmente fez pender a balança foi o desejo fundamental de Begin e Sadat de levar a seus povos um acordo de paz. Essa vontade lhes permitiu superar os obstáculos de desconfiança mútua, as pressões internas e externas, assim como a dificuldade de mudar suas arraigadas posições para assumir riscos.

Dois acordos básicos foram assinados em Camp David, para servir como ponto de partida para um tratado de paz cujos detalhes seriam definidos em três meses. Begin concordou com a suspensão da construção de novos assentamentos durante esse período, gesto mais tarde entendido por Carter como um compromisso absoluto, abertamente violado por Begin. Mas aparentemente os egípcios entenderam que esse era um compromisso limitado.

Um dos acordos abordava os princípios do tratado de paz entre Israel e o Egito; com o coração pesado e com profunda apreensão, Begin concordou

com a retirada dos assentamentos do Sinai e da área de Rafah, assim como das bases aéreas. Em uma espécie de conciliação consigo mesmo, Begin declarou que o Knesset teria que ratificar as concessões. Os norte-americanos facilitaram esse fardo específico ao aceitarem construir dois aeroportos no Negev, a serem entregues antes da retirada do Sinai. As estações de alerta no Sinai seriam desmontadas, mas as forças da ONU seriam mantidas e somente retiradas se houvesse o “de acordo” de ambos os lados, junto de uma decisão unânime do Conselho de Segurança da ONU. O Sinai seria desmilitarizado somente em parte, a leste dos passos de Mitla e Giddi, mas os dois lados seriam separados por uma ampla zona-tampão. De sua parte, os egípcios concordaram em iniciar a normalização das relações – somente após a total retirada israelense do Sinai – e em trocar embaixadores após a finalização da primeira etapa da retirada (nove meses depois da assinatura do tratado). O Canal de Suez seria aberto à navegação israelense e o Egito estabeleceria relações comerciais com Israel, inclusive a venda de petróleo.

O segundo acordo cobria a Faixa de Gaza e a margem ocidental do rio Jordão, e o Egito reconhecia as demandas israelenses de segurança em ambas as áreas. Israel concordou com condições nunca aceitas anteriormente e comprometeu-se a conceder total autonomia aos palestinos nos territórios ocupados, com a redução do governo militar na área. A autonomia duraria cinco anos, após os quais haveria negociações sobre o futuro dos territórios. Israel se reservava o direito de veto sobre questões de segurança e não abandonou seu direito de reivindicar a soberania sobre a área. Mas também foi declarado que qualquer solução para o problema dos territórios deveria reconhecer “o legítimo direito do povo palestino e suas legítimas demandas”, e que tanto os habitantes dos territórios quanto os palestinos não residentes participariam das negociações para definir o futuro da área.

Os acordos de Camp David não foram recebidos com o mesmo entusiasmo que a visita de Sadat. Tanto em Israel quanto no Egito os opositores do tratado salientaram as concessões feitas pelos líderes, não suas

conquistas. Em Israel, a decisão de retirar-se para a fronteira internacional e destruir tanto os assentamentos quanto as bases aéreas foi recebida com incredulidade. O abandono dos assentamentos ia contra as promessas de Begin às vésperas da cúpula e violava o mito de Tel Hai, segundo o qual “não se abre mão daquilo que foi construído”. Na realidade, outros assentamentos já haviam sido abandonados por várias razões, e alguns deles tiveram de ser cedidos por Israel durante a Guerra de Independência. Porém, a entrega voluntária de assentamentos construídos por decisão do governo era algo inédito.

Ainda que Begin não fosse se retirar da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, ficava claro que a retirada dos assentamentos do Sinai e da área de Rafah representava uma amostra do que estava por vir: assentamentos não eram sagrados, e, assim como foram criados, podiam ser retirados. A ameaça aos colonos era óbvia, e eles não desperdiçaram tempo, reagindo com veemente oposição aos acordos. Além disso, nos doze anos que haviam se passado desde a Guerra dos Seis Dias, os israelenses escutaram a respeito da importância da profundidade estratégica que o Sinai brindava ao país, e agora Israel o entregava todo de uma vez. Begin passou a ser vigorosamente atacado tanto por seus amigos mais próximos quanto pelos companheiros de movimento. A conquista do tratado de paz e a normalização das relações com o mais importante dos países árabes eram ofuscadas pelo sacrifício das vacas sagradas, cultivadas durante anos. Para Sadat, as coisas também não foram fáceis: a obtenção de uma promessa de uma total retirada israelense do Sinai não aplacou os que se opunham à paz no Egito e não levou à moderação dos ataques contra Sadat por parte dos outros Estados árabes, inclusive aqueles alinhados com o Ocidente.

No Knesset, o debate sobre os acordos de Camp David foram duros. Somente Begin, com sua autoridade e sua posição no partido, poderia forçar a maioria dos membros do Likud a ratificar o acordo. “A nação está sofrendo as dores do parto. É verdade, toda grande empreitada nasce em meio à angústia”, respondeu o primeiro-ministro aos ataques da direita. “Este é o momento decisivo no Oriente Médio, que surgiu com a possibilidade da

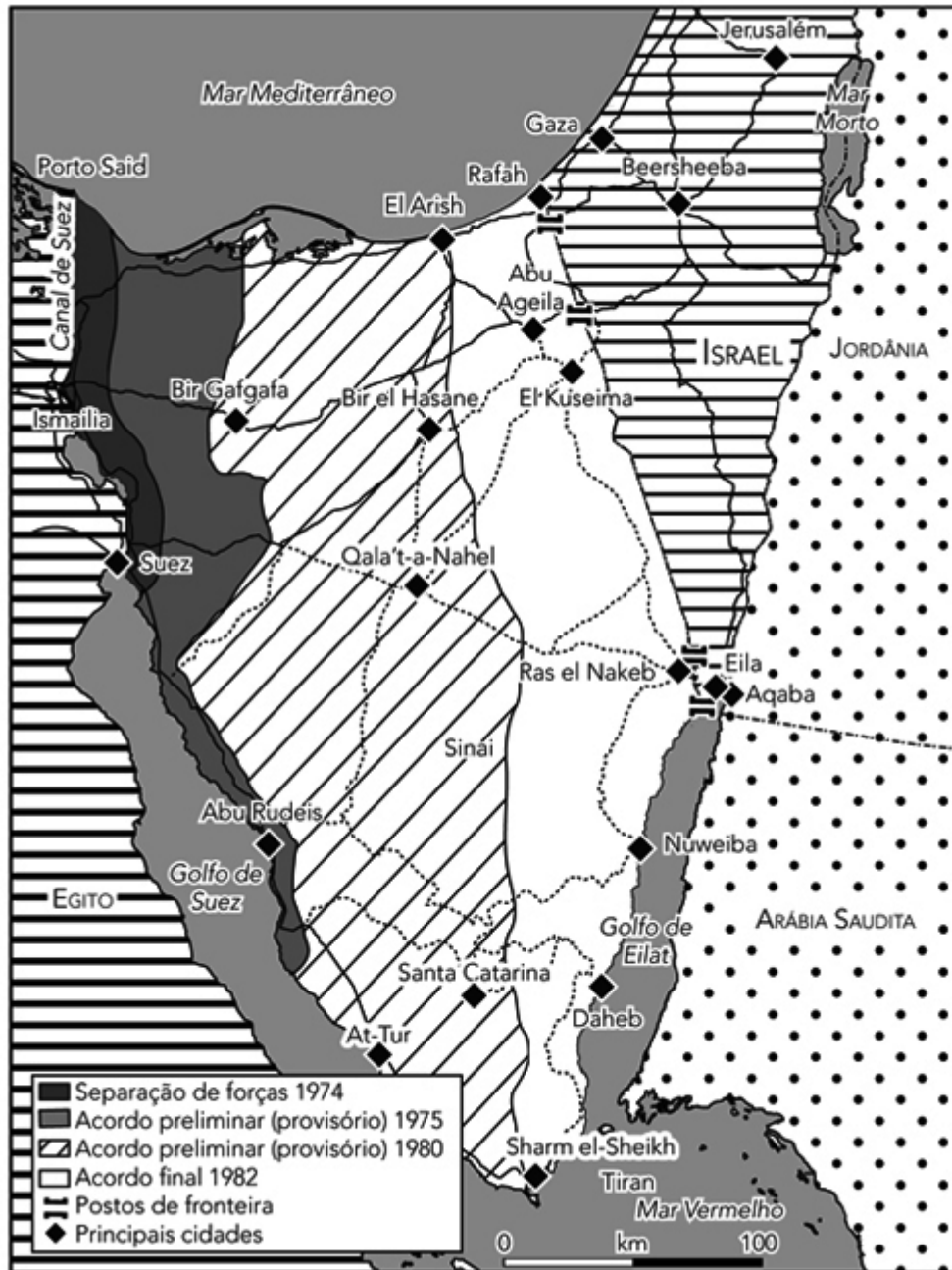
assinatura de um acordo de paz entre Israel e Egito. A angústia não me surpreende. Não tenho nada contra as manifestações.”⁴ Mesmo o Partido Nacional Religioso, cuja maioria dos membros votou a favor dos acordos, só o fez porque, se Begin havia optado pela retirada, era porque provavelmente não tivera alternativa. O Partido Trabalhista e o Dash apoiaram os acordos, ainda que com reservas sobre uma ou outra cláusula; a chance de obter a paz era mais importante do que as várias concessões envolvidas.

Mas este não era o final do capítulo. Agora os acordos tinham de ser transformados em um tratado de paz final, e emergiram as questões que haviam sido deixadas em aberto, pela vaga formulação dos acordos de Camp David. Israel insistia com o início da normalização conforme estipulado nos acordos, sem vinculá-la à finalização das negociações sobre a autonomia com os palestinos; o Egito exigia o oposto. Esta era uma nova versão da discussão básica: o tratado de paz entre Israel e Egito estava ligado ao acordo sobre a autonomia, ou não havia relação entre os dois? Israel exigia a sua remoção, e o Egito insistia em sua manutenção. O Egito tinha tratados de defesa mútua com Estados árabes, no contexto da Liga Árabe. Israel exigia que se desse preferência ao acordo de paz recém-firmado, em detrimento dos compromissos do Egito com a Liga Árabe; Israel temia que, se respondesse militarmente a uma provocação da Síria ou da Jordânia, o Egito pudesse se sentir obrigado a ir em seu auxílio, provocando o colapso dos acordos de paz. O Egito temia que, se desse prioridade ao tratado com os israelenses, seria visto como traidor da causa árabe.

Além dessas questões básicas, havia problemas práticos, como o suprimento de petróleo a Israel, após a evacuação dos campos produtores no Sinai. As negociações, mediadas pelos norte-americanos na Blair House em Washington, terminaram em um impasse. Outra rodada de negociações também fracassou, e um avanço foi possível somente quando o presidente Carter viajou ao Oriente Médio e engajou todo o seu poder e seu prestígio, depois de os dois lados quase desistirem, diante dos obstáculos apresentados pelos detalhes finais. O tratado foi levado ao Knesset para ratificação em 20 de março de 1979 e provocou um dos mais longos debates na história da

casa, mas acabou ratificado por uma decisiva maioria. Em seu discurso do pódio, Dayan disse: “O tratado de paz entre Israel e o Egito não é um idílio pastoral; é um tratado de paz realista, negociado no contexto da realidade atual e planejado para permitir relações entre dois países vizinhos.” Do ponto de vista dos árabes, representava a aceitação da existência de Israel.⁵ Em 26 de março de 1979, em torno de um ano e meio após a visita de Sadat a Jerusalém, o tratado de paz foi assinado nos jardins da Casa Branca.

O tratado estipulava datas para uma retirada em etapas do Sinai, enquanto Israel manteria seus aeroportos e assentamentos na faixa leste, até o final de um período experimental de dois anos. Durante esse período seriam realizadas as negociações sobre a autonomia palestina. A normalização das relações iniciou-se logo após a primeira etapa da retirada, inclusive com a troca de embaixadores. Ao longo dos dois anos seguintes o tratado enfrentou algumas duras provas: o assassinato de Sadat, a participação de Israel na Guerra do Líbano e o colapso das negociações sobre a autonomia. Mas manteve-se firme e continua válido até os dias de hoje. A maioria das elites egípcias – incluindo intelectuais, elementos da mídia e líderes religiosos – nunca se reconciliou com Israel. Além disso, a paz entre os governos não se estendeu às populações, com trocas culturais e relações amistosas. No entanto, o Oriente Médio ficou diferente desde então, e a paz entre Israel e Egito permanece como a base dessa estabilidade.



Mapa 7 – Acordos pós-Camp David (1978)

O tratado de paz com o Egito foi o auge da era Begin. O primeiro-ministro se tornou respeitado tanto em casa quanto ao redor do mundo e, junto com Sadat, recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Mas em seu próprio bloco se viu atacado por abandonar os assentamentos e reconhecer os legítimos

direitos e as justas demandas dos palestinos. Begin tinha dificuldade para enfrentar os colonos, pois os considerava os elementos puros e idealistas da direita. Apesar de descartar as críticas da esquerda, as da direita o machucavam; ele se identificava com a Grande Israel e o empreendimento dos assentamentos. Ariel Sharon, ministro da Agricultura, adotou uma agressiva política de assentamentos que incluía a criação de colônias no coração das áreas árabes habitadas, com o objetivo de eliminar a possibilidade de que um dia fosse criado um Estado palestino. Ao contrário, o ministro da Defesa, Ezer Weizmann, queria que os assentamentos fossem construídos em grandes blocos, sem que houvesse expropriação de terras. Dayan afirmava que, ainda que fosse permitido aos judeus assentar-se em toda a Terra de Israel, os assentamentos sem relevância para a segurança deveriam ser evitados. O governo aceitou a proposta de Sharon de criar colônias onde fosse possível e Begin inclinava-se a apoiá-lo, mesmo quando seus planos desviavam-se daquilo que havia sido aprovado pelo governo. A oposição de Yadin, Dayan e Weizmann, representantes de posições mais moderadas dentro do governo, não lhe agradava.

Begin designou Yosef Burg, ministro do Interior, para conduzir as negociações sobre a autonomia, indicando assim que a Cisjordânia era uma questão interna israelense. Era também um sinal para Dayan, de que sua função no governo havia se encerrado. Dayan renunciou seis meses depois. Para substituí-lo, Begin nomeou como ministro de Relações Exteriores o ex-líder do Lehi Yitzhak Shamir, cuja posição extremista estava evidente em seu voto no tratado de paz, quando Shamir se absteve. Sua nomeação marcou o fim da moderação e da conciliação, e as negociações sobre a autonomia tiveram uma morte indolor. Enquanto isso, Weizmann renunciou, furioso, em maio de 1980, alegando que os cortes no orçamento de defesa representavam um risco para Israel e que o comportamento de Begin era enormemente danoso. Além de se manter no cargo de primeiro-ministro, Begin assumiu a pasta da Defesa, acumulando as funções por quatorze meses.

Em termos políticos, os dois primeiros anos do governo Begin foram marcados pelo processo de paz, a partir do qual o primeiro-ministro adquiriu prestígio e popularidade. Contudo, a situação econômica era seu calcanhar de aquiles. Em outubro de 1977, o ministro das Finanças, Simcha Ehrlich, apresentou um novo plano econômico com o objetivo de introduzir uma ampla liberalização da economia israelense, transformando-a, de uma economia planejada, em uma economia livre. A percepção liberal era a de que todos os males da economia israelense originavam-se no excessivo envolvimento do governo; se as forças do mercado e da iniciativa privada fossem liberadas, no final haveria crescimento econômico. Foram cancelados os subsídios para bens de primeira necessidade, assim como as restrições sobre moeda estrangeira; pela primeira vez os cidadãos de Israel puderam manter e comercializar moedas estrangeiras. Foi instituída uma taxa de câmbio flutuante, que se ajustaria de acordo com a oferta e a demanda. Pela primeira vez, os israelenses que tinham condições obtiveram permissão para viajar ao exterior por lazer, sem pagar impostos sobre a saída e sem restrições sobre a quantidade de dólares que podiam, legalmente, retirar do país.

A liberalização da importação de *commodities* deveria ter reduzido os preços, mas a esperança do governo de aumento de sua receita revelou-se prematura. A crescente demanda por bens de consumo levou a um aumento dos preços; o cancelamento dos subsídios causou a elevação de preços dos bens de primeira necessidade, o que atingiu as parcelas mais pobres da população – a base de apoio do Likud. A taxa de câmbio do dólar subiu drasticamente, levando ao aumento de preços dos produtos importados. A indexação dos salários ao índice do custo de vida, que tinha por objetivo compensar os assalariados pelos aumentos de preços, e que foi mantida após a liberalização, levou a uma espiral inflacionária que o Ministério das Finanças não conseguia controlar. O Ministério das Finanças não tomou as medidas necessárias requeridas por uma transição para o livre-mercado e, entre 1977 e 1980, a inflação subiu de 42,8 para 132,9%. Os gastos do governo não sofreram cortes suficientes, e a privatização de empresas

públicas, destinada a promover a livre iniciativa, foi feita em pequena escala por medo de prejudicar as faixas mais pobres da população.

Begin não entendia muito de economia e estava propenso a aceitar as reclamações dos ministros contra as tentativas do Ministério das Finanças de reduzir seus orçamentos. Nos dois anos seguintes à introdução do novo plano econômico, seu fracasso em apoiar as políticas do ministro das Finanças levou a um aumento do déficit da balança de pagamentos, de novecentos milhões para 3,4 bilhões de dólares, deixando a economia à beira do desastre. Ehrlich renunciou – o primeiro de vários ministros das Finanças substituídos nos governos de Begin –, e Yigal Horowitz, que havia se retirado do governo porque se opôs aos tratados de paz, retornou para ocupar o cargo. Ele adotou uma rigorosa política de gastos e não teve pudores ao fazer cortes que pudessem afetar as classes mais baixas. Porém, enfrentou a oposição do primeiro-ministro, que se recusava a cancelar os subsídios e insistia teimosamente em aumentar certos salários.

Uma das medidas de Horowitz foi a troca da lira, cujo nome lembrava o passado mandatário de Israel, pelo shekel, a antiga moeda hebraica que aparece na Bíblia. (A relação foi estabelecida em dez liras por “shekel antigo” e, na segunda etapa, a taxa era de 1.000 shekels antigos para um novo, portanto um shekel novo equivalia a 10.000 liras.) Horowitz esperava tornar a moeda mais escassa e assim dominar a inflação, o que não ocorreu, levando-o a deixar revoltado o governo. “O mundo já vê Israel como um cadáver econômico”, afirmou Dayan.⁶ Em janeiro de 1981, Begin nomeou seu terceiro ministro das Finanças, Yoram Aridor, que acreditava ser sua missão “melhorar as condições de vida de nosso povo”. Em vez de apertar o cinto e cortar despesas governamentais, Aridor achou que pudesse combater a inflação soltando as rédeas. A remoção de taxas alfandegárias e impostos sobre bens de consumo diminuiria os preços e incrementaria as transações, o que deveria levar a um aumento da arrecadação do governo. Famílias de classe média e baixa correram para comprar TVs em cores, aparelhos de vídeo e carros. A inflação galopante se mantinha e a nova moeda israelense continuava perdendo valor. Mas o humor do público mudou da melancolia

da frugalidade para o prazer do consumismo, aumentando também as receitas de impostos do governo. Antes da implantação das medidas de Aridor, tudo indicava que o Likud perderia as eleições marcadas para o verão de 1981, mas Begin agora parecia ter uma renovada chance de permanecer no poder.

Durante o ano de 1980 e no início de 1981, Begin dava a impressão de ter perdido a energia necessária para exercer o cargo de primeiro-ministro. Ele havia sofrido um pequeno derrame e passado por episódios de depressão, mas ninguém se atrevia a falar em público sobre suas condições de saúde. Em abril de 1981, as eleições da Histadrut se realizaram na esteira do sucesso de Aridor. Para surpresa de todos, o Likud emergiu como uma força considerável e obteve 25% dos votos no bastião da esquerda. Begin se recuperou, do dia para a noite, e começou a campanha com renovada energia. Apesar de os comícios públicos terem se tornado coisa do passado, ele retornou às praças e às multidões e absorveu energia e coragem das demonstrações de entusiasmo que o recepcionavam por todo o país.

Begin não teve pudores em liberar o gênio da garrafa da hostilidade étnica e o utilizou, sem pensar duas vezes, como um meio de incitamento político. O nível de incitamento contra a esquerda e sua demonização durante a campanha, com violência verbal que muitas vezes se transformou em física, foram inéditos. O comportamento hostil dos apoiadores do Likud tornava difícil a realização de comícios da parte dos ativistas da esquerda nas periferias e nas cidades em desenvolvimento. O clímax ocorreu em uma manifestação em massa às vésperas da eleição, na Praça Malkhei Yisrael (hoje Praça Rabin), em Tel Aviv. Após descrever um dos movimentos como um movimento “vermelho”, que traria os soviéticos a Israel e aos territórios da Judeia e da Samária, e o outro como “azul e branco”, o protetor da pátria, Begin apropriou-se de um comentário estúpido feito na véspera, em um comício da esquerda realizado no mesmo local; um dos artistas havia se referido aos apoiadores do Likud como “Tshachtshachim” (termo pejorativo para definir os marroquinos). Vindas dos lábios de Begin, as palavras tornaram-se um símbolo do desprezo da esquerda pelos judeus orientais, e

ele conclamou seus apoiadores a convocarem os amigos para votar em massa no Likud, apagando esse insulto proferido contra um setor inteiro da população israelense. Suas palavras foram recebidas com aplausos ensurdecedores em apoio ao Likud e ódio à esquerda.

Algumas semanas antes das eleições, em junho de 1981, a Força Aérea Israelense destruiu o reator nuclear iraquiano de Osirak. Bombardear o reator foi uma corajosa decisão de Begin. A opção de destruí-lo pareceu, no momento, arriscada e mesmo desnecessária; mas, em retrospecto, poucos duvidariam de sua serventia. Durante a troca de governos, em 1977, Rabin havia informado Begin sobre os relatos da Inteligência indicando que os iraquianos tinham iniciado a construção de um reator nuclear, com o apoio dos franceses. As tentativas de interromper a construção por meios diplomáticos ou através de sabotagem não foram bem-sucedidas. Enquanto isso, eclodiu a guerra Irã-Iraque, com tentativas iranianas de bombardear o reator, mas que causaram somente pequenos danos. Begin considerava a posse de armas nucleares por parte de um país inimigo como uma ameaça existencial a Israel, um país extremamente vulnerável devido a seu limitado território. O líder da oposição, Shimon Peres, ao ouvir a respeito do plano de bombardear o reator, enviou a Begin uma carta confidencial, alertando-o contra a ação, pois a enxergava como uma ameaça às relações com os Estados Unidos e o Egito.

Begin tinha ciência dos riscos de atacar o reator, mas alegou que a ameaça a Israel, se o ataque não fosse realizado, seria muito maior. O primeiro-ministro temia que, se a esquerda ganhasse as eleições, o reator não seria destruído. A decisão pelo ataque não foi fácil, e havia diferenças de opinião entre os membros do aparato israelense de defesa. Tampouco havia qualquer garantia de que a operação seria bem-sucedida. No final, a operação foi realizada, sem perdas, e o reator foi destruído. Em resposta, os Estados Unidos postergaram o fornecimento de aviões de combate a Israel, mas as relações entre os dois países não foram afetadas. Sadat, que havia sido informado antecipadamente pelo embaixador israelense sobre a ação e as razões de Begin para realizá-la, tratou-a com leniência. Nada é tão bem-

sucedido quanto o sucesso, e o regime brutal de Saddam Hussein não era apreciado no Oriente Médio. Peres acusou Begin de utilizar o ataque ao reator iraquiano como plataforma eleitoral, e Begin respondeu com a publicação da carta confidencial que Peres lhe havia enviado. Begin não destruiu o reator para ser eleito, mas usou posteriormente o sucesso da operação como mais uma arma de seu arsenal eleitoral.

O SEGUNDO MANDATO DE BEGIN: A GUERRA DO LÍBANO E A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE ISRAELENSE

As eleições realizadas em junho de 1981 tiveram resultado apertado. O Likud manteve a vantagem de uma cadeira no parlamento, permitindo a Begin formar um governo apoiado por 61 membros do Knesset (de um total de 120). Essa estreita vitória era a evidência de que a reviravolta de 1977 não tinha sido um evento esporádico, mas refletia uma profunda mudança social e política. Aryeh Naor, secretário do primeiro governo de Begin, analisou assim os resultados: “O novo mundo dos símbolos de Israel baseado na herança da religião e da crença está enraizado na nova geração do Estado. A visão secular de mundo e as ideias da esquerda sobre concessões territoriais são estranhas a esta geração, criada na realidade da Grande Israel.”⁷

O primeiro mandato de Begin terminou com um tom positivo; o tratado de paz com o Egito envolveu Begin no manto de homem da paz, de líder resoluto capaz de tomar decisões difíceis. O bombardeio ao reator iraquiano representou mais uma prova de sua capacidade de liderança e determinação, e para seus apoiadores a expansão do empreendimento dos assentamentos representava um sucesso adicional. Outra realização de seu governo foi o programa de reabilitação das periferias, financiado por doações da Diáspora judaica e não pelo governo. O apelo de Begin às comunidades judaicas ao redor do mundo, para que ajudassem a derrotar a pobreza em Israel, foi bem recebido. Em vez de entregar o projeto e seus recursos aos grupos usuais,

como a Agência Judaica, foi estabelecido um contato direto entre os doadores e os bairros ou cidades em desenvolvimento que receberiam os fundos. Envolver os judeus da Diáspora no projeto ajudava a fortalecer os vínculos entre os principais doadores e a direita israelense, mas, além disso, o empreendimento era importante pela renovação da solidariedade entre as comunidades da Diáspora e Israel, assim como por aproximar os doadores ashquenazim dos residentes *mizrachim* das periferias. O projeto de reabilitação dos bairros concentrava-se na elevação do padrão das residências e na redução da superpopulação. Também foram feitos esforços para melhorar o aspecto estético dos bairros a partir da construção de parquinhos. Em muitos casos, a melhora do entorno levou a um aumento da conscientização dos residentes, fortalecendo seu interesse e envolvimento no cuidado com o bairro. Sob todos os pontos de vista, foi um empreendimento que valeu a pena.

O aspecto negativo do primeiro mandato de Begin foi a deterioração da situação econômica israelense. A tentativa heroica de mudar, repentinamente, de uma economia administrada pelo governo para uma liberal, sem uma rede de segurança e medidas apropriadas, levou a economia para a beira do abismo e minou a estabilidade do país.

As eleições de 1981 e a composição do novo governo refletiam a mudança de um governo de direita, cujo líder esperava ser lembrado pela história como aquele que trouxera a paz para Israel, para um de ultradireita, cujo líder começava a pôr em prática sua antiga visão de mundo, a que adotava antes de chegar ao poder. O primeiro governo incluía Dayan, Weizmann e Yadin, que entre eles e com Begin constituíam um sistema de controle e equilíbrio. A este segundo governo Begin, cuja saúde se deteriorava, faltavam forças moderadoras. Ariel Sharon – o homem que Begin havia relutado em colocar no comando das forças de segurança – foi nomeado ministro da Defesa, e Yitzhak Shamir, um direitista convicto, tornou-se ministro de Relações Exteriores. O chefe do Estado-Maior era Rafael (Rafael) Eitan, que aceitava a autoridade de Sharon. Era um governo sem brilho, sem elementos de peso que pudessem opor-se à influência de

Sharon, não havendo também em sua composição outros militares que pudessem servir como contrapeso. (O ministro das Comunicações, Mordechai Zippori, era oriundo dos militares, servira como vice-ministro da Defesa no governo anterior e tentara conter Sharon, mas não tinha, aos olhos de Begin, o mesmo *status* que o ilustre general Sharon.) A arena externa também havia se modificado: Sadat foi assassinado em 6 de outubro de 1981, e o presidente Reagan substituiu o presidente Carter. Se o primeiro mandato de Begin fora marcado pela paz, o segundo seria marcado pela guerra.

Conforme foi visto, após a Guerra Civil no Líbano, a OLP e seus combatentes haviam se mudado para o sul do Líbano. Israel retaliava os ataques terroristas contra israelenses atacando a OLP, que por sua vez retaliava com ataques de foguetes Katyusha contra os assentamentos israelenses na fronteira norte do país. As ações terrestres das Forças Armadas contra os terroristas produziram somente períodos limitados de tranquilidade para a área. Desde meados dos anos 1970, Israel promovia uma milícia cristã, o Exército do Sul do Líbano (SLA), que ajudava a conter a OLP no sul do Líbano. No Líbano, as relações se deterioraram entre os sírios e os cristãos, especialmente as Falanges, lideradas pela família Gemayel. Os cristãos do Líbano buscavam o apoio dos israelenses contra os palestinos, que, em conjunto com a esquerda radical pró-síria, alteravam o equilíbrio do conflito étnico e religioso libanês contra os cristãos. Como primeiro-ministro, Rabin havia se oposto vigorosamente a se envolver em ações militares de auxílio aos cristãos, e o mesmo princípio guiou Weizmann no exercício do cargo de ministro da Defesa. Mas, quando Begin ocupou a pasta da Defesa, decidiu apoiar os cristãos, com ações militares diretas e não somente através do suprimento de equipamento militar. Begin argumentava que Israel não poderia permitir que uma minoria fosse aniquilada por uma maioria violenta. Mas os cristãos não eram uma minoria indefesa e certamente não eram bastiões de virtude. A lógica ostensivamente moral de Begin para justificar o início do envolvimento militar israelense na Guerra Civil Libanesa tinha por objetivo influenciar

Reagan, mas o presidente norte-americano não se deixou impressionar. O aliado de Begin e Sharon no governo Reagan era o secretário de Estado Alexander Haig; já o secretário de Defesa, Caspar Weinberger, tinha severas restrições às provocações israelenses.

Begin e Sharon, que queriam garantir o controle israelense sobre a Judeia e a Samária, acreditavam que, ao enfraquecer a OLP no Líbano (e eventualmente remover seu quartel-general do país), enfraqueceriam os palestinos e os forçariam a aceitar uma fórmula de autonomia capaz de garantir a presença israelense na Cisjordânia e na Faixa de Gaza por gerações. Enquanto isso, a elite militar de Israel reforçava seu vínculo com os cristãos, que tentavam atrair os israelenses para uma guerra no Líbano; e os cristãos davam a entender que se envolveriam diretamente na luta. As opiniões estavam divididas nas esferas de segurança israelenses no que se referia à confiabilidade dos cristãos: será que eles participariam realmente de um ataque israelense, expulsando os palestinos de Beirute? A liderança cristã, incluindo o pró-israelense Bashir Gemayel (ao contrário de seu irmão Amin, pró-sírio), não escondia suas restrições em relação a uma clara aliança com Israel. Mesmo enquanto a ajuda militar israelense fluía para os portos dominados pelos cristãos no norte do Líbano, os líderes recusavam-se a endossar publicamente uma parceria com Israel. Os cristãos se viam como parte do mundo árabe e, da mesma forma como os cristãos libaneses haviam se comportado desde tempos imemoriais, fizeram manobras entre os campos rivais, sendo seu principal comprometimento com os interesses próprios.

Foram formulados dois planos de ação: “Grandes Pinheiros”, que contemplava a possibilidade de ocupar grande parte do Líbano, atingindo a Rodovia Damasco–Beirute, e conectando-se com os cristãos; e “Pequenos Pinheiros”, que consistia na ocupação de uma zona-tampão de 40 quilômetros de profundidade no sul do Líbano – na época esse era o alcance dos foguetes de posse da OLP. No verão de 1981, logo após um maciço bombardeio dos assentamentos do enclave da Galileia, especialmente Kiryat Shmona, que levou um grande número de habitantes a abandonar a cidade,

um acordo mediado pelos norte-americanos instalou alguma tranquilidade na fronteira. Mas Begin e Sharon passaram então a procurar uma desculpa para um ataque ao Líbano, capaz de alterar o equilíbrio de forças na região. A tentativa de obter a aprovação do governo para a Operação Grandes Pinheiros fracassou; Begin manteve-se quieto e Sharon não conseguiu apoio maciço para uma guerra em larga escala. Sharon percebeu que, para conseguir uma aprovação, necessitaria apresentar o plano mais limitado. Mas ocultou sua intenção de estendê-lo ao longo do confronto. O alto-comando das Forças Armadas foi alertado antecipadamente para a possibilidade de expansão dos planos e instruído a preparar as forças para uma operação “contínua”, etapa por etapa. Foi então que uma tentativa de assassinato perpetrada contra o embaixador israelense em Londres, por um membro da organização de Abu Nidal, forneceu a Begin e Sharon o seu motivo. O chefe dos Serviços Gerais de Segurança tentou em vão explicar ao ministério que Abu Nidal pertencia a uma facção dissidente da OLP e não representava a política da organização. O primeiro-ministro interrompeu-o, insistindo que a afronta terrorista justificava a declaração de guerra contra a OLP.

Essa era uma guerra que Begin almejava havia tempos. “A alternativa a esta operação é Treblinka, e nós decidimos que não haverá mais Treblinkas”, declarou dramaticamente o primeiro-ministro em 5 de junho de 1982.⁸ Em uma palestra ministrada em agosto de 1982 na Academia de Segurança Nacional, Begin se expressou a favor de uma “guerra por opção”. Segundo sua análise, todas as guerras de Israel haviam sido por decisão israelense, com exceção da Guerra de 1948, da Guerra de Atrito e da Guerra de 1973. Segundo ele, todo ataque preventivo ou preemptivo, ou mesmo uma guerra resultante do cruzamento de linhas vermelhas, era uma guerra por opção. Com esse raciocínio, Begin pôs a Guerra do Líbano na mesma categoria que a da Guerra de Suez – ainda que Ben-Gurion a tenha iniciado por temor ao rearmamento egípcio e se retirado assim que viu a reação das superpotências –, como também a da Guerra dos Seis Dias, vista por todos os israelenses como uma guerra iniciada pelos egípcios. Nessa definição

mais ampla do termo “guerra por opção”, Begin buscou legitimidade para iniciar a Guerra do Líbano. Justificou a “guerra por opção” dizendo que a disputa preveniria uma guerra que mais tarde seria inevitável. “Não existe imposição moral determinando que uma nação deva, ou possa, lutar somente quando se vê colocada contra a parede ou à beira do precipício.”⁹ Esse conceito contradizia o caráter básico da sociedade israelense: o caráter defensivo, que havia formulado a visão de mundo de gerações de combatentes no Yishuv e no país. Para aquele *ethos*, a guerra deveria ser sempre uma guerra de necessidade, para momentos em que a nação se encontrasse no limite. No fim das contas, nem a sociedade israelense nem as Forças Armadas aceitaram a redefinição proposta por Begin.

Existe um ponto de divergência entre os admiradores de Begin e seus críticos: até que ponto ele concordava com a ideia de Sharon de uma guerra que se desenvolveria em etapas. O que é certo é que Begin deu sua aprovação a Sharon, algumas vezes antes da ação, outras a posteriori. Quando as Forças Armadas invadiram o Líbano, Begin estava convencido de que a operação duraria somente alguns dias, causando poucas baixas. Ele não conhecia nem os mapas nem os planos de ações militares. Assim, por exemplo, como outros membros do governo sem experiência militar, Begin acreditou nas previsões de Sharon de que, ao flanquear as forças sírias no Vale do Bekaa, a operação as obrigaria a retirar-se sem enfrentar as tropas israelenses. Mas todos os oficiais das Forças Armadas que viram o plano reconheceram que estavam engajando-se numa guerra contra os sírios. Sharon explicou a Begin que expandir a guerra, de 40 quilômetros além da fronteira até Beirute, bem como de choques com os palestinos para um ataque contra os sírios, era necessário para proteger as tropas israelenses e evitar baixas. Jornalistas estrangeiros que entrevistaram Begin durante os combates tiveram dificuldade para concluir se ele era mentiroso ou simplesmente incompetente por não saber o que se passava nos campos de batalha. Após todas suas negações, baseadas nos relatórios enganosos de Sharon, Begin foi informado pelo mediador norte-americano Philip Habib de que as tropas israelenses já estavam em Beirute.

A guerra se expandiu de forma gradual. Em lugar de uma batalha limitada contra as organizações palestinas, tornou-se uma guerra de grandes proporções, que incluiu duras batalhas de blindados contra os sírios, a eliminação da malha de mísseis antiaéreos sírios do Líbano e amargos confrontos nos campos de refugiados de Sidon e Beirute. A entrada das forças israelenses em Beirute ocidental, após sitiá-la por dois meses, tinha por objetivo pressionar Arafat a retirar do Líbano sua sede e seus combatentes. Enquanto isso, a população palestina do oeste de Beirute sofreu as consequências do pesado bombardeio e da interrupção no fornecimento de água e eletricidade, até que a OLP e as forças sírias estacionadas na cidade concordaram em evacuá-la em agosto de 1982.

Ao apresentar a ação para o governo, Sharon estimou que haveria algumas dezenas de vítimas israelenses, em total oposição às estimativas muito mais elevadas dos oficiais das Forças Armadas, cuja opinião não foi informada ao governo. A guerra provocou quase quinhentas vítimas entre os israelenses, somente até o momento em que a OLP evacuou Beirute. Foi a primeira vez que tropas israelenses entraram em uma capital árabe, o que foi realizado de forma quase clandestina, sem que o governo o tivesse discutido.

Foi a primeira vez que as Forças Armadas Israelenses engajaram-se em uma guerra que não tinha por objetivo eliminar uma ameaça à segurança, e sim criar uma nova ordem política no Oriente Médio através do uso ilimitado do poderio militar israelense. O plano de Sharon era eleger Bashir Gemayel presidente, sob a proteção dos tanques israelenses; o Líbano então se tornaria o segundo país árabe a assinar um tratado de paz com Israel. Os sírios seriam obrigados a se retirar do país, e os palestinos seriam evacuados em grandes levas para a Jordânia. O sonho de Sharon era que a Jordânia se tornasse a Palestina, deixando toda a margem ocidental do rio Jordão nas mãos dos judeus. Begin compartilhava desse sonho, e foi provavelmente por isso que continuou a apoiar Sharon, apesar de seus colaboradores de governo terem se rebelado contra o uso, por parte do ministro, de força ilimitada sem a aprovação do governo. Quando Begin encontrou Bashir Gemayel, em Nahariya, durante o cessar-fogo, em 1º de setembro de 1982,

descobriu, para seu desgosto, que Gemayel não tinha intenção de transformar as relações com Israel de uma ligação secreta em um casamento legal, e que ele não faria a paz com Israel nem cooperaria abertamente com o país. Os sírios declararam não ter a intenção de retirar-se do Líbano. Quando Bashir Gemayel foi assassinado, em 15 de setembro de 1982, as forças israelenses entraram na zona oeste de Beirute para evitar atos de vingança, mas permitiram que os falangistas ingressassem nos campos de refugiados. Os falangistas vingaram a morte de Bashir com um massacre nos campos de Sabra e Shatila, onde centenas de palestinos inocentes foram mortos. Apesar de os israelenses não estarem diretamente envolvidos no massacre, o fato de terem o controle da área tornava-os responsáveis pela segurança dos habitantes – mas eles nunca assumiram essa responsabilidade. O massacre provocou furor em Israel e ao redor do mundo, e a oposição à guerra atingiu novos patamares (discutido mais adiante).

Depois de agosto de 1982, as Forças Armadas Israelenses já não tinham uma missão no Líbano, mas não conseguiam encontrar uma forma de retirar-se e ao mesmo tempo preservar a zona-tampão de quarenta quilômetros no sul do país. Quanto mais tempo o Exército se mantinha no Líbano, mais se afundava no que ficou conhecido como o “lamaçal libanês”. Não cessavam as guerras entre os grupos étnicos e religiosos libaneses, e um Exército de ocupação como o israelense entrava em contato íntimo com a população local, provocando a hostilidade de vários grupos. Quando Israel invadiu o Líbano, suas tropas foram recebidas por multidões alegres, que lançaram arroz sobre os soldados. Agora as tropas haviam se transformado em alvos vulneráveis de ataques terroristas e de franco-atiradores. Uma guerra que deveria ter durado somente alguns dias prolongou-se e provocou muitas perdas. Apesar de a OLP ter abandonado Beirute e o sul do Líbano, a organização não se desmantelou, e sua sede, agora em Túnis, continuou a ser a entidade política representante dos palestinos. Embora os sírios tenham sofrido um duro golpe, mostraram ser um adversário à altura dos israelenses; não se retiraram do Líbano e mantiveram-se como um dos principais atores do cenário local.

A guerra do Líbano, e especialmente o bombardeio de Beirute, provocou uma enorme oposição em Israel e ao redor do mundo, fortalecendo a conscientização sobre o sofrimento palestino. Após a guerra, o presidente Reagan exigiu a retirada israelense da Cisjordânia – um tema até então sem interesse para os EUA. Se Begin e Sharon esperavam que a guerra fortalecesse a posição israelense nos territórios ocupados, o resultado foi o oposto. A minuta do tratado de paz acordada entre Israel e Amin Gemayel, que havia sido eleito presidente do Líbano em maio de 1983, foi vetada pelos sírios e certamente não valia o papel em que havia sido impressa. Ficou evidente que o conceito estratégico de Sharon nunca teve uma base sobre a qual se firmar. Como no passado, Israel podia ganhar a guerra, mas era incapaz de impor a paz.

Em setembro de 1983, as forças israelenses iniciaram uma retirada gradual do Líbano, fustigadas pela guerrilha local. Amal, a milícia xiita moderada que havia se enfraquecido durante a guerra, foi substituída pelo Hezbollah, uma milícia xiita radical, cujo objetivo era não só expulsar as tropas israelenses do Líbano, mas também, com o apoio do Irã, combater incessantemente os israelenses. A retirada do Líbano continuou até junho de 1985, quando as forças se instalaram ao longo da fronteira internacional, enquanto continuavam a controlar a estreita zona-tampão do lado libanês. Lá operava o Exército do Sul do Líbano, uma força comandada pelos cristãos que ajudava a manter a segurança ao longo da fronteira. Seiscentos e setenta soldados israelenses foram mortos durante a guerra e, entre 1982 e 2000 (quando o Exército israelense encerrou a retirada da zona de segurança), 1.216 soldados foram mortos no Líbano. Quase 18.000 árabes foram mortos na guerra, dos quais pelo menos 10.000 eram soldados sírios e combatentes palestinos.

A Guerra do Líbano foi um marco na história da sociedade israelense: a primeira guerra travada sem consenso. Na primeira etapa da luta, tanto o público quanto a mídia acreditaram que a campanha seria similar à Operação Litani de 1978, lançada em represália aos ataques terroristas perpetrados na rodovia costeira israelense. As forças israelenses cruzaram a

fronteira, realizaram atividades punitivas e retornaram a Israel. Dessa vez, o plano incluía a possível criação de uma zona-tampão, para evitar o ataque de foguetes Katyusha contra os assentamentos do norte. Da forma como havia sido apresentada ao público, a operação tinha apoio quase unânime. Quando ficou claro que a ação extrapolava os limites predeterminados, esvaiu-se o apoio militar e do público, e a direita ficou enfurecida com as críticas à guerra veiculadas na mídia. Essa fração da população alegava que um governo não deveria ser criticado enquanto conduzia uma guerra, tomando como exemplo o próprio Begin, enquanto estava na oposição. Um artigo famoso publicado na época intitulava-se “Silêncio, estão atirando”.

O problema era que, até aquele momento, os governos de Israel tinham estado à esquerda da oposição, que era militante e sempre disposta a apoiar operações militares, mas não retiradas. Dessa vez, o sapato estava no outro pé: o governo estava à direita da oposição e entrou na guerra sem comunicar clara e honestamente quais eram seus objetivos. Conforme a guerra progredia, desenvolveu-se uma troca de informações mútua entre o Exército e os civis. O coronel Eli Geva, comandante de uma brigada blindada, renunciou a seu comando e recusou-se a participar do ataque a Beirute – a primeira vez na história das guerras de Israel em que um alto oficial recusou-se a cumprir ordens. A ação de Geva refletia a frustração e o incômodo que permeavam o Exército. As tropas sentiam que estavam lutando por objetivos muito além daqueles necessários para defender Israel. Os soldados reagiam amargamente: “As pessoas definitivamente sentem que deram suas vidas e seus membros não em defesa de Israel, mas por um capricho.”¹⁰ Também sentiam que o governo havia manipulado a mídia, e o que era relatado ao público não era o que se via no terreno. Ao mesmo tempo, o que o público via em seus aparelhos de TV em casa e na mídia internacional não era compatível com as declarações dos comandantes.

As Forças Armadas Israelenses são constituídas por soldados reservistas, cidadãos conclamados a defender a bandeira. Isso significa não haver distinção real entre realidade militar e civil. O senso de relatos falsos do topo para baixo, dos militares para a sociedade civil, e da liderança civil de volta

para os militares, afetou seriamente a confiança em ambas as direções. O crescente número de baixas sofridas por objetivos que pareciam ser dúbios e inaceitáveis para grandes parcelas da população – e mesmo para o Exército – despertou a oposição a uma operação como a entrada em Beirute ocidental, na qual combates urbanos certamente causariam um grande número de baixas. Além disso, a brutalidade das ações em Beirute e os bombardeios com vítimas civis irritavam tanto as tropas quanto os comandantes, que viam essas ações como um abandono dos valores intrínsecos das Forças Armadas: o princípio da “pureza das armas” e da proteção da vida humana.

Os massacres de Sabra e Shatila deflagraram um confronto entre o público israelense. A possibilidade de que as Forças Armadas fossem responsáveis, ainda que indiretamente, por terem ficado à margem, sem intervir durante a ação dos falangistas nos campos, subverteu a imagem moral do Exército aos olhos dos soldados e dos civis. Suspeitando de que um massacre estivesse em curso nos campos, o repórter Ron Ben-Yishay, da rádio do Exército, entrou em contato com Sharon para expressar seus temores. O ministro nada fez. O repórter, chocado, enviou uma carta pessoal a Begin:

Se o senhor não tomar medidas, continuar apartado enquanto civis são massacrados, esta se tornará a norma nas Forças Armadas e no Estado de Israel, e será grave o dano para a moral e a imagem do Exército. Se os soldados das Forças Armadas e os cidadãos de Israel tiverem dúvidas sobre a justiça de nossas posições e a validade de nossas ações, nossa motivação se erodirá. E a motivação, primeiro-ministro, é a muralha que se coloca entre minhas três filhas e milhões de árabes, a maioria dos quais quer nos eliminar do mapa.

... Os cabelos cacheados de uma das meninas assassinadas lembram muito os de minha filha de quatro anos, Tamar. É inconcebível que um soldado ou um civil judeu não levante um dedo enquanto mulheres, velhos e crianças são assassinados, qualquer que seja sua identidade.¹¹

Begin não respondeu à carta de Ben-Yishay, mas a tormenta continuou a aumentar. Oficiais de alta patente do Exército exigiram que Sharon assumisse responsabilidade ministerial e renunciasse. Uma enorme

manifestação em Tel Aviv exigiu a criação de uma Comissão de Inquérito, para averiguar a responsabilidade israelense no massacre. O jornal *Haaretz* estimou a participação de 400.000 pessoas, enquanto os partidários do governo alegaram que apenas 150.000 haviam participado. Não somente os membros da esquerda, mas também os da direita, ficaram chocados e se juntaram às manifestações. A mídia, em geral, apoiava as demandas. No início, Begin respondeu com um comentário arrogante: “*Goym* matam *goym*, e eles culpam os judeus.” Mas, em face da cólera gerada em Israel e das crescentes críticas ao redor do mundo, o primeiro-ministro teve de se curvar e decidiu criar uma comissão estatal de inquérito.

Desde as eleições de 1981, a atmosfera na sociedade israelense tinha adquirido um aspecto violento e beligerante, que se tornava mais extremo a cada dia. Os colonos enfureciam-se com o governo em virtude da retirada dos assentamentos da região de Rafah, no Sinai, e o governo iniciou uma campanha de assentamento na Judeia e na Samária para demonstrar sua determinação. A essas campanhas se opunha a organização Paz Agora, que via os assentamentos como o principal obstáculo para a paz, porque esse modelo de ocupação tornava impossível qualquer negociação territorial razoável. O Paz Agora conseguiu engajar milhares de manifestantes contra os assentamentos na Judeia e na Samária, e a direita retaliava com propaganda de ódio direcionada contra a esquerda, em geral, e o Paz Agora, em particular, apresentando-os não somente como traidores da causa nacional, mas como simpatizantes da OLP a serem hostilizados.

A Guerra do Líbano provocou rupturas na unidade nacional e elevou a hostilidade entre a esquerda e a direita a níveis nunca vistos anteriormente. Conforme a esquerda se tornava mais radical, surgiram organizações de protesto extremistas. Uma destas era a Yesh Gvul (que pode ser traduzido como “Há um limite”, “Existe uma fronteira”, ou “Basta é basta”), que conclamava os soldados a não servirem no Líbano. Outro grupo, Soldados contra o Silêncio, reportava para a mídia os danos causados à população civil palestina. Curiosamente, o movimento moderado Paz Agora – cujos membros, como patriotas, não desejavam causar uma ruptura no Exército

ao recusar-se a servir no Líbano, e continuaram em serviço – tornou-se o principal alvo da direita, provavelmente em virtude de sua capacidade de arregimentar membros. As acusações contra o movimento iam desde traição até o recebimento de fundos da Arábia Saudita.

Em fevereiro de 1983, a Comissão Kahan (ou, simplesmente, Cahan), formalmente conhecida como a Comissão de Inquérito sobre os Eventos nos Campos de Refugiados de Beirute, publicou seu relatório. O primeiro-ministro foi duramente criticado, e a comissão recomendou que Sharon fosse demitido do cargo de ministro da Defesa. O chefe do Estado-Maior escapou da punição por estar prestes a terminar seu mandato. Mas Sharon não tinha a intenção de retirar-se em silêncio. O apoio popular ao ministro elevou-se às alturas e seus apoiadores exigiram que Begin descartasse as recomendações da comissão. Enquanto isso, o Paz Agora organizou uma manifestação que marchou pelas ruas de Jerusalém em direção à Esplanada dos Ministérios para exigir a demissão de Sharon. Os manifestantes, muitos dos quais eram soldados que acabavam de voltar do Líbano, passaram por uma turba hostil que os atacou e cuspiu neles. A polícia tentou proteger os manifestantes, mas os opositores eram muito hostis. Um deles lançou uma granada na coluna de manifestantes, matando Emil Grunzweig, um oficial da reserva que havia lutado no Líbano, e deixando sete outros feridos. Foi a primeira vez que um judeu foi morto por outro judeu dentro do Estado de Israel, por motivações políticas; um triste momento para a democracia israelense.

A temperatura do debate público em Israel subiu para níveis jamais alcançados. Linhas vermelhas, que no passado tinham sido cuidadosamente preservadas por ambos os lados, estavam sendo cruzadas. Manifestantes da esquerda aglomeravam-se em frente à residência de Begin e gritavam “Begin, assassino!”, levantando placas com o número de vítimas, que aumentava todos os dias. As manifestações do Paz Agora e as contramanifestações por parte dos apoiadores do governo inflamavam as ruas do país. Sharon se demitiu do Ministério da Defesa e foi nomeado ministro sem pasta. Enquanto isso, no Líbano continuava o derramamento

de sangue, aparentemente sem uma solução à vista. A distância entre a frente de batalha no Líbano e o *front* doméstico parecia maior do que nunca. Um soldado explicou:

Você volta. Estava morrendo de vontade de voltar para casa, com montes de histórias para contar, e histórias que você não quer contar. Você cruza a fronteira e parece que a guerra foi nas Falklands. Isso te arrasa. Israel floresce, tudo floresce. Logo após as notícias sobre o que ocorre no Líbano, eles falam sobre a queda no preço das ações por causa da guerra no Líbano, e sobre a alta do dólar. E você morre de vontade de conversar com pessoas que pensam como você, mas não há ninguém com quem conversar.¹²

As divisões políticas, étnicas, culturais e sociais em Israel acentuaram-se durante o segundo mandato de Begin. A batalha pública travou-se em vários níveis: legitimidade política, memória histórica e a imagem futura apropriada para a sociedade israelense. Um dos focos da disputa era o *status* do *kibutz*. O *kibutz* era a joia da coroa da criatividade social do movimento trabalhista. Combinava visão de igualdade, devoção à sociedade e recrutamento para a missão nacional. Os valores promovidos pelo *kibutz* eram o trabalho físico, um estilo de vida simples e uma cultura de limitações em que o pouco bastava. Não havia nenhum outro setor na sociedade israelense cujos valores se opunham mais aos de Begin e à cultura que ele representava.

Begin percebeu que, se quisesse alterar a narrativa do Estado, teria que minar o *status* do *kibutz* como a principal realização do sionismo. O primeiro-ministro teceu críticas mortais aos *kibutzim*: viviam da riqueza da terra, e sua fortuna originava-se nos recursos alocados pelos governos de esquerda, recursos que não tinham sido distribuídos para as cidades em desenvolvimento. Como em qualquer estereótipo, havia um grão de verdade neste também, mas não mais que um grão. Os *kibutzim* haviam alcançado sua condição financeira relativamente robusta através do trabalho duro, e durante muitos anos enfrentaram condições adversas. Mas sua aparência pastoral contrastava com a das cidades em desenvolvimento e das *maabarot*

próximas, que haviam sido negligenciadas e cujos residentes sentiam nitidamente a atitude paternalista de seus vizinhos aparentemente modestos. As palavras do primeiro-ministro encontraram um público receptivo. Após a campanha eleitoral de 1981, na qual os membros dos *kibutzim* se engajaram para ajudar a esquerda, Begin intensificou seus ataques contra eles, ataques saudados entusiasticamente pela maioria dos mizrachim. Segundo a direita, os protestos da esquerda contra a guerra estavam ligados ao papel dos *kibutzim* como bastiões da elite de esquerda. O fato de o número de membros dos *kibutzim* entre as tropas de combate exceder em muito sua proporção na população não evitava o incitamento contra eles.

No outono de 1982, no auge da controvérsia em Israel sobre a Guerra do Líbano, o escritor Amós Oz iniciou uma viagem pelo país, durante a qual encontrou a “nova” e a “velha” Israel. Em Beit Shemesh, cidade em desenvolvimento na qual o *status* de Begin beirava a santidade – “Ele é nosso pai”, disse um dos residentes –, Oz encarou o insulto e a dor vividos por pessoas que tentavam manter sua cultura tradicional ao encontrar a modernidade. “Por que você não pergunta quem ensinou as crianças, enquanto estavam nos campos transitórios, a ridicularizar seus pais, rir dos mais velhos, de sua religião e de seus líderes? Por que não pergunta, primeiramente, quem ensinou aos judeus orientais que o dinheiro é a coisa mais importante na vida? Por que não pergunta quem inventou o roubo e a fraude? Quem inventou a bolsa de valores? Mas [o *kibutz*] Tzora tem sua imagem e Beit Shemesh tem a sua, e a culpa é dos repórteres e das injúrias da televisão, e dos professores.”¹³ Ao contrário, um membro veterano do *kibutz* respondeu assim às acusações: “Diga a eles que não acreditem nos agitadores. Não temos castelos de ouro e não enganamos ninguém. Eles deveriam saber que, sob o governo de Begin, nos sentimos mais irritados e mais insultados do que eles se sentiam durante nosso governo. Por que nos transformam em monstros? Exploradores? Paternalistas? Corruptos? Traidores? [...] Você realmente pensa que eles acreditam naquilo que Begin coloca em suas cabeças?”¹⁴

As velhas elites sentiam a hostilidade e o distanciamento crescentes em relação ao novo governo. A esquerda havia se enfurecido quanto à forma como era apresentada na televisão, mas, além de reclamar, nunca fez nada para restringir a liberdade de expressão. O mesmo não podia ser dito do governo Begin. Os funcionários da televisão da Autoridade Israelense de Difusão agora trabalhavam sob supervisão governamental de um tipo que não havia sido visto na mídia desde os anos 1950. Sentiam-se como uma minoria sob cerco. Intelectuais, membros da mídia e escritores sentiam que “seu” país estava em desaparecimento, sendo substituído por um país que não era mais seu. Após a Guerra de Atrito, o compositor Ehud Manor tinha escrito a letra de “Não tenho outro país”, que incluía as seguintes palavras: “Não me mantereis em silêncio / Porque a face de meu país mudou / Não deixarei de lembrá-lo / e cantar em seus ouvidos / Até que abra os olhos.” Essa canção foi relançada nos anos 1980 e adotada como protesto contra a Guerra do Líbano. O jornalista Nachum Barnea descreveu a tristeza generalizada durante o funeral de Yigal Allon no *kibutz* Genossar, em 1980:

Vejo muita saudade daquilo que é conhecido como a bela Israel, sabra, não a Israel mística de Begin ou a Israel dos donos de lojas de Ehrlich. O rádio tocou as canções “Rachel” e “Kinneret” [Mar da Galileia], de Naomi Shemer, e os olhos de toda uma geração se encheram de lágrimas. E tudo é sincero e autêntico, mas preocupante. Não é bom que aqueles que têm trinta e quarenta anos estejam de luto pelo país no qual vivem. Não choram a morte de uma figura importante, mas choram por eles mesmos, por seu sentimento de que tinham um país que era deles, e não é mais.¹⁵

Em 1984, Amos Kenan publicou um romance surrealista, *A estrada para Ein Harod*, descrevendo Israel sob um regime ditatorial de uma junta militar que toma o país e expulsa todos os árabes. O herói tenta chegar ao lugar que sobreviveu como a Israel livre, no *kibutz* Ein Harod. O romance foi uma expressão da angústia da esquerda na esteira da Guerra do Líbano.

O romance *A caixa-preta* (1987), de Amós Oz, expressava a tristeza literária e poética pela perda da velha cultura sabra, aos poucos substituída

pela religiosidade e pelo nacionalismo dos mizrachim. A narrativa descreve um triângulo no qual uma mulher se move entre dois homens: seu primeiro marido, um corajoso militar e acadêmico que está morrendo de câncer, e seu segundo marido, um judeu do norte da África, professor religioso que adquiriu uma educação básica de hebraico e judaísmo, exibida por meio dos fragmentos de versos com os quais constrói sua linguagem. O primeiro marido, representante da esquerda sionista, gradualmente desaparece, enquanto o segundo, representante da nova Israel, nem educada, nem enraizada na experiência local, mantém-se como epítome da vitalidade. É ele que reclama como sua a bela mulher dividida entre os dois, personagem que simboliza o país e a experiência israelense. O romance é tanto um lamento por um mundo em desaparecimento quanto a aceitação de uma nova realidade, aliada ao reconhecimento da perda de vitalidade de um velho pacto.

Outra obra literária que lamenta a perda da velha Israel é o romance *A montanha azul* (1988), de Meir Shalev. O livro descreve a vida de várias gerações de membros de um *moshav* do Vale de Jezreel e pode ser interpretado como uma elegia ao sonho sionista, cuja perda é demonstrada pelo fato, entre outros, de que, após todas as quedas em combate e todo o idealismo, o *moshav* ganha dinheiro com a venda de lotes para judeus da Diáspora que querem ser enterrados no solo da Terra Santa. Esse romance também termina com um tom de aceitação. O protagonista, que choca todo o *moshav* com sua promiscuidade, encontra o verdadeiro amor em uma moça de família ultraortodoxa recém-chegada ao *moshav*, e com isso planta raízes renovadas. Mas, apesar da conclusão relativamente otimista, é um livro triste, sobre uma realidade que já não existe.

Durante o ano de 1983, Begin perdeu o entusiasmo e a fortaleza de espírito exigidos de um primeiro-ministro. Ele se retraiu cada vez mais, já não era ativo nas reuniões de gabinete, não respondia a seus colaboradores nem fazia quaisquer sugestões. Na reunião semanal de gabinete do dia 28 de agosto de 1983, anunciou sua decisão de renunciar. “Não aguento mais”, disse, sem mais comentários. Estaria ele em um estado de depressão por

causa da forma como se desenrolou a Guerra do Líbano? Teria sua garra sido minada pelas manifestações que, ao lado de sua residência, divulgavam o número de baixas? Ou talvez estivesse simplesmente cansado de carregar o peso do governo. Begin não deu explicações. Uma era chegava ao fim.

NOTAS

* Chiste que, literalmente, significa “A *Time* é como lodo”. [N.T.]

1. Menachem Begin, *Divrei haknesset* (Registros da Knesset), terceira sessão da Nona Knesset, 20.6.1977.
2. Avi Shilon, *Begin: 1913–1992*, Tel Aviv: Am Oved, 2007, p. 287.
3. Moshe Dayan, *Breakthrough: A Personal Account of the Egypt-Israel Peace Negotiations*, Nova York: Alfred A. Knopf, 1981, p. 153.
4. Aryeh Naor, *Begin bashilton: edut ishit* (Begin no poder: Testemunho Pessoal), Tel Aviv: Yedioth Ahronot, 1993, pp. 182–183.
5. Dayan, *Breakthrough*, pp. 225–226.
6. Shilon, *Begin*, p. 326.
7. Naor, *Begin bashilton: edut ishit*, p. 230.
8. Shilon, *Begin*, p. 374.
9. Naor, *Begin bashilton: edut ishit*, p. 251.
10. Ruvik Rosenthal (org.). *Levanon, Hamilhama haaheret* (Líbano: a outra guerra), Tel Aviv: Sifriat Hapoalim, 1983, p. 86.
11. Zeev Shiff e Ehud Yaari, *Milhemet Sholal* (A Guerra Israelense do Líbano), Jerusalém e Tel Aviv: Schocken, 1984, p. 346.
12. Rosenthal, *Levanon, Hamilhama haaheret*, p. 88.
13. Amós Oz, *In the Land of Israel*, San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1983, p. 45.
14. Ibid, p. 185.
15. Nachum Barnea, *Yorim ubokhim: al politikaim, generalim, itonaim veod ohavei atzmam* (Eles Atiram e Choram), Tel Aviv: Zmora Bitan Modan, 1981, p. 220.

OS ANOS DO IMPASSE: IDENTIDADE ISRAELENSE EM TRANSFORMAÇÃO 1984–1990

Nas eleições de 1981, quando o Likud obteve somente uma cadeira a mais do que a esquerda (o partido trabalhista aliado ao Mapam), Begin ainda conseguiu formar um governo de coalizão, o que a esquerda não havia conseguido. Nas eleições de 1984, a esquerda ocupou três cadeiras a mais do que o Likud; porém, mais uma vez não conseguiu formar um governo porque o Likud controlava a maioria no Knesset. Durante os anos 1980, o eleitorado recusou-se a dar poder exclusivo a qualquer um dos dois partidos, e nas eleições de 1988 mais uma vez houve empate entre os dois maiores partidos. Já não havia um partido com clara maioria, que constituísse a base de uma coalizão governamental. Em face do resultado das eleições, os trabalhistas e o Likud foram obrigados a chegar a um acordo e formar governos compartilhados. De 1984 a 1990, Israel foi conduzida por governos de união nacional, compostos dos dois maiores partidos e uma série de partidos “satélite”; o Mapam abandonou a coalizão de esquerda após a formação do primeiro governo de união nacional.

Esse primeiro governo de união nacional, formado em 1984, tentou criar as condições políticas que lhe permitissem retirar as forças israelenses do Líbano (ver capítulo anterior) e pôr em ordem a economia do país. Os problemas econômicos haviam se iniciado em 1973, após a Guerra do Yom Kippur, quando o enorme custo com a segurança, por um lado, e a crise energética global, por outro, tiveram como consequência a contenção no

crescimento, a aceleração da inflação e o aumento da dívida do país. A década de 1975–1985 é considerada a “década perdida” para a economia israelense, sem praticamente nenhum crescimento. Em 1984, a inflação explodiu, atingindo 400%, o déficit da balança de pagamentos piorou e minguaram as reservas de moeda estrangeira. Nenhuma das medidas adotadas pelos vários ministros das Finanças foi capaz de conter as elevações de preço e a desvalorização da moeda. Os bancos haviam recomendado a seus clientes que comprassem ações dos bancos, e em 1983 a bolha das ações de banco estourou. As ações perderam seu valor instantaneamente e milhares de investidores e negócios ficaram desamparados. Apesar da tendência pela liberalização da economia em direção a uma economia de mercado – que significava reduzir o envolvimento público na economia –, o governo foi obrigado a intervir para evitar a ruína, e efetivamente nacionalizou os bancos.

Em 1985, o governo liderado por Shimon Peres adotou um plano de emergência para estabilizar a economia. Os gastos do governo foram cortados, funcionários foram despedidos, subsídios foram cancelados, salários e taxa de câmbio sofreram congelamentos e foi imposta uma supervisão de preços de produtos e inúmeros serviços. O vínculo entre os salários e o índice do custo de vida foi temporariamente suspenso, e houve uma queda do salário real. Adicionalmente, uma emenda à Lei do Banco de Israel proibiu a instituição de fornecer linhas de crédito ao governo, ou seja, de imprimir dinheiro. Pela primeira vez a Lei de Política Econômica (*Arrangement Law*) tornou-se parte da Lei Básica de Economia do Estado, permitindo a rápida aprovação de regulamentos e reformas, na ampla estrutura do plano de estabilização. Essa combinação de medidas estabilizou a moeda; no final do ano, a taxa de inflação havia caído para 30% e continuava em queda. O governo norte-americano apoiou essas medidas drásticas com uma ajuda especial, destinada a amenizar o problema da balança de pagamentos. A população reagiu com compreensão e cautela, o que levou a uma ligeira queda no padrão de vida. Havia a sensação de que uma mudança fundamental era necessária para evitar o colapso econômico.

Desse momento em diante, a economia começou a se recuperar, dando início à retomada do crescimento econômico. No contexto desse crescimento, o governo ampliou a liberalização e a promoção da economia de mercado. A criação de condições mais favoráveis ao investimento de capital privado e o início de uma integração à economia mundial criaram oportunidades que formaram a base para um crescimento renovado.

A Hevrat Haovdim, braço econômico da Histadrut, não conseguiu se adaptar a essas mudanças políticas e econômicas. Desde a criação do Estado, a Histadrut havia adotado uma ampla política econômica, que envolvia a garantia de pleno emprego, salários relativamente altos e a não demissão de empregados, especialmente nas áreas periféricas da economia. A liderança econômica da Histadrut tinha presumido que estava engajada em uma missão nacional e que sua capacidade econômica estava sujeita à sua missão social. Essa percepção foi válida até 1977, enquanto o Estado se propunha a resgatar empreendimentos falidos da Histadrut. Contudo, a mesma lógica não funcionaria em uma economia administrada por um governo que não simpatizasse com a economia da Histadrut e que havia declarado sua intenção de introduzir a liberalização e uma economia capitalista, conduzida segundo critérios de lucros e perdas, eficiência gerencial e competitividade.

Após a reviravolta, o problema residia no temor que nutriam os líderes econômicos da Histadrut em relação à confrontação com os trabalhadores, a maioria dos quais eram apoiadores do Likud. Por conta dessas considerações políticas, deixaram de implementar em suas fábricas as medidas necessárias para a melhoria da eficiência. Consequentemente, a economia da Histadrut assumiu compromissos que não podia cumprir. Em vez de fechar empreendimentos deficitários, diminuir salários quando necessário e demitir empregados, a liderança da Histadrut transferia recursos dos negócios lucrativos para os deficitários e se engajava em manipulações financeiras com o objetivo de esconder o tamanho do déficit real. Enquanto a inflação estava nas alturas, os líderes conseguiram manobrar entre as perdas; mas, após a estabilização da economia, ficou clara a enorme magnitude da crise econômica da Histadrut. Como parte das

reformas vitais para encorajar o crescimento, o governo buscou diminuir o escopo da economia sob controle público ou estatal. Não foi oferecida ajuda aos empreendimentos da Histadrut, pois o governo queria limitá-la a atuar como um sindicato e anular seu caráter único, datando do período do Yishuv, que combinava a representação dos trabalhadores com um grande empregador. No final da década de 1980, a Histadrut foi forçada a vender muitos de seus empreendimentos e reduzir seu envolvimento na economia.

Os assentamentos de trabalho agrícola passaram por um processo similar: muitos *kibutzim* que tomaram empréstimos durante o período inflacionário não puderam cumprir com seus compromissos, e todo o movimento kibutziano chegou à beira de um colapso. Nos anos 1990, tentando melhorar sua eficiência e adaptar-se ao espírito dos novos tempos, vários *kibutzim* iniciaram um processo de privatização ao dividir a propriedade comum e abrir mão dos princípios de igualdade. A partir de então, ingressos e despesas seriam pessoais e não coletivos. Mas mesmo o *kibutz* privatizado continuava a garantir uma rede de proteção a seus membros. A coletivização desapareceu em mais da metade dos *kibutzim*, transformados em assentamentos comunitários. O movimento dos *moshavim* também passou por uma crise, e muitos deles foram à falência. O colapso econômico que se seguiu ao fracasso político do movimento trabalhista aprofundou o sentimento de desespero e falta de rumo da esquerda israelense. Na competição entre uma economia planejada e direcionada e um mercado livre, o colapso da União Soviética no final da década deu uma dimensão universal ao declínio da perspectiva socialista.

Nas eleições de 1981, havia surgido o Tami (acrônimo para Tnuat Masoret Israel – Movimento para o Legado de Israel), um partido étnico *mizrachi* que representava principalmente judeus de origem marroquina. Desde a criação do Estado, os partidos étnicos vinham tentando se introduzir na arena política israelense e, esporadicamente, conseguiam obter alguma representação no Knesset. Mas, até 1981, nenhum partido étnico tinha conseguido obter influência política real. A etnicidade era considerada contraditória ao *ethos* nacional, pois perpetuava a divisão entre os judeus

com base no país de origem. O sionismo buscava fundir as pessoas das várias diásporas em uma entidade única, com uma identidade coletiva expressa na cultura nacional, nos símbolos e rituais e em um *ethos* comum. A etnicidade era encarada como uma relíquia do passado diaspórico, contraproducente para a missão de construir uma nação em Israel.

O conceito básico era o do caldeirão étnico: trazer todas as diásporas judaicas para baixo de um só teto cultural, de modo que todos adotassem o princípio do progresso, uma visão de mundo nacional, não religiosa, além da língua e da cultura hebraica. Os judeus das diásporas foram conclamados a abandonar as características de suas culturas anteriores e unir-se sob a bandeira do Estado e de seus símbolos. Um cisma étnico já estava claramente evidente no início da década de 1950 (a “segunda Israel”, os tumultos de Wadi Salib, os Panteras Negras, os recorrentes debates na mídia e nas instituições do governo sobre o assunto), mas havia a esperança de que se tratasse de eventos passageiros, que desapareceriam com o tempo. O constante aumento no número de casamentos mistos entre ashquenazim (comunidades de origem europeia; mas com o passar dos anos, judeus da Bulgária e da Grécia, de origem sefaradita, passaram a ser considerados ashquenazim porque adotaram a cultura europeia) e *mizrachim* (comunidades oriundas dos países islâmicos) foi considerado pela “primeira Israel” uma prova da diminuição da separação étnica. A imagem da integração étnica foi aceita como prova de que uma única nação estava em formação em Israel e que as divisões étnicas se enfraqueciam.

Um dos fatores da ascensão do Likud ao poder em 1977 foi a ira da “segunda Israel” contra os veteranos ashquenazim. Assim, a escolha do Likud por parte dos *mizrachim* pode ser entendida como a adoção do princípio nacional como dominante, porque o Likud era um partido nacional, e não um partido étnico. Mas a legitimidade *de facto* dada por Begin à divisão étnica na campanha eleitoral de 1981, na qual o candidato acusou a esquerda de insultar e discriminar as comunidades *mizrachim*, rompeu um tabu da política israelense. Já não era “não israelense” apresentar demandas étnicas. O avanço do Tami no Knesset como um partido étnico

anunciou uma mudança nas regras do jogo. O fato de o Tami ter obtido três cadeiras, à custa do Movimento Nacional Religioso, era uma mostra da discriminação percebida pelos *mizrachim* no partido, e provava que a divisão étnica estava viva e ativa, mais forte do que antes. Em contraste com os Panteras Negras, que usavam slogans socioeconômicos e não tinham restrições quanto ao uso da violência, o slogan do Tami era “orgulhemonos”. A frase representava não somente uma agenda socioeconômica, mas também cultural: o resgate da honra perdida e da tradição cultural dos *mizrachim*. Mas o Tami não duraria muito. Problemas organizacionais e pessoais entre seus líderes levaram à sua dissolução e absorção pelo Likud.

Em 1984, o lugar do Tami como partido étnico israelense foi tomado pelo Shas (abreviação de Hitahdut Hasefaradim Haolamit Shomrei Torah – Associação Sefaradita Mundial de Guardiães da Torá). O Shas foi formado como uma coalizão entre rabinos urbanos, autoridades rabínicas, líderes de *yeshivás* e rabinos do Movimento *Mizrachi* pelo Arrependimento. Era liderado pelo rabino Ovadia Yosef, que foi o rabino-chefe sefaradita em Israel entre 1973 e 1983. Esse partido *mizrachi* ultraortodoxo, que se desenvolveu sob a égide da corrente lituana do Agudat Yisrael, liderada pelo rabino Eliezer Schach, logo adquiriu um caráter próprio, deixando de depender do apoio do partido Ashquenazita, que havia discriminado os *mizrachim*, manchado sua honra e impedido que recebessem recursos.

“O Shas está no centro de três cruzamentos que dividem a sociedade israelense: religioso, étnico e de classe econômica”, afirma o estudioso Aviezer Ravitzky, “mas na raiz de todos eles também há fatores básicos de identidade e lealdade, crenças e visões de mundo, tradições e formas de pensar, além de profundas tensões entre diversidade vs. uniformidade, costumes vs. regras, lei judaica vs. cabala, autonomia comunitária vs. autoridade religiosa, veteranos e ‘prósperos’ vs. estudantes de *yeshivá* e ‘pessoas fortalecidas pela crença’”.¹ Ainda que muitos israelenses vejam o Shas a partir de um ângulo político, como um movimento que explora seu poder eleitoral para obter benefícios para o setor ultraortodoxo *mizrachi*, o partido é mais bem entendido como parte de um movimento de despertar

religioso e rejuvenescimento, que obtém seu poder da atração das massas de *mizrachim* – especialmente aqueles de origem marroquina – para a tradição popular religiosa. Muitos dos eleitores do Shas não são ultraortodoxos, mas toda a sua liderança é, sim, ultraortodoxa, ainda que sua ortodoxia difira daquela dos ashquenazim. Muitos dos *mizrachim* ultraortodoxos servem no Exército e se consideram verdadeiros sionistas. Acreditam que os judeus laicos se desviaram do caminho do verdadeiro sionismo e deveriam ser levados de volta ao seio da religião, que é idêntica à nacionalidade. Em suma, muitos dos eleitores do Shas combinam etnicidade, religiosidade e nacionalismo com um baixo nível socioeconômico e educacional.

Nissim Leon, pesquisador dos *mizrachim* ultraortodoxos, acredita que o Shas represente um modelo específico de como os judeus *mizrachim* lidam com a modernidade. Em contraste com os processos de modernização na Europa, que envolveram a separação entre “religião e vida”, a modernização trazida pelas potências coloniais – França ou Inglaterra – para o Oriente Médio e o norte da África resultou em uma redução na observância dos mandamentos, mas não na perda da crença ou na formação de um sistema religioso competitivo (como ocorreu com as escolas conservadora e reformista no Ocidente). A religião continuou a ser o principal elemento da identidade judaica e a tradição era severamente respeitada. O sionismo uniu-se à religião nesses países para lutar contra a secularização e a assimilação encorajadas pelo governo colonial.

Ao contrário, o Estado sionista de Israel era um agente de secularização que buscava converter o nacionalismo – em oposição à religião – em elemento-chave de sua identidade. Na primeira, e mesmo na segunda geração após sua imigração, os *mizrachim* tendiam a uma posição religiosa tradicional moderada: manter a tradição de seus ancestrais, frequentar a sinagoga do bairro, estudar esporadicamente um capítulo do Talmud e honrar os pais, ainda que sem fanatismo. Viajar no *shabat*, frequentar jogos de futebol, estudar em escolas religiosas estatais, vestir roupas ocidentais e alistar-se no serviço militar eram atividades consideradas legítimas. As inclinações em direção à ultraortodoxia apareceram entre a segunda e a

terceira geração após a imigração, quando a primeira geração já havia desaparecido.

Tanto fatores internos quanto externos deram origem a essa tendência. Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, o ultraortodoxo Agudat Yisrael tornou-se ativo junto às comunidades judaicas do norte da África, em um esforço para repor os milhões de judeus ashquenazim mortos no Holocausto (a atividade sionista na região tinha razões similares). Ao mesmo tempo, a ultraortodoxia *mizrachi* surgiu na Palestina por iniciativa da *yeshivá* Porat Yosef, em Jerusalém, fundada no início do período mandatário. Os egressos das yeshivot ultraortodoxas lituanas e da *yeshivá* Porat Yosef constituíam a liderança e o cerne educacional que terminariam por criar o Shas. Um antigo estudante da Porat Yosef, o rabino Ovadia Yosef, eminente autoridade rabínica com grande influência sobre as comunidades *mizrachim* contemporâneas, concedeu ao movimento autoridade religiosa e liderança de prestígio. Assim, o Shas cresceu como movimento religioso, lutando para conter o processo de modernização e o afastamento da tradição impostos aos *mizrachim* pela realidade israelense.

A estrutura ultraortodoxa separada dos *mizrachim* foi criada por diversos fatores. Em primeiro lugar, conforme as comunidades ashquenazim ultraortodoxas, após a catástrofe do Holocausto, se recuperavam, cresciam demograficamente e restauravam sua autoconfiança, tornavam-se mais nítidos os contrastes entre seus membros e os *mizrachim*. Cada vez menos *mizrachim* conseguiam vagas nas principais yeshivot lituanas, e a discriminação contra esse grupo aumentava em áreas como casamentos arranjados (só eram considerados apropriados em casos de candidatos com algum defeito), nas escolas, nas nomeações como juízes religiosos ou líderes de *yeshivá*. Também estavam restritos a posições inferiores na liderança ultraortodoxa. Apesar de os *mizrachim* fornecerem ao Agudat Yisrael seu poder eleitoral, não eram recompensados por sua habilidade para recrutar votos.

Em segundo lugar, o rabino Ovadia Yosef, herdeiro de uma família iraquiana, desenvolveu o conceito de restauração do judaísmo *mizrachi* à sua

antiga glória, com a demanda de que em Israel a versão dominante das leis religiosas seria aquela compilada pelo rabino Yosef Caro, autor do *Shulhan Arukh* (conjunto predominante de leis judaicas). Esse conceito incorporava a alegação de que a versão sefaradita da Halachá (e também sua forma de rezar) era superior à versão Ashquenazita, que nos anos 1950 e 1960 os rabinos *mizrachim* tendiam a aceitar como universal. O conceito de Ovadia também exigia que diversas versões utilizadas pelos imigrantes de várias diásporas orientais (Iraque, Egito, Síria, Marrocos e Tunísia) fossem anuladas em prol de uma versão unificada sefaradita/*mizrachi*. Assim, a demanda do rabino Ovadia envolvia um confronto não somente com o lado Ashquenazita da cerca religiosa, mas também com os *mizrachim* que observavam aquelas tradições locais distintas. O poder carismático do rabino Ovadia, sua reputação como autoridade rabínica, seu posto de rabino-chefe e os muitos entusiastas que o viam como autoridade religiosa definitiva do bloco *mizrachi* foram fatores que, juntos, contribuíram para torná-lo o líder indiscutível do Shas.

Em terceiro lugar, o Shas atendia às necessidades de um grande grupo de *mizrachim* que buscavam experiência religiosa, excitação mística e exaltação espiritual. A Tnuat Hateshuva (Movimento do Arrependimento), organizada por iniciativa do Shas, tornou-se um movimento popular que atendia a uma nova classe de rabinos cujo poder não se baseava no conhecimento religioso, mas sim na renovação da sinagoga como centro de atividade social com características religiosas tradicionais e atividades comunitárias. Os rabinos da Tnuat Hateshuva que organizavam eventos de “despertar” espiritual e “fortalecimento” para audiências de milhares de pessoas exerciam efeito principalmente sobre os sentimentos e a imaginação religiosa individuais. Promoviam crenças religiosas populares – incluindo elementos místicos supostamente conectados à tradição, mas que eram na verdade uma invenção israelense moderna não conhecida em seus países de origem –, em oposição à escolaridade haláchica e aos hábitos modernos. Esses rabinos expressavam a animosidade de suas audiências frente ao gritante secularismo da sociedade israelense, sua vida moderna orientada por

realizações dependentes de uma educação secular e a arrogância com que eram tratados pelas elites israelenses.

Na eleição de 1984, o Shas obteve quatro cadeiras; em 1988 e 1992, seis; dez em 1996; e dezessete em 1999. No auge, conseguiu mais cadeiras do que os dois outros partidos religiosos somados (Agudat Yisrael e o Partido Nacional Religioso – NRP). A atitude do Shas em relação ao Estado sionista era mais moderada e cautelosa que a dos lituanos ultraortodoxos. Seus membros participavam das coalizões governamentais, mesmo em governos liderados pela esquerda. Também apoiavam o Rabinato Supremo, uma instituição israelense estatal, rejeitada pelo Agudat Yisrael. A atitude favorável do Shas quanto ao Estado refletia a atitude política relativamente moderada de boa parte dos eleitores, fora do núcleo duro dos ultraortodoxos; não eram estritamente seguidores da religião, e sua visão de mundo era nacionalista. Refletia também a habilidade do próprio Shas em explorar sua condição de pivô entre os dois maiores partidos, obtendo assim benefícios políticos e econômicos para seus eleitores. Diferentemente do Agudat Yisrael, que se comportava como uma seita ao tentar proteger um território fechado, o Shas definiu poderosos objetivos missionários, buscando, ao menos em teoria, converter toda a sociedade israelense em uma sociedade ultraortodoxa à sua imagem. A partir de sua participação no governo, o partido pretendia construir uma alavanca para o envolvimento não somente nos temas pertinentes a seus membros, mas naqueles que eram caros à sociedade israelense como um todo, conforme o partido trabalhava para impor suas posições em questões como “quem é judeu”, conversão religiosa, respeito ao *shabat* nos lugares públicos e assim por diante.

O enfraquecimento do Estado de bem-estar social israelense, que se seguiu à liberalização e à transição para uma economia de mercado, deu ao Shas a oportunidade de aumentar sua influência. Foi criada uma rede de escolas, jardins de infância e instituições de caridade e de assistência, financiados pelo governo, mas administrados segundo os valores do Shas, para intensificar o comprometimento religioso da ampla população que formava seu público de eleitores. Aproveitando a brecha criada pelo recuo

do estatismo israelense, o Shas conseguiu recrutar seguidores que iam muito além do alcance dos ultraortodoxos *mizrachim*. O lema do rabino Ovadia Yosef, de recuperar a glória do judaísmo *mizrachi*, incluía dar prioridade à versão do julgamento religioso do rabino Yosef Caro, conforme incorporado no *Shulhan Arukh*. Mas a população em geral o via em um contexto muito mais amplo, como uma demanda para restaurar o comportamento característico, a tradição e a cultura dos imigrantes dos países islâmicos. Essa resposta era uma expressão da afronta sentida por muitos dos *mizrachim*, cujas memórias do lar e da infância haviam sido rejeitadas por uma Israel secular, pelos religiosos sionistas do Partido Nacional Religioso e pelos ultraortodoxos do Agudat Yisrael.

A estrutura relaxada e tolerante da religiosidade tradicional, que os ultraortodoxos tinham dificuldade em aceitar, serviu de base para uma “campanha missionária de alerta” destinada a levar o Shas para mais perto dos *mithazkim* – pessoas na periferia do país que retornavam à religião através do Movimento do Arrependimento do Shas. Emergia uma nova camada de religião popular, propagada por seus pregadores, cabalistas populares que pareciam chamar por um retorno à observância haláchica, mas que na realidade pregavam um credo religioso simples, sem adornos, à custa das polêmicas haláchicas. Amplas parcelas de religiosos que não haviam conseguido encontrar vagas nas *yeshivot* ultraortodoxas e não estavam inclinadas a adotar o estilo de vida ultraortodoxo foram levadas pelas ondas do Movimento do Arrependimento. Seus pregadores agradavam às massas, fosse em eventos com milhares de pessoas, fosse através de vídeos usados para transmitir suas mensagens. Além da mensagem religiosa, pregavam a não confiança no sistema legal e na ciência moderna; zombavam das elites *ashquenazim* veteranas, laicas, de esquerda; atacavam a mídia que apresentava as posições das velhas elites; e rejeitavam totalmente tudo que era ligado à velha forma israelense de ser. A cultura do Movimento do Arrependimento fornecia aos apoiadores do Shas sua própria narrativa, uma interpretação de sua própria realidade. A simbiose entre o sistema político do Shas, que obtinha recursos públicos para seus devotos, e o Movimento do

Arrependimento, que recrutava as massas de eleitores, era a fonte do poder eleitoral do Shas.

O Shas representa a nova política identitária surgida na sociedade israelense em 1977. Pesquisadores neomarxistas veem a divisão da classe econômica como a principal fonte de poder do Shas. Mas, para aqueles envolvidos no movimento, sua força motriz é fundamentalmente religiosa, e é alimentada pela etnicidade. O aparecimento do Shas e seu crescimento – até se tornar o terceiro maior partido político no final do século XX – são frutos do enfraquecimento da identidade israelense moldada pelo estatismo e pelo caldeirão étnico dos anos 1950, e do surgimento de uma sociedade multicultural. Nessa sociedade, há uma luta entre os vários grupos que competem para definir a agenda cultural e política do Estado. Na década de 1980, parecia que o foco dessa luta era entre os grupos laicos e os grupos religiosos. A ausência de um partido que liderasse sozinho, combinada ao impasse entre os dois principais partidos nacionais, deixou espaço para partidos com interesses específicos, como os religiosos. A luta se deu na arena econômica, sobre como o bolo nacional seria fatiado. A população laica viu os esforços dos ultraortodoxos, inclusive do Shas, para aumentar as alocações do orçamento em seu próprio benefício como um assalto aos cofres públicos, em prol de uma parcela da população que demandava direitos sem cumprir com suas obrigações para com o Estado.

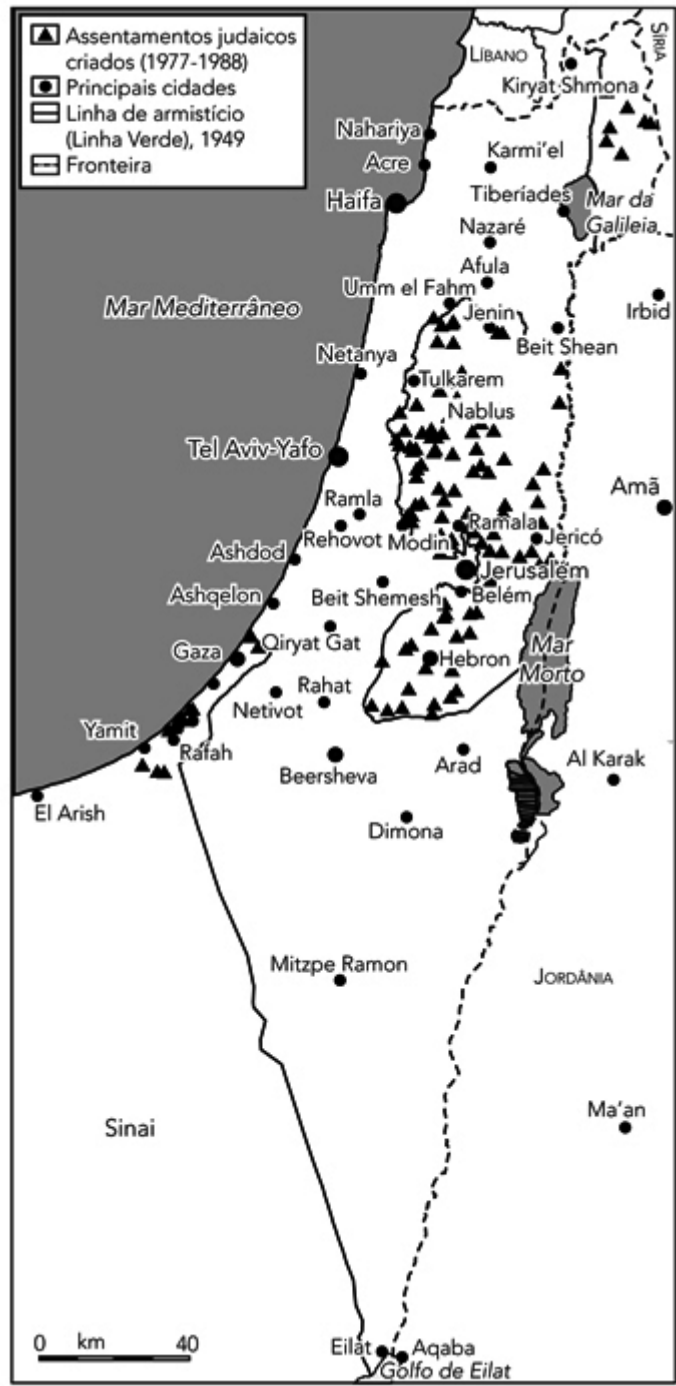
Uma cisão laica-religiosa intensificou-se em todos os temas relacionados aos assentamentos na Judeia, Samária e na Faixa de Gaza. Durante esses anos, as tendências messiânicas dos colonos passaram por altos e baixos. Enquanto o cerne do Conselho do Yesha (acrônimo em hebraico para Judeia, Samária e Gaza) permanecia leal à noção de estatismo e continuava a considerar o Estado de Israel como o mais importante instrumento de redenção, nas margens havia sinais de que a autoridade do conselho estava em um processo de erosão. Como vimos, no início o Gush Emunim era um movimento extraparlamentar cuja atividade se desviava da política partidária tradicional, sentindo-se legitimado ao impor sua própria agenda ao sistema político através da pressão das massas e da violação das leis. As

sementes dos problemas oriundos da recusa em aceitar o governo da maioria eram inerentes à ideologia do Gush, que acreditava estar engajado em uma missão nacional-religiosa cuja importância dava a seus membros o direito de atuar às margens da democracia israelense.

No final da década de 1970, um grupo clandestino de colonos passou a atuar na cena política. Tudo começou com um plano messiânico para acelerar a redenção do povo judeu através da explosão da mesquita de Al-Aqsa, em Jerusalém. As disputas entre judeus e muçulmanos pela posse da área do Monte do Templo, sagrado para as duas religiões, iniciaram-se no período mandatário. Após a ocupação da Cisjordânia, Israel tomou o Muro das Lamentações em nome do povo judeu, evacuou os moradores do bairro de Mughrabi cujas casas estavam construídas nas vielas adjacentes e construiu uma ampla esplanada em frente ao Muro, onde milhares de pessoas se reúnem nas festividades judaicas. Moshe Dayan deixou o Monte do Templo, em si, sob o controle e a administração do Waqf muçulmano (o legado religioso). Ao longo dos anos, aumentou a influência religiosa sobre a área do Muro das Lamentações, e o que no início era um símbolo nacional-religioso tornou-se uma espécie de sinagoga, com homens e mulheres separados, onde o rabino do Muro garantia a observância religiosa apropriada.

Conforme a área do Muro se tornava mais ortodoxa, diminuía seu *status* como símbolo nacional. O escritor A. B. Yehoshua definiu o contraste entre “O monte” – Monte Herzl, panteão nacional secular, local do cemitério militar e morada de descanso de pensadores sionistas como Herzl e Jabotinsky, bem como de primeiros-ministros e presidentes israelenses – e “O Muro”, ponto focal da identidade judaica alternativa, baseada na religião. O contraste não é somente entre religião e secularismo, tradição e modernidade, mas também entre o uso do passado para moldar uma agenda para o presente e o ato de dialogar com o futuro. “O monte” representa a Israel que luta para fazer parte da família das nações, enquanto “O Muro” simboliza a particularidade judaica, um retorno ao isolamento do gueto. Levando em consideração o entusiasmo que tomou conta de todo o país

quando a população ouviu a voz do General Mordechai Gur anunciando, em 1967, “O Monte do Templo está em nosso poder”, a distância experimentada pela Israel intelectual e secular em relação ao Muro simboliza sua desilusão: desilusão com as reduzidas chances de paz, com a realidade da ocupação e com as crescentes forças religiosas na sociedade judaica israelense, cujo poder era difícil de estimar.



Mapa 8 – Assentamentos nos territórios ocupados (1977–1988)

A existência de um grupo nacional-religioso de jovens que viam a explosão da mesquita de Al-Aqsa como uma forma de “expurgar a abominação”, uma missão visionária e messiânica que aproximaria a

redenção, pode ser considerada como um símbolo da distância, dentro do campo sionista, entre os judeus religiosos e os seculares. Também é uma indicação da tensão messiânica existente nesses grupos extremistas, que deixaram de ver o sionismo como um movimento político firmemente enraizado no mundo real e o transformaram em um movimento centrado na concretização de um plano divino. Em 1982, Israel evacuou a região de Yamit, conforme acordado no tratado de paz com o Egito. Para os visionários de uma redenção, esse era o fim do mundo, e a evacuação era a prova de que a redenção estava retrocedendo e de que o “fim redentor” não estava ao alcance. Consequentemente, eles abandonaram a ideia de preparar o Monte do Templo para a reconstrução do templo, o que teria sido o próximo passo em seu plano.

Os planos de explodir as mesquitas no Monte do Templo não se tornaram operacionais. Contudo, alimentaram um grupo de “devotos” para os quais era válida a ideia de usar a força para promover o controle judaico sobre os territórios ocupados. A partir do final da década de 1970, o grupo engajou-se em ações estilo “vigilante”, cujos perpetradores nunca foram capturados. Esses colonos acreditavam que o Comitê Nacional de Orientação de Prefeitos Árabes da Judeia e da Samária era responsável pela organização da resistência e de atividades terroristas contra eles e contra as autoridades judaicas. Em 1980, após um ataque contra os colonos em Hebron que resultou em diversos mortos e feridos, vários membros do grupo decidiram vingar-se, matando prefeitos árabes. A ação foi bem planejada e envolveu dezenas de pessoas, a maioria das quais não sabia exatamente do que estava participando. Dois prefeitos perderam as pernas, e um especialista em bombas das Forças Armadas ficou cego ao tentar desarmar um explosivo destinado a um terceiro prefeito.

Ações de vingança tornaram-se rotina. Após o assassinato do estudante de uma *yeshivá* em Hebron, alunos da Academia Islâmica de Hebron foram atacados a tiros, resultando em inúmeros mortos e feridos. De início, as autoridades israelenses não ativaram o Serviço Geral de Segurança (Shabak) contra a “resistência judaica”, denominação que a imprensa deu aos

assassinos. Mas, após o incidente da Academia Islâmica, Begin ordenou ao Shabak que encontrasse os assassinos. E em 1984 foi exposto um plano da “resistência” para explodir cinco ônibus e seus passageiros, e os perpetradores foram imediatamente presos. Foram julgados, declarados culpados e sentenciados à prisão.

A escalada das atividades da “resistência” – do ataque aos prefeitos considerados responsáveis por atentados terroristas, o ataque contra estudantes inocentes em uma academia de tendências islâmicas antijudaicas, e até de uma tentativa de atacar passageiros inocentes de ônibus – teve seu efeito. Depois desses eventos, os membros do Conselho do Yesha realizaram uma ação de choque moral que expôs suas tendências ocultas. A maioria se opunha às ações clandestinas consideradas contraproducentes para a maioria dos esforços dos colonos de coexistência com os palestinos, sem abrir mão do direito dos judeus de assentar-se na Judeia e na Samária. Mas outros eram receptivos às ações clandestinas. Estes encontraram o apoio do rabino Meir Kahane, que havia imigrado dos Estados Unidos em 1971 e foi eleito para o Knesset em 1984, com uma plataforma de apoio à ideologia religiosa radical e aos atos de terror contra os árabes.

A militância religiosa crescente também ficou evidente na mudança da ideologia nacional-religiosa. Se durante os governos liderados pela esquerda os religiosos haviam se contentado com a defesa de questões substancialmente judaicas como as leis de casamento, a resposta sobre “quem é judeu”, bem como a observância do *shabat* e das regras da *kashrut* em locais públicos, agora insistiam em tornar-se atores centrais na configuração da cultura nacional. Estavam fartos de serem os inspetores da *kashrut* no vagão-restaurantes do trem sionista: agora queriam conduzir o trem. O Ministério da Educação, que sempre esteve nas mãos de um ministro do Partido Trabalhista, passou a ser dominado pelos ministros nacional-religiosos. Na prática, isso exercia relativamente pouco impacto no conteúdo secular, mas era algo de fundamental importância simbólica. Os seculares viam o aumento do controle do Ministério da Educação pelos

partidos religiosos como uma ameaça real ao caráter secular da educação estatal.

Entre os sionistas religiosos, especialmente os colonos, desenvolveu-se uma tendência de observância mais estrita às leis religiosas judaicas. Gradualmente desapareceram as pernas à mostra, as mangas curtas e as atividades comuns a rapazes e moças do movimento juvenil nacional-religioso Bnei Akiva. O Ani Maamin (Eu Creio) era rezado juntamente com o hino nacional em cerimônias militares nas unidades religiosas das Forças Armadas e, às vezes, somente a canção religiosa era cantada. Algumas cantoras tiveram de cancelar suas apresentações para uma audiência de soldados religiosos porque o Exército considerava que “a voz da mulher é sua nudez”. A maioria dos líderes das *Yeshivot Hesder* vinham de uma formação ultraortodoxa e influenciavam seus estudantes para que adotassem uma observância religiosa mais estrita. Em alguns círculos religiosos sionistas, havia um chamado para obedecer à *Daat Torá* (a opinião da Torá, ou seja, as ordens dos rabinos) em questões terrenas como a evacuação dos territórios, obscurecendo a separação que existia no sionismo religioso, desde a década de 1920, entre o sagrado – domínio dos rabinos – e o profano, domínio dos líderes seculares, isto é, os políticos.

A infiltração de costumes ultraortodoxos no sionismo religioso acentuou os contrastes entre judeus religiosos e laicos na arena nacional. No nível público, eram travados debates a respeito da “plenitude da carroça” da cultura judaica. Foi o rabino Schach, a mais eminente autoridade rabínica “lituana”, quem declarou que os observantes dos mandamentos tinham uma carroça cheia, enquanto a dos judeus seculares estava vazia. Essa afirmação desafiava toda a cultura secular judaica e hebraica criada no século anterior. O público laico se viu ameaçado pela crescente militância e agressividade do setor religioso.

O equilíbrio entre a direita e a esquerda diminuiu o poder do sistema político, porque os dois lados se neutralizavam mutuamente. Ao mesmo tempo que aumentavam as atividades extraparlamentares através das ações de grupos como o Gush Emunim e os colonos, o Paz Agora e o Movimento

do Arrependimento patrocinado pelo Shas, emergiram dois fenômenos paralelos. Por um lado, as pessoas se inclinavam a abandonar a esfera pública e recluír-se em suas casas. Era uma expressão do desencantamento da população com a atividade política e a possibilidade de influenciar o processo político no país. Era também consequência do crescente efeito da televisão, que havia se tornado a “fogueira tribal” israelense. Até a década de 1990, a televisão israelense só tinha dois ou três canais, e assistir à TV criava uma espécie de comunidade imaginada, que incluía a maior parte do público israelense. O ar-condicionado, que passou a ser comum em Israel com o aumento do padrão de vida, tornou o entretenimento e os encontros ao ar livre muito menos atrativos do que antes. Enquanto isso, grupos radicais de direita e de esquerda reuniam seus seguidores em atividades externas. A televisão, por sua vez, levava todos os eventos dramáticos das ruas para os lares. Eventos estranhos e extraparlamentares adquiriram importância desproporcional, e sua divulgação pela mídia reforçava a sensação do público de que a liderança era fraca, carecia de credibilidade e havia perdido o controle.

O vácuo criado pela redução do poder do sistema político foi preenchido pelo sistema jurídico, cujo crescente poder começou a tornar-se evidente na década de 1970, quando uma série de questões foi decidida pelas cortes, e não pelo governo. Exemplos notáveis foram as comissões de inquérito (a Comissão Agranat, após a Guerra do Yom Kippur, e a Comissão Cahan, após o massacre de Sabra e Shatila), cujas decisões se impunham sobre o governo por força da opinião pública. A Suprema Corte tornou-se o recurso dos cidadãos para reclamações contra a arbitrariedade das autoridades, não somente em relação aos direitos humanos, como na década de 1950, mas também em questões de cultura e política. Foi a Suprema Corte que passou a autorizar transmissões de TV na véspera do *shabat* e decidiu que o assentamento de Elon Moreh era ilegal e deveria ser evacuado. Durante a década de 1980, a Suprema Corte deixou de aprovar automaticamente as petições das Forças Armadas e do Shabak relacionadas a detenções administrativas e expropriação de terras nos territórios ocupados. Apesar de

não serem cidadãos israelenses, os residentes árabes dos territórios receberam o direito de dirigir petições à Suprema Corte. Instituições como as Forças Armadas, a polícia e o Shabak perderam o direito de desfrutar de autonomia organizacional e de defesa contra ações legais.

Um dos pontos de inflexão na nova era de ascensão judicial foi o caso do ônibus número 300, em 1986. Tudo começou com uma fracassada tentativa terrorista de sequestro do veículo. De acordo com o porta-voz das Forças Armadas, os terroristas foram mortos, mas jornalistas reportaram que tinham visto dois terroristas serem retirados do local por forças de segurança. Mais tarde, soube-se que na verdade eles foram interrogados e depois assassinados pelos agentes do Shabak. Quando o caso foi exposto, o primeiro-ministro Yitzhak Shamir, seu vice Shimon Peres e o ministro da Defesa Yitzhak Rabin não concordaram com a decisão do procurador-geral, de que os agentes do Shabak deveriam ser julgados. O procurador-geral foi, portanto, forçado a renunciar. Seu sucessor concordou em aceitar um acordo, segundo o qual o presidente daria um perdão aos acusados antes que eles fossem levados a julgamento.

Foi a última ocasião em que o governo conseguiu demitir o procurador-geral. Essa disputa específica entre os sistemas político e judicial terminou com uma clara vitória do governo, mas na verdade o *affair* subestimou o fato de que as autoridades governamentais estão sujeitas à lei, assim como a primazia do sistema judicial sobre o político. Desde então, o sistema judicial não tem aceitado sem reservas os testemunhos das Forças Armadas, da polícia ou do Shabak, e essas organizações não estão isentas de uma análise judicial.

A Suprema Corte assumiu uma linha de ativismo judicial contrária à prática anterior do sistema israelense de justiça. Até a década de 1980, a Suprema Corte se considerava apta a interpretar as leis no contexto de precedentes legais, mantendo-se fiel à letra da lei. Depois, passou a adotar interpretações alimentadas pelo que os juízes entendiam ser valores normativos em Israel como um Estado democrático judeu, conforme mencionado na Declaração de Independência. Foi uma mudança do

formalismo judicial para o ativismo: a Suprema Corte buscava participar da formação do caráter e dos valores do Estado. “É pouco provável que haja outra instituição judicial no mundo, com exceção da Suprema Corte dos Estados Unidos, cujo ativismo e envolvimento em questões de política sejam tão grandes”, afirmou o jurista Amnon Rubinstein.² Uma manifestação do ativismo judicial foi a extensão do escopo do *locus standi*, o direito de um cidadão ou instituição de peticionar a Suprema Corte. No passado, esse direito era dado somente àqueles com um interesse ou conexão direta com a petição. Agora, qualquer tema de interesse público poderia ser levado à Suprema Corte por qualquer cidadão, o que significava que a corte poderia rever decisões tanto do executivo quanto do legislativo. “Tudo está sujeito à justiça”, declarou o juiz Aharon Barak, presidente da Suprema Corte entre 1995 e 2006.

Essa mudança foi claramente influenciada pelo sistema norte-americano de justiça. Nos primeiros anos do Estado israelense, os juízes vinham de uma tradição legal continental. Agora a fonte da influência era os Estados Unidos, onde muitos juristas israelenses haviam estudado direito. O sistema judiciário norte-americano vê o Estado com cautela e busca restringir seu poder, encorajando o individualismo à custa do compromisso com a comunidade. A Suprema Corte israelense promovia uma agenda liberal similar, cuja manifestação jurídica estava no decreto, em 1992, de duas leis básicas: a Lei Básica da Liberdade e Dignidade Humana, e a Lei Básica da Liberdade de Trabalho. Desde a criação do Estado, houve a concordância em relação à promulgação pelo Knesset de uma série de leis básicas, em substituição a uma constituição que não seria aprovada. Essas leis teriam um *status* superior ao da legislação regular (apesar de nunca ter havido essa formalização) e somente poderiam ser anuladas por uma pluralidade do Knesset. O Knesset aprovou essas duas leis básicas alguns dias antes das eleições de 1992, quase sem debate público. Ambas formam a base da “revolução legislativa” em Israel, promovida pelo juiz Barak na década de 1990.

As duas leis básicas constituem a “Declaração Israelense de Direitos Humanos”. Antes de sua promulgação, as liberdades básicas eram protegidas pela Declaração de Independência, cujo *status* não é claro. Após serem aprovadas, essas duas leis tornaram-se o fundamento da justiça. Sua posição acima da legislação regular do Knesset dá à Suprema Corte o direito de anular leis aprovadas no Knesset caso infrinjam a igualdade ou os direitos e liberdades individuais, de acordo com a interpretação do juiz Barak.

Essas leis também incluem a definição de Israel como “Estado judeu e democrático”, no espírito da Declaração de Independência. Esses dois elementos, representando a essência do Estado de Israel, foram objeto de uma violenta controvérsia, relacionada ao equilíbrio entre ambos. O juiz Barak definia o caráter judaico do país em termos sionistas: a Lei do Retorno, o hino nacional, a bandeira e o emblema, o idioma e a cultura hebraica, o calendário e as festividades judaicas. Definir o caráter judaico nesses termos era apropriado para a percepção secular do caráter judaico do Estado, mas incompatível com a percepção do judaísmo dos círculos religiosos, que exigiam o aprofundamento do caráter judaico do Estado através da tradição e da lei haláchica. Além disso, os palestinos israelenses (como os árabes de Israel passaram a se autodenominar), assim como os grupos de judeus pós-sionistas (discutidos mais adiante) alegavam que havia uma contradição básica entre o caráter de Israel como Estado democrático e seu caráter como Estado judeu, que se manifestava por meio do tratamento preferencial aos judeus – como a Lei do Retorno, por exemplo. Esse tema continua presente na agenda israelense (discutida mais adiante).

O crescente poder do setor judiciário foi consequência da reduzida crença no sistema político. O fortalecimento do poder do judiciário era frequentemente promovido pela mídia, que também se tornou cada vez mais militante. O jornalismo investigativo dedicado a escrutinar o governo se desenvolveu principalmente nos anos 1980, conforme desaparecia gradualmente o medo em relação às autoridades. Surgiu uma nova geração, de jornalistas jovens, que não eram leais nem à esquerda nem à direita, mas somente à liberdade de expressão e a seu próprio desenvolvimento

profissional. Esses profissionais tinham uma “queda” pelo judiciário, que os protegia dos políticos, e aceitavam o poder da Suprema Corte como desejável e apropriado. A velha imprensa dominada pelos partidos, que normalmente expressava a opinião política de seus proprietários, mal conseguiu sobreviver com o surgimento do liberalismo econômico. Um após o outro, os jornais dos partidos foram desaparecendo, substituídos pela mídia eletrônica e pelos jornais locais. Esses novos veículos eram superficiais e não tinham comprometimento com valores nacionais. O que os interessava, acima de tudo, era o sucesso midiático e econômico. Somente o *Haaretz* continuou como jornal independente de propriedade privada, promovendo uma agenda claramente liberal. Havia ainda dois jornais vespertinos, o *Yedioth Ahronoth* e o *Maariv*. Esses três, especialmente o *Haaretz*, davam apoio irrestrito ao sistema judicial.

O ativismo judicial e o apoio da televisão e da imprensa à tendência liberal refletiam, entre outras coisas, o declínio do *ethos* republicano que havia caracterizado Israel nas décadas de 1950 e 1960, e a ascensão de um *ethos* ocidental, liberal, primordialmente norte-americano. No *ethos* republicano, o cidadão tem direitos e obrigações, a ênfase é sobre o coletivo e não o individual, o interesse público e não os direitos individuais. A primeira identidade israelense baseava-se nesse *ethos*. Eventos ocorridos na década de 1950 já anunciavam o declínio dos valores coletivos e a ascensão do individualismo. Entretanto, o *zeitgeist* ainda era influenciado pela Segunda Guerra Mundial e pela Guerra Fria, e ventos nacionalistas continuavam soprando no Ocidente. Em Israel, o patriotismo dispunha de enorme poder para definir o caráter das pessoas; as tensões relacionadas à segurança e à ansiedade existencial, que se mantinham como eco permanente na sociedade israelense, adiavam a formação de um sentimento de rejeição a um comprometimento com o interesse público. Assim, a população continuou disposta a alistar-se no Exército e a compartilhar o peso do serviço militar na reserva.

Somente após a Guerra dos Seis Dias novos ares começaram a soprar, o que minou a ideologia dos “sitiados e justos”, nas palavras do poeta Chaim

Gouri, e suscitou dúvidas a respeito da justiça do empreendimento sionista. A chegada de Begin ao poder, o liberalismo econômico, a cultura de consumo e o aumento no padrão de vida abalaram os pilares do velho *ethos*. Novas elites, laicas e religiosas, que nunca haviam aceitado o *ethos* republicano e preferiam outro, fosse religioso-judaico ou liberal-ocidental, agora se destacavam. Da esquerda e da direita emergiram forças que buscavam criar uma identidade israelense diferente. Os ultraortodoxos, os nacional-religiosos, os *mizrachim* do Shas e os intelectuais liberais, todos empenhavam-se para garantir seu papel na formação da esfera pública israelense e na formulação da agenda nacional. O multiculturalismo que surgiu a partir dessa disputa parecia não só inevitável, parte da realidade, mas também algo ideal. No contexto da diversidade existente, a antiga identidade israelense parecia demasiado uniforme, como se ditada de cima para baixo, e responsável por suprimir outras formas de identidade.

Apesar de as velhas elites terem perdido o poder político, e do declínio de seu papel na criação de um *ethos* nacional, ainda dominavam a economia, as Forças Armadas, a educação superior, a mídia e o sistema judiciário. Mas a perda de *status*, as imagens atemorizantes personificadas em adversários políticos, a preocupação com o crescimento do poder das massas, influenciadas por visões de mundo nacionalistas e religiosas, tudo isso somado traduzia-se em receio de que a democracia estivesse perdida em Israel. Na opinião do estudioso Menachem Mautner, os anos 1980 caracterizaram-se pela ansiedade entre os liberais (isto é, as velhas elites) sobre o assalto perpetrado pela direita antidemocrática aos centros de poder da sociedade israelense. Esses liberais viam a Suprema Corte, em particular, e o sistema judicial, em geral, como os defensores da democracia israelense, o último bastião a proteger o caráter democrático de Israel. Eles, portanto, não protestaram contra o ativismo judicial da Suprema Corte, que limitava o *status* do Knesset como braço legislativo e a autonomia do executivo, apoiando o sistema judicial em todas as suas confrontações com o governo. Os representantes dos ultraortodoxos e do Shas tinham boas razões para reclamar da insistência da Suprema Corte em relação à igualdade, o que os

impedia de explorar seu poder político para a obtenção de benefícios econômicos para seus seguidores. A corte se apresentava como uma instituição ancorada nos valores básicos de Israel e que conseguia conduzir o Estado apesar das tendências populistas do Knesset.

Assim como outros modismos intelectuais, o pós-modernismo foi importado para Israel, dos Estados Unidos, no final dos anos 1980. O conceito de que não havia hierarquias de valor ou cultura atraía aqueles que acreditavam que a antiga cultura israelense os impedia de expressar seu idioma, seus costumes e estilo de vida, as memórias de seus lares, envoltos, ao longo dos anos, em uma névoa de romantismo nostálgico. O multiculturalismo combinava com o pós-modernismo. O pós-modernismo sustentava que não havia um cânone cultural: a cultura popular e a cultura erudita tinham o mesmo valor. O bem e o mal, o sublime e o modesto, verdades e mentiras, belo e feio eram todos relativos; tais julgamentos derivavam de sistemas de valores particulares e não representavam verdades universais. Esse conceito não apenas se adaptava bem ao multiculturalismo, como também se ajustava ao crescente *status* da televisão como formadora da cultura nacional.

A história da música e da canção *mizrachi* demonstra as mudanças ocorridas na identidade israelense. Até a década de 1980, o rádio e a televisão eram dominados pelas canções da Terra de Israel e pela nostalgia hebraica. Artistas *mizrachim*, que haviam sido afastados do centro da cultura israelense para as margens do mercado, onde suas fitas cassete eram vendidas, protestavam em vão contra a exclusão; os programadores da mídia israelense não lhes davam espaço. Mas, com a ascensão do poder político *mizrachi*, uma maior conscientização pública dessa discriminação e a nova abertura para culturas não ocidentais, houve uma mudança: a música *mizrachi*, especialmente a música pop, mistura do oriental e ocidental, definida como “estilo de música mediterrâneo”, conquistou as danceterias, os salões de festa e, finalmente, a televisão e o rádio.

Ao mesmo tempo, os *mizrachim* exigiam que sua tradição cultural se tornasse parte da narrativa histórica do povo judeu, e também do sionismo.

O Ministério da Educação e as universidades responderam ao desafio: inicialmente fizeram somente tentativas insignificantes, mas pouco a pouco foram surgindo pesquisadores e estudos interessados em tratar desses temas, e capítulos da história judaica que não estavam representados apropriadamente foram descobertos e incluídos na narrativa nacional. Enquanto isso, a revolução feminista ocorria nos Estados Unidos e rapidamente chegou a Israel, onde, mais uma vez, o multiculturalismo representou uma vantagem. Em meio à contínua existência de sociedades patriarcais, como a sociedade árabe e partes da sociedade judaica, as mulheres de Israel começaram a demandar seu merecido lugar na economia e na esfera cultural. O crescente número de mulheres que entravam no mercado de trabalho – porque o aumento do padrão de vida exigia que marido e mulher trabalhassem – e a elevação do nível da educação, que abriu novas possibilidades de emprego para as mulheres, levaram a mudanças nas relações familiares e entre os sexos. Sob esse aspecto, Israel não era diferente dos outros países ocidentais.

Um fenômeno que ocorreu no final da década de 1980 e chegou a seu ápice na década de 1990 foi o surgimento do pós-sionismo e dos “novos historiadores”, jovens pesquisadores voltados a investigar a Guerra de Independência e os primeiros anos do país. Seus estudos baseavam-se em documentos relativos a esses anos, disponibilizados pelos arquivos estatais israelenses. Os estudiosos, cada um a partir de um ponto de vista diferente, desafiavam a narrativa sionista da Guerra de Independência e da criação do Estado, enfatizando a catástrofe que se abateu sobre os árabes de Israel – a Nakba. Alguns desses trabalhos eram significativos e com o tempo suas descobertas foram integradas à nova visão do passado israelense. Mas o debate histórico foi caracterizado por um tom de hipocrisia e raiva: “Fomos enganados, nos venderam uma trama de mentiras. A criação do Estado de Israel baseou-se no pecado original cometido contra os palestinos.” Os estudiosos moralistas acentuavam uma parte da realidade e ignoravam as demais.

O aparecimento dos novos historiadores coincidiu com o surgimento do pensamento pós-moderno, desafiador da alegação de que a escrita histórica é uma disciplina que tenta chegar o mais próximo possível da verdade. Os tradutores do pós-modernismo em termos israelenses eram os pós-sionistas, que viam a escrita da história como uma “narrativa”, isto é, um padrão descritivo que se adapta a seus consumidores e ao presente. Toda nação, todo grupo social, tem sua própria narrativa. Portanto, não há “história” sionista e sim uma “narrativa” sionista, que baseia a justiça do sionismo no espírito do *ethos* do velho movimento trabalhista, enquanto ignora a injustiça que a concretização do sionismo impôs aos árabes, aos *mizrachim*, aos sobreviventes do Holocausto, às mulheres e a tantos outros.

Alguns pós-sionistas queriam que Israel descartasse seu caráter “sionista” – em outras palavras, que deixasse de dar tratamento preferencial aos judeus, que fosse um país democrático como qualquer outro e deixasse de discriminar seus cidadãos árabes, que se sentem como parentes pobres ou cidadãos de segunda classe no Estado “judeu e democrático”. Esses pós-sionistas alegavam que a era sionista havia chegado ao fim, e já era hora de Israel tornar-se um “país de todos seus cidadãos”. Escondida sob esse slogan, estava a demanda de que Israel se voltasse da Europa para o Oriente Médio, rompesse sua relação especial com os judeus do mundo e revogasse a Lei do Retorno. No nível simbólico, a reivindicação representava uma necessidade de mudar o hino nacional – cuja letra refere-se somente aos judeus –, a bandeira e, talvez, em um estágio posterior, também o nome do país, claramente conectado ao povo judeu.

Outros pós-sionistas afirmavam que toda a ideia de um Estado-nação judeu – ou qualquer Estado-nação – é obsoleta, em função das tendências supranacionais da União Europeia e de globalização ao redor do mundo. Alegavam que um Estado-nação judeu contradiz a história judaica, porque em sua própria natureza o povo judeu é um povo da diáspora, e o empreendimento sionista perverte seu caráter. Alguns chegaram a alegar que o povo judeu não existe; só haveria uma religião judaica, e a nacionalidade judaica seria uma invenção moderna do sionismo. Outros

salientaram a injustiça causada aos judeus *mizrachim*, afirmando que, ao trazê-los a Israel, os sionistas destruíram suas comunidades na diáspora, minaram sua estrutura familiar patriarcal e sua tradição cultural, transformando-os em lenhadores e carregadores de água. Havia mesmo aqueles que diziam que os judeus *mizrachim* eram árabes de credo judaico, arrancados de sua própria terra pelo movimento sionista.

Feministas afirmavam que o sionismo reprimia a contribuição das mulheres para a cultura nacional, impedia que fossem ouvidas e até as sentenciavam a um duro destino em uma terra estranha. Outros alegavam, ainda, que o Estado de Israel não havia feito o suficiente para perpetuar a memória do Holocausto e que, até o julgamento de Eichmann, em 1961, a cultura israelense não tinha dado ao Holocausto o seu devido lugar na narrativa nacional. O desfile daqueles despojados pelo sionismo tornou-se infinito. Qualquer um que se sentisse desafortunado ou vítima das circunstâncias da vida rapidamente apresentava sua miséria como resultado da discriminação originada no sionismo. O “sionismo” se tornou o saco de pancadas universal para todas as injustiças contra grupos e indivíduos produzidas pela modernidade, pela imigração, pelo nacionalismo ou simplesmente pela mudança dos tempos.

Esses desafios à nacionalidade israelense foram formulados, à direita, pela ultraortodoxia judaica e, à esquerda, pelo universalismo, apoiado pelo liberalismo e individualismo. Mas esses dois extremos envolviam somente a minoria da população israelense. A maioria dos judeus israelenses assumia como dada sua nacionalidade israelense e não considerava haver contradição com relação a suas identidades secundárias. Uma pessoa poderia ser israelense e nacional-religiosa, eleitora do Shas, defensora liberal da Suprema Corte ou qualquer outro tipo de democrata. Nas pesquisas de opinião pública conduzidas entre 1970 e 1990, a grande maioria dos participantes definiu suas principais demandas como o tempo que passavam com a família e o orgulho que sentiam por possuir um país. Ainda que a maioria se declarasse secular, o padrão tradicional da vida em família – como celebrar as festividades em conjunto, jantar na véspera do *shabat* e

cumprir os rituais de passagem – continuava a construir a família israelense e a criar um padrão social conservador. Embora a importância dada pelas pessoas às necessidades do coletivo houvesse diminuído entre o início e o final desse período, em favor de necessidades pessoais, esses dois elementos – família e nacionalidade – continuaram a ocupar os primeiros lugares nas prioridades israelenses.

Durante esse período, os israelenses passaram a desfrutar de três anos adicionais de estudos e mais de uma hora extra diária de lazer, indicando uma elevação do padrão de vida. A maior parte da hora extra era despendida junto à TV, que, como vimos – para o bem ou para o mal –, tornou-se o grande agente de socialização. Os israelenses classificavam caminhadas pelo país como sua principal atividade de lazer, e os jovens costumavam fazer longas viagens para a Ásia e a América do Sul após o término do serviço militar obrigatório. Assim que se tornaram possíveis, as viagens para o exterior transformaram-se em uma espécie de “rito de passagem” israelense. Se Petra era o ideal romântico de jovens intrépidos da década de 1950, nos anos 1980 essa viagem foi substituída por trilhas na América do Sul.

Alguns escritores veteranos descreveram com alegria o declínio do *ethos* republicano, enquanto para outros a mudança era algo parecido com *Schadenfreude* [tristeza/alegria]. O romance *Passado contínuo* (1977), de Yaakov Shabtai, é, em essência, uma lápide grotesca da velha cultura socialista dogmática, e o leitor tem dificuldade em dizer se o autor lamenta ou está feliz com sua perda. Os livros de Yehoshua Kenaz refletem a transição de valores nacionalistas coletivos, que muitas vezes criavam uma pressão insuportável sobre o indivíduo (*Infiltração*), para a sociedade pós-modernista em que cabe tudo, os valores se perdem e uma velha geração perplexa assiste a uma realidade estranha, sem sentido (*Amores perdidos que retornam*). Conforme foi mostrado no capítulo anterior, os livros de Amós Oz e Meir Shalev relatam a perda do velho *ethos* com dolorosa resignação.

Outros escritores trouxeram à tona aspectos da realidade israelense, e mesmo da diáspora judaica, que ainda não haviam sido mostrados. David

Grossman deu uma voz diferente à memória do Holocausto, assim como aos novos imigrantes que reconstruíram suas casas em Israel (Ver: *Amor; O livro da gramática interior*). Aharon Appelfeld voltou à cena de sua infância na Europa da Segunda Guerra Mundial e mostrou o mundo interior do qual um sobrevivente nunca conseguiu se livrar. Haim Be'er retratou a infância na Jerusalém ultraortodoxa (*Penas*) e, mais tarde, a confrontação entre o mundo religioso e o secular na década de 1950 (*Et Hazamir* [A era do rouxinol]). Começaram a aparecer autoras cuja descrição de sua “israelidade” centrava-se nos mundos psicológico e cultural das mulheres imigrantes dos países islâmicos. Ronit Matalon e Dorit Rabinyan descreveram a nova “israelidade” que não se lamenta pela perda do velho *ethos*, mas se ancora no multiculturalismo da nova Israel e lhe dá tanto expressão quanto legitimidade.

A INTIFADA

Em 8 de dezembro de 1987, um motorista de caminhão provocou um acidente fatal na Faixa de Gaza, matando quatro pessoas e deixando inúmeros feridos. O motorista era um judeu israelense, e as vítimas, palestinos. Em poucas horas, espalhou-se pela Faixa de Gaza o rumor de que o motorista era familiar de um jovem israelense morto alguns dias antes pelos palestinos, e que o “acidente” era na verdade um ato intencional de vingança. O rumor não tinha qualquer fundamento, mas se espalhou feito fogo no mato. Distúrbios em massa, em uma escala nunca antes vista, eclodiram na Faixa de Gaza. Os manifestantes não vacilaram em enfrentar as forças israelenses de segurança e ignoraram o toque de recolher. O tumulto rapidamente se espalhou pelo território, e em poucos dias atingiu também a Cisjordânia. Assim começou a Intifada (lit., “agitação”).

Como em casos anteriores de erupção espontânea das massas, as autoridades israelenses foram pegas totalmente de surpresa. Até a liderança

da OLP na Tunísia foi surpreendida. Mas, em retrospecto, a Intifada se parece com uma erupção predestinada. Conforme já foi visto, os primeiros anos após a Guerra dos Seis Dias foram aqueles que Moshe Dayan chamou de “ocupação esclarecida”. Os palestinos, chocados com a derrota e com a ocupação, surpreenderam-se com a atitude tolerante dos israelenses, contrária aos temores alimentados pela horrível propaganda anti-israelense. A política de pontes abertas (sobre o rio Jordão) tornou possível a continuidade da atividade econômica na Cisjordânia e até permitia que pessoas fieis ao rei Hussein continuassem a receber apoio jordaniano. O turismo israelense nos territórios ocupados, assim como o emprego de dezenas de milhares de palestinos na “pequena Israel” (o território a oeste da fronteira delimitada pela linha verde) canalizaram recursos para os territórios e elevaram o padrão de vida da região.

Contudo, essa prosperidade chegou ao fim. A crise global de energia do início dos anos 1970 e as dificuldades vividas pela economia israelense entre 1975 e 1985 levaram a uma redução da atividade econômica também na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. As ofertas de emprego em Israel diminuíram em relação à década anterior e ao começo da década de 1980 e, com a queda dos preços mundiais do petróleo, muitos palestinos que ganhavam a vida nos principados do Golfo Pérsico deixaram de mandar dinheiro para suas famílias. A emigração da Cisjordânia, que nos anos 1970 havia limitado o aumento demográfico, sofreu uma drástica redução porque havia uma demanda menor por trabalhadores nos países produtores de petróleo. Assim, criou-se uma situação que combinava crescimento populacional (também resultante da melhora no sistema de saúde) com redução do emprego e da renda.

Israel não investiu no desenvolvimento econômico dos territórios e bloqueou as tentativas de desenvolvimento de uma indústria local, por temer a competição com produtos de origem israelense. Os territórios eram tratados como uma economia fechada, que deveria cobrir suas despesas com sua própria renda. Israel tampouco investiu os impostos coletados na concessão de licenças comerciais, trabalho, renda, e outros, em benefício dos

habitantes dos territórios. Ao mesmo tempo que caía o padrão de vida em Israel no início dos anos 1980, a Jordânia se beneficiava de crescimento econômico, e as pessoas nos territórios comparavam sua situação com o padrão de vida mais alto do outro lado do rio Jordão. A partir de 1967, sete universidades árabes foram criadas na Judeia e na Samária, tornando-se centros de agitação ideológica fomentada pela liderança intelectual, em oposição à liderança dos notáveis. Emergiu uma camada de pessoas de classe média, jovens e educadas, que não conseguiam encontrar trabalho compatível com sua educação e eram forçadas a buscar subempregos em Israel – outra causa para sua amargura.

O encontro entre palestinos dos territórios e israelenses não provocou nem simpatia nem admiração. Pelo contrário, ressaltou a raiva e o ódio, que encontraram uma válvula de escape. Em postos de controle, pontes e nos principais cruzamentos, os palestinos se deparavam com soldados que os humilhavam com verificações de segurança, algo considerado ofensivo, e com sua maneira de dirigir-se a eles, que incluía insultos e xingamentos. Funcionários da administração civil israelense (que substituiu o governo militar) enviavam os palestinos para lá e para cá, em busca de licenças e permissões para qualquer coisa que necessitassem fazer. E, além disso, os colonos se comportavam de forma autoritária, exigindo punições coletivas toda vez que eram atacados com pedras e coquetéis Molotov. O Exército tentava coibir as ações de “vigilantes” dos colonos, mas eles respondiam com arrogância, muitas vezes insultando oficiais de alta patente e desprezando suas ordens.

Os palestinos assistiam e aprendiam. Aqueles que trabalhavam em Israel tinham empregos duros e mal pagos, na construção civil ou em restaurantes, onde lavavam louça. A atitude da maioria dos empregadores em relação a eles era uma mistura de arrogância e desprezo. Havia, certamente, empregadores que se comportavam de outra maneira, mas esse era o quadro pintado pelo testemunho dos trabalhadores, mais tarde ativistas da Intifada. Os palestinos aprenderam a falar hebraico, mas sua relação com os israelenses gerou hostilidade, fúria reprimida e ódio.

A crescente tensão nacionalista, resultante da constante fricção com os israelenses, e a sensação de insulto e opressão, combinada com a crise econômica, criaram o que o intelectual Gad Gilbar chamou de “a síndrome da dupla privação”. Até o início dos anos 1980, os formuladores da política israelense tomaram cuidado para evitar uma situação na qual as frustrações nacionalistas estivessem ligadas às dificuldades econômicas. Mas os governos israelenses da década de 1980 não tomaram medidas para evitar o surgimento dessa situação explosiva. As dificuldades de boa parte da população da Faixa de Gaza, onde as fontes de renda eram poucas e a dependência de trabalho em Israel, absoluta, foram a faísca que detonou a conflagração.

Qualquer um que prestasse atenção aos eventos na região poderia ter previsto o resultado. No ano que antecedeu a eclosão da Intifada, os distúrbios aumentaram 100% em comparação ao ano anterior. Muitos atentados terroristas naquele ano foram perpetrados espontaneamente por jovens sem apoio de qualquer organização – um reflexo dos fundamentos da agitação. Quando eclodiram os distúrbios de 1987, as autoridades estimaram que se esvaziariam em poucos dias. Durante os primeiros dez dias da Intifada, o ministro da Defesa Yitzhak Rabin, que naquele momento se encontrava em uma visita a Washington e às comunidades judaicas norte-americanas, não retornou, primeiro por acreditar que não havia urgência, depois porque temia que seu retorno pudesse ser entendido como uma vitória das manifestações. Mesmo a liderança da OLP levou dez dias para entender que o que estava acontecendo nos territórios era um levante popular em crescimento constante.

Nos primeiros dias, a resposta do Exército foi hesitante. Por um lado, as forças disponíveis nos territórios eram limitadas; até então as autoridades israelenses não haviam recorrido à força para governar. Por outro, confrontavam um fenômeno novo e completamente desconhecido: massas de manifestantes haviam ultrapassado a barreira psicológica do medo das tropas, e não se detinham frente a soldados atirando para cima. Mesmo sob o risco de ferir-se nos choques, destruíam instalações, linhas telefônicas e

qualquer símbolo do poder israelense. O Exército não tinha experiência no confronto com a população civil, e no início eram as mulheres e as crianças os soldados da Intifada, sendo as pedras e os coquetéis Molotov suas principais armas. Os estoques do Exército tinham poucas granadas de fumaça e de gás lacrimogêneo, e grandes quantidades tiveram que ser encomendadas, com urgência, nos Estados Unidos. A resposta hesitante do Exército inflamou a paixão e a autoconfiança dos manifestantes.

A força dominante na Faixa de Gaza, onde os distúrbios haviam se iniciado, não era a OLP, mas um novo ator: o Hamas. O Hamas era o braço palestino da militante Irmandade Muçulmana, que surgira no Egito e almejava criar um grande Estado islâmico. A organização afirmava que o domínio de todos os infiéis, fossem judeus ou cristãos, estava destinado a extinguir-se. Chegado o dia, o controle sobre toda a Palestina seria transferido para os muçulmanos, e os judeus seriam eliminados. A visão de mundo do Hamas não contemplava um lugar para Israel no Oriente Médio, e sua propaganda estava repleta de mensagens antissemitas. Apesar disso, o Hamas recebeu apoio de Israel, que o via como um ator na arena palestina capaz de enfraquecer o movimento nacional secular liderado pela OLP, que aos olhos dos formuladores de política israelense parecia muito mais perigoso.

O Hamas, liderado pelo Xeiue Ahmed Yassin, evitava atentados terroristas e dedicava seus esforços à educação da população palestina de acordo com o espírito do Islã, bem como ao retorno de jovens palestinos, atraídos pela permissividade israelense, para o seio da religião, e à criação de instituições de caridade e assistência provedoras de serviços de educação e saúde. Ao enfatizar a integridade e a rejeição da corrupção – um modelo que a OLP certamente não adotava –, assim como se posicionar contra o consumo de drogas e álcool, a organização conseguiu criar uma rede de instituições de assistência na Faixa de Gaza (e em menor extensão também na Cisjordânia), da qual seus clientes tornaram-se dependentes. A mensagem islâmica de um estado ascético e igualitário, que prometia a redenção, foi bem recebida nos campos de refugiados e nos bairros pobres

das periferias das cidades, onde a vida dos habitantes não permitia vislumbrar qualquer esperança. Mesmo antes da eclosão da Intifada, o Hamas havia demonstrado seu poder na Faixa de Gaza ao tomar a universidade islâmica de Al-Azhar, a instituição de educação superior em Gaza. Uma disputa entre a OLP e o Hamas pelo controle da universidade terminou com a vitória do Hamas e, apesar de a nova administração não ser reconhecida por Israel, a universidade continuou a expandir-se.

Assim, o Hamas se beneficiava não só do apoio maciço das camadas mais pobres da população, mas também de um quadro da *intelligentsia* islâmica que atendia sua demanda na batalha pela opinião pública palestina. O Hamas tomou o controle do Waqf na Faixa de Gaza, o que fornecia à organização tanto recursos financeiros quanto instrumentos de influência social. Quando os distúrbios se iniciaram, as bandeiras içadas na Faixa de Gaza não eram as da OLP, mas sim as bandeiras verdes do Islã, e os ativistas nas ruas convenceram o Xeique Yassin de que a política do Hamas teria que mudar. A Jihad (guerra santa) para exterminar Israel não poderia ser adiada até depois da total doutrinação da nação islâmica, como havia ditado a política do Hamas até então; a ação deveria ter início imediato. Durante a Intifada, o Hamas demonstrou que sua capacidade de luta e da prática do terrorismo era equivalente à da OLP, utilizando uma mistura de slogans nacionalistas e islâmicos. O Hamas tornou-se um sério rival da OLP na disputa pela liderança do movimento nacional palestino.

A liderança da Intifada (Liderança Nacional Unificada do Levante) criada na Cisjordânia consistia em jovens desconhecidos que assumiram o comando depois que a liderança tradicional foi presa ou deixou de atuar. Eram pessoas instruídas que tinham crescido sob a ocupação israelense e conheciam as limitações da capacidade civil e militar de Israel. Esses jovens tentaram promover a desobediência civil, recusando-se a pagar impostos ou a aceitar as licenças ou serviços da administração civil israelense, mas tais ações demonstraram ser demasiado difíceis para a população palestina, e a iniciativa fracassou. A ascensão dessa liderança local ameaçava a posição da liderança da OLP na Tunísia, e a OLP rapidamente os colocou sob seu

controle para proteger sua posição como líder exclusiva do movimento palestino. Os jovens necessitavam tanto da legitimidade quanto dos fundos que esse vínculo fornecia e aceitaram a autoridade de Arafat como símbolo do nacionalismo palestino.

A Intifada foi também uma luta social travada pelo proletariado, os habitantes dos campos de refugiados e das áreas mais pobres, contra uma emergente classe média palestina. O proletariado impôs greves comerciais contra a classe de comerciantes e proibiu a comercialização de produtos em Israel, bem como a importação de produtos do país. Os palestinos deixaram de trabalhar em Israel, o que aprofundou a dificuldade econômica, mas garantiu levadas de manifestantes para a Intifada.

Durante os primeiros meses da Intifada, os palestinos evitaram o uso de armas de fogo contra as tropas israelenses. Apesar de diversas tentativas de apropriar-se de armas dos soldados, foi somente em um estágio posterior que os palestinos começaram a atirar, pois, conforme foi visto, a Intifada consistiu, primordialmente, em uma batalha travada com pedras e coquetéis Molotov. Isso causou um profundo efeito na opinião pública internacional, diante de jovens que atiravam pedras mas enfrentavam soldados bem armados; e a mídia internacional retratava Israel como o Goliás, atacando o Davi palestino. Os primeiros dezoito meses da Intifada fizeram com que o mundo ocidental voltasse a se interessar pelos palestinos. Eles foram carregados em ondas de simpatia, enquanto a cobertura noticiosa prejudicava a imagem internacional de Israel.

Em uma etapa posterior da Intifada, emergiram os conflitos internos da sociedade palestina, e a frente interna unida se deteriorou. A violência perpetrada dentro da sociedade palestina contra aqueles que cooperavam com Israel – que também era uma oportunidade para acertos de contas pessoais – prejudicou a unidade nacional, assim como havia ocorrido durante a Revolta Árabe no período mandatário. Os atos de terrorismo começaram a afetar a imagem internacional do movimento, e o fato de que Arafat não condenava os atos, apesar do compromisso de contê-los como condição para o diálogo iniciado com os Estados Unidos em 1988, levou ao

fim do acordo. O maior de todos os erros dos palestinos foi apoiar Saddam Hussein quando ocorreu a invasão do Kuwait. E mais: a comunidade palestina no Kuwait também apoiou Saddam e colaborou com ele. Como consequência, em torno de 350.000 palestinos foram expulsos dos países do golfo Pérsico, e somente 20.000 remanesceram. Essa catástrofe anulou os ganhos da Intifada junto à opinião pública internacional (discutido mais adiante).

Os círculos da direita israelense, inclusive alguns ministros do Likud, presumiram que o levante popular poderia ser contido pela força – e, se o uso moderado de força não surtisse efeito, mais força seria utilizada. Mas o comando das Forças Armadas estava ciente de que tanto a opinião pública quanto a lei israelenses impunham restrições às ações do Exército. Não seria possível abrir fogo contra uma manifestação de mulheres e crianças; era imoral e ilegal, além de ir contra todos os valores do Exército. Pela primeira vez em sua história, as Forças Armadas foram acusadas pela liderança política de não executar a missão que lhes haviam ordenado. Além disso, para os colonos, a cautela do Exército refletia a visão política dos oficiais do alto escalão, afiliados à esquerda. O chefe do Estado-Maior, Dan Shomron, afirmou que era impossível controlar o tumulto sem uma ação brutal contra os civis – na qual o Exército não se engajaria – e que a solução teria de ser política. Os colonos entenderam a declaração como um chamado a uma acomodação política que exigiria uma cessão de território ou outro tipo de acordo nos territórios, o que não considerariam aceitável. Esses colonos, cujas viagens pelas estradas da Judeia e da Samária os tornavam alvos fáceis para os terroristas, exigiam que o Exército lhes fornecesse total segurança, algo que as Forças Armadas nunca haviam prometido aos cidadãos de Israel.

O Exército empregou milhares de soldados nos territórios. A ocupação já não era barata, como havia sido quando as forças lá utilizadas eram limitadas. Agora, em vez de treinar para a próxima guerra, todo o Exército corria de casa em casa nas aldeias e cidades árabes, tentando capturar crianças que atiravam pedras. As ordens contra a utilização de armas de fogo demandavam novas técnicas, e o Exército começou a utilizar cassetetes.

Atribui-se ao ministro da Defesa Yitzhak Rabin a seguinte frase: “Quebrem os ossos deles.” É improvável que Rabin tenha mencionado essas palavras, mas foi assim que as tropas – frustradas com a perseguição constante a palestinos que lançavam pedras e coquetéis Molotov – entenderam o uso de cassetetes. Era difícil assistir às imagens transmitidas pela televisão; os judeus norte-americanos ficavam chocados ao ver soldados brutalizando os palestinos e começaram a ter dúvidas a respeito da conduta israelense. Shomron exigiu que o Exército deixasse de praticar tais atos brutais, porque no fim das contas Israel teria de conviver com os palestinos e, portanto, deveria preocupar-se em evitar o ódio. Pela mesma razão, fez o que pôde para evitar punições coletivas. Mas o aumento da violência exigiu respostas mais rigorosas. As punições mais duras foram as demolições das casas e a expulsão dos ativistas palestinos do país.

O Exército estava numa encruzilhada. Os colonos e seus simpatizantes o acusavam de fracassar na contenção da Intifada, acusações que abriam a porta para a formação de milícias privadas nos territórios. Organizações da esquerda radical, como o Yesh Gvul, que conclamava os soldados a recusarem-se a servir nos territórios, acusavam as Forças Armadas de perder seus valores éticos e humanos. Essas atitudes em relação aos militares refletiam o cisma que a ocupação e os territórios haviam provocado na sociedade israelense.

A Intifada não se restringiu aos territórios do outro lado da Linha Verde. Orgulhosos e ansiosos, os árabes de Israel assistiram ao levante de seus irmãos nos territórios ocupados e à sua repressão por Israel. Em dezembro de 1987, o Comitê de Prefeitos Árabes em Israel, uma espécie de organização que engloba os árabes israelenses, organizou o “Dia da Paz”, durante o qual uma greve geral no setor árabe mostrou sua solidariedade com os palestinos do outro lado da fronteira. Os árabes israelenses também imprimiram cartazes que a liderança da Intifada na Cisjordânia não podia imprimir, para impedir que o Shabak encontrasse as impressoras. Quando Israel confiscou as contas bancárias das associações que, nos territórios, transferiam fundos da OLP, árabes israelenses transferiram recursos para a

liderança da Intifada através de suas contas em bancos israelenses. Nas áreas árabes mais densamente povoadas, como no “pequeno triângulo” e na Galileia, pedras e coquetéis Molotov foram atirados contra carros. Bandeiras da OLP foram içadas abertamente nas aldeias, e uma delegacia de polícia foi atacada à luz do dia em Nazaré. Em várias ocasiões, a autoestrada que passa pela área habitada pelos árabes de Wadi Ara foi bloqueada pelos residentes locais. Essas manifestações e os incidentes violentos ocorreram durante os três primeiros meses da Intifada. Logo depois disso, os líderes da comunidade árabe israelense condenaram a violência e agiram rapidamente para restaurar a calma.

A rebeldia e as provocações dos árabes israelenses eram um protesto que se compunha de duas frentes: a contínua ocupação e a falta de reconhecimento da identidade palestina, e a discriminação contra eles. A discriminação se impunha através de baixas alocações orçamentárias aos conselhos árabes locais, comparadas àquelas dos conselhos judaicos, baixo nível da educação e falta de instalações educacionais e de lazer. A exclusão dos árabes dos empregos governamentais e a falta de canais para que suas vozes fossem ouvidas em questões nacionais aumentavam seu senso de isolamento em relação ao Estado. Sentimentos nacionalistas se intensificavam conforme crescia a população de palestinos israelenses. No final de 1987, eles somavam 750.000 (incluindo 130.000 na parte leste de Jerusalém), aproximadamente 17% da população. O crescimento demográfico aumentava sua autoconfiança, e o contato com os palestinos da Cisjordânia acentuava o senso de identidade e orgulho nacional. Entretanto, para os palestinos israelenses era suficiente expressar a solidariedade com seus irmãos. Eles rejeitavam as aspirações dos Filhos da Aldeia – um movimento extraparlamentar radical – de levar a Intifada para o território israelense.

Contudo, a concentração geográfica dos árabes israelenses em duas áreas nas quais constituíam a maioria da população e possuíam sua própria liderança nacional, combinada com o comportamento antagônico de alguns em relação à maioria judaica, gerou, entre membros daquela maioria

judaica, a suspeita de que os árabes tinham a intenção de exigir a anexação das áreas árabes a uma entidade palestina na Cisjordânia.

Antes do início da Intifada, a direita acreditava que o *statu quo* poderia ser mantido e que a construção dos assentamentos poderia continuar, sem dar representação aos palestinos. Ao mesmo tempo, a esquerda acreditava que a solução estava na devolução dos territórios ao rei Hussein, com ajustes territoriais baseados nas necessidades de segurança, mantendo Jerusalém sob controle israelense. Durante algum tempo, ambos os lados não viram problema na manutenção do *statu quo*. Mas a Intifada demonstrou que já não havia algo como uma ocupação sem custo e que o *statu quo* não poderia ser mantido, porque os palestinos não mais aceitariam a repressão e a perda de sua água, de suas terras e de seu amor-próprio. A repressão era demasiado cara, custando a Israel não somente dinheiro e a perda de vidas, mas também um sério dano à sua imagem internacional.

A radicalização dos jovens na Cisjordânia durante a Intifada, assim como a islamização do proletariado palestino alarmaram o rei Hussein, que viu a possibilidade de a revolta cruzar o rio Jordão e invadir seu reino. Em 1987, Hussein havia assinado o Acordo de Londres com o ministro de Relações Exteriores de Israel Shimon Peres, que propunha uma conferência internacional destinada a abrir o caminho para a “opção jordaniana”, um acordo entre Israel e Jordânia sobre o destino dos palestinos. Mas o primeiro-ministro Shamir, mantendo o princípio da Grande Israel, rejeitou o acordo. Passado em torno de um ano, o rei Hussein anunciou seu desligamento da margem ocidental do rio Jordão. Em 31 de julho de 1988, Hussein renunciou à Cisjordânia, abolindo sua conexão com o reino hachemita, e assim “puxando o tapete” da esquerda israelense e de suas propostas de um acordo territorial com a Jordânia.

Com a separação de Hussein, e a recusa israelense de reconhecer os palestinos como parceiros em uma discussão sobre seu futuro, Israel agora se via frente a frente com os árabes, sem os jordanianos como o outro parceiro com quem negociar. Três meses depois, em novembro de 1988, Arafat declarou a independência palestina, e o rei Hussein reconheceu o

virtual Estado palestino. A OLP anunciou que aceitava as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (que reconheciam o direito dos palestinos à autodeterminação e seu direito a um Estado, lado a lado com Israel) como a base para sua participação em uma conferência internacional para resolver o conflito no Oriente Médio. A aceitação por parte da OLP das resoluções da ONU, e seu anúncio de que renunciaria ao terror abriram a porta para um diálogo entre a organização e os Estados Unidos. O reconhecimento indireto por parte da OLP do direito à existência de Israel ao lado de um Estado palestino era uma expressão da “teoria dos estágios” desenvolvida pela OLP: a esta altura, por razões pragmáticas, estava apta a aceitar a existência de Israel, sem abandonar a visão distante da Grande Palestina. Essa perspectiva maximalista levou muitos israelenses a suspeitar da OLP. De sua parte, os palestinos suspeitavam de que a teoria dos estágios acabaria levando à aceitação do que seria somente uma realização parcial – um Estado em parte da Palestina e o abandono do objetivo final. Nesse sentido, havia certa similaridade entre os pensamentos israelense e palestino: ambos os lados queriam todo o território. Por conta da realidade, os dois estavam dispostos a aceitar menos, mas sem abandonar sua visão grandiosa.

Após meados da década de 1980, o problema demográfico tornou-se mais agudo devido à drástica redução da imigração palestina para os países do golfo Pérsico. A necessidade de garantir o caráter de Israel como Estado judeu no longo prazo chocava-se com a visão da Grande Israel. Alguns círculos da direita começaram a propor a ideia da “transferência” – a deportação de árabes –, o que era completamente inaceitável para a maioria da população israelense e carecia de apoio significativo. Israel enfrentava, portanto, duas alternativas: conceder cidadania israelense a todos os árabes palestinos, o que em vinte anos transformaria os judeus em uma minoria em sua pátria, ou voltar à solução da partilha e ao estabelecimento de dois Estados na histórica Terra de Israel. O final da década de 1980 e o início da de 1990 foram anos de reformulação das prioridades políticas de Israel.

NOTAS

1. Aviezer Ravitzky (org.). *Shas: hebetim tarbutiim veraayoniim* (Shas: Perspectivas Ideológicas e Culturais), Am Oved e Yitzhak Rabin Center, Tel Aviv, 2006, p. 9.
2. Amnon Rubinstein, “Hamishpatizatzia shel Yisrael” (A Judicialização de Israel), *Haaretz*, 5.6.1987, citado em Menachem Mautner, “Shnot hashmonim – shnot haharada” (Os Anos 1980 – Anos de Ansiedade), *Iyunei mishpat* (Estudos Legais) 2, 2 (Novembro 2002), p. 653.

A DÉCADA DA ESPERANÇA: 1990–2000

Os fascinantes eventos da história não se dividem igualmente ao longo do tempo. Algumas décadas são inexpressivas, com poucos eventos marcantes, enquanto em outras os acontecimentos se sucedem, rápidos e furiosos, um após o outro. Acontecimentos que mudam a realidade e criam um novo cenário, impossível de ter sido previsto anos antes. A década de 1990 foi assim.

O primeiro evento a definir a década foi o colapso da União Soviética. Em 1989, o paradigma das relações internacionais foi alterado pela nova política do líder da Rússia, Mikhail Gorbachev, que encerrou o confronto entre o Ocidente e o Oriente. Essa repentina reversão no início dos anos 1990 marcou o final da era pós-Segunda Guerra Mundial, quando a Europa esteve dividida entre os dois blocos e a Guerra Fria dava forma ao sistema internacional. A hostilidade da União Soviética em relação a Israel e sua firme aliança com os Estados árabes radicais, demonstrada através do suprimento de armas e de um constante apoio nas Nações Unidas, tornaram-se, ao longo dos anos, uma característica permanente das relações internacionais no Oriente Médio. O Egito manteve-se fora da esfera de influência da União Soviética desde 1972, mas a Síria, as organizações terroristas e o Iraque recebiam apoio quase ilimitado tanto dos soviéticos quanto dos países do bloco comunista da Europa Oriental, leais à orientação política de Moscou.

O colapso da União Soviética criou uma nova realidade política no Oriente Médio: o patrono dos “países do confronto” antiocidente renunciou

à confrontação e mostrou-se aberto a um novo alinhamento de forças. Isso implicava um cancelamento do suprimento ilimitado de armas e do apoio político aos países hostis ao Ocidente. Um dos primeiros atos de Gorbachev, em 1989, foi instituir a mudança nas regras de emigração da Rússia. Os judeus russos passaram a poder emigrar. No início da década de 1990, em torno de 800.000 imigrantes chegaram a Israel. Para Israel, essa imigração maciça tornou-se fonte de grande otimismo, de esperança em uma renovação tanto social quanto política, e de crescimento econômico. Mas representou um duro golpe nos países do confronto e nas organizações terroristas bem como em suas esperanças de desgastar Israel.

Em agosto de 1990, o Iraque, governado pelo presidente Saddam Hussein, invadiu e ocupou o Kuwait, um país que controlava vastas reservas de petróleo e tinha enorme importância estratégica para o Ocidente. A invasão desse pequeno país do golfo Pérsico era um mau augúrio para os outros emirados do golfo e mesmo para a Arábia Saudita. O mundo industrializado ocidental dependia do petróleo do Oriente Médio e, portanto, exigia uma resposta ao ato arbitrário de Saddam Hussein, que ameaçava não somente o abastecimento de petróleo desses países, mas também a ordem política do Oriente Médio. O presidente norte-americano George H. W. Bush explorou a constelação política fortuita criada pela ausência de uma confrontação Oriente–Ocidente para criar uma coalizão com o objetivo de liberar o Kuwait. Os países árabes foram convidados a participar. Existia um ambiente de hostilidade entre o Egito e a Síria desde a assinatura dos acordos de Camp David, que a Síria via como uma traição da frente árabe contra Israel. Agora os sírios se viam na mesma situação em que antes estiveram os egípcios: a desintegração da União Soviética deixava a Síria dependente do apoio norte-americano. Sua participação na coalizão contra Saddam Hussein sinalizava o interesse em aproximar-se da superpotência remanescente, assim como seu receio de que o Iraque se tornasse demasiado poderoso e ameaçasse a fronteira leste da Síria.

Os palestinos, por sua vez, alinharam-se a Saddam Hussein – apoiado pela OLP –, a quem viam como o homem forte, capaz de desafiar o Ocidente

e a ordem política existente. Não foi somente a OLP que apoiou abertamente o Iraque; assim também o fizeram os palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, bem como aqueles que trabalhavam nos países do golfo e lá viviam havia muitos anos. De fato, conforme foi visto, os palestinos no Kuwait colaboraram com o invasor iraquiano, resultando na deportação de centenas de milhares de palestinos dos países do golfo após a libertação do Kuwait. O rei Hussein da Jordânia, que se viu entre o martelo iraquiano e a bigorna palestina, demonstrou a intenção de apoiar Saddam Hussein e não apoiou a coalizão ocidental.

Saddam Hussein anunciou que, se os norte-americanos agissem contra o Iraque, a retaliação se daria através do lançamento de mísseis contra Israel. Israel, por sua vez, preparou-se para a possibilidade de os mísseis de Saddam Hussein portarem ogivas químicas, armas já utilizadas pelos iraquianos na guerra Irã-Iraque da década de 1980. Assim, “o quarto lacrado” entrou no léxico israelense. A população foi instruída a lacrar hermeticamente um dos cômodos da casa, equipá-lo com rádio e telefone, abastecê-lo de água e, ao soar da sirene de ataque aéreo, encerrar-se no quarto e colocar as máscaras antigás. Houve uma mudança total em relação às normas de conduta de guerras anteriores, quando os abrigos térreos ou subterrâneos eram a opção preferida. O quarto lacrado, ou *mamad* (acrônimo para “espaço protegido da residência”), foi concebido para atender à necessidade de prover, rapidamente, um abrigo contra os mísseis. Em janeiro de 1991, os países que compunham a coalizão lançaram um ataque contra o Iraque, e mísseis começaram a cair em Israel. Em torno de quarenta projéteis atingiram o país, mas eram mísseis convencionais e não as temidas ogivas químicas. Por sorte, os mísseis não tinham precisão e, miraculosamente, houve poucas vítimas, ainda que tenham sido grandes os danos materiais.

O governo de Israel, liderado por Yitzhak Shamir, enfrentava um dilema: o *ethos* israelense exigia que um ataque contra cidadãos israelenses recebesse retaliação militar. Entretanto, os Estados Unidos fizeram um alerta para que Israel não interferisse, porque a intervenção israelense provavelmente levaria ao rompimento da frágil coalizão criada para enfrentar o Iraque. Havia

também dúvidas quanto ao tipo de resposta possível da parte israelense. Com todo o poderio dos Estados Unidos sendo utilizado contra o Iraque, um ataque aéreo israelense provavelmente não causaria grande impacto, e os riscos eram enormes. Para persuadir Israel a não retaliar, os norte-americanos forneceram baterias de mísseis antiaéreos Patriot, destinadas a interceptar os Scuds iraquianos. Há dúvidas a respeito da eficácia desse sistema como resposta contra os Scuds, que deixaram de atingir as cidades israelenses após as forças da coalizão ocuparem os locais de lançamento. Mas essa demonstração de apoio norte-americano foi extremamente importante para manter elevada a moral da população. Mesmo assim, alguns ministros e altos oficiais das Forças Armadas tiveram dificuldade em manter-se passivos, o que parecia um retorno ao padrão de comportamento da Diáspora, anterior ao sionismo e à criação do Estado. O crítico literário de esquerda Dan Miron publicou um artigo intitulado “E se as Forças Armadas existem – que apareçam imediatamente” (uma paráfrase de um dos poemas raivosos de Bialik), em protesto contra a aceitação dos ataques iraquianos sem uma resposta israelense.¹ Mas esse foi o momento de glória de Yitzhak Shamir. O veterano combatente do Lehi e agente do Mossad manteve-se impassível frente às exigências de retaliação e decidiu que, considerando as circunstâncias, o governo deveria adotar o princípio da moderação.

A Guerra do Golfo expôs a vulnerabilidade israelense no *front* doméstico. Os cidadãos israelenses não sofriram um ataque aéreo desde a guerra de 1948, e agora, com o surgimento de armamento moderno, o *front* doméstico estava exposto. Alguns israelenses reagiram aos ataques de mísseis deixando Tel Aviv e refugiando-se na distante Eilat, ou mesmo em Jerusalém, que acreditavam estar imune aos ataques de Saddam Hussein. Hotéis nas áreas fora do alcance dos mísseis ficaram lotados, mas a maioria das pessoas não podia ou não queria se deslocar e seguiu com sua rotina diária da melhor forma possível.

A queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, deu início a uma nova era da história europeia. Os países da Europa central e do leste

liberaram-se do jugo de seus regimes comunistas e embarcaram rumo a uma sociedade livre e ao livre-mercado. Como parte de sua nova orientação, também estabeleceram relações cordiais com Israel, especialmente os países que logo abraçaram a democracia, como a Polônia e a República Tcheca. Os Estados Unidos tornaram-se a única superpotência mundial. Sua vitória impressionante contra Saddam Hussein e a libertação do Kuwait elevaram seu *status* no mundo árabe, e os países que não o apoiaram agora estavam em desvantagem. O fato de ter apoiado o lado errado na Guerra do Golfo tornou a OLP mais vulnerável do que nunca. Os israelenses nunca perdoaram aos palestinos por dançarem em seus terraços, enquanto os mísseis de Saddam sobrevoavam o céu em direção a alvos em Tel Aviv. Mas a atmosfera internacional era, em geral, de reconciliação e boa vontade. Em meio a essa situação única, os Estados Unidos deram início à Conferência de Madri. “Se tivesse de haver um momento norte-americano no Oriente Médio, certamente este seria o momento”, declarou Aaron David Miller, um dos membros da equipe de negociações de paz do Departamento de Estado dos Estados Unidos.²

A ideia consistia em realizar conjuntamente uma conferência internacional sob os auspícios da Rússia e dos Estados Unidos, com a participação de Israel, dos países árabes, das Nações Unidas e da Comunidade Europeia. O objetivo seria a criação de medidas que permitissem avançar nas negociações em temas relacionados ao Oriente Médio. Tradicionalmente, Israel sempre suspeitou de conferências internacionais, vistas como um meio através do qual outros países o pressionavam; exigia, alternativamente, negociações bilaterais com os países árabes. Para superar essa relutância, decidiu-se antecipadamente que a Conferência de Madri seria tão somente um prelúdio cerimonial que levaria a negociações diretas entre Israel e os países árabes. Israel se opôs à participação de uma delegação palestina oficial, especialmente à participação da OLP, que os israelenses definiam como uma organização terrorista, com a qual a legislação israelense proibia a interlocução. Após a pressão exercida pelo secretário de Estado norte-americano James Baker

sobre árabes e judeus, chegou-se a um acordo: não haveria uma delegação palestina independente, mas palestinos da Cisjordânia poderiam participar da delegação jordaniana. Ficou claro para todos os participantes que a liderança da OLP na Tunísia controlaria os movimentos da delegação. E o resultado foi que, extraoficialmente, sob o disfarce criado através da delegação jordaniana, israelenses e palestinos sentaram-se à mesa de negociações pela primeira vez.

O rei Hussein, que queria se reconciliar com os norte-americanos após seu comportamento discutível durante a Guerra do Golfo, estava ansioso por participar da conferência. Ele mantivera contato por anos com os políticos israelenses e não via, portanto, razão alguma para boicotar as negociações com Israel. O osso duro de roer era a Síria, que, sob o governo de Hafez al-Assad, era o país mais intransigente, não disposto a reconhecer Israel ou firmar acordos com o país (os sírios haviam, inclusive, se recusado a assinar os acordos interinos em 1974), nem mesmo cumprimentar os estadistas israelenses. Kissinger havia comentado no passado que no Oriente Médio era impossível fazer uma guerra sem o Egito, ou a paz sem a Síria. Assim, a participação da Síria na conferência era particularmente importante, e sua participação como aliada dos Estados Unidos na Guerra do Golfo anunciava uma verdadeira mudança em sua política. A Síria precisava dos recursos sauditas, o que foi recebido após a guerra, e do apoio político norte-americano.

O apaziguamento da Síria e de Israel exigiu muita diplomacia e acrobacias verbais. A base para as negociações de Madri foram as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os sírios interpretavam a resolução 242 como uma exigência de retirada total dos israelenses dos territórios ocupados, antes de qualquer negociação. O primeiro-ministro israelense e líder do Likud, Yitzhak Shamir, aferrava-se à política de “nem uma polegada” e, em relação à paz, exigia “paz em troca de paz”. Ele se opunha veementemente, portanto, ao princípio da “troca de território por paz”, que estava na base da resolução 242. Essas palavras foram omitidas do convite que recebera para a Conferência de Madri, mas estavam

incluídas nos convites enviados aos países árabes. Torna-se, portanto, difícil afirmar que o encontro solene em Madri trazia em suas asas uma mensagem de paz. Apesar disso, somente o fato de israelenses, sírios e palestinos participarem do encontro já significava uma revolução. Dennis Ross, o enviado da Casa Branca para as negociações de paz no Oriente Médio, escreveu: “Antes da conferência de paz de Madri, a questão era: as negociações poderiam ocorrer? Depois, a questão passou a ser: poderão as negociações levar à paz?”³

Houve eleições em Israel em junho de 1992. O eleitorado estava cansado dos governos de direita, manchados nos anos anteriores por escândalos de corrupção, resumidos no slogan eleitoral da esquerda: “Políticos corruptos – Fora!”. Além disso, o espírito do momento, conforme já mencionado, era de conciliação e deliberação. Católicos e protestantes conversavam na Irlanda do Norte; na África do Sul, a minoria branca abandonou o controle do governo e abriu a porta para a democracia. O efeito do *zeitgeist* foi reforçado por percepções do interesse nacional. Em virtude da teimosa oposição do governo de Shamir às negociações com os países árabes e os palestinos, e de sua recusa em interromper a construção de assentamentos – ou mesmo de informar sobre a construção aos norte-americanos, como Shamir havia se comprometido a fazer –, o governo Bush (pai) decidiu adiar o fornecimento de garantias para empréstimos israelenses no valor de dez bilhões de dólares, empréstimos necessários para absorver a imigração em massa de judeus da ex-União Soviética. Shamir tentou em vão obter o apoio do *lobby* judaico no congresso norte-americano, mas este aceitou a posição do governo, e Israel não pôde modificar a decisão da Casa Branca.

Não é possível avaliar a influência da questão da garantia dos empréstimos sobre os eleitores israelenses, mas é provável que tenha tido algum efeito. A piora das relações com os Estados Unidos, a continuação da Intifada, a Guerra do Golfo e os “quartos lacrados”, tudo isso fez com que os israelenses almejassem uma nova política. Yitzhak Rabin, o candidato do partido trabalhista ao cargo de primeiro-ministro, prometeu em sua campanha – em contraste com a estagnação política do governo – que

obteria um acordo com os palestinos sobre a autonomia, num prazo de seis a nove meses. Apesar de pouco realista, a promessa definia uma mudança na orientação política israelense. Era o comprometimento com uma política destinada a tentar conseguir um acordo com os palestinos. Entretanto, enquanto fazia campanha nas colinas do Golan, Rabin declarou que não pensava em uma retirada da área, uma promessa que voltaria para assombrá-lo.

O partido trabalhista obteve quarenta e quatro assentos, e o Likud, trinta e dois. O Meretz (o partido sionista da extrema-esquerda) obteve doze assentos, e o Shas conseguiu seis. Com a ajuda dos partidos árabes, que obtiveram um total de cinco assentos, a esquerda tinha um bloco majoritário no Knesset. Foi formada uma coalizão, incluindo os Trabalhistas, o Meretz e o Shas, com o apoio das facções árabes. A coalizão se mostrou instável desde o início e, conforme o governo de Rabin tomava decisões sobre o processo de paz, com importantes consequências para o futuro, sua frágil maioria no Knesset se evaporou. Apesar da base política relativamente fraca do governo, Rabin foi um dos mais importantes primeiros-ministros desde a criação do Estado. Ele voltava a comandar o governo quinze anos depois de seu primeiro mandato, quando ainda era relativamente jovem e sem experiência no cargo. Agora voltava ao topo após um longo período como ministro da Defesa, posição na qual adquirira experiência e prestígio. Para a população israelense, era o “Sr. Segurança”, o homem que sabia como proteger os interesses israelenses e em quem podiam confiar: tomaria as decisões certas em relação à segurança. A confiança pública na personalidade de Rabin, sua integridade, sua propensão pouco diplomática a dizer a verdade, e mesmo sua atraente timidez eram ativos políticos de primeira grandeza, que lhe seriam de serventia nos difíceis tempos que se seguiram. Em seu segundo mandato, Rabin estava confiante e disposto a realizar uma mudança. “Navegarei”, declarou em seu discurso de vitória, projetando para o público a sensação de que, desta vez, realmente tinha a intenção de liderar.

O PROCESSO DE PAZ

Rabin definiu como seus objetivos mudar a agenda nacional de Israel e fazer com que o processo de paz “pegasse no tranco”. Apesar de não estar convencido de que a paz estava ao alcance, parecia disposto a verificar quais eram as possibilidades de negociação. Em seu primeiro encontro com o então recém-eleito presidente norte-americano Bill Clinton, os dois chegaram a uma linguagem comum e conseguiram estabelecer uma confiança mútua instintiva. Rabin mencionou suas intenções ao presidente, e Clinton prometeu-lhe ajuda para reduzir os riscos inerentes. Estavam disponíveis duas vias de ação: negociações com o presidente Assad da Síria, ou com os palestinos. Um tratado de paz com a Síria traria sólidas vantagens estratégicas: se a Síria saísse do rol de países hostis, o *front* dos radicais opositores da paz entraria em colapso, as organizações terroristas baseadas em Damasco teriam de encontrar um novo patrono, a aliança com o Iraque se esvaziaria e se abriria o caminho para um acordo, talvez até um tratado de paz, com o Líbano.

Uma ação nesse sentido reforçaria significativamente a política norte-americana na região, contra o Irã e o Iraque, os dois principais inimigos do Ocidente, e favoreceria o Egito, a Jordânia e a Arábia Saudita. Mas Israel teria que pagar um alto preço: retirar-se das colinas do Golan, evacuar os assentamentos e convencer o público israelense de que essas medidas não representariam um risco além do razoável para a segurança de Israel. A fronteira das colinas do Golan mantinha-se tranquila desde 1974 e, considerando-se o preço a ser pago pela paz com a Síria, a maioria dos israelenses preferia a situação de “nem paz, nem guerra”, mesmo que isso implicasse contínuos choques com o Hezbollah no Líbano. Por outro lado, a obtenção de um acordo com os palestinos permitiria lidar com o cerne do conflito árabe-israelense – sua causa inicial – e provavelmente modificaria as relações de Israel com o mundo árabe. As críticas internacionais a Israel tinham seu foco nas relações do país com os palestinos, e a correção dessas

relações traria uma mudança dramática ao *status* internacional de Israel. Um acordo com os palestinos requereria reconhecimento mútuo: Israel reconheceria os direitos nacionais dos palestinos e a OLP como seu representante, e os palestinos reconheceriam a existência do Estado de Israel como um fato consumado. Ambos os lados se comprometeriam com relações pacíficas. Os palestinos teriam que renunciar ao terror e à violência e modificar a Carta Palestina para alinhá-la com uma era de paz. A questão era se tal acordo era viável e qual seria seu preço.

Rabin estipulou diversas condições para a negociação. Para começar, o acordo teria de ser implementado gradualmente, em linha com os acordos de Camp David. Inicialmente não se trataria de questões como Jerusalém e os assentamentos, e a responsabilidade pela segurança continuaria nas mãos dos israelenses. O tema em questão era a autonomia palestina, mantendo-se a ambiguidade sobre a questão da soberania. Todas as questões espinhosas seriam deixadas para ser discutidas no contexto do acordo sobre o *status* permanente; negociações que se iniciariam três anos após a assinatura do primeiro acordo e seriam concluídas em dois anos. O avanço no primeiro acordo viria com o reconhecimento mútuo entre israelenses e palestinos, bem como com a disposição de Israel a reconhecer Arafat e a OLP como parceiros para governar a Judeia e a Samária. Esse acordo levaria ao fim da Intifada, reduziria o nível de hostilidade entre Israel e os palestinos e permitiria a Israel gradualmente se desengajar dos palestinos. As relações entre as duas nações, em um país tão pequeno, exigiam a partilha e a criação de duas entidades separadas que acabariam se transformando em dois países. Os israelenses temiam que, sem a separação, seria criado um Estado binacional, o que significaria o fim do Estado judeu. Os palestinos viam um Estado próprio como o foco de sua identidade nacional e como compensação pela perda da entidade palestina após a Guerra de 1948.

Rabin ponderou entre as opções síria e palestina, presumindo que seria incapaz de avançar com dois acordos tão ambiciosos naquele mandato. Os norte-americanos também estavam divididos: o presidente Clinton, o secretário de Estado Warren Christopher, Dennis Ross e Martin Indyk,

assim como outros membros da equipe de negociadores, acreditavam que a opção síria era a mais plausível e oferecia maiores chances de sucesso. Aaron David Miller e Daniel Kurtzer, também membros da equipe, preferiam a opção palestina. Rabin acreditava haver uma chance maior de obter rapidamente um acordo com os sírios e por isso priorizou essa opção. Em 1993, confiou a Warren Christopher uma “promessa” de um acordo hipotético baseado em uma total retirada israelense das colinas do Golan, em troca de um “pacote” sírio de paz e segurança: disposições de segurança nas colinas do Golan, incluindo uma estação israelense de alerta avançado, desmilitarização da área, relocação do Exército sírio para os arredores de Damasco, e um acordo sobre a água. Rabin também fez diversas outras exigências: o acordo entre Israel e a Síria teria de ser bilateral e não condicionado a outros acordos entre Israel e os árabes, e a paz teria de ser verdadeira, incluindo a normalização das relações, troca de embaixadores e fronteiras abertas. Finalmente, a retirada teria de ser implementada em três etapas ao longo de cinco anos, com a normalização se iniciando ao final da primeira etapa. A evacuação dos assentamentos ocorreria no estágio final.

Rabin definiu suas demandas, em grande parte, em função dos acordos de Camp David, firmados entre Israel e o Egito. Mas Assad não era Sadat; não tinha a disposição de Sadat para tomar medidas drásticas, mostrar-se magnânimo ou fazer grandes gestos, e se opôs veementemente aos acordos de Camp David. Enquanto isso, mais de dez anos haviam se passado desde sua assinatura e, segundo os interlocutores norte-americanos de Assad, o presidente Sírio tinha dificuldade em aceitar que o resultado de seu acordo com Israel, mais de uma década depois, não fosse superior ao de Sadat. Portanto, durante as negociações em Washington, regateou em torno de cada item; recusou-se a dar qualquer pequeno passo na direção da diplomacia aberta adotada por Sadat, que ajudaria a convencer Israel da seriedade de suas intenções, e de que a retirada das colinas do Golan não colocaria em risco a segurança israelense. Assad não se satisfaria com a retirada israelense para a fronteira internacional, conforme havia sido acordado com o Egito, mas exigia “a fronteira de 4 de junho de 1967”. No

início dos anos 1950, os sírios haviam tomado a área de El-Hamma, que, segundo o armistício de 1949, ficava em território israelense, assim como o canto nordeste do mar da Galileia, apesar de o acordo deixar toda a área do lago, além de uma faixa de dez metros de sua margem oriental, nas mãos de Israel. Assad exigia uma retirada israelense incondicional das colinas do Golan, alegando que a região havia sido ocupada pela força das armas. Porém, ele não aplicava a mesma lógica ao território israelense ocupado pela Síria antes de 4 de junho de 1967.

Assad acreditava que sua disposição em aceitar a existência de Israel e renunciar ao estado de guerra já eram concessões suficientes aos israelenses e que era seu direito receber em troca as colinas do Golan. Mas os israelenses não cederiam esse ativo estratégico sem garantias das intenções pacíficas dos sírios. Apesar do estilo intransigente de negociação de Assad e seus representantes, os negociadores norte-americanos estavam otimistas; interpretaram as respostas de Assad como duras posições de barganha que, apesar disso, eram acompanhadas do desejo de, no final, obter um acordo de paz. Rabin, entretanto, acreditava que o estilo de negociação de Assad estava levando a um impasse e, de qualquer forma, não vislumbrava um avanço no futuro próximo. Assad e seus representantes não aceitavam negociações diretas com Israel; exigiam uma presença norte-americana para a sua mediação. Isso permitiu presumir que o que os sírios realmente buscavam era o apoio norte-americano e por essa razão haviam iniciado as negociações, sem intenção de chegar a um acordo de paz.

Rabin e o ministro das Relações Exteriores, Shimon Peres, tinham dividido as responsabilidades nas negociações; Peres estava a cargo das negociações multilaterais que deram continuidade à Conferência de Madri, e Rabin dirigia as negociações com os sírios. As negociações com os palestinos em Washington, que estavam no centro das negociações multilaterais, não levaram a nada. Ao mesmo tempo, um par de acadêmicos israelenses engajava-se em negociações informais, mas ultrassecretas, com representantes da OLP em Oslo. Essas conversas tiveram resultado mais positivo. Eram informais e não implicavam compromissos, mas estava claro

que ambos os lados se reportavam a elementos-chave de seus respectivos sistemas políticos e recebiam aprovação para as propostas colocadas na mesa de negociações. Peres atualizava Rabin sobre o progresso nessas negociações e recebia a bênção para dar continuidade aos contatos, mantidos sob auspícios do governo norueguês. Uma vez que as negociações progrediram, Uri Savir, diretor-geral do Ministério israelense das Relações Exteriores, foi enviado para conduzir as negociações. Sua presença marcou a mudança de conversas informais para negociações oficiais.

Assim como nas negociações de Camp David, também em Oslo o princípio-guia das negociações era o do progresso gradual. A premissa básica dos negociadores era a de que, naquele estágio, um acordo definitivo era inalcançável. Portanto, o primeiro estágio deveria definir um momento a partir do qual as negociações para um acordo definitivo pudessem iniciar-se. Enquanto isso, a confiança mútua tão vital para um acordo seria criada através do reconhecimento mútuo, do desenvolvimento da colaboração em questões de segurança e da criação de uma instituição autônoma de governança palestina, a Autoridade Palestina (AP), que gradualmente assumiria o controle. Em seguida a uma “declaração de princípios”, cujo efeito seria amplificado pelo drama público que cercava esse reconhecimento mútuo e o comprometimento com relações pacíficas e de boa vizinhança, viria um “acordo de implementação” que daria a Arafat a posição de líder da AP, e a governança de Gaza e Jericó como símbolo da intenção israelense de transferir o controle da Cisjordânia e da Faixa de Gaza para os palestinos liderados pela OLP.

Em agosto de 1993, as delegações israelense e palestina em Oslo notificaram os norte-americanos sobre um acordo. Pela segunda vez na história do processo de paz entre Israel e os árabes, as partes haviam chegado a um acordo sem o envolvimento norte-americano, tendo a primeira ocorrido nas negociações que levaram à visita de Sadat a Jerusalém. Rabin concordou em conversar com a OLP assim que percebeu que não havia outro parceiro palestino oficial com quem se pudesse chegar a um acordo. Rabin teria preferido a Jordânia ou uma delegação de árabes da

Cisjordânia e Gaza, mas a Jordânia havia se desligado completamente da Cisjordânia, e os notáveis árabes locais obedeciam às ordens de Arafat. Arafat, por sua vez, estava disposto a chegar a um acordo porque não tinha outra opção. Já não tinha o apoio da União Soviética, a Guerra do Golfo havia cortado os subsídios tanto da Arábia Saudita quanto dos países do golfo, e a Síria havia indicado sua disposição em chegar a um acordo de paz com Israel. Naquele momento, parecia que Arafat poderia ficar para trás se não fizesse um acordo com Israel antes da Síria. Assim, a janela de oportunidade se abriu e levou aos Acordos de Oslo.

A empolgação que se seguiu às notícias sobre os Acordos de Oslo lembrou o drama da visita de Sadat a Jerusalém. Se na véspera do evento estava proibido o contato com a OLP, naquele dia a organização se tornou a parceira para o mútuo reconhecimento entre Israel e os palestinos. Essa nova reviravolta foi um evento de enorme magnitude, e mais uma vez se ouviu o bater de asas da história. Em setembro de 1993, no gramado da Casa Branca, diante de uma audiência de centenas de pessoas e da imprensa internacional, Rabin e Arafat assinaram a Declaração de Princípios, que incluía o reconhecimento mútuo e abria o caminho para a criação de uma Autoridade Palestina autônoma. Radiante, Clinton portava uma gravata com desenhos de trombetas, fazendo lembrar as trombetas que derrubaram as muralhas de Jericó. Ele guiou os dois adversários históricos para um aperto de mãos, coreografado para simbolizar a transição da hostilidade para a cooperação. Mesmo a ligeira hesitação de Rabin antes de apertar a mão do terrorista Arafat – evidente em todas as transmissões de TV – foi recebida como autêntica expressão dessa revolução nas relações.

O mundo todo estava eufórico frente a essa cena que anunciava uma nova era no Oriente Médio. Mas, mesmo em meio àqueles momentos inesquecíveis, alguns detalhes lançaram uma sombra sobre o espírito festivo. Nos bastidores, Arafat havia exercido pressão de última hora para emendar, a seu favor, cláusulas do acordo, enfurecendo Rabin. Além disso, Arafat apresentou-se na cerimônia vestindo seu uniforme cáqui, o *keffiyeh* [tradicional lenço palestino], que era sua marca registrada, e com uma barba

por fazer de três dias. Ainda que parecesse que estava simplesmente mantendo sua vestimenta e aparência costumeira, ele projetava uma imagem específica para os palestinos: apesar de assinar um acordo com os israelenses e apertar a mão de Rabin, Arafat não abandonaria o uniforme de combate que o transformara no símbolo da luta armada. Era um presságio extraordinário.

Em maio de 1994, foi assinado no Cairo o Acordo sobre a Faixa de Gaza e a Área de Jericó (Acordo do Cairo), na presença do presidente egípcio Hosni Mubarak. O acordo dava a Arafat a Faixa de Gaza e Jericó, permitindo-lhe uma entrada triunfal em Gaza. Mas no último instante, diante da mídia internacional, o presidente sírio tentou evitar a assinatura do mapa de fronteiras com os enclaves que seriam transferidos para seu controle; somente Mubarak conseguiu convencê-lo a assinar. Em 28 de setembro de 1995, foi assinado o terceiro acordo interino, detalhando as futuras retiradas israelenses, a cooperação em segurança entre as partes, um acordo sobre a construção de um aeroporto e de um porto palestinos em Gaza e um acordo de cooperação econômica entre Israel e os palestinos. Apesar das suspeitas de ambos, Rabin e Arafat chegaram a um nível de confiança mútua e de cooperação em questões de segurança, assim como de cooperação econômica e cultural.

Os planejadores de Oslo orgulhavam-se do princípio de desenvolvimento gradual, que supostamente daria a ambos os lados o tempo para adaptar-se às mudanças drásticas, examinar o funcionamento do outro e convencer os respectivos públicos.

Em retrospectiva, porém, esse princípio foi o que condenou os acordos. Cada lado via elementos diferentes nos estágios interinos. Os palestinos estavam interessados na rapidez com a qual poderiam criar um Estado palestino, e na área que ocuparia. Os israelenses queriam ver como os palestinos funcionariam como criadores de um Estado. Enquanto isso, não se lidou com os problemas mais sérios: Jerusalém, refugiados, fronteiras. Nenhum dos acordos mencionava os assentamentos e, apesar de Rabin opor-se a assentamentos em áreas palestinas densamente povoadas, a

maciça construção de assentamentos continuou, especialmente nos bairros em torno de Jerusalém. De sua parte, Arafat não se esforçou para evitar o terrorismo. Era uma situação inflamável. Em fevereiro de 1994, um médico judeu religioso que havia se assentado em Hebron abriu fogo contra fiéis árabes na Gruta de Machpelah, matando e ferindo um grande número de pessoas antes de ser morto. Foi um ato de provocação, com o objetivo de impedir os Acordos de Oslo. Considerando-se a delicada situação em torno dos acordos, esse ato de terrorismo judaico representou um sério golpe contra o processo de paz. Foram levantadas propostas no governo israelense para evacuar os colonos de Hebron, mas no final Rabin não aprovou a medida, com o objetivo de evitar um aumento da hostilidade da direita.



Mapa 9 – Acordos de Oslo (1993)

As organizações palestinas que rejeitavam os acordos, lideradas pelo Hamas e pela Jihad Islâmica, opunham-se veementemente à política da OLP de reconciliação com Israel e estavam determinadas a minar os acordos

utilizando o terrorismo. A partir de abril de 1994, foi perpetrada uma série de atentados suicidas que atingiu os judeus por todo o país. O terrorismo islâmico solapava a crença dos israelenses nos Acordos de Oslo e na política de paz de Rabin. A opinião pública israelense, que apoiava Rabin, começou a inclinar-se para a direita. Arafat, que não estava disposto a enfrentar seus adversários na oposição palestina, recusou-se a condenar os ultrajes terroristas. Israelenses e norte-americanos tentaram em vão convencê-lo de que o terrorismo estava prejudicando os palestinos e dificultava as chances de criar um Estado próprio. Arafat recusou engajar-se em uma luta pelos Acordos de Oslo, para assim causar um rompimento na sociedade palestina. Também é possível que ele tenha adotado o método dos combatentes guerrilheiros do Vietnã e de outros lugares, que não interromperam a luta nem a prática do terrorismo durante o período das negociações de paz.

A resposta de Rabin à violência foi argumentar que as organizações terroristas tentavam interromper o processo político e não lhes deveria ser permitido vencer. Rabin estava determinado a adiantar o processo e, apesar das atitudes suspeitas de Arafat, alguns sinais também indicavam uma aproximação entre israelenses e palestinos. Dois anos de intensas negociações haviam criado um certo grau de intimidade e entendimento mútuo. Os esforços para criar uma força policial palestina após os acordos no Cairo levaram a conversas entre os líderes militares israelense e palestino, inconcebíveis até pouco tempo antes. Mas há dúvidas a respeito de os Acordos de Oslo terem tornado mais fácil a vida do cidadão palestino comum; a reação israelense aos ataques terroristas foi o bloqueio dos territórios ocupados, a criação de barreiras nas estradas e um aumento da presença militar fora das áreas transferidas para o controle da AP. Essas medidas dificultavam a movimentação dos palestinos, e o crescimento econômico que a paz deveria gerar não atendeu as expectativas.

Do lado israelense, desenhava-se uma situação complicada. Conforme avançava o processo de paz, aumentavam as tensões entre a esquerda e a direita. No que dizia respeito aos colonos, era simplesmente impensável a ideia de reconhecer os palestinos como uma entidade nacional e política

(transferindo a eles áreas da Terra de Israel – ainda que em escala limitada), uma traição de seus valores fundamentais. Para os 150.000 colonos então existentes, não haveria perdão para o que denominavam de “os crimes de Oslo”. A luta deles contra o governo de Rabin constantemente beirava o limite entre a resistência civil e o protesto – ações legítimas em uma sociedade democrática – e o incitamento (explícito ou disfarçado) aos atos ilegais de violência e mesmo de assassinatos. Os colonos lideravam uma ampla campanha que envolvia manifestações legais e ilegais, além de um protesto permanente e barulhento em frente à residência do primeiro-ministro. Rabin frequentemente necessitava de escolta policial para entrar em casa. Caminhões bloqueavam as estradas do país, especialmente durante a visita de funcionários do governo norte-americano, e nos jornais havia campanhas permanentes que difamavam Rabin e seu governo.

A direita laica foi arrebatada por essa onda de hostilidade e confrontação. Peres e Rabin começaram a ser apresentados como “traidores” em lugares públicos, e um pôster em uma manifestação da direita mostrava Rabin vestindo o uniforme de Arafat. Alguns rabinos declararam que qualquer um que cedesse áreas da Terra de Israel a um governo de assassinos era um traidor, e portanto estaria sujeito ao *din rodef* (lit., a lei do perseguidor) – isto é, deveria ser morto.

O contexto para esse ânimo inflamado era a fragilidade do governo Rabin. Conforme se viu, o Shas era um dos membros da coalizão e garantia a maioria do governo no Knesset. Apesar de a liderança do Shas (o rabino Ovadia Yosef e o ministro do Interior Aryeh Deri) apoiar os Acordos de Oslo e não se opor à transferência de território para o controle palestino, os membros do partido não estavam de acordo. Os eleitores do Shas apoiavam o bloco da direita, e o Shas, como parte de um governo de esquerda, ia contra as suas crenças. Quando os Acordos de Oslo foram votados no Knesset, o Shas se absteve. Era um sinal de que a pressão dos fiéis do partido o levaria a abandonar o governo. Após a renúncia de Deri, acusado de corrupção, o Shas também renunciou. O governo de Rabin passou a contar

somente com cinquenta e oito cadeiras no Knesset e dependia do apoio dos membros árabes.

Daí em diante, os colonos acusaram o governo de, apesar de estar por um fio, tomar decisões fatídicas para o povo judeu. Alegavam que o governo obtinha apoio através da oferta de benefícios aos membros do Knesset, e que não tinha uma maioria judaica. Mas Rabin não foi detido pela criminalização dos Acordos de Oslo por parte da direita. Determinado a concluir o processo em curso, não permitiu que os protestos alterassem sua trajetória. Não demonstrou nem sensibilidade nem empatia pelo problema dos colonos que viam seu mundo ser destruído. Pelo contrário, em cada confronto demonstrou desprezo por eles e determinação em não desviar de seu curso.

Em meio a toda a comoção que se seguiu à implementação dos acordos do Cairo, à chegada de Arafat à Autoridade Palestina, aos atos de terrorismo perpetrados por organizações islâmicas e aos ruidosos protestos da direita israelense, em outubro de 1994 realizou-se uma cerimônia festiva no deserto de Arava, na fronteira jordano-israelense. Na presença do presidente Clinton, do rei Hussein, de Rabin e de várias outras autoridades, foi assinado um acordo de paz entre Israel e Jordânia, candidata natural a um tratado de paz com Israel. Depois que a Jordânia abriu mão da Cisjordânia, os territórios em disputa com Israel eram poucos e negociações rápidas eliminaram as diferenças entre os dois países. A Jordânia havia aguardado a implementação bem-sucedida dos acordos do Cairo antes de concordar em tomar parte das negociações de paz. O fato de o presidente Clinton ter prometido cancelar as dívidas do reino também ajudou a promover o processo. O rei tinha receado a reação de Damasco se assinasse um tratado de paz sem os sírios, mas, conforme se arrastavam as negociações entre Israel e Síria sem que se chegasse a um acordo, Hussein temeu perder o momento apropriado para obter paz.

O tratado com a Jordânia foi o terceiro assinado entre Israel e uma entidade árabe. Continha precedentes que, com boa vontade, poderiam servir de modelo para tratados de paz adicionais. Israel devolveu à Jordânia

territórios além da fronteira internacional, que foram prontamente arrendados de volta a Israel. Houve também troca de territórios, e Israel comprometeu-se a fornecer à Jordânia uma cota anual de água, para diminuir os problemas de abastecimento do país. Em forte contraste com os Acordos de Oslo, o tratado com a Jordânia foi aclamado universalmente em Israel. Mas não teria sido assinado sem Oslo.

Somente a Síria mantinha-se fora do círculo de pacificação. Houve tentativas de retomar as negociações com a Síria desde a assinatura dos Acordos de Oslo, em 1993. Na primavera de 1995, durante os tumultos em Israel relacionados aos Acordos de Oslo, publicou-se o “Documento Stauber” definindo um plano de paz israelo-sírio, que incluía a retirada israelense das colinas do Golan. Apesar de ser hipotético, o documento adicionou combustível a uma atmosfera israelense já inflamável. Agora eram os colonos das colinas do Golan e seus simpatizantes israelenses moderados, da esquerda e do centro, que se uniam contra o governo. Os colonos do Golan eram, em sua maioria, laicos e apoiadores do partido trabalhista. Não rejeitavam a possibilidade de uma retirada das colinas do Golan, mas as condições que exigiam eram totalmente inaceitáveis para Assad. A campanha antigoverno utilizando o slogan “O povo está com o Golan” ganhou ímpeto e conseguiu engajar elementos de passado militar respeitável e *status* considerável entre as elites culturais. Eram os colegas de Rabin no Palmach que agora lançavam dúvidas sobre seu raciocínio. Mais além desse ataque pessoal, a Terceira Via, como era chamado o movimento, ajudava a minar a estabilidade do governo, porque incluía vários parlamentares do Knesset, membros do Partido Trabalhista.

Em 4 de novembro de 1995, ao final de uma manifestação em massa em apoio ao primeiro-ministro e ao processo de paz, Yitzhak Rabin foi atingido por três tiros e acabou morto. Apesar de ser uma profecia autorrealizada, apesar das ameaças públicas proferidas contra a vida do primeiro-ministro e das cerimônias religiosas místicas realizadas para engajar forças divinas que o matassem, parece que poucos levaram a sério a ideia de que o primeiro-ministro de Israel pudesse ser assassinado por um judeu. Era um tabu cujo

rompimento parecia inconcebível, e o choque foi tremendo. As balas que mataram Rabin feriram o tecido da democracia israelense, expondo sua vulnerabilidade e apontando a necessidade de aguçar a consciência do que é legítimo no debate político, e o que não é. Dedos acusadores foram apontados para o setor sionista religioso, de onde se originou o assassino, e de onde partira a incitação mais séria. O efeito moderador do assassinato esfriou o fervor do debate público, reduziu o nível de violência, tanto física quanto verbal, e restaurou um nível de sanidade e consenso ao discurso público em Israel. Não desapareceram as discordâncias em relação ao futuro dos territórios, ao processo de paz e às relações árabe-israelenses, mas a incitação vinda da direita tornou-se menos extremista. Frases como “Rabin é um assassino”, “Rabin é um traidor” ou “*din rodef*” não tinham mais vez.

Todos os grandes líderes mundiais, liderados pelo presidente Clinton, participaram do funeral de Rabin, para prestar sua última homenagem ao mártir do processo de paz e expressar seu apoio e a esperança de que o sucessor do primeiro-ministro, seu camarada e adversário político Shimon Peres, seguisse suas pegadas. E Peres realmente tentou seguir o mesmo caminho. Os Acordos de Oslo II, e o Acordo Interino sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, assinados por Rabin em setembro de 1995, foram implementados com sucesso, e as Forças Armadas retiraram-se das cidades da Cisjordânia. Algumas áreas foram transferidas para o controle da Autoridade Palestina.

O pêndulo da atividade diplomática voltava-se novamente para a Síria. As negociações de Wye Plantation, realizadas no final de 1995 com a ativa mediação dos norte-americanos, produziram algum sucesso, mas não um verdadeiro avanço. Itamar Rabinovich, o embaixador israelense em Washington e negociador-chefe do governo de Rabin com a Síria, alega que Assad reagiu de forma negativa às propostas israelenses e à mediação norte-americana e bloqueou o processo. Mas o negociador norte-americano Martin Indik alega que houve grande progresso. Porém, uma onda de violência e terrorismo desencadeada durante as negociações acarretou seu colapso. Rabinovich acredita que os sírios deram a entender, tanto às

organizações terroristas quanto ao Hezbollah, que ambos tinham liberdade para agir contra Israel. Indyk, por seu lado, diz que a violência foi instigada pelo Irã, que queria torpedear o processo de paz e regozijava-se com a morte de Rabin.

De qualquer maneira, enquanto ocorriam as negociações de Wye Plantation, quatro novos ataques terroristas foram perpetrados em Israel ao longo de poucos dias, e os sírios se recusaram a lamentá-los publicamente. Ao mesmo tempo, o Hezbollah utilizava bombas colocadas às margens das rodovias na “zona de segurança” do Líbano, para matar soldados israelenses. Peres foi obrigado a retaliar com a Operação Vinhas da Ira, encerrada prematuramente após uma bomba israelense errar o alvo e matar cerca de cem civis libaneses e palestinos. A opinião pública no Ocidente e nos países árabes enfureceu-se contra Israel, e Peres se viu forçado a retirar-se do Líbano sem derrotar o Hezbollah. A Síria desfrutou do constrangimento israelense e do benefício obtido nas negociações, mas não levou em conta o que ocorreria como consequência desses eventos. Aproximava-se rapidamente a data das eleições em Israel. Após o assassinato de Rabin, a população israelense inclinou-se para a esquerda e a vitória de Peres parecia assegurada, mas os ataques terroristas mudaram o humor do país. Nas eleições de julho de 1996, Peres perdeu por uma pequena margem para Benjamin Netanyahu, o novo e carismático líder do Likud. O ímpeto do processo de paz, que havia se mantido desde a Conferência de Madri, e especialmente desde as eleições de 1992, se perdeu.

Os países árabes saudaram a interrupção do processo de paz com um suspiro de alívio. Egípcios, jordanianos e sírios, todos tinham reservas a respeito das ideias de “um novo Oriente Médio” (termo cunhado por Peres), cooperação econômica e projetos conjuntos entre Israel e seus vizinhos. Para Peres, essas ideias anunciavam a paz e o desenvolvimento da região, mas os governos árabes as viam com restrições. O que aos olhos dos israelenses eram as bênçãos da paz era interpretado por seus futuros parceiros como a tentativa de estabelecer uma hegemonia israelense no Oriente Médio. O ritmo no qual se normalizavam as relações sob os auspícios do processo de

paz – incluindo conferências econômicas em Casablanca e Amã com uma participação predominante de Israel – intimidou os países árabes e fez com que preferissem desacelerar o processo. Assad se opunha tanto às conferências quanto à ideia de um novo Oriente Médio, considerada conflitante com o caráter árabe da região. “Por que está se criando um Oriente Médio?”, perguntou Assad. “O Oriente Médio já existe. O estranho é que o Oriente Médio tem sido apresentado como uma alternativa ao arabismo... o que nós, como árabes, certamente rejeitamos.”⁴

Patrick Seale, o biógrafo semioficial de Assad, analisou as razões mais profundas por trás da relutância do líder sírio em engajar-se no processo de paz. A versão israelense da normalização exporia a Síria à influência israelense e requereria uma maior abertura em direção ao livre-mercado, com trocas de pessoas e mercadorias que provavelmente alterariam o caráter do Estado sírio criado pelo Baath, o partido radical de Assad. Além disso, dizia Seale, enquanto Israel via a paz como um instrumento para aumentar sua influência no Oriente Médio, para Assad o processo representava uma forma de bloquear Israel, “diminuir sua influência a proporções mais modestas e menos agressivas, que os participantes árabes do Oriente Médio aceitassem e com as quais poderiam viver”⁵.

Durante sua campanha eleitoral, Netanyahu prometeu respeitar os Acordos de Oslo e então tinha de provar que realmente reconhecia os compromissos internacionais dos governos anteriores. Ele estava em uma situação inerentemente contraditória: por um lado, era apoiado por um bloco militante de direita cuja intenção declarada era destruir os acordos. Por outro, queria manter boas relações com o governo Clinton, cujo objetivo era promover o processo de paz. Sua tentativa de satisfazer os dois lados fez com que ambos se voltassem contra ele. De sua parte, Arafat acreditava que, dali em diante, seu parceiro nas negociações seria o governo norte-americano. Para garantir esse apoio, fez algo que não havia feito antes: engajou-se em uma vigorosa campanha contra o terror, prendendo ativistas do Hamas e ameaçando as suas principais áreas de atuação. Como resultado – e talvez também como resultado de um acordo tácito entre Arafat e Hamas

–, em Israel reinou a paz e cessaram os atentados suicidas. Aparentemente, o Irã e seus agentes, o Hamas e a Jihad Islâmica, não viam razão para uma escalada da situação, uma vez que, de qualquer forma, não havia progresso no processo de paz. Arafat podia, portanto, apresentar-se na arena norte-americana como aquele que manteve sua parte dos acordos, enquanto Netanyahu, ainda que sem renunciar a Oslo, recusava-se a avançar com o processo de paz. Arafat subitamente aparecia como o parceiro confiável, e Israel, como aquele cuja política era duvidosa.

Em setembro de 1996, Netanyahu abriu ao público o Túnel do Muro das Lamentações, um túnel adjacente ao Muro que datava do período Hasmoneu. Realizado sem aviso prévio à Autoridade Palestina, esse ato liberou todos os gênios da garrafa da suspeita árabe sobre as intenções de Israel de tomar o Monte do Templo. Embates sangrentos eclodiram entre agitadores – que incluíam membros da força policial palestina treinada pelos israelenses – e tropas do Exército israelense, causando dezenas de mortos e feridos. Os norte-americanos rapidamente entraram como mediadores entre os lados e promoveram um cessar-fogo. Após retirar Netanyahu da confusão repleta de derramamento de sangue, os norte-americanos exigiram que ele cumprisse os compromissos assumidos por Peres, com a retirada israelense de Hebron. Netanyahu tentou se esquivar e obter melhores condições para Israel, mas no final assinou o Acordo de Hebron (1997), e as Forças Armadas israelenses foram redistribuídas na Cidade dos Patriarcas. Essa ação representou o reconhecimento da legitimidade internacional dos Acordos de Oslo pela direita israelense.

As negociações continuaram a passos de tartaruga, mas não foram interrompidas. Apesar de as negociações sobre o acordo de *status* final não começarem na data marcada em 1996, algo positivo ocorreu. Após intensos esforços de mediação do governo norte-americano, junto de longas e árduas negociações, um acordo foi assinado em Wye Plantation em outubro de 1998, para a redistribuição de tropas israelenses na Cisjordânia e a transferência de mais 13% desse território para a Autoridade Palestina. Observadores norte-americanos supuseram que havia um acordo tácito

entre Arafat e Netanyahu; que Netanyahu transferiria áreas relativamente pequenas para os palestinos, em troca de paz e tranquilidade. Yitzhak Molcho, o negociador-chefe de Netanyahu, comparou essa política a engolir sapos: é possível engolir dez sapos pequenos, mas não um grande.

Netanyahu tinha graves problemas de credibilidade. Fazia promessas tanto aos moderados quanto aos radicais de seu governo, mas era incapaz de cumpri-las. A direita exigia que o líder anulasse os Acordos de Oslo, o que ele não podia fazer, e via o Acordo de Wye como a quebra de uma promessa. Por causa de seu compromisso político, Netanyahu havia prometido a seus parceiros moderados progresso em movimentos políticos para avançar no processo de paz, e esse grupo estava frustrado porque nada havia se materializado. O Likud começou a desmoronar internamente, e partidos fragmentados que haviam aderido à coalizão se retiraram, diminuindo seu apoio no Knesset. Em uma tentativa de evitar a queda do governo, Netanyahu propôs um voto de confiança. Uma perda significaria novas eleições, algo que os membros em exercício no Knesset não costumam aceitar. Mas nessa ocasião a direita puxou o tapete de Netanyahu e votou contra o líder, derrubando o governo. Ele foi obrigado a realizar eleições nacionais.

As eleições para primeiro-ministro de maio de 1999 tiveram como vencedor, por ampla maioria, Ehud Barak, líder do partido Yisrael Ahat (Uma Israel), união do Partido Trabalhista com outros pequenos partidos. O sistema eleitoral israelense tinha sido modificado após 1996, e o eleitorado passou a votar diretamente para primeiro-ministro. A esperança era de que esse sistema, mais parecido com o sistema eleitoral presidencial nos Estados Unidos, criasse governos mais estáveis. Porém, o verdadeiro efeito foi um aumento da fragmentação. Na eleição para o Knesset, os grandes partidos obtiveram um menor número de assentos, o que beneficiou os partidos pequenos e médios. O Yisrael Ahat conseguiu vinte e seis assentos; o Likud, dezenove; o Shas, dezessete; e o Meretz, dez, com o restante dividido entre inúmeros partidos pequenos que obtiveram entre dois e seis assentos cada. Em conjunto com o voto direto para primeiro-ministro, foi mantida a antiga

estrutura parlamentar, permitindo que os eleitores dividissem seus votos, dando um voto ao primeiro-ministro e outro ao partido de sua escolha. A expectativa de que as eleições diretas para primeiro-ministro neutralizariam a necessidade de barganhas para criar uma coalizão revelou-se um trágico erro de cálculo. As eleições diretas para primeiro-ministro logo seriam anuladas, e o velho sistema de eleição de uma lista partidária foi retomado. Entretanto, o retorno ao velho sistema não resultou na retomada do sistema bipartidário que governou a política israelense nos anos 1980.

Em uma manifestação maciça após a vitória eleitoral, os eleitores de Barak cantavam “tudo menos o Shas”. O partido era identificado com figuras públicas indiciadas por corrupção. Sua imagem era a de um partido interesseiro, preocupado tão somente com o bem-estar de seus eleitores, e politicamente instável. Mas Barak não teve escolha. Tinha de lidar com o Shas e também convencer o Meretz, de esquerda – que havia prometido a seus eleitores não entrar em uma coalizão com o Shas –, a juntar-se à coalizão com base em uma retomada das negociações de paz. A coalizão também incluía o partido de centro (um novo partido formado por ex-membros moderados do Likud e figuras notáveis do centro político), o ultraortodoxo Yahadut Hatorá (Judaísmo da Torá) e o Yisrael Baalyia (uma combinação de Israel e *Aliá*), o partido dos imigrantes da ex-União Soviética. Era uma coalizão frouxa. Em setembro de 1999, o Yahadut Hatorá abandonou o governo em protesto contra a não observância do *Shabat*, e, em junho de 2000, o Meretz se retirou após uma disputa com o Shas, mas continuou a apoiar o governo em função do processo de paz. Quando Barak embarcou para a Cúpula de Camp David, em julho de 2000 (discutida adiante), o Shas e o Yisrael Baaliya também abandonaram a coalizão. E então o partido de centro começou a desmoronar. Assim, apesar de sua impressionante vitória eleitoral, Barak ficou sem nenhuma base de apoio político real.

Barak não era de tomar medidas inócuas; o método de Netanyahu de “pequenos sapos” não era para o novo primeiro-ministro. Ele se via como um líder que daria continuidade ao legado de Rabin, pronto para tomar

grandes decisões ao estilo Ben-Gurion, e impôs-se o objetivo de encerrar o conflito árabe-israelense. Diferentemente de Rabin, sempre cauteloso e partidário da abordagem do passo a passo, prestando atenção permanente ao resultado de cada medida, Barak buscava chegar ao acordo de *status* final através de um grande gesto. Considerava um erro estratégico as progressivas cessões territoriais, que transferiam pequenas parcelas da Cisjordânia aos palestinos sem receber concessão nenhuma, porque Israel perdia moedas de troca sem obter nada em retorno. Barak adiou a implementação dos acordos já firmados, presumindo que, por alguns poucos meses, até se chegar ao acordo final, não valia a pena criar tensões com seus parceiros na coalizão, o que poderia colocar seu governo em risco. De qualquer forma, o primeiro-ministro pretendia resolver todas as questões espinhosas e obter um acordo final que significasse “o encerramento do conflito” com os palestinos. A tensão entre os objetivos ambiciosos de Barak e suas limitadas habilidades políticas provocaria seu fracasso.

Aparentemente, o momento era apropriado para tomar importantes decisões. Era o último ano do governo Clinton, que queria deixar como legado o acordo de paz entre Israel e os palestinos. Vozes vindas de Damasco indicavam uma mudança drástica na posição do presidente Assad. Doente e inseguro em relação à transferência de poder para seu filho, Assad agora buscava obter um acordo com Israel, antes de passar o bastão do governo. Por um momento, abriu-se uma janela de oportunidade com a Síria. Em janeiro de 2000, Israel e Síria participaram de negociações de paz em Shepherdstown, na Virgínia Ocidental. A discussão concentrou-se em torno da fronteira de 4 de junho de 1967, mas, no momento decisivo, Barak recuou e recusou-se a aprovar o “compromisso” de Rabin. Não está claro se sua recusa foi uma tática de negociação – uma vez que aceitar antecipadamente tal retirada teria reduzido significativamente seu espaço de manobra – ou se o primeiro-ministro queria evitar um acordo que forçaria uma retirada israelense total das colinas do Golan. Barak estava disposto a conceder o enclave de El-Hamma, mas não cederia a soberania absoluta

sobre o mar da Galileia, uma das mais importantes fontes de água para Israel.

É possível que uma pesquisa de opinião pública em Israel tenha deixado claro a Barak que tal concessão não teria o amplo apoio esperado. Mesmo assim, as negociações continuaram. Uma cúpula em Genebra, entre Clinton e Assad em março de 2000, deveria ter eliminado as últimas dificuldades e definido o esboço do acordo final. Mas não foi o que ocorreu. Um vazamento do lado israelense, revelando que os sírios haviam concordado com a instalação de uma estação israelense de alerta nas colinas do Golan após a retirada, causou uma reação negativa junto à *intelligentsia* síria, o que provavelmente conteve Assad. O líder sírio então renegou acordos anteriores, assim como todas as mudanças em suas posições que haviam alimentado o otimismo de israelenses e norte-americanos. Aparentemente, Assad decidiu que garantir a sucessão de seu filho e simultaneamente obter um acordo de paz estavam além de seus limites. As negociações com a Síria encerraram-se com um fracasso total. Assad faleceu em junho de 2000, e o acordo de paz entre Israel e Síria foi abandonado.

O fracasso das negociações com a Síria teve consequências de longo alcance. Barak tinha prometido a seus eleitores dar um fim à constante sangria no Líbano e retirar as Forças Armadas israelenses da zona de segurança-tampão ao longo da fronteira, mantida sob controle israelense após a retirada de 1985. Uma retirada após um acordo com a Síria teria sido recebida como um resultado positivo do acordo de paz. Assim, a retirada unilateral israelense de 24 de maio de 2000, sem negociações com a Síria ou o Hezbollah, foi vista como uma vitória do Hezbollah, responsável por garantir que a retaguarda do Exército em retirada fosse hostilizada, reforçando assim a imagem de seu triunfo.

Essa suposta vitória tinha implicações em relação à posição do Hezbollah no Líbano. O Hezbollah alegava que, como organização com a missão de combater Israel pela libertação do solo libanês, tinha razões legítimas para lá manter seu Exército. Adicionalmente, o contínuo apoio sírio às organizações terroristas islâmicas com sede em Damasco

enfraquecia as forças palestinas que buscavam a paz com Israel. Gabando-se do sucesso da luta armada contra Israel, o Hezbollah sensibilizava os jovens da Cisjordânia, que, após seis anos dos Acordos de Oslo, continuavam sob o governo corrupto da Autoridade Palestina e sem um Estado independente. Aparentemente, Arafat também se impressionou com o modelo do Hezbollah. A violência do Hezbollah obtivera sucesso, sem negociações ou concessões. Talvez essa fosse a forma de conseguir um acordo melhor com os israelenses; portanto, fazia sentido pelo menos não apressar um acordo.

Durante esse período, uma espécie de movimento pendular também havia ocorrido nas negociações tanto com os sírios quanto com os palestinos. Ambos sabiam que poderiam ser os últimos parceiros em uma negociação com Israel, o que enfraqueceria sua capacidade de barganhar. Agora que a opção síria estava evidentemente fora da agenda, as negociações com os palestinos seriam claramente mais difíceis do que antes. E o tempo se esgotava: o último ano do mandato do presidente Clinton estava chegando ao fim.

Ao longo do ano anterior, os participantes israelenses e norte-americanos do processo de paz haviam discordado sobre a trajetória mais apropriada para as negociações. Aqueles que apoiavam os avanços junto aos palestinos viam as negociações com a Síria como uma perda de tempo que mais tarde seria sentida na obtenção de um acordo com os palestinos. Por outro lado, um acordo com a Síria dependia da decisão de uma só pessoa e parecia viável. Enquanto negociava com a Síria, Barak continuou a manter um lento diálogo com os palestinos, que reclamavam que o líder israelense os desprezava. A data acordada para o início das negociações sobre o *status* final chegou e passou, e as negociações continuaram, lentamente. Chegada a primavera, ambos os lados ainda estavam longe de qualquer trilha capaz de levar a um acordo.

No verão de 2000, ocorreram as negociações preparatórias para a Cúpula de Camp David entre Arafat, Barak e o presidente Clinton. Como a cúpula fora idealizada para negociar o fim do conflito, os temas evitados por ambos os lados em rodadas anteriores de negociações seriam postos sobre a mesa

pela primeira vez: Jerusalém, fronteiras e refugiados. Até então, não tinha havido discussões reais sobre Jerusalém entre israelenses e palestinos. Os judeus haviam acalentado a cidade, o Monte do Templo e o Muro das Lamentações por dois mil anos. O Haram al-Sharif (lit., santuário nobre, ou Cúpula da Rocha) era o terceiro lugar mais sagrado para o Islã, após Meca e Medina; era o local a partir de onde o profeta Maomé havia ascendido ao céu. Os palestinos não tinham em mente somente um Estado palestino, mas um Estado cuja capital fosse Jerusalém. Como poderia ser resolvido um conflito histórico tão profundo? Havia boas razões para ter deixado a discussão sobre Jerusalém para o estágio final das negociações. Mas tinha chegado o momento da verdade, e a questão era se um meio-termo poderia ser encontrado entre os desejos contraditórios de ambos os lados.

O tema das fronteiras também era explosivo. Os israelenses queriam controlar o vale do Rio Jordão para proteger Israel de uma invasão vinda do leste. Era possível que o assunto pudesse ser resolvido através da substituição do controle por um esquema de segurança, mas, na questão dos refugiados árabes de 1948, nenhum governo israelense poderia ceder. O “direito de retorno” que os palestinos continuavam a exigir – e educaram gerações de crianças para aferrar-se a essa ideia – chocava-se com a própria existência de Israel como Estado judeu. Um meio-termo poderia ser negociado trazendo palestinos a um futuro Estado palestino e também permitindo o retorno simbólico de alguns refugiados a Israel. Todos esses temas teriam de ser parte de um acordo com o objetivo de encerrar o conflito. Como pano de fundo para essa discussão em processo de evolução, relatórios da inteligência sugeriam que, sem um acordo, era de se esperar uma erupção de violência por parte dos palestinos.

A posição política de Barak era precária. Seu governo não dispunha de uma maioria parlamentar e dependia do apoio do Meretz e das facções árabes, que não compunham a coalizão. Conforme mencionado anteriormente, às vésperas da partida de Barak para a Cúpula de Camp David, o Shas e o Yisrael Baaliya deixaram a coalizão, em um protesto contra suas políticas. Se fosse alcançado um “acordo para encerrar o conflito”,

poderia haver uma mudança drástica no humor do público israelense e a formação de outra constelação política. Porém, com o tempo se esvaindo antes do final do governo Clinton e a difícil situação do governo de Barak, estava claro que Barak, mais do que Arafat, necessitava de um acordo em Camp David. Curiosamente, nessa situação, o lado ostensivamente mais fraco, o dos palestinos, desfrutava de uma melhor condição de barganha.

As longas e tortuosas negociações de Camp David foram analisadas mais tarde, tanto por seus participantes quanto pelos críticos. Se anteriormente o lento progresso havia levado à frustração e à tensão entre os dois lados, sem que ambos cumprissem suas promessas, agora o esforço para chegar a um acordo final de “encerramento do conflito” demonstrava que essa era uma “missão impossível”. É provável que os dois lados tenham cometido erros. As táticas adotadas por Barak, que no início manteve escondidas as suas cartas, mas rapidamente cedeu às pressões norte-americanas e dispôs-se a revelar suas “linhas vermelhas”, foram mal calculadas. Ao presumir que poderia apresentar, de início, sua proposta final, e esperar que o outro lado a aceitasse, Barak expôs sua falta de requinte como negociador e sua impaciência em chegar a um acordo. Por outro lado, quanto mais os norte-americanos pressionavam os palestinos para que apresentassem uma contraproposta, mais firmemente eles aderiam às resoluções da ONU sobre as linhas de 4 de junho de 1967 e à resolução 194, também da ONU, relativa aos refugiados, e se recusavam a fazer uma proposta conciliatória. Nas negociações preparatórias, os palestinos tinham se mostrado favoráveis a manter blocos de assentamentos judaicos em troca de território. Agora, se enfureciam com as propostas para que recebessem 92% da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Os israelenses também concordaram em ceder o controle sobre o vale do rio Jordão e estavam preparados para aceitar disposições de segurança, bem como uma força internacional ao longo da linha do rio Jordão.

O tema mais difícil de todos era Jerusalém. Abrir mão da soberania sobre toda a Jerusalém ia contra tudo que os israelenses haviam dito desde 1967. Dividir Jerusalém era uma ideia que nenhum líder israelense tinha

mencionado até então. Mas Barak teve de enfrentar o desafio. Ele estava preparado para oferecer a Arafat os bairros árabes afastados na Jerusalém Oriental, os bairros cristão e muçulmano da Cidade Velha, e mesmo para dar a Arafat a custódia sobre o Monte do Templo. Os israelenses manteriam os bairros judaicos construídos após 1967, os bairros armênio e judaico na Cidade Velha, o Muro das Lamentações e a soberania sobre a parte subterrânea do Monte do Templo. Seja qual for o critério, a proposta de Barak era revolucionária. No entanto, Arafat nem a levou em conta. Diferente de seus interlocutores israelenses e norte-americanos, ele não tinha pressa. Apesar de ter demonstrado enorme coragem, no final Barak fracassou, porque foi incapaz de convencer Arafat de que não havia possibilidade de fazer maiores concessões. E talvez Arafat temesse ser assassinado por muçulmanos enfurecidos, caso fizesse qualquer concessão em relação a Jerusalém.

Houve várias conquistas importantes em Camp David. Pela primeira vez, ficaram claras para os dois lados as bases de um acordo de *status* final. Os israelenses descobriram que os palestinos exigiriam quase toda a área da Cisjordânia, mais uma troca de territórios para permitir a permanência dos blocos de assentamentos. Israel não controlaria o vale do Rio Jordão, mas teria disposições de segurança para assegurar sua fronteira oriental. Os palestinos aceitaram os bairros judaicos ao redor de Jerusalém, os blocos de assentamentos, o controle israelense do quarteirão judaico (na Cidade Velha) e do Muro das Lamentações. As propostas de Barak sobre Jerusalém inseriram o tema na agenda pública de Israel e deixaram os israelenses cientes de que não haveria paz com os palestinos sem uma conciliação criativa sobre Jerusalém. Conforme escreveu Martin Indyk, se Camp David tivesse sido definida como uma cúpula preparatória, teria sido considerada um grande sucesso e não um tremendo fracasso. Entretanto, se assim o fosse, Barak não teria feito suas propostas revolucionárias, que fez por presumir que estava em um estágio decisivo das negociações. Barak não foi capaz de perceber que seu interlocutor via a cúpula como uma armadilha para forçá-lo a aceitar uma solução imposta e não como uma abordagem

para encerrar o conflito. O que permitiu a Arafat escapar da armadilha foi o tema da soberania sobre o Monte do Templo, apresentada como um obstáculo intransponível para qualquer tentativa de conciliação.

A primeira Cúpula de Camp David tinha sido bem-sucedida porque Sadat e Begin queriam que o fosse, e estavam, portanto, dispostos a ceder. A segunda cúpula fracassou porque somente um dos líderes pensava em chegar a um acordo. Arafat não se via livre para tomar a difícil decisão, fosse porque não acreditava que seus apoiadores domésticos estivessem preparados, fosse porque temesse a reação dos países árabes, ou porque achou que seria assassinado no dia seguinte à assinatura do acordo. Uma coisa é certa: ele não preparou os palestinos para o fato de que um acordo final envolveria conciliação e cessões. A incitação na mídia palestina e no sistema educacional da Autoridade Palestina continuou durante a década de negociações de paz. A opinião pública não estava preparada para a possibilidade de um acordo que não só daria aos palestinos um Estado, mas também exigiria fazer inúmeras concessões aos israelenses. Barak conduziu a preparação psicológica do público israelense enquanto estava em Camp David, através de vazamentos sistemáticos de todas as concessões israelenses. Os palestinos não o fizeram; não deram valor às concessões feitas por Barak e não reconheceram que Israel, também, tinha demandas legítimas.

Robert Malley, ex-assistente especial do presidente Clinton para assuntos árabe-israelenses, e o intelectual libanês Hussein Agha escreveram um artigo revisionista que corrobora essa análise. O artigo propôs-se a contestar a versão dos eventos disseminada por Clinton, Barak, Dennis Ross e outros, que culpavam Arafat pelo fracasso em Camp David. Malley e Agha tentaram explicar por que os palestinos não apresentaram uma proposta própria, e até rejeitaram a via de Clinton (discutida mais adiante), que lhes oferecia termos ainda mais favoráveis do que as propostas de Barak em Camp David. Segundo os autores do artigo, “a maioria dos palestinos estava resignada à solução de dois Estados, e não disposta a adotá-la; estava disposta a aceitar a existência de Israel, mas não sua legitimidade moral. A guerra pela

totalidade da Palestina havia se encerrado porque fora perdida. Oslo, conforme o viam, não era uma negociação de termos de paz, mas de termos de rendição. Tendo essa perspectiva em mente, pode-se explicar a visão palestina de que o próprio Acordo de Oslo é a conciliação histórica – um acordo que concede a Israel 78% da Palestina Mandatária”⁶

Terá sido a Cúpula de Camp David um fracasso anunciado? A opinião que prevalece nos órgãos de segurança israelenses ao longo do período iniciado com os Acordos de Oslo é de que, enquanto o tema em questão era abordado na forma de acordos interinos, Arafat poderia assiná-los. Mas, uma vez que chegou o momento de negociar os acordos de *status* final, ele tinha quatro princípios e não os abandonaria: um Estado palestino com as fronteiras de 4 de junho de 1967; Jerusalém como sua capital; soberania sobre o Monte do Templo; e o “direito ao retorno”. Arafat previu o choque que se aproximava e fez os preparativos para um violento confronto com Israel. Desde o início, esse conceito, chamado por Itamar Rabinovich de “determinista”, lançou dúvidas sobre a possibilidade de um acordo que “encerrasse o conflito”. Era o outro lado da moeda de Malley e Agha. Enquanto isso, a esquerda radical israelense acusava Barak de falhar nas negociações, de ter pressa excessiva e falta de consideração com Arafat – ou seja, alegava que o fracasso fora causado por erros táticos.

Alguns argumentam que os anos passados à frente da Autoridade Palestina demonstraram a Arafat que o que o aguardava no final do trajeto era um Estado pobre, relativamente pequeno, sobrecarregado de problemas econômicos e sociais, e que ele preferia o romantismo da luta à rotina desalentadora de ser presidente de um Estado palestino. Enquanto não houvesse paz, Arafat seria um herói nacional, uma figura midiática à porta da qual viriam bater os luminares do mundo. Uma vez estabelecida a paz, o interesse no movimento pela libertação da Palestina desapareceria, a função histórica de Arafat terminaria e restariam tão somente a fricção interna cotidiana do campo palestino, a corrupção e a subversão. No momento decisivo, Arafat escolheu o mundo do passado, com suas emoções e seus riscos, em vez do mundo do futuro, que exigia uma mudança em sua

maneira de pensar e de sua imagem, assim como o aprendizado de viver em tempos de paz. Ele preferiu voltar de Camp David para Gaza como o herói que desafiara os norte-americanos e os israelenses, garantindo assim amplo apoio do público. O fato de não ter trazido a paz não representou uma mancha em sua imagem.

Clinton e Barak não abandonaram as esperanças após Camp David; continuaram em contato, tentando conseguir um acordo, enquanto Barak ocasionalmente abandonava as “linhas vermelhas” que havia traçado, em favor de posições mais conciliatórias. Barak via o acordo como sua única chance de sobreviver às eleições cada vez mais próximas. Segundo Aaron David Miller, as linhas vermelhas se tornaram cor de rosa, mas, quanto mais Barak cedia, mais Arafat aumentava suas exigências.

Em 28 de setembro de 2000, o líder israelense da oposição, Ariel Sharon, visitou o Monte do Templo. A visita foi coordenada com os palestinos, ele aceitou a restrição que impuseram de não entrar nas mesquitas e tudo se deu com relativa tranquilidade. Contudo, no dia seguinte, em torno de vinte mil fiéis muçulmanos participaram de um violento distúrbio no Monte do Templo. As forças israelenses de segurança reagiram com armas de fogo leves, e logo depois disso os distúrbios aumentaram ainda mais, em uma espiral fora de controle. Às vésperas do tumulto, as autoridades israelenses tinham descoberto que haveria manifestações violentas no Monte do Templo e informaram aos Estados Unidos. A secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, alertou Arafat sobre as consequências e tentou persuadi-lo a evitar as manifestações. Depois, soube-se que Arafat não moveu um dedo sequer. Conforme sugerido anteriormente, alguns alegam que Arafat tinha, desde o início, a intenção de utilizar a violência caso não conseguisse obter o que buscava em Camp David. Outros alegam que ele sempre necessitou do drama da violência para conseguir a independência palestina através do “fogo e do sangue”, de acordo com o conceito básico da OLP. De qualquer forma, Arafat nunca abandonou a opção da violência ao longo de todo o processo de paz. Ele nunca declarou

que a violência era ilegítima, e, sempre que foi chamado a agir contra ela, só o fez contra suas inclinações.

Assim, a visita de Sharon ao Monte do Templo fornecia a Arafat uma excelente oportunidade de promover sua posição utilizando a força, e também provar que suas mãos estavam atadas no que se referia àquela região. Mas a violência é um tigre difícil de ser domado. As imagens de televisão que supostamente mostravam soldados israelenses matando um menino de 12 anos chamado Muhammad al-Durrah (nunca ficou esclarecido se o garoto foi realmente morto pelos soldados israelenses) incendiaram a opinião pública árabe e palestina contra Israel. Em Ramallah, dois soldados reservistas israelenses, detidos na delegacia de polícia após entrarem por engano na cidade, foram linchados. As mãos ensanguentadas dos assassinos exultantes foram mostradas na televisão e enviaram ondas de choque que atingiram a opinião pública israelense. As Forças Armadas utilizaram duros métodos para reprimir os distúrbios, dos quais participaram inúmeros membros das forças de segurança palestinas (que Israel ajudara a treinar e equipar).

O mês de outubro de 2000 foi repleto de traumas. A eclosão da Segunda Intifada, que entrou no vocabulário palestino como a Intifada de Al-Aqsa, reforçou o mito das ambições israelenses relativas ao Monte do Templo e destruiu tanto as esperanças de paz quanto a confiança israelense nos palestinos. Sérios distúrbios provocados pelos árabes israelenses ocorreram do lado israelense da linha verde. Os distúrbios espalharam-se pela Galileia, pelo Triângulo e por Jaffa, gerando temor pela segurança dos habitantes judeus dos mitzpim (pequenos assentamentos comunitários) da Galileia. As estradas do Wadi Ara foram bloqueadas; houve destruição de propriedades e os ataques tiveram por alvo automóveis, instituições e assentamentos. Antes da supressão dos tumultos, doze árabes israelenses, um palestino e um judeu foram mortos, inúmeros ficaram feridos e um fosso se abriu nas relações entre árabes e judeus em Israel. Por um curto período, pareceu que Israel estava à beira de um confronto étnico entre árabes e judeus. Os israelenses tinham dificuldade em acreditar que esses eventos não haviam sido

coordenados com o que ocorria na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Além de tudo, três soldados israelenses foram capturados pelo Hezbollah na fronteira norte e um oficial da reserva foi capturado na Europa. Israel parecia estar no centro de um círculo de fogo que incendiava suas fronteiras. O público perdeu a confiança na capacidade do governo de garantir a proteção e a segurança da população. Dada a situação incerta, Barak decidiu convocar novas eleições para primeiro-ministro, sem dissolver o Knesset. A data marcada foi fevereiro de 2001.

Sob a sombra da violência, continuavam as tentativas desesperadas de se chegar a um acordo entre israelenses e palestinos. Nos últimos dias de sua presidência, Clinton fez um derradeiro esforço de mediação entre os lados. Os “parâmetros de Clinton” resumiam os temas centrais entre israelenses e palestinos e ofereciam uma proposta conciliatória que levava em conta os pontos sensíveis e as necessidades de ambos os lados. Era uma proposta equilibrada, que atendia grande parte das exigências palestinas – inclusive mais do que as propostas de Camp David. A Cúpula de Taba foi convocada em janeiro de 2001 por iniciativa do presidente egípcio Hosni Mubarak. O governo israelense aceitou os parâmetros, em princípio, mas com reservas em certas cláusulas. Arafat não queria – ou não era capaz de – aceitá-los. Um dos palestinos comentou com Dennis Ross: “Precisamos de David Ben-Gurion e o que temos é Yasser Arafat.”⁷ A cúpula terminou num impasse, Clinton encerrou seu mandato, e, nas eleições israelenses realizadas em 6 de fevereiro de 2001, Ariel Sharon foi eleito primeiro-ministro com ampla maioria. A partir daí, o processo de paz ficou estagnado.

A Intifada continuava e milhares de israelenses e palestinos pagaram com sua vida. A Segunda Intifada foi um evento encharcado de sangue, com a maioria das vítimas civis israelenses mortas por terroristas suicidas. Esfumou-se o sonho da paz e de um fim para o conflito. A sensação era a de que não havia alternativa senão a defesa da nação e do Estado. O centro e a esquerda israelenses, que tinham apoiado o processo de paz, não conseguiam entender o comportamento de Arafat. Se os dois lados não haviam conseguido chegar a um acordo, as negociações deveriam ter

continuado; não existia razão para a violência. A direita dizia “nós avisamos”, e a esquerda radical respondia “não fizemos o suficiente”. O israelense típico, padrão, sentia-se traído. Estavam lutando por suas vidas, e não tinham compaixão pelo outro lado.

O processo de paz fracassou? Ele sem dúvida entrou em colapso, deixando ambos os lados profundamente decepcionados. Em Israel, a Intifada destruiu a esquerda, que ainda não se recuperou do impacto sofrido. Entretanto, após a década de esperança, as relações entre Israel e os países árabes, bem como entre Israel e os palestinos, mudaram radicalmente. O tratado de paz com a Jordânia e a criação de algum grau de relação com os emirados do Golfo e os países do Maghreb foram passos importantes para que Israel adquirisse legitimidade e aceitação, por parte dos árabes, quanto à sua existência como entidade política no Oriente Médio. A iniciativa de paz da Liga Árabe, anunciada em 2002, talvez tenha sido a demonstração dessa mudança. Os países da Liga Árabe propuseram um acordo de paz abrangente, cujos termos seriam acordados em negociações.

Resumindo o fracasso do processo de paz, Dennis Ross citou, como um dos seus motivos, a percepção dos árabes de que a disposição em aceitar a existência de Israel era uma grande concessão, que obrigava Israel a fazer numerosas concessões sem um comprometimento proporcional da parte dos árabes. Reconhecer que Israel tinha necessidades legítimas e que a obtenção da paz exigia concessões de ambos os lados era parte do processo educacional sobre as negociações de paz. O futuro processo de paz revelará se as duas partes aprenderam ou não essa lição.

As relações israelo-palestinas também mudaram radicalmente. O reconhecimento mútuo derivado dos Acordos de Oslo fez com que os lados se conhecessem melhor, dialogando e criando um grau de intimidade entre as elites políticas e as ligadas aos órgãos de segurança, entre os quais diminuíram a antiga demonização e a sensação de estranhamento. Ainda não se sabe em que medida essa mudança permeou a população de ambos os lados. De qualquer modo, a diferença entre a antiga hostilidade e as relações atuais é impressionante. A ideia de dois Estados para dois povos,

um tabu na década de 1990, é agora apoiada pela maior parte da população israelense e compõe a base das plataformas de paz da maioria dos partidos, de forma categórica ou implícita. Hoje em dia, a maioria dos israelenses se dá conta de que é impossível governar outro povo por um longo período, e aceita que, para resguardar o caráter de Israel como um Estado judeu, é necessário desengajar-se da maior parte da Judeia e da Samária, assim como da Faixa de Gaza (desengajamento que ocorreu em meados da década de 2000). Pode-se dizer que o fracasso das negociações preparou a população israelense para a necessidade de chegar a um meio-termo com os palestinos e reconhecer suas necessidades nacionais. Uma mudança na conscientização, especialmente em conflitos longos e difíceis como o israelo-palestino, não acontece da noite para o dia; é preciso tempo, permanência e maturação. Somente o futuro mostrará se as sementes plantadas na década de 1990 frutificarão nas décadas vindouras.

ISRAEL NOS ANOS 1990

A mudança no perfil econômico de Israel entre as décadas de 1950 e 1990 pode ser resumida aos seguintes fatos: na última década do século XX, somente dois por cento da população economicamente ativa estava envolvida com agricultura, e a produção agrícola representava apenas dois por cento da exportação do país. De um país que tinha como símbolo o agricultor cultivando os campos, de acordo com o ideal sionista, ao fim de seus primeiros cinquenta anos, Israel tinha se transformado em um país industrializado, orgulhoso de sua indústria de ponta e de alta tecnologia. Apesar das limitações relacionadas ao abastecimento de água, a otimização na exploração tanto dessas fontes quanto do solo permitiu a Israel alimentar sua crescente população e até mesmo exportar para a Europa. É improvável que os fundadores do sionismo pudessem imaginar que o retorno dos judeus à natureza e ao trabalho físico não duraria mais do que duas

gerações. Nos anos 1990, as exportações israelenses concentravam-se na indústria e nos serviços, no comércio de diamantes, no turismo e, por último na lista, em produtos agrícolas.

A revolução econômica da década de 1990 foi marcada por uma mudança da indústria tradicional, como têxteis, equipamentos, construção, mineração e fertilizantes, para indústrias de alta tecnologia e conhecimento intensivo. As indústrias tradicionais demandavam mão de obra intensiva sem altos graus de especialização, e, em geral, pagavam salários relativamente baixos. As indústrias de alta tecnologia que floresceram nos anos 1990 demandavam educação superior, conhecimento de ciência ou tecnologia e capital humano. Seus empregados eram independentes, criativos e estavam preparados para trabalhar duro em troca de um salário relativamente alto. Não se comprometiam com a empresa no longo prazo e esta não se comprometia com seus empregados. O setor israelense de alta tecnologia dos anos 1990 atuava em áreas ligadas à internet, a *startups* de ciências da vida e projetos médicos. Seu sucesso foi resultado de muitos anos de investimento em pesquisa e desenvolvimento, da atuação de instituições de ensino superior, que criaram as bases científicas para as indústrias de conhecimento intensivo, e da influência da indústria de defesa, que investia em projetos de pesquisa e desenvolvimento nos quais um grande número de empresários de alta tecnologia, da primeira geração, adquiriram suas habilidades e suas ideias. Acordos de livre-comércio com a União Europeia e a América do Norte abriram as portas para o investimento de companhias internacionais em projetos israelenses. O abandono das últimas restrições em negociações com moeda estrangeira também promoveu o livre-comércio.

A tendência à privatização que teve início nos anos 1980 teve continuidade e ganhou ímpeto. As companhias pertencentes à Histadrut, assim como os *kibutzim* e *moshavim*, estavam acostumadas a operar em um ambiente de crédito subsidiado pelo Estado. Uma vez que os subsídios desapareceram, como consequência do afastamento do Estado em relação à condução do mercado de capitais, as companhias pertencentes à Histadrut,

os *kibutzim* e *moshavim* tornaram-se incapazes de atuar em um mercado de crédito caro, e enfrentaram a falência. As companhias pertencentes à Histadrut faliram e foram vendidas a empresas privadas. A Histadrut tornou-se um sindicato opcional, ao qual os trabalhadores já não eram obrigados a se filiar. Trabalhadores do setor de alta tecnologia não eram filiados à Histadrut; a entidade havia perdido sua atratividade junto a empregados de elite, limitando-se a funcionários de serviços vitais como a Companhia de Eletricidade, fornecimento de água e as indústrias tradicionais. Com a chegada a Israel de trabalhadores estrangeiros para preencher postos de trabalho na agricultura e nos serviços de assistência, a Histadrut perdeu mais um de seus segmentos de mercado.

No início dos anos 1990, Chaim Ramon, uma figura proeminente do Partido Trabalhista, deixou o partido para fundar uma lista independente na Histadrut, cujo objetivo era nacionalizar os serviços médicos – em outras palavras, retirar a organização de manutenção da saúde Kupat Holim (HMO) das mãos da Histadrut. Ele conseguiu a maioria dos votos nas eleições da Histadrut. No sistema de saúde reformado, todos os cidadãos pagariam uma “taxa de saúde” para o Estado, que lhes forneceria uma cesta de serviços médicos a serem obtidos da HMO de sua escolha. A privatização era, portanto, combinada com a nacionalização, o que mudou radicalmente as relações entre a Histadrut e o trabalhador. Muitos trabalhadores tinham se tornado membros da Histadrut por conta do serviço médico provido por sua HMO. Quando a conexão entre os dois se rompeu, os trabalhadores puderam escolher seu próprio provedor de serviços médicos, e a filiação à Histadrut passou a significar simplesmente ser membro de um sindicato. A consequente queda drástica no número de afiliados à Histadrut demonstrou a fragilidade da ideologia socialista entre os trabalhadores. Após os serviços médicos, outras instituições foram privatizadas: fundos de pensão e de aposentadoria, os bancos, os correios, empresas de comunicação e a companhia aérea nacional. Já não havia controle público ou estatal de bens públicos. Em seu lugar, magnatas israelenses e internacionais apareceram

para adquirir os bens colocados à venda, adquirindo também uma posição de influência nos centros de poder econômico e político do país.

Israel se adaptou à globalização, tendência mundial dos anos 1990. Companhias internacionais instalaram-se no país, e israelenses investiam e operavam por todo o mundo, onde os mercados livres davam as boas-vindas ao seu empreendedorismo. O processo de paz enfraqueceu sensivelmente o boicote árabe contra Israel, e os contatos entre Israel e outros países da região (Marrocos, Tunísia e os países do golfo) geraram projetos econômicos e encorajaram o crescimento. O clima político favorável levou a Israel investidores que tinham evitado investir no país durante os anos de tensão. Países da Europa Ocidental, que antes do processo de paz eram reticentes quanto à política israelense relativa aos palestinos, agora “descobriam” Israel e estavam dispostos a relacionar-se com o país. Os países da Europa Oriental, agora abertos ao Ocidente, também eram solo fértil para relações econômicas e de outras naturezas. A balança de pagamentos israelense, que havia sido um dos pontos fracos de Israel, refletindo sua dependência da ajuda norte-americana e das doações judaicas, foi de negativa para positiva, com o Banco de Israel acumulando importantes reservas de moeda estrangeira. A confiabilidade israelense no mercado mundial de crédito atraiu investidores internacionais, cujos investimentos oscilavam entre cinco e dez bilhões de dólares por ano.

Durante esses anos, aumentou o padrão de vida da população, mas, por outro lado, cresceu a distância entre aqueles cujos talentos estavam afinados com a nova realidade e os incapazes de se integrarem à nova economia. Israel, que tinha sido uma das sociedades mais igualitárias nos anos 1960, tornou-se uma das menos igualitárias na década de 1990. Os dois principais bolsões de pobreza abrangiam os ultraortodoxos, cujos membros da “sociedade de discípulos” não entravam no mercado de trabalho, e os árabes, sujeitos a restrições sociais e de segurança em sua integração à economia israelense.

Uma revolução também ocorreu no ambiente social. No passado, era geralmente aceito que um trabalhador assalariado mantivesse seu emprego

na Histadrut ou no governo por toda a vida. As reviravoltas na economia, trazidas pela privatização, destruíram essa convenção social. Aumentou a mobilidade dos trabalhadores, mas também cresceu sua incerteza em relação ao emprego. Companhias antes consideradas bastiões da economia israelense faliram, mudaram de proprietário ou otimizaram sua força de trabalho. As empresas de alta tecnologia não garantiam emprego permanente, e muitas delas desapareceram tão rapidamente quanto surgiram. De repente, viu-se abalado um elemento básico da sociedade israelense: o domicílio e o local de trabalho estáveis, a proximidade com a família ampliada, um grupo de crianças que se mantinha coeso do jardim da infância até o serviço militar e todo o conjunto de conexões familiares que fazia com que as pessoas se sentissem enraizadas em seus lugares e na sociedade. Apesar do surgimento de maiores oportunidades e de um padrão de vida mais elevado, algo importante, que talvez compensasse a constante sensação de perigo com que conviviam os cidadãos de Israel, havia se perdido.

Duas melhorias na qualidade de vida erodiram ainda mais o senso de familiaridade e conexão. A primeira: o ar-condicionado. O clima israelense demanda a utilização de ar-condicionado durante oito meses por ano (especialmente levando em conta o aquecimento global), e os israelenses tendem a não abandonar o ambiente controlado. A grande maioria dos lares, locais de trabalho, automóveis e mesmo cabines de tratores estão climatizados. Com isso, os espaços abertos, as ruas – principais locais de encontros no passado – tornaram-se menos populares. Apesar de os cafés ao ar livre continuarem existindo, seus clientes preferem o ambiente protegido do interior durante o verão. Como resultado, diminuiu a exposição dos israelenses um ao outro. Cada grupo social fecha-se em seu próprio bairro e, dentro do bairro, em sua própria casa. Assim, o aumento no padrão de vida levou os cidadãos a se tornarem mais distantes uns dos outros.

O segundo elemento foi a introdução de vários canais no sistema de televisão. Em lugar das duas ou três emissoras que até então haviam competido pela atenção dos israelenses, passou a existir uma gama de canais

disponíveis. Nas décadas anteriores, a televisão tinha sido a “fogueira tribal” na qual todos compartilhavam da mesma experiência, observavam os mesmos eventos e ouviam o mesmo comentário sobre a realidade. Desse momento em diante, a TV perdeu seu papel de formação de uma identidade comum. Alternativamente, a multiplicidade de idiomas, culturas, tendências e interesses proveniente da telinha dava à sociedade dividida encorajamento e afirmação. No passado, a televisão estatal assumira o papel de encontrar o equilíbrio entre promover a cultura de alto nível e suprir o desejo do público por entretenimento. Agora a multiplicidade de vozes popularizava, vulgarizava e trivializava a cultura.

A cultura jovem dos anos 1990 era alimentada pela televisão e influenciada pela cultura norte-americana apresentada na TV. Era uma cultura universal, sem raízes no aqui e agora. O estudioso Gadi Taub escreveu que “essa cultura realmente tentou, de todo o coração, acreditar que poderia escapar daqui, pertencer a uma república MTV supranacional dos espectadores de *Seinfeld* e *Murphy Brown*, mas ao mesmo tempo sabia bem que essa república não existia”.⁸ O ocaso da ideologia sionista-socialista criou um vácuo ideológico que os jovens tiveram dificuldade em preencher. A escritora Orly Castel-Bloom inicia seu livro *História* com as seguintes palavras: “Tenho uma história sobre a qual não tenho nada a dizer.”⁹ A vida de repente se tornou sem sentido, um aparente cumprimento da canção “Estou deitado de costas”, escrita por Yaakov Rotblit em 1983:

Sem ser ou não ser
Simplesmente estou aqui
Sem nada por que valha a pena
Morrer
Sem esperança e sem desespero
Somente olho
O mundo como um turista
E é tão lindo

A canção mostra um existencialismo universal. De certa maneira, afirma o sucesso do programa sionista de normalização dos judeus, para que fossem como outras pessoas. A sensação de segurança e a perda do medo existencial oferecidos pelo poder das Forças Armadas israelenses; a morte do idealismo e da ideologia; e o surgimento de uma geração sem passado nem futuro, interessada somente no presente – todos os três elementos compunham essa “normalização”. Mas foi isso que os pais do sionismo imaginaram? Certamente a distância percorrida pelo empreendimento sionista, do poema do início do século XX, sobre o filho, o novo judeu que se rebela contra seus pais, até a canção da geração do final do século XX, de uma aceitação total, ainda que inquietante, da serenidade do presente, demonstra não só como a revolução sionista triunfou, mas como se tornou rotineira.

O assassinato de Itzhak Rabin abriu um buraco escancarado nessa bolha de existência estilo MTV. Sem conseguir parar de chorar, os jovens se reuniram aos milhares na praça de Tel Aviv, onde Rabin foi assassinado, e, durante os sete dias do período de luto, acenderam velas em sua memória, buscando uma unicidade não somente com o líder que havia morrido mas também com uma experiência de algo com um significado que não carecia de conteúdo. Tentaram encontrar um elo com o público mais amplo e definir um objetivo para a vida. O assassinato e a experiência de pertencimento que se seguiu transformaram-se em pontos de referência para essa geração. Muitos deles passaram a ver a paz como uma missão de vida. Outros se ofereceram como voluntários em causas de ativismo social. Nas cidades em desenvolvimento, surgiram grupos de pessoas laicas e religiosas que haviam abandonado as cidades e os *kibutzim* e agora queriam voltar a viver nessas cidades e ajudar seus habitantes a progredir. Era o novo voluntarismo na Israel da virada do século. O futuro dirá se anunciou-se uma nova onda de idealismo ou se esse momento ficará como um evento marginal na vida do país.

A abertura da Rússia soviética em 1989 iniciou uma das mais amplas ondas de imigração que chegaram a Israel. No mínimo um milhão de pessoas, número, em termos absolutos, maior que a grande *Aliá* do início da

década de 1950. Se naquela década a imigração dobrou o número de judeus no país, a nova onda representava 17% da população judaica. Havia uma enorme diferença entre a população receptora dos anos 1950, que era pobre e não dispunha dos recursos para uma absorção de tão larga escala, e aquela dos anos 1990, com sua sólida e próspera economia em expansão, que recebeu empréstimos generosos para a absorção dos imigrantes – empréstimos com uma garantia norte-americana de dez bilhões de dólares. Entretanto, os imigrantes da década de 1950 chegaram a uma sociedade que dispunha de um sólido sistema de valores direcionados à construção de uma nação e ao rápido desenvolvimento do Estado. Ao contrário, os imigrantes dos anos 1990 chegaram a uma sociedade cindida, dividida entre religiosos e laicos, mizrachim e ashquenazim, direita e esquerda, cada campo com uma visão diferente sobre o futuro.

Desde a *Aliá* da Alemanha na década de 1930, Israel não tinha encontrado um grupo de imigrantes tão instruídos e que representavam um capital humano tão impressionante quanto a imigração da Rússia. Durante aqueles anos, escutavam-se em Israel histórias sobre o esvaziamento de departamentos de matemática de universidades russas de ponta e de hospitais abandonados pelos médicos. Assim como na *Aliá* da Alemanha, os imigrantes russos, como grupo, tinham um nível educacional superior ao da sociedade que os recebia (60% dos imigrantes tinham formação acadêmica, comparados com 30% dos israelenses). E, assim como na imigração da Alemanha, os imigrantes russos careciam de conhecimento e instrução sobre a herança judaica. Duas ou três gerações de governo comunista tinham apagado quase qualquer vestígio de cultura e consciência judaicas. A *Aliá* da Rússia na década de 1970 (com em torno de 200.000 pessoas) viera principalmente dos estados periféricos, como os da Ásia Central, ou dos países do Báltico que tinham estado sob controle soviético somente desde 1939. Nessas regiões, ainda prevaleciam uma memória judaica e uma tradição sionista ativas. O mesmo não se pode dizer da imigração dos anos 1990, que veio do coração eslavo (Rússia, Bielorrússia e Ucrânia) e das grandes cidades (Moscou, São Petersburgo e Kiev). Nessas regiões, os judeus

havam se aculturado por muitos anos, a maioria com sucesso, aos costumes soviéticos. Os judeus que chegaram a Israel sabiam que eram judeus, mas, com exceção da conexão étnico-nacional, é pouco provável que tivessem conhecimento da cultura judaica, fosse secular ou religiosa.

Os imigrantes russos dos anos 1970 tinham lutado pelo direito de emigrar da União Soviética, e foram para Israel por opção (muitos de seus irmãos optaram por emigrar para os Estados Unidos). Porém, assim como os imigrantes da Alemanha nos anos 1930, muitos dos imigrantes russos da década de 1990 não imigraram para Israel por fervor sionista ou ideológico. A maioria queria deixar a Rússia em razão da instabilidade política e da crise econômica que a afligia, em sequência às grandes mudanças promovidas por Gorbachev, a Perestroika (Reconstrução) e a Glasnost (Abertura). As amargas experiências do passado tinham lhes ensinado a não confiar na manutenção de portões abertos e, portanto, essa parcela da população russa se apressou em abandonar o país. Muitos teriam preferido os Estados Unidos, mas Washington impôs cotas para a imigração da Europa Oriental, temendo uma onda maciça de imigrantes oriunda do colapso do bloco oriental. Para muitos, portanto, Israel era a opção disponível. O que catalisou essa *Aliá* foi o fato de que muitos dos candidatos à imigração tinham parentes em Israel, que ajudaram a tornar esse distante país estrangeiro mais atraente.

A Israel dos anos 1990 era muito diferente do Estado centralizado da década de 1950, cujas elites adotavam uma visão de mundo coletivista. Agora o país apoiava o livre-mercado, a iniciativa privada, a privatização de serviços e uma reduzida função para o Estado. Ao mesmo tempo, os imigrantes dos anos 1990 eram um grupo instruído, sem dificuldade para se adaptar aos conceitos de uma sociedade e economia modernas. Foram, portanto, absorvidos na base do “faça você mesmo” ou, conforme se denominava oficialmente, através da “absorção direta”. O Estado não garantia aos imigrantes emprego ou locais de moradia, tampouco lhes permitia escolher seu próprio plano de saúde. Nos anos 1970, era comum manter os imigrantes por vários meses em centros de absorção, onde

recebiam aulas de hebraico, alocação profissional, indicações de moradia e serviços de saúde e bem-estar. Também eram levados para fazer passeios pelo país, a frequentar conferências e outras atividades que os ajudassem a socializar-se e adaptar-se à cultura do país. O processo de abandono da “estufa” do centro de absorção era lento e dependia da obtenção de moradia e trabalho pelo recém-chegado. Agora, os novos imigrantes recebiam uma soma equivalente ao valor dos serviços que teriam recebido em um centro de absorção e tinham de definir suas prioridades para gastá-la. A responsabilidade pela absorção era, portanto, transferida do Estado para o indivíduo, para a autoridade local ou a organização voluntária, de acordo com a política de privatização dos serviços.

A presença dos imigrantes russos fez dobrar o número de médicos e engenheiros em Israel. Nem todos os médicos conseguiram passar no exame de revalidação profissional do Ministério da Saúde, e estes foram obrigados a aceitar uma posição inferior, com trabalho em profissões paramédicas ou em outras áreas. Em geral, a emigração envolve uma diminuição do *status*, e nesse sentido a *Aliá* russa não foi exceção, pelo menos na primeira década dos recém-chegados a Israel. Mas sua absorção foi um grande sucesso, e no final da década a taxa de desemprego entre os imigrantes era similar à do resto da população.

Os russos trouxeram consigo um vasto conhecimento tecnológico e científico. Conforme se viu, durante os anos 1990 a alta tecnologia consolidou-se como uma das principais indústrias e base de exportação de Israel. Sem a imigração da Rússia, é impossível compreender a conversão de Israel, em poucos anos, em uma potência da alta tecnologia, com companhias negociadas em Wall Street e um extraordinário sucesso econômico em escala mundial. Os imigrantes demonstraram originalidade, empreendedorismo e adaptação a um mercado livre e aberto. Mas também não rejeitaram o duro trabalho braçal, sempre que necessário para sustentar suas famílias com dignidade. A *Aliá* da Rússia foi um dos fatores da prosperidade econômica em Israel na primeira metade da década de 1990. Uma leva de imigrantes é normalmente seguida de um rápido crescimento

econômico, decorrente do aumento da população, da necessidade de investimento para absorvê-la e, finalmente, da contribuição dos imigrantes para a economia. Essa onda de *Aliá* chegou durante o processo de paz, e o otimismo político combinou-se positivamente com o otimismo trazido pela onda imigratória.

Os imigrantes da Rússia não se “divorciaram” de seu país de origem. A conexão com a *Rodina* (pátria), a cultura russa e a preservação do idioma russo eram importantes para eles. A absorção direta não exigia sua socialização na cultura e na sociedade israelenses. Em contraste com *aliot* anteriores da Europa oriental, que a política soviética de isolamento havia afastado de seus países nativos, o colapso da União Soviética permitiu aos novos imigrantes manter contato com amigos e família em seus antigos lares. Rapidamente desenvolveu-se um tráfego de mão dupla: antigos cidadãos da URSS iam a Israel examinar as possibilidades de imigração, e cidadãos israelenses visitavam a antiga pátria. Havia muita demanda por apresentações de grupos russos de entretenimento, teatro e música, o que também ajudou a preservar os vínculos culturais com a Rússia.

Esses imigrantes, oriundos da *intelligentsia* judaica russa das grandes cidades, tinham muito interesse em fomentar a alta cultura russa em Israel. Surgiram jornais diários e revistas de alta qualidade, e a demanda dos leitores deu origem a várias editoras especializadas e livros publicados em russo. Os vínculos culturais e o idioma comum, assim como as interações sociais entre os imigrantes, logo criaram uma comunidade russa em Israel. Esses imigrantes, que em seu país natal não haviam conhecido uma vida comunitária, para os quais qualquer forma de associação era proibida na URSS, agora criavam uma comunidade florescente em Israel, baseada na cultura russa. Era um fenômeno jamais visto em grupos de imigrantes no passado. Os que chegaram da Alemanha tinham tentado preservar o idioma e a cultura alemães, conseguindo até certo ponto fazê-lo em cidades e vizinhanças nas quais viviam em números relativamente elevados. Porém, era uma cultura sem presença pública, porque o alemão era o idioma do opressor nazista e sua utilização era inaceitável. Não se sabe ao certo se os

imigrantes dos países árabes – com exceção da *intelligentsia* judaica de Bagdá – participavam da cultura secular de seus vizinhos árabes e, de qualquer forma, seu mundo cultural não era o da cultura árabe, e sim o das tradições judaicas.

O desejo dos imigrantes russos por uma comunidade que continuasse a falar o russo e preservasse a cultura russa não foi criticado pelo governo. Diferentemente do país do período do caldeirão de culturas, a Israel dos anos 1990 era uma sociedade pluralista que via com tolerância a diferença dos imigrantes, e até a legitimava. Havia, entretanto, quem reclamasse de que os russos só falavam russo entre si e excluía de suas conversas os que falavam hebraico. Esse hábito refletia o colapso da hegemonia cultural da “primeira Israel” e sua resignação com uma sociedade dividida, sem consenso básico sobre valores e cultura.

De certa maneira, os imigrantes russos desdenhavam da cultura israelense. Estavam insatisfeitos com o nível da educação científica e não aprovavam a atmosfera liberal dominante nas escolas israelenses. A familiaridade entre professores e alunos, os baixos níveis de disciplina e o fato de que não se ensinavam valores incomodavam os imigrantes. Eles criaram, então, seu próprio sistema educacional, através de aulas adicionais de enriquecimento e da criação de uma rede de escolas e jardins de infância em consonância com os métodos pedagógicos que consideravam aceitáveis. Essas escolas surpreenderam os israelenses veteranos, por conta do alto nível de seus resultados. Falava-se hebraico durante as aulas, mas havia também aulas de idioma e cultura russos. Os imigrantes também enriqueceram a cultura israelense com vários projetos: o Teatro Gesher (Ponte), criado por imigrantes russos, é um dos principais teatros israelenses. A *Aliá* russa também elevou o nível da música clássica, e surgiram grupos musicais nas áreas periféricas, uma manifestação do interesse e da necessidade dos imigrantes pela alta cultura.

A coesão da comunidade e a comunicação interna, através da imprensa russa altamente desenvolvida, tornaram-se uma excelente base para o desenvolvimento de organizações políticas. A influência da imigração russa

já pôde ser sentida nos resultados eleitorais de 1992. Naquele ano, os imigrantes, já considerados o bloco pivô entre a esquerda e a direita, votaram em Rabin em razão das dificuldades de absorção enfrentadas durante o governo Shamir, que não recebera as garantias financeiras norte-americanas necessárias para custear a absorção. Os imigrantes russos estavam posicionados na margem, entre o bloco nacionalista-religioso e o laico-liberal. Sendo de maioria laica, eram sensíveis à discriminação contra aqueles que não eram considerados judeus de acordo com a lei judaica. A Lei do Retorno garante direitos de imigrante aos netos de judeus, mesmo se não forem judeus, assim como a seus cônjuges não judeus. Conseqüentemente, em torno de 25% dos imigrantes não eram considerados judeus de acordo com a lei judaica e enfrentavam questões incômodas em relação a seu *status*, seus direitos, suas próprias possibilidades de casamento em Israel e o direito a um enterro judaico, para eles e seus descendentes. Os rabinos tinham endurecido o posicionamento quanto à conversão, exigindo a observância das leis religiosas após a sua realização, o que a tornava uma opção viável apenas para poucos. Os choques com os ultraortodoxos em relação à observância do *Shabat*, à venda de carne não kosher e temas similares levaram essa população a se tornar uma aliada natural do bloco não religioso.

Ao mesmo tempo, os russos eram desconfiados e hostis no que se refere aos árabes, o que colocava em questão seu apoio ao campo liberal não religioso. Durante a primeira década em Israel, sua posição política foi ambígua e, conforme foi visto, nas eleições de 1992 eles apoiaram o Partido Trabalhista. Em 1996, surgiu pela primeira vez um partido dos imigrantes – Yisrael Baaliya, liderado por Natan Sharansky, o herói *refusenik* dos anos 1970. Quando se separou o voto para o partido e o voto para primeiro-ministro, os imigrantes puderam votar em um partido que se preocuparia com seus interesses privados, ao mesmo tempo que expressavam sua nova identidade israelense votando em um primeiro-ministro nacional. Em 1999, muitos votaram a favor de Barak, impressionados por sua ilustre carreira militar. Naquela eleição, o Yisrael Baaliya obteve seis assentos, e outro

partido de imigrantes, o Yisrael Beiteinu (Israel Nosso Lar), liderado por Avigdor Liberman, dois. Os russos também eram atuantes na esfera municipal e alcançaram posições de poder e influência em áreas nas quais constituíam mais de 20% da população. Conforme foi visto, Yisrael Baaliya fez parte da coalizão do governo Barak, mas deixou-o às vésperas da Cúpula de Camp David. Os imigrantes russos não sentiam nenhuma afeição por qualquer um que tivesse vínculos com um passado socialista e, portanto, desde o início, viam a esquerda sionista com desconfiança. Mas, apesar disso, responderam positivamente a Rabin e a Barak, pois ambos tinham uma imagem militar que simbolizava o patriotismo israelense.

Entretanto, com o passar do tempo, os russos apresentaram uma tendência de direita, como fica evidente na ascensão de Avigdor Liberman. Além da personalidade de Liberman e de sua habilidade organizacional, o apoio dos russos a ele cresceu em virtude da mentalidade de uma população que havia sido cidadã de uma grande potência. Esses imigrantes viam as relações de Israel com o mundo em geral, e com seus vizinhos árabes em particular, através de lentes similares àquelas pelas quais os cidadãos da URSS tinham visto o mundo. Sua antiga pátria reagira com força e beligerância a ameaças reais e imaginárias, mas o fato de Israel não ser uma grande potência e requerer outra abordagem não impressionava a maioria dos imigrantes. A cisão na sociedade israelense sobre questões existenciais e temas culturais permitiu a um partido de imigrantes, que ocupara um nicho, atingir uma posição de significativo poder. A tendência dos imigrantes russos a proteger sua individualidade cultural e social e o uso da imprensa, assim como de organizações voluntárias, para formar uma comunidade forneceu-lhes os instrumentos para criar uma estrutura política capaz de proteger seus interesses. Ao que tudo indica, nenhuma outra *Aliá* foi capaz de atingir tamanha autoconsciência e influência política em apenas dez anos.

Alguns sociólogos profetizam que a integração russa à sociedade israelense está destinada a fracassar. Alegam que essa integração se manterá superficial e funcional e que prevalecerá o atual isolamento social e cultural

em relação aos israelenses veteranos. Contudo, um exame da história israelense sugere um desfecho diferente: os processos de socialização e acultramento que ocorrem no sistema educacional, no serviço militar e nos locais de trabalho, assim como em outras esferas da sociedade israelense, são, sim, mais frágeis quando comparados àqueles das décadas de 1950 e 1960. Mas, mesmo em suas condições atuais, esses processos tendem a prevalecer, e a tendência dos imigrantes russos ao isolamento e à exclusividade desaparecerá em uma ou duas gerações. Essa previsão pauta-se em experiências anteriores da sociedade israelense e está condicionada a que esse processo não seja subvertido por eventos imprevisíveis.

Junto à *Aliá* da Rússia, dezenas de milhares de emigrantes da Etiópia também chegaram a Israel. Há muitas e variadas conjecturas a respeito da origem dos judeus da Etiópia, que eram conhecidos como “Beta Yisrael” (Comunidade de Israel). De acordo com sua própria lenda, seriam descendentes de judeus da Terra de Israel que foram para a Etiópia com a rainha de Sabá e seu filho Menelik, gerado pelo rei Salomão e que se tornou imperador da Etiópia. Alguns alegam que os primeiros judeus chegaram à Etiópia após a destruição do Primeiro Templo, quando os judeus exilados de Jerusalém se dirigiram para o sul e se estabeleceram em Yebu (Elefantina), no Alto Egito. Esses judeus não conheciam a lei oral judaica e estavam afastados do judaísmo rabínico. Respeitavam parte dos mandamentos da Torá e mantinham uma tradição diferente daquela aceita no judaísmo desde o período do Segundo Templo. O contato com eles foi feito no início do século XX, e alguns deles chegaram até a Palestina.

Dúvidas relacionadas ao “judaísmo” dos etíopes impediram inicialmente o Estado de Israel de atuar com o intuito de levá-los ao país. Em 1973, o rabino-chefe Ovadia Yosef declarou-os judeus e, em 1975, foi reconhecido seu direito de imigrar, amparados pela Lei do Retorno. Várias organizações judaicas engajaram-se em uma campanha para convencer o governo israelense a levar os judeus etíopes para o país. Ao mesmo tempo, por causa da situação política na Etiópia, os judeus começaram a fugir em direção ao sul do Sudão, onde havia campos de refugiados mantidos pela ONU. As

notícias da grave situação desses refugiados chegaram a Israel e agentes do Mossad foram enviados para facilitar sua imigração. Durante a década de 1980, em torno de 17.000 judeus etíopes foram levados para Israel, incluindo a ponte aérea da Operação Moisés, que levou quase 7.000. Na operação Salomão, em 1991, o governo israelense transportou em dois dias, por via aérea, quase 14.000 imigrantes etíopes, temerosos de que a instabilidade política na Etiópia os colocasse em risco.

Os imigrantes etíopes não foram absorvidos da mesma forma que os russos. Sua cultura era religiosa, mas muito diferente do judaísmo aceito em Israel. Como parte da confirmação rabínica de seu judaísmo, era-lhes exigido participar de uma cerimônia simbólica de “retorno” ao judaísmo, na qual os homens tinham de submeter-se a uma circuncisão simbólica. Essa exigência lançava dúvidas sobre seu judaísmo, causando-lhes – especialmente aos *kaises*, os líderes religiosos da comunidade – uma grande ofensa. Em um episódio mais tardio, soube-se que as autoridades médicas israelenses não utilizavam o sangue doado por imigrantes etíopes, por temor de haver contágio de doenças. Isso enfureceu os imigrantes, que desenvolveram sentimentos de rancor por estarem sendo discriminados.

A socialização e a adaptação dos emigrantes etíopes à vida em Israel foram relativamente difíceis e prolongadas. Presumindo que a exposição imediata à vida moderna, sem preparação adequada, causaria enormes dificuldades aos etíopes, os centros de absorção adotaram os métodos de custódia utilizados nos anos 1970. Durante os primeiros dois anos, as crianças eram enviadas para escolas religiosas estatais, sob a hipótese de que essa linha educacional era mais apropriada do que a laica. Mais tarde, os pais podiam optar pela linha de sua preferência. O governo investiu grandes esforços na absorção dos imigrantes etíopes, e o custo de absorção de um desses imigrantes era estimado em o dobro do que havia custado um imigrante russo. A epopeia da caminhada até o Sudão nos anos 1970, durante a qual muitas centenas de imigrantes perderam a vida, assim como as histórias de heroísmo formam a base da identidade etíope como sionistas e israelenses e se fundem bem com as noções de sofrimento e heroísmo

aceitas pelo sionismo. Mas a identificação dos etíopes com Israel esteve repleta de problemas, por causa do profundo senso de estranhamento, mais intenso em decorrência das reservas da sociedade que os recebia. A transição da pequena aldeia nas montanhas da Etiópia para a sociedade israelense, industrializada e orientada para o sucesso, foi acompanhada de crises na vida familiar, nas relações entre pais e filhos e mesmo entre cônjuges.

O governo e as organizações voluntárias mantiveram-se cientes da necessidade de tolerância e de alocação de recursos especiais para a absorção dos imigrantes da Etiópia. Existe, entretanto, menos compreensão por parte da população mais ampla, convocada a enviar seus filhos para escolas frequentadas por crianças etíopes, ou para aceitá-los como vizinhos. Aqui pode ser detectada uma relutância em aceitar a diferença dos imigrantes e sua dificuldade em ajustar-se a uma nova realidade. É impossível prever o que o futuro reserva, mas a amplitude relativamente pequena da *Aliá* etíope dá margem a otimismo em relação à sua integração no diversificado mosaico humano israelense.

Os anos 1990 foram caracterizados, por um lado, por crescentes tendências multiculturais, de tolerância em relação ao outro e de fortalecimento dos elementos liberais da sociedade. Por outro lado, houve uma elevação das tensões entre os diferentes setores da sociedade. O debate envolvendo o conceito de Israel como um “Estado judeu e democrático”, surgido nas leis básicas de 1992, se concentrava nas duas fissuras que dividiam a sociedade israelense: entre judeus laicos e religiosos e entre árabes e judeus. O conceito de um Estado judeu e democrático propõe não haver uma contradição inerente entre os elementos judaico e democrático da identidade israelense. Um país pode ser o Estado do povo judeu – isto é, um Estado com uma maioria judaica que por sua própria natureza preservará essa maioria, cuja cultura dominante tem características judaicas que incluem o idioma, o calendário, a cultura hebraica, símbolos e rituais. Assim como a manutenção desse caráter judaico, o país preservará valores

democráticos como a igualdade, o Estado de direito e a participação de todos os segmentos da população na vida política.

No que diz respeito ao conceito judaico do país, havia aqueles que buscavam enfatizar os valores universais inerentes a uma democracia, que queriam aumentar a tendência em direção à igualdade e ao liberalismo, aos direitos individuais e à defesa das minorias e dos fracos. Eram em geral, mas não exclusivamente, judeus laicos. Os mais radicais entre esse grupo tendiam a ressaltar nessa equação o elemento democrático, à custa do judaico. Assim, os pós-sionistas queriam que o Estado de Israel se livrasse de seu compromisso com o elemento judaico, tornando-se uma sociedade civil, neutra, sem identidade étnica, um “Estado de todos seus cidadãos”.

Ao contrário, dois grupos tentaram enfatizar o caráter particular, nacional-religioso do Estado judeu. O primeiro consistia em judeus religiosos e ultraortodoxos. O segundo incluía judeus laicos que, igualmente, recusavam-se a preservar e ampliar os direitos dos não judeus. Não se limitavam a definir o Estado judeu como de maioria judaica e como um espaço público de caráter judaico, mas exigiam o reforço da natureza judaica do Estado. Isso implicaria a separação entre judeus e não judeus e o reforço do sistema judicial, bem como das cortes religiosas, sempre de acordo com a lei religiosa. Ambos os grupos buscavam reforçar o elemento judaico em detrimento do democrático.

Assim, o rabino Meir Kahane, fundador do partido racista (banido) Kach, alegava haver uma contradição inerente entre um Estado judeu e um Estado democrático; que na realidade a democracia estava em conflito com o judaísmo do Estado. Além disso, alguns judeus ultraortodoxos, importante grupo a favor dessa posição, consideravam a lei secular normativamente inferior à lei religiosa judaica. Seu comprometimento com a democracia era condicional e, de tempos em tempos, alguns dos ultraortodoxos desafiavam a lei civil, em prol da “opinião da Torá”. O assassinato de Yitzhak Rabin e o incitamento que o precedeu demonstraram que grupos marginais na sociedade israelense não teriam qualquer restrição para fazer justiça com as

próprias mãos, quando acreditassem haver um conflito entre seu próprio sistema de normas e a lei do Estado.

Em relação à segunda fissura sobre a definição de Israel como Estado judeu e democrático – aquela entre árabes e judeus –, a população judaica assume como óbvio que Israel é um Estado judeu. A grande maioria não duvida de que o sionismo seja basicamente justo ao buscar construir um lar para o povo judeu em sua terra ancestral. A Lei do Retorno, que garante direitos de cidadania preferencial aos judeus e seus descendentes, em detrimento de outros imigrantes, parece expressar aos judeus a natureza do Estado como o acolhedor dos exilados judeus. É esse conceito que faz com que a população de Israel tenda a aceitar a absorção de imigrações maciças, apesar da eclosão ocasional de expressões de ressentimento, como quando as classes mais baixas dos mizrachim se sentiram ameaçadas pela imigração russa, ou quando a *Aliá* etíope impôs um pesado ônus financeiro à sociedade israelense. Preservar a maioria judaica no país é um pré-requisito para manter esse caráter judeu e democrático. Do ponto de vista dos judeus, isso é evidente. O Estado de Israel se opõe, portanto, ao “direito de retorno” dos refugiados árabes e também tenta impedir a imigração árabe para Israel a partir dos territórios ocupados. O fato de que os judeus constituem em torno de 80% dos cidadãos de Israel não alivia a sensação de ameaça em relação à continuidade da existência dessa maioria, tendo em vista as demandas dos refugiados árabes e o alto índice de natalidade dos árabes israelenses.

Para esses árabes, a situação é justamente oposta. Em seu entendimento, garantir a maioria democrática judaica representa dar continuidade ao processo iniciado em 1948, que os tornou uma minoria em sua própria terra. Ao longo dos anos, os árabes desenvolveram uma retórica de uma minoria “nativa”, cuja “natividade” lhes dá direitos especiais. Eles instituíram uma série de datas comemorativas – Dia da Nakba, Dia da Terra, Dia da Intifada de Al-Aqsa – que se tornaram o foco de um mito nacional com ênfase em sua vitimização nas mãos do Estado sionista. Alguns estudiosos, como o sociólogo Sammy Smooha, sustentam que a maioria dos árabes

israelenses têm uma atitude pragmática em relação a Israel como Estado judeu e, como cidadãos, buscam oportunidades iguais e autonomia cultural. Outros se inclinam em direção a uma avaliação menos otimista. Mas, pelo menos na forma como as posições da população árabe são representadas por sua liderança, esta não está disposta a aceitar a definição de Israel como Estado judeu. De acordo com a liderança árabe israelense e sua elite intelectual, os árabes de Israel estão dispostos a aceitar a existência de Israel como Estado democrático, mas não como o Estado que materializa o direito dos judeus à autodeterminação como nacionalidade – em outras palavras, por definição, como um Estado judeu. Eles exigem a rescisão da Lei de Retorno, que, de seu ponto de vista, representa uma discriminação a favor dos judeus e contra os palestinos do país. Também exigem um maior nível de autonomia na educação e na administração das cidades e aldeias onde constituem uma maioria da população.

No início da década de 1990, os árabes israelenses também demandavam autonomia territorial na Galileia e no Triângulo, o que mais tarde se transformou em uma demanda por autonomia em todo o Estado, em termos de educação, religião e cultura. Ao longo dos anos, emergiu entre os árabes de Israel uma *intelligentsia* totalmente familiarizada com as leis do Estado, apta a defender os direitos dos árabes. O Comitê Supremo de Acompanhamento para Cidadãos Árabes de Israel, composto por representantes das autoridades árabes locais, membros árabes do Knesset e representantes das organizações árabes beneficentes e de direitos humanos, constitui a liderança efetiva desse setor, que tem uma capacidade impressionante de mobilizar apoiadores. A mídia em língua árabe, os canais de TV e a internet, tanto em Israel quanto nos países árabes, impulsionam as tendências nacionalistas no seio da minoria árabe. Ao longo das últimas décadas, a tendência à islamização nessa minoria intensificou-se significativamente, em paralelo com uma tendência similar em todo o Oriente Médio. O crescimento demográfico da minoria árabe em Israel, cuja população no ano 2000 atingiu 900.000 indivíduos, aumenta a autoconfiança do grupo. Paradoxalmente, essa crescente autoconfiança é evidência de que

os árabes têm internalizado o *ethos* democrático de Israel, que lhes permite usar seu número para obter direitos e igualdade.

Durante o desenvolvimento econômico israelense e o consequente aumento das tendências liberais no país, manteve-se a brecha nos níveis de educação e renda entre os setores árabes e judaicos da população. Isso se deve a vários fatores: às limitações impostas ao emprego de árabes nas indústrias de segurança de alta sensibilidade, à preferência dos empregadores judeus pela contratação de judeus, ao baixo nível de escolaridade dos árabes e à baixíssima participação das mulheres árabes no mercado de trabalho. Além disso, as alocações do governo ao setor árabe para educação, desenvolvimento e projetos industriais são muito inferiores às do setor judaico. A discriminação tem diminuído de forma lenta mas consistente e, entre os judeus, cresce o reconhecimento da necessidade de impedir a discriminação no futuro. Porém, a perspectiva de igualdade civil no futuro não satisfaz a população árabe, e um proeminente setor de suas elites exige uma mudança básica na identidade do Estado, como condição para aceitá-lo.

A definição oposta a um “Estado judeu e democrático” é, conforme sugerido anteriormente, “um Estado de todos os seus cidadãos” – isto é, um Estado neutro em relação à nacionalidade e etnicidade, cuja cidadania seria simplesmente israelense, secular. Dentro da estrutura de tal cidadania, toda a população estaria sujeita a um único padrão das leis de imigração. Na verdade, esse seria um “Estado de todas as suas nacionalidades”, porque os árabes demandam reconhecimento como um grupo nacional, o compartilhamento de decisões relativas a seu grupo, autonomia regional e um *status* equiparado para o idioma árabe. Como um estágio intermediário, os árabes buscam o reconhecimento como uma minoria com direitos intrínsecos de minoria, como o reconhecimento de sua organização como uma organização nacional, o direito de seus líderes de representá-los no cenário nacional e autonomia cultural e educacional.

A oposição dos árabes israelenses – ou palestinos israelenses, no jargão mais recente – ao reconhecimento de Israel como Estado judeu reflete-se nas

relações entre israelenses e palestinos. Muitos árabes de Israel se opõem veementemente ao reconhecimento de Israel como Estado nacional dos judeus pelos palestinos, da mesma forma que a Palestina seria o Estado nacional dos palestinos. Os árabes israelenses se veem como cidadãos do Estado e, portanto, elegíveis para todos os direitos garantidos por esse *status*. Mas não reconhecem o Estado judeu em si como seu Estado, que também os representa. Um reflexo dessa falta de representação está no fato de que os árabes não servem nas Forças Armadas; o Estado os isentou porque duvidava de sua lealdade, e também para evitar uma situação em que pudessem se encontrar lutando contra seus irmãos. Mas essa atitude também aparece na oposição de sua liderança a que jovens homens e mulheres prestem qualquer forma do chamado serviço nacional, como o serviço civil – embora sua adesão pudesse beneficiar seu próprio povo – em hospitais, instituições de bem-estar e semelhantes, porque essa participação implica o reconhecimento da autoridade do Estado sobre eles. Segundo essa lógica, o “serviço nacional” foi imposto sem que tivessem sido consultados, e a demanda é por direitos iguais sem a imposição do “serviço nacional”.

A identificação dos árabes israelenses com o tema palestino se radicalizou, e eles estão preparados para levar ao limite os seus direitos sob a democracia israelense. Parte de sua liderança acredita que pode expressar publicamente sua identificação com o lado anti-israelense, mesmo quando Israel se encontra em um estado de guerra com aquele lado – como com o Hezbollah, o Hamas ou a Autoridade Palestina. Por outro lado, os árabes israelenses rejeitam vigorosamente sugestões relacionadas com a divisão do país, inclusive a transferência das áreas habitadas pelos árabes do lado israelense da linha verde para a Autoridade Palestina em troca dos assentamentos da Cisjordânia; acusam os israelenses de racismo. A instabilidade política, econômica e social da sociedade palestina, comparada com a democracia israelense (apesar de todas as suas deficiências) e as vantagens econômicas que o país oferece a seus cidadãos, torna a opção de tal troca inaceitável para os árabes de Israel. Apesar disso, eles continuam se recusando a reconhecer Israel como seu Estado enquanto se mantiver o

caráter sionista judaico. Em princípio, a liderança árabe rejeita a participação dos árabes israelenses em atos terroristas, mas alguns veem a violência como um meio legítimo de promover objetivos políticos, conforme manifestado nos incitamentos provocativos praticados por esses líderes, que levaram à eclosão da violência em outubro de 2000, conforme descrito anteriormente. Mesmo após o tumulto traumático, tais líderes se recusaram a condenar o uso da violência. Esses eventos renovaram a profunda suspeita que os judeus nutrem pela minoria árabe. Ao mesmo tempo, os árabes de Israel enfureceram-se quando as forças de segurança os trataram com a mesma contundência utilizada contra os palestinos nos territórios ocupados, em lugar do cuidado devido, mesmo em manifestações violentas, aos cidadãos do Estado. O resultado foi um distanciamento ainda maior entre as duas comunidades.

Em geral, durante os anos 1990, aumentaram as tensões entre israelenses veteranos e novos imigrantes; entre judeus religiosos e laicos; e entre árabes e judeus. A imigração maciça trouxe para a superfície as tensões latentes sobre a natureza da identidade israelense judaica e nas relações entre a maioria judaica e a minoria árabe. Durante aqueles anos, a controvérsia assolou a disputa entre os “novos historiadores”, que insistiam na injustiça causada aos árabes pela criação do Estado de Israel, e os historiadores que viam a versão dos novos historiadores como unilateral e como uma distorção da história. Esse debate provocou uma espécie de eco cultural em torno do processo de paz, levantando mais uma vez questões básicas sobre as relações entre árabes e judeus e fazendo ressurgir percepções conflitantes da identidade israelense judaica.

Para marcar a celebração do quinquagésimo aniversário de Israel, em 1998, o canal estatal de televisão exibiu uma série de documentários sobre esses cinquenta anos. A série *Tekuma* (Renascimento ou Ressurgimento) era a continuação de uma série de 1981 intitulada *Amud Haesh* (Coluna de fogo), que cobriu os cinquenta anos entre o primeiro Congresso Sionista e a declaração de independência do Estado. *Amud Haesh* expressava um consenso: descrevia a narrativa sionista da história da criação do Estado.

Tekuma, ao contrário, era uma série crítica, que buscava refletir não somente as posições da principal corrente, mas também as visões dos movimentos de oposição da sociedade israelense. Em relação à divisão entre judeus e árabes, a série tentava abordar não somente a visão judaica da história do Estado, mas também a versão árabe. Especialmente controverso era o segmento sobre a OLP e as organizações terroristas, que alguns setores do público entenderam inclinar-se demasiadamente para o lado árabe. O conflito entre árabes e judeus tornou-se um tema popular nas artes, no teatro, no cinema e na televisão. A cena cultural israelense cultivava o tema da injustiça que Israel havia infligido aos árabes com um incessante autoflagelo, no espírito da “cultura da culpa e do remorso”, conforme denominado pelo poeta Chaim Gouri.

Após o colapso do bloco soviético, passeios aos campos de extermínio e locais comemorativos judaicos na Polônia tornaram-se parte do currículo das escolas secundárias de Israel. A viagem à Polônia tinha por objetivo reforçar a consciência dos jovens israelenses sobre o Holocausto, colocá-los em contato com os jovens judeus dos Estados Unidos (que também participavam dessas viagens) e promover a cultura da memória do passado judaico. Como parte do debate público sobre a identidade pós-sionista, houve discussões sobre que lições os jovens deveriam aprender na viagem. Deveriam ser específicas para judeus, nos moldes de “todo o mundo está contra nós”, ou universais, segundo o livro *É isto um homem*, de Primo Levi? Deveriam as viagens alimentar temores existenciais judaicos latentes ou reforçar tendências liberais contra o racismo e o ódio ao outro e em prol dos direitos humanos?

As viagens parecem ter sido bem-sucedidas na afirmação da identidade judaica dos jovens, preservando a memória do Holocausto e tornando-a tangível através da participação de sobreviventes do Holocausto, que descreviam suas experiências pessoais durante os anos de terror e transformaram cenas alheias dos campos de extermínio em algo com que os estudantes podiam se relacionar pessoalmente. O Holocausto tornou-se parte integral da identidade judaica em geral e da identidade israelense em

particular, compartilhada por todos os israelenses, assim como um elemento em comum que os conectava com a diáspora judaica. Havia algo de simbólico no fato de que Chaim Topol representou, nos anos 1950, o papel de Salah Shabati, o herói popular dos países islâmicos, e depois, a partir do final da década de 1960, fez o papel de Tevie, o Leiteiro, representante do judeu da aldeia da Europa Oriental que morreu no Holocausto. Israel se apropriou da comunidade e da memória dos que pereceram – trata-se de uma espécie de passado não israelense que serve como uma fundação emocional comum a todos os judeus do mundo.

Lado a lado com uma identidade israelense comum, existe uma sociedade dividida – ou talvez uma sociedade de comunidades culturais diversas, cada uma das quais tentando preservar sua singularidade. O poder do *ethos* unificador se enfraqueceu (ainda que não tenha desaparecido), e, quando por um curto período parecia que o processo de paz o tornaria menos necessário para fortalecer a identidade nacional, houve dúvidas a respeito da solidez da solidariedade nacional. O crescente materialismo resultante do crescimento econômico e o aumento do padrão de vida distanciaram aqueles que não participaram do festival de consumismo. No lugar de solidariedade nacional e identidade, globalização e multiculturalismo tornaram-se as palavras de ordem. Entretanto, a erupção da Intifada de Al-Aqsa confrontou a sociedade israelense mais uma vez com os eventos fundamentais da vida, em uma região que está em constante turbulência.

Será que o duro despertar das esperanças de paz e tranquilidade características dos anos 1990 – como representadas na canção de Rotblit – trará em sua esteira uma nova solidariedade e uma maior união social e cultural? Será que os choques de outubro de 2000 entre a minoria árabe e a maioria judaica levarão a uma ruptura ou a uma renovada compreensão da necessidade de encontrar um caminho rumo à coexistência? Essas questões só foram respondidas em parte. Conforme nos movemos em direção à segunda década do século XXI, podemos esperar que tudo isso aconteça – mas também podemos esperar o oposto.

NOTAS

1. Em seu poema “Sobre o Massacre”, Bialik escreve: “Se há justiça – que apareça imediatamente!” O poema foi escrito em 1903 como uma resposta quase instantânea aos *pogroms* de Kishinev, que haviam eclodido ao final das festividades do Pessach daquele ano. Chaim Nachman Bialik, *Hashirim* (Os poemas), Avner Holtzman (org.). Israel: Dvir, 2004, p. 248.
2. Aaron David Miller, *The Much Too Promised Land: America’s Elusive Search for Arab-Israeli Peace*, Nova York: Bantam Books, 2008, p. 14.
3. Dennis Ross, *The Missing Peace: The Inside Story of the Fight for Middle East Peace*, Nova York: Farrar, Strauss and Giroux, 2005, p. 45.
4. Al Ahram, 11.10.1995, citado em Itamar Rabinovich, *The Brink of Peace: The Israeli-Syrian Negotiations*, Princeton, NJ: Princeton University Press, 1998, p. 195.
5. Patrick Seale, “Assad’s Regional Strategy and the Challenge from Netanyahu”, *Journal of Palestine Studies* 26, 1 (Fall 1996), pp. 27–42, conforme citado em Rabinovich, *The Brink of Peace*, p. 244.
6. Itamar Rabinovich, *Waging Peace: Israel and the Arabs, 1948–2003*, Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004, pp. 167–168.
7. Dennis Ross, *The Missing Peace*, p. 767.
8. Gadi Taub, *Hamered Hashafuf: al tarbut tzeira beYisrael* (A rebelião desanimada: ensaios sobre a cultura israelense contemporânea), Tel Aviv: Hakibbutz Hameuhad, 1997, p. 17.
9. Orly Castel-Bloom, “Sippur”, *Mitokh sippurim bilti retzoniim* (Uma Estória, em Estórias Involuntárias), Tel Aviv: Zmora Bitan, 1993, p. 103, conforme citado em Taub, *Hamered hashafuf*, p. 154.

BIBLIOGRAFIA

Inglês

- Ahad Haam. *Essays, Letters, Memoirs*. Oxford: East and West Library, 1946.
- Appelfeld, Aharon. *Katerina*. Nova York: Random House, 1992.
- Bar-On, Mordechai. *The Gates of Gaza: Israel's Road to Suez and Back*. Nova York: St. Martin Press, 1994.
- Bar-Or, Amir. "The Evolution of the Army's Role in Israeli Strategic Planning: A Documentary Record". *Israel Studies* I, 2 (1996), pp. 98–121.
- Beer, Haim. *Feathers*. Waltham, MA: Brandeis University Press, 2004.
- Bein, Alex. *The Return to the Soil: A History of Jewish Settlement in Israel*. Jerusalém: Organização Sionista, 1952.
- Ben-Basat, Avi (org.). *The Israeli Economy, 1985–1998: From Government Intervention to Market Economics*. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.
- Ben-Porath Yoram; Halevi, Nadav (orgs.). *The Israeli Economy: Maturing Through Crises*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.
- Bregman, Ahron. *Israel's Wars: A History since 1947*. Nova York: Routledge, 2010.
- Chazan, Meir. "Goldman's Initiative to meet with Nasser in 1970". In: Mark A. Raider (org.). *Nahum Goldman: Statesman without a State*. Albany e Tel Aviv: SUNY Press; Chaim Weizmann Institute for the Study of Zionism and Israel, Tel Aviv University, 2009.
- Don-Yehiya, Eliezer. "Memory and Political Culture: Israeli Society and the Holocaust", *Studies in Contemporary Jewry*, 9 (1993), pp. 139–162.
- Gelber, Yoav. *Palestine 1948: War, Escape and the Emergence of the Palestinian Refugee Problem*. Portland: Sussex Academic Press, 2001.
- Gellner, Ernest. *Nations and Nationalism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2006.
- Golani, Motti. *Israel in Search of a War: The Sinai Campaign, 1955–1956*. Brighton: Sussex University Press, 1998.
- Gross, Nachum. *The Economic Policy of the Mandatory Government in Palestine*. Jerusalém: Instituto Maurice Falk para pesquisa econômica em Israel, 1982.
- Grossman, David. *See Under: Love*, Nova York: Farrar, Strauss and Giroux, 1989.
- _____. *The Yellow Wind*. Nova York: Farrar, Strauss and Giroux, 1988.
- Halevi, Nadav; Klinov-Malul, Ruth. *The Economic Development of Israel*. Nova York: F. A. Praeger, 1968.

- Herzl, Theodor. *The Diaries of Theodor Herzl*. Nova York: Grosset & Dunlap, 1962.
- Herzog, Esther. *Immigrants and Bureaucrats: Ethiopians in an Israeli Absorption Center*. Nova York: Berghahn Books, 1999.
- Horowitz, Dan; Lissak, Moshe. *Trouble in Utopia: The Overburdened Polity of Israel*. Nova York: State University of New York Press, 1989.
- Indyk, Martin. *Innocent Abroad: An Intimate Account of American Peace Diplomacy in the Middle East*. Nova York: Simon and Schuster, 2009.
- Karlinsky, Nahum. *California Dreaming: Ideology, Society, and Technology in the Citrus Industry of Palestine, 1890–1939*. Albany: State University of New York Press, 2005.
- Kimche, Jon; David. *Both Sides of the Hill*. Londres: Secker & Warburg, 1960.
- Kochavi, Arieh. *Post-Holocaust Politics: Britain, the United States and Jewish Refugees, 1945–1948*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.
- Lahav, Pnina. *Judgment in Jerusalem: Chief Justice Simon Agranat and the Zionist Century*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- Louis, Roger. *The British Empire in the Middle East, 1945–1951*. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- Louis, Roger; Stookey, Robert W. (orgs.). *The End of the Palestine Mandate*. Londres: I. B. Tauris, 1986.
- Marlowe, John. *Rebellion in Palestine*. Londres: Cresset Press, 1946.
- _____. *The Seat of Pilate: An Account of the Palestine Mandate*. Londres: Cresset Press, 1959.
- Matalon, Ronit. *The One Facing Us*. Nova York: Henry Holt, 1998.
- Medding, Peter Y. *The Founding of Israeli Democracy, 1948–1967*. Nova York: Oxford University Press, 1990.
- Metzer, Jacob. “From the Jewish National Home to the State of Israel: Some Economic Aspects of Nation and State Building”. In: Alice Teichova; Herbert Matis (orgs.). *Economic Change and the Building of the Nation in History*. Cambridge e Nova York: Cambridge University Press, 2003, pp. 270–287.
- Metzer, Jacob. “Jewish Land – Israel Lands: Ethno-Nationality and Land Regime in Zionism and in Israel, 1897–1967”. In: Stanley L. Engerman e Jacob Metzer (orgs.). *Land Rights, Ethno-Nationality and Sovereignty in History*. Londres: Routledge, 2004, pp. 87–110.
- Metzer, Jacob. *The Divided Economy of Mandatory Palestine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- Miller, Aaron David. *The Much Too Promised Land: America’s Elusive Search for Arab-Israeli Peace*. Nova York: Bantam Books, 2008.
- Monroe, Elizabeth. *Britain’s Moment in the Middle East, 1914–1956*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.
- Morris, Benny. *Israel’s Border Wars, 1949–1956: Arab Infiltration, Israeli Retaliation and the Countdown to the Suez War*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- _____. *The Birth of the Palestinian Refugee Problem, 1947–1949*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- Nusseibeh, Sari; David Anthony. *Once upon a Country: A Palestinian Life*. Nova York: Farrar, Strauss and Giroux, 2007.
- Oren, Michael B. *Six Days of War: June 1967 and the Making of the Modern Middle East*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- Oz, Amos. *In the Land of Israel*. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1983.
- _____. *The Slopes of Lebanon*. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1989.

- Parker, Richard B. *The Politics of Miscalculation in the Middle East*. Bloomington: Indiana University Press, 1993.
- _____. *The Six-Day War*. Jacksonville: University Press of Florida, 1997.
- _____. (org.). *The October War: A Retrospective*. Gainesville: University Press of Florida, 2001.
- Peres, Yochanan; Ben Rafael, Eliezer. *Is Israel One? Religion, Nationalism and Multiculturalism Confounded*. Leiden e Boston: Brill, 2005.
- Porath, Yehoshua. *The Emergence of the Palestinian-Arab National Movement, 1918–1929*. Londres: Frank Cass, 1974.
- _____. *The Palestinian Arab National Movement: from Riots to Rebellion, 1929–1939*. Londres: Frank Cass, 1977.
- Quandt, William B. *Decade of Decisions: American Policies toward the Arab-Israeli Conflict, 1967–1976*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- _____. *Peace Process: American Diplomacy and the Arab-Israeli Conflict, since 1967*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2001.
- Rabin, Yitzhak. *The Rabin Memoirs*. Boston: Little Brown, 1979.
- Rabinovich, Itamar; Shaked, Haim (orgs.). *From June to October: The Middle East between 1967 and 1973*. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1978.
- _____. *The Brink of Peace: The Israeli-Syrian Negotiations*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1998.
- _____. *Waging Peace: Israel and the Arabs, 1948–2003*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004.
- Rabinyan, Dorit, *Persian Brides*. Nova York: George Braziller, 1998.
- _____. *Strand of a Thousand Pearls*. Nova York: Random House, 2001.
- Ravitzky, Aviezer. *Messianism, Zionism, Zionism, and Jewish Religious Radicalism*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- Reinharz, Jehuda; Shapira, Anita (orgs.). *Essential Papers on Zionism*. Nova York: New York University Press, 1996.
- Ross, Dennis. *The Missing Peace: The Inside Story of the Fight for Middle East Peace*. Nova York: Farrar, Strauss and Giroux, 2005.
- Rubin, Barry; Ginat, Joseph; Maoz, Moshe (orgs.). *From War to Peace: Arab-Israeli Relations, 1973–1993*. Brighton: Sussex Academic Press, 1994.
- _____. *The Arab States and the Palestine Conflict*. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1981.
- Schiff, Zeev. *October Earthquake: Yom Kippur 1973*. Tel Aviv: University Pub. Projects, 1974.
- _____; Yaari, Ehud. *Intifada: The Palestinian Uprising – Israel’s Third Front*. Nova York: Simon & Schuster, 1991.
- Segal, Haggai. *Dear Brothers: The West Bank Jewish Underground*. Woodmere, NY: Bei Shamai Publications, 1988.
- Segev, Tom. *The Seventh Million: The Israelis and the Holocaust*. Nova York: Hill and Wang, 1993.
- Shabtai, Yaakov. *Past Continuous*. Filadélfia: Jewish Publication Society of America, 1985.
- Shalev, Aryeh. *The Intifada: Causes and Effects*. Boulder, CO: Westview Press, 1991.
- Shamir, Yitzhak. *Summing Up: An Autobiography*. Boston: Little Brown, 1994.
- Shapira, Anita (org.). *Israeli Identity in Transition*. Westport, CT: Praeger, 2004.
- _____. “Ahad Haam: The Politics of Sublimation”, *Studies in Contemporary Jewry*, II (1995), pp. 205–214.

- _____. “Historiography and Memory: Latrun, 1948”, *Jewish Social Studies* 3, 1 (outono, 1996), pp. 20–61.
- _____. “The Bible and Israeli Identity”, *AJS Review* 28, 1 (2004), pp. 11–41.
- _____. “The Eichmann Trial: Changing Perspectives”, *Journal of Israeli History* 23, 1 (2004), pp. 18–39.
- _____. “The Holocaust: Private Memories, Public Memory”, *Jewish Social Studies* 4, 2 (1998), pp. 40–58.
- _____. *Berl: The Biography of a Socialist Zionist*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- _____. *Land and Power: The Zionist Resort to force, 1881–1948*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1992.
- _____. *Yigal Allon, Native Son: A Biography*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2008.
- Shapira, Avraham (org.). *The Seventh Day: Soldiers Talk about the Six-Day War*. Tel Aviv: Steimatzky’s Agency e André Deutsch Limited, 1970.
- Shavit, Yaacov. *Jabotinsky and the Revisionist Movement, 1925–1948*. Londres: Frank Cass, 1988.
- Shlaim, Avi. *Collusion across the Jordan*. Oxford: Clarendon Press, 1988.
- _____. *The Iron Wall: Israel and the Arab World*. Nova York: W. W. Norton, 2000.
- Slater, Robert. *Rabin of Israel*. Londres: Robson Books, 1977.
- Smooha, Sammy; Cibulski, Ora. *Social Research on Arabs in Israel*. Haifa: University of Haifa, 1987.
- Sykes, Christopher. “After the Mandate: The Tragic Error of the Balfour Declaration”, *Soundings in the Politics and Economics of the World*, n. 15, 1948.
- _____. *Crossroads to Israel: Palestine from Balfour to Bevin*. Londres: New English Library, 1967.
- Tal, David. *War in Palestine, 1948: Strategy and Diplomacy*. Londres: Routledge, 2004.
- Tzahor, Zeev. “David Ben-Gurion’s Attitude towards the Diaspora”, *Judaism* 32, 1 (1983), pp. 9–21.
- Yablonka, Hanna. *The State of Israel vs. Adolf Eichmann*. Nova York: Schocken, 2004.
- Zerubavel, Yael. *Recovered Roots: Collective Memory and the Making of Israeli National Tradition*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- Zweig, Ronald W. *Britain and Palestine during the Second World War*. Suffolk: Boydell Press, for the Royal Historical Society, 1985.

Hebraico

- Ahad Haam. *Kol kitvei Ahad Haam* [Coletânea das obras de Ahad Haam]. Tel Aviv: Dvir, 1947.
- Aharonson, Ran. *Habaron vehamoshavot: Hahityashvut hayehudit be Eretz Yisrael bereishita, 1882–1890* [Rotschild e o início da colonização judaica na Palestina]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 1990.
- Alroey, Gur. *Immigrantim: Hahagira hayehudit le Eretz Yisrael bereishit hameah haesrim* [Imigrantes: imigração judaica para a Palestina no início do século XX]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 2004.
- Appelfeld, Aharon. *Badenheim 1939*, Boston: D.R. Godine, 1980.
- _____. *Hakutonet vehapasim* [A camisa e as listras]. Tel Aviv: Hakibbutz Hameuhad, 1983.
- _____. *Mikhvat haor* [Luz ardente]. Tel Aviv: Hakibbutz Hameuhad, 1980.
- Assia, Ilan. *Moked hasikhsukh: hamaavak al haneguev, 1947–1956* [O cerne do conflito: a batalha pelo Negev, 1947–1956]. Sdeh Boker e Jerusalém: Yad Ben-Zvi e Instituto do Patrimônio de Ben-

- Gurion, 1994.
- Barak, Aharon; Spanitz, Tana (orgs.). *Sefer Uri Yadin: Haish ufoalo* [In Memoriam: Uri Yadin]. Jerusalém: Bursi, 1990.
- Bareli, Avi; Gutwein, Daniel; Friling, Tuvia (orgs.). *Hevra vekalkala beYisrael: mabat histori veakhshavi* [Sociedade e economia em Israel: perspectiva histórica e contemporânea]. Jerusalém e Sdeh Boker: Universidade Ben-Gurion do Negev, 2005.
- Bareli, Avi. *Mapai bereishit haatzmaut: 1948–1953* [Mapai no início da independência: 1948–1953]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 2007.
- Barkai, Haim. *Yemei habereshit shel hameshek hayisraeli* [Os primórdios da economia israelense]. Jerusalém: Instituto Maurice Falk para Pesquisa Econômica em Israel, 1983.
- Barnea, Nachum. *Yorim ubokhim: al politikaim, generalim, itonaim veod ohavei atzmam* [Eles atiram e choram]. Tel Aviv: Zmora Bitan Modan, 1981.
- Bar-On, Mordechai. *Gvulot ashenim: iyyunim betoldot medinat Yisrael, 1948–1967* [Fronteiras em disputa: estudos sobre os primórdios do Estado de Israel, 1948–1967]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi e Instituto do Patrimônio de Ben-Gurion, 2001.
- Bartal, Israel (org.). *Haaliya hashniya* [A Segunda Aliá]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 1997.
- Beer, Haim. *Et hazamir* [A hora do rouxinol]. Tel Aviv: Am Oved, 1987.
- Ben-Porath, Yoram. *Hameshek hayisraeli: hevlei tzmiha* [A economia israelense: as dores do crescimento]. Tel Aviv: Am Oved, 1989.
- Bergman, Ronen; Meltzer, Gil. *Zman emet, milhemet Yom Kippur* [Momento da verdade: A Guerra do Yom Kippur]. Tel Aviv: Yedioth Ahronot, 2003.
- Biger, Gideon. *Moshevet keter o bayit leumi: hashpaat hashilton habriti al Eretz Yisrael, 1917–1930* [Colônia da Coroa ou Lar Nacional: a influência do governo britânico na Palestina, 1917–1930]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 1983.
- Canaani, David. *Haaliya hashniya haovedet veyakhasa ladat velamasoret* [A relação da Segunda Aliá com a religião e a tradição]. Tel Aviv: Sifriat Hapoalim, 1976.
- Cohen, Asher. *Hatalit vehadegel: hatzionut hadatit vehazon medinat hatorah biyemei reshit hamedina* [O *talit* e a bandeira: sionismo religioso e a visão do Estado da torá durante os primeiros dias do Estado]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 1998.
- Cohen, Chaim. *Chaim Cohen shofet elyon: sihot im Michael Shashar* [Juiz da Suprema Corte Chaim Cohen: conversas com Michael Shashar]. Jerusalém: Keter, 1989.
- Deshen, Shlomo; Shoked, Moshe (orgs.). *Dor hatemura* [Geração da mudança]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 1977.
- Don-Yehiya, Eliezer (org.). *Milhemet levanon vehaspaata al hahevra vehapolitika hayisraelit* [A Guerra do Líbano e seus efeitos sobre a sociedade e a política israelenses]. Ramat Gan: Bar Ilan University, 2002.
- _____. *Mashber utemura bamedina hahadasha: hinukh, dat upolitika bamaavak al haaliya hagedola* [Crise e mudança em um novo Estado: educação, religião e política na luta pela absorção da imigração em massa em Israel]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 2008.
- Elam, Yigal. “Historia politit, 1918–1922” [História política, 1918–1922]. In: Moshe Lissak (org.). *Toldot hayishuv hayehudi beEretz Yisrael meaz haaliya hashniya* [História da comunidade judaica na Palestina desde a Segunda Aliá: o período do Mandato Britânico], Parte I. Jerusalém: Academia Nacional de Ciência de Israel, pp. 139–222.
- Eliav, Mordechai (org.). *Sefer haaliya harishona* [A Primeira Aliá]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 1981.

- _____. *Eretz Yisrael veishuva bameah hatsha esrei, 1777–1917* [A colonização da Palestina no século XIX, 1777–1917]. Jerusalém: Keter, 1978.
- Elon, Amos. *Habet ahora bivehala mesuyemet: Rishumim me Eret Yisrael usvivoteha* [Olhando consternados para trás]. Tel Aviv: Am Oved, 1988.
- Erel, Nitza. “*Bli mora bli maso panim*”: *Uri Avneri veHaolam Hazeh* [Sem medo, sem parcialidade: Uri Avneri e Haolam Hazeh]. Jerusalém: Magnes, 2006.
- Feldstein, Ariel L. *Kesher gordi: David Ben-Gurion, hahistadrut hatzionit veyahadut artzot habit, 1948–1963* [Nó gordio: David Ben-Gurion, a Organização Sionista e os judeus americanos, 1948–1963]. Sdeh Boker: Universidade Ben-Gurion do Negev e Universidade Sapir, 2003.
- Friedman, Isaiah. “*Sheelat Eretz Yisrael bitekufat milhemet haolam harishona*” [A questão da Palestina: relações entre ingleses, judeus e árabes, 1914–1918]. In: Moshe Lissak (org.). *Toldot hayishuv hayehudi beEretz Yisrael meaz haaliya harishona* [História da comunidade judaica na Palestina desde 1882, o período do Mandato Britânico, Parte I]. Jerusalém: Academia Nacional de Ciência de Israel, 2001, pp. 1–96.
- Friedman, Menachem. *Hahevra Haharedit* [A sociedade ultraortodoxa]. Jerusalém: Jerusalem Institute for Israel Studies, 1991.
- Gan, Alon. *Hasiah shegava? Tarbut hasihim kenisaion legabesh zehut meyahedet lador hasheni bakibbutzim* [O discurso que morreu? A cultura do discurso como tentativa de formar uma identidade unificadora nos membros da segunda geração dos kibutzim]. Tese de doutorado orientada por Anita Shapira. Universidade de Tel Aviv, 2007.
- Gertz, Nurit. *Hirbet Hizah vehaboker shelemohorat* [Hirbet Hizah e a manhã seguinte]. Bnei Brak: Hakibbutz Hameuhad, 1990.
- Giladi, Dan. *Hayishuv bitekufat haaliya hareviit: behina kalkalit upolitit* [A Palestina judaica durante o período da Quarta Aliá [1924–1929]: Aspectos econômicos e sociais]. Tel Aviv: Am Oved, 1973.
- Golani, Motti. *Tihye milhama bakayitz: Yisrael baderekh el milhemet Sinai, 1955–1956* [Israel em busca de uma guerra: a Campanha do Sinai, 1955–1956]. Tel Aviv: Maarakhot, 1997.
- Goldstein, Yossi. *Rabin: biografia* [Rabin: Uma Biografia]. Jerusalém e Tel Aviv: Schocken, 2006.
- Gorny, Yosef. *Ahdut Haavodá: 1919–1930*. Ramat Gan: Hakibbutz Hameuhad, 1973.
- Greenberg, Yitzhak. *Anatomia shel mashber yadua merosh: krisat hevrat haovdim bishnot ha-80* [Anatomia de uma crise anunciada: o colapso das empresas controladas pelos trabalhistas nos anos 1980]. Tel Aviv: Am Oved, 2004.
- Gross, Nachum. *Lo al haruah levada: iyyunim bahistoria hakalkalit shel Eretz Yisrael baet hahadasha* [Não somente pelo espírito: estudos sobre a história econômica da Palestina moderna e de Israel]. Jerusalém: Magnes, 1999.
- Grossman, David. *Sefer hadikduk hapenimi* [O livro da gramática íntima]. Tel Aviv: Hakibbutz Hameuhad, 1991.
- Gur Batya. *Mikvish haraav smola* [O caminho da fome]. Jerusalém: Keter, 1990.
- Hacohen, Devorah (org.). *Kibutz galuyot: aliya leErevez Yisrael: mitos umetziut* [Reunião dos exilados: Aliá para a terra de Israel: mito e realidade]. Jerusalém: Centro Shazar de história judaica, 1998.
- _____. *Hagarin vehareikhayyim: hityashvut haolim baneguev baasor harishon lamedina* [O grão e o moinho: o assentamento de imigrantes no Negev na primeira década do Estado]. Tel Aviv: Am Oved, 1998.
- _____. *Olim biseara* [Imigrantes sob tormenta]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 1994.
- Halamish, Aviva. *Bemerutz kaful neged hazman: mediniut haaliya hatzionit bishnot hashloshim* [Corrida contra o tempo: política imigratória sionista nos anos 1930]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi,

2006.

- Hazan, Meir. *Metinut: Hagisha hametuna be Hapoel Hatazir ubeMapai, 1905–1945* [Moderação: a abordagem moderada no Hapoel Hatazir e no Mapai, 1905–1945]. Tel Aviv: Am Oved e Universidade de Tel Aviv, 2009.
- Helman, Anat. *Or veyam hikifuha: tarbut tel-avivit bitekufat hamandat* [A cultura em Tel Aviv durante o Mandato Britânico], Haifa: Universidade de Haifa, 2007.
- Herzl, Binyamin Z. *Hayoman* [O diário]. Tel Aviv: M. Newman, 1960.
- Hillel, Shlomo. *Ruah kadim: beshlihut makhtartit leartzot arav* [Operação Babilônia]. Jerusalém: Idanim, 1985.
- Horowitz, David. *Hayyim bamoked* [No cerne dos eventos]. Ramat Gan: Masada, 1975.
- Horowitz, Neri (org.). *Dat uleumiut beYisrael uvamizrah hatikhon* [Religião e Nacionalismo em Israel e no Oriente Médio]. Tel Aviv: Am Oved, 2002.
- Kabalo, Paula. *Shurat hamitnadvim: korotav shel irgun ezrahim* [Shurat hamitnadvim: a história de uma associação cívica]. Tel Aviv: Am Oved e Instituto para o Estudo do Sionismo, 2007.
- Kadman, Noga. *Betzidei haderekh ubeshulei hatodaa: dekhikat hakfarim haaravim shehitroknú be-1948 mehasiah hayisraeli* [À margem da estrada e do reconhecimento]. Jerusalém: November Books, 2008.
- Katz, Elihu et al. *Tarbut hapenai beYisrael: temurot bidfusei hapeilut hatarbutit, 1970–1990* [Cultura do lazer em Israel: mudanças nos tipos de atividade cultural, 1970–1990]. Jerusalém: Guttman Institute for Applied Social Research, 1992.
- Katzburg, Nathaniel. “Heasor hasheni lemishtar hamandat haBriti beEretz Yisrael, 1931–1939 [A segunda década do Mandato Britânico da Palestina, 1931–1939]. In: Moshe Lissak (org.). *Toldot hayishuv hayehudi beEretz Yisrael meaz haaliya harishona* [História da comunidade judaica na Palestina desde 1882, o período do Mandato Britânico, Parte I]. Jerusalém: Academia Nacional de Ciência de Israel, 2001, pp. 329–432.
- Kedar, Nir. *Mamlakhtiyut: hatefisa haezrahit shel David Ben-Gurion* [Mamlakhtiyut: conceito cívico-político de David Ben-Gurion]. Jerusalém e Sdeh Boker: Instituto Ben-Gurion, 2009.
- Kenaz, Yehoshua. *Hitganvut yehidim* [Infiltração]. Tel Aviv: Am Oved, 1988.
- _____. *Mahzir ahavot kodmot* [Devolvendo amores perdidos]. Tel Aviv: Am Oved, 1988.
- Kushnir, David. “Hador haaharon leshilton haottomani beEretz Yisrael” [A Palestina no final do período otomano]. In: Israel Kolatt (org.). *Toldot hayishuv hayehudi beEretz Yisrael meaz haaliya harishona* [História da comunidade judaica na Palestina desde 1882, O período otomano, vol. II]. Jerusalém: Academia Nacional de Ciência de Israel, 2001, pp. 1–74.
- Levtov, Boaz. *Biluim bemahloket: Dfusei bilui vetarbut popularit shel yehudim be Eretz Yisrael bashanim 1882–1914 kemeshakfei temurot hevratiot* [Padrões de lazer e cultura popular dos judeus na Terra de Israel nos anos 1882–1914, como reflexo de mudanças sociais]. Tese de doutorado. Universidade de Tel Aviv, 2007.
- Lissak, Moshe. *Haaliya hagedola bishnot hahamishim: kishlono shel koor hahitukh* [Imigração em massa nos anos 1950: o fracasso da política do caldeirão de culturas]. Jerusalém: Instituto Bialik, 1999.
- _____; Cohen, Gabriel (orgs.). *Toldot hayishuv hayehudi be Eretz Yisrael meaz aaliya harishona* [A história da comunidade judaica na Palestina desde a Primeira Aliá, vol. II]. Israel Kolatt (org.). Jerusalém: Academia Nacional de Ciência de Israel, 1990.
- _____. *Haistrategim hamadaiim bitekufat hamamlakhtiyut: gibush leumiyut bein status miktzoi vehavnayyat maamad beinoni* [Estrategistas científicos durante o período do estatismo: a

- formulação do nacionalismo entre o *status* profissional e a construção de uma classe média]. (No prelo.)
- Mali, Yosef. *Milhamot, mahapekhot, vezehut dorit* [Guerras, revoluções e identidade geracional]. Tel Aviv: Am Oved, 2001.
- Maoz, Moshe; Kedar, Ben-Zion (orgs.). *Hatenua haleumit hapalestinit: miimut lehashlama?* [O Movimento Nacional Palestino: da confrontação à reconciliação?]. Tel Aviv: Ministério da Defesa, 1996.
- Margolin, Ron (org.). *Medinat Yisrael kemedina yehudit vedemokratit: rav siah umekorot* [Israel como Estado judaico e democrático]. Jerusalém: Organização Mundial de Estudos Judaicos, 1999.
- Mautner, Menachem. “Shnot hashmonim – shnot haharada” [Anos 1980 – anos de ansiedade], *Iyunei mishpat* 26, 2 (Novembro 2002), Ramot, pp. 645–736.
- Mautner, Menachem. *Mishpat vetarbut beYisrael befetah hamea haesrim veahat* [Direito e cultura em Israel às vésperas do século XXI]. Tel Aviv: Am Oved, 2008.
- Megged, Aharon. *Ezor Haraash* [Zona de Terremoto]. Tel Aviv: Hakibbutz Hameuhad, 1985.
- _____. *Ezor haraash* [Zona de Turbulência]. Tel Aviv: Hakibbutz Hameuhad, 1985.
- Meir-Glitzstein, Esther. *Bein Baghdad leRamat Gan: yotzei Iraq beYisrael* [De Bagdá a Ramat Gan: judeus iraquianos em Israel]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 2009.
- Metzer, Yaakov; Kaplan, Oded. *Meshek yehudi umeshek aravi beEretz Yisrael: totzar, taasukah utzimcha bitekufat hamandat* [As economias judaica e árabe na Palestina mandatária: produção, emprego e crescimento]. Jerusalém: Instituto Maurice Falk para Pesquisa Econômica em Israel, 1978.
- Mizug galuyot* [Integração de imigrantes de diferentes países de origem em Israel]. Congresso na Universidade Hebraica de Jerusalém, 25–26 de outubro de 1966. Jerusalém: Magnes, 1969.
- Modai, Yitzhak. *Mehikat afasim* [Apagando zeros]. Tel Aviv: Idanim, 1988.
- Naor, Mordechai (org.). *Olim umaabarot, 1948–1952* [Os imigrantes e as *maabarot*, 1948–1952]. Idan 8. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 1987.
- Nissim, Leon. *Harediut rakah: hithadshut datit bayahadut hamizrahit* [Ultraortodoxia branda: renovação religiosa entre os judeus orientais em Israel]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 2009.
- Pilovsky, Varda (org.). *Hamaavar miyishuv lemedina, 1947–1949: retzifut utemurot* [Transição do Yishuv ao Estado: continuidade e mudança]. Haifa: Universidade de Haifa, 1990.
- Pinchas, Ofer. “Hitgabshut mishtar hamandat vehanahat hayesodot lebayit yehudi leumi – 1921–1931 [Formação do governo mandatário e as fundações de um Lar Nacional Judaico – 1921–1931]. In: Moshe Lissak (org.). *Toldot hayishuv hayehudi beEretz Yisrael meaz haaliya harishona* [História da comunidade judaica na Palestina desde 1882, O período do Mandato Britânico, Parte I]. Jerusalém: Academia Nacional de Ciência de Israel, 2001, pp. 223–327.
- Porath, Yehoshua. *Mimehumot lemerida: hatenua haleumit haarvit-palestinait, 1929–1939* [O movimento nacionalista árabe-palestino: dos distúrbios à rebelião, 1929–1939]. Tel Aviv: Am Oved, 1978.
- _____. *Tzmihat hatenua haleumit haaravit-palestinait, 1918–1929* [O surgimento do movimento nacionalista árabe-palestino, 1918–1929]. Jerusalém: Am Oved, 1971.
- Preuss, Teddy. *Begin bashilton* [Begin no poder]. Jerusalém: Keter, 1984.
- Raanan, Zvi. *Gush Emunim*. Tel Aviv: Sifriat Hapoalim, 1980.
- Rabinyan, Dorit. *Hahatunot shelano* [Nossos casamentos]. Tel Aviv: Am Oved, 1999.
- _____. *Simtat haskediot beOumrijan* [Noivas persas]. Tel Aviv: Am Oved, 1995.

- Ram, Uri (org.). *Hahevra hayisraelit: hebetim bikortiim* [A sociedade israelense: perspectivas críticas]. Tel Aviv: Breirot, 1993.
- Ravitzky, Aviezer. *Haketz hameguleh umedinat hayehudim: meshihiut, tzionut, veradikalism dati beYisrael* [O final revelado: messianismo, sionismo e radicalismo religioso judaico em Israel]. Tel Aviv: Am Oved, 1993.
- _____. *Shas, hebetim tarbutiim veraayoniim* [Shas: perspectivas ideológicas e culturais]. Tel Aviv: Am Oved, 2006.
- Rekhess, Eli. *Hamiut haaravi beYisrael: bein communism leleumiut aravit* [A minoria árabe em Israel: entre o comunismo e o nacionalismo árabe]. Tel Aviv: Hakibbutz Hameuhad, 1993.
- Rosen-Zvi, Ariel. “Medina yehudit vedemokratit: abahut ruhanit, nikur, vesimbioza – haefshar lerabea et hamaagal? [Um Estado judeu e democrático: paternidade espiritual, alienação e simbiose – podemos enquadrar o círculo?]. *Iyunei mishpat* 19, 3 (1995), Ramot, pp. 479–519.
- Rozin, Orit. *Hovat haahava hakasha: yahid vekolktiv beYisrael bishnot hahamishim* [Dever e amor: individualismo e coletivismo nos anos 1950 em Israel]. Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv e Am Oved, 2008.
- Rubinstein, Danny. *Mi lashem elai: gush emunim* [Ao lado de Deus: Gush Emunim]. Tel Aviv: Hakibbutz Hameuhad, 1982.
- Segal, Haggai. *Ahim yekarim: korot hamakhteret hayehudit* [Queridos irmãos: a guerrilha judaica na Cisjordânia]. Jerusalém: Keter, 1987.
- Shafat, Gershon. *Gush Emunim: hasippur meahorei haklaim* [Gush Emunim: a estória por trás dos bastidores]. Beit-El: Bei-El Library Publications, 1995.
- Shaked, Gershon. *Hasiporet haivrit, 1880–1980, helek dalet: behavlei hazman – hareamizm hayisraeli – 1938–1980* [Ficção em hebraico: 1880–1980, Parte Quatro, Realismo israelense]. Tel Aviv: Hakibbutz Hameuhad, 1993.
- Shapira, Anita. *Brenner: Sippur haim* [Brenner: uma vida]. Tel Aviv: Am Oved, 2008.
- _____. *Hamaavak hanikhzav: avoda ivrit, 1929–1939* [A luta vã: trabalho hebreu, 1929–1939]. Tel Aviv: Hakibbutz Hameuhad e Universidade de Tel Aviv, 1977.
- _____. *Mitos veetos bahistoria uvakolnoa hayisraeli* [Mito e *ethos* na história e no cinema israelenses]. Raanana: Universidade Aberta, 2008.
- _____. *Yehudim hadashim, yehudim yeshanim* [Novos judeus, velhos judeus]. Tel Aviv: Am Oved, 1997.
- Shapira, Avraham (org.). *Siah lohamim: pirkei hakshava vehitbonenut* [O sétimo dia: soldados conversam sobre a Guerra dos Seis Dias]. Tel Aviv: publicado de forma privada por um grupo de jovens membros do movimento kibutziano, 1968.
- Shapira, Yonathan. *Ahdut Haavodá hahistorit* [O histórico Ahdut Haavodá]. Tel Aviv: Am Oved, 1975.
- Shavit, Yaakov; Biger, Gideon. *Hahistoria shel Tel Aviv* [A história de Tel Aviv]. Tel Aviv: Ramot, Universidade de Tel Aviv, 2002.
- _____. *Merov limedina: hatenua harevizionistit* [Da maioria ao Estado: o movimento revisionista]. Tel Aviv: Hadar, 1983.
- _____. *Onat hatzayid – haseison* [Temporada de caça]. Tel Aviv: Hadar, 1976.
- Sheleg, Yair. *Hadatiim hahadashim: mabat akhshavi al hahevra hadatit beYisrael* [Os novos judeus religiosos]. Jerusalém: Keter, 2000.
- Shemesh, Moshe; Drori, Zeev (orgs.). *Trauma leumit: milhemet Yom Hakippurim aharei shloshim shana veod milhama* [Trauma nacional: a Guerra do Yom Kippur: uma retrospectiva após trinta anos e mais uma guerra]. Sdeh Boker: Ben-Gurion Research Institute, 2008.

- Shitreet, Shimon (org.). *Halutzim bedima: pirkei iyyun al yahadut tzfon Afrika* [Pioneiros às lágrimas: antologia sobre os judeus do norte da África]. Tel Aviv: Am Oved, 1991.
- _____ (org.). *Halutzim bedimca: pirkei iyyun al yahadut tzfon Afrika* [Pioneiros às lágrimas: antologia sobre os judeus do norte da África]. Tel Aviv: Am Oved, 1991.
- Slutzky, Yehuda *et al.* (orgs.). *Sefer toldot hahaganah* [História da Haganah]. Jerusalém e Tel Aviv: Biblioteca Sionista e Ministério da Defesa, 1954–1972, vol. 1 (partes 1 e 2), “Mehitgonenut lehaganah” [Da autodefesa à defesa], e vol. 2 (partes 1 e 2), “Mehaganah lemaavak” [Da defesa à luta].
- Stauber, Ronny. *Halekah lador: shoah ugevura bamahshava hatziburit baaretz bishnot hahamishim* [Lições para a geração: Holocausto e heroísmo na opinião pública, nos anos 1950]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 2000.
- Susser, Asher (org.). *Shisha yamim – shloshim shana: mabat hadash al milhemet sheshet hayamim* [Seis Dias – trinta anos: novas perspectivas sobre a Guerra dos Seis Dias]. Tel Aviv: Am Oved e Centro Yitzhak Rabin de Estudos sobre Israel, 1999.
- Teveth, Shabtai. *Klalat haberacha* [A maldição da bênção]. Jerusalém: Schocken, 1973.
- Tsur, Yaron. *Kehila krua: yehudei Maroko vehaleumiyut, 1943–1954* [Uma comunidade despedaçada: os judeus do Marrocos e o nacionalismo, 1943–1954]. Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv e Am Oved, 2001.
- Tzachor, Zeev. *Baderekh lehanhagat hayishuv: hahistadrut bereishita* [A Histadrut: o período formativo]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 1982.
- Weiss, Yifat. *Wadi Salib: Hanokheah vehanifkad* [Wadi Salib: memória confiscada]. Tel Aviv: Hakibutz Hameuchad, 2007.
- Weissberger, Yehuda. *Shaar Haaliya: yoman haaliya hahamonit, 1947–1957* [Shaar Haaliya: um diário da imigração em massa, 1947–1957]. Jerusalém: Federação Sionista Mundial, 1986.
- Weitz, Yechiam. *Haish shenirtzah paamayyim: hayav, mishpato umoto shel Doctor Yisrael Kasztner* [O homem que foi morto duas vezes: a vida, o julgamento e a morte de Yisrael Kasztner]. Jerusalém: Keter, 1995.
- Yavin, Chaim, *Over masakh* [Telegênico]. Tel Aviv: Yediot Ahronot, 2010.
- Yehoshua, A. B. *Hakir vehahar* [A parede e a montanha]. Tel Aviv: Zmora-Bitan, 1989.
- Zameret, Zvi. *Yemei koor hahitukh: vaadat hahakira al hinukh yaldei haolim (1950)* [O caldeirão de culturas em Israel: a comissão de inquérito responsável pela educação nos campos de imigrantes no início do Estado]. Sdeh Boker: Instituto do Patrimônio de Ben-Gurion, 1993.
- _____ ; Yablonka, Hannah (orgs.). *Heasor hasheni: 1958–1968* [A segunda década: 1958–1968]. Idan 21. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 2001.
- _____ ; Halamish, Aviva; Glitzenstein-Meir, Esther (orgs.). *Ayarot hapituah* [Cidades em desenvolvimento em Israel]. Jerusalém: Yad Ben-Zvi, 2009.

SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES

Aharoni, Yair. *The Israeli Economy: Dreams and Realities*. Nova York: Routledge, 1991.

- Ajami, Fuad. *The Arab Predicament: Arab Political Thought and Practice since 1967*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- Avineri, Shlomo. *The Making of Modern Zionism: The Intellectual Origins of the Jewish State*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1981.
- Barer, Shlomo. *The Magic Carpet*. Londres: Secker & Warburg, 1952.
- Barkai, Haim. *Economic Patterns in Israel since the Six Day War*. Jerusalém: Maurice Falk Institute for Economic Research in Israel, 1988.
- Bar-On, Mordechai. "Conquering the Wasteland", *Zionist Perceptions of the Arab-Israeli Conflict. Palestine-Israel Journal* 3, 2 (1996), p. 1323.
- Bar-Siman-Tov, Yaacov. *Israel and the Peace Process, 1977–1982: In Search of Legitimacy for Peace*. Albany: Suny Press, 1994.
- Ben-Porath, Yoram (org.). *The Israeli Economy: Maturing through Crises*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.
- Ben-Rafael, Eliezer; Sharot, Stephen. *Ethnicity, Religion, and Class in Israeli Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- Benson, Michael T. *Harry S. Truman and the Founding of Israel*. Westport, CT: Praeger, 1997.
- Bernstein, Deborah S. (org.). *Pioneers and Homemakers: Jewish Women in Pre-State Israel*. Albany: State University of New York Press, 1992.
- Bethell, Nicholas. *The Palestine Triangle: The Struggle between the British, the Jews, and the Arabs, 1935–48*. Londres: A. Deutsch, 1979.
- Bialer, Uri. "Our Place in the World": *Mapai and Israel's Foreign Policy Orientation, 1947–1952*. Jerusalém: Magnes Press, 1981.
- Cohen, Michael J. *Palestine and the Great Powers, 1945–1948*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1982.
- _____. *Zion and State: Nation, Class, and the Shaping of Modern Israel*. Oxford: B. Blackwell, 1987.
- Collins, Larry; Lapiere, Dominique. *O Jerusalem!*. Paris: Laffont, 1971.
- Cunningham, Alan. "Palestine – The Last Days of the Mandate". *International Affairs* 24, 4 (1948), pp. 481–490.
- Curtis, Michael; Chertoff, Mordechai S. (orgs.). *Israel: Social Structure and Change*. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1973.
- Dothan, Shmuel. *A Land in the Balance: The Struggle for Palestine, 1918–1948*. Tel Aviv: MOD Books, 1993.
- Eisenstadt, S. N. *The Absorption of Immigrants*. Londres: Routledge & Kegan, 1954.
- _____. *The Development of the Ethnic Problem in Israeli Society*. Jerusalém: Jerusalem Institute for Israel Studies, 1986.
- _____. *Israeli Society*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1967.
- Eytan, Walter. *The First Ten Years*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1958.
- Friedman, Isaiah (org.). *The Rise of Israel: British-Zionist Relations, 1914–1917*. Nova York: Garland, 1987.
- _____. *Germany, Turkey, and Zionism, 1897–1918*. Oxford: Clarendon Press, 1977.
- _____. *The Question of Palestine, 1914–1918: British-Jewish-Arab Relations*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1973.
- Gelber, Yoav. "The Israeli-Arab War of 1948: History versus Narratives". In: Mordechai Bar-On (org.). *A Never-Ending Conflict*. Londres: Praeger, 2004, pp. 43–68.
- Gilbar, Gad. *Ottoman Palestine, 1800–1914*. Leiden, Holanda: E. J. Brill, 1990.

- Golan, Shimon. "The Yom Kippur War". In: Mordechai Bar-On (org.). *A Never-Ending conflict: A Guide to Israeli Military History*. Londres: Praeger, 2004, pp. 159–178.
- Golani, Motti. "Jerusalem's Hopes Lies Only in Partition: Israeli Policy on the Jerusalem Question, 1948–1967". *International Journal of Middle East Studies* 31, 4 (1999), pp. 577–604.
- _____. "The 'Haifa Turning Point': The British Administration and the Civil War in Palestine, December 1947–May 1948". *Middle Eastern Studies* 37, 2 (2000) pp. 93–130.
- _____. "Zionism without Zion: The Jerusalem Question, 1947–1949". *Journal of Israeli History* 16, I (1995), pp. 39–52.
- Gonen, Amiram. *Mass Immigration and the Spatial Structure of Towns in Israel*. Jerusalém: Universidade Hebraica, 1972.
- Halpern, Ben; Reinhartz, Jehuda. *Zionism and the Creation of a New Society*. Hanover, NH: Brandeis University Press, 2000.
- Heikal, Mohamed Hassanein. *The Sphinx and the Commissar*. Londres: Harper & Row, 1978.
- Helman, Anat. *A Coat of Many Colors: Dress Culture in the Young State of Israel*. Boston: Academic Studies Press, 2011.
- Horowitz, Dan; Lissak, Moshe. *Origins of the Israeli Polity: Palestine under the Mandate*. Chicago: University of Chicago Press, 1978.
- Hurewitz, Jacob C. *The Struggle for Palestine*. Nova York: Schocken Books, 1976.
- Kadish, Alon. "Myths and Historiography of the 1948 Palestine War Revisited: The Case of Lydda". *Middle East Journal* 59, 4 (2005), pp. 617–634.
- Kedourie, Elie; Haim, Sylvia G. (orgs.). *Palestine and Israel in the 19th and 20th Centuries*. Londres: Frank Cass, 1982.
- Keren, Michael. *Ben-Gurion and the Intellectuals*. Illinois: Northern Illinois University Press, 1983.
- Kerr, Malcom. *The Arab Cold War: Gamal Abd al-Nasir and His Rivals*. Londres: Oxford University Press, 1971.
- Klieman, Aaron S. (org.). *The Rise of Israel: The Turn Toward Violence, 1920–1929*. Nova York: Garland, 1987.
- Kurzman, Dan. *Genesis 1948: The First Arab-Israeli War*. Nova York: Da Capo Press, 1992.
- Laqueur, Walter. *A History of Zionism*. Nova York: Schocken Books, 1976.
- Lawson, Fred H. *Why Syria Goes to War: Thirty Years of Confrontation*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1996.
- Liebman Charles S. *Pressure without Sanctions: The Influence of World Jewry on Israeli Policy*. Rutherford, NJ: Fairleigh Dickinson University Press, 1977.
- _____. *Pressure Without Sanctions: The Influence of World Jewry on Israeli Policy*. Londres: Associated University Presses, 1977.
- Lissak, Moshe. *Social Mobility in Israeli Society*. Jerusalém: Israel Universities Press, 1969.
- Louis, Roger W. *The British Empire in the Middle East*. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- Ma'oz, Moshe. *Syria and Israel*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- _____. *Palestinian Leadership on the West Bank: The Changing Role of the Arab Mayors under Jordan and Israel*. Londres: Frank Cass, 1984.
- Medding, Peter Y. (org.). *Israel, State and Society, 1948–1988*. Nova York: Oxford University Press, 1989.
- Mendelsohn, Ezra. *The Jews of East-Central Europe between the World Wars*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

- Miller, Ylana N. *Government and Society in Rural Palestine, 1920–1948*. Austin: University of Texas Press, 1985.
- Monroe, Elizabeth. *Britain's Moment in the Middle East, 1914–1971*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.
- Moore, John N. *The Arab-Israeli Conflict: Readings and Documents*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1997.
- Morris, Benny. *1948 – A History of the First Arab-Israeli War*. New Haven: Yale University Press, 2008.
- _____. *Righteous Victims: A History of the Zionist-Arab Conflict, 1881–1999*. Nova York: Vintage Books, 2001.
- Mutawi, Samir. *Jordan in the 1967 War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- Ohana, David; Wistrich, Robert S. *The Shaping of Israeli Identity*. Londres: Frank Cass, 1995.
- Oz, Amós. *A Tale of Love and Darkness*. Londres: Vintage, 2004.
- Pack, Howard. *Structural Change and Economic Policy in Israel*. New Haven: Yale University Press, 1971.
- Peled, Yoav; Shafir, Gershon. *Being Israeli*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- Plessner, Yakir. *The Political Economy of Israel: From Ideology to Stagnation*. Albany: State University of New York Press, 1994.
- Razin, Assaf; Sadka, Efraim. *The Israeli Economy: Malaise and Promise*. Tel Aviv: Tel Aviv University, 1992.
- Rogan, Eugene; Shlaim, Avi (orgs.). *The War for Palestine: Rewriting the History of 1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- Rozenberg, Michael. *The Measurement of the Economic Absorption of Israel's New Immigrant Sector from a National Point of View*. Jerusalém: Universidade Hebraica, 1958.
- Scholch, Alexander. *Palestine in Transformation, 1856–1882*. Studies in Social, Economic and Political Development, Institute for Palestine studies, Washington, DC, 1993.
- Segev, Tom. *One Palestine, Complete: Jews and Arabs under the British Mandate*. Londres: Abacus, 2001.
- Sela, Avraham. "Arab Historiography of the 1948 War: The Quest for Legitimacy". In: Laurence J. Silberstein (org.). *New Perspectives on Israeli History*. Nova York: New York University Press, 1991, pp. 124–154.
- _____. "Israeli Historiography of the 1948 War". *Shared Histories*. Paul Scham, Walid Salem e Benjamin Pogrud (orgs.). Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2005, pp. 205–219.
- _____. "Transjordan, Israel and the 1948 War: Myth, Historiography and Reality". *Middle Eastern Studies* 28, 4 (1992) pp. 623–688.
- Shama, Avraham; Mark, Iris. *Immigration without Integration: Third World Jews in Israel*. Cambridge, MA: Schenkman, 1977.
- Shamir, Ronen. *The Colonies of Law: Colonialism, Zionism and Law in Early Mandate Palestine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- Shapira, Anita. "Politics and Collective Memory". Edição especial Israeli Historiography Revisited, *History and Memory* 7, I (1995), pp. 9–34.
- _____. "Hirbet Hizah: Between Remembrance and Forgetting". *Jewish Social Studies* 7, I (2000), pp. 1–62.
- _____. "Historiography and Memory: Latrun, 1948". *Jewish Social Studies* 3, I (1996), pp. 20–61.
- _____. "History, Memory and Identity". *Israel: Culture, Religion and Society*. Stuart A. Cohen e Milton Shain (orgs.). Ramat Gan: Bar Ilan University, 2000, pp. 6–22.

- _____. "The Strategies of Historical Revisionism". *Journal of Israeli History* 20, 2–3 (2001), pp. 62–76.
- Shilo, Margalit. *Princess or Prisoner? Jewish Women in Jerusalem, 1840–1914*. Hanover, NH: Brandeis University Press, 2005.
- Shimoni, Gideon. *The Zionist Ideology*. Hanover, NH: Brandeis University Press, 1995.
- Shlaim, Avi. *The Politics of Partition: King Abdullah, the Zionists, and Palestine, 1921–1951*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- Sprinzak, Ehud; Diamond, Larry (orgs.). *Israeli Democracy under Stress*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1993.
- Stanislawski, Michael. *Zionism and the Fin-de Siècle*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- Stein, Kenneth W. *The Land Question in Palestine, 1917–1939*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1984.
- Tal, David. "The Forgotten War: Jewish-Palestinian Strife in Mandatory Palestine, December 1947 – May 1948". *Israel Affairs* 6, 3–4 (2000), pp. 3–21.
- _____. "The Historiography of the 1948 War in Palestine: The Missing Dimension". *Journal of Israeli History* 24, 2 (2005), pp. 183–202.
- Troen, Ilan S. *Imagining Zion: Dreams, Designs, and Realities in a Century of Jewish Settlement*. New Haven: Yale University Press, 2003.
- Vital, David. *The Crucial Phase*. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- _____. *The Formative Years*. Oxford: Clarendon Press, 1982.
- _____. *The Origins of Zionism*. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- Weingrod, Alex. *Israel: Group Relations in a New Society*. Westport, CT: Greenwood, 1965.
- Weingrod, Alex. *Reluctant Pioneers: Village Development in Israel*. Port Washington, NY: Kennikat Press, 1972.
- Weintraub, Dov. *Immigration and Social Change: Agricultural Settlements of New Immigrants in Israel*. Jerusalém: Israel Universities Press, 1971.
- Yahya, Adel H., "The Birth of the Palestinian Refugee Problem in 1947–1948". *Shared Histories*. Paul Scham, Walid Salem e Benjamin Pogrund (orgs.). Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2005, pp. 220–227.
- Zakim, Eric. *To Build and Be Built: Landscape, Literature, and the Construction of Zionist Identity*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2006.
- Zerubavel, Yael. *Recovered Roots: Collective Memory and the Making of Israeli National Tradition*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

Gush Emunim e Sionismo Religioso

- Feige, Michael. *Settling in the Hearts: Jewish Fundamentalism in the Occupied Territories*. Detroit: Wayne State University Press, 2009.
- Ish Shalom, Benjamin. *The World of Rav Kook's Thought*. Nova York: Avi Chai, 1991.

Judaísmo europeu na Era Moderna

- Frankel, Jonathan; Zipperstein, Steven J. *Assimilation and Community: The Jews in Nineteenth-Century Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- _____. *Prophecy and Politics: Socialism, Nationalism, and the Russian Jews, 1862–1917*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- Katz, Jacob. *Out of the Ghetto: The Social Background of Jewish Emancipation, 1770–1870*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1973.
- _____. *Tradition and Crisis: Jewish Society at the End of the Middle Ages*. Nova York: Schocken Books, 1971.
- Mendelsohn, Ezra. *Class Struggle in the Pale: The Formative Years of the Jewish Workers' Movement in Tsarist Russia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- Opalski, Magdalena; Bartal, Israel. *Poles and Jews: A Failed Brotherhood*. Hanover, NH: Brandeis University Press, 1992.

Antissemitismo moderno

- Almog, Shmuel. *Nationalism and Antisemitism in Modern Europe*. Oxford e Jerusalém: Universidade Hebraica de Jerusalém/Pergamon Press, 1990.
- Laqueur, Walter. *The Changing Face of Antisemitism: From Ancient Times to the Present Day*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Nacionalismo e romantismo

- Anderson, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1991.
- Berlin, Isaiah. *The Roots of Romanticism*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1999.
- Hobsbawm, Eric J. *Nations and Nationalism since 1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- Mosse, George L. *Confronting the Nation: Jewish and Western Nationalism*. Hanover, NH: Brandeis University Press, 1993.
- Smith, Anthony D. *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford e Nova York: Blackwell, 1986.

A Bíblia e o nacionalismo judaico

Shapira, Anita. "The Bible and Israeli Identity", *AJS Review* 28, I (2004), pp. 11–41.

Biografias, autobiografias e memórias

- Al-Sadat, Anwar. *In Search of Identity: An Autobiography*. Nova York: Harper & Row, 1978.
- Begin, Menachem. *The Revolt*. Jerusalém: Steimatzky's Agency, 1972.
- Bein, Alex. *Theodore Herzl: a Biography*. Filadélfia: Jewish Publication Society of America, 1941.
- Brzezinski, Zbigniew. *Power and Principle: Memoirs of the National Security Adviser, 1977–1981*. Nova York: Farrar, Strauss and Giroux, 1985.
- Carter, Jimmy. *Keeping Faith: Memoirs of a President*. Fayetteville: University of Arkansas Press, 1995.
- Dayan, Moshe. *Moshe Dayan: Story of My Life*, Nova York: Warner Books, 1976.
- El-Sadat, Anwar. *In Search of Identity: An Autobiography*. Nova York: Harper & Row, 1978.
- _____. *Years of Upheaval*, Boston: Little, Brown, 1982.
- Elon, Amos. *Herzl*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1975.
- Glubb, John. *A Soldier with the Arabs*. Londres: Hodder and Stoughton, 1957.
- Heikal, Mohamed. *The Road to Ramadan*. Londres: Collins, 1975.
- Herzog, Chaim. *The War of Atonement*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1975.
- Jamasi, Muhammad Abd al-Ghani. *The October War: Memoirs of Field Marshal El-Gamasy of Egypt*. Cairo: American University in Cairo Press, 1993.
- Kissinger, Henry. *The White House Years*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1979.
- _____. *Years of Upheaval*. Boston: Little, Brown, 1982.
- Meir, Golda. *My Life*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1975.
- Pawel, Ernst. *The Labyrinth of Exile: A Life of Theodor Herzl*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 1989.
- Rabin, Yitzhak. *The Rabin Memoirs*. Boston: Little, Brown, 1979.
- Shazly, Saad. *The Crossing of Suez: The October War, 1973*. São Francisco: American Mideast Research, 1980.
- Teveth, Shabtai. *Moshe Dayan*. Jerusalém: Steimatzky's Agency, 1972.
- Zipperstein, Steven J. *Evasive Prophet: Ahad Haam and the Origins of Zionism*. Berkeley: University of California Press, 1993.

Fontes e obras de referência

- Freundlich, Yehoshua. *Political Documents of the Jewish Agency*. Jerusalém: Biblioteca Sionista, 1996.
- Gertz, Aron. *Statistical Handbook of Jewish Palestine, 1947*. Jerusalém: Agência Judaica para a Palestina, 1947.
- Penslar, Derek; Kaplan, Eran. *The Origins of Israel, 1881–1948: A Documentary History*. Madison: University of Wisconsin Press, 2011.

Reinharz, Jehuda; Shapira, Anita. *Essential Papers on Zionism*. Nova York: New York University Press, 1996.

Barão de Rothschild

Morton, Frederic. *The Rothschilds: A Family Portrait*. Londres: Secker & Warburg, 1962.

Schama, Simon. *Two Rothschilds and the Land of Israel*. Londres: Collins, 1978.

Relações entre árabes e judeus

Almog, Shmuel (org.). *Zionism and the Arabs*. Jerusalém: Sociedade de História de Israel; Centro Zalman Shazar, 1983.

Bernstein, Deborah S. *Constructing Boundaries: Jewish and Arab Workers in Mandatory Palestine*. Albany: State University of New York Press, 2000.

Caplan, Neil. *Futile Diplomacy*. Londres: Frank Cass, 1983.

_____. *Palestine Jewry and the Arab Question, 1917–1925*. Londres: Frank Cass, 1978.

Cohen, Michael J. (org.). *The Rise of Israel: The Jewish Military Effort, 1939–1944*. Nova York: Garland, 1987.

Gelvin, James L. *The Israel-Palestine Conflict: 100 Years of War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Gorny, Yosef. *Zionism and the Arabs*. Oxford: Clarendon Press, 1987.

Kedourie, Elie; Haim, Sylvia G. (orgs.). *Zionism and Arabism in Palestine and Israel*. Londres: Frank Cass, 1982.

Lockman, Zachary. *Comrades and Enemies: Arab and Jewish Workers in Palestine 1906–1948*. Berkeley: University of California Press, 1996.

Mandel, Neville J. *The Arabs and Zionism before World War I*. Berkeley: University of California Press, 1976.

Shafir, Gershon. *Land, Labor, and the Origins of the Israeli-Palestinian Conflict, 1881–1914*. Berkeley: University of California Press, 1996.

Tessler, Mark. *A History of the Israeli-Palestinian Conflict*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

Teveth, Shabtai. *Ben-Gurion and the Palestinian Arabs: From Peace to War*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

Política britânica

- Cohen, Michael J. (org.). *The Rise of Israel: Implementing the White Paper, 1939–1941*. Nova York: Garland, 1987.
- Cohen, Michael J. *Palestine – Retreat from the Mandate*. Londres: P. Elek, 1978.
- Friedman, Isaiah (org.). *The Rise of Israel: Britain Enters into a Compact with Zionism, 1917*. Nova York: Garland, 1987.
- _____. *Palestine, a Twice-Promised Land?*. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 2000.
- Sheffer, Gabriel. *Policymaking and British Policies Toward Palestine, 1929–1939*. Oxford: Michaelmas Linacre College, 1970.
- Sherman, Ari J. *Mandate Days: British Lives in Palestine, 1918–1948*. Londres: Thames and Hudson, 1997.
- Stein, Kenneth W. *The Land Question in Palestine, 1917–1939*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1984.
- Stein, Leonard. *The Balfour Declaration*. Jerusalém: Magnes, 1983.
- Wasserstein, Bernard. *Britain and the Jews of Europe*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- _____. *The British in Palestine 1917–1929*. Londres: Royal Historical Society, 1978.

Política sionista

- Cohen, Michael J. (org.). *The Rise of Israel: Jewish Resistance to British Rule in Palestine, 1944–1947*. Nova York: Garland, 1987.
- Heller, Joseph. *The Birth of Israel, 1945–1949: Ben-Gurion and His Critics*. Gainesville: University Press of Florida, 2000.
- Katz, Yossi. *Partner to Partition: The Jewish Agency's Partition Plan in the Mandate Era*. Londres: Frank Cass, 1998.

Os palestinos

- Antonius, George. *The Arab Awakening*. Nova York: Capricorn Books, 1965.
- Cohen, Hillel. *Army of Shadows: Palestinian Collaboration with Zionism, 1917–1948*. Berkeley: University of California Press, 2008.
- Khalaf, Issa. *Politics in Palestine: Arab Factionalism and Social Disintegration, 1939–1948*. Albany: State University of New York Press, 1991.
- Khalidi, Rashid. *Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness*. Nova York: Columbia University Press, 2000.
- Kimmerling, Baruch; Migdal, Joel S. *Palestinians: The Making of a People*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.
- Nevo, Joseph. *King Abdallah and Palestine: A Territorial Ambition*. Oxford: Macmillan, 1996.

Assentamento de trabalho

- Kats, Yosef. *The Religious Kibbutz Movement in the Land of Israel, 1930–1948*. Jerusalém: Magnes Press, 1999.
- Near, Henry. *The Kibbutz Movement: A History*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- Rayman, Paula. *The Kibbutz Community and Nation Building*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1981.
- Shilony, Zvi. *Ideology and Settlement: The Jewish National Fund, 1897–1914*. Jerusalém: Magnes Press, 1998.
- Weintraub, Dov; Lissak, Moshe; Azmon, Yael. *Moshava, Kibbutz, and Moshav: Patterns of Jewish Rural Settlement and Development in Palestine*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1969.

Assentamento urbano

- Ben-Porat, Amir. *Between Class and Nation*. Nova York: Greenwood Press, 1986.
- Bernstein, Deborah S. *Pioneers and Homemakers: Jewish Women in Pre-State Israel*. Albany: State University of New York Press, 1992.
- Cohen, Erik. *The City in the Zionist Ideology*. Jerusalém: Instituto de Estudos Urbanos e Regionais, 1970.
- Helman, Anat. *Young Tel Aviv: A Tale of Two Cities*. Hanover, NH: Brandeis University Press, 2010.
- LeVine, Mark. *Overthrowing Geography: Jaffa, Tel Aviv and the Struggle for Palestine*. Berkeley: University of California Press, 2005.
- Mendelsohn, Ezra (org.). *People of the City: Jews and the Urban Challenge*. Nova York: Oxford University Press, 1999.

Esquerda, direita e centro

- Hattis, Susan Lee. *The Bi-National Idea in Palestine during Mandatory Times*. Haifa: Shikmona, 1970.
- Kaplan, Eran. *The Jewish Radical Right: Revisionist Zionism and Its Ideological Legacy*. Madison: University of Wisconsin Press, 2005.
- Ratzabi, Shalom. *Between Zionism and Judaism: The Radical Circle in Brit Shalom, 1925–1933*. Leiden, Holanda: Brill, 2002.
- Schechtman, Joseph B., e Benari, Yehuda. *History of the Revisionist Movement*. Tel Aviv: Hadar, 1970.

Sionismo e religião

Almog, Shmuel, Reinhartz, Jehuda e Shapira, Anita (orgs.). *Zionism and Religion*. Hanover, NH: Brandeis University Press, 1998.

As mulheres na Palestina

Bernstein, Deborah S. (org.). *Pioneers and Homemakers: Jewish Women in Pre-State Israel*. Albany: State University of New York Press, 1992.

Kark, Ruth; Shilo, Margalit; Hasan-Rokem, Galit. *Jewish Women in Pre-State Israel: Life, History, Politics, and Culture*. Hanover, NH: Brandeis University Press, 2008.

Raider, Mark A.; Raider-Roth, Miriam B. (orgs.). *The Plough Woman: Records of the Pioneer Women of Palestine*. Hanover, NH: Brandeis University Press, 2002.

Shilo, Margalit. *The Diverse Identities of the New Hebrew Woman in Eretz Israel*. Jerusalém: Instituto de Pesquisa sobre a História do Keren Kayemeth LeIsrael, 1998.

Imigração ilegal

Cohen, Michael J. (org.). *The Rise of Israel: The Holocaust and Illegal Immigration, 1939–1947*. Nova York: Garland, 1987.

Hadari, Zeev Venia; Tzahor, Zeev. *Voyage to Freedom: An Episode in the Illegal Immigration to Palestine*. Londres: Vallentine Mitchell, 1985.

Ofer, Dalia. *Escaping the Holocaust: Illegal Immigration to the Land of Israel, 1939–1944*. Nova York: Oxford University Press, 1990.

A nakba palestina

Khalidi, Walid. *All That Remains*. Washington, DC: Institute for Palestine Studies, 1992.

Khoury, Elias. *Gate of the Sun: Bab al-Shams*. Nova York: Picador, 2007.

Masalha, Nur. *Expulsion of the Palestinians*. Washington, DC: Institute for Palestine Studies, 1993.

Governo e política

Arian, Asher; Shamir, Michal. *Collective Identity and Electoral Competition in Israel*. Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv, 1997.

Bernstein, Marver H. *The Politics of Israel: The First Decade of Statehood*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1957.

Medding, Peter Y. (org.). *Mapai in Israel*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

Judaísmo e democracia

Abramov, Zalman S. *Perpetual Dilemma: Jewish Religion in the Jewish State*. Rutherford, NJ: Fairleigh Dickinson University Press, 1976.

Liebman, Charles S.; Don Yehiya, Eliezer. *Civil Religion in Israel: Traditional Judaism and Political Culture in the Jewish State*. Berkeley: University of California Press, 1983.

Ravitzky, Aviezer. *Messianism, Zionism, and Jewish Religious Radicalism*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

Legislação

Harris, Ron; Kedar, Alexander; Likhovski, Assaf (orgs.). *The History of Law in a Multi-Cultural Society: Israel 1917–1967*. Aldershot, Reino Unido: Ashgate, 2002.

Árabes em Israel

Smootha, Sammy. *Arabs and Jews in Israel*. Boulder, CO: Westview Press, 1992.

_____ ; Ghanem, As'ad. *Ethnic, Religious and Political Islam among the Arabs in Israel*. Haifa: University of Haifa, 1998.

Etzel, Herut e o Altalena

Begin, Menachem. *The Revolt*. Jerusalém: Steimatzky's Agency, 1972.
Lankin, Eliahu. *To Win the Promised Land*. Walnut Creek, CA: Benmir, 1992.
Niv, David. *A Short History of the Irgun Zevai Leumi*. Jerusalém: World Zionist Organization, 1980.

Política internacional

Bialer, Uri. "Top Hat, Tuxedo, and Cannons: Israeli Foreign Policy from 1948 to 1956 as a Field of Study". *Israel Studies* 7, 1 (2002), pp. 1–80.

A guerra pela água

Lowi, Miriam R. *Water and Power: The Politics of a Scarce Resource in the Jordan River Basin*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
Morag, Nadav. "Water, Geopolitics and State Building: The Case of Israel". *Middle Eastern Studies* 37, 3 (julho de 2001), pp. 179–198.

Relações internacionais de Israel

Brecher, Michael. *The Foreign Policy System of Israel*. Londres: Oxford University Press, 1972.
Rafael, Gideon. *Destination Peace: Three Decades of Israeli Foreign Policy: A Personal Memoir*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1981.

A Guerra de Atrito

Bar-Siman-Tov, Yaacov. *The Israeli-Egyptian War of Attrition, 1969–1970*. Nova York: Columbia University Press, 1980.
Korn, David A. *Stalemate: The War of Attrition and the Great Power Diplomacy in the Middle East*. Boulder, CO: Westview Press, 1992.

Moshe Dayan

Dayan, Moshe. *Moshe Dayan: Story of My Life*. Nova York: Warner Books, 1976.
Teveth, Shabtai. *Moshe Dayan*. Londres: Quartet Books, 1974.

Os Panteras Negras

Bernstein, Deborah. *The Black Panthers of Israel, 1971–1972*. Tese de doutorado. Universidade de Sussex, 1976.
Chetrit, Sami Shalom. *Intra-Jewish Conflict in Israel: White Jews, Black Jews*. Londres e Nova York: Routledge, 2010.

Organização para a Libertação da Palestina

Cobban, Helena. *The Palestine Liberation Organization: People, Power and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
Sela Avraham; Maoz, Moshe. *The PLO and Israel*. Nova York: St. Martin's Press, 1997.

O processo de paz com o Egito

Dayan, Moshe. *Breakthrough: A Personal Account of the Egypt-Israel Peace Negotiations*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1981.
Haber, Eytan; Yaari, Ehud; Schiff, Zeev. *The Year of the Dove*. Toronto e Nova York: Bantam Books, 1979.
Quandt, William, B. *Camp David: Peace Making and Politics*. Washington, DC: Brookings Institution, 1986.
Weizmann, Ezer. *The Battle for Peace*. Toronto e Nova York: Bantam Books, 1981.

Paz Agora

Bar On, Mordechai. *In Pursuit of Peace: A History of the Israeli Peace Movement*. Washington, DC: United States Institute of Peace Press, 1996.

Herman, Tamar. *The Israeli Peace Movement: A Shattered Dream*. Nova York: Cambridge University Press, 2009.

O ataque ao reator nuclear iraquiano

Nakdimon, Shlomo. *First Strike*. Nova York: Summit Books, 1987.

A Guerra do Líbano de 1982

Schiff, Zeev; Yaari, Ehud. *Israel's Lebanon War*. Nova York: Simon & Schuster, 1984.

Literatura

Kenan, Amos. *The Road to Ein Harod*. Nova York: Grove Press, 1988.

Oz, Amos. *Black Box*. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1988.

Shalev, Meir. *The Blue Mountain*. Nova York: Aaron Asher Books, 1991.

A “Situação”

Grossman, David. *The Yellow Wind*. Nova York: Farrar, Strauss and Giroux, 1988.

Segurança, sociedade e identidade

Khalidi, Rashid. *Palestinian Identity*. Nova York: Columbia University Press, 1997.

- Leibowitz, Yeshayahu. *Judaism, Human Values and the Jewish State*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
- Liebman, Charles, S. *Pressure Without Sanctions: The Influence of World Jewry on Israeli Policy*. Rutherford, NJ: Fairleigh Dickinson University Press, 1976.
- Mishal, Shaul; Aharoni, Reuben. *Speaking Stones: Communiqués from the Intifada Underground*. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1994.
- Quandt, William, B. (org.). *The Middle East: Ten Years After Camp David*. Washington, DC: Brookings Institution, 1988.
- _____. *Peace Process: American Diplomacy and the Arab-Israeli Conflict since 1967*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2005.
- Rubinstein, Amnon. *The Zionist Dream Revisited: From Herzl to Gush Emunim and Back*. Nova York: Schocken Books, 1984.

Política, sociedade e cultura

- Arian, Asher. *The Second Republic: Politics in Israel*. Chatham, NJ: Chatham House, 1998.
- Deshen, Shlomo; Liebman, Charles S.; Shokeid, Moshe. *Israeli Judaism: The Sociology of Religion in Israel*. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1995.
- Rebhun, Uzi; Waxman, Chaim I. (orgs.). *Jews in Israel: contemporary Social and Cultural Patterns*. Hanover, NH: Brandeis University Press, 2004.
- Smootha, Samy. *Israel: Pluralism and Conflict*. Berkeley: University of California Press, 1978.
- Sprinzak, Ehud; Diamond, Larry (orgs.). *Israeli Democracy Under Stress*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1993.

O processo de paz, os árabes, segurança

- Heller, Mark, A.; Nusseibeh, Sari. *No Trumpets, No Drums: A Two-State Settlement of the Israeli-Palestinian Conflict*. Nova York: Hill and Wang, 1993.
- Peres, Shimon. *Battling for Peace: A Memoir*. Londres: Orion Books, 1995.
- Rabinovich, Itamar; Reinhartz, Jehuda. *Israel in the Middle East: Documents and Readings on Society, Politics and Foreign Relations, Pre-1948 to the Present*. Waltham, MA: Brandeis University Press, 2008.
- Smootha, Sammy. *Arabs and Jews in Israel*. Boulder, CO: Westview Press, 1992.

Imigração nos anos 1990

Remennick, Larissa (org.). *Russian Jews on Three Continents: Identity, Integration, and Conflict*.
Londres: Frank Cass, Cummings Center Series, 1997.

ÍNDICE REMISSIVO

Aaronsohn, Aaron
Aaronsohn, Alexander
Aaronsohn, Sarah
abastecimento de água; para novos assentamentos. *Ver também* projetos de irrigação
Abd al-Karim Qassem, governante do Iraque
Abdul Hamid II, sultão
Abdullah, rei da Jordânia; assassinato de
Abu Ageila
Abu Ghosh
Abu Nidal
Academia de Segurança Nacional
Academia Islâmica de Hebron, tiroteio na
acampamento militar de Kadum
acordo de fornecimento de armas Egito-Tchecoslováquia
Acordo de Hebron (1997)
Acordo de Londres, entre Israel e Jordânia
acordo de reparações, com a Alemanha Ocidental
Acordo de Transferência (1933)
Acordo de Wye
Acordo do Cairo (Acordo sobre a Faixa de Gaza e a Área de Jericó, 1994)
acordo interino Israel-Egito (1974)
Acordo Sykes-Picot
acordos de Camp David
acordos de livre comércio
Acordos de Oslo II (Acordo Interino sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, 1995)
Acordos de Oslo; reações aos
Acre
Adenauer, Konrad
Agência Judaica; como consultores para novos assentamentos; garantias ao Agudat Yisrael; expansão
da; departamento de absorção de imigrantes; e imigração; aceitação pública da autoridade da;
departamento de assentamento
Agha, Hussein
agitação social (anos 1960)

Agnew, Spiro

Agnon, S. Y.

agricultura: amendoeiras; árabe, e do Mandato Britânico; cítricos; algodão; culturas arvenses; judaica, e capital; modelo de agricultura mista; progressos científicos em; beterraba; tabaco; como foco tradicional do sionismo; viticultura

Agudat Yisrael

Ahad Haam (Asher Ginsberg)

Aharonson, Ran

Ahdut Haavodá

Al-Arif, Arif

álbuns sobre a vitória, publicados após a Guerra dos Seis Dias

aldeia de Jamusin

aldeias terroristas, como alvo das represálias contra os invasores

Alef

Alemanha Ocidental: acordo de reparação (1952); como fornecedora de armas para Israel

Alemanha: apoio árabe à, na Segunda Guerra Mundial; campos de pessoas desalojadas; pagamento de indenizações; e ascensão do Partido Nazista. *Ver também* Alemanha Ocidental

Alexander II, czar

Al-Gaylani, Rashid Ali

Aliá etíope

Aliá russa

Aliá. *Ver entradas para* Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta *Aliá*; *Aliá* etíope; Grande *Aliá*;

Aliá russa

aliança com as potências periféricas

Aliança Israelita Universal

alistamento, militar

Al-Kaukji, Fawzi

Allenby, general Sir Edmund

Allon, Yigal

alojamentos para trabalhadores

Al-Qassam, Azaddin

Alta Comissão Árabe, e Revolta árabe

Alterman, Nathan

Am Oved

Amal

American Council for Judaism

American Jewish Committee (AJC)

American Jewish Joint Distribution Committee

Amichai, Yehuda

Amir, Aharon

Amir, Eli

Amit, Meir

“Ani Maamin”

antisemitismo; e Declaração Balfour

Appelfeld, Aharon

árabes palestinos: e reivindicação judaica quanto ao Muro das Lamentações; nacionalismo dos, despertar do, após a Guerra dos Seis Dias; movimento nacional dos, nos anos 1920; resistência dos, mitologia da; e autonomia; e Guerra de Independência. *Ver também* palestinos

árabes, israelenses: demanda por autonomia territorial; e a definição de Israel; discriminação contra; feriados; mudança identitária, com a Guerra do Yom Kippur; crescente radicalização dos; e Intifada; e Kafr Kassem; e Dia da Terra; e Maki; e governo militar; e questão palestina; direito de peticionar à Suprema Corte; distúrbios ao longo da Linha Verde; *status* dos

árabes: e acordos de armistício; fuga e/ou expulsão de; infiltração em Israel; e guerra de 1948; recusa em reconhecer os direitos dos judeus sobre a Palestina; resolução da ONU sobre a Palestina. *Ver também* palestinos

Arad

Arafat, Yasser; discurso à Assembleia Geral da ONU (1974); e campanha contra o terror; e cúpula de Camp David; medo de ser assassinado; e modelo do Hezbollah; e Acordos de Oslo; rejeição dos parâmetros de Clinton; como símbolo do nacionalismo palestino. *Ver também* Organização para a Libertação da Palestina (OLP)

Aranne, Zalman

Arco de Tito (Roma)

área de acesso a Rafah: controle da, e fronteiras defensáveis; no tratado de paz entre Egito e Israel; colonos na

área de assentamento, russo

Área de El-Hamma

Arendt, Hannah

Aridor, Yoram

Arlosoroff, Chaim

arqueologia: e judaizar o mapa de Israel; e Cisjordânia ocupada; e validação da continuidade histórica dos judeus na Terra de Israel

Arrangement Law (Lei de Política Econômica)

Ashdod

Ashqelon

ashquenazim: discriminação contra *mizrachim*; e Jerusalém; e casamentos mistos com *mizrachim*; comunidades ultraortodoxas

Assad, Hafez al-

Assembleia do Povo

Assembleia Geral das Nações Unidas: partilha da Palestina; resolução igualando sionismo e racismo

assentamento de Sebastia

assentamento de trabalhadores

assentamento judaico: agrícola *vs.* urbano, na Quarta *Aliá*; e terras de propriedade árabe; visão árabe do; sob o Mandato Britânico; e maioria judaica

assentamento urbano; financiado por capital privado; *vs.* assentamento agrícola

assentamentos agrícolas; desenvolvimento de, e Emek; e

assentamentos de trabalho; financiamento para; e imigração; e modelo de agricultura mista; debate contínuo sobre

assentamentos nos territórios ocupados; como questão no processo de paz; entrega voluntária de. *Ver também* Gush Emunim

assimilação

Associação de Colonização Judaica (JCA, em inglês)
Associação dos Professores
associação esportiva Hapoel
ativismo judicial
Attlee, Clement
autarquia responsável pelos investimentos
autonomia: demanda árabe por; judaico, sob o Mandato britânico; como princípio básico do sionismo
autonomia: para os habitantes dos territórios ocupados; para os palestinos
Autoridade de Difusão
Autoridade Israelense de Difusão
Autoridade Palestina (AP): transferência de mais território para a; e cúpula de Camp David;
estabelecimento da
avião Mirage, como símbolo nacional israelense
Avidan, David
aviões F-15, chegada dos, em Israel
Avneri, Uri

Baía de Haifa, assentamento na
baixas; árabes, na Guerra do Líbano; na Revolta Árabe, no conflito Etzel-IDF; israelenses, na Guerra
do Líbano; e Guerra da Independência; na Guerra dos Seis Dias; na Guerra do Yom Kippur
Baker, James
Balfour, Arthur
Ballas, Shimon
Banco Anglo-Palestino
bancos, nacionalização dos
bandeira de Israel, como símbolo da soberania do Estado
bandeira sionista
Barak, Aharon
Barak, Ehud; e coalizão; e processo de paz; apoio dos imigrantes russos a
Bar-Giora
Barnea, Nachum
Bartov, Hanoch
Bar-Yehuda, Yisrael
batalha de Tel Mutilla
Be'ér, Haim
Beersheva
Begin, Menachem; e caso *Altalena*; ganhador do Prêmio Nobel da Paz; e Ben-Gurion; e comissão de
inquérito sobre os massacres de Sabra e Shatila; crítico dos *kibutzim*; e divisões étnicas; primeiro
mandato; e Grande Israel; questões de saúde; e consciência sobre o Holocausto; e clandestinidade
judaica; e Guerra do Líbano; e governo Meir; e disposição para retirar-se do Sinai e das colinas do
Golan; e oposição às políticas do Mapai; e oposição ao acordo de reparação com a Alemanha
Occidental; e processo de paz; estilo político; renúncia ao cargo de primeiro-ministro (1983);
conquista de legitimidade política; segundo mandato; e empreendimento dos assentamentos; e
Guerra dos Seis Dias; suspensão do Knesset (1952); e Resolução 242 do Conselho de Segurança da

ONU; uso de hostilidade étnica; resposta dos países ocidentais a; e Segunda Guerra Mundial; e Yiddishkeit

Beirute ocidental, evacuação de (1982)

Beirute

Beit Alpha

Beit Shemesh

Bek, Alexander

Ben-Aharon, Yariv

Ben-Gurion, Amos

Ben-Gurion, David; e Ahdut Haavodá; e caso *Altalena*; e Alterman; e apoio americano; e autonomia do Estado de Israel em assuntos externos; e Begin; e citações bíblicas; e constituição; e Declaração de Independência; demonização de; e desintegração do Palmach; e armistício egípcio; e julgamento de Eichmann; e fim da Guerra de Independência; e relações entre Alemanha e Israel; e hebraico; e imigração ilegal; e imigração como símbolo de renascimento; trazido de volta de sua aposentadoria; e fronteiras de Israel; e Executiva da Agência Judaica; e Kafr Kassem; sobre *kibutzim* e imigração; e caso Lavon; e oposição da esquerda; e imigração em massa; como ministro da Defesa; e Operação Yoav; e grupos de oposição; plano de governo; reorientação política em direção aos Estados Unidos; pronunciamento do primeiro-ministro (1961); e representação proporcional; proposta de conquistar a Faixa de Gaza (1955); e Plataforma de Ramla; e rejeição da Diáspora; e rejeição da Operação Alfa; e represálias; renúncia de (1963); renúncia ao cargo de primeiro-ministro (1953); volta ao cargo de primeiro-ministro (1955); e Campanha do Sinai; e Guerra dos Seis Dias; e estatismo; e tolerância de partidos religiosos; e voto da partilha na ONU; visão sobre economia; visão sobre os territórios ocupados; visão sobre ciência; visão sobre a televisão; e Guerra pela Soberania (*Milkhemet Hakommemiut*); e acordo de reparação com a Alemanha Ocidental; e Organização Sionista

Ben-Gurion, Paula

Benjamin, rabino (Yehoshua Redler-Feldman)

Ben-Meir, Yehuda

Ben-Porat, Mordechai

Ben-Yehuda, Eliezer

Ben-Yishay, Ron

Ben-Zakkai, rabino Yochanan

Ben-Zion, S.

Ben-Zvi, Yitzhak

Berdyczewski, Micah Josef

Bernadotte, conde Folke; assassinato do

Beta Yisrael

Betar

Bevin, Ernest

Bialik, Chaim Nachman

Bíblia; e história de Israel; no Iluminismo judaico; e genealogia judaica; como texto de referência

Bigun, Dov

Bilu

binacionalismo

Bin-Nun, rabino Yoel

Birobidjan, região autônoma judaica em
Bitchonismo
Bitsuismo
Blass, Simcha
Blaustein, Jacob
Bloco Etzion
Blok, Alexander
Bluwstein, Rachel (Rachel, a poeta)
Bnei Akiva
Bnei Moshe
boicote árabe contra Israel, enfraquecimento do
“Bolsão de Faluja”
bolsas de emprego, como foco de poder político
Borochov, Ber
borochovismo
Bourgiba, Habib
Brandeis, juiz Louis
Brenner, Yosef Haim
Brigada Golani
Brigada Guivati
Brigada Nahal
Brit Shalom
Bulganin, Nikolai
Bulgária: vistos de saída para cidadãos judeus; política de imigração para Israel
Bunche, Ralph
Bund
Burg, Yosef
Bush, presidente George H. W., e Guerra do Golfo

cabalistas, e retorno à observância *haláchica*
Cahan, Yaakov
Cairo, e Guerra do Yom Kippur
calendário sionista
calendário, judaico
Campanha do Sinai (1956); comparada à Guerra dos Seis Dias; resultados da
campanhas de assentamento
campo de refugiados de Sabra, massacre no
campo de refugiados de Shatila, massacre no
campos de concentração, alemães
campos de imigrantes; condições nos; sistema educacional nos; *ulpanim* nos. *Ver também maabarot*
campos de pessoas desalojadas (Alemanha)
campos de transição. *Ver maabarot*
Canal de Suez; fechado a embarcações israelenses; nacionalização egípcia do; abertura do; reabertura
do (1975); e Guerra de Atrito; na Primeira Guerra Mundial; e Guerra do Yom Kippur

Canal East Ghor (Jordânia)
“Canção pela paz”
canções patrióticas
capacidade de absorção, e limites para a imigração
capacidade econômica, e imigração
Capital nacional
capital privado: e assentamento agrícola; e financiamento do assentamento urbano; retomada da
aceitação do, depois de 1950
capital: aplicação de; importação de; fluxo de, em 1927–31. *Ver também* capital nacional; capital
privado
capitalismo; como precursor da sociedade socialista
características do; e Hamas; como parte de “O mundo inteiro está contra nós”; no período pós-guerra;
na Europa Ocidental
caráter judaico do Estado, definição do
Carmiel
Caro, rabino Yosef
carta de McMahon
Carta MacDonal
cartas de Bar-Kokhba, descoberta das
Carter, presidente Jimmy; e acordos de Camp David; e processo de paz; apoio à ideia de um “lar
nacional palestino”
casamento civil
caso *Altalena*
caso Brenner
Caso do ônibus nº 300 (1986)
Caso Lavon
caso Nili
Castel-Bloom, Orly
Ceausescu, Nicolae
cédulas de dinheiro, como símbolos da soberania do Estado. *Ver também* moeda
Cemitério Militar Nacional
central hidrelétrica
Chamberlain, Joseph
Chancellor, Sir John
Chanuka
Chazan, Meir
Chelouche, Joseph Eliyahu
Chipre; campos de detenção
Christopher, Warren
Churchill, Winston; Livro Branco de junho 1922
cidadania, e Lei do Retorno
cidade, concepção romântica da
cidades em desenvolvimento; estabelecimento de (1948–59). *Ver também kibutzim; kvutzot; moshavot*
cidades em desenvolvimento: e assentamentos agrícolas; estabelecimento de; localização de; e
conselhos regionais

cinema

Cisjordânia: Israel evita a anexação da; na cúpula de Camp

David; no tratado de paz entre Egito e Israel; ocupação israelense da; jordanização da; como “Judeia” e “Samária”; terroristas palestinos e; relações com o mundo árabe; como alvo de negociações com a Jordânia

cisma étnico

clã Husseini

Claims Conference, para o acordo de reparação

Clermont-Tonnerre, conde Stanislas-Marie-Adélaïde de

Clinton, presidente Bill, e processo de paz

Cohen, Geula

Cohen, Uri

coletivismo; coexistência com o individualismo; declínio do; fim do, no movimento kibutziano; como anátema para os imigrantes de países muçulmanos; e Yishuv

colinas do Golan: controle das, e fronteiras defensáveis; e Gush Emunim; disposição de Israel para deixar as; no processo de paz entre Israel e Síria; e negociações com a Síria; e processo de paz; colonos nas; e Guerra dos Seis Dias; sob jurisdição israelense (1981); invasão sírias das; na “Guerra pela água”; e Guerra do Yom Kippur

colonialismo; Grã-Bretanha e; linguístico alemão

colonos: colinas do Golan; e Gush Emunim; luta contra o governo de Rabin

combatentes do gueto, na mitologia israelense

comboio de Nebi Daniel

Comintern (Internacional Comunista): e resolução da ONU sobre a Palestina; e sionismo

Comissão Agranat

Comissão de Armistício das Nações Unidas

Comissão de Serviço Público

Comissão Kahan (Cahan) (Comissão de Inquérito sobre os Eventos nos Campos de Refugiados de Beirute)

Comissão Peel; plano de partilha; relatório (1937)

Comissão Real. *Ver* Comissão Peel

Comissão Shaw (governo britânico)

Comitê de Editores

Comitê de Nomes do Governo

Comitê de Odessa

Comitê de Prefeitos Árabes em Israel

Comitê Especial da ONU sobre a Palestina (UNSCOP); plano de partilha

Comitê Executivo árabe

Comitê Húngaro de Ajuda e Resgate

Comitê Nacional de Orientação dos prefeitos árabes da Judeia e da Samária

Comitê Nacional: e formação do Estado de Israel; como fonte do funcionalismo público

Comitê para a Defesa de Terras Árabes

Comitê Supremo de Acompanhamento para Cidadãos Árabes de Israel

comitê Yesod Hamaala

companhia aérea israelense El Al: como projeto de governo; e voos aos sábados

Companhia de Eletricidade

companhia de fornecimento de água Mekorot
companhia de navegação Zim
companhias pertencentes à Histadrut, dificuldades econômicas das (anos 1990)
comunistas, judeus americanos
Conferência da Língua Ídiche em Czernowitz (1908)
Conferência de Bandung das nações africanas e asiáticas
Conferência de Biltmore (1942)
Conferência de Cartum (1967)
Conferência de Genebra (1974)
Conferência de Madri
Conferência realizada no Palácio St. James (1939)
conflito sobre a partilha Índia-Paquistão
Congresso de Berlim (1878)
Congresso Sionista: Primeiro (1897); Décimo quarto (Viena); Décimo nono (Lucerna, 1935); Décimo sétimo (1931); Sexto (Basileia, 1903), e Plano de Uganda; Vigésimo (Basileia, 1937); Vigésimo primeiro (Genebra); Vigésimo segundo; Vigésimo terceiro (1951); (Londres, 1920)
Congresso, EUA, Comitê de Atividades Antiamericanas
conquista do trabalho, nas *moshavot*; abandono da
consciência nacional árabe palestina, ausência de, no período pré-Primeira Guerra Mundial
Conselho de Segurança das Nações Unidas: cessar-fogo de outubro de 1948; Resolução 194 (1948); Resolução 242 (1967); Resolução 338; e aquedutos
Conselho do Yesha
Conselho Popular Judaico
Conselho Provisório de Estado
conselhos regionais, e cidades em desenvolvimento
consumismo
controle de preços: nos primórdios do Estado; sob o governo mandatário
Convenção de San Remo (1920)
“cordeiros para o matadouro”, como acusação contra os judeus europeus
corredor de Jerusalém, como área em desenvolvimento
corrupção
corrupção; e governo Rabin
Corte Distrital de Tel Aviv, como Suprema Corte interina
Corte Internacional de Justiça
crianças imigrantes, apelo para o recebimento de
Crimeia
crise econômica: em seguida à Guerra do Yom Kippur; do final da década de 1920
cristãos
Crossman, Richard
cultura e língua russa, influência da
cultura jovem
cultura *mizrachi*: e processo de absorção; ascensão da (anos 1990)
cultura popular, de base ídiche
cultura, do Yishuv
cume do Castel

Cúpula Árabe de Rabat (1974)
cúpula de Camp David (2000)
cúpula de Genebra (2000)
Cúpula de Taba (2001)

dados demográficos: da população árabe (1948); da economia (1963); da Primeira *Aliá*; da Quarta *Aliá*; da imigração (1948–51); dos árabes israelenses (2000); dos árabes israelenses após a Guerra de Independência; dos árabes israelenses após a Guerra do Yom Kippur; dos palestinos israelenses; de Jaffa; de Jerusalém; dos judeus no Império Russo; do novo Estado de Israel; da Palestina; da Segunda *Aliá*; de Tel Aviv; do Yishuv (1914); do Yishuv (1927–31); do Yishuv (1930s)

Damasco: como sede para organizações terroristas islâmicas; e Guerra do Yom Kippur

Daniel, Irmão (David Oswald Rufeisen)

danos às propriedades, causados por invasores árabes

Dash

Dayan, Moshe; sobre a cúpula de Camp David; como Chefe do Estado-Maior; e colinas do Golan; como ministro da Defesa; e proposta para conquistar a Faixa de Gaza; renúncia do governo de Begin; e enterro de Rothberg; e Campanha do Sinai; e Guerra do Yom Kippur

de Gaulle, general Charles

Dead Sea Works

Declaração Balfour

Declaração de Independência

Declaração de Princípios (1993)

Declaração Israelense de Direitos Humanos, Leis Básicas como decreto sobre Leis e Administração

déficit na balança de pagamentos

Degania

democracia israelense: criação da; primeiros anos; democracia guiada; e assassinato de um judeu por outro judeu, por crenças políticas

democracia totalitária

Departamento de Estado dos Estados Unidos, proposta de emenda à resolução da ONU de 29 de novembro de 1947

Deri, Aryeh

desemprego; árabe, e imigração judaica; judaico, em Tel Aviv (anos 1920)

desenvolvimento: nos primórdios do Estado; custos ecológicos do. *Ver também* modernização

deserto do Negev: bases aéreas no; como área em desenvolvimento; e assentamento; importância estratégica do; e Guerra de Independência

desfiles de Adloyada

desmilitarização, em seguida à Guerra do Yom Kippur

desmilitarizadas zonas, estabelecimento de

desobediência civil

desvalorização

Dia da Independência

Dia da Lembrança do Holocausto e do Heroísmo

Dia da Lembrança

Dia da Nakba
Dia da Terra, árabes israelenses e
Dia de Herzl
Dia de Tel Hai
dias de recordação
Diáspora: como fiasco cultural; negação da; rejeição da
din rodef
dinastia hachemita (Jordânia)
direita israelense: oposição aos acordos de Oslo. *Ver também nomes de partidos*
direito de retorno, palestino; e existência de Israel como Estado judeu
direitos dos palestinos: no tratado de paz entre Egito e Israel; Sadat sobre
direitos iguais para os árabes israelenses, na Declaração de Independência
Diretório Popular
distensão entre os EUA e a URSS
distribuição da população local; e localização das cidades em desenvolvimento; e *mizug galuyot*;
suspensão da, para imigrantes poloneses
distrito de Lachish, imigrantes do norte da África no
doações, pela Diáspora judaica; e programa de reabilitação das periferias
Documento Stauber
Dor, Moshe
Dostoiévski, Fiódor
doutrina da “integralidade da pátria”
Doutrina Eisenhower
Dubnow, Simon
Dubnow, Vladimir
Dulles, John Foster
dupla lealdade, como questão para os judeus americanos
Durrah, Muhammad al-

Eban, Abba
economia de mercado
economia, leis da, e primórdios do Estado
economia: no primeiro mandato de Begin; no Segundo mandato de Begin; dirigida; nos primórdios
do Estado; plano de emergência para estabilizar a (1985); direcionada; década perdida (1975–85);
após a Guerra do Yom Kippur
Eden, Anthony
editoras
Egito: e invasão árabe; e Liga Árabe; e “Mau negócio” (1954); e protetorado britânico; emigração de
judeus do, na Grande *Aliá*; entrada no Sinai (1967); acordo interino, após a Guerra do Yom
Kippur; como maior Estado árabe; e Aqueduto Nacional; e ocupação da Península do Sinai; fora
da esfera de influência da União Soviética; e tratado de paz; planejamento para a Guerra do Yom
Kippur; posições conduzindo à Guerra dos Seis Dias; guerra preventiva contra o; conflitos, após a
Guerra dos Seis Dias; e Estreito de Tiran; e Síria; e relações comerciais com Israel; e Resolução 242

da ONU; e vitória na Guerra de Outubro; e Guerra de Independência; retirada dos assessores militares da URSS do. *Ver também* Canal de Suez

Ehrlich, Simcha

Eichmann, Adolf

Eilat

Eilat, Golfo de, 395; direito de Israel de livre trânsito no

Ein Sinia

Eisenhower, presidente Dwight D.

Eitan, Rafael (“Raful”)

Ekron

El-Alamein, vitória dos ingleses em (1942)

Elazar, David (“Dado”)

eleições, adiamento das, durante a Guerra do Yom Kippur

eletricidade, para novos assentamentos

El-Gamassi, general Abdel-Ghani

Eliot, T. S.

Elkind, Mendel

Elon Moreh

emancipação judaica

Emek (Vale de Jezreel)

emenda Jackson-Vanik (EUA, 1974)

emigração, judaica: da Palestina; da Rússia. *Ver também* imigrantes; imigração

empreendimento dos assentamentos, Begin e o

Empréstimo Independente (Israel Bonds)

Entebbe, avião sequestrado

Epstein, Yitzhak

Epstein, Zalman

equilíbrio de poder, no Oriente Médio

escola agrícola Mikve Israel

escola de artes Bezalel

escola Shlonsky

escritores da geração do Palmach

Eshkol, Levi

estações de controle preventivo

Estado judeu, funcionamento do, durante a Guerra de Independência

Estado palestino, rejeição de Begin ao

Estado: dúvidas sobre a validade do; símbolos da soberania do

Estados árabes: e aceitação da existência de Israel; interesse de Begin em negociar com; e interrupção do processo de paz; e Conferência de Cartum; radicalização dos; reação à Guerra dos Seis Dias; reconhecimento dos direitos hídricos de Israel; e política de paz de Sadat

Estados Unidos: plano de ajuda (1952); como alternativa à Palestina; como “diáspora”, não “exílio”; relações econômicas com os, após 1950; elevação de seu *status* no mundo árabe, na sequência da Guerra do Yom Kippur; como influência cultural estrangeira; desaparecimento gradual da cultura ídiche; e Comitê de Atividades Antiamericanas; restrições imigratórias; e projetos hídricos do rio

Jordão; sistema de justiça; questão da garantia dos empréstimos; apoio do público aos judeus soviéticos; e Campanha do Sinai; e Guerra dos Seis Dias; como única superpotência

estatismo

Estrada de Valor

estratégias de defesa, da Guerra de Independência até a Campanha do Sinai

Estreito de Bab el-Mandeb

estudantes de *yeshivá*: dispensados do serviço militar; e Gush Emunim; assassinato de um estudante em Hebron; como classe de desempregados

ethos do assentamento

ethos pioneiro

Etzel

evacuação: e “Mau negócio”; de Gaza (1917); de colonos ilegais da Judeia e da Samária (1975); de assentamentos israelenses nas colinas do Golan; das *maabarot*; proposta, dos colonos de Hebron; da Unef do Egito; durante a Guerra de Independência; da região de Yamit por Israel (1982)

Executiva da Agência Judaica: e formação do Estado de Israel; e imigração; e artigo 4 do instrumento do Mandato; como fonte para o funcionalismo público; e uso da força

Executiva Sionista; e conciliação; e formação do Estado de Israel; e imigração ilegal; e Artigo 4 do Instrumento do Mandato; e imigração no pós-guerra; e assentamento; e Acordo de Transferência

Exército de Libertação (Liga Árabe)

Exército de Libertação Árabe

Exército do Sul do Líbano (SLA)

Exército egípcio: colaboração com os invasores; na Guerra do Yom Kippur

Exército jordaniano, dispensa dos oficiais britânicos do

Exodus (navio)

exportação

expropriação de terra

Faisal, rei

Faixa de Gaza; e Acordo do Cairo; na cúpula de Camp David; no tratado de paz Egito-Israel; invasão dos fedayin a partir da; combates em (1955); concedida à Autoridade Palestina; infiltrações ao longo da; e Intifada; controle israelense da, após a Guerra dos Seis Dias; e os acordos de Oslo II; palestinos remanescentes na; represália de fevereiro de 1955; e assassinato de Rothberg; assentamentos na, e cisão laica-religiosa; força de manutenção da paz da ONU na

falangistas, e massacre nos campos de refugiados

família Amzaleg

família Chelouche

família Moyal

Farbstein, Heschel

fascismo, ascensão do

Fatah

“Fatahland”

fazenda Kinneret

fedayin

Feinberg, Avshalom

Feniger, Ofer
feriados; de árabes israelenses
festejos de Purim
Fishman-Maimon, rabino Yehuda Leib
Força Aérea Israelense: destruição do reator nuclear iraquiano de Osirak; e Guerra do Yom Kippur
Força de Emergência das Nações Unidas (Unef)
Forças de Defesa de Israel (IDF); avaliação do Exército egípcio; Avneri e; e alistamento; e Etzel;
exclusão dos árabes israelenses das; e ordens ilegais; e Intifada; e Guerra do Líbano; como força de
ocupação no Líbano; represálias em Gaza; e resgate de reféns em Entebbe; retaliações contra
ataques sírios; e segurança para a Cisjordânia ocupada; na Península do Sinai; e Guerra dos Seis
Dias; como agente de socialização; como símbolo do Estado; e distúrbio no Monte do Templo; e
Guerra de Independência; retirada do Líbano; e Guerra do Yom Kippur. *Ver também nomes de
operações*; Guerra da Independência
Ford, presidente Gerald
fórmula de não uso da força
Fourier, Charles
França: ajuda para Israel; aliança com Israel após a nacionalização do Canal de Suez; embargo de
armas para o Oriente Médio; como influência cultural estrangeira; governo de Gaulle; e instalação
nuclear israelense; domínio no Marrocos
Frankel, Naomi
Franz Josef, Imperador
Freud, Sigmund
Friedman, Isaiah
Frischmann, David
front doméstico, vulnerabilidade do, na Guerra do Golfo
fronteiras, do Estado de Israel: linhas de demarcação do armistício como; visão de Ben-Gurion sobre;
fronteiras defensáveis; Linha Verde; como questão na cúpula de Camp David; não mencionadas na
Declaração de Independência; e territórios ocupados depois de 1967; após os acordos de Camp
David; após a Guerra dos Seis Dias
Fundo Nacional Judaico (JNF, em inglês)
funerais, nacionais

Gahal
Galícia
Galileia; como área em desenvolvimento; e expulsões (1917); árabes israelenses na; assentamentos da
JCA na; plano de judaização da (1975)
Galili, Israel
Gambetta, Leon
Gamla
Gaza; evacuação de (1917)
Gedera
Gedud Haavodá Joseph Trumpeldor. *Ver* Gedud Haavodá
Gedud Haavodá
Geffen, Yehonatan

Gelblum, Aryeh
Gellner, Ernest
Gemayel, Amin
Gemayel, Bashir; assassinato de
genocídio, armênio
Georges-Picot, François
geração do Estado
geração dos filhos da terra
Geva, coronel Eli
Gibli, Benjamin
Gilbar, Gad
Gilboa, Amir
Givat Haviva
Glasnost
globalização
Globke, Hans
Godfrey de Bouillon
Goldberg, Leah
Goldmann, Nachum
Golomb, Eliahu
Gonen, coronel Shmuel (“Gorodish”)
Gorbachev, Mikhail
Gordon, Aharon David
Gordon, Yehuda Leib
Goren, Shlomo
Gouri, Chaim
governo de Rabin, fragilidade
governo de união nacional
governo militar: imposto sobre os árabes que permaneceram em Israel; vigiava e grampeava os líderes árabes
Governo Provisório, formação do
Grã-Bretanha. *Ver* Mandato Britânico da Palestina
Grã-Bretanha: aliança com Israel após a nacionalização do Canal de Suez; política de apaziguamento; conquista da Palestina (1918); evacuação do Egito e do Canal de Suez; e luta contra a espionagem soviética; ódio pela, por judeus palestinos; e conflito intercomunitário; como patrono da Jordânia e do Iraque. *Ver também* Mandato Britânico da Palestina.
Grabski, Wladislaw
Grande *Aliá*
Grande Depressão
Grande Israel; compromisso de Begin com a; e Gush Emunim; e Cisjordânia ocupada; e geração pós-independência; Shamir e; após a Guerra dos Seis Dias
Grande Palestina
Grandes Potências
e questão judaica
Greenberg, Uri Zvi

greves de trabalhadores; na fazenda Kinneret
Gromyko, Andrei
Grossman, David
Grunewald, Malkiel
Grunzweig, Emil
Grusenberg, Oscar
Gruta de Machpelah
Guerra da Coreia
Guerra de Atrito (1969)
Guerra de Independência (1947–49); baixas; fim da; nomes para a; início da
Guerra de junho. *Ver* Guerra dos Seis Dias
Guerra de Outubro. *Ver* Guerra do Yom Kippur
Guerra do Golfo
Guerra do Líbano (1982); preparação para a; reação internacional à; e transformação da sociedade israelense
Guerra do Yom Kippur (1973); e decadência do domínio do movimento trabalhista; e mudança identitária dos árabes israelenses; política israelense após a; redução de forças após a; e televisão
Guerra dos Idiomas
Guerra dos Seis Dias; e judeus da Diáspora; e Holocausto; e fronteiras israelenses; e recuperação da recessão
Guerra Fria
Guerra Irã-Iraque
Guerra pela água
“guidonim”
Gur, Mordechai (“Motta”)
Gush Emunim

Habib, Philip
Hadar
Hadassah
Hadera
Haganá
Haifa; construção de um porto de águas profundas em; como destino de imigrantes da Quarta *Aliá*; como “Khoushystan”; refinarias de petróleo; assentamento de imigrantes da Grande *Aliá* em; Technion-Instituto de Tecnologia de Israel; bairro de Wadi Salib; e Guerra de Independência
Universidade de
Haig, Alexander
Hakibutz Hameuchad
Halachá; e constituição; versão sefaradita vs. versão ashquenazita da; e “Quem é judeu”
Halevy, juiz Benjamin
haluká
Hamas
Hameiri, Avigdor
Hamerkaz Hahofshi

Hamizrachi
Hammarskjöld, Dag
Hammer, Zevulun
Hamossad Lealiya Bet
hamoula (clã), como unidade básica de novos *moshavim*
Hanita
Hankin, Yehoshua
Hanoteah
Hapoel Hamizrachi
Hapoel Hatzair
Haram al-Sharif
Harel, Isser
Harel, Yehuda
Hareuveni, Aharon
Harrison, Earl G.
Har-Zion, Meir
Hashomer Hatzair
Hassan II, rei do Marrocos
Hassidismo, como inspiração para os pioneiros
Hatikva” (hino sionista)
Hauptmann, Gerhart
Hazan, Yaakov
Hazaz, Haim
hebraico: como conquista do movimento sionista; e adoção do sotaque sefaradi; desenvolvimento do, na Palestina; imigrantes e; importância do; literatura em; supressão do, na Rússia; vs. ídiche
hebraização, era da
Hebron; e distúrbios (1929)
Herodion
heróis culturais, importância dos, para construir a sociedade do Yishuv
Herut
Herzl, Theodor; morte de; *Der Judenstaat*; lápide de; e bandeira de Israel; e assentamento judaico; e origens do sionismo; “Somos um povo – um só povo!”
Heschel, Abraham Joshua
Hess, Moses
Hevrat Haovdim
Hezbollah, 460, 523, 528; captura de três soldados das IDF
Hilfsverein der Deutschen Juden
Hillel, Shlomo
Hirbet Mekhaz
Hirsch, Baron Moritz
Histadrut; e aceitação de membros árabes; papéis conflitantes da; desenvolvimento da (1948–59); política econômica; e sistema educacional; e Haganá; e alojamento; e trabalhadores imigrantes; e Mapai; e Primeiro de Maio; redução de seu envolvimento na economia; e assentamento; e teatro; e uso da força; como sindicato opcional. *Ver também* Hevrat Haovdim
hitashkenazut

Hitler, Adolf

Holocausto; consciência do; como elemento central da identidade israelense; culpa coletiva alemã pelo; memória do; e pós-sionismo; e apoio soviético para o estabelecimento do Estado judeu; sobreviventes do

Hope-Simpson, Sir John

Horowitz, Yigal

Hovevei Zion. *Ver também* Comitê de Odessa

Hungria: imigração da; política de imigração para Israel

Hussein bin Ali, xerife de Mecca

Hussein, rei da Jordânia; e desligamento da Cisjordânia; e Guerra do Golfo; e Intifada; e tratado de paz Israel-Jordânia; e Conferência de Madri; expulsão de organizações terroristas; e processo de paz; e Guerra dos Seis Dias; e Guerra do Yom Kippur

Hussein, Saddam, e invasão do Kuwait

Husseini, Abd al-Qaeder al-

Husseini, Haj Amin al-

identidade de Eretz Yisrael

identidade israelense: como ramificação da antiga identidade semítica; fontes da identidade judaica; na sociedade europeia

identidade nacional judaica

IDF. *Ver* Forças de Defesa de Israel (IDF)

IDF-Gahal

ídiche

Iêmen: guerra civil; emigração de judeus do, na Grande *Aliá*; imigração do iemenitas, como corrente política

igualdade das mulheres, princípio de

Ilhas Maurício

Iluminismo judaico

Imber, Naphtali Herz

imigração em massa; e canaanismo; e público israelense; e movimento kibutziano; e identidade nativa.

Ver também Grande *Aliá*

imigração seletiva

imigração; período de 1948–51; e AJC; demanda árabe pelo fim da; de árabes dos territórios ocupados; e desemprego árabe; sob o Mandato Britânico; proibição britânica sobre a, na Segunda Guerra Mundial; e Declaração de Independência; e suprimento de comida; e Haganá; ilegais; aumento de (1933); e Agência Judaica; e maioria judaica; assentamento de trabalho e; e política do Mandato; como opção, e não necessidade; para a Palestina; e discriminação política; como renascimento; redução nos, após 1952; e direito à cidadania; seletiva, introdução de; e Guerra de Independência; e Livro Branco (1939); e Organização Sionista. *Ver também* entradas para *Primeira, Segunda, Terceira, Quarta e Quinta Aliá; Aliá* etíope; Grande *Aliá*; Lei de Retorno; imigração em massa; *Aliá* russa

imigração, palestina, para os países do Golfo

imigrantes: categorias de, sob o Mandato Britânico; mudanças culturais impostas sobre, na Grande *Aliá*; da Europa oriental; do Egito; da Etiópia; da Alemanha; sobreviventes do Holocausto; da

Hungria; do Iraque; condições precárias para receber os (*Ver também mizrachim*); imagens negativas dos; new; do norte da África (*Ver também mizrachim*); da Polônia; da Romênia; autoimagem dos; da União Soviética; do Iêmen (*Ver também mizrachim*). *Ver também entradas para Primeira, Segunda, Terceira, Quarta e Quinta Aliá; Aliá etíope; Grande Aliá; imigração em massa; Aliá russa*

Imperador austríaco Josef II

Império Otomano; end of rule sobre a Palestina; assentamento judaico e imigração. *Ver também Sublime Porta*

Império Russo: dados demográficos; e Iluminismo Judaico; e movimentos nacionalistas. *Ver também União Soviética*

Índia, rota terrestre para a
índice do custo de vida

individualismo; Begin e; coexistência com o coletivismo; e coletivismo, na cultura do Yishuv; crescimento do; e Segunda *Aliá*

indústria bélica, judaica, na Palestina

indústria da construção civil

indústria de defesa

indústria têxtil

indústrias de alta tecnologia

Indyk, Martin

inflação; em 1948; em 1984; nos primórdios do Estado; após a Guerra do Yom Kippur
iniciativa de florestamento, sob o Mandato Britânico

Instituto Weizmann de Ciências

instrumento do Mandato; Artigo 4; e Declaração Balfour; *status* do, sob o comando de Chancellor
inteligência militar, despreparo da, em 1948

intelligentsia

Intifada de Al-Aqsa

Intifada. *Ver também* Segunda Intifada

invasão árabe, em Guerra de Independência

invasão, de refugiados árabes em Israel

Irã

Irã, Xá do, e processo de paz

Iraque: Mandato Britânico para o; emigração de judeus do, na Grande *Aliá*; e fim da Guerra de
Independência; invasão do Kuwait; e oleoduto; reator nuclear de Osirak; e presença na Jordânia; e
autogoverno; e apoio soviético; movimento sionista no

iraquianos; e invasão árabe; entrada na Jordânia; invasão do Vale de Beit Shean

Irgun B, e Haganá

Irlanda do Norte, luta contra o terrorismo na

Irmandade Muçulmana

Islamização: dos árabes israelenses; do proletariado palestino

Israel Bonds

israelidade

Istiklal

Itália, invasão da Abissínia

Jabotinsky, Vladimir (Zeev)

Jackson, senador Henry

Jaffa; bairro de Ahuzat Bait; dados demográficos; expulsão de, em 1917; Boulevard Jerusalém; bairro de Neveh Shalom; bairro de Neveh Tsedek; assentamento de imigrantes da Grande *Aliá* em

Jamal Pasha

Jarring, Gunnar

Jericó, entregue à AP

Jerusalém oriental, anexação israelense da

Jerusalém: e invasão árabe; ataque a, na Guerra dos Seis Dias; hospital e igreja Augusta Victoria; dados demográficos; como destino de imigrantes da Quarta *Aliá*; bispado protestante alemão em; bairro de Gilo; e Guerra do Golfo; Dia da Independência (1967); Museu de Israel; como questão na cúpula de Camp David; bairro de Katamon; hotel King David, conversa não oficial entre Begin e Sadat no; bairro de Musrara; proposta de divisão de; bairro de Ramot; e distúrbios de 1929; Parque Sacher; visita de Sadat a; cerco de; atos terroristas em; na Guerra de Independência; abastecimento de água; Muro das Lamentações

Jihad Islâmica

Johnson, presidente Lyndon B.

Johnston, Eric

Joint. *Ver* American Jewish Joint Distribution Committee

Jones, James

Jordânia: armistício, após a Guerra de Independência; como base para a OLP e outras organizações terroristas; desligamento da Cisjordânia; e Conferência de Madri; e Guerra dos Seis Dias; e tradição de cooperação com judeus; e Resolução 242 da ONU; e água. *Ver também* Jordânia

jornais: *Al-Ittihad*; *Davar*; e imprensa livre; *HaAhdut*; *Haaretz*; *Haboker*; *Hahashkafa*; *HaHerut*; *Haolam Hazeh*; *Hapoel Hatzair*; *Hatzvi*; *Kol Haam*; *Neue Freie Presse*; na Palestina

Josephthal, dr. Giora

Judeia: evacuação de colonos ilegais da (1975); e assentamento judaico; assentamentos na, e cisão laica-religiosa; uso do nome

judeus americanos; ajuda ao Yishuv na Primeira Guerra Mundial; e dupla lealdade; e reunião dos exilados; e Israel Bonds; relação com o Estado de Israel; e a Guerra dos Seis Dias

judiciário, e neutralidade ideológica

juízo de Dreyfus (Alfred)

juízo de Eichmann

juízo de Kasztner

juízo Grunewald-Kasztner

jurisdição jordaniana, na Cisjordânia

juventude, culto à

Kach

Kadum, assentamento do Gush Emunim em

Kafr Kassem, massacre em; divulgação do

Kahane, rabino Meir

Kasztner, Yisrael (Rudolf); assassinato de

Kataev, Valentin Petrovich

Ka-Tzetnik (Yehiel Feiner)

Katznelson, Berl

Kaufmann, Yechezkel

Kenan, Amos

Kenaz, Yehoshua

Kennedy, presidente John F.; e instalação nuclear israelense

Keren Hayesod

Keren Kayemet

Keshet

Keynes, John Maynard

Kfar Vitkin

Khoushy, Abba

“Khoushystan” (Haifa)

kibutz Ein Harod

kibutz Genossar

kibutz Gesher

kibutz Haartzi Hashomer Hatzair

kibutz Hulda

kibutz Mishmar Haemek

kibutz movement

kibutz Nahal Oz

kibutz Negba

kibutz Sdeh Boker

kibutz Tel Yosef

kibutz Yechiam

kibutzim: comparados às *moshavot*; conflitos com *moshavim*; dificuldades econômicas dos, nos anos 1990; e pessoas que terminavam o treinamento agrícola; ideia dos; e trabalho de imigrantes; aumento dos; como *kest kinder*; e treinamento militar; na vanguarda do empreendimento sionista; *status* dos. Ver também nomes de *kibutzim*

Kielce, Polônia

King, dr. Martin Luther, Jr.

Kiryat Shmona

Kishon, Ephraim

Kissinger, Henry; e Gush Emunim; como mediador entre Sadat e Rabin

Knesset Yisrael

Knesset: sistema parlamentarista britânico como modelo para o; debate sobre os acordos de Camp David; primeiro debate sobre “quem é judeu” (1958); Primeiro Knesset (1949); Comitê de Relações Exteriores e Defesa; Quarto Knesset (1959); e ratificação do tratado de paz entre Egito e Israel; discurso de Sadat no; ataque ao, por opositores ao Acordo de Reparação com a Alemanha Ocidental; e sistema de representação proporcional

Kol Yisrael; e línguas transmitidas

Kollek, Teddy

Kook, rabino Zvi Yehuda

Kovner, Abba

Kumkum (teatro satírico)

Kuneitra

Kupat Holim (HMO)

Kurtzer, Daniel

Kuwait, invasão iraquiana do

kvutzot; “grande *kvutzá*”; origens das

laços de parentesco, como base nos novos *moshavim*

lago Hula, drenagem e alagamento do

Lamdan, Yitzhak

Landau, Adolph

Landauer, Gustav

lar nacional judaico

Latrun, mito de

Lavi, Shlomo (Levkovich)

Lavon, Pinchas

Lawrence, T. E.

Legião Árabe

Legião dos Defensores da Língua

Legião Judaica

legislação das IDF

legislação. *Ver nomes de leis*

Lehi

Lei Básica de Economia do Estado

Lei das Comunidades (1928)

Lei de Comissões de Inquérito do Estado (1968)

Lei de Nacionalidade

Lei de Punição dos Nazistas e Colaboradores dos Nazistas

Lei de Retorno; emenda à (1970); e judeus etíopes; e árabes israelenses

Lei do Banco de Israel

Lei do Serviço Militar de Defesa

Lei Nacional de Seguridade Social (1953)

Lei Yad Vashem

lei. *Ver nomes de leis*

Leibowitz, Yeshayahu

Leis Básicas; Lei Básica: Liberdade de Trabalho; Lei Básica: Liberdade e Dignidade Humana; Lei
Básica: Economia do Estado

Leis de Maio (Rússia, 1882)

Leis de Nuremberg (Alemanha nazista)

Leon, Nissim

Lermontov, Mikhail

Levi, Primo

Levin, Hanoch

Levinger, rabino Moshe

Líbano: armistício após a Guerra de Independência; como base para organizações terroristas; guerra civil (1975–76); Hezbollah no; e direitos hídricos
liberalismo econômico, e imprensa dominada pelos partidos
liberalismo; econômico
Líbia, emigração de judeus, na Grande *Aliá*
Lichtheim, Richard
Liderança Nacional Unificada do Levante
Lieberman, Avigdor
Liga Árabe
Liga das Nações; Comissão Permanente de Mandatos
Likud; e eleições de junho de 1992; e eleições de maio de 1977; desintegração interna do; e novos imigrantes; empates nas eleições dos anos 1980; sucesso nas eleições de 1981
Linha Bar-Lev
linha El-Arish–Ras Muhammad
Linha Verde
literatura: da nova Israel; e escritores da geração do Palmach; da Guerra dos Seis Dias; traduzida
Livros Brancos (britânicos): 1922 (Churchill); 1930 (Passfield); 1939
Lloyd George, David
Lohamei Hagetaot
London, Jack
Lowdermilk, Walter C.
Lueger, Karl
Lydda, expulsão da população civil

maabará Migdal-Gad
maabarot (campos de transição); e cidades em desenvolvimento; sistema educacional nas; evacuação das
macabeus
Macabíadas (1935)
(McDonald)
MacDonald, Ramsay
Mafdal. *Ver também mizrachim*
Mailer, Norman
Makarenko, Anton Semyonovich
Maletz, David
Malley, Robert
mamad
mamlakhtiyut (estatismo)
Mandato Britânico da Palestina: período de 1918–29; período de 1929–39; período de 1939–48; Regulamento de Defesa (Emergência); racionamento de comida e controle de preços; orçamento governamental; herança do; influência no Serviço Público Israelense; resumo do; fim do Mandato. *Ver* Mandato Britânico da Palestina
Manor, Ehud
mão de obra: árabe; como questão no assentamento agrícola; judaica, e *moshavot*; socialização da

Mapu, Abraham

Mar da Galileia; e Aqueduto Nacional; e armistício com a Síria, de 1948, e projetos hídricos
marca “Jaffa”

Marcus, coronel David (Mickey Stone)

Marrocos: emigração do; fim do domínio francês sobre o

Marshall, George C.

Martov, Yuli

marxismo

Masa

massacre de Deir Yassin

massacre de Maale Akrabim

Massada; escavações em

Matalon, Ronit

Matateh (teatro satírico)

Matzpen

“Mau negócio” (1954)

Mautner, Menachem

McMahon, Sir Arthur Henry

mediadores, americanos, e impasse antes da Guerra do Yom Kippur

Megged, Aharon

mehdal

Meir, Golda (Meyerson); e Panteras Negras; governo de coalizão com o NRP; como ministra de
Relações Exteriores; formação de governo (1969); e relações entre Alemanha e Israel; como
representante israelense em Moscou; renúncia de; alertada sobre um iminente ataque planejado
pelos sírios e pelos egípcios; e Guerra do Yom Kippur

Mendele Mocher Seformim (Sholem Abramovich)

Menelik, filho do rei Salomão e da rainha de Sabá

menorá

mercado negro, surgimento do

Meretz

Merhavia

Merkaz Harav yeshiva

mesquita de Al-Aqsa

messianismo

Messias, falso

Metzudat Zeev (Jabotinsky)

Michael, Sami

mídia: e mudanças no judiciário; internacional, e visita de Sadat a Jerusalém; e Intifada

milícias privadas, formação de, nos territórios ocupados

Miller, Aaron David

Ministério da Defesa

Ministério da Educação

Ministério da Justiça

Ministério das Finanças

Ministério do Trabalho

Miron, Dan
Mishmar Haemek
Mishmar Hayarden
mísseis balísticos tácticos Scud
mísseis terra-ar (SAM); uso egípcio dos
mito de Tel Hai
mizrachim: como árabes de credo judaico; discriminação contra; e casamentos mistos com
Ashkenazim; e modernização; apoio a Begin; e Tami; setor ultraortodoxo; e israelenses veteranos
mizug galuyot, e distribuição populacional
moda, e cultura israelense
moderados, e represálias
modernização: e sistema educacional nos campos de imigrantes; da vida judaica; e imigração em
massa; e “caldeirão de culturas” vs. “panela de *cholent*”; judeus *mizrachi* e; e novos imigrantes; no
Império Russo
moeda estrangeira: disponibilidade de, nos primórdios do Estado; remoção das restrições sobre
moeda; lira substituída pelo shekel; impressão de. *Ver também* desvalorização; libra palestina
moedas, como símbolo da soberania do Estado
Moked, Gabriel
Molcho, Yitzhak
Mollet, Guy
Monroe, Elizabeth
Monte do Templo; disputas entre judeus e muçulmanos sobre o; distúrbios (1996); distúrbios (2000)
Monte Hebron
Monte Hermon
Monte Herzl, como Cemitério Nacional de Israel
Monte Scopus
Montor, Henry
Morgenthau, Henry
Morgenthau, Henry, Jr.
Moshav Patish
moshavot; e mão de obra árabe; comparadas aos *kibutzim*; dificuldades econômicas (anos 1990);
fundação das; administração das; e novo processo de assentamento; e secularização; urbanização
das. *Ver também nomes de assentamentos*
Mossad; e captura de Eichmann; e operações para judeus etíopes
Mossinsohn, Ben-Zion
Mossinsohn, Yigal
movimentações populacionais, na sequência da Segunda Guerra Mundial
movimento Am Olam
movimento do canaanismo
Movimento dos Oficiais Livres (Egito)
movimento Hechalutz
movimento juvenil Gordonia
movimento Paz Agora
Movimento por uma Grande Israel
movimento reformista, dissociação do sionismo

movimento sionista, surgimento do; e Primeiro Congresso Sionista; e hebraico; no Iraque; repressão do, durante a Primeira Guerra Mundial; depois de Uganda
movimento trabalhista; e “trabalhador culto”; decadência do domínio do, após a Guerra do Yom Kippur; e Universidade Hebraica; e ideal individualista; e estatismo
movimento Volkist, e ídiche
movimentos de protesto; contra a política de Begin; sobre os massacres de Sabra e Shatila; após a Guerra do Yom Kippur
movimentos juvenis; taxa de abandono nos; e Brigada Nahal
Mubarak, Hosni
Muhammad Ali Pasha
multiculturalismo; e revolução feminista; e pós-modernismo
Muro de Berlim, queda do (1989)
Museu de Tel Aviv, e cerimônia de Declaração da Independência

Nablus

nacionalidade israelense, desafios à

nacionalismo árabe. *Ver também* pan-arabismo

nacionalismo judaico; imigrantes marroquinos e

nacionalismo; europeu; e legitimidade. *Ver também* nacionalismo judaico

Nações Unidas: e fim do Mandato Britânico; primeira trégua na Guerra de Independência; Conferência de Lausanne (1949); resolução de 29 de novembro de 1947; segunda trégua na Guerra de Independência; como “Um-Shmum”; retirada do solo egípcio

Nahalal

Nahariya

não anexação dos territórios ocupados na guerra, princípio de

não muçulmanos, na Palestina otomana

Naor, Aryeh

Napoleão Bonaparte, campanha no Egito e na Palestina

narodniks

Nashashibi

Nasser, Gamal Abdel; e guerra civil no Iêmen; cortejado pelo Ocidente; morte de; exigência que a ONU se retirasse da Faixa de Gaza, do Sinai e do Estreito de Tiran; e questão das invasões; como líder pan-árabe; e OLP; rejeição da operação Alfa; e seu prestígio ascendente no cenário internacional; e Guerra dos Seis Dias

Natan, Shuli

Nathan, Abie

Nativ

Nazaré

nazistas, e Acordo de Transferência

negociações de armistício em Rhodes

negociações de Wye Plantation

Ness Ziona

Netanyahu, Benjamin

Neuman, Emmanuel

Nixon, presidente Richard M.; renúncia de
nomes em hebraico, adoção de
nomes próprios, hebraização dos
Nordau, Max
normas igualitárias, erosão das
Nova Organização Sionista (NZO), fundação da
novos historiadores
novos ricos, na sociedade israelense
NRP. *Ver* Partido Religioso Nacional

Ofakim

ogivas químicas, medo israelense de
Olimpíadas de Munique (1972), assassinato de atletas israelenses nas
Oliphant, Lorde Laurence
operação “Do navio à cidade”
Operação Alfa (Grã-Bretanha-EUA)
Operação Bin-Nun A
Operação Bin-Nun B
Operação Danny
operação de Qibya (1953)
Operação Dekel
operação Esdras e Neemias
operação Grandes Pinheiros
Operação Hiram
Operação Horev
Operação Kadesh. *Ver* Campanha do Sinai (1956)
Operação Karameh (1968)
Operação Litani
Operação Moisés
Operação Nachshon
Operação Pequenos Pinheiros
Operação Rotem
Operação Saison
Operação Salomão
Operação Tapete mágico
Operação Vinhas da Ira
opinião pública, europeia, e Estado judeu
opinião pública, israelense: e cúpula de Camp David; e julgamento de Eichmann; e Eshkol; após a
Guerra dos Seis Dias; sobre o futuro dos territórios ocupados; e fronteiras da Linha Verde; e
política interárabe; e Intifada; e julgamento de Kasztner; e Mapai; e Sadat; e embates no Monte do
Templo; e Guerra do Yom Kippur
opinião pública, palestina: e cúpula de Camp David; e Hamas; e Samária; e embates no Monte do
Templo
Or Yehuda

orçamento de defesa

ordem Tel Hai

ordens ilegais, obediência a, na legislação israelense

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)

organização Hashomer

Organização para a Libertação da Palestina (OLP); base no sul do Líbano; Declaração de Independência; expulsão da Jordânia (1970); fundação da; e Guerra do Golfo; e Hamas; e Conferência de Madri; não reconhecimento de Israel e das Resoluções 242 e 338 da ONU; e Acordos de Oslo; reconhecimento pelos países árabes como única representante legítima do povo palestino; nova sede em Túnis; ascensão na arena internacional; apoio a Saddam Hussein; terrorismo pela; e Liderança Nacional Unificada do Levante

Organização para a Venda de *Bonds* do Estado de Israel

Organização Sionista americana

Organização Sionista; e financiamento para os assentamentos; e imigração; e Guerra dos Idiomas; perda de uma missão clara; e Mapai; escritório em Copenhague; métodos políticos; trabalho prático na Palestina; como representante dos judeus da Diáspora; e segundo Programa de Jerusalém; e estatismo; *status* da, no Mandato Britânico; e Terceira *Aliá*; e assentamento de trabalhadores em terras nacionais

Organização Territorial Judaica (JTO, em inglês)

organizações terroristas: e apoio soviético; Síria como base para

Oz, Amos

Pacto de Bagdá (1955)

pacto de defesa mútua Egito-Síria (1966)

Pacto de Munique

padrão de vida, aumento do, 1955–66

padrões de consumo

Paine, Thomas

países do Golfo: imigração palestina para os; relações com Israel

países do Maghreb, relações com Israel

Palestina: invasão árabe da; conquista britânica da; Mandato Britânico da; governo britânico na, visão geral do; dados demográficos; estabelecimento de colônias na; no século XIX

Palestine Office

Palestine Potash Company

palestinos israelenses. *Ver* árabes israelenses

palestinos: e acordos de armistício; cultura dos, e simbolismo da terra; deportação dos, dos países do Golfo; identidade dos, fortalecimento da; independência, declaração de, pela OLP; no Kuwait; na Cisjordânia ocupada; participação na Conferência de Madri; e processo de paz; como problema permanente de refugiados no Oriente Médio; demanda por reconhecimento internacional; reações aos Acordos de Oslo; rejeição da Resolução 242 da ONU; direitos dos; apoio a Saddam Hussein; e Resolução da ONU 233

Palmach; criação do; desmantelamento do; e Safed; e Guerra de Libertação

pan-arabismo

Panteras Negras

parada militar, no Dia da Independência
parâmetros de Clinton
Partido Alinhamento
Partido Comunista, e formação do Estado de Israel
partido de Centro
Partido Liberal, fusão com o Herut
partido Maki
partido Mapai; e Alinhamento; como partido central na política israelense; e conciliação; declínio do, após o caso Lavon; predomínio do (1948–67); e política econômica; e sistema educacional; e eleições de maio de 1977; fundação do; e julgamento de Kasztner; e uso da força; e Organização Sionista. *Ver também* Partido Trabalhista
partido Mapam; e aceitação de membros árabes; saída do Alinhamento; e Palmach
partido *mizrachi*
Partido Rafi
Partido Religioso Nacional (NRP); e coalizão com Begin; e acordos de Camp David; e messianismo. *Ver também* Mafdal
Partido Shlomzion
Partido Tami
Partido Trabalhista; nos anos 1970s; e acordos de Camp David; e corrupção, 418; e eleições de junho de 1992; queda do, nas eleições de 1977; formação do; aliança histórica com o NRP
Partido Yahadut Hatorah
Partido Yisrael Ahat
Partido Yisrael Baaliya
Partido Yisrael Beitenu
partidos religiosos: controle sobre o ministério da educação; tolerância pelos
partilha: considerações sobre a, nos anos 1930; do Império Otomano depois da Primeira Guerra Mundial; e UNSCOP
passeios, para escolas e movimentos juvenis
Passfield, Lorde; Livro Branco (1930)
passo de Giddi
Passo de Mitla
Patinkin, Don
Península do Sinai: acordo sobre a, após a Guerra do Yom Kippur; violação à desmilitarização *de facto* da; como defesa para o Canal de Suez; no tratado de paz entre Egito e Israel; e Gush Emunim; controle israelense da, após a Guerra dos Seis Dias; disposição israelense para se retirar da; poços de petróleo na; no processo de paz
Penn, Alexander
Pequena Israel
“pequena *kvutzá*”
percentual de votos, nas eleições para o Knesset
Peres, Shimon; nomeado ministro da Defesa; e Acordo de Londres; e processo de paz; retratado como traidor; e Campanha do Sinai; como sucessor de Rabin
pergaminhos do mar Morto
Perlstein, Moshe
Pessach (Páscoa judaica)

Petach Tikva (Melabes); e expulsões de 1917; e mão de obra árabe; e pomares de cítricos
Petra, caminhada para
petróleo; descoberta de, no Oriente Médio; no tratado de paz entre Egito e Israel; embargo, pelos
países árabes; Irã como fonte de, para Israel; oleoduto, do Iraque; preços, aumento nos (1973);
refinarias, em Haifa; como recurso no Oriente Médio; fontes de, no Sinai. *Ver também*
Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)
Pines, Yechiel Michal
Pinsker, dr. Yehuda Leib
pioneiros: e treinamento agrícola; como alternativa à sociedade burguesa; idealismo dos; como
modelo para doutrinação da juventude; “relutantes”; templários como
planejamento regional
Plano Allon
Plano Dalet (Plano D)
plano de partilha (Comissão Peel); oposição árabe ao
Plano de Uganda
Plano Marshall
Plano Regatta (1967)
Plano Sharon
Plehve, Vyacheslav von
Plumer, General Herbert
Poalei Zion; abandono das *moshavot*; e sociedade secreta Bar-Giora; fundação do; Plataforma de
Ramla; e autodefesa
poder do estado, consolidação do
pogrom de Kishinev
Pogrom Frio
pogroms; em Kielce, Polónia (1946); na Líbia; russos; na Ucrânia. *Ver também pogrom* de Kishinev
política de “nem uma polegada”
política de austeridade (1949)
política de pleno emprego
política do caldeirão de culturas; e panela de *cholent*
Polónia: vistos de saída para cidadãos judeus; política de imigração para Israel; como principal fonte
de migrantes judeus; renovação da imigração da (1958); como fonte de capital; passeios aos
campos de extermínio do Holocausto na
ponte Ad Halom
Porat, Hanan
Porath (Borowsky), Zipporah
posse de armas nucleares por parte de um país inimigo, como ameaça existencial para Israel
pós-sionismo
praga de gafanhotos (1915)
prefeitura de Tel Aviv, como corrente política
Presley, Elvis
Preuss, Teddy
Primeira *Aliá* (1881–1904); confronto com os pioneiros da Segunda *Aliá*; dados demográficos da; e
secularização
Primeira Guerra Mundial

Primeiro de Maio

princípio do duplo compromisso

privatização: e emprego por toda a vida; de empresas públicas

problema étnico, surgimento do

processo de paz; e primeiro mandato de Begin; colapso do; após a Guerra do Golfo; interrupção do;

demandas israelenses no; preferência israelense por negociações bilaterais; Peres e; Rabin e; após a

Guerra dos Seis Dias; opção síria vs. opção palestina

produção de cítricos

profissionais, e oposição à tabela salarial da Histadrut

Programa de Jerusalém (primeiro, 1951)

Programa de Jerusalém (segundo, 1968)

projeto de barragem no rio Yarmuk

projeto de irrigação Yarkon-Negev

projeto de reabilitação dos bairros

projeto do Aqueduto Nacional; ataque do Fatah contra o

projetos de irrigação, financiados pelo governo

proletarização de novos imigrantes nas *maabarot*

propriedade abandonada

propriedade da terra pelo governo, após a fundação do Estado

Proskauer, Joseph M.

proteksia

Protestantismo, e a Bíblia

protesto de orientação étnica, início do

protestos de cunho social. *Ver também* protestos

protestos: árabe (1933); de agosto de 1929; por árabes israelenses ao longo da Linha Verde; tumultos

entre judeus, em Wadi Salib (1959); de maio de 1921; do Pessach, em 1920; no Monte do Templo

Qalqilya, operações israelenses de represália contra

Quarta *Aliá* (1924–29); e construção; dados demográficos da; como *Aliá* da classe média

quebra da bolsa de valores de Nova York (1929)

Quênia. *Ver também* Plano de Uganda

questão da constituição

Questão judaica, Grandes Potências e a

questões de transporte: sob o Mandato Britânico; criação da companhia aérea israelense El Al; nos

novos assentamentos; desenvolvimento da rede ferroviária; construção de estradas

Quinta *Aliá* (1932–36); como *Aliá* alemã

Rabin, Yitzhak; assassinato de; e escândalo da conta bancária; e Carter; e Dash; e avião F-15; e Gush

Emunim; doutor honorário; retratado como traidor; renúncia de; resposta à Intifada; retorno ao

cargo de primeiro-ministro; apoio dos imigrantes russos a; e Guerra dos Seis Dias; como sucessor

de Golda Meir

Rabinato Supremo de Israel, e Shas

Rabinovich, A. Z.

Rabinovich, Itamar
Rabinyan, Dorit
racionamento de comida
radicalização: de judeus americanos; dos países árabes; das massas judaicas; dos judeus na Rússia; do Rakah; da Cisjordânia durante a Intifada; do sionismo
rádio
Rafael (Autoridade Israelense para o Desenvolvimento de Armas)
Rakah
Ramla; expulsão da população civil árabe; assentamento de imigrantes da grande *Aliá* em
Ramon, Chaim
Ratosh, Yonatan
Ravitzky, Aviezer
Reagan, presidente Ronald
realismo socialista, como estilo literário
reator nuclear de Osirak (Iraq), destruição do, pela Força Aérea Israelense
reator nuclear: Dimona; Osirak, Iraque
rede de seguridade social; Lei Nacional de Seguridade Social como base para a
refugiados de guerra, rejeição dos, pelo governo mandatário
refugiados, e palestinos
refugiados: políticas sobre os, no período pós-guerra; vietnamitas; na Guerra de Independência
refuseniks
regime de colonização
Rehovot; e pomares de cítricos
relações entre Alemanha e Israel
relações judaico-árabes sob o governo otomano
Relatório Harrison
represálias, contra as invasões árabes
representação proporcional, sistema de
representação religiosa, no Knesset Yisrael
República Árabe Unida (RAU)
resistência judaica
responsabilidade coletiva, conceito de, para ministros do governo
retaliação, questão de, na Guerra do Golfo
reunião dos exilados
Revisionistas; e formação do Estado de Israel; e Organização Sionista
revista *Economist*
revista *L'Express*
revista *Time*
Revolta Árabe (1936)
Revolta dos marinheiros
Revolução Bolchevique
revolução dos Jovens Turcos (1908)
revolução econômica (década de 1990)
revolução feminista
Revolução Francesa

revolução legislativa

Revolução Russa (1905): *pogroms* na sequência da. *Ver também* Revolução Bolchevique

Revolução Russa (1917)

Richard, Cliff

rio Banias

rio Hatzbani

rio Jordão

Rishon Lezion

Rogers, William

Romênia: vistos de saída para cidadãos judeus; política imigratória para Israel

Roosevelt, presidente Franklin D.

Rosh Haayin, e Aqueduto Nacional

Rosh Pina

Ross, Dennis

Rotblit, Yaakov

Rotenstreich, Nathan

Rothberg, Roi

Rothschild, barão Edmond de; e assentamento agrícola; investimento financeiro nas *moshavot*; visão sobre agricultura moderna

Rothschild, barão Lionel Walter

Rubinstein, Amnon

Ruppin, Arthur

Sábado Negro (Operação Ágata)

sabra: mito do; origem do termo

Sadat, Anwar; discurso no Knesset; assassinato de; laureado com o Prêmio Nobel da Paz; e negociações após a Guerra do Yom Kippur, proposta de retirada israelense; *status* no Egito, após a Guerra do Yom Kippur; visita a Jerusalém

Safed; e distúrbios (1929)

Salame, Hassan

Samária; e expulsões de 1917; e pomares de cítricos; evacuação de colonos ilegais da (1975); e assentamento judaico; e armistício com a Jordânia; assentamentos na, e cisão laica-religiosa; uso do nome

Samoa, 349; operação israelense contra

Samuel, Herbert; Livro Branco (1922)

Sapir, Pinchas

Savir, Uri

Schach, rabino Eliezer

Schatz, Zvi

Scholem, Gershom

Seale, Patrick

secularização

sefaradim. *Ver também mizrachim*

Segunda *Aliá* (1904–14); confronto com agricultores da Primeira *Aliá*, 68; dados demográficos da; e individualismo; e *ethos* pioneiro; e secularização

Segunda Guerra Mundial: Begin e; episódios na Palestina durante a; racionamento de comida e controle de preços na

Segunda Intifada (Intifada de Al-Aqsa)

segurança rotineira

seguro-desemprego, oposição ao

Sejera

selos postais, como símbolos da soberania do Estado

Selwin-Lloyd, barão

senjak de Jerusalém

sentimento antibritânico, árabes e

sequestro, do avião da Air France para Entebbe

Serviço de Segurança Geral (GSS)

serviço público, aumento do

serviços de bem-estar, judaicos, sob o Mandato Britânico

serviços de saúde, judaicos, sob o Mandato Britânico

Setembro Negro (1970)

Sétimo dia, O (Siah Lohamim)

Shaar Haaliya

Shabati, Salah (personagem fictício)

Shabtai, Yaakov

Shafat, Gershon

Shaham, Nathan

Shaked, Gershon

Shalev, Meir

Shalit, Benjamin

Shamir, Moshe

Shamir, Yitzhak; e Guerra do Golfo

Shapira, Avraham

Shapira, Moshe Chaim

Sharansky, Natan

Sharett, Moshe

Sharm el-Sheikh

Sharon, Ariel; nomeado ministro sem pasta; como “Arik”; eleito primeiro-ministro; e relatório da Comissão Kahan; e operação de Qibya; e Guerra do Líbano; renúncia como ministro da Defesa; visita ao Monte do Templo (2000); e Guerra do Yom Kippur

Sharon, Aryeh

Sharon, e pomares de cítricos

Shas; e eleições (anos 1990); e corrupção no governo; e Acordos de Oslo

Shavei Zion

Shaw, Irwin

Shazar, Zalman

Shdemot

shekel

Shemer, Naomi
Shepherdstown, na Virgínia Ocidental, negociações de paz entre Israel e Síria
Shertok, Yaakov
Shimonovich, David
Shin Bet (Serviço de Segurança Geral); e espionagem de representantes eleitos
Shinui
Shlomi
Shlonsky, Avraham
Shomron, Dan
Shukeiri, Ahmed
Shulhan Arukh
Shurat Hamitnadvim
Siah Lohamim (O Sétimo Dia)
Sieyes, Abbé
Sifriat Hapoalim
Silver, Abba Hillel
“Silêncio, estão atirando”
símbolos da soberania do Estado
Simon, Uriel
Sindicato dos Agricultores
sionismo cultural
sionismo; e nacionalismo árabe; oposição árabe ao; e controle britânico da Palestina; e cananismo;
ocaso do; economia do; medo de perda de legitimidade; inculcado na geração mais nova; como
movimento de massa; oposição do velho Yishuv ao; origens do, Herzl e; radicalização do; e
nacionalismo secular; alternativa soviética ao; oposição ultraortodoxa ao
Síria: e armistício após a Guerra de Independência; regime baathista; Partido Baath; e Egito; entrada
no Líbano (1975–76); Mandato francês da; e Guerra do Golfo; projeto conjunto com a Jordânia
para a exploração das águas do rio Yarmuk; como liderança bélica no Oriente Médio; e
Conferência de Madri; acordo militar de separação de forças com a, após a Guerra do Yom
Kippur; negociações com a (maio de 1974); e processo de paz; e Guerra dos Seis Dias; e apoio
soviético; apoio a organizações terroristas islâmicas; e Resolução da ONU; e direitos hídricos
sírios: e invasão árabe; invasão das colinas do Golan; no Líbano
sistema de educação; sob o Mandato Britânico; e desenvolvimento cultural; nas cidades em
desenvolvimento; divisão em correntes; corrente geral; corrente trabalhista da Histadrut; nos
campos de imigrantes; corrente independente; nas *maabarot*; e escolas para os filhos dos
trabalhadores; como agente de socialização; corrente estatal-religiosa; no Yishuv; corrente
sionista-religiosa. *Ver também* sistema de educação nacional
sistema eleitoral israelense, e voto direto para primeiro-ministro
sistema escolar nacional
sistema judicial, aumento de poder do
sistema parlamentarista britânico como modelo para o Knesset
sistema parlamentarista
sistema político, como agente de socialização
Sivan, Aryeh

slogans e lemas: “Israel como Estado judeu e democrático”; “como cordeiros para o matadouro”; “chega de guerra, chega de derramamento de sangue”; “não a maioria, mas muito numerosos”; “nem uma polegada”; “não se abre mão daquilo que foi construído”; “paz em troca de paz”; “Silêncio, estão atirando”; “A Terra para seus trabalhadores”; “O povo está com o Golan”; “O mundo inteiro está contra nós”; “Quando chegamos a este país...”; “Quem é judeu”

Smilansky, Moshe

Smooha, Sammy

Sneh, Moshe

socialismo construtivo

socialismo; ocaso do; do Partido Trabalhista; salto em direção ao; substituído pelo *ethos* civil-liberal

socialização, dos trabalhadores e de suas famílias

sociedade Ezra, e Guerra dos Idiomas

Sociedade Judaica para o Estudo da Terra de Israel e de suas antiguidades

sociedade, do Yishuv

Sociedades de Estudiosos

Soldados contra o Silêncio

Solel Boneh

sotaque sefaradi, adoção do, na Palestina

SS Ruslan

status das mulheres

Steinbeck, John

Steinman, Eliezer

Stern, Avraham

Sublime Porta (governo otomano), e proibição de imigração judaica

Suffot Banegev

Suprema Corte; e ativismo judicial; e caso Rufeisen; *status* da, em formação

Sykes, Sir Mark

tabela salarial, Histadrut

Tabenkin, Yitzhak

Tal, Major General Yisrael (“Talik”)

Talmon, Yaakov

tamanho das famílias, entre grupos de imigrantes

Tamir, Shmuel

Tammuz, Benjamin (Kammerstein)

tarifas protecionistas, demanda dos judeus por, sob o Mandato Britânico

Taub, Gadi

taxa de câmbio

Tchecoslováquia; acordo de fornecimento de armas com o Egito; política de imigração para Israel

teatro dos trabalhadores

Teatro Gesher

Teatro Goldfaden

Teatro Habima

Teatro Haohel

Tel Aviv; arquitetura Bauhaus em; Teatro Cameri; como centro da sociedade burguesa; comparada a Jerusalém; importância cultural de; decisão de construir uma universidade em; e Declaração de Independência; “casas de sonho” de; expulsão de, em 1917; e Quarta *Aliá*; crescimento de; e Guerra do Golfo; bairro de Hatikva; como cidade judaica; bairro de Kerem Hateimanim; Kikar Malkhei Yisrael (Praça Rabin); cultura de lazer em; e *maabarot*; bairro de Nordiya; Feira do Oriente; vida política; como porto; bairro de Salameh; nomes das ruas; e teatro; e ídiche

Tel Yitzhak

televisão; e quinquagésimo aniversário de Israel; como crítica ao governo; e boca de urna; surgimento da, em Israel; crescente efeito da; vários canais de; e visita de Sadat a Jerusalém

templários

Terceira *Aliá* (1919–23); e coletivismo; e política do Yishuv

Terceira Via

Terra de Israel; histórica

terra em troca de paz

territorialismo

territórios ocupados: condições nos, no começo da Intifada; e formação de milícias privadas; questão dos; assentamentos nos (*Ver também* Gush Emunim); como questão no processo de paz; retirada voluntária dos

terrorismo, árabe; no outono de 1937; durante as negociações de Wye Plantation

terrorismo, islâmico, contra os acordos de Oslo

terrorismo, judaico; contra o domínio britânico

terrorismo, palestino; na sequência da Guerra dos Seis Dias. *Ver também* Organização para a Libertação da Palestina (OLP)

terrorismo: e Intifada; no território israelense; pela OLP no Líbano; políticas de, durante o Mandato Britânico

terroristas suicidas, islâmicos

Teveth, Shabtai

Thant, U

Tiran, Estreito de: fechado a embarcações que levavam “material estratégico” para Israel; bloqueio egípcio ao

Tnuat Hateshuva (Movimento do Arrependimento)

Tnuva

Toleranzedikten (decretos de tolerância; Império Habsburgo)

Topol, Chaim

Transjordânia; armistício com Israel, na Guerra de Independência; Mandato Britânico para a tratado de paz Egito-Israel (1979)

tratado de paz Israel-Egito (1979)

tratado de paz Israel-Jordânia (1994)

tratado de paz Jordânia-Israel (1994)

treinamento agrícola

trigo, selvagem

Truman, presidente Harry S.

Trumpeldor, Joseph

Tschernichovsky, Shaul

Tsur, Muki

Tsur, Yaron
Tubi, Tawfik
Tuhami, Hassan
Tumba de Rachel
Túnel do Muro das Lamentações
Tunísia: emigração de judeus da, na Grande *Aliá*; como quartel-general da OLP; e reconhecimento do direito de Israel de existir, de acordo com as fronteiras de 1947
Turquia; emigração de judeus da, na Grande *Aliá*
Tzeirei Zion

Uganda, e sequestro de avião em Entebbe
ulpanim
ultraortodoxos: e memória do Holocausto; e Knesset Yisrael; como parte da coalizão de Begin
Umm Juni
União Europeia
União Nacional dos Agricultores, e mão de obra árabe
União Soviética; admirada pela esquerda israelense; aliança com países árabes radicais; e alternativa ao sionismo; como fornecedora de armas para o Egito e a Síria; e regime Baath; bane o hebraico e o sionismo; colapso da; e destruição da cultura ídiche; e relações diplomáticas com Israel; e Egito; delegação militar egípcia para a (1955); e restrições emigratórias; e estabelecimento do Estado de Israel; hostilidade em relação a Israel; e imigração para Israel; como influência literária; abertura da (1989); expectativas dos pioneiros em relação à; e OLP; regresso para seu posicionamento antissionista; e Campanha do Sinai; e Guerra dos Seis Dias; e Resolução da ONU sobre a Palestina; e esquerda sionista
United Jewish Appeal
Universidade Bar-Ilan
Universidade Ben-Gurion do Negev
Universidade de Al-Azhar, e Hamas
Universidade de Beersheva
Universidade de Tel Aviv, fundação da
Universidade Hebraica de Jerusalém; congresso sobre a política do “caldeirão de culturas” (1966); e movimento trabalhista; campus de Monte Scopus; professores e intelectuais, como grupo de oposição; estudantes da, e Shurat Hamitnadvim
Uris, Leon
Ussishkin, Shmuel
USSR. *Ver* União Soviética

Vale de Beit Shean
Vale do Hefer, assentamento no
Vale do Jordão; zona de captação e projetos hídricos; controle do, e fronteiras defensáveis; e controle de invasores árabes; e Guerra do Yom Kippur
viagens para o exterior, como rito de passagem israelense
vilayet de Beirute

visita de Herzl a Vilna
Vitkin, Joseph
voto das mulheres

Wadi Ara; e armistício com a Jordânia
Wauchope, Sir Arthur; política de coexistência
Weinberger, Caspar
Weizmann, Chaim; sobre a Quarta *Aliá*; renúncia como presidente da Organização Sionista; e aliança sionista com a Inglaterra
Weizmann, Ezer
Wellhausen, Julius
workfare; nas *maabarot*

Yaari, Meir
Yad Vashem
Yadin (Heinsheimer), Uri
Yadin, Yigael; e Dash
Yamit
Yariv, General Brigadeiro Aharon, e negociações para separação de forças após a Guerra do Yom Kippur
Yassin, Ahmed
Yavin, Chaim
Yavneeli, Shmuel
Yavneh
Yebu (Alto Egito)
Yechiam
Yehoshua, A. B.
Yerucham
Yesh Gvul
yeshivá Porat Yosef
yeshivot hesder
yeshivot, alocações para
Yesod Hamaala
Yevseksia
Yishuv; e Revolta Árabe; benefícios do Mandato Britânico; e colonialismo; conflito no; países de origem; dados demográficos do; deportação dos cidadãos estrangeiros do; sistema educacional; como Estado nascente; estrutura política do; sociedade, cultura e *ethos* do; e Primeira Guerra Mundial
Yizhar, S.
Yizkor (reza em lembrança dos mortos)
Yosef, rabino Ovadia

Zach, Nathan

Zaim, Husni; assassinato de

Zangwill, Israel

Zeevi, Rehavam

Zichron Yaakov; como “pequena Paris”

Zippori, Mordechai

Zmora, Moshe

Zvi, Shabbetai

Este e-book foi desenvolvido em formato ePub pela Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A.

Israel Uma história

Wikipédia da autora

https://en.wikipedia.org/wiki/Anita_Shapira

Goodreads da autora

https://www.goodreads.com/author/show/197434.Anita_Shapira